

PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO E BIBLIOTECAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLECTIVA
ENTRE UM CONCEITO E O SEU DESENVOLVIMENTO, 1750-1800

MARIA LUÍSA ROSENDO CABRAL

VOLUME 1

DISSERTAÇÃO E FONTES & BIBLIOGRAFIA

TESE DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA MODERNA

Agosto, 2013

MARIA LUÍSA ROSENDO CABRAL

**PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO E BIBLIOTECAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLECTIVA
ENTRE UM CONCEITO E O SEU DESENVOLVIMENTO, 1750-1800**

Agosto, 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor em História Moderna, realizada sob a orientação
científica da Prof^ª Doutora Ana Isabel Buescu

ÍNDICE

VOLUME 1

Índice	v
Epígrafe	ix
Dedicatória	xi
Agradecimentos	xiii
Declarações	xvii
Resumo em português	xix
Abstract in English	xxi
Arquivos e Bibliotecas	xxii
Créditos fotográficos	xxii
Lista das figuras em extratexto	xxii
PARTE I APRESENTAÇÃO. PROBLEMÁTICA. METODOLOGIA	1
Capítulo 1 – Questões introdutórias	1
1.1 – Razões para uma investigação	2
1.2 – Sobre as opções do plano adoptado	4
1.3 – Conceitos e termos recorrentes: uma explicação necessária	8
1.4 – Sobre a organização da dissertação	10
Capítulo 2 – Do tema ao problema	13
2.1 – Questões terminológicas e conceptuais no desenvolvimento das bibliotecas e dos arquivos em Portugal	13
2.2 – Revisão e análise crítica da bibliografia: estado da situação	34
2.2.1 – Estudos e teorização sobre a questão do património em Portugal	34
2.2.2 – Património bibliográfico e bibliotecas em Portugal	41
2.3 – Núcleo central da investigação	60
2.4 – Objectivos da investigação	64
Capítulo 3 – Metodologia e fontes	66
3.1 – Questões metodológicas	66
3.2 – Fontes	70

PARTE II UM OLHAR SOBRE AS BIBLIOTECAS NO SÉCULO XVIII	73
Capítulo 4 – Em Portugal, na Europa	73
4.1 – Uma panóplia de testemunhos	73
4.1.1 – Bibliotecas portuguesas na pena de viajantes estrangeiros	75
4.1.2 – Impressões de viajantes portugueses sobre bibliotecas europeias	82
4.1.3 – As bibliotecas portuguesas por autores portugueses	84
4.2 – Algumas bibliotecas notáveis em Portugal	88
4.2.1 – Biblioteca da Universidade de Coimbra	90
4.2.2 – Biblioteca do Colégio do Espírito Santo (Évora)	91
4.2.3 – Biblioteca do Convento de Nossa Senhora e de Santo António de Mafra	93
4.2.4 – Biblioteca da Congregação do Oratório	94
4.2.5 – Livraria Real e Real Biblioteca	98
4.3 – Outras instituições setecentistas portuguesas	103
4.3.1 – Academia Real da História Portuguesa	106
4.3.2 – Academia das Ciências de Lisboa	117
PARTE III UM NOVO PARADIGMA DE BIBLIOTECA	133
Capítulo 5 – Um tempo de mudança	133
5.1 – Antecedentes institucionais e individuais: agentes e impulsionadores	133
5.2 – Texto fundacional da Real Biblioteca: leitura crítica	135
Capítulo 6 – A Real Biblioteca Pública da Corte, 1796	138
6.1 – Um urbanista pragmático: Engenheiro Manuel da Maia (1677-1768)	139
6.1.1 – No rescaldo do Terramoto, uma biblioteca pública	139
6.2 – Um erudito setecentista: Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)	145
6.2.1 – A formação humanista e universalista	147
6.2.2 – A pedagogia como visão e instrumento	159
6.2.3 – Um genuíno interesse pelo património	166
6.2.4 – Duas viagens para uma ideia de biblioteca	173
6.2.5 – O pensamento cenaculano sobre bibliotecas	197
6.2.6 – <i>A casa mais rica da Nação</i>	215
6.3 – Um organizador incansável: Doutor António Ribeiro dos Santos (1745-1818)	255
6.3.1 – Bibliotecário-Maior, uma nomeação necessária e adequada	255
6.3.2 – Bibliotecas na fronteira da modernidade	260
6.3.3 – Documentos estruturantes para as bibliotecas portuguesas	285
6.3.4 – Um bibliotecário entre intelectuais	301
6.3.5 – Doações e primeiros núcleos da Real Biblioteca	305
6.3.6 – Cento e cinquenta códices: pensamento e coerência	328
6.3.7 – Epistolografia em prol da Real Biblioteca	350
6.4 – Um político interveniente: D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812)	359
6.4.1 – No caminho da Real Biblioteca	359
6.4.2 – Uma formação académica e política auspiciosas	362
6.4.3 – Intervenções na esfera da instrução e da cultura	375
6.4.4 – A Real Biblioteca na construção do Estado moderno	393

PARTE IV CONCLUSÕES 403**PARTE V FONTES & BIBLIOGRAFIA** 411**Capítulo 7 – Fontes**

7.1 – Fontes manuscritas & iconográficas	411
Arquivo Nacional Torre do Tombo	411
Biblioteca da Academia das Ciências	413
Biblioteca Nacional de Portugal	414
Biblioteca Pública de Évora	422
7.2 – Fontes impressas	424

Capítulo 8 – Bibliografia

8.1 – Obras de referência	433
8.2 – Dicionários, enciclopédias, catálogos e inventários	434
8.3 – Bibliografia geral	437

VOLUME 2

PARTE VI ANEXOS 1

Anexo 1 – Documentos reproduzidos	1
1.1 – Tabela	1
1.2 – Reprodução de documentos	3
Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo	160
2.1 – Tabela	160
2.2 – Transcrição de cartas	164
Anexo 3 – Correspondência literária e bibliográfica	249
Anexo 4 – Bibliografia cenaculana	258
Anexo 5 – Índice onomástico	272

VOLUME 3

CURRICULUM VITAE

“L’histoire du Livre, terra incognita. Non que fassent défaut les travaux d’érudition, dignes de tout éloge. [...] Mais l’exploitation de ces richesses n’est pas faite par les historiens [...] L’histoire de l’Imprimerie n’est que trop rarement intégrée à l’histoire générale [...] Le travail d’érudition continue à se faire – mais le travail d’histoire à s’étayer sur lui et à partir de lui : non pas. Et c’est grande pitié.”

LUCIEN FEBVRE

Annales. 7, nº 3 (Juil-Sept 1952) 303 (nota)

“Se há quem não frequente as Bibliotecas, ou podendo, não as tenha bem instruídas, destes é que se diz, que repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados.”

FREI MANUEL DO CENÁCULO

In *Plano de Estudos [...] Disposição Quarta*. 1776: 49-50.

Para a minha Mãe,
memória querida todos os dias, cada instante.

Uma palavra de agradecimento

Deixei para o fim, mesmo à beira da impressão, os agradecimentos, uma parte difícil e sensível; as voltas que eu dei!

Preparar uma tese exige, seguramente, uma reflexão solitária mas não obriga a que se trabalhe fora do mundo. Percurso demasiado longo para que, no seu decurso, não se estabeleçam cumplicidades, não se troquem impressões, não se descubram afinidades, não se peça ajuda. Em cada momento, é indispensável sentir a vida à nossa volta. Tinha a ideia de que seria assim; não tinha a certeza porque esta experiência foi única e é irrepetível. À espera do verdadeiro final, é altura de balanço. Correndo o risco de falhar as palavras adequadas para transmitir o turbilhão que sinto, espero conseguir alguma condescendência. Na impossibilidade de distinguir as manifestações de amizade e carinho que fui recebendo, envolvo num mesmo abraço fraterno todos os que me dirigiram um incentivo, ou me facilitaram os meios indispensáveis ao meu trabalho, ou aturaram os meus humores, ou me encaminharam neste percurso onde abunda o inesperado. E saúdo os amigos de longa data, Isabel Calado, José Calado e João Ferreira comprovando que a amizade pode sobreviver; os mais novos como a ex-aluna Sónia Henrique demonstrando um entendimento intergeracional; a Professora Zília Osório de Castro da Universidade Nova de Lisboa cujas chamadas de atenção, sempre pertinentes, feitas de experiência, me foram alertando; os Professores e amigos mais recentes João Brigola e Jorge Rivera, ambos da Universidade de Évora, cujas observações foram utilíssimas; as rápidas, mas oportunas interpretações paleográficas do Professor João Alves Dias; os técnicos da Sala de Leitura Geral e Referência da Biblioteca Nacional e também das Fotocópias, Leitura de Microfilmes e Reprodução que facilitaram a minha vida assim como dos Reservados; os colegas Elisa Soares Gaudêncio da Biblioteca Nacional, João Leite da Faculdade de Letras do Porto, Ana Barata da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Margarida Ortigão Ramos do Centro de Documentação e Informação da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Nitah Camotim da Biblioteca Mário Sottomayor Cardia da FCSH, cada um à sua

maneira, me conseguiram aquela bibliografia que não existia na Biblioteca Nacional ou que não encontrava no país mesmo com a PORBASE; as colegas Maria Luísa Macedo e Leonor Pinto que me desembaraçaram na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e também o colega e amigo Doutor José António Calixto, da Biblioteca Pública de Évora que me facilitou a pesquisa, colaboração que contou com a participação dos técnicos Jacinta Canelas e José Chitas. Todos bem avaliaram como era penoso ir de Lisboa a Évora para investigar! Tempo ainda para saudar o Francisco de Sousa Lobo que nunca me autorizou a desanimar e me fez grande companhia. E um colega mais novo, o António Costa, sempre atencioso. E para a Costanza Ronchetti, amizade construída nas andanças do Mestrado em Património, *grazie tante*. Todos manifestaram amiúde o seu interesse, fazendo-me sentir em várias circunstâncias e de formas distintas, que podia contar com eles. Depois tenho de deixar um enorme obrigada pela ajuda técnica de alguns dedicados profissionais da Biblioteca Nacional, a nossa casa, ajuda nunca isenta de amizade: em matéria de edição de texto e imagem à Cristina Ferreira e à Catarina Crespo; em questões do foro bibliográfico à Júlia Ordorica e nas relativas ao índice onomástico à Aurora Machado. Na ponta final da tese, o saber e a disponibilidade do Carlos Abreu foram inexcedíveis. Um obrigada para a Gina Rafael, com quem partilhei a maior parte da minha vida profissional na Biblioteca Nacional, os momentos altos e também os menos bons, e com quem confidenciei ao longo destes cinco anos de envolvimento académico. Com a entrega da tese, fecha-se um ciclo na minha vida sendo, por isso, o momento exacto para agradecer ao Dr. João Correia cuja intervenção jurídica em meu socorro, anos atrás, me permitiu estar hoje aqui.

Inevitavelmente o meu reconhecimento e amizade para o Prof. Doutor Jorge Crespo da Universidade Nova de Lisboa cuja determinação me colocou no caminho do doutoramento ao longo do qual nunca regateou tempo e paciência para mim, tudo temperado de muita sabedoria. Sem receio de me enganar, tenho-o como principal responsável por esta imensa aventura. Um sentido obrigada.

Para a Teresa Garcia e para o Jorge Guerreiro a quem estimo como meus, cuja companhia e aviso, muito para além do doutoramento, me impeliram a prosseguir e que, nesta recta final, se desdobraram em colaborações e atenções preciosas. Um apertado abraço, do tamanho do mundo. Mil beijos!

Finalmente, destaco um agradecimento muito especial para a Prof. Doutora Ana Isabel Buescu. Aceitou ser minha orientadora sem me conhecer de parte alguma; aconselhou e seguiu a investigação de forma discreta mas firme; respondeu sempre que lhe pedi ajuda; deu a liberdade necessária sem perder o controlo da situação. Trabalhei com afinco, por mim certamente, mas também porque não havia como não corresponder à confiança que a Prof. Ana Isabel Buescu depositou em mim e no meu trabalho. Um grande, sincero e imenso obrigada.

Destaco ainda a colaboração de algumas instituições que vivamente agradeço:

- *Biblioteca Nacional de Portugal* que me facilitou espaço e meios para a investigação, na pessoa da sua Directora, Doutora Inês Cordeiro
- *Biblioteca Pública de Évora* na pessoa do seu Director, Doutor José António Calixto
- *Associação dos Arqueólogos Portugueses* na pessoa do seu Presidente, Doutor José Morais Arnaud
- *Ministério das Finanças e da Administração Pública*, nas pessoas da Dra. Maria de Jesus Magalhães Ramalho e de D. Maria da Graça Amado

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Margarita R. Canal

Lisboa, 1 de Agosto de 2013

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Ana Isabel Pires

Lisboa, 1 de Agosto de 2013

Resumo em Português

Os estudos em torno das bibliotecas portuguesas e da sua história não parecem ter dado importância às questões que as envolvem com a responsabilidade patrimonial e com a identidade colectiva. As bibliotecas tiveram um processo de afirmação distinto daquele por que passaram os arquivos; é, pois, importante reunir dados que clarifiquem quando é que as bibliotecas passaram a ser consideradas um instrumento do poder na construção do próprio Estado. A análise das fontes remete essa afirmação das bibliotecas em Portugal para a segunda metade de Setecentos. Assiste-se então à criação de outras instituições na esfera cultural cujo objectivo central é o de sustentar o Estado contribuindo para a sua modernização. A Real Biblioteca Pública é uma destas instituições e a conjugação da sua missão, estrutura e meios visam esse objectivo maior. Mas a criação e sucesso da Real Biblioteca não resulta da aplicação linear de um diploma legal nem se pode atribuir a uma individualidade. A Real Biblioteca reflecte um pensamento e uma vontade que são postos em prática por várias personalidades, de formas distintas de acordo com os seus interesses, formação e preparação intelectual e carácter. Sobressaem três figuras ímpares da cena cultural e política portuguesas as quais projectam para a Real Biblioteca a sua visão para uma instituição desta envergadura. No decorrer da sua intervenção, as fontes testemunham-no, assiste-se a uma mudança de procedimentos e de prioridades, permitindo afirmar que durante o período entre 1796 e 1802, no auge das alterações, a Real Biblioteca atravessou verdadeiramente a fronteira da modernidade e mudou de paradigma. Durante esse período, a Real Biblioteca incorporou vastas colecções bibliográficas de origem diversa, soube organizá-las de acordo com um sistema de classificação e dispôs-se a iniciar o serviço de leitura em função de regulamentos que preparou. Se Frei Manuel do Cenáculo defendeu essa ideia desde o tempo da Real Mesa Censória, se o Doutor António Ribeiro dos Santos logrou organizar o manancial bibliográfico que encontrou e foi adquirindo, se D. Rodrigo de Sousa Coutinho nunca esmoreceu e legislou arduamente em defesa da instituição, podemos dizer que é nesta conjugação de esforços que a Real Biblioteca Pública da Corte se ancora e ganha notoriedade.

Palavras chave: Bibliotecas – Século XVIII – responsabilidade patrimonial – identidade colectiva – modernização do Estado

Abstract in English

Studies about Portuguese libraries, and their history seem to have forgotten issues relating them to cultural heritage responsibility and collective identity. Furthermore, libraries went through a very distinctive affirmation process from the one archives also met; it becomes then relevant to gather information allowing us to understand the moment libraries started being considered by the royal authority as an important tool to build the modern state. The analysis, and evaluation of historical sources indicates that change has happened in Portugal during the second half of the Eighteenth century. During that same period, other institutions within the cultural area are launched, and their common main goal is to support the State while contributing to its modernization. The Royal Public Library is one of these institutions, and the coordination of its mission, structure and means aim at this broader goal. Nevertheless the creation and success of the Royal Library does neither rely upon the linear application of a legal document, nor upon individual wills. The Royal Library reflects a thought, and a will which are carried out by different personalities, following distinct patterns according to their own interests, academic and intellectual education, and personal background. Three unique personalities in Portuguese cultural and political life put forward into the Royal Library their own vision for an institution with this scale. During their intervention, undoubtedly confirmed by historical sources, a change in procedures and priorities takes place. In the period between 1796 and 1802, at the peak of changes, the Royal Library crossed the line of modernity, and a new paradigm is enforced. During that same period, the Royal Library has incorporated several bibliographical collections from various origins, introduced a classification scheme, and got ready to open the reading service to the public following regulations specially prepared. Frei Manuel do Cenáculo has been in favour of a public library since the time he was chairman of the Mesa Censória; Doutor António Ribeiro dos Santos managed to organize the collections gathered whether coming from other institutions or bought; D. Rodrigo de Sousa Coutinho never faded, and hard legislated in defense of the institution. The Royal Library then found support and gained recognition based upon this joint effort.

Keywords: Libraries – 18th Century – cultural heritage responsibility – collective identity – state modernization

Arquivos e Bibliotecas

ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
BAC	Biblioteca da Academia das Ciências
BN	Biblioteca Nacional (de Portugal)
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPE	Biblioteca Nacional de Portugal

Créditos fotográficos

Agradeço às instituições a seguir mencionadas a colaboração prestada

Arquivo Nacional Torre do Tombo
Associação Portuguesa de Arqueólogos. Museu Arqueológico do Carmo
Biblioteca Nacional de Portugal
Biblioteca Pública de Évora
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e Administração Pública

Lista das figuras em extratexto

- Figura 1 Alvará de criação da Real Biblioteca Pública da Corte
- Figura 2 Engenheiro Manuel da Maia
- Figura 3 Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas
- Figura 4 Biblioteca Casanatense, Roma – Entrada principal
- Figura 5 Biblioteca Casanatense, Roma – Topo oposto à entrada principal
- Figura 6 Biblioteca Casanatense, Roma – Salão
- Figura 7 Doutor António Ribeiro dos Santos
- Figura 8 D. Rodrigo de Sousa Coutinho
- Figura 9 Planta da Casa de Arroios, Lisboa
- Figura 10 Real Biblioteca Pública da Corte – Reconstituição

PARTE I – APRESENTAÇÃO. PROBLEMÁTICA. METODOLOGIA**CAPÍTULO 1 – QUESTÕES INTRODUTÓRIAS**

Começámos a questionar a temática da relação entre património bibliográfico, bibliotecas e poder político durante o Mestrado em Património (FCSH 2007-2009), exactamente porque sentimos a falta de espaço e debate dedicados ao património bibliográfico. Reflectindo sobre essa ausência, tentámos a reunir as pontas de um triângulo: património bibliográfico por semelhança com outros campos do património, desde o património artístico e monumental ao arquivístico; bibliotecas como parceiras dos arquivos e reconhecendo nelas importância idêntica à destes. Urgente, seguiu-se a contextualização histórica. Por pequenas e sucessivas descobertas, a inevitabilidade da epistemologia.

À medida que a investigação avançava, o tema foi-se ramificando, ganhando autonomia e revelando identidade própria, tornando-se mais complexo e dando azo a parafrasear Eco¹ porque o sentimento era o de estar a *converter a investigação numa aventura*. No original, Eco refere-se à biblioteca, à aparente desorganização que a arrumação factícia tenta impor, à riqueza que essa desordem transporta e potencia, ao prazer que a deambulação entre as estantes, feita sem bússola e longe da organização imposta pelos catálogos, proporciona. Tentámos retirar desse vaguear pelas fontes e bibliografia o máximo de lições e interpretámos a reduzida bibliografia existente sobre estas matérias como um desafio ao nosso próprio trabalho; e foi compensador ir compreendendo que, pela sua rarefacção, o tema podia continuar a ser explorado com vantagens evidentes para a própria afirmação das bibliotecas. O prosseguimento da investigação foi colocando as bibliotecas no mesmo patamar de outras instituições culturais (como os arquivos ou as academias), com uma intervenção de matizes políticos, deixando para trás de forma definitiva a ideia de que as bibliotecas existem apenas como simples armazéns de livros.

Julgámos que era importante deixar este apontamento para que melhor se situe a investigação feita nesta tentativa de reunir património bibliográfico e bibliotecas dentro de um contexto histórico e na medida do possível, a orientação foi interdisciplinar e para tal

¹ Eco, Umberto – *A biblioteca*. 1987.

concorreram a história do livro, da leitura e das bibliotecas, a história da ciência, e até a história cultural, na perspectiva mais concreta das ciências exactas.

1.1 - Razões para uma investigação

A investigação, cujos resultados agora se apresentam, nasceu da constatação da inexistência, no conjunto da bibliografia da especialidade para o caso português, de estudos sobre bibliotecas patrimoniais na dupla perspectiva do aparecimento e fixação do conceito de biblioteca patrimonial, seu significado e responsabilidade do ponto de vista cultural e histórico. Preocupou-nos a persistência de uma situação envolta num ambiente pouco informado acerca da origem das bibliotecas patrimoniais portuguesas. Essa lacuna torna-se inaceitável do ponto de vista histórico porque leva a acreditar que as bibliotecas surgem sem sólidos alicerces em que se baseiem, quiçá obra do acaso, sendo nociva para a afirmação das bibliotecas portuguesas no conjunto das instituições culturais uma vez que se ignora aonde, e como, as suas responsabilidades se fundamentam. Avançando um pouco mais, no tumulto do seu aparecimento, afinal o que se esperava das bibliotecas? Pretendemos contribuir com esta investigação para explicar a continuidade e para atenuar essa lacuna.

Tomando a actualidade como ponto de partida para a procura da origem do conceito de biblioteca patrimonial, fomos recuando no tempo sem identificar bibliografia portuguesa que contribuísse para a formalização do conceito ou para a sua história. Certamente que existe bibliografia referindo bibliotecas patrimoniais ou património bibliográfico mas o que isso significa, o âmbito dessas questões, a sua função na construção da memória e da identidade colectivas, não são discutidos. Os factos são dados como adquiridos, ponto final. Referir bibliotecas patrimoniais ou outras parece ser indiferente; o património bibliográfico não merece melhor sorte: tudo se resume à existência de livros. Os trabalhos que identificámos publicados no século xx – e trata-se de uma vasta bibliografia – não nos parecem tratar do assunto na perspectiva que aqui introduzimos, como tentaremos deixar claro na *Revisão e análise crítica da bibliografia* feita em capítulo próprio (Ver 2.2). Por seu turno, no século xix a ausência desse debate, no caso das bibliotecas por oposição ao dos arquivos, é tanto mais estranha quanto, na segunda metade do mesmo século, as preocupações nacionalistas impregnadas de ideais românticos, num rescaldo tardio do ideário da Revolução Francesa,

parecem envolver todos os debates de cariz geral e, em resultado, assistimos à estruturação de áreas científicas como, por exemplo, a arqueologia para o que contribuiu largamente a acesa convicção de que não se podia adiar a busca daqueles elementos que, em definitivo, caracterizavam e autonomizavam Portugal no conjunto da Península Ibérica. Sobre esta ausência podemos concluir que as bibliotecas não mereceram, no século XIX, a atenção que os arquivos alcançaram; em torno destes, sim, há claras manifestações reconhecendo a sua importância como elementos organizacionais-chave para a estruturação e fortalecimento do Estado revelando a ideia muito concreta de que os arquivos constituem um instrumento indispensável para a afirmação do poder político central e para o reforço de uma memória colectiva, tanto interna como externamente.

Os trabalhos no campo da paleografia e da diplomática desenvolvidos por eruditos como João Pedro Ribeiro (1758-1839) ou sob o patrocínio da Academia Real da História Portuguesa, depois de 1720, ano da sua instituição por D. João V, constituem sinal inequívoco das preocupações aludidas. E esta é, com certeza, uma primeira ideia a fixar: arquivos e bibliotecas, considerados sempre como instituições muito próximas, não sofrem o mesmo tipo de desenvolvimento. Os porquês dessa génese assimétrica ficam a dever-se, estamos convictos, ao facto de os arquivos terem sido sempre considerados, desde a sua criação na Idade Média, como um respaldo institucional indispensável ao exercício e afirmação do poder político.

Consequentemente, podemos, então, concluir que a falta de debate sobre bibliotecas patrimoniais e também património bibliográfico se deve ficar a dever a uma estabilização de conceitos a qual, portanto, teria ocorrido antes do século XIX. Continuávamos, porém, sem resposta à nossa questão o que nos levou a recuar ao século XVIII na expectativa de, então, e de acordo com o nosso ponto de vista, reconhecer a transformação a que aludimos. As circunstâncias que rodearam essa mutação conceptual constituirão parte integrante do objecto da nossa investigação.

1.2 – Sobre as opções do plano adoptado

Ao iniciar a investigação, pareceu que a realização de um levantamento bibliográfico para clarificar o estado da situação relativamente ao conceito de património bibliográfico seria a decisão adequada. Explorámos este conceito como pano de fundo contra o qual fomos prosseguindo, de forma cada vez mais profunda, complexa e rica, a pesquisa. A busca foi-se abrindo em cascata; a cada pergunta, juntava-se outra pergunta e a dissertação foi-se construindo. A investigação foi ganhando outros territórios, através de núcleos secantes, que se articulavam entre si e que nos foram revelando a unidade intrínseca dos factos. A cada instante, foi necessário regressar ao ponto de partida e nunca esquecer a questão central, isto é, o que levou realmente à criação da Real Biblioteca Pública da Corte uma vez que sempre nos pareceu pouco satisfatório aceitar a criação da Real Biblioteca como uma inevitabilidade no contexto das Luzes. Por outras palavras, a partir da coincidência das datas, considerar como adquirido que o período das Luzes levaria, sem margem para questionar, à criação da Real Biblioteca. Como se tudo fosse óbvio e natural. A este simplismo, preferimos contrapor uma análise da conjuntura, do presente e do passado, dos intérpretes e dos procedimentos internos da biblioteca, elementos que terão contribuído para o mesmo desígnio. Será lícito afirmar que houve conjugação de objectivos? Talvez, mas só depois de verificar, se possa, eventualmente, então, defender que sem Luzes não teria havido Real Biblioteca. Ou antes, que a Real Biblioteca é uma emanção das Luzes.

Considerámos ainda pertinente um outro aspecto: no momento de avançar com uma investigação no domínio da história sobre bibliotecas e património bibliográfico nunca pesámos devidamente o quão importante seria a nossa formação e prática como bibliotecária. Essa formação proporcionou uma maior sensibilidade a algumas questões que, neste contexto, poderiam muito bem ter passado despercebidas. Referimo-nos em particular à actuação dos intérpretes eleitos no âmbito da Real Biblioteca Pública da Corte: Cenáculo e o tipo de doações, Ribeiro dos Santos com a organização imposta, Sousa Coutinho e as propostas de aquisições.

Voltando ao plano institucional e embora não tivesse sido claro desde o início, gradualmente fomos vislumbrando dois grupos distintos de problemas. De um lado, um núcleo de questões corporizado em personalidades fossem elas eruditos ou políticos. Este grupo

materializava a conjuntura, ou a “*dinâmica interna*” na expressão adequada de Cardoso², que acolheu o nascimento da Real Biblioteca Pública da Corte e durante algum tempo acreditámos que a dissertação se construiria exclusivamente com base nos personagens já referidos: Cenáculo, Ribeiro dos Santos e Sousa Coutinho. Mas depressa se colocaram as questões relacionadas com a modernidade da instituição que, a nosso ver, ultrapassavam de longe o empenho, por maior e mais sincero que ele fosse, daquelas personalidades. As instituições também têm a sua respiração e são, muitas vezes, compelidas a trilharem um caminho com lógica interna. Quase como se exprimissem uma vontade própria mas, na realidade, mais não fazendo do que reflectir a conjuntura de ordem política e cultural o que, para a época que estamos a trabalhar, se identifica essencialmente com os princípios das Luzes. Começou, então, a tornar-se muito nítido que deveríamos identificar no seio da própria instituição os aspectos capazes de a diferenciar, ou não, de instituições congéneres e coetâneas.

A partir daqui, admitimos um segundo conjunto de questões de acordo com o qual consideramos os procedimentos duma biblioteca, de qualquer biblioteca (tipo de aquisições arrastando a noção de colecção, a organização espacial, o tipo de classificação), na assunção de que os procedimentos existem sempre mas é a sua execução que individualiza a biblioteca. Radica aqui, na execução, a personificação das actuações. Acresce que a escala da biblioteca, pelo seu impacto, altera e modela definitivamente os procedimentos da biblioteca. É no momento da normalização dos procedimentos que se torna obrigatório equacionar os problemas com vista a uma mais eficaz execução. Por exemplo, os livros doados constituem colecções ou são títulos avulsos? A que princípios obedece a organização da biblioteca? O que trazem de novo os títulos de periódicos a adquirir? Será que a aquisição de periódicos resulta de uma valorização da noção de tempo? No momento da execução destes procedimentos, então, conseguimos estabelecer o cruzamento entre as referidas personalidades (do primeiro grupo) com os procedimentos referidos (no segundo grupo). Nessa altura da investigação, fechámos o círculo, cientes de que muitos aspectos haviam sido (e seriam) deliberadamente excluídos porque considerámos que tínhamos matéria abundante que dava consistência à nossa investigação.

Numa primeira fase da investigação, como já foi dito, debruçámo-nos sobre o património bibliográfico. Inventariar os estudos existentes sobretudo no tocante à memória registada e guardada em bibliotecas. Inevitavelmente, fomos associando as bibliotecas por

² CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico em Portugal nos finais do Século XVIII 1780-1808*. 1989.

tipo, e colocámos a questão de aprofundar um pouco a história das bibliotecas. Como a história das bibliotecas só tem sentido associada aos respectivos conteúdos³, a organização e planeamento espaciais para as colecções e a classificação dos livros adquiriu uma relevância significativa. E ao abordar a questão da classificação, inevitavelmente, teremos de discutir o problema da unidade dos saberes e como a consideração desta questão pode introduzir a modernidade nas bibliotecas (no caso vertente, na Real Biblioteca Pública da Corte). Ao mesmo nível, consideraremos a constituição das colecções, os contactos para aquisição de livros, onde e como.

Por trás destes procedimentos, havia que colocar intérpretes e perceber o sentido da respectiva intervenção. Porquê estes intérpretes – Cenáculo, Ribeiro dos Santos, Sousa Coutinho – e não outros? Porque a sua intervenção se prende com os primórdios da Real Biblioteca quando tudo se planeia, ajusta e afina. É a própria data da criação da Real Biblioteca que baliza a investigação. Com o ano de 1796 entre mãos, a investigação nem podia ir muito para a frente nem podia recuar indefinidamente. O reinado de D. Maria I (1777-1799), que poderia parecer menos auspicioso do que o anterior (e bastará referir o termo *Viradeira* usado para rotular o reinado de D. Maria como um período de retrocesso), acaba por abrigar o surgimento de várias instituições culturais como a Academia das Ciências (1779) ou a Real Biblioteca (1796). Em torno desta data, analisando a herança do reinado de D. José (1714-1777), partimos para a identificação de letrados, homens políticos ligados à cultura, à reforma do ensino, à actividade diplomática tentando penetrar nos círculos formados à sua volta e nas inevitáveis interacções. Dado o período em causa, em que se perfila um grande número de personalidades relevantes, a escolha foi muito árdua mas fomos sempre seleccionando aquelas personalidades com algum tipo de relacionamento com a cultura escrita e com a Real Biblioteca, para o que contribuiu toda a bibliografia da especialidade bem como a consulta sistemática que levámos a cabo no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. Podemos hoje afirmar que foi esta consulta que mais contribuiu para estabelecermos os parâmetros da nossa investigação. E, claro, o fio de Ariadne.

³ À semelhança do que acontece nos museus, e pese embora o apelo nos museus a outros sentidos para além da visão, as bibliotecas vivem das colecções que estão sempre associadas a um tempo histórico e, portanto, os documentos (livros e outros) transmitem o entendimento desse instante e contribuem para gerar outras interpretações. Outros aspectos relacionados com a dinâmica dos museus foram abordados recentemente por BRITO, Joaquim Pais de – “Um museu desencadeia imaginários ...”. 23 Fev. 2013: 34-35.

Para cada um dos intérpretes eleitos, estabelecemos o respectivo círculo social, permitindo o aparecimento de outras figuras, outras instituições, todos eles aspectos a merecer desenvolvimento. Figuras como o Abade Correia da Serra ou o Duque de Lafões; instituições como a Universidade de Coimbra, a Academia das Ciências ou da História, a Real Mesa Censória, ainda o Convento de Jesus ou a Casa Literária do Arco do Cego; ainda o papel de algumas bibliotecas privadas; aspectos como os contactos com eruditos espanhóis ou como as viagens e visitas a bibliotecas em Espanha ou Itália; a circulação de ideias, a aquisição de livros. E sobre todos estes aspectos, envolvendo-os, criando a ambiência propícia à emanação da Real Biblioteca, o fermento das ideias introduzidas pelos portugueses que circulavam, estudavam, viviam e trabalhavam na Europa, os “*estrangeirados*”, para recorrer a um termo operativo embora não consensual.

Apenas depois da conclusão da análise desta rede densa nos permitimos entrar na análise dos procedimentos da biblioteca e caracterizá-los. Ao proceder à sua caracterização também os fomos associando às diferentes personalidades e, então, começou a definir-se o carácter único da Real Biblioteca. Por vontade política, certamente; mas também porque os procedimentos relacionados com o seu estabelecimento a obrigaram a atravessar a fronteira da modernidade. A ênfase que colocamos nesta articulação entre património bibliográfico e a sua gestão no interior de instituições vocacionadas para atender o público fica bem expresso no título que escolhemos para a dissertação que agora apresentamos, uma combinação que proporciona, no nosso entender, uma leitura diferente sobre o percurso das bibliotecas em Portugal, especialmente da sua biblioteca maior, a Real Biblioteca Pública da Corte.

Como se depreende de toda esta descrição, o plano de investigação foi sendo moldado e crescendo de acordo com as pistas que a documentação e a historiografia existente nos foram proporcionando, tal qual um processo.

1.3 – Conceitos e termos recorrentes: uma explicação necessária

Ao longo da dissertação lidamos com alguns conceitos e termos cujo sentido e abrangência nos parece útil e necessário deixar explicitados desde o início. Listamos os mais recorrentes:

Património bibliográfico – Em termos gerais, conjunto de documentos depositados numa biblioteca. Dependendo da forma como são encarados, do seu fim e utilização, esse património bibliográfico pode adquirir uma responsabilidade mais profunda. Uma biblioteca pode dispor de um *património bibliográfico* considerável (isto é, títulos na ordem das dezenas ou centenas de milhares) mas esse património pode não ser *nacional*, isto é, pode não representar a produção intelectual portuguesa e, portanto, não contribuirá para a percepção da identidade colectiva. Quando esse conjunto de obras contribui para a percepção da identidade colectiva, será então considerado como património bibliográfico nacional, isto é, como inalienável.

A produção intelectual, tipográfica ou artística exclusiva dum país constitui um substrato de grande valor e desse patamar sairão os denominados *tesouros nacionais*, autêntico núcleo duro das bibliotecas patrimoniais, obrigatoriamente em número muito restrito. Por definição, os *tesouros nacionais* tornam-se então, e de forma inquestionável, elementos construtores da identidade.

Biblioteca patrimonial – As bibliotecas que detêm tesouros nacionais são, por direito próprio, *bibliotecas patrimoniais*. No contexto desta dissertação, consideramos bibliotecas patrimoniais aquelas que se formaram com a preocupação de constituírem colecções que pudessem atestar a identidade colectiva sem perder significado universal. O seu acervo deverá ser particularmente rico em testemunhos da produção intelectual nacional.

Colecção – A existência de uma colecção distingue uma biblioteca de outra, individualiza-a; a alma da biblioteca é a colecção. A colecção reflecte a organização, simboliza o desenvolvimento racional de um manancial informativo em permanente acumulação, ao serviço de um objectivo, ao longo do tempo. À volta de uma colecção, a biblioteca define-se, cresce para servir um determinado público. A consistência de uma colecção pode fidelizar o seu público. A força de uma colecção depende do seu permanente desenvolvimento e

enriquecimento. A falta de investimento na construção das colecções põe em causa o sentido e utilidade da própria biblioteca. A missão está ausente.

Classificação – A utilização de um verdadeiro e profundo sistema de classificação nas bibliotecas, reconhecendo a unidade existente na diversidade de saberes e a articulação e hierarquia em que se alicerça, é uma conquista relativamente tardia. Como essa preocupação se coaduna com o espírito das Luzes, é muito importante perceber quando é que as bibliotecas vão introduzindo os sistemas de classificação e que argumentos são aduzidos em sua defesa. Só as bibliotecas que reúnem a preocupação com a classificação dos seus acervos com o respectivo e constante enriquecimento estão a contribuir, de facto, para o conhecimento. As bibliotecas que atingem esse patamar tornam-se, por definição, verdadeiros equipamentos científicos. As outras, até poderão dispor do potencial, mas sem uma organização metódica, perdem eficácia, não constituem uma infra-estrutura de carácter científico. Nestas circunstâncias, o seu interesse será sempre transitório.

Periódicos – Em termos gerais, as bibliotecas dispõem de monografias (vulgo, livros) e publicações periódicas (vulgo, revistas). Pelas suas características, relacionadas com os custos e rapidez de produção ao mesmo tempo que a ciência passava a outro patamar e a procura aumentava exponencialmente, os periódicos passam a ter uma função de divulgação e de veículo transmissor de novidades. Esta profunda alteração dá-se no século XVIII. As bibliotecas que se apercebem dessa mutação e passam a adquirir periódicos – sobretudo aqueles que cobrem os avanços nas áreas das ciências exactas – abraçam deliberadamente a modernidade.

Estes são cinco conceitos a que recorreremos regularmente ao longo da dissertação e sobre os quais iremos formulando as nossas hipóteses. Em especial, os conceitos **classificação**, **colecção** e **periódicos** constituem, do nosso ponto de vista, indicadores preciosos para definir se uma biblioteca entrou, ou não, na modernidade. Por isso, os valorizamos sobremaneira.

1.4 – Sobre a organização da dissertação

Trata-se de introduzir aqui uma explicação rápida para clarificar algumas decisões tomadas do ponto de vista da organização formal da dissertação.

Sempre que necessário, recorreremos às notas de rodapé para informação bibliográfica que será sucinta uma vez que na **PARTE V – FONTES & BIBLIOGRAFIA**, no final da dissertação, a referência às obras consultadas será exaustiva (em títulos e em dados bibliográficos). As citações em nota de rodapé restringem-se aos elementos absolutamente indispensáveis que tornam a informação unívoca. O conjunto da bibliografia, composto por citações ou por referências, segue as normas portuguesas (NP 405). A bibliografia será organizada por ordem alfabética simples de autor (primeiro, autor pessoa singular, depois autor como editor literário, finalmente autor em colaboração recorrendo ao título para a ordenação).

Decidimos também socorrer-nos das notas de rodapé para dar informações de certa forma laterais ao texto mas que ou o complementam, ou o enriquecem. O texto propriamente dito preocupa-se, assim, essencialmente com o desenvolvimento das hipóteses colocadas, logo, resultando mais homogéneo enquanto, fazendo uso das notas de rodapé, se proporciona mais informação seja de carácter adicional e explicativo seja de carácter erudito.

Relativamente à utilização de textos e extractos de textos, retirados quer de fontes quer de bibliografia, seguimos dois critérios: se o extracto é curto, em princípio até três linhas, não o indentámos; se o texto é mais longo, então, optámos por o indentar destacando-o de forma clara. A opção era colocar os textos mais longos nos anexos mas essa solução corta e dificulta a leitura pelo que a não escolhemos.

Ainda relativamente à organização das fontes e bibliografia, adoptámos o seguinte critério: nas **Fontes manuscritas & iconográficas (7.1)**, obviamente, vão incluídos os textos manuscritos, originais, sejam autógrafos ou cópias; nas **Fontes impressas (7.2)**, referem-se todos os textos da época a partir dos quais se recolhe a informação primária mas também obras que possam ter sido publicadas mais tarde desde que não assumam o contorno de “estudo” e que não tenham alterado os textos originais.

A **Bibliografia (Cap. 8)** apresenta-se devidamente separada consoante se trate de **Obras de referência (8.1)**, de **Dicionários, enciclopédias, catálogos e inventários (8.2)** ou de **Bibliografia geral (8.3)**.

Relativamente aos **Anexos (Parte VI)**, alguns resultam de uma sistematização pessoal reflectindo a seu modo a investigação feita (**Anexos 1, 2, 3 e 4**) enquanto um outro (**Anexo 5**) trata de organizar dados referidos ao longo da dissertação. Nesta conformidade, quanto à reprodução de documentos, **Documentos reproduzidos (Anexo 1)**, embora alguns dos documentos em causa não sejam inéditos e alguns tenham mesmo sido publicados no passado, optámos por reproduzi-los em função do seu interesse histórico e mesmo que a reprodução seja parcial, ficam assinalados. Pensamos que constitui uma enorme vantagem dispor de todos os documentos, relativos à temática em discussão, reunidos e organizados.

No caso da **Epistolografia em torno da doação de Cenáculo (Anexo 2)** e no caso da **Correspondência literária e bibliográfica (Anexo 3)**, apesar da sua extensão, optámos pela sua inclusão por constituírem, ambas, peças fundamentais nesta dissertação. Do mesmo modo, consideramos a **Bibliografia cenaculana (Anexo 4)** também como contribuição valiosa. O **Índice Onomástico (Anexo 5)** procura reunir os nomes de todas as personalidades referidas no texto na convicção de que poderá tornar-se um útil instrumento de trabalho.

Quando se trata da transcrição de textos originais, actualizámos a ortografia e expandimos as abreviaturas. Desde que a pontuação não perturbe a compreensão do texto, mantivemo-la. No entanto, se num ou noutro caso, não tivermos seguido estes critérios, justificaremos a nossa decisão em nota de pé de página.

Considerámos, ainda, que a inclusão de algumas imagens no corpo da dissertação era oportuna sendo todas acompanhadas da respectiva identificação.

Uma última nota: uma vez que a orientação da FCSH é que a tese seja impressa frente e verso, optámos por colocar em página ímpar o início de cada Parte e também as entradas relativas a Manuel da Maia (**6.1**), a Manuel do Cenáculo (**6.2**), a António Ribeiro dos Santos (**6.3**) e a Rodrigo de Sousa Coutinho (**6.4**), primeiro porque são capítulos essenciais na tese e, depois, porque essa disposição se articula melhor com a introdução dos extra textos.

CAPÍTULO 2 – DO TEMA AO PROBLEMA

Embora já tenhamos introduzido a questão em torno da qual a dissertação se desenvolve, será neste **CAPÍTULO 2** que aprofundaremos o tema central e os objectivos depois de procedermos a uma revisão teórica sobre questões terminológicas e conceptuais e também a uma revisão bibliográfica. A partir de uma e de outra, delimitámos o espaço e definimos a problemática para cuja clarificação pretendemos contribuir com esta investigação.

2.1 – Questões terminológicas e conceptuais no desenvolvimento das bibliotecas e dos arquivos em Portugal

A ausência de um debate teórico sobre a criação, existência e papel das bibliotecas patrimoniais, e mais ainda, sobre a constituição e reunião de património bibliográfico, denota uma lacuna grave na história das bibliotecas portuguesas que fragiliza o seu papel e representatividade transmitindo a ideia, errada, de que a biblioteca se resume ao local onde se reúnem livros, onde se prestam serviços de referência e se facilita a leitura. Não que esta visão deslustre, mas é insuficiente. A bibliografia do século xx mas também a anterior não aprofunda as questões conceptuais sobre as quais as bibliotecas se erguem. As bibliotecas, independentemente do período histórico, não são apenas os lugares físicos onde se guardam os livros. Uma bela ideia esta de biblioteca, verdadeira em qualquer lugar, em qualquer tempo, que concatena tempo e espaço indiferente à latitude é a que reproduzimos: “[...] no limite, [a biblioteca corresponde] ao rebatimento, no espaço limitado de algumas páginas, da totalidade do Mundo”⁴. A biblioteca assim entendida por Olga Pombo assume-se como a plataforma idealizada misto de entendimento universal e convergência dos saberes correspondendo, em certa medida, ao projecto das Luzes. Definitivamente, as bibliotecas não são só lugares de chegada. Encarar, assim, as bibliotecas seria considerá-las como simples armazéns, correspondendo a uma concepção redutora. Estão aqui em confronto duas concepções diferentes de biblioteca e nesta fissura ancorámos o fio condutor da nossa investigação: a determinada altura da sua história, as bibliotecas portuguesas sofrem uma mutação qualitativa

⁴ POMBO, Olga – *Unidade da ciência e configuração disciplinar dos saberes*. 1997: 371.

(nos procedimentos e soluções adoptados) e chamam a si parte da responsabilidade na construção da identidade colectiva. Tentaremos definir o momento e assinalá-lo.

Reportando-se a Castela, e interpretando a relação entre o poder central e as bibliotecas no século XVI, Tereza Amado refere claramente que

“[...] também a biblioteca – instituição representativa do saber moderno, com o seu símbolo máximo na Livraria Real, em que a apresentação de uma estrutura de saber recomendável debaixo daquela chancela transforma livros e a própria Livraria em objecto de culto – não deverá sê-lo como exclusivo veículo de armazenagem e transmissão de informações e memórias”⁵.

Tudo leva a acreditar que, em Portugal, essa alteração conceptual e ideológica tenha acontecido na segunda metade do século XVIII e que se tenha concretizado com a fundação, quase no final do século, da Real Biblioteca Pública da Corte em 1796. Resta determinar se as livrarias particulares tiveram ou não responsabilidade neste processo e, não tendo desempenhado esse papel, se o souberam insinuar para que outras assumissem uma responsabilidade diferente.

De facto, neste longo processo de crescimento, entre bibliotecas e arquivos vão-se definindo outros factores de diferenciação. Segundo André Leroi-Gourhan⁶, bibliotecas e arquivos, cada um à sua maneira, corporizam a memória colectiva mas apesar de todas as possíveis semelhanças, as diferenças detectáveis são infinitamente mais importantes para avaliar os respectivos envolvimentos das duas instituições como elementos construtores da identidade colectiva. As razões na base da criação dos arquivos são outras, distintas daquelas que estiveram na origem das bibliotecas. Esta hipótese carece de fundamentação que só a investigação nos documentos originais poderá comprovar.

A criação do Arquivo da Torre do Tombo, o nosso primeiro arquivo⁷, está indissociavelmente ligada à necessidade e à consciência de que era indispensável manter a salvo os documentos mais antigos da nação, aqueles que comprovavam a sua fundação e

⁵ AMADO, Tereza – “A ideia de saber na constituição da modernidade ...” Out. 1997-Abr. 1998: 35-53.

⁶ Apud LE GOFF, Jacques – “Memória”. In *Memória-História ...* cop. 1984: 41.

⁷ RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas ...* 1819; BAIÃO, António – *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo ...* 1929.

autonomia, remetendo-os para a “torre do haver” na expressão de Fernão Lopes⁸. Ora, estas não são preocupações idênticas àquelas que presidem à criação e institucionalização da Biblioteca Nacional mesmo na sua forma e designação originais de Real Biblioteca Pública da Corte. Os arquivos sempre recolheram os documentos que alicerçavam o poder, fosse ele o do monarca, da nobreza, das ordens religiosas e mesmo das instituições ligadas à cultura como a Universidade. Os trabalhos de leitura paleográfica e análise diplomática levados a cabo por João Pedro Ribeiro, tão acarinhados por Manuel do Cenáculo⁹, reflectem sem margem para dúvida a importância atribuída aos cartórios e arquivos. Ora, a reunião de documentos nas bibliotecas obedeceu a pressupostos distintos (os documentos não foram reunidos por corresponderem à organização de uma instituição mas porque reflectiam a necessidade de informação) e se os documentos, assim acidentalmente reunidos, também podem actuar como memória da nação é porque esta também “é revelada pelas obras literárias que fixam momentos de sensibilidade social e exprimem formas de tomada de consciência”¹⁰. Resta saber se esta “tomada de consciência” foi no momento ou se, pelo contrário, foi sendo construída *a posteriori* como exercício de poder. Nesta separação de águas, é importante ter presente a missão e desígnios da Academia Real da História bem expressos na seguinte declaração constante do Prólogo: “A precisa necessidade, que tem todos os historiadores de ajuntar cuidadosamente os documentos, que poderão servir para as Historias, que intentam compor [...]”¹¹ palavras esclarecedoras quanto à visão sobre o papel que a Academia se propunha desempenhar e sobre a importância que era atribuída aos documentos originais. Na Secção 2.2.2, ao discutirmos a questão do património bibliográfico, aprofundaremos este tópico.

A confrontação das duas missões institucionais leva-nos a aceitar a existência de um paralelismo entre bibliotecas e arquivos, o que nos conduz um pouco mais para diante. Isto é, a constituição dos arquivos é muito mais objectiva e racional enquanto a constituição das bibliotecas corresponde a um processo mais subjectivo variando, com certeza, com os tempos nos quais a tónica individual – de quem tem o poder de decisão – é sempre marcante. Mesmo hoje, na contemporaneidade, os arquivos recebem o que a máquina administrativa do Estado

⁸ *Apud* BAIÃO, António – *Obra cit.*

⁹ Cuidados e interesse bem patentes na correspondência trocada entre J. P. Ribeiro e Cenáculo conforme recolhido por RIBEIRO, João Pedro – “Cartas de J. P. Ribeiro ao Arcebispo Cenáculo”. 1879: pag. múltipla.

¹⁰ BETHENCOURT, FRANCISCO; CURTO, Diogo Ramada, org. – *A memória da nação ...* 1991: 7-14.

¹¹ ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA – *Colecção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa...* 1721-1736: vol. 1.

produz, sem margem para indecisões ou recusas; nas bibliotecas, excluindo a entrada obrigatória e indiscriminada por via do depósito legal quando é o caso¹², a construção é feita ao sabor da linha de pensamento de quem decide. Um arquivo é *ab initio* o repositório directo e absoluto da memória colectiva, não há fuga ou alternativa; uma biblioteca enfrenta permanentemente uma opção, e o desenvolvimento das colecções mais não reflecte do que esta margem de manobra, levando-a, inevitavelmente, a assumir uma quota-parte de responsabilidade na construção da identidade. Na revisão crítica da bibliografia procuraremos perceber até que ponto estava essa opção, *versus* missão, subjacente nas bibliotecas portuguesas anteriores à Real Biblioteca Pública da Corte. Admitindo, pois, que as bibliotecas se constroem sobre sucessivos processos de decisão, então surge a pergunta óbvia: será que a inexistência de determinadas obras nas bibliotecas tem algum significado especial? Esses títulos foram excluídos deliberadamente ou a sua ausência é puro acaso? Na organização das bibliotecas, o objectivo será fazer delas “a memória do mundo”¹³ ou, pelo contrário,

“[...] a divisão entre os livros que é imprescindível ter e aqueles que podem (ou devem) ser desprezados é apenas uma maneira de encobrir a impossível universalidade da biblioteca”¹⁴.

A ideia de enciclopédia, subrepticamente, vai tomando o seu lugar e não poderemos fugir a essa discussão. Na Parte II equacionaremos a dicotomia biblioteca *vs.* enciclopédia.

A dicotomia assim introduzida por Roger Chartier permite-nos, aliás, colocar o problema de outra forma e perguntar se uma concepção universalista não será o oposto a uma concepção patrimonialista, por definição condensada e específica, isto é, limitada. A resposta a estas perguntas exigirá uma análise para cada biblioteca e para o conjunto de livros/autor

¹² Para o caso português, não existe unanimidade sobre o início da prática do depósito legal. De facto, a legislação, na qual se define o conceito e em que se explica a necessidade e as vantagens da existência do depósito legal, é de 1821, data muito tardia em termos europeus. No entanto, a 8 de Junho de 1798, o Príncipe Regente D. João promulgara um aviso instruindo Miguel Manescal da Costa, impressor régio, para enviar para a Corte um exemplar de tudo quanto imprimisse sendo que o próprio Alvará de constituição da Real Biblioteca (D. Maria, 1796) também tece alguns considerandos que deverão ser tidos em conta numa análise interpretativa sobre a história da institucionalização do depósito legal em Portugal. Para o Aviso do Príncipe Regente, Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 6.

¹³ CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. 1997: 96.

¹⁴ Idem, *ibidem*: 100.

reunido no pressuposto de que esta articulação vai variando consoante os leitores (isto é, os possuidores) na argumentação de Chartier¹⁵.

A História faz-se com documentos, com a informação neles veiculada mas também com os documentos que faltam e com a informação omissa¹⁶. Por outro lado, os mesmos documentos, quiçá, poderão proporcionar interpretações distintas ou simplesmente complementares, dando novos rumos à História. Preservar os documentos constitui um reconhecimento intuitivo do valor intrínseco, insubstituível, único do documento. Cada documento contém sempre potencial para novas interpretações e esta ductilidade não deve ser subestimada porque embora “todo o documento seja mentira”, como afirma, desafiante, Paul Veyne, “Cabe ao historiador não fazer papel de ingénuo”¹⁷, como conclui. Uma máxima que se prolonga na ideia de que a História é um “conhecimento mutilado” e que cabe ao historiador fazer um esforço para identificar a mutilação.

“La connaissance historique est taillée sur le patron de documents mutilés; nous ne souffrons pas spontanément de cette mutilation et nous devons faire un effort pour la voir, précisément parce que nous mesurons ce que doit être l’histoire sur le patron des documents”¹⁸.

Quer Le Goff quer Veyne conseguem valorizar, até ao ínfimo, os documentos e incutem-nos essa convicção, logo, o respeito de que os documentos são credores e, por inerência, a indissociável guarda dos mesmos. Nada há, pois, que possa substituir um documento como também, uma vez que pode ser usado por diferentes autores e ser objecto de interpretações variadas, nunca o estudo sobre um assunto pode, em princípio, ser dado por encerrado. O documento constitui a última fronteira entre uma realidade que ficou testemunhada, escrita ou gravada, perdurando e um arquétipo que urge decifrar, um território ainda nebuloso onde é preciso penetrar.

Esta memória do passado contribuiu desde sempre para justificar a criação dos arquivos e a sua protecção. Os arquivos foram criados perto do poder, político ou eclesiástico, sendo eles próprios uma extensão e uma âncora desse poder. Junto do poderes instituídos, as

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ VEYNE, Paul – *Comment on écrit l’histoire*. 1978.

¹⁷ LE GOFF, Jacques – “Documento/monumento” In *Memória-História*. cop. 1984: 103.

¹⁸ VEYNE, Paul – *Obra cit.*: 26.

interpretações podem-se suceder à medida das necessidades não descartando uma hipotética manipulação. Nenhum poder instituído está disposto a prescindir do controlo sobre as fontes. Desde sempre os arquivos foram olhados e foram organizados como um instrumento para o exercício do poder político. A recolha sistemática de documentos, as obras de carácter global, tipo *Monumenta*, são disso um belo exemplo. Os *Portugaliae Monumenta Historica*¹⁹ exemplificam em Portugal, à semelhança do que acontecia na Europa, a preocupação em recolher de forma sistemática e exaustiva os elementos que registam e certificam a construção da nossa História. É oportuno reter o extracto seguinte de Herculano:

“Um monumento é um meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado. Essencialmente é só isto. Acidentalmente mil condições podem variar o seu modo de existir mas a condição unicamente absoluta deste existir é o lembrar [sic]. Onde houver isto há monumento: o livro e o templo, o obelisco e a estátua, o palácio e a campa; a árvore e até o chão defeso e condenado a perpétua esterilidade podem ser monumentos. O objecto lembrado, repito, é a condição exclusivamente absoluta de um monumento”²⁰.

Com certeza uma evocação da identidade mas também um apelo à solidariedade. Guardar para identificar. “Transferir [...] do campo da memória para o da ciência histórica”²¹.

Arquivos e bibliotecas são assim, cada um à sua maneira, “lugares de memória” na expressão consagrada de Nora²² e essa percepção diferente leva as instituições a trilharem caminhos independentes. Para os arquivos, o conceito de memória ganha foros de razão de Estado e temos de recuar à Idade Média para acompanhar a sua evolução. Para as bibliotecas, a ideia de memória passa a estar ao serviço do poder num tempo mais recente quando se entendia que um “riquíssimo depósito” [de livros] seria a forma de “os homens conseguirem a virtuosa sabedoria, que constitui a felicidade” como se lê no Alvará de 29 de Fevereiro de 1796²³, documento fundacional da Real Biblioteca Pública da Corte, numa indiscutível interpretação do ideário das Luzes. Reunidos no arquivo, no espaço patrimonializado ou no museu, uma

¹⁹ Proposta feita em 1852 por Alexandre Herculano à Academia Real da História, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum* de seu título completo.

²⁰ HERCULANO, Alexandre – “A Escola Politécnica e o monumento”. In *Opúsculos*. 1843, vol. 8: 202.

²¹ LE GOFF, Jacques – *Obra cit.*: 104.

²² NORA, Pierre – “Entre mémoire et histoire”. cop. 1984-1992. 7 t.: il.

²³ Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 1 e *tb.* Extra texto Fig. 1.

reserva da memória e da identidade que em cada dia procuramos interpretar. Documentos que servem para recordar, que nos ligam indissolivelmente ao passado ou

“[...] lugares para interpelar a memória, torná-la viva e capazes de a excitar pela emoção. O monumento assegura, sossega, tranquiliza [...]. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios [...] o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação. A sua relação com o tempo vivido e com a memória [...] a sua função antropológica [sic], constitui a essência do monumento. O resto é contingente, logo diverso e variável”²⁴.

A propósito ainda do significado do termo *monumento* vale a pena referir o Cardeal Saraiva (1766-1845)²⁵ quando, ciente de “que os progressos da razão humana em qualquer ramo das sciencias dependem essencialmente da exacta precisão da linguagem”²⁶, submete à Academia das Ciências, em 1822, um *Ensaio sobre alguns synonymos da lingua portugueza*. Não lhe tendo passado despercebida a dicotomia entre monumento e documento, distingue os termos atribuindo a função de ensinar ao documento e a de avisar ao monumento. Talvez se possa sintetizar, dizendo que ao documento cabe uma função mais *intelectual* enquanto ao monumento se associa uma responsabilidade mais *visual*. O primeiro educa e prova; o segundo “excita a ideia”²⁷. As crónicas, os diplomas ou as cartas são exemplos de *documentos*; as pirâmides, os obeliscos, as medalhas entre outros, são *monumentos*. Assinalamos esta tentativa de sistematização porque nos parece importante registar este tipo de preocupações entre os autores portugueses reflectindo a construção de um pensamento epistemológico e não tanto porque nos pareça que encerre a discussão.

²⁴ CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. 2006: 16.

²⁵ Beneditino (Santa Maria de Tibães, Braga) tomou o nome de Fr. Francisco de S. Luís, Doutorado em Teologia (Universidade de Coimbra), foi professor de Matemática e de Filosofia no Real Colégio das Artes e sócio da Academia Real das Ciências. Ocupou vários cargos políticos, foi Patriarca de Lisboa e Conselheiro de Estado. Também exerceu o cargo de Guarda-Mor do Arquivo Nacional. Vasta bibliografia incluindo estudos de carácter histórico sobre Portugal, notícias eclesiásticas, apontamentos cronológicos e históricos, linguística, notícias sobre a história eclesiástica e secular, notícias literárias e críticas, história de Portugal, projectos e pareceres de índole política. In SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez... 1859* (vol. 2) e 1870 (vol. 9, 2º Suplemento).

²⁶ SARAIVA, Cardeal – *Obras completas ... 1877-1883*, vol. 7: 3.

²⁷ Idem, *ibidem*.

Voltando à questão do património, um autor como Marc Guillaume considera a preocupação em manter os restos do passado como um sintoma social pouco tranquilizador, quiçá obsessivo.

“Esta vontade de conservar exprime muito mais do que uma simples nostalgia do passado. Ela participa de um verdadeiro trabalho de luto relativamente a um mundo em irreversível desaparecimento”²⁸.

Esta herança que designamos como património teria como objectivo conciliar a continuidade com a mudança, a conservação com a criação. Neste sentido, as “máquinas da memória” (arquivos ou museus, entre outras) vão alargando a sua esfera de influência. A interpretação de Guillaume é apelativa na forma como liga o passado ao presente, como explora a questão do luto quando designa os objectos de memória como “objectos de sutura”, projectando a ideia de ponte entre dois tempos, contribuindo assim para a compreensão do processo de formação dos arquivos ou das bibliotecas, mas é sobretudo sugestiva no caso dos museus e do coleccionismo. Os arquivos têm, pois, uma dimensão testemunhal (histórica) a que se junta uma outra vivencial (antropológica), cuja exploração nos poderia levar aos limites do sagrado. Nos arquivos residem agrupados os testemunhos que corporizam a memória colectiva sem a qual a identidade fica por construir.

Toda esta problemática em torno da noção de património fica mais explícita se introduzirmos a discussão sobre o significado e valor de colecção, sua constituição e fundamentação. O gosto ou o prazer pela colecção confunde-se com a própria necessidade de manter uma ligação entre o visível (os objectos possuídos) e o invisível (o que é inexplicável, os deuses, os antepassados, homens diferentes de nós, acontecimentos ou circunstâncias), ou seja, a função que atribuímos a objectos que carregam consigo a tremenda responsabilidade de assegurar a comunicação entre dois mundos e que, por isso, estão fora do circuito das actividades económicas. Esta exposição, e discussão, é superiormente feita por Pomian²⁹ ao qual, muito embora se debruce sobre a circunstância dos museus, não repugna em absoluto fazer com que bibliotecas e arquivos trilhem o caminho dos museus. Aliás, Pomian faz uma breve alusão ao mundo das bibliotecas e ainda mais sucinta ao dos arquivos mas, a nós, o

²⁸ GUILLAUME, Marc – *A política do património*. 2003: 39.

²⁹ POMIAN, Krzysztof – “Colecção”. In *Memória-História*. cop. 1984.

modelo válido para gabinetes de curiosidades e museus soa transponível para bibliotecas e arquivos. O valor dos objectos que não são para uso (valem pelo significado); o registo necessário e guarda (para efeitos de segurança); a importância da autenticação (de que a bibliofilia e a diplomática não prescindem); o papel de intermediários entre o presente e o passado (de que livros e manuscritos são testemunho). No seu conjunto, objectos que estabelecem a ponte entre o visível e o invisível (ou intocável), que asseguram continuidade e cujo maior peso e presença se acentua a partir do século XVI culminando, naquilo que nos interessa, no século XVIII com as alterações registadas nas bibliotecas. Assim, se compreende, aliás, o papel e a importância concedidos às colecções e como a sua organização mais criteriosa envolvendo a classificação remete a discussão da identidade colectiva para o cerne das bibliotecas.

Antes de prosseguir, importa caracterizar as bibliotecas. A importância destas é, quanto a nós, de outra natureza. A matéria-prima aí reunida representa uma fase posterior neste percurso. Um impresso pode ser um original embora nunca transporte o carácter imediato de um manuscrito; cada um deles possui valor informativo mas de diferentes naturezas. Nas bibliotecas reúnem-se as obras acabadas, produtos reveladores duma cultura que, em si própria, é a prova real duma identidade e dum percurso concluído. A tríade autor-texto-objecto de Chartier³⁰. Neste contexto, não nos repugna recorrer ao mundo dos museus, com os quais as bibliotecas partilham mais características do que se esperaria, para melhor entender estas. Assim,

“[...] o museu [...] vive em cada momento da sua história a necessidade de construir os seus sentidos no tempo concreto da sua existência. [...] o museu vive em permanência a necessidade de produzir diálogos com a sua própria contemporaneidade”³¹.

Sem esforço, este texto é transponível ponto por ponto para a realidade das bibliotecas. A biblioteca também é um espelho do seu tempo, do seu possuidor, da instituição em que, naturalmente, se anicha entre parentes mais ou menos próximos e conhecidos: os arquivos, os gabinetes de curiosidades, os museus ou as galerias. A propósito do valor e da

³⁰ CHARTIER, Roger – *Obra cit.*

³¹ BRITO, Joaquim Pais de – “O museu, entre o que guarda e o que mostra”. 2006: 151.

importância social atribuída a estas instituições culturais, a explanação de Pomian³² aplica-se a qualquer delas, seja museu, gabinete ou biblioteca. Não é, portanto, indiferente conhecer o que cada biblioteca reúne, classifica e conserva. O que está dentro – guardado, arrumado, quiçá classificado – veicula a pressão exterior. Uma vez entendidos os critérios de selecção de autores e obras que uma biblioteca pondera adquirir para constituir as suas colecções, podemos então com propriedade discutir se essa biblioteca ocupa, ou não, um lugar significativo na construção da identidade colectiva. De certa maneira, entre a conjuntura e as obras reunidas, cria-se uma dinâmica própria que altera o sentido de cada obra e a respectiva função institucional. As obras juntas ganham uma segunda vida e assumem a sua quota-parte de responsabilidade na construção da identidade. Uma obra, uma contribuição; um conjunto de obras, outra contribuição. Cada obra tem a capacidade de atrair outra obra (as colecções pressupõem exactamente este desenvolvimento encadeado e complementar) mas o conjunto a que se chega é muito mais do que a simples soma das parcelas.

A constituição de colecções, o seu permanente desenvolvimento e enriquecimento, a preparação de catálogos, a organização do espaço, a possibilidade de descoberta (e redescoberta) que elas proporcionam, permite às bibliotecas o desempenho dum papel assaz diferente daquele que se espera dos arquivos. Enquanto nas bibliotecas a mão do bibliotecário é determinante ainda que aleatória, no arquivo a intervenção do arquivista subordina-se à ordem original. Nesta linha de pensamento, as bibliotecas aproximam-se muito dos museus: as colecções vão-se enriquecendo em função de escolhas *a posteriori*, enquanto nos arquivos a intervenção humana na moldagem do seu perfil é muito menor. Associando uma abordagem ao património e à memória de carácter mais historiográfico a uma outra mais antropológica, talvez se encontre a explicação para os caminhos divergentes que arquivos e bibliotecas seguiram. Juntos, documentos de biblioteca e de arquivo constituem a nossa memória e, por isso, adquirem importância patrimonial servindo, ou não, para a construção da nossa identidade. Em que condições, então, bibliotecas e arquivos, desempenharam esse papel é o que importa clarificar.

Parece haver um entendimento surdo sobre o alcance terminológico do vocábulo *património*. Definir, porém, as circunstâncias em que o mesmo passa a ser utilizado, e se ao serviço de alguma coisa, arrasta-nos para o cerne desta exposição. Há razões históricas e culturais que sustentam a sua utilização e, portanto, desvendar o *interesse crítico* do termo

³² POMIAN, Krzysztof – *Obra cit.*: 79 e segs.

não é despreciando ao que não será estranho a inevitabilidade de situar e compreender a conjuntura de cada tempo. Como observa Borges de Macedo,

“Considerar-se que as palavras ou termos têm uma vida própria e alteram o seu sentido – tanto no tempo como no espaço linguístico onde vivem – é um conceito que não oferece grande discussão”³³.

Sobre o valor insubstituível do documento já nos havíamos socorrido de Le Goff e também de Veyne, mas esta citação de Macedo alerta-nos para a necessidade de conhecer as mudanças ocorridas e as circunstâncias em que ocorreram sem cujo entendimento a interpretação histórica corre o risco de ficar deturpada, confundindo espaços e tempos.

Sobre a mesma problemática se pronunciou Duby, chamando a atenção para as mudanças de mentalidade que a evolução vocabular reflecte, chamando-lhes “momentos de mutação linguística”³⁴ os quais, obviamente, são muito mais profundos do que qualquer texto benevolmente deixará transparecer. Mutações que se tornam ainda mais complexas de acompanhar no âmbito do presente trabalho porquanto estamos muito distantes do estilo e da construção sintáctica do século XVIII.

A utilização do termo *património* na bibliografia vai-se repetindo na assunção de que se sabe, ou percebe, o seu sentido e alcance; pode mesmo até ser aplicado numa forma exaltada, *romântica*, mas tanto para quem escreve como para quem lê, há uma ausência completa de explicação sobre o significado preciso que lhe é atribuído quando se utiliza o termo. Ora, esta clarificação é essencial quando se fala de bibliotecas patrimoniais. Por isso, analisaremos, no capítulo adequado **2.2 – Revisão e análise crítica da bibliografia: estado da situação**, as primeiras utilizações do termo *património* e a sua génese ou enriquecimento, passando pelo *património bibliográfico* até chegar à forma perfeita, ou adulta, de *património bibliográfico nacional*. Como uma autêntica metamorfose. O aprofundamento crítico deste conceito proporcionará outra perspectiva sobre as verdadeiras preocupações intelectuais na base da constituição de livrarias conventuais (seria a literatura apenas devocional ou, não sendo, que lugar e percentagem ocupava então a literatura instrumental? A variedade de títulos dá alguma indicação sobre as variantes de leitura, isto é, estaremos perante uma leitura intensiva

³³ MACEDO, Jorge Borges de – “O aparecimento em Portugal do conceito de programa político”. 1971.

³⁴ DUBY, Georges – *Para uma história das mentalidades*. cop. 1971: 45.

versus extensiva? De que forma se relacionavam livros e manuscritos coleccionados com a História de Portugal? Representavam apenas uma manifestação de curiosidade intelectual ou, pelo contrário, uma genuína e autêntica preocupação sobre a identidade nacional? Ou eram um estrangeirismo, uma moda, uma manifestação de grande à vontade financeiro?) e também na constituição das bibliotecas institucionais³⁵ (que livros é que eram aí reunidos? Tratava-se de obras de autores portugueses ou, pelo contrário, eram obras de autores diversos?). Abordaremos estas questões também no **CAPÍTULO 4**.

As contribuições quer de Borges de Macedo quer de Georges Duby são igualmente transponíveis para o binómio livraria-biblioteca. A propósito deste binómio e do seu significado, vale a pena recuperar a definição do Cardeal Saraiva:

“Usa-se frequentemente [...] como se fossem de idêntica significação; mas há entre elles huma diferença, que não será inútil observar. Livraria quer dizer precisamente multidão de livros [...]. Bibliotheca quer dizer precisamente caixa, armário, caza, em que se depositão livros, e se conservão ordinariamente em certo arranjo. [...] Se, um viajante [...] levasse em suas viagens huma caixa com alguns livros [...] poderíamos dizer que levava consigo huma bibliotheca, mas não huma livraria”³⁶.

A diferença etimológica, estruturada sobre os conceitos de organização e de colecção, vai-se impondo no decurso dos séculos, logo, este terreno terá de ser trilhado com redobrada atenção. Na situação concreta em apreço, as diferenças assinaladas pelo Cardeal Saraiva assumem importância especial porque o pano de fundo é o coleccionismo. Por exemplo, na análise de uma biblioteca particular, para além do inventário das obras aí reunidas, entre livros, manuscritos e gravuras, a partir das quais se ficam a conhecer os gostos, as preocupações do possuidor e através das quais também se recolhe alguma informação sobre o comércio livreiro à época, também seria utilíssimo identificar os gostos em matéria de autores portugueses: que autores é que eram reunidos? Que tipo de obras? Dependendo da época, será que esse conjunto de obras constituía um libelo na afirmação e defesa da identidade

³⁵ O termo soa demasiado moderno mas não encontramos melhor para referir as bibliotecas existentes em instituições.

³⁶ SARAIVA, Cardeal – *Obra cit.*: vol. 7: 178.

colectiva ou este problema não se colocava na organização e desenvolvimento duma livraria privada (também institucional)? O fio condutor na construção dessa livraria (ou biblioteca) obedeceria a uma lógica de aquisição progressiva de conhecimentos, com sentido conclusivo, isto é, de construção do conhecimento? O sistema de classificação revela alguma destas preocupações? Que tipo de catálogo é que é feito, se algum? Tentar acompanhar a génese do vocábulo *património* remete-nos para a novíssima ascendência do conhecimento e do saber e para o período das Luzes, como bem assinala Choay³⁷.

Uma vez que pretendemos identificar a especificidade da situação portuguesa esta referência generalista é insuficiente. É absolutamente indispensável compreender o significado e abrangência, em pleno período das Luzes, joanino e pombalino, da reforma das instituições como, por exemplo, da Academia Real da História a partir do primeiro quartel do século XVIII³⁸ e da reforma do ensino que tem lugar a partir de meados do mesmo século por reacção ao ensino escolástico em vigor até então³⁹, sempre numa linha de continuidade, revelando aspirações acumuladas ao longo de gerações⁴⁰. Um dos aspectos mais importantes do novo modelo de ensino, introduzido por Pombal de forma determinada, é a proposta para uma abordagem demonstrativa, experimental e prática, apelando ao conhecimento directo das situações por oposição ao modelo teórico e abstracto que até então vigorara o qual era representado pela Companhia de Jesus. A nova concepção obrigava à apresentação de prova e nada mais adequado para comprovar do que o próprio documento, a fonte. Aliás, com a Academia Real da História, o património, por via da ênfase dada quer aos monumentos quer aos documentos, passa a merecer outra atenção o que fica assinalado com o Alvará de 1721. Pombal introduziu novos parâmetros no ensino mas a necessidade da prova, do facto concreto impôs-se com a Academia Real da História (1720) e com o Alvará de 1721.

A mesma ideia de prova, de testemunho, está também contida com a preocupação do coleccionismo. Reunir para expor e comprovar está na origem da criação dos gabinetes de curiosidades e dos museus. Apesar de se tratar de uma elaboração anterior ao século XVIII, é em Setecentos que ganha outra dinâmica. A título de exemplo, um coleccionador convicto foi Manuel Severim de Faria (1583-1655) a quem se atribui

³⁷ CHOAY, Françoise – *Obra cit.*

³⁸ MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História ...* 2003.

³⁹ CARVALHO, Rómulo de – *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. 1959; ARAÚJO, Ana Cristina, coord. – *O Marquês de Pombal e a Universidade*. 2000.

⁴⁰ DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a cultura europeia....*2006 (1ª ed. 1952); *tb.* CRUZ, António – *Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública*. 1972.

“[...] uma colecção de arqueologia nacional [...] o segundo museu de que temos notícia foi fundado na cidade de Évora nos começos do séc. xvii”⁴¹

enquanto o próprio Severim de Faria resume o seu interesse pela Numismática nestes termos: “[...] por quanto nas imagens das moedas, e suas inscrições se conserva a memória dos tempos, mais que em nenhum outro monumento”⁴² denotando uma consciência precisa sobre a importância das colecções.

A articulação e continuidade entre os intelectuais do século xviii e os seus antecessores, em matéria de preocupações patrimonialistas, é uma evidência. Trata-se de uma recuperação que deve ser assinalada. O caso de um humanista e antiquário como André de Resende (1498-1573) é duplamente interessante. A sua figura e obra são recuperadas em pleno século xviii por um outro intelectual também ligado a Évora em cuja Universidade ensinou Filosofia, membro da Academia das Ciências e muito próximo de Frei Manuel do Cenáculo. Trata-se de Bento José de Sousa Farinha (1740-1820) que compilou os trabalhos de cinco estudiosos das antiguidades eborenses sob o título *Collecção das Antiguidades de Évora [...]* e em cuja dedicatória, *Ao Muito Illustre Senado da Muy Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora*, esclarece o objectivo do seu trabalho:

“Esta história honra a vossa cidade [...] Nela se funda uma boa parte da Historia de Portugal e Castela assim secular como eclesiástica. Ela declara muitas antiguidades que seriam desconhecidas sempre, e fogo de controvérsias, e pareceres mui desvairados [...] E a ela se acorreram todos os que escreveram depois, como se vê de suas obras. De maneira que sendo o farol dos nossos historiadores, e dos de nossos vizinhos jazia escurecido e quase apagado de todo”⁴³.

Neste texto não é tão valorizada a faceta de coleccionador como é o apelo às fontes mas nem por isso deixa de ser significativa a valorização dos historiadores coevos. Como claramente transparece do texto de Rosado Fernandes:

⁴¹ BARBOSA, Ignacio Vilhena *apud* SILVA, Joaquim Palminha — *Manuel Severim de Faria ...* 2003: 15.

⁴² FARIA, Manuel Severim de — *Notícias de Portugal*. 2003 [1ª ed. 1655].

⁴³ FARINHA, Bento José de Sousa — *Collecção das antiguidades de Evora ...* 1785.

“Não é realista encarar a figura e obra do quinhentista André de Resende como as de um arqueólogo empunhando uma enxada, recolhendo peças da antiguidade clássica, enfronhado nos problemas da sua Évora natal”⁴⁴

excluindo qualquer imagem mais redutora do papel e importância de Resende. Por isso, é tão significativa a compilação de Bento José de Sousa Farinha. Na extensa galeria de historiadores portugueses, constata-se uma convergência entre a recuperação setecentista (Sousa Farinha) e a contemporânea (Rosado Fernandes) que fica bem sintetizada neste extracto:

“O *De antiquitatibus Lusitaniæ* [...] um refúgio menos dialéctico e portanto menos perigoso em relação à discussão ideológica [...] e que permitia a Resende exercer a sua imponente erudição, recheada de autores de todas as épocas, credos e nacionalidades e dos mais variados documentos e monumentos, que analisava à luz dos diversos ramos da ciência exegética que despertavam com o Renascimento, como sejam a crítica textual, a epigrafia e a arqueologia, ciências que estavam na “moda” e constituíam o fundamento cultural da época”⁴⁵.

Mais do que um coleccionador ou antiquário, André de Resende recorreu a essas ferramentas para construir uma obra através da qual

“[...] o humanista procura essencialmente traçar para a Europa culta do seu tempo o quadro histórico e cultural em que o Portugal da sua época nascera e crescera [...] É pois o fundamento de uma nacionalidade que Resende procura, utilizando para tal os seus conhecimentos linguísticos, históricos e até biológicos [...]”⁴⁶.

Uma utilização dos recursos patrimonialistas que embora fugindo à nossa temática específica deve ser assinalada porque está em causa o conceito de identidade colectiva.

No século XVIII poderíamos enumerar vários casos portugueses⁴⁷ mas interessa fixarmos em Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) pela confluência na mesma pessoa do interesse

⁴⁴ FERNANDES, R. M. Rosado – *Introdução*. In RESENDE, André de – *As antiguidades da Lusitânia*. 2009: 5.

⁴⁵ Idem, *ibidem*: 9.

⁴⁶ Idem, *ibidem*: 36-37.

⁴⁷ BRIGOLA, João Carlos Pires, introd. e coord. – *Coleccionismo no século XVIII ...* 2009.

evidenciado quer por objectos museais ⁴⁸ quer por bibliotecas: mecenas, colecionador e patrimonialista, interessado no ensino e na difusão do conhecimento, entusiasta genuíno pela criação de grandes bibliotecas, mormente da Mesa Censória e da Real Biblioteca Pública, mas também da Biblioteca do Convento de Jesus (Lisboa), do Museu Pacense (Beja) e, obviamente, da Biblioteca Pública de Évora, para já não mencionar doações menores como a que fez para a biblioteca do Convento de S. Paulo de Ossa. Referimos em **6.2 – Um erudito setecentista: Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas** todas estas bibliotecas mas é muito interessante reter a menção a Frei Manuel do Cenáculo porque ele é uma personalidade na passagem do tempo antigo para um tempo novo, o das Luzes, manifestando, numa forma esclarecida e premonitória, preocupações com o *património* uma vez que a ideia concreta de património só ganhará verdadeira dimensão científica e disciplinar, em Portugal, em pleno século XIX tipificada com a proposta de Mousinho de Albuquerque sobre a Batalha ⁴⁹ a qual aglutina e coroa os interesses acumulados e de que falaremos adiante.

Em dicionários publicados nos séculos XVIII e XIX o termo *património* atinge um alcance predominantemente de contornos familiares, revestido de um sentido sagrado ou simbólico e, embora só se possa inferir a partir do que fica escrito nos dicionários, testemunha um percurso que importa fixar. Nada, contudo, que anuncie a profunda evolução que viria a sofrer mais tarde. Em autores de referência como Bluteau (1712-1728), Moraes Silva (1789) e, já bem no final do século XIX, Caldas Aulete (1881), o termo significa, respectivamente:

“Em rigor de direyto são os bens deyxados dos pays, & os que successivamente se herdão na mesma família. Toma-se também esta palavra por bens de qualquer natureza, & por cousas, que se tem justamente adquirido. Segundo Cícero, lib. I, de Offic. Património difere de herança”⁵⁰

ou

“Bens dados, ou herdados do pai, mãe, avós. Quaesquer bens pertencentes a alguém, dos quaes, ou de seus frutos vive, e se trata”⁵¹

ou

⁴⁸ Idem, *ibidem*. O termo expectável seria “museológico” mas, dado o seu carácter restritivo, optámos por “museais” que assume um tom mais abrangente.

⁴⁹ ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mousinho de – *Memória inédita acerca do edificio monumental da Batalha*. 1854: 19-20.

⁵⁰ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário portuguez e latino, aulico ... 1712-1728*.

⁵¹ SILVA, António de Moraes – *Diccionario da língua portugueza*. 1789.

“Bens herdados dos paes. Bens de família. Bens destinados para a ordenação e sustentação de um ecclesiastico. F. lat. Patrimonium”⁵².

Esta última definição revela uma ideia muito materialista do termo, associada à preocupação de manter os bens de família; trata-se de uma aplicação muito redutora que não tem nada a ver com o que se passa à volta ou que se passou antes, basta pensar na acção de Frei Manuel do Cenáculo que exploraremos na Secção 6.2.

O alargamento semântico do vocábulo *património* ocorre a partir de meados do século XVIII. Do ponto de vista da história das ideias em Portugal é interessante analisar o cruzamento (de preocupações) e a sobreposição (no tempo) entre o ideário das Luzes e do Liberalismo ou até do Romantismo, estes já no século XIX. De facto, as três citações feitas atrás estão presas à etimologia latina e não fora a preocupação com a reforma do ensino e a ruptura com a escolástica, talvez a evolução significativa do vocábulo *património* viesse a ocorrer apenas muito mais tarde. O ensino prático, em contraposição ao escolástico, a exigir provas e documentos, levou à criação de laboratórios, jardins botânicos, museus, bibliotecas e arquivos, academias e sociedades, *a realização de grandes viagens de exploração científica, à edição de obras de sistemática científica, ao coleccionismo. Aprendia-se observando, comparando e experimentando. Esta necessidade, quase indiscriminada, de reunir provas e documentos vai ganhando forma nas diversas áreas do saber e não é difícil compreender como esses objectos reunidos quer por compra quer por doação vão ganhando maior significado e valor. Objectos preciosos, verdadeiros tesouros. São livros, moedas, peças arqueológicas, quadros e, neste sentido, é muito curioso acompanhar o percurso de Frei Manuel do Cenáculo. Uma ideia, aliás, que não nos parece desenquadrada e que procuraremos aprofundar é verificar se será possível estabelecer um paralelo entre a ascendência das explicações matemáticas e experimentalistas com o domínio da literatura instrumental sobre a confessional e se esta mudança é perceptível na orientação que Cenáculo impõe quer para os livros que vai adquirindo quer para as bibliotecas que vai provendo. Procurar elementos que possam fundamentar esta hipótese não é coisa de somenos porque essa mudança intelectual é, efectivamente, um sinal de modernidade. Parece-nos, pois, razoável poder afirmar que o coleccionismo é uma forma de patrimonialismo. Se um termo, no entanto, se prende ao passado (coleccionismo), já o outro se interrelaciona com o futuro na medida em que lhe desvenda os antecedentes ou

⁵² AULETE, F. J. Caldas – *Diccionario contemporâneo da língua portuguesa*. 1881.

antepassados (patrimonialismo). Como acontece na restante Europa, e seguimos a proposta de Choay⁵³, também em Portugal as primeiras e autênticas manifestações patrimonialistas têm a ver com os antiquários, depois com a arqueologia⁵⁴, só posteriormente com a arquitectura. Referimos o coleccionismo como forma de patrimonialização e como estando na origem da museologia, ou os gabinetes de curiosidades, que não exploraremos nesta investigação.

Não podemos, no entanto, deixar de assinalar os denominadores comuns existentes entre museus e bibliotecas. Nenhuma das instituições assume a função de puro armazém; a sua missão impede-os de se restringirem apenas a guardar numa forma silenciosa; toda a sua razão de ser se justifica pela capacidade em criar condições para gerar novos conhecimentos utilizando, e maximizando (ou multiplicando), o potencial informativo acumulado. Conscientemente ou não, seria essa a ambição dos primeiros coleccionadores. Tanto de objectos como de livros.

“[Os museus] estão permanentemente a resgatar do anonimato, do abandono e do desconhecimento novos objectos e, assim, a produzir bens. Criam obras. Os museus não são apenas receptáculos e cofres, são fábricas de património”⁵⁵.

Estas palavras são transponíveis, uma a uma, para a realidade das bibliotecas e, tal como sucederá nos museus, também neste processo de achamento ou revalorização, renascerão livros ou manuscritos que contribuem para a clarificação do conceito de identidade de uma forma material ou imaterial. Museus e bibliotecas não estão fora do tempo; pelo contrário, museus e bibliotecas insistem, através da sua acção, numa permanente intervenção. Os objectos que guardam constituem memória de um tempo, podem sempre contribuir para a sustentar bem como a identidade com que se confundem. Na nossa opinião, é por esta via que umas bibliotecas são patrimoniais, outras não. E é também devido ao entendimento que os livros e os manuscritos constituem um inestimável potencial informativo para ser utilizado que as bibliotecas (só algumas, com certeza) cruzam as fronteiras da modernidade constituindo-se em verdadeiros laboratórios do saber. A Biblioteca Casanatense (Roma) ilustra com muita

⁵³ CHOAY, Françoise – *Obra cit.*

⁵⁴ BARBOSA, Ignacio de Vilhena – “Introdução”. In SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *Noções elementares de archeologia ... 1878.*

⁵⁵ BRITO, Joaquim Pais de – “Patrimónios e identidades. A difícil construção do presente”. In PERALTA, Elsa e ANICO, Marta, org. – *Patrimónios e identidades...* 2006: 46.

clareza esta nossa asserção que aprofundaremos em **6.2.4 – Duas viagens para uma ideia de biblioteca.**

Assim como arquivos e bibliotecas não se confundem, também entre as bibliotecas distinguimos vários tipos há muito apartados, e entre estes sobressai o grupo das bibliotecas patrimoniais ao qual pertencem todas as bibliotecas nacionais (ou reais). Para além do factor tempo, logo do parâmetro histórico, a complexidade das bibliotecas nacionais avoluma-se em consequência da existência e aplicação da lei do depósito legal que as responsabiliza em particular. As leis do depósito legal variam de país para país quer no tocante à época em que aparecem, quer no âmbito e atribuições quer nas formas de aplicação mas partilham em comum a preocupação existente na salvaguarda de documentos (gráficos, textuais, sonoros, áudio), em suporte de papel ou electrónico que possam testemunhar a história e a cultura local e/ou nacional nos tempos que lhes hão-de suceder. Clarificar o conceito de património impõe-se porque ele se constrói sobre os documentos que nos ocupam. Há oscilações mas não é o valor do documento *per se* que se altera; consoante o contexto institucional que o envolve, o significado sofre oscilações. Porque é que uma biblioteca nacional tem sobre o património uma percepção diferente daquela que tem outra biblioteca erudita? O que é que muda? Não são os próprios documentos, a sua qualidade e características mas a forma como esses documentos são encarados. Não se trata do objecto em si mas do seu fim e utilização. Da sua representação e leitura. A omnipresença esmagadora do depósito legal não ajuda a clarificar a ideia de *património* e provoca um conflito. Estão aqui em confronto (ou complementaridade) três conceitos interligados: *nacional*, *património* e *depósito legal* cuja compreensão permitirá o entendimento da formação e desenvolvimento do conceito de património bibliográfico. Uma biblioteca pode dispor de um *património bibliográfico* considerável (isto é, títulos na ordem das dezenas ou centenas de milhares) mas esse património pode não ser *nacional*, isto é, pode não representar a produção intelectual portuguesa (autor-texto-objecto segundo Chartier⁵⁶) e, portanto, não contribuirá para a percepção da identidade colectiva. Na verdade, para a definição de identidade colectiva as obras deverão ser de autores portugueses e dispor das características intrínsecas – quer físicas quer imateriais – que lhes permitam distinguir-se enquanto aspiram à universalidade. Serão, então, consideradas como peças inalienáveis, isto é, como *património bibliográfico nacional*. Consequentemente, se temos entre mãos o

⁵⁶ CHARTIER, Roger – *Obra cit.*

património bibliográfico nacional, então ele deve ser preservado e conservado até ao fim dos seus dias.

A existência dum importante núcleo de património bibliográfico pode justificar a sua consulta sob acesso limitado. Tanto quanto possível, documentos fora do olhar, intocáveis e “sagrados”. A propósito dos museus e das colecções privadas, diz Pomian que “os colecionadores e os conservadores dos museus comportam-se como os guardas dos tesouros”⁵⁷, tal a responsabilidade que adivinham nessa tarefa. Estivesse Pomian a referir-se à *reserva* ou aos *reservados* das bibliotecas, e a observação não se ajustaria melhor! Apesar da toponímia *reserva* ou *reservados*, sem questionar a força dos argumentos inerentes, nada garante que os documentos em conjunto assim designados representem a totalidade ou parte da produção intelectual ou tipográfica ou artística dum país. A produção intelectual, tipográfica ou artística exclusiva dum país constitui um substrato diferente e será verdadeiramente deste patamar que brotarão os denominados *tesouros nacionais*, autêntico “núcleo duro” das bibliotecas patrimoniais, obrigatoriamente em número muito restrito. Por definição, os *tesouros nacionais* então, e de forma inquestionável, são elementos construtores da identidade.

“Existe uma legitimidade de fundo, simbólica e política na acepção mais ampla do termo, para que cada sociedade possa sentir-se de tal modo ligada a determinados objectos do passado, que deles faça seus tesouros nacionais, independentemente das circunstâncias concretas de tempo e lugar que lhes deram origem”⁵⁸.

Tesouros nacionais ou

“ [...] bens insubstituíveis, aqueles cuja perda constituiria um empobrecimento sensível não apenas para a nação interessada mas para a humanidade inteira”⁵⁹.

⁵⁷ POMIAN, Krzysztof – “Colecção”. In *Memória-História*. cop. 1984: 52.

⁵⁸ RAPOSO, Luís – “Acerca da problemática subjacente à definição de tesouros nacionais”. 2007: 17.

⁵⁹ LAVACHERY, H. e NOBLECOURT, A. *apud* RAPOSO, Luís – *Obra cit.*: 17.

Apesar de excluído do núcleo central das premissas desta investigação mas relacionado com o surgimento e fixação do conceito de património bibliográfico nacional, naturalmente, torna-se oportuno definir o conceito de *tesouro nacional* porque, em última análise, é a existência de tesouros nacionais que distingue umas bibliotecas de outras, autorizando a utilização do título de *biblioteca patrimonial* na autêntica e profunda acepção do termo. Não se trata de uma minudência e, como para outras áreas científicas, também para as ciências da informação a exactidão terminológica assume-se como uma indispensabilidade revelando-se sempre como um elemento distintivo pela positiva.

Retomando, então, os conceitos em análise, quando se anuncia *esta biblioteca é patrimonial*, o que se infere? Que possui muitos documentos valiosos? Que é rica? Os vocábulos *rico* e *patrimonial* no contexto das bibliotecas serão sinónimos? Se assim fosse, este entendimento seria coloquial e redutor e ameaçaria lançar por terra uma questão conceptual que é da essência do próprio trabalho do bibliotecário. O trabalho do bibliotecário assenta na capacidade de introduzir um bom sistema de classificação, estabelecendo a ponte entre o que há e se conhece (as colecções) e o que deve passar a haver porque é necessário (as aquisições). As bibliotecas são, a seu modo, grandes sistemas de conhecimento só comparáveis com as enciclopédias onde também se reúne a diversidade dos saberes. As bibliotecas muito *ricas* são estimáveis; mas as bibliotecas *patrimoniais* não o são menos. Resta saber quando é que umas e outras são as mesmas. A clarificação desta percepção leva-nos até ao património bibliográfico, e explica como é que as bibliotecas foram sendo entendidas e foram ganhando espaço. O apuramento da construção do conceito de património bibliográfico pode abrir outras áreas para investigação: qual era a origem das obras sucessivamente reunidas para enriquecimento do acervo? A reunião das obras obedecendo a uma lógica de colecionador corresponde a um mero entesouramento ou esconde razões mais profundas? Relativamente à produção da tipografia portuguesa que percentagem de obras corporiza o entesouramento ao longo do tempo? Como é que as colecções que se foram construindo constituem um elemento de identidade colectiva? Que interesses e objectivos moveram os seus possuidores?

A questão, relativamente aos museus, é dissecada no trabalho de Luís Raposo mas, apesar das muitas semelhanças entre museus e bibliotecas, é preciso mais do que uma colagem para responder às questões que levantámos anteriormente. As bibliotecas situam-se num enclave delimitado por arquivos (nos quais se guardam os documentos fundamentais

para sustentáculo e recolha da memória e para o exercício do poder) e por museus (nos quais os artefactos materializam os conceitos e desempenham papel fulcral) e, portanto, as bibliotecas deverão beber nessas instituições muita informação a que somarão aquela que lhes é específica e exclusiva (direccionada para servir o público qualquer que este seja). Nem por um momento detectámos esta sensibilidade na bibliografia consultada.

Terminada esta incursão por arquivos, museus e bibliotecas, ficamos alertados para algumas questões que foram construindo a moldura para a nossa investigação como é o caso da ideia de colecção; da situação de passagem do âmbito da biblioteca privada para a esfera pública actuando como instrumento de poder; da exigência de um esquema de classificação que terá de encontrar solução para a diversidade do saber. Questões que, de uma forma ou outra, estabelecerão a diferença entre as várias bibliotecas, estejamos a considerar o espaço mas seguramente o tempo.

2.2 – Revisão e análise crítica da bibliografia: estado da situação

A investigação a que nos propusemos dependia largamente da bibliografia até hoje publicada e da forma como ela aborda a questão do património bibliográfico e que espaço lhe reserva. Assim, o levantamento que fizemos será dividido em dois grandes blocos: de um lado, a bibliografia publicada num período de afirmação do *património* como disciplina, uma bibliografia que estrutura o nosso próprio património intelectual e que, de modo nenhum, pode ser marginalizada (Ver 2.2.1); e, de outro, a bibliografia reflectindo uma maior sedimentação e já direccionada para os sub-temas que mais interessam ao nosso trabalho (Ver 2.2.2). Ao fazermos este levantamento, ultrapassámos os limites temporais inicialmente estabelecidos o que não deixa de ser enriquecedor porque proporcionou um esclarecimento mais abrangente.

2.2.1 – Estudos e teorização sobre a questão do património em Portugal – Era importante perceber se, na época em que as preocupações com o estado do nosso património sobem de tom, a situação se estendia ao património bibliográfico ou não e, no caso de a resposta ser afirmativa, como era entendida a expressão *património bibliográfico* e se também se estabelecia a relação com o conceito de *identidade*. Com este objectivo, seleccionámos obras

que se tivessem debruçado sobre a questão do património e da sua teorização no campo das artes, da conservação e do restauro em Portugal. Desde o século XVIII, ou mesmo antes se tivermos em conta o “élan” renascentista na busca de testemunhos da Antiguidade, regista-se uma preocupação e um afincamento generalizados por toda a Europa – para a situação portuguesa, os casos de André de Resende ou Severim de Faria referidos anteriormente ilustram bem esta preocupação – na identificação e recuperação de vestígios do passado⁶⁰. Rapidamente esses vestígios do passado tornam-se emblemáticos sendo estimados como património, fosse arqueológico ou arquitectónico. A recuperação febril empreendida denota uma reverência para com os antepassados⁶¹, para com os maiores no sentido de não deixar cair no esquecimento aqueles documentos, também livros, desta feita “livros de pedra”⁶² que, porventura, garantam um lugar singular no percurso histórico da humanidade. Neste contexto, porém, Herculano não alude à noção de *identidade*; podemos deduzir que estava implícita mas não tendo nós assumido esse pressuposto até aqui ao referir os colecionadores de livros, porque mudaríamos agora de critério? Esta omissão nas palavras de Herculano reforça o que exprimimos anteriormente, isto é, a questão em muitas circunstâncias poderia estar tão interiorizada, tão profundamente assumida, que se tornava escusado repetir argumentos embora exprimi-los contribuísse para a clarificação do pensamento.

A situação com o património preocupa políticos e intelectuais portugueses: as preocupações de restauro e conservação com o Mosteiro da Batalha ou com o Mosteiro dos Jerónimos testemunham a intervenção de carácter cívico e cultural assumida por personalidades como Mousinho de Albuquerque⁶³ ou Luciano Cordeiro⁶⁴ tal como acontece com Possidónio da Silva⁶⁵ para o campo arqueológico. O caso da Batalha merece, contudo, particular destaque.

O relatório de Mousinho de Albuquerque sobre o Mosteiro da Batalha só é postumamente publicado, em 1854. Na realidade, redigido com uma intensidade de manifesto, o autor revela nele as suas preocupações sobre o estado de degradação a que chegara o Mosteiro da Batalha, incluindo descrições minuciosas dos problemas e da estratégia de intervenção adoptada para a recuperação indispensável, interrompida com o afastamento

⁶⁰ CHOAY, Françoise – *Obra cit.*

⁶¹ CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. 1999.

⁶² HERCULANO, Alexandre – “Monumentos pátrios”. In *Opúsculos*. 1907, vol. 2: 18.

⁶³ ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mousinho de – *Memória inédita acerca do edifício monumental da Batalha*. 1854.

⁶⁴ CORDEIRO, Luciano – *As obras dos Jeronymos ...* 1895.

⁶⁵ SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *Noções elementares de archeologia ...* 1878.

de Mousinho do cargo. Mas o principal interesse do relatório reside na assunção teórica sobre o que deveria constar de uma intervenção de restauro com considerações técnicas pertinentes e de grande actualidade. Já anteriormente o Mosteiro da Batalha, um conjunto todo ele simbólico desde sempre identificado com a Pátria e seus valores agregadores, fora motivo de consternação para várias personalidades como Frei Luís de Sousa⁶⁶, James Murphy⁶⁷, também o Cardeal Saraiva⁶⁸, ou seja, Frei Francisco de S. Luís, e ainda Alexandre Herculano⁶⁹ ou Ramalho Ortigão⁷⁰ para quem a Batalha é o “grande livro de mármore”. Mas a Batalha, desgraçadamente, não constituía caso isolado.

O texto intitulado *O culto da arte em Portugal* de Ramalho Ortigão, cuja 1ª edição é de 1896, é o mais longo, detalhado, crítico e demolidor testemunho da situação catastrófica em que o país deixara cair os seus monumentos:

“Levaria muito tempo e seria excessivamente triste enumerar todos os atentados de que têm sido e continuam a ser objecto, perante a mais desastrosa indiferença dos poderes constituídos, aos monumentos arquitectónicos da nação, os quais assinalam e comemoram os mais grandes feitos da nossa raça, sendo assim por duplo título, já como documento histórico, já como documento artístico, quanto há, sobre a terra em que nascemos, mais delicado e precioso para a honra, para a dignidade, para a glória da nossa pátria”⁷¹.

É oportuno referir neste contexto as preocupações demonstradas pela Academia Real da História, logo nos anos vinte de Setecentos, em questões de conservação dos monumentos antigos, estipulando que todas as antiguidades devem ser conservadas, que não podem ser destruídas nem danificadas e que todas as descobertas deverão ser comunicadas à Academia, cuidados contemporâneos a idênticas manifestações que surgem pela Europa. Todavia, convém recordar que Portugal, com o Alvará Régio de 14 de Agosto de 1721, promulgado pela Academia Real da História criada em 1720, se torna o primeiro país europeu a publicar

⁶⁶ SOUSA, Frei Luís de – “História de S. Domingos”. Parte 1ª, Livro 6º, Cap. 12º. 1623. In SARAIVA, Cardeal – *Memoria histórica sobre as obras de Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria vulgarmente chamado da Batalha*. 1872 (Obras Completas; vol. 1: 271-342).

⁶⁷ MURPHY, James – *Travels in Portugal ...* 1795.

⁶⁸ SARAIVA, Cardeal – *Obras cit.*

⁶⁹ HERCULANO, Alexandre – *Obras cit.*

⁷⁰ ORTIGÃO, José Duarte Ramalho – “O culto da arte em Portugal”. 1943.

⁷¹ Idem, *ibidem*, vol. 1: 25.

legislação relativa à conservação do seu património⁷². E se o Alvará contempla edifícios, mármore, medalhas, esta medida da Academia vem na sequência da sua preocupação em inventariar os repositórios dos cartórios (isto é, arquivos). A modernidade da Academia, os seus fins, a sua organização, o suporte que dava ao rei e o que recebia dele, não surgem do nada. Segundo Mota⁷³, as intervenções da Academia culminam um longo período de germinação, reflectindo com clareza o poder monárquico centralizado e absoluto. As ideias materializadas no século XVIII sobre o património continuam em ebulição, atravessam todo o período pombalino (1750-1777), também o período liberal (1820-1836) e setembrista, para já no final do século XIX, recorrendo a Luciano Cordeiro, sintetizarmos a situação da seguinte forma:

“Ao passo que uns estudam os arquivos devem outros estudar os edifícios; enquanto uns soletram os códices, devem outros decifrar as pedras. Tanto nos primeiros como nos segundos estão os elementos para essa história, cujos resultados apenas enxergamos através da espessa nuvem de ignorância, que por todos os lados encurta o horizonte da nossa vista. Há certamente muito que aprender. Sem estudar, medir, analisar e comparar os monumentos, de nada valerão os esforços que se fizeram para escrever esse capítulo da vida do nosso povo”⁷⁴.

Entre o trabalho em geral desenvolvido pela Academia de História e a publicação do Alvará de 1721 com os subsequentes desenvolvimentos, é importante compreender qual o espaço reservado para as bibliotecas e para os livros. Elaboraremos mais sobre a Academia na Secção 4.3.1 mas não quisemos deixar passar a questão neste contexto.

A Academia preocupou-se muito com o destino dos cartórios e dos testemunhos monumentais. Seria, pois, interessante seguir a evolução das medidas e preocupações da Academia bem como da execução do Alvará, quer em termos práticos quer em termos teóricos e políticos, porque, na realidade, parece-nos que não existe um desenvolvimento consequente em matéria de conservação e restauro, isto é, a ideia não estaria suficientemente

⁷² MAIA, Maria Helena – “Património e restauro no século XVIII português”. 1997: 103-115.

⁷³ MOTA, Isabel Ferreira da – *Obra cit.*

⁷⁴ CORDEIRO, Luciano – *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal ...* 1875.

amadurecida o que, talvez, explique que decorra mais de um século até o assunto ser de novo retomado. Independentemente da época, é, porém, o facto de Mousinho de Albuquerque ter incluído propostas fundamentadas de intervenção técnica que tornam a sua *Memória inédita àcerca da Batalha* (1854) um marco na história da conservação em Portugal. Para exemplificar, transcreve-se uma passagem:

“O introduzir para qualquer fim [...] um meio ou processo alheio a todos aqueles que se conheciam na época da edificação, persuado-me que não é permitido ao restaurador; embora esse método ou processo seja mais simples e até absolutamente mais nítido que qualquer outro; e isto tanto mais quanto o monumento que se restaura, tem um estilo mais decididamente caracterizado. [...] A introdução pois de uma invenção do século 19 na restauração de um monumento perfeitamente caracterizado do décimo quinto século, seria uma injúria à razão e ao gosto, e um anacronismo imperdoável. O problema que tem a resolver o restaurador de um monumento precioso é um problema de cópia ou de fiel imitação; deve excluir a invenção própria e até mesmo o espírito de correcção e de melhoramento”⁷⁵.

A mensagem contida neste extracto é cristalina, de óbvia modernidade tanto do ponto de vista técnico como ético, o que motiva a leitura integral *Memória* para que se compreenda por que razão o documento constitui um marco. Os textos de Mousinho de Albuquerque ou de Luciano Cordeiro denunciam, assim, de forma insofismável como o problema da conservação e do restauro não mereceu a atenção que os momentos auspiciosos do primeiro quartel do século XVIII com a Academia Real da História pareciam augurar.

Também no século XIX merece especial menção o caso do Mosteiro dos Jerónimos. Manifestando preocupação idêntica à de Mousinho de Albuquerque com a Batalha, Luciano Cordeiro pronuncia-se a propósito das obras nos Jerónimos e da derrocada interna em resultado de intervenções erradas: “Quebra-se, mutila-se a sua estrutura e o seu carácter. Interrompe-se com a sua integridade material, a sua razão, a sua intenção histórica, até a sua unidade estética”. E continua,

⁷⁵ ALBUQUERQUE, Luís Mousinho de – *Obra cit.*: 26.

“[...] esta prodigalidade de concepção artística do membro principal, da edificação imaginada, para conclusão condigna e harmoniosa do grande monumento, corresponde perfeitamente à geral ausência de um estudo sério e de uma segura e nítida percepção do carácter, do estilo, da significação dele, da sua integridade histórica [...]”⁷⁶.

Entre crítico e amargo, prossegue Luciano Cordeiro:

“Não fica a bem dizer, completa e perfeita a restituição monumental somente com afeiçoar mais ou menos o plano e a pedra à forma primitiva. No Monumento fundiu-se uma ideia; reside e perpetua-se nele uma intenção, um culto, uma consagração histórica que se quer respeitar desde que se quer conservar e restaurar o Monumento. Se não se compreende, se não se sente, se não se respeita isto, parece hipocrisia o empenho e o cuidado da conservação material”⁷⁷.

Numa fase mais tardia é certo, mas tal como aconteceu com a Batalha, também os Jerónimos suscitam preocupação, e crítica, por se tratar dum monumento que se confunde com a história de Portugal.

Em Portugal esta necessidade de demonstrar uma ligação simultaneamente afectiva e racional ao passado não difere do que vai acontecendo pela Europa. Também em Portugal se pode enumerar uma galeria impressionante de intelectuais e políticos empenhados nessa clarificação e na preservação dos testemunhos físicos e monumentais do passado como Maia tão claramente demonstra⁷⁸. Um conjunto de personalidades que compreenderam sem hesitações que esses testemunhos tinham a ver com a identidade dos portugueses, simultaneamente com a sua história passada e com o legado para o futuro. Com diferenças de minúcia, as interpretações de Herculano ou Luciano Cordeiro, de Possidónio da Silva ou de Vilhena Barbosa não diferem entre si nem das actuais no fundamental. O *corpus* de preocupações, de conceitos, de princípios teóricos é em tudo idêntico.

⁷⁶ Alusão às sugestões feitas pelo director da Casa Pia de Lisboa em 1882 para a intervenção a realizar no Mosteiro dos Jerónimos.

⁷⁷ CORDEIRO, Luciano – *As obras dos Jeronymos ...* 1895: 13-14, 17.

⁷⁸ MAIA, Maria Helena – *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*. 2007.

As leituras feitas permitem concluir que a situação descrita para o património monumental⁷⁹, ou a florada para o património arquivístico, não encontra paralelo no tocante ao património bibliográfico. O património bibliográfico parece ter sofrido percurso próprio e é sobre esta diversidade que pretendemos reflectir. As referências a *património bibliográfico* ou *arquivístico* identificadas constatarem um dado adquirido, como um ponto de chegada, apesar das muitas diferenças que os separam. Acresce ainda que, quanto ao *património arquivístico*, a conceptualização acontece por razões inadiáveis uma vez que o seu papel essencial para a fundamentação da história de Portugal é amplamente reconhecido⁸⁰, mas também não se adianta muito mais: os documentos existentes nos cartórios, em sentido prático, servem para avaliar os actos jurídicos e administrativos e autenticar os factos históricos⁸¹.

Esta visão, aliás, continua a prevalecer nos estudos actuais e embora se reconheça nos documentos de arquivo o substrato como memória da nação, o lado orgânico e tecnicista dos arquivos é muito mais enfatizado⁸². Fosse por influência do momento político quando

“Os diplomas legais que tiveram por objecto o património documental das instituições extintas traduzem uma clara preocupação em criar condições para que esses acervos fossem devidamente instalados e posteriormente postos ao serviço do público, de acordo com a concepção liberal do acesso de todos os cidadãos às fontes de informação, herdada da Revolução Francesa”⁸³ [...] “a fim de possibilitar estudos de carácter histórico”⁸⁴,

os arquivos têm um papel a desempenhar mas não nos parece que Fernanda Ribeiro se tenha preocupado com o papel dos documentos e a responsabilidade das instituições na construção da identidade colectiva. Contrapondo a esse papel de autenticação tão à moda do século XIX – para o qual a diplomática desempenhou importante papel – os documentos das bibliotecas,

⁷⁹ Mais recentemente, a publicação da tese de doutoramento de CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo – *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a I República: fundamentos e antecedentes*. 2011, não veio alterar em nada o que fomos afirmando sobre a inexistência de estudos sobre património documental, em especial bibliográfico, uma vez que também esta problemática não é aí abordada.

⁸⁰ RIBEIRO, João Pedro – *Observações históricas e críticas...* 1798; RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas*. 1819; BAIÃO, António – *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 1929; MOTA, Isabel Ferreira da – *Obra cit.*

⁸¹ HERCULANO, Alexandre – *“Monumentos pátrios”* ... 1907, vol. 2: 5-56.

⁸² RIBEIRO, Fernanda – *O património documental* ... 2000.

⁸³ *Idem, ibidem*: 23.

⁸⁴ *Idem, ibidem*: 25.

pelo contrário, são analisados noutra perspectiva. A valorização é atribuída à peça em si mesma, fora da conjuntura, do tempo e espaço portugueses. Os documentos de biblioteca, contrariamente ao que acontece com os de arquivo, apresentam-se descontextualizados, são independentes da conjuntura e de qualquer estrutura. A seu modo, os documentos de biblioteca são intemporais. Na biblioteca, o documento vale por ele próprio, relaciona o presente visível com um passado mais ou menos encoberto e invisível e, nesse sentido, é sempre património. Mas a discussão sobre se esse património pode ser simultaneamente uma peça na construção da identidade colectiva não é feita.

Trate-se, pois, de bibliografia mais recuada no tempo (sobretudo século XIX), ou de bibliografia mais recente, para o caso do património bibliográfico não encontramos menção específica. Uma vez que o assunto não é referido, das duas uma: ou no século XIX se considerava que o debate estava ultrapassado (fosse porque não valia a pena, fosse porque estava esclarecido) ou, então, a clarificação ainda vai ter lugar.

2.2.2 – Património bibliográfico e bibliotecas em Portugal – Analisaremos aqui obras publicadas nos últimos vinte anos que consideramos significativas para o debate acerca de património bibliográfico e bibliotecas em Portugal. Não são muitos os títulos em causa e, no seu conjunto, não consideramos que tenham resolvido a questão da formação e génese do conceito *património bibliográfico*, como também não nos parece que tenham discutido a questão da *identidade*. De qualquer modo, todas as obras sobre as quais iremos reflectir são preciosas no sentido em que estruturam muita informação sobre questões patrimoniais e que nos forneceram enorme manancial bibliográfico. A nossa opção para a sua apresentação foi a de seguir a sequência do nosso próprio percurso embora reconheçamos que cada um destes trabalhos deve ter tido em conta os estudos em áreas científicas convergentes publicados anteriormente.

Os primeiríssimos trabalhos que nos despertaram para a questão da formação do conceito de *património bibliográfico* são da autoria de Maria Helena Maia. Num artigo publicado em 1997⁸⁵, a autora debruça-se com pormenor sobre a teorização do conceito património arquitectónico, mas no início do trabalho, ao referir a formação e intervenção da Academia Real da História, atribui a esta uma responsabilidade que não se limita ao

⁸⁵ MAIA, Maria Helena – “Património e restauro no século XVIII português”. 2007.

património arquitectónico nem arqueológico e aborda, ainda que muito fugazmente, a questão da identidade. Uma menção tão breve que nos despertou definitivamente o interesse sobre estas questões.

Em 2007, com a publicação da tese de doutoramento *Património e restauro em Portugal (1825-1880)* da mesma Maria Helena Maia, defendida na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Valladolid, os estudos patrimoniais em Portugal e para o caso português, da nossa perspectiva, entram numa fase diferente. Do ponto de vista geral, esta obra de Maia elabora uma verdadeira história do património e restauro em Portugal: enumera autores, refere as respectivas obras e intervenções directamente envolvidas com a questão do património e restauro, cita legislação, datas. De repente, vimo-nos envolvidos com os autores portugueses mais consagrados do século XIX descobrindo preocupações e atitudes cujo conhecimento é absolutamente indispensável para entrar no quadro mental oitocentista específico. Inevitavelmente, fomos também cimentando a nossa hipótese de que a atenção votada ao património monumental (arquitectónico e arqueológico) não encontrou paralelo no tocante ao património bibliográfico e fomos, pois, percebendo que existia um vazio que era necessário compreender e para o qual se impunha resgatar outra informação fosse em fontes primárias, do século XIX ou anteriores, fosse em fontes secundárias mormente trabalhos actuais que tivessem explorado a temática. À primeira leitura, diríamos que está lá tudo. Fazemos esta afirmação com dupla intenção porque essa impressão é muito forte e porque só a continuação da nossa própria investigação sobre aquela faceta que mais nos interessa (património bibliográfico e bibliotecas como construtoras da identidade) poderá, gradualmente, vir a confirmar. É verdade que Maria Helena Maia tece considerações sobre o *património bibliográfico*, mas parece-nos excessiva quer a sua convicção quer a latitude da sua afirmação ao considerar que “constitui uma primeira aposta clara na estruturação de uma rede de bibliotecas e museus pensada à escala nacional”⁸⁶. Por um lado, com a extinção dos conventos acumulou-se um volume colossal de obras a que era preciso dar destino e esse conjunto constituía, sem dúvida, *património bibliográfico* mas não necessariamente *património bibliográfico nacional* e a introdução desta diferença equaciona outro problema. De facto, só a expressão *património bibliográfico nacional* pode ter a ver com a construção da identidade; por outro lado, a existência de bibliotecas espalhadas pelo país só ascende à figura de *rede* se houver alguma estrutura e coordenação. A terminologia é demasiado moderna

⁸⁶ MAIA, Maria Helena – *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*. 2007: 47-48.

para, com propriedade, poder ser aplicada retroactivamente. Logo, quer a situação real quer a dedução de Maia vai exigir da nossa parte uma análise cuidada. Pensamos que toda a argumentação e todos os elementos recolhidos por Maia têm como preocupação central a questão do património monumental e as observações feitas a propósito do património bibliográfico são periféricas, não tendo merecido a mesma análise profunda. Não que o trabalho em apreço não incluía dezenas de referências bibliográficas utilíssimas e imprescindíveis para o conhecimento e a compreensão da nova disciplina em Portugal, mas no cerne da sua investigação não estão as bibliotecas. Ora, o entendimento claro dos conceitos *património bibliográfico*, *património bibliográfico nacional*, *biblioteca como construtora da identidade* exige a colocação do investigador noutra perspectiva com a inerente consideração de outros aspectos e desenvolvimentos. Sobretudo quando se está convicto como nós estamos de que o património bibliográfico exige uma clarificação que colocará as bibliotecas num outro patamar e abrirá horizontes diferentes para a história das bibliotecas em Portugal. Porque acreditamos que existe esse potencial para ser explorado é que a leitura de *Património e restauro* se tornou tão marcante e decisiva, não se vislumbrando a partir das omissões que assinalámos nenhuma contradição.

Depois da leitura da tese de Maia, tornou-se indispensável chegar ao contacto com uma obra amplamente citada na sua tese. Trata-se da tese de doutoramento de Lúcia Rosas embora corrêsemos o risco de, mais uma vez, não irmos ao núcleo do problema. Apesar desta dúvida, debruçamo-nos, então, sobre a tese de doutoramento de Lúcia Maria Cardoso Rosas em História de Arte e defendida em 1995 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto⁸⁷. Todo o trabalho é dedicado às questões do património arquitectónico, mas as múltiplas referências bibliográficas para a época em causa proporcionaram-nos vastíssima bibliografia e uma fundamental introdução à temática. Ao estudo de Lúcia Rosas ficamos, portanto, a dever a riquíssima informação bibliográfica que nos permitiu ir dirimindo um volume substancial de fontes primárias, a introdução à problemática da simbologia dos monumentos, ao valor do património para a construção da memória colectiva. É verdade que Rosas desenvolve o seu trabalho no âmbito da história de arte e, portanto, não poderíamos esperar que também enveredasse pelo das ciências da informação, nomeadamente pela problemática das bibliotecas. Mas situando-nos no campo mais lato das artes, não podemos deixar de considerar que o seu trabalho deve ser considerado para o estudo e conhecimento do

⁸⁷ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios ...* 1995.

desenvolvimento de matérias como a conservação e restauro cuja teorização é simultaneamente válida para a história da arte, para o património, para a museologia, para a biblioteconomia ou para a arquivística.

Prosseguindo a nossa pesquisa, deparámo-nos com a tese de mestrado de Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues em História de Arte Contemporânea e defendida em 1998 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa⁸⁸. Trata-se, de novo, de um trabalho no campo da história de arte mas o número limitado de trabalhos para as ciências da informação fez com que recorrêssemos a áreas da mesma família do conhecimento na esperança de que nos pudessem esclarecer um pouco. Encontrámos no trabalho de Rodrigues muitos elementos comuns à tese de Lúcia Rosas; Rodrigues também se centra no património arquitectónico e não debate nenhuma questão relacionada com o património bibliográfico. Claro que este distanciamento não nos admira e o seu registo até se torna, em certa medida, clarificador e ajuda a dirigir o nosso próprio estudo. A leitura desta tese é muito rica do ponto de vista da exposição e discussão conceptual relativa ao património monumental tendo-se tornado muito sugestiva para a nossa própria reflexão.

Em conclusão, a leitura e análise dos estudos de Maia e de Rosas, mas também de Rodrigues, despertaram-nos para determinada problemática, constituíram uma magnífica e enriquecedora introdução aos estudos do património e do restauro em Portugal, mas deixaram de fora as bibliotecas e, por isso, procurámos nessa altura outras obras que nos redireccionassem para o mundo das bibliotecas fosse por que caminho fosse. Tornava-se cada vez mais nítido que as bibliotecas não tinham beneficiado da atenção e dos cuidados que políticos e intelectuais haviam dedicado ao património monumental durante o século XIX e, nesse sentido, ficava a pergunta: se as bibliotecas não mereceram atenção semelhante aos arquivos e ao património monumental, será que alguma vez terão recebido essa atenção? Admitindo que sim, então, aconteceu antes ou depois de meados do século XIX?

O conhecimento da história e os dados, ainda que vagos, sobre algumas grandes bibliotecas portuguesas, indicaram-nos o caminho. Não era plausível aceitar que as incorporações do século XIX acontecidas na sequência da extinção das ordens religiosas (1834) tivessem acontecido sem a existência de uma estrutura fosse ela qual fosse. Claramente, este nosso raciocínio foi-se cimentando por influência de outras leituras, de conhecimentos acumulados que não conseguimos datar ou balizar. Apesar da escassez bibliográfica, o silêncio

⁸⁸ RODRIGUES, Paulo Alexandre Rodrigues Simões – *Património, identidade e história ...* 1998.

informativo alimentava um manancial de sugestões que nos foram, sub-repticiamente, deslocando para um tempo anterior ao século XIX. A obra de Paulo Barata⁸⁹, sobre a incorporação das bibliotecas monásticas no rescaldo da legislação de Mousinho da Silveira, foi determinante nesta evolução e voltaremos a ela. Antes, porém, sentimos a necessidade de perceber a situação criada com a legislação de Mousinho da Silveira e acaba por ser o trabalho de Martins da Silva, abaixo referido, que nos introduzirá ao mundo das bibliotecas, uma introdução utilíssima conduzida pela mão de alguém que não sendo profissional de biblioteca se socorre, sem surpresa, de outra terminologia e propõe outra abordagem projectando a interdisciplinaridade como uma plataforma indispensável.

Em pleno século XIX, em função da rápida mutação política e social, a situação das bibliotecas altera-se. A nossa preocupação não será tanto com a construção das bibliotecas mas com o destino das bibliotecas que existiam. Neste particular, é muito importante seguir a tese de doutoramento de António Martins da Silva defendida em 1989 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁹⁰. Que bibliotecas são essas sobremaneira afectadas pela legislação de Mousinho da Silveira, institucionalmente quais eram os seus vínculos, onde se anichavam? Sobretudo nas instituições religiosas que serão completamente sacudidas pela legislação de Mousinho da Silveira e pela zelosa execução de Passos Manuel. Numa listagem completa e explanada segundo uma sequência temporal muito clara, Martins da Silva enumera os vários decretos que vão ditando a incorporação das respectivas bibliotecas das casas religiosas em departamentos do Estado. Na altura, os núcleos bibliográficos foram irremediavelmente divididos, destruindo a lógica interna existente. Terá esta destruição correspondido a falta de critério e de conhecimento, ou tratou-se de uma intervenção segundo um esquema utilitário que em tempo de profunda mudança política pareceu o mais exequível? Ou, muito pelo contrário, essa divisão esteve de acordo com um paradigma, fosse ele qual fosse? Esta questão só poderá ser respondida através de estudos individualizados, biblioteca por biblioteca, com o objectivo de avaliar o impacto que introduziram no percurso das bibliotecas o que, quanto a nós, deve ter sido negativo (pelas perdas inevitáveis e pelo desmantelamento).

Conseguir uma resposta clara a esta última questão pode ser muito enriquecedora para a história das bibliotecas portuguesas, distinguindo as genuínas bibliotecas patrimoniais das

⁸⁹ BARATA, Paulo – *Os livros e o liberalismo...* 2003.

⁹⁰ SILVA, António Martins da – *Desamortização e venda dos bens nacionais ...* 1989.

outras. A legislação liberal e setembrista não pode ser considerada apenas como peça instrumental duma política que esperava dessa forma determinada cortar com o passado e impor um regime e um corpo legislativo que dificilmente poderia ser removido evitando, portanto, um retrocesso político e social. Concordamos na totalidade com este tipo de observação feito por Martins da Silva, o qual não oferece discussão já que a rapidez com que a legislação é produzida e o volume de diplomas promulgados denuncia a intenção. A listagem de diplomas legais da autoria de Mousinho da Silveira referida por Brandão e Feijó⁹¹ é esclarecedora: entre Março de 1832 e Julho de 1833 são sessenta diplomas entre os quais se encontra o Decreto de Extinção de Conventos e Colegiadas, o qual nos interessa em particular. Se a intenção do legislador foi bem compreendida, aceite e executada, é outro problema que não cabe agora analisar. Para ter uma ideia sobre a execução do Decreto de Extinção, transcrevemos parte de um ofício enviado pela Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Arqueologia, presidida pelo Marquês de Sousa e Holstein e secretariada por Luciano Cordeiro, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça que diz o seguinte:

“Extintas por lei as comunidades monásticas, e indo-se conseqüentemente despovoando os conventos de religiosas, acham-se em iminente risco de se perderem muitas riquezas, históricas, artísticas e arqueológicas na posse daqueles estabelecimentos, e hoje de propriedade nacional, quer por natural abandono e ignorância de quem não sabe o valor crítico dessas preciosidades, e os direitos que sobre elas tem o Estado, quer por falta de inventariação regular e competente delas, e de responsabilidade efectiva de quem as devia ter sob a sua guarda até à extinção da comunidade respectiva. Ao conhecimento da Comissão tem chegado notícia de factos verdadeiramente vergonhosos e tristíssimos, relativamente a vendas e dádivas mais ou menos disfarçadas e sempre altamente lesivas e ilegais de objectos preciosos pertencentes a conventos, de livros interessantíssimos, de monumentos de arte do mais alto valor, etc.”⁹².

⁹¹ BRANDÃO, Maria de Fátima; FEIJÓ, Rui Graça – “O discurso reformador de Mousinho da Silveira”. In *O século XIX em Portugal ...* 1981: 267-288.

⁹² CORDEIRO, Luciano – *Relatório dirigido ao Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Ministro...* 1876 (Ofício nº 4).

Aliás, Martins da Silva, tendo feito um levantamento da opinião pública de então sobre a legislação em causa, não identifica vozes contra o que o próprio reconhece não ser de espantar porque aos vencidos à época não restariam muitas oportunidades de se manifestarem. Ora sendo assim, como entender a saída menos organizada das livrarias dos extintos conventos? À boa vontade certamente não se ficou a dever.

“Foi necessário aguardar pelas alterações políticas ocorridas a partir de 9 de Setembro de 1836 para que o panorama cultural do país merecesse sérias atenções, e, implicitamente, para que a matéria em questão fosse alvo de maior cuidado. De facto, os governos setembristas...ordenaram um conjunto de medidas que visavam não só a criação e a reestruturação de estabelecimentos de ensino, cultura, arte e ciência como também o aproveitamento e a selecção de obras especializadas das livrarias dos extintos conventos para serem distribuídas por aquelas instituições”⁹³.

E as medidas ordenadas, afectando bibliotecas e museus, são várias e sem margem para interpretações a gosto.

O trabalho de Martins da Silva é importante para a nossa investigação na medida em que enumera os vários destinos das diferentes bibliotecas. Mas a este aspecto positivo junta-se um outro menos esclarecedor, isto é, na documentação por ele identificada não encontramos referências às questões de identidade que temos vindo a levantar o que sendo uma ausência sistemática se torna, à sua maneira, igualmente significativa. Ou seja, mais uma vez o silêncio existente faz-nos ponderar sobre o momento do aparecimento do conceito *património bibliográfico*. Apesar de, no seu conjunto, o estudo de Martins da Silva deixar de se cruzar com os nossos interesses específicos, podemos concluir que naquele período o debate em torno do conceito *património bibliográfico* estava suspenso e isso é o que importa registar. A obra de Martins da Silva tem como objectivo esclarecer as questões político-administrativas e de carácter “mecânico” que as incorporações colocam e, assim, o problema da distribuição em função do conteúdo e do perfil da biblioteca receptora não é equacionado. Não o sendo, poderá simplesmente significar que o problema já não se colocava. Quer porque, no passado, tinha sido resolvido ou, pura e simplesmente, sem estar resolvido não importava. Estava, pois, suspenso.

⁹³ SILVA, António Martins da – “A extinção das ordens religiosas...” 1993: 353-392.

Assim, à medida que íamos mentalmente alinhando diferentes questões, fomos também constatando que os limites cronológicos oitocentistas não iriam ser respeitados; ficávamos cada vez mais seguros que deveríamos recuar no tempo e procurar no século XVIII o aparecimento, ou a simples sensibilidade, para essas mesmas questões. Na verdade, as contribuições de Maia e de Rosas já introduziam o século XVIII mas a nossa fixação inicial no século XIX, a convicção de que a resposta se encontraria no século XIX, impedia-nos essa clarividência. Aparentemente fora do âmbito que inicialmente havíamos definido, chegámos à obra de Isabel Ferreira da Mota⁹⁴ que acabou por se tornar crucial para a compreensão de certos aspectos políticos e culturais setecentistas.

O século XVIII marca um corte em relação passado e embora esse corte não seja ao longo do século sempre da mesma natureza ou não manifeste audácia constante, entendemos que também poderíamos considerar o mesmo período para observar o que foi acontecendo com as bibliotecas e a respectiva construção. Elegemos, assim, o período de D. João V (1707-1750) como marco temporal a montante (com a sua Livraria Real – a partir de 1707⁹⁵, a Biblioteca de Mafra – 1730, a Biblioteca da Universidade de Coimbra – 1717 ou com a Academia Real da História – 1720), período que culmina dois reinados depois com toda a movimentação em torno da fundação da Real Biblioteca Pública da Corte (1796). Sem que signifique uma vinculação, não podemos deixar de incluir aqui a chamada de atenção feita por Virgínia Rau e Eduardo Borges Nunes⁹⁶ sobre a alegada insensibilidade de D. João V por livros ou bibliotecas a propósito do destino da livraria de D. Pedro II (1648-1706). A ser verdade, como a imagem de D. João V se alteraria! É indispensável, contudo, referir o trabalho de Schwarcz⁹⁷ que tem visão bem diferente sobre os cuidados e interesse genuínos que D. João V colocou na criação e enriquecimento das bibliotecas que fomentou, nomeadamente com a rede de emissários encarregados de adquirir livros. Quais seriam, então, as verdadeiras razões que terão levado D. João V a levantar tais monumentos ao conhecimento como a Biblioteca de Coimbra ou de Mafra? Uma preocupação genuína com a organização do saber? Ou uma preocupação desmesurada de demonstração de poder? Para o nosso trabalho não se coloca

⁹⁴ MOTA, Isabel Ferreira da – *Obra cit.*

⁹⁵ A Livraria Real é anterior a D. João V. O que sabemos é que ele a utilizava e que na década de 20 fazia consideráveis encomendas para ela. Ver ALMEIDA, Luís Ferrand de – “D. João V e a Biblioteca Real”. 1991. Analisaremos esta questão em **4.2.5.**

⁹⁶ RAU, Virgínia; NUNES, Eduardo Borges, ed., introd. – *Inventário post mortem Del-Rei D. Pedro II.* 1969: 16.

⁹⁷ SCHWARZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis ...* 2002.

tanto a questão da apetência pela aquisição de documentos gráficos (livros, manuscritos, estampas) mas antes a questão de perceber a razão destes investimentos consideráveis.

Conhecer a forma como se foram constituindo as livrarias particulares e as bibliotecas “oficiais” (termo a que recorreremos contrafeitos e apenas para as diferenciar das particulares) deveria fornecer-nos elementos que nos permitissem reconhecer se existia nessa actividade alguma preocupação de reunir obras que pudessem ser indispensáveis à compreensão da identidade portuguesa e justificação da autonomia da nação em termos ibéricos⁹⁸. As “quantiosas somas” do erário público, expressão de Ribeiro dos Santos a que recorro retroactivamente e fora do contexto original⁹⁹, que D. João V gastou na aquisição de livros têm de ter uma racionalidade. Podem-se equacionar várias alternativas mas nenhuma delas altera o facto, isto é, a reunião daquela quantidade de livros constitui objectivamente uma manifestação do poder central e essa semente, melhor ou pior conceptualizada, enraizou. Proceder à identificação dessas obras a partir da análise dos respectivos catálogos (ou listas) e títulos neles mencionados e tão afincadamente reunidos pelos seus possuidores poderia originar outra linha de investigação mas esse trabalho, porém, não constituiu objectivo da presente dissertação. Mesmo assim, e embora a venhamos a utilizar mais adiante em **4.2.1 – Biblioteca da Universidade de Coimbra** parece oportuno citar o estudo de António Pimentel¹⁰⁰ sobre a Biblioteca da Universidade de Coimbra quando, situando-se em pleno período joanino, usa a expressão “quadrilátero estratégico” para incluir as quatro grandes bibliotecas joaninas (a de Coimbra, a de Mafra, a dos Oratorianos e a Biblioteca Real) querendo significar que teria existido uma articulação conceptual e também nos fins e objectivos dessas bibliotecas. Esta é uma interpretação muito sugestiva a deixar uma porta aberta para futuras investigações.

Desenhando períodos muito largos, o trabalho de Isabel Ferreira da Mota sobre a Academia Real da História, tese de doutoramento em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra¹⁰¹, transporta-nos para pleno século XVIII quando D. João V edificava a Biblioteca da Universidade de Coimbra (1716), criava a Academia Real da História (1720) ou, ainda, construía a Biblioteca de Mafra (1733) e adquiria quantidades impressionantes de livros

⁹⁸ Voltaremos a esta problemática quando referirmos a relação científica entre Cenáculo e João Pedro Ribeiro. Ver **6.2.3**

⁹⁹ Expressão utilizada a propósito da avaliação do Gabinete Erudito dos Teatinos, 7 Nov. 1795. In DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios...* 1995: 115-118.

¹⁰⁰ PIMENTEL, António Filipe – “A Biblioteca da Universidade e os seus espaços”. In AMARAL, A. E. Maia do, coord. – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. 2009: 11-21.

¹⁰¹ MOTA, Isabel Ferreira da – *Obra cit.*

sobre as quais, aliás, se comentou ser pena não terem depois grande préstimo, isto é, serem pouco utilizados¹⁰². Nessas aquisições, qual era o lugar para obras de autores portugueses? E teriam a ver com a afirmação da identidade portuguesa, no prosseguimento de preocupações que vêm desde o Renascimento, passando pela Restauração, com a construção e afirmação do Estado português? Ou, pelo contrário, a aquisição de obras, mesmo de autores portugueses mas muito mais as de autores consagrados na Europa, revelaria uma eventual preocupação de afirmação do poder por parte de D. João V? Estas são questões para as quais não encontramos resposta na obra de Mota o que não impediu, contudo, que fosse a consulta do seu trabalho sobre as origens, orgânica e desenvolvimento da Academia Real da História que nos tenha indicado, em grande medida, o caminho da investigação.

Como defende Mota, a Academia assumia-se como uma manifestação do poder real joanino e, nesse sentido, é muito importante acompanhar as medidas tomadas tanto no tocante à recolha de documentos nos cartórios (claramente uma manifestação do exercício do poder político centralizado) como as medidas decretadas relativamente aos monumentos (interpretados em sentido lato) e a constituição das bibliotecas. As medidas decretadas por D. João V – uma novidade em si mesmas – são uma manifestação do poder político centralizado, mas será que haveria a sensibilidade para a necessidade de reunião e organização dos elementos construtores da identidade? Seguramente que é muito difícil separar os dois níveis e é isso exactamente que tentaremos em seguida esclarecer.

Outra tese de doutoramento que consultámos foi a de Jorge Manuel Rodrigues Ferreira defendida em Ciências da Informação da Universidade Complutense de Madrid em Janeiro de 2009¹⁰³, a qual, ao fazer menção no seu título a Mafra, uma das bibliotecas mais emblemáticas do século XVIII português, inevitavelmente despertou o nosso interesse. Trata-se, de facto, de um extenso levantamento de individualidades que se preocuparam com a questão da classificação nas bibliotecas. A listagem de individualidades bem como a referência à sua própria bibliografia, como é o caso muito concreto de António Ribeiro dos Santos, primeiro bibliotecário da Real Biblioteca Pública da Corte depois de ter ocupado cargo similar na Biblioteca da Universidade de Coimbra, torna-se numa importante fonte para o nosso trabalho. Certamente que a questão do sistema de classificação é, para a nossa tese, fulcral e

¹⁰² ALMEIDA, Luís Ferrand de – *Obra cit.*: 413-438.

¹⁰³ FERREIRA, Jorge Manuel Rodrigues – *De la organización de la Biblioteca Real de Mafra ...* 2008.

por isso teremos de perceber com muito pormenor a solução encontrada pelos bibliotecários de Mafra no século XVIII.

Ainda relativamente à Real Biblioteca de Mafra registamos a informação de que não se tratava de uma biblioteca pública¹⁰⁴; pelo contrário, destinava-se aos membros da corte e seus convidados que sempre podiam encontrar ajuda na pessoa de algum frade, sempre franciscano fosse ou não bibliotecário, mais familiarizado com o conteúdo da biblioteca a colmatar alguma desordem. Poderiam também recorrer ao guia *Ad Lectorem* preparado por Frei António de Cristo¹⁰⁵, franciscano da Província da Arrábida encarregado de preparar o catálogo, concluído entre 1755 e 1758, o que leva a pressupor que o leitor poderia divagar por conta própria no grande espaço da livraria já que dispunha de um instrumento de pesquisa. Em 4.2.3 aprofundaremos a problemática em torno da Biblioteca do Convento de Mafra.

Um outro estudo, também recente, e que mereceu sobremaneira a nossa atenção foi a tese de mestrado defendida na Universidade Aberta (Lisboa) por Paulo Barata¹⁰⁶. Procuraremos analisar o mais profundamente possível este trabalho porque o temos como essencial. Consideramos importantíssimas as reflexões sobre as questões da arrecadação e distribuição, do entesouramento *versus* património bibliográfico, da conservação das espécies, do novo paradigma de biblioteca. O trabalho de Paulo Barata representa a primeira tese académica que entra decididamente no mundo das bibliotecas, tendo como tema único e central as bibliotecas sugerindo interpretações com base em documentos exclusivos à própria biblioteca. Não é um trabalho sobre livros ou leitura ou outras questões trazendo por arrasto as bibliotecas. Pelo contrário, nesta tese, as bibliotecas estão no centro da problemática e, por esse motivo, deve ser especialmente destacada. Trata-se de uma referência e análise exaustivas a documentos relativos ao processo de arrecadação das livrarias conventuais na sequência da extinção dos conventos, evidenciando as etapas sucessivas pelas quais o processo se vai desenvolvendo e ao qual não é estranha a intervenção da própria Real Biblioteca Pública da Corte que, naturalmente, estava “vencionada para centralizar e coordenar o processo de arrecadação das bibliotecas conventuais”¹⁰⁷.

Importa compreender o alcance desta predisposição a qual irá, ao longo do complexo processo de incorporação, atribuindo gradualmente um papel de maior responsabilidade à

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*: 92.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*: 92.

¹⁰⁶ BARATA, Paulo – *Obra cit.*

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*: 26.

Biblioteca Nacional de Lisboa (denominação entretanto atribuída por diploma legal a 7 Dezembro 1836), acabando por destacá-la entre as restantes bibliotecas portuguesas, situação que originou grande mal-estar e que, aliás ainda hoje, continua a provocar alguma fricção. Essa função de centralização e coordenação da Real Biblioteca é, aos poucos, ampliada com uma outra que se prende com a distribuição no âmbito da criação e instalação das bibliotecas públicas, museus e até bibliotecas em liceus, possibilitando à Biblioteca Nacional de Lisboa alcançar um lugar distinto entre as demais bibliotecas portuguesas enquanto arrecadava e distribuía¹⁰⁸. Todo o trabalho de incorporação e distribuição executado não foi nem simples nem linear e, para que se entendam bem as circunstâncias, vale a pena seguir atentamente todo a actuação da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC) quando à sua frente esteve António Nunes de Carvalho (1834-1836) desmantelando e desarticulando os espólios dos conventos conforme é minuciosamente descrito¹⁰⁹.

A este propósito merece ser transcrita parte de um ofício enviado em Julho de 1839 pela CADLEC à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino:

“A Comissão achou neste Depósito uma quantidade extraordinária de livros em número talvez de mais de 300 000 volumes entrados por várias vezes e vindos de diferentes partes, sem a separação, e sem os catálogos necessários; acumulados, sem ordem, sem método e sem disposição alguma, confundidos e baralhados em várias celas do convento, para onde se introduziram; ou lançados promiscuamente por dormitórios ou corredores aonde não havia a claridade necessárias, nem as estantes para a sua possível classificação”¹¹⁰.

A descrição é elucidativa: títulos repetidos (“*entrados por várias vezes*”), misturados (“*sem separação*”), sem referência nem suporte identificativo ou instrumentos de pesquisa (“*sem os catálogos necessários*”) e armazenados em condições precárias (“*confundidos e baralhados em várias celas do convento*”). Fossem quais fossem as dificuldades e a complexidade da tarefa, concordamos quando é referida “a vocação patrimonial, visando exclusivamente o entesouramento”¹¹¹ da Biblioteca Nacional. Na altura, não restam dúvidas,

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*: 32.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*: 33-43.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*: 44.

¹¹¹ Idem, *ibidem*: 53.

era a preocupação de tudo recolher e reunir ou “acumular grande quantidade de bens formando tesouro”¹¹² que parecia presidir a qualquer plano de intervenção e é nesse sentido que Barata fala de *entesouramento*. Ora, para nós é esta consciência patrimonial, ou a falta dela, que queremos escarpelizar. Temos as mais sérias dúvidas que essa consciência fosse para lá do trabalho meramente físico e imediato. O trabalho de incorporação prosseguia infundável:

“No que diz respeito à distribuição dos fundos, a BNL não soube ainda, para além de arrecadar em proveito próprio milhares de obras, pensar e dinamizar as entregas, limitando-se a uma acção passiva de reacção aos já escassos pedidos do exterior”¹¹³.

A fazer fé nestas conclusões, então, mais cresce a nossa convicção de que é preciso apurar o verdadeiro (porque unívoco) sentido do conceito *património bibliográfico*. Apesar da exaustividade com que o processo de incorporação é dissecado no trabalho de Paulo Barata, não nos parece que o problema do património ou da contribuição na construção da identidade colectiva tenham sido discutidos. De qualquer forma, o levantamento exaustivo feito da documentação existente no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional dá informação abundantíssima para um aprofundamento no sentido que mais nos interessa.

Outro aspecto importante é a questão do estado de conservação das obras que vão sendo incorporadas. Trata-se de um problema que está interligado com a questão patrimonial e importa, portanto, recolher o máximo de informação. Já sabemos que várias personalidades manifestaram a sua preocupação sobre o estado físico das obras mas o que falta perceber é se havia a sensibilidade para o facto desse processo de deterioração estar a colocar em causa a sobrevivência do próprio património, isto é, de documentos que poderiam ser essenciais à compreensão da identidade portuguesa. Não nos parece que esta questão tenha sido abordada por Barata e, por isso, consideramos haver espaço também aí para desenvolver investigação. O trabalho de investigação de Barata centra-se, como ele próprio o designou, na mudança de paradigma de livraria conventual para biblioteca pública e como é que a Real Biblioteca Pública se acaba por destacar mas não aborda a questão da construção da identidade, o paradigma patrimonial no qual estamos especificamente interessados. As

¹¹² HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Salles – *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2003.

¹¹³ *Relatório* de Gabriel Pereira, 1898 *apud* BARATA, Paulo – *Obra cit.*: 57.

incorporações, orientadas pela CADLEC, fizeram-se na base da “separação de competências”¹¹⁴ das bibliotecas receptoras, mas resta apurar se as bibliotecas assim eleitas tinham responsabilidade na construção da identidade e tendo tido, como é que ascenderam a esse patamar. Não tendo este aspecto sido tratado por Martins da Silva, a abordagem de Paulo Barata constitui, pois, um desenvolvimento digno de nota. Toda a investigação aprofundada por Paulo Barata vai no sentido de demonstrar a execução coerente de uma política cultural de que as bibliotecas foram parte integrante e através da qual se privilegiaram as bibliotecas públicas (por oposição às conventuais ora extintas) e de como essa eleição correspondeu a uma mudança de paradigma. Podemos concordar que houve uma transformação profunda, do círculo religioso para o laico, do público restrito para um público alargado e fora de controlo, mas pensamos que o paradigma não é novo, recebe, sim, um impulso vigoroso. Isto é, o paradigma da biblioteca pública é anterior a 1834 e floresce depois mercê das enormes alterações políticas. Este novo paradigma instala-se associado a uma conceptualização que rompe com a vigente à época, e essa situação acontece no século XVIII, quando o poder real determina a criação de uma biblioteca com fins absolutamente distintos daqueles que enformavam as bibliotecas conventuais. Mesmo que os fins assim prescritos não tenham sido completamente cumpridos, o novo conceito ficou registado. A provar a nossa afirmação bastará recordar a desordem e o truncamento que atingiu a distribuição das colecções conventuais situação que teria sido evitada se a preocupação com a preservação do *património bibliográfico nacional* correspondesse à ideia de salvaguarda da *identidade*.

Esta questão, aliás, remete-nos para um projecto orientado por José Adriano de Freitas Carvalho¹¹⁵ no qual se equaciona todo o processo de desmantelamento das livrarias conventuais apesar das ordens dadas por escrito, com força de lei, sobre os cuidados a ter com o destino dos livros. E, muito perspicazmente, Freitas Carvalho perante o desnorte instalado pergunta “os livros continuavam a não pesar?” (entenda-se, a não interessar)¹¹⁶. É verdade que foram dadas instruções para não desmantelar as livrarias e proceder à sua inventariação. Mas a precipitação, as vicissitudes de natureza política interferiram de forma determinante. De inventários bibliográficos, rapidamente se caiu em inventários que sublinhavam o valor financeiro das obras com vista à venda em leilão. Depois de uma longa elaboração, sobre a

¹¹⁴ BARATA, Paulo – *Obra cit.*: 198.

¹¹⁵ CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. 1998-2002.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, vol. 1: XIII.

valorização atribuída a cada obra, Freitas Carvalho conclui que uma análise desses inventários “seria um bom índice de aproximação ao modo como os livros foram sendo olhados pela “nova [sic] sociedade portuguesa”¹¹⁷. Parece, pois, poder concluir-se que a preocupação com os livros foi bem mais materialista do que a legislação e regulamentação, a partir de 1834, ambicionaria, tendo havido um desvirtuamento daquela. Não parece, portanto, que o ambiente fosse propício à instalação dum novo paradigma.

Pela sua importância e pelo facto de a sua obra se debruçar largamente sobre a figura de Frei Manuel do Cenáculo e sobre a criação da Real Biblioteca Pública da Corte, introduziremos aqui uma análise de conjunto aos trabalhos de Manuela D. Domingos dedicados a essa temática, trabalhos todos mencionados mas entre os quais destacamos os publicados em 1990, 1992, 2006 e 2007.

O primeiro aspecto a referir é que não passou despercebida a Manuela D. Domingos a diferença entre a nova biblioteca proposta por Cenáculo e as bibliotecas anteriores. Cenáculo sente a necessidade de lançar novas bibliotecas, influenciado que estava pelo que vira em Itália (tema da *Jornada a Roma 1750*, que se aborda na Secção 4.1.2), as quais queria que fossem das melhores da Europa. Esta ideia é uma constante nos trabalhos de Domingos que a vai expondo e defendendo com base em citações do próprio Cenáculo. Nessa medida, a interpretação feita por Domingos não é passível de contradição. Outro aspecto a fixar é a preocupação de Cenáculo, também recorrentemente referida por Domingos, de reconstituir a “memória bibliográfica”¹¹⁸ destruída pelo Terramoto de 1755. É verdade que o próprio Cenáculo se empenhou em adquirir obras e que não se absteve mesmo de fazer a selecção daquelas que mais poderiam interessar para a futura biblioteca (por exemplo, a aquisição de obras da Livraria de D. José da Silva Pessanha¹¹⁹ submetida a escrutínio) mas o que Domingos não clarifica, quer porque não esteve preocupada com esse aspecto quer porque existirão omissões a esse respeito, é se Cenáculo ao referir-se à “memória bibliográfica” se referia de facto ao valor patrimonial, identitário das obras ou se apenas se referia ao valor material e “instrutivo” dos livros. Que valor tinham efectivamente os livros assim organizados para Cenáculo? Não descortinamos através dos estudos de Manuela D. Domingos sinais de uma

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, vol. 1: xiv.

¹¹⁸ DOMINGOS, Manuela D. – “A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775-1795 ...”. 1994: 59-70.

¹¹⁹ Viveu entre 1717-1775, diplomata nas Províncias Unidas, em Nápoles e Madrid desde cedo com grande interesse por livros. O trabalho de DOMINGOS, Manuela D. – *Livraria de D. José da Silva Pessanha...* 1998 analisa minuciosamente aspectos biográficos, etapas da sua carreira diplomática e também a biblioteca que foi reunindo.

sensibilidade dirigida para as questões patrimoniais e de identidade, questões para as quais, como temos vindo a afirmar, pretendemos respostas. Por exemplo, na análise que Domingos faz sobre o peso que as diversas temáticas tinham no conjunto bibliográfico de Cenáculo, a percentagem de livros de História era enorme (70%) mas para avaliar se esses títulos revelavam uma preocupação na reunião de obras com carácter patrimonial e de relevo na problemática da construção da identidade, teremos de saber que títulos eram esses ou, pelo menos, saber se determinados títulos constavam dessas listas. Este é um trabalho de identificação que terá de ser levado a cabo. Ou seja, os estudos de Manuela D. Domingos são importantíssimos e certamente constituem um embrião, mas parece haver ainda espaço para uma mais nítida aferição das verdadeiras razões que teriam estado por trás da vontade tão claramente expressa por D. Frei Manuel do Cenáculo de estabelecer uma biblioteca pública, razões que podem ter sido de duas ordens: por um lado, uma manifestação inequívoca do espírito das Luzes (o que ele viu em Itália mas também em Espanha, o que leu ou discutiu, com quem discutiu, com quem trocou impressões) e, por outro, completando a primeira influência, uma preocupação genuína de reunir, organizar e disponibilizar um conjunto de obras que aglutinassem entre si elementos construtores da identidade (para Cenáculo o que era uma colecção? qual a relação possível entre as colecções museológicas, bibliográficas e as naturais? até que ponto estas colecções tinham um sentido conclusivo, logo multiplicador do saber?).

Finalmente, em trabalho publicado em Maio 2008¹²⁰, Fernanda Ribeiro volta com maior fôlego a uma temática que já em 2000¹²¹ havia requerido a sua atenção. As contribuições de Ribeiro exigem a nossa análise porque, debruçando-se ambas sobre questões do património e da memória, tornam absolutamente indispensável perceber se há coincidência com os nossos pontos de vista e, não havendo, em que é que diferem. O primeiro trabalho de Ribeiro (2000) começa por historiar o aparecimento do conceito de património documental, recuando à Antiguidade e Idade Média, concedendo menção especial ao período do Iluminismo com a criação e acção da Academia Real da História, da Academia Real das Ciências e também da Real Biblioteca Pública. Foi-se deste modo formando o que Ribeiro designa de “memória institucional”. Entra-se depois na constituição da “memória nacional” para a qual, segundo Ribeiro, contribuiu de maneira decisiva a legislação liberal com as incorporações e também a acção posterior da Academia das Ciências face aos arquivos e cartórios, processo personificado

¹²⁰ RIBEIRO, Fernanda – *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial ...* 2008.

¹²¹ RIBEIRO, Fernanda – *O património documental ...* 2000.

por Alexandre Herculano. A autora aborda em seguida a intervenção da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, sublinhando que

“[...] marcando o início de uma nova era moldada por atitudes enquadradas num plano global de gestão do património documental e orientadas de acordo com perspectivas técnicas evidentes, no sentido de tornar acessível esse mesmo património”¹²².

A orgânica e os diplomas legais que enformam o organismo são depois minuciosamente analisados com especial incidência sobre a Biblioteca Nacional e sobre a Torre do Tombo. Como Ribeiro sublinha, grande parte do texto de lei é de incentivo à contribuição destas instituições (sobretudo a Biblioteca Nacional) para a instrução do povo num discurso que facilmente identificamos com a 1ª República. É verdade que no diploma de Março de 1911 surgem alguns sinais de preocupação com a questão do património bibliográfico e o texto deixa passar alguns afloramentos sobre esta questão. Trata-se da organização das bibliotecas eruditas para “conservação e valorização do livro, como elemento de cultura científica e como subsídio histórico”¹²³.

A autora assinala todas estas referências mas elas são todas muito recentes e, além da diferença temporal, para nós a verdadeira questão sobre se o património bibliográfico constitui um factor na construção da identidade colectiva, continua a ser pouco discutida. São ainda abordadas as questões do depósito legal e da criação do curso superior de bibliotecário-arquivista mas, para a problemática que nos preocupa, estes são temas laterais. Portanto, deste artigo (2000) extrai-se essa chamada de atenção para o diploma legal de 29 de Março de 1911 o qual dedica um cuidado especial às bibliotecas eruditas e aos seus objectivos. Somos mais reservados no tocante às intenções patrimonialistas do referido diploma porque os conceitos não são formulados nem discutidos. De qualquer forma, não se pode negar que se encontra aí um embrião. Como já referimos em **2.1 Questões terminológicas**:

“Museus e bibliotecas não estão fora do tempo; pelo contrário, os objectos que guardam constituem memória de um tempo e podem sempre contribuir para o

¹²² Idem, *ibidem*: 25.

¹²³ Idem, *ibidem*: 30.

reforçar bem como a identidade com que se confundem. Na nossa opinião, é por esta via que umas bibliotecas são patrimoniais, outras não”¹²⁴.

No seu estudo de 2008, Fernanda Ribeiro prossegue idêntica linha de investigação centrando-se sobre a actuação da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos ao tempo que António Ferrão¹²⁵ se encontrava à sua frente.

O trabalho está dividido em duas partes, uma dedicada completamente à acção da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (a primeira) e a outra que abarca a acção de António Ferrão. Para a autora, a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos encontra-se bem no cerne do desenvolvimento das bibliotecas e arquivos em Portugal e, por isso, a necessidade de concretizar este estudo. Começa assim pela análise detalhada do Decreto de 29 de Dezembro de 1887 que cria a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. Para Ribeiro, este Decreto já evidencia preocupações patrimonialistas no sentido de regulamentar a incorporação das bibliotecas de conventos extintos bem como determina medidas de protecção a esse património impedindo a sua alienação. O trabalho em apreço segue depois com o estudo das circunstâncias nacionais e internacionais em que a Inspeção surge bem como a análise dos primeiros tempos e das primeiras medidas da Inspeção. Trata-se de uma descrição pormenorizada da actividade da Inspeção o que nos permite visualizar as dificuldades, a dinamização de arquivos e bibliotecas, a construção duma infra-estrutura que os responsáveis da 1ª República percebiam como era indispensável ao progresso do país. É ainda analisada a actividade durante o período do Estado Novo que a autora, significativamente, designa de “a institucionalização do estado de torpor”. Na segunda parte, trata-se da pessoa e da actividade de António Ferrão. Não negaremos as preocupações patrimonialistas de Ferrão que F. Ribeiro salienta mas não cremos que esta seja a resposta à questão para a qual procuramos resposta. É claro que a Inspeção, e sobretudo a pessoa de A. Ferrão, se preocupavam com a dotação das bibliotecas; que entendiam esse enriquecimento como forma de instruir um país com altíssima percentagem de analfabetismo; que consideravam que era preciso dispor de livros, de muitos livros para combater a ignorância. Mas, visto nesta perspectiva, património bibliográfico é, de facto e

¹²⁴ *Ver supra*: 28.

¹²⁵ António das Dores Ferrão Bicho, 1884-1961, licenciado em História e membro de várias sociedades de cariz científico nacionais e estrangeiras. Depois de uma carreira de carácter administrativo, é nomeado Inspector-Geral das Bibliotecas e Arquivos em 1946 onde desenvolve um profundo trabalho de renovação das bibliotecas e arquivos, tema central do trabalho de Fernanda Ribeiro já referido (2008) e que utilizámos para este apontamento.

apenas, o conjunto de muitos livros. Entre este afã e a conceptualização que pretendemos identificar de forma a associar as bibliotecas à construção da identidade colectiva, não podemos concluir que haja coincidência de objectivos.

O estudo de Fernanda Ribeiro é muito importante porque é feito por uma investigadora com formação específica na área das ciências da informação, genuinamente empenhada na história dessa nova área, procurando entendê-la a partir de dentro, de molde a melhor contribuir para a elaboração da história das próprias bibliotecas portuguesas ainda por fazer. Como a Autora mesmo o afirma,

“[...] a construção científica de uma nova área centrada no estudo da Informação não pode prescindir do conhecimento do caminho antes percorrido e da evolução da prática empírica que está na sua génese”¹²⁶.

Apesar deste princípio de carácter epistemológico, continuamos a pensar que a história do conceito de património bibliográfico está em aberto e, sem um cabal aprofundamento, a história das bibliotecas portuguesas fica truncada.

Da leitura crítica destes onze títulos com interesse para a problemática em questão, retirámos elementos decisivos. Assim, a partir do trabalho de Lúcia Rosas e também de Paulo Rodrigues, um levantamento exaustivo no tocante ao património monumental, a construção duma nova área científica, a história do património e restauro em Portugal. Por seu lado, o trabalho de Maria Helena Maia sobre temática idêntica mas muito mais sustentado, bibliografia mais diversa e incluindo mesmo algumas observações sobre património bibliográfico. O estudo de António Martins da Silva sobre a desamortização e venda de bens nacionais que nos introduziu ao século XIX e também à questão patrimonial em geral dando-nos uma perspectiva do problema que não tínhamos. Também fora do âmbito patrimonial propriamente dito, o estudo sobre a Academia Real da História de Isabel Ferreira da Mota que nos levou a encarar o século XVIII com muito mais interesse, um século das Luzes materializado e girando à volta de uma instituição. O estudo de Paulo Barata que, pela primeira vez, entra sem peias no mundo das bibliotecas proporcionando o acesso ao riquíssimo e inexplorado Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional e abordando tópicos – entesouramento, conservação,

¹²⁶ RIBEIRO, Fernanda – *Para o estudo do paradigma...*2008: 198.

organização de colecções – que tentaremos aprofundar no futuro. A tese de Jorge Ferreira com informação adicional sobre Mafra e António Ribeiro dos Santos e o importante trabalho de José Adriano de Freitas Carvalho, equacionando muitas questões sobre as bibliotecas conventuais entre as quais destacamos o debate em torno do seu destino. Os estudos de Manuela D. Domingos a revelarem, no concreto, uma instituição e um dos seus mais notáveis intérpretes. Finalmente, os trabalhos de Fernanda Ribeiro sobre património documental, organização do sistema de bibliotecas em Portugal, formação profissional os quais, do nosso ponto de vista, ainda não respondem ao problema de saber quando é que as instituições portuguesas passaram a entender o património bibliográfico como um activo para a consolidação da identidade colectiva.

2.3 - Núcleo central da investigação

O aspecto à volta do qual verdadeiramente se centra a nossa investigação prende-se com o aparecimento e evolução do conceito de património bibliográfico como elemento construtor da identidade colectiva. Património bibliográfico que se recolhe e organiza sob o auspício das bibliotecas. A análise da bibliografia foi-nos confinando a um determinado período o qual coincide com um acontecimento único, ou seja, com a criação da Real Biblioteca Pública da Corte o qual suscita atenção dobrada, mais não fora para compreender as razões do seu aparecimento. Assim, considerámos que todo o tempo imediatamente anterior merecia escrutínio profundo bem como também se justificava uma análise sobre os anos imediatamente posteriores à sua criação. Em resultado desta opção, o que estava em causa seria a segunda metade do século XVIII admitindo, claro, alguma flexibilidade porque a conjuntura e as medidas institucionais não se compadecem com um calendário rigoroso.

Definidas as balizas temporais, feitas múltiplas leituras, continuava sem resposta a questão eleita como central: quando é que, afinal, se dá a tomada de consciência sobre o significado e valor das colecções reunidas nas livrarias que se vão constituindo? Ora, compulsadas as leituras feitas, podemos afirmar sem margem para dúvidas que o momento de viragem acontece em pleno período das Luzes, prossegue influenciado pelo ideário da Revolução Francesa, e encontra um ponto alto na afirmação e valorização do pensamento e cultura nacionais por oposição às culturas estrangeiras, conforme conceptualizado pelo

Romantismo. Um percurso em tudo semelhante ao que aconteceu com o património monumental, arqueológico ou arquitectónico, embora sem merecer as honras de qualquer menção. Esta é verdadeiramente a nossa hipótese e a nossa investigação será conduzida no sentido de verificar se a hipótese formulada tem fundamento.

Existiam livrarias conventuais e privadas – sendo a Real a mais privada de todas – mas o entendimento de que os livros, a sua utilização e fins, podiam desempenhar uma missão que transbordava as paredes das próprias livrarias e/ou bibliotecas, formavam e confirmavam a existência de uma elite, contribuindo mesmo para a manutenção do poder religioso ou político, constitui uma alteração de paradigma à altura das convicções das Luzes. Esta é a nossa assunção que aqui tentaremos demonstrar. Para alicerçar esta ideia central e chegar até ela é indispensável perceber questões convergentes e que se relacionam entre si formando uma trama que se auto sustenta e, acima de tudo, sustenta a questão central. Não defendemos que a ideia tenha surgido do nada nem que possa ser atribuída a esta ou aquela personalidade. Pelo contrário, defendemos, sim, que a ideia deve ter ganho consistência ao longo dum período bastante lato, recheado quer por factos históricos (a dinâmica interna do país) quer sacudido pelos ventos que sopravam do exterior (Europa), acabando por eclodir num determinado momento através de um, ou mais, porta-vozes. Reflectindo sobre a história europeia e a propósito do Renascimento, Burke¹²⁷ propõe uma nova interpretação sobre o Renascimento referindo uma cultura “descentrada” e interactiva, sublinhando a pluralidade da cultura europeia. O período que tentamos cobrir nada tem a ver com o Renascimento mas as reflexões de Burke são válidas independentemente do período histórico e, por isso, as utilizamos. A actualidade das suas reflexões são, aliás, de dois âmbitos. Por um lado, a questão da pluralidade europeia. Se recusássemos este pressuposto, então a nossa investigação deixaria, em parte, de ter razão de ser porque teríamos de aceitar a criação da Real Biblioteca como uma inevitabilidade do período das Luzes; por outro, que nunca mais haveria nada a dizer sobre o aparecimento da Real Biblioteca, que tudo estava escrito. A pergunta que Burke escolhe para começar o seu livro “Encore un livre sur la Renaissance? Comment le justifier? La raison la plus evidente, c’est que la recherche continue.”¹²⁸ constituiu para nós um incentivo. Nunca a interpretação histórica se pode dar como fechada e é apoiado neste axioma que Burke avança por um terreno que se diria completamente explorado. Sem nenhuma

¹²⁷ BURKE, Peter – «Cadrer la Renaissance». 2000: 9-27.

¹²⁸ Idem, *ibidem*: 9.

pretensão, tentámos seguir esta posição teórica e admitir, como hipótese, que a Real Biblioteca se insere num amplo movimento cultural de transformação de paradigmas esgotados e que deixaram de satisfazer. Claramente o estudo de Burke e as suas concepções dirigem-se para a problemática europeia, apelam à história comparada em escala europeia em períodos anteriores ao da nossa investigação, mas não deixamos de retirar ensinamentos preciosos do seu estudo. Um aspecto referido por Burke e para a nossa investigação muito significativo tem a ver com o conceito de modernidade cuja aceitação implica a ideia de ruptura. Partindo do princípio que não se deu uma ruptura, qual é o espaço então para a modernidade? Em nome da lógica da investigação, manteremos a hipótese de que esse momento decisivo se situa na segunda metade do século XVIII, depois de variadas contribuições que, em conjunto, constituem uma espécie de lastro sobre o qual acabam por emergir alguns intérpretes que o tempo reuniu. A ideia de lastro sustenta a noção de continuidade e opõe-se à premissa da ruptura. Tudo se passa de forma mais subtil e o conhecimento dos primeiros quartéis de Setecentos vai fornecendo respostas. Verdade para as instituições, verdade para as pessoas ou intérpretes. Dificilmente designaríamos um desses intérpretes como a “estrela polar”¹²⁹ mas sem hesitação reconhecemos que existiu uma “galáxia”¹³⁰ e, no seu interior, estrelas que se destacam e diferenciam pela intensidade da respectiva luminosidade. Num momento particular e afortunado do panorama português, assistiu-se a uma conjugação dessas estrelas que acabam por provocar uma eclosão notável. Pareceu-nos encontrar em Burke fundamento teórico e conceptual para a nossa investigação e transcrevemos:

“Envisager la Renaissance à un niveau paneuropéen, c’est mettre nécessairement l’accent sur la “réception”, au sens de processus actif d’assimilation et de transformation (non de simple diffusion), des idées antiques ou italiennes. Et s’intéresser à la réception conduit à se concentrer sur les contextes; sur les filières et les situations locales au sein desquelles les formes et les idées nouvelles ont été discutées et adaptées; sur la périphérie de l’Europe; sur la Renaissance tardive; enfin, sur ce qu’on pourrait nommer la « quotidianisation » ou « domestication » de

¹²⁹ GOETHE, Johann Wolfgang – *Viagem a Itália*. c. 2001: 99.

¹³⁰ SÉRGIO, António – *A sketch of the History of Portugal*. 1928: 133.

la Renaissance – la façon dont elle a progressivement pénétré la vie quotidienne »

131

Acauteladas as devidas diferenças entre o Renascimento e o século XVIII, as palavras de Burke revelam uma ideia de continuidade e levam-nos a procurar fora da Real Biblioteca a sua própria razão. Trata-se de um modelo epistemológico que procurámos aplicar ao longo da investigação e, embora de forma microcómica, pareceu-nos não perder o seu valor. Ao afirmar que o século XVIII constituiu um cenário de mudança, no campo das ideias, da política, da ciência e da técnica, não acrescentamos nenhuma novidade. A novidade que julgamos acrescentar tem a ver com o esclarecimento que adiantamos sobre a criação da Real Biblioteca associando-a muito mais a um movimento de fundo do que a uma vontade personalizada, enquanto identificamos os fundamentos técnicos que a distinguem de outras bibliotecas portuguesas. Tentámos sempre que o nosso trabalho não ficasse

“[...] confinado a um calendário predominantemente individualista e imbuído de uma concepção sobre o autor que oscila entre ver nele a criatura possuída pelo espírito de um dado momento histórico ou o criador capaz de transformar esse momento através das suas qualidades pessoais”¹³².

contradição nem sempre fácil de resolver porque as *criaturas* em análise revelaram-se, de facto, muito intervenientes. Trata-se de uma dualidade conjuntural permanente que fomos reconhecendo a cada instante à medida que se interligava a intervenção pessoal com as exigências institucionais.

Ao nomear grandes bibliotecas, partilhamos o conhecimento geral de que a Biblioteca da Universidade de Coimbra (1716), a Biblioteca do Convento de Mafra (1733) e a Real Biblioteca Pública da Corte (1796) nascem todas no século XVIII. Que são todas instituições de iniciativa régia, também é conhecido. E embora todas tenham como denominador comum grandes acervos bibliográficos, o mesmo já não se pode afirmar relativamente à sua missão. E esta diferença, entre elas por um lado e, entre elas como um todo e as bibliotecas conventuais por outro, não é seguramente obra do acaso. Entre semelhanças e diferenças, a Real Biblioteca

¹³¹ BURKE, Peter – *Obra cit.*: 14.

¹³² SANTOS, Maria de Lurdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses ...* 1985: 21.

Pública da Corte materializa uma nova abordagem conceptual que se manifesta nos procedimentos técnicos que adopta, os quais merecerão explanação condizente na Secção **6.3.2**. Assiste-se à formação de uma célula nova, de uma vida nova, logo, de um novo paradigma. Quem a concebeu, quem amadureceu o propósito, quem fez passar a ideia da criação duma biblioteca qualitativamente acima das outras, tem de ter um rosto e um nome. Retomaremos esta narrativa, sustentada por marcos cronológicos, na Secção **5.1** sobre agentes e impulsionadores vários com diferentes responsabilidades no processo de criação e dinamização da Real Biblioteca.

2.4 – Objectivos da investigação

Na tentativa de confirmar a hipótese central desta investigação, que tentará determinar em que circunstâncias o conceito de património bibliográfico contribui para a construção da identidade colectiva, muitas outras etapas deverão ser progressivamente vencidas, constituindo cada uma delas um objectivo. Assim, no ambiente propício à mudança em pleno século XVIII, tendo em conta as circunstâncias políticas e culturais, os objectivos colocam-se em dois patamares. Por um lado, um patamar externo à biblioteca, a conjuntura nacional onde vivem e se movem as personalidades determinando círculos de influência que podem ter concorrido para a fundação da Real Biblioteca Pública da Corte; por outro lado, um patamar interno onde se vão alinhando os procedimentos da biblioteca, elementos capazes de caracterizar a modernidade nas bibliotecas tais como a preocupação com o desenvolvimento das colecções, o tipo de aquisições, a classificação, a arrumação espacial, a preparação de catálogos e a abertura do serviço de leitura com o estabelecimento de um regulamento. No preciso momento em que as duas plataformas se encontram, dá-se a simbiose e o projecto pode concretizar-se. Nessa altura, os letrados e os políticos entendem que a biblioteca encerra um potencial que ultrapassa largamente o interesse do mero depósito de livros. Estão, então, criadas as condições para o aparecimento da Real Biblioteca. Esta é a nossa hipótese que tentaremos comprovar. Assim, para qualquer dos níveis, recorrendo à reavaliação da documentação que sustenta esta mudança, tentaremos:

- 1. interpretar o papel**, no século XVIII, das bibliotecas quer conventuais quer particulares na construção da identidade colectiva (o momento em que as bibliotecas assumem uma

missão diferente abrindo-se para o exterior e criando as condições para chegar a outro público);

2. **determinar as circunstâncias** em que surge a ideia da fundação da Real Biblioteca. Como é que esta se distinguiu das outras bibliotecas portuguesas, como se constituíram e organizaram as suas colecções e, por último, quando se dá o aparecimento e fixação do conceito de biblioteca patrimonial;
3. **identificar as individualidades** do meio intelectual português do século XVIII que possam, em função da sua posição e influência dentro do Estado ou da Igreja, ter veiculado preocupações patrimonialistas como elementos construtores de identidade colectiva (quem são esses protagonistas, que contactos têm dentro e fora de Portugal).

Será na interacção destas diferentes etapas que procuraremos chegar ao fecho da cúpula: a Real Biblioteca corresponde a um projecto político da época das Luzes amadurecido durante um longo período, agregador de vontades distintas, cada uma delas representativa à sua maneira, com matiz próprio. A interpretação das Luzes, sintetizada na Real Biblioteca, apenas reforça a ideia de que existe uma variante portuguesa ao conjunto europeu. Acerta-se o passo com a Europa sem abandonar tonalidades específicas. O projecto da Real Biblioteca revela sinais de modernidade na forma como é construída e são esses sinais que tentaremos identificar.

Em síntese, o objectivo central da nossa investigação é o de apurar as circunstâncias em que se deu a mudança de paradigma que leva à organização de bibliotecas segundo parâmetros modernos, possuidoras de um património bibliográfico com verdadeiro impacto na construção da identidade, isto é, bibliotecas que, ao organizarem-se para servir o público, determinadas nessa intenção, actuam como instrumento do poder político central na construção do Estado moderno.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E FONTES

A partir da hipótese de trabalho inicial de que o património bibliográfico sofreu um percurso de conceptualização distinto quer do património arquivístico quer daquele que o património monumental percorreu e que, portanto, não esteve presente nos debates do século XIX sobre a construção da identidade, iniciámos a pesquisa bibliográfica.

3.1 - Questões metodológicas

Do ponto de vista metodológico, projectámos a nossa investigação de acordo com três vertentes: a pesquisa bibliográfica (para garantir o enquadramento histórico e sustentar a formulação da hipótese), a consulta das fontes (para reunir informação original e confirmar a hipótese formulada) e a selecção de outros casos (para assegurar uma comparação credível).

Uma vez colocado o problema central, partimos para a pesquisa bibliográfica que começou pela leitura de alguns trabalhos académicos recentes de autores portugueses (teses de mestrado e/ou doutoramento) quer da área do património quer da área de história do livro e das bibliotecas. Através de sucessivos cruzamentos, fomos não só circunscrevendo com maior rigor exactamente o que nos interessava como fomos enriquecendo as nossas próprias perspectivas iniciais. A partir das bibliografias referidas nessas obras, recuámos no tempo, ganhámos uma dimensão temporal para o nosso trabalho e ficámos a perceber quais seriam os parâmetros que iriam delimitar a investigação. Este trabalho de pesquisa e selecção bibliográficas reveste sempre alguma dificuldade quer pela extensão que acaba por revelar, quer pelo inesperado na medida em que se vão pondo a descoberto temáticas laterais que se perfilam, renitentes, à espera da sua vez para intervir. O lidar com trabalhos de cariz académico revela ainda outra dificuldade que se prende com a identificação de teses defendidas no estrangeiro sobre temáticas portuguesas, por candidatos portugueses ou não, uma vez que estão completamente ausentes dos catálogos das bibliotecas portuguesas e não há notícia de qualquer natureza como seria, por exemplo, um repositório de temas em estudo e respectivos mestrados ou doutorandos. Essas obras, a existirem, poderiam não ser fundamentais mas souu-nos como uma boa prática científica reconhecer e inventariar quaisquer outros esforços académicos os quais, mesmo longínquos, poderiam cruzar-se com a

esfera de interesse do nosso próprio trabalho de investigação. A outra grande dificuldade prende-se com a vertigem e a credibilidade da informação disponível no ciberespaço. Apesar de se tratar de um mal do tempo, a referência impõe-se porque se trata de um facto pertinente.

Enquanto esta identificação prosseguia, as leituras de bibliografia da época (primária impressa) foram-nos remetendo para títulos cujo conhecimento não podíamos ignorar, contribuindo para enriquecer a pesquisa feita e, ao mesmo tempo, identificar as fontes manuscritas. Este trabalho de carácter bibliográfico socorreu-se sobretudo de monografias; foram também analisados muitos títulos de publicações periódicas, mas temos a consciência de este trabalho não poderia ser absolutamente exaustivo. O cruzamento sucessivo de bibliografia actual com bibliografia mais recuada, mesmo setecentista, maioritariamente monografias, foi estabelecendo duma forma mais nítida as fronteiras conceptuais e temporais dentro das quais deveríamos desenvolver a investigação. Todo este percurso se revelou muito profícuo porque nos familiarizou com autores, com estilos, temáticas e problemáticas diversas úteis ao nosso projecto.

Durante este trabalho de heurística, optámos pela prospecção e marcação continuadas: o que há, onde há, o que foi escrito, o que poderá ser explorado, onde é que poderíamos colher informação mais adequada. Os parâmetros assim definidos balizaram as nossas incursões em várias direcções de forma a delimitar épocas, problemáticas e autores. Todo o trabalho de pesquisa bibliográfica foi executado com a dupla preocupação de, por um lado, ficar a conhecer o que se pudesse ter publicado sobre as temáticas envolvidas e, por outro, identificar as fontes. Como já referimos, a consulta e a pesquisa bibliográfica feitas, ajudaram-nos a estabelecer o quadro mental no qual as nossas questões se inserem e no qual procuraremos explicação para as perguntas que fomos deixando. As mesmas fontes, de acordo com a perspectiva de quem as questiona, podem fornecer informações diferentes e foi nesta convicção que as abordámos. Este foi um princípio norteador da nossa investigação, sempre presente. Os documentos são testemunhos,

“[...] quando lhe chegam [ao historiador] não têm vida, estão imóveis; e as questões que lhe põem não correm o risco de alterar o seu conteúdo”¹³³.

¹³³ DUBY, Georges – *Para uma história das mentalidades*. cop. 1971: 21.

Se partimos do princípio que seria nos documentos originais que encontraríamos resposta às nossas perguntas e dúvidas, ainda que essas fontes pudessem ser conhecidas e, portanto, pudessem já ter sido utilizadas, também fomos testemunhando como a investigação não se poderia limitar à transcrição dessa informação. Tornar-se-ia uma listagem fastidiosa em função de um critério aprioristicamente definido. Cremos que a análise dos documentos exige uma interpretação da conjuntura, do momento que lhes circunscreveu o conteúdo, uma descida ao colectivo se as fontes o propiciarem e uma projecção interpretativa. No conjunto deste trabalho, procurámos agir na conformidade do que acabamos de defender.

Relativamente ao valor intrínseco, por vezes “escondido”, das fontes, guiámo-nos pelos sábios conselhos de Marc Bloch¹³⁴ ao sublinhar que os documentos fornecem respostas de acordo com as perguntas que lhes dirigimos e de Veyne porque embora “par essence, l’histoire est connaissance par documents [...]”¹³⁵, também é responsabilidade do “[...] l’historien fait comprendre des intrigues”¹³⁶, modelo que tentaremos seguir. Em várias circunstâncias da nossa dissertação não poderemos indicar que os dados foram recolhidos neste ou naquele documento mas, quando alinhamos os factos, dificilmente a lógica poderia ser outra.

Ponderando estas considerações de método, mantivemos a nossa hipótese inicial de trabalho mas passámos a preocupar-nos muito mais com a época do que com alguns dos seus intérpretes. Por isso, é tão importante para esta investigação a consideração da conjuntura e dos contextos, o entendimento claro de todas as forças ou correntes de pensamento que, a partir do segundo quartel do século XVIII, agitaram a sociedade portuguesa.

Para uma compreensão geral, recorreremos à história comparada. Primeiro, analisando outras instituições culturais portuguesas do período em estudo entre as quais destacamos a Real Academia das Ciências. Tanto no que diz respeito ao documento fundacional, como às figuras ligadas à sua constituição, em muitos aspectos as semelhanças são evidentes com a Real Biblioteca e, por isso, acabámos por eleger aquela como um bom exemplo para melhor compreender as mudanças que tiveram lugar no último quartel de Setecentos. Não podendo dissociar a “dinâmica interna”¹³⁷ do contexto internacional mais vasto, pareceu-nos indispensável procurar no cenário europeu instituições com algumas afinidades com a Real

¹³⁴ BLOCH, Marc – *Introdução à história*. 1965.

¹³⁵ VEYNE, Paul – *Obra cit.*: 15.

¹³⁶ Idem, *ibidem*: 124.

¹³⁷ CARDOSO, José Luís – *Obra cit.*

Biblioteca e a nossa escolha acabou por recair numa grande biblioteca italiana, coeva sim, mas cujo destaque se fica a dever ao facto de Cenáculo a ter conhecido (e frequentado, acrescentaremos). Trata-se da Biblioteca Casanatense (Roma) a qual, mais do que provavelmente, Cenáculo terá frequentado no Verão de 1750. Outra biblioteca notável que Cenáculo visitou em 1768 foi a do Real Mosteiro do Escorial que introduziremos embora reconheçamos desde já que a influência do Escorial se coloca a um nível diferente daquele recebido da Casanatense. A análise sobre estas bibliotecas será aprofundada na Secção 4.1.2 e também na Secção 6.2.4.

Com todos estes pressupostos presentes e orientando sempre o nosso esforço no sentido de responder à questão central, pensámos que a investigação também deveria atender às várias questões subsidiárias. Recorrendo a um conjunto de perguntas, escrutinámos as fontes. Assim,

1. Antes do século XVIII, e sobretudo no decorrer deste, existirão testemunhos sobre o carácter e papel das bibliotecas, fossem elas conventuais ou particulares?
2. Esses testemunhos revelarão um entendimento diferente sobre os objectivos (missão) das bibliotecas conventuais e particulares? Que objectivos é que são declarados?
3. Os livros reunidos numas e noutras bibliotecas eram de género idêntico ou, pelo contrário, havia diferenças quantitativas significativas entre livros instrumentais e/ou livros devocionais?
4. No caso de bibliotecas particulares, quem eram os seus detentores? Seriam nobres, religiosos, intelectuais, figuras ligadas ao poder?
5. Os possuidores dessas livrarias e/ou livros, em alguma circunstância, manifestaram os motivos que os levaram a reunir essas colecções? Por genuíno interesse cultural? Por ostentação? Porque assim manifestavam poder, fosse ele real ou aparente?
6. Para além do círculo pessoal, que outras influências culturais (eg. veículos de transmissão de ideias como periódicos, registos de viagens, epistolários) poderão ter existido?
7. Entre os intelectuais portugueses do século XVIII, poderemos identificar alguns que tenham deixado comentários sobre livros ou bibliotecas?

8. Esses intelectuais, com quem mantinham correspondência (outros intelectuais, políticos, livreiros)? Há epistolários que os envolvam?
9. Em que círculos políticos e culturais é que se moviam estas personalidades? Mantinham contactos com o exterior? Viajavam?
10. Esses intelectuais eram nobres, religiosos? Que tipo de cargos ocupavam?
11. Esses intelectuais gozavam de alguma influência política? De que maneira se relacionavam com o monarca? Eram membros do seu conselho?

Muito embora nem sempre tenhamos com a nossa investigação respondido a todas estas questões, o simples facto de as enunciarmos permitiu que não perdêssemos o fio condutor da investigação tendo as mesmas obrigado a manter uma investigação coerente, consistente e sistemática. Uma investigação que tentámos fosse seguindo sempre um processo de descrição (a partir da recolha de dados), uma análise crítica possibilitando, finalmente, a elaboração do texto contendo a explicação plausível.

3.2 – Fontes

Entre as fontes, as originais manuscritas desempenham com certeza um papel absolutamente central. Tratava-se de uma convicção mais ou menos óbvia mas o contacto directo com elas acabou por reforçar tudo quanto poderíamos pensar acerca do seu carácter insubstituível. Não foram poucas as vezes que, na tentativa de clarificar alguma interpretação factual, o recurso às fontes pura e simplesmente revelou que a interpretação estabelecida estava errada ou não tinha fundamento.

Analisámos exaustivamente os papéis de arquivo que pertenceram às três figuras centrais desta tese ou que, de algum modo, se relacionam com elas: Cenáculo, Ribeiro dos Santos e Sousa Coutinho, respectivamente na Biblioteca Nacional (BN), na Biblioteca Pública de Évora (BPE) e na Biblioteca da Academia das Ciências (BAC); na Biblioteca Nacional (BN); e na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). No caso do ANTT, explorámos intensivamente os papéis do *Arquivo da Casa de Linhares* e também as caixas com documentação da *Legação de Portugal em Turim* (Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Na BN, na Divisão de Reservados, explorámos todos os fios condutores que terminavam no Arquivo Histórico¹³⁸ e este foi minuciosamente escrutinado. Utilizámos os instrumentos de pesquisa que dão acesso aos manuscritos da BN, nomeadamente, o *Inventário dos Manuscritos*¹³⁹, o *Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*¹⁴⁰ e os *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*¹⁴¹, também os vários catálogos de códices¹⁴² e explorámos exaustivamente o *Catálogo Geral de Manuscritos* existente na Sala de Leitura dos Reservados da BN.

Na BPE, o nosso guia principal foi o *Catálogo dos Manuscritos* preparado por Cunha Rivara¹⁴³ mas também o *Catálogo do Fundo Manizola*¹⁴⁴. Na BAC, utilizámos os catálogos¹⁴⁵ disponíveis, em papel e *online*, que dão acesso aos Manuscritos quer à Série Azul quer à Série Vermelha.

As fontes impressas são obras da época que fornecem muita informação de carácter institucional (sobre, por exemplo, a existência desta ou daquela livraria, desta ou daquela figura), por vezes difíceis de ler por impenetráveis exigindo sempre uma leitura capaz de decifrar a informação subentendida. Entre as fontes impressas, é muito interessante destacar o manancial informativo que constituem os elogios fúnebres e também os elogios de carácter académico. A partir da leitura atenta destes documentos, conseguem-se reconstituir interrelações que de outra forma passariam despercebidas.

Também considerámos a designada bibliografia activa (do próprio autor) impressa e publicada. O somatório dos originais com a bibliografia activa produzem a fonte mais fidedigna para avaliar o pensamento do respectivo autor. Claro que os estudos posteriores (bibliografia passiva) sobre as figuras, e sobre a época, trazem também indispensáveis contribuições na

¹³⁸ A colaboração que obtive do pessoal técnico da Divisão de Reservados deve ser sublinhado em especial de Lúcia Martins que me facultou recolhas feitas por ela própria e que me serviram para aferir a minha própria investigação.

¹³⁹ MONIZ, José António, org. – *Inventário. Secção XIII – Manuscriptos (COD 1-739)*. 1896.

¹⁴⁰ MARTINS, Lúcia de Azevedo [et al.] – *Guia preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*. 1994.

¹⁴¹ DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. 1995.

¹⁴² BARATA, Paulo, introdução, catalogação e índices – *Catálogo da Coleção de Códices (COD 851-1500)*. 2001; FERREIRA, Teresa A. S. Duarte, introdução, catalogação e índices – *Catálogo da Coleção de Códices (COD 12888-13292)*. 1999.

¹⁴³ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, org. – *Catálogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis*. 1850-1871.

¹⁴⁴ BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA – *Fundo da Manizola*. [s. l.: s. n., s. d.].

¹⁴⁵ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Catálogo de manuscritos: série vermelha*. 1978-1986; ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Catálogo de manuscrito: série azul*. Disponível online.

medida em que representam já uma reflexão e, muito possivelmente, uma comparação entre textos, mas não substituem a própria obra do autor.

Outro núcleo indispensável de obras é o formado pelas teses académicas porque, regra geral, disponibilizam vastas recolhas bibliográficas tão actualizadas quanto possível. Como bibliografia secundária houve ainda a considerar e incluir número vastíssimo de títulos de periódicos portugueses.

Entre a bibliografia secundária, é mister citar dois trabalhos de maior envergadura que tiveram o mérito de introduzir, e nortear, a nossa investigação. Trata-se do *Catálogo da correspondência...*¹⁴⁶ a obra clássica de Nobre de Gusmão na qual, pela primeira vez, se organiza a correspondência de Frei Manuel do Cenáculo, ainda que não a tenha coberto integralmente, e *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo...*¹⁴⁷ de Francisco Vaz. Pela densidade e extensão da documentação muito complexa, que não se eximiram a organizar, estas duas obras merecem ser destacadas entre o conjunto das fontes.

¹⁴⁶ GUSMÃO, Armando Nobre de, dir. – *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo* 1944-1956.

¹⁴⁷ VAZ, Francisco António Lourenço, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo ...* 2009.

PARTE II – UM OLHAR SOBRE AS BIBLIOTECAS NO SÉCULO XVIII**CAPÍTULO 4 – EM PORTUGAL, NA EUROPA**

O propósito desta dissertação não ambiciona preparar uma história das bibliotecas em Portugal, muito menos na Europa. Não obstante, também seria difícil prosseguir omitindo liminarmente a situação em geral das bibliotecas no século XVIII, em Portugal e na Europa, como se acreditássemos que os contactos e as influências pudessem não ter tido lugar. Assim, incluiremos aqui algumas referências a bibliotecas tentando sempre conjugar informação recolhida em bibliografia actual com a utilização de textos setecentistas. Especificamente para o caso português, valorizaremos o testemunho dos viajantes europeus em Portugal; são fontes usadas vezes e vezes sem conta mas essa contínua utilização não lhes retira nem o valor histórico nem o interesse. Sempre a pensar no caso português, introduziremos textos pouco conhecidos – ou desconhecidos por completo – da autoria das próprias personalidades que emergem a partir da nossa investigação. Quanto às bibliotecas europeias e a impressão que possam ter causado sobre viajantes portugueses, referimos apenas o caso de Cenáculo em Roma.

Esta panorâmica impõe-se porque estando em causa avaliar um novo tipo de biblioteca o qual, do nosso ponto de vista, se concretiza na Real Biblioteca Pública, convém identificar, se for o caso, outras bibliotecas com procedimentos ou preocupações semelhantes para melhor poder traçar uma linha entre estas e aquela, uma espécie de “última fronteira” entre as bibliotecas como sempre existiram e uma outra que, ao incorporar novos procedimentos, passa a representar outro paradigma. O que, em termos gerais, temos designado de transição para a modernidade.

4.1 – Uma panóplia de testemunhos

No caso concreto do século XVIII, são vários as personalidades portuguesas que viajam por essa Europa recolhendo informação, deixando-se surpreender pelas manifestações culturais, absorvendo soluções, registando ideias e atitudes novas. Regra geral, a informação que se capta a partir dessas viagens e desses viajantes incide sobretudo sobre os livros que os

fascinaram ou que adquiriram, mas comentários sobre as bibliotecas propriamente ditas não aparecem ou são escassas. Como não estamos a utilizar as fontes primárias, esta observação é feita sob reserva. Os viajantes em que estamos a pensar ou vão participar em determinados eventos de ordem religiosa ou são emissários régios, por exemplo de D. João V, com o objectivo específico de comprar ou encomendar livros. Destacamos D. João V porque para além de este monarca o ser em pleno século XVIII e durante toda a sua primeira metade, de facto, ele preocupou-se com a aquisição de manuscritos, livros, gravuras e mapas, aquisição feita na Europa através de emissários propositadamente indigitados e com a qual gastou avultadas verbas. Não discutiremos os motivos de tamanho empenho; o que nos interessa é perceber o destino e utilização desse impressionante acervo documental uma vez distribuído pela Biblioteca de Coimbra, pela do Convento de Mafra, pela Livraria Real ou pela Biblioteca dos Oratorianos.

Emissários régios ou não, os viajantes portugueses não têm exactamente o mesmo perfil daqueles viajantes que se deslocaram até Portugal manifestando uma curiosidade e um espírito explorador tão característico do século XVIII¹⁴⁸ aos olhos dos quais não escapou a observação crítica sobre o quotidiano, os hábitos, as tradições culturais. Descer à Península Ibérica também oferecia a garantia de ir ao encontro de uma dose de exotismo como se se tratasse de viagem para paragens mais longínquas como a Grécia, o Império Otomano ou o Médio Oriente. Como bem se sente quando se goza a leitura dos relatos feitos por esses viajantes anglo-saxónicos e franceses sobre Portugal, o que neles se descreve é o impacto com esta espécie de “Nouveau Monde imaginaire”¹⁴⁹. Na verdade, uma vez que se trata de dois tipos de viajantes, não espanta que obtenhamos dois tipos diferentes de observações e relatos. A todos os títulos, a observação que Gusdorf faz sobre a mordacidade de Montesquieu nas *Lettres Persanes*, tem todo o cabimento quando pensamos nos viajantes portugueses em terras além-Pirinéus: “La distanciation largue les amarres des évidences familières; l'éloignement et l'absence sont médiateurs d'une présence d'un type nouveau [...] L'exotisme du dépaysement est le premier pas vers une conscience nouvelle de l'universalité”¹⁵⁰. Verdade que os viajantes portugueses não procuravam o exótico mas, pelo contrário, o confronto com outras realidades culturais despertava-lhes uma nova consciência; ora, os estrangeiros em

¹⁴⁸ HAZARD, Paul – *A crise da consciência europeia*. 1948.

¹⁴⁹ GUSDORF, Georges – « Préface, commentaires et notes ». In MONTESQUIEU – *Lettres persanes*. 1984 : IX.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*: XII.

Portugal perante factos muitas vezes incompreensíveis para eles, apesar disso, eram obrigados a relativizar a sua convicção de superioridade. Como é que os viajantes estrangeiros assumiram este “*dépayement*”, é uma discussão que extravasa o âmbito da nossa investigação; pelo contrário, reunir elementos e compreender como é que os viajantes portugueses deram continuidade às experiências vividas no estrangeiro, já nos atinge directamente. Citando Usbek, figura das *Lettres persanes*, “Tu as quitté ta patrie pour t’instruire [...]”, passo indispensável para alargar o pensamento e ser capaz de rever a pátria com novo olhar, anulando a profecia contida nas palavras que se seguem “et tu méprises toute instruction”¹⁵¹. O debate em causa desenvolve-se à volta desta nova atitude e vontade de conhecer, de um cosmopolitismo que separa pessoas e divide territórios, relativizando o centralismo que a Europa reivindicava, e se esta característica das Luzes assiste os viajantes estrangeiros na sua descoberta de Portugal, parece difícil ser tão assertivo em relação aos objectivos dos viajantes portugueses. Entre o viajar para o Sul e o viajar para o Norte, estabelece-se um certo equilíbrio e alguma complementaridade: enquanto uns procuram sinais do exótico e do desconhecido, outros procuram encontrar o conhecimento e as raízes mais profundas da história e cultura ocidental. Sempre reconhecendo as diferenças inegáveis como se infere da expressão de Frei Joaquim “[...] é certo que se despe de muita bisonhice quem vem adestrar-se a países estranhos”¹⁵².

Seja como for, é a descoberta e consequente aceitação da pluralidade cultural que está em causa e, equacionado assim o problema, uns e outros, na verdade, partiram na senda desses novos horizontes. Como é que uns e outros perceberam as bibliotecas? As bibliotecas constituíram motivo de interrogação?

4.1.1 – Bibliotecas portuguesas na pena de viajantes estrangeiros – Durante o século XVIII são muitos os forasteiros que circulam em Portugal¹⁵³. Os respectivos relatos ou notícias variam no

¹⁵¹ Idem, *ibidem*: XV. Ver Carta CVI, Usbek a Rhédi, Venise.

¹⁵² S. José, Joaquim de – *Diário do R^{mo} P. M. D^{or} Fr. Joaquim de S. José na jornada que fez ao Cap^o G^{al} de Roma em 1750*. [17 Dia de Jornada, em 28 de Fevereiro]. BPE CV 1-10 d.

¹⁵³ Consultámos os relatos de BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal...* 1822; BARETTI, Joseph – *A journey from London to Genoa through England, Portugal, Spain, and France...* 1790 (Trad. Portuguesa de 1896); BECKFORD, William – *Diário...*[1787-1788]. 1988; BLANKETT, John – *Letters from Portugal* [1777]... cop. 1777 ; BOMBELLES, Marquis de – *Journal d’un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*. 1979 ; CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796...* 1989; COX, Thomas – *Relação do Reino de Portugal 1701...* 2007; CROKER, Richard – *Travels through several provinces of Spain and Portugal*. 1799; GORANI, Giuseppe – *Portugal: a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. 1992; LINK, H. F. – *Notas de uma viagem a Portugal...* [1797]. 2005; PECCHIO, Joseph – *Six mois en Espagne...* 1822; *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros...* 1989;

estilo, na objectividade e, naturalmente, nos assuntos abordados. Alguns são mais directos nas suas observações, outros revelam não ter entendido a sociedade que visitavam e podemos afirmar que os relatos de James Murphy, tanto o de 1795 como o de 1798¹⁵⁴, foram os que mais nos impressionaram pelo esforço que representam para conseguir uma descrição objectiva e imparcial, os que tentaram uma leitura a partir de dentro, isto é, sem modelos apriorísticos. Quanto ao texto de Balbi, embora seja posterior ao período histórico em análise, o seu rigor fazem dele uma fonte obrigatória.

Uma vez que o interesse dos textos é desigual, deixamos já de parte, por não conterem informação que nos interesse ou de tal forma irrelevante, a obra de Cox, os textos coligidos em *O Portugal de D. João V...*, a descrição do próprio Ruders, as cartas de Blankett, o texto de Pecchio e também o de Croker. Também não encontramos dados que pudéssemos usar para o fim em vista em Gorani e em Southey.

As bibliotecas existentes não impressionaram nenhum dos viajantes que citamos. Joseph-Barthélemy-François Carrère em 1796, depois de passar em revista o que encontrou em matéria de gabinetes de antiguidades e medalhas, comenta que “há ainda em Lisboa uma biblioteca pública. As bibliotecas particulares são pouco numerosas e as mais escolhidas muito raras. A mais rica é a dos monges regulares de Santo Agostinho, em São Vicente de Fora – contém cerca de doze mil a catorze mil volumes”¹⁵⁵. O comentário de Carrère, pouco convincente, é ultrapassado pelo que Link deixou, bem mais profundo. Uma vez que do texto de Link se recolhe alguma informação mais sólida, vale a pena destacar este viajante.

Heinrich Friedrich Link (1767-1851), alemão, adquire formação universitária em medicina e virá a interessar-se particularmente pela botânica, vem a Portugal em 1797, exactamente numa missão de estudo botânico com o Conde de Hoffmansegg¹⁵⁶, período de que data o seu relato. Esta viagem a Portugal é considerada pelos seus biógrafos como um verdadeiro ponto de viragem na definição dos interesses científicos de Link enquanto o seu

RUDERS, C. I. – *Viagem em Portugal 1798-1802*. 1981; SOUTHEY, Robert – *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*. 1797; TWISS, Richard – *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*. 1775.

¹⁵⁴ MURPHY, James – *Travels in Portugal through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo...* 1795. *Tb.* MURPHY, James – *A general view of the state of Portugal...* 1798.

¹⁵⁵ CARRÈRE, J.B.F. – *Obra cit.*: 109

¹⁵⁶ Desta sua viagem científica a Portugal, Link deixa uma recolha magnificamente documentada em *Flore portugaise ou description de toutes les plantes qui croissent naturellement en Portugal avec figures coloriées, cinq planches de terminologie et une carte*. 1809-1920 hoje justamente considerada como um dos tesouros da Biblioteca Nacional.

relato introduz uma “transformação qualitativa”¹⁵⁷ na forma como Portugal é descrito, alteração certamente notória nos seus comentários sobre bibliotecas. A comprovar esta afirmação, citemos Link: “Em Lisboa existem também bibliotecas públicas que não serão porventura das melhores, mas não são de modo algum tão más como alguns viajantes, que se contentam com uma olhadela rápida, as gostariam de fazer”¹⁵⁸. Link terá, pelos vistos, prestado mais atenção do que outros viajantes estrangeiros o que, aliás, não é de admirar dada a sua formação científica. Mais adiante, Link prossegue: “A biblioteca principal encontra-se no grande edifício da praça do Comércio e tem algumas obras de importância e entre elas mesmo algumas de história natural”¹⁵⁹. Depois de se referir “à biblioteca no convento beneditino de Nossa Senhora de Jesus”¹⁶⁰ (cremos que se trata de um engano do próprio Link), elogiando-a, conclui “Em suma, ambas estas bibliotecas se poderiam comparar a muitas bibliotecas públicas de importantes cidades alemãs”¹⁶¹ para logo passar a “uma terceira biblioteca, no convento de S. Vicente de Fora, [que] não é com efeito pública, mas para a poder frequentar regularmente basta ser apresentado. Inclui uma colecção muito completa, até das mais pequenas obras portuguesas”¹⁶². Este conjunto de impressões deixado por Link têm, efectivamente, algum interesse porque não se trata mais do simples enunciado de que existe aqui uma biblioteca, ali outra, que esta é grande e aqueloutra enorme. E esta distinção entre o que entendia por “públicas” é muito importante porque não basta contabilizar as bibliotecas existentes para tentar compreender o seu papel na sociedade da época. Do mesmo modo, a observação de Link a respeito da biblioteca da Universidade de Coimbra é muito clara: “A biblioteca pública ocupa uma pequena igreja que no interior mudou muito pouco”¹⁶³. É difícil formar uma opinião acerca de uma biblioteca quando não se pode estudar o seu catálogo. O número de volumes é considerável e, de acordo com o que o professor Brotero¹⁶⁴ nos disse, parecem mesmo faltar obras mais recentes. É também assiduamente frequentada e utilizada pelos estudantes”¹⁶⁵. Quanta informação em um comentário tão sucinto! Percebemos que as instalações não seriam as melhores, talvez mantivessem mesmo as características ambientais

¹⁵⁷ Este brevíssimo apontamento bio-bibliográfico foi preparado a partir de CLARA, Fernando – “Luzes e sombras”. In LINK, Heirich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal...* 2005.

¹⁵⁸ LINK, H. F. – *Obra cit.*: 138.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*: 139.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*: 139.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*: 139.

¹⁶² Idem, *ibidem*: 139.

¹⁶³ Talvez se trate de referência aos antecedentes que remontam ao Colégio de S. Pedro.

¹⁶⁴ Félix de Avelar Brotero, 1744-1828, professor de Botânica na Universidade de Coimbra.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*: 183.

e arquitectónicas de um local de culto; o catálogo, ou era inexistente ou não estava disponível e, em matéria de provisão, sugere que as aquisições teriam parado no tempo, observação preciosa para se poder fazer a separação entre dois tempos. Convém acrescentar que sobre a biblioteca de Coimbra, Carrère que também visitou a Universidade, não dá nem uma palavra; não que os comentários de Carrère alterassem alguma coisa, mas esta omissão deve ser anotada.

Ruders também deixou as suas impressões sobre a biblioteca pública em Lisboa: “Costumo, agora, passar uma boa parte do meu tempo na Biblioteca Pública, principalmente na Biblioteca Real, onde, diariamente, vão muitas outras pessoas para ler ou fazer extractos”¹⁶⁶, observação que pouco adianta, pelo contrário, ainda confunde mais com a distinção incompreensível entre Biblioteca Pública e Biblioteca Real. Não existe nenhuma documentação que permita aceitar esta separação a qual até podia ter acontecido em matéria de arrumação e acesso aos livros, mas não temos notícia. Ruders não se pronuncia sobre Coimbra, mas sobre Mafra deixou o seguinte comentário: “Na grande sala da Biblioteca os livros acham-se muito bem dispostos, e a maior parte estão magnificamente encadernados, formando, no seu género, um belo aspecto. Diz-se que o número de volumes ultrapassa 50000. Os catálogos muito bem organizados por matérias e nomes, são mais explícitos que os da Biblioteca Real de Lisboa”¹⁶⁷. Esta é, certamente, uma informação a reter e que, em investigação futura, valeria a pena explorar.

Sobre Mafra, Barette também deixa as suas observações muito embora não acrescentem nada de novo. Bombelles, de passagem, sempre vai anotando que a biblioteca de Mafra é gigantesca¹⁶⁸. O que de melhor se extrai do texto de Barette é o seu comentário generalista sobre o valor dos livros no Portugal pós-Terramoto. E reproduzimos: “The fire that follow’d it, has destroyed many public and private libraries in this metropolis, and a Portuguese book of any note is now become as dear as a ruby”¹⁶⁹. Valioso como um rubi, não era caso para menos, o Terramoto destruíra, senão tudo, uma boa parte e desorganizara a outra parte. É difícil de conceber um cenário daqueles: o que não havia sido tragado pela terra, foi devorado pelas chamas. Podemos sempre utilizar ou a descrição de Cenáculo sobre o

¹⁶⁶ RUDERS, Carl I. – *Obra cit.*: 174.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*: 220-221.

¹⁶⁸ BOMBELLES, Marquis de – *Obra cit.*: 307 [Le 16 (avril 1788) à Mafra].

¹⁶⁹ BARETTI, Joseph – *Obra cit.*: 241.

estado das bibliotecas após o Terramoto¹⁷⁰, ou recorrer à descrição sobre a situação do Convento de Jesus¹⁷¹ para mais facilmente visualizarmos o desastre: em 1768, Cenáculo dirige a recuperação do Convento, onde “não havia casa de Livraria achando-se os livros a monte fechados em diversas paragens”¹⁷². Em 1777, quando Cenáculo parte para Beja, a recuperação continua e na década de 90, sob a direcção do P^e José Mayne, os trabalhos ainda não haviam terminado. De facto, não se tratava apenas das obras mas de reconstituir fundos bibliográficos que haviam sido afectados, perdendo o nexu, empreendimento muitíssimo mais complexo pelas componentes que requer: conhecimento temático, actualização sobre autores e obras, identificação da possível localização, aquisição e arrumação incluindo o catálogo e a classificação.

O testemunho de Beckford é, em certa medida, uma desilusão. Pelo seu estatuto e formação, não seria demais esperar um testemunho de peso, o que não acontece. William Beckford (1760-1844), aristocrata inglês, escritor e erudito, viajou largamente pela Europa concretizando com o *Grand Tour* um dos ideais das Luzes, e deslocou-se a Portugal por três vezes. Os textos utilizados para esta análise, reunidos na edição actual da BN, correspondem à sua primeira visita entre Maio e Novembro de 1787. Pela sua origem social, em Portugal, teve acesso à própria Corte. Não só a facilidade com que escreve torna o seu testemunho muito interessante, como a sua educação lhe permite captar – com objectividade mas também com ironia – muitos aspectos da sociedade portuguesa, ao que ainda junta o acesso a fontes muito bem colocadas. Tudo somado, os escritos de Beckford tornam-se inquestionavelmente imprescindíveis. Infelizmente o seu relato não se interessou pelas bibliotecas portuguesas. Deixou um brevíssimo comentário sobre o livro e a leitura “em casa dos Marialvas não se vê um livro. Esta gente nunca lê”¹⁷³ a partir do qual seria desadequado extrapolar. O comentário sobre a biblioteca de Mafra pouco acrescenta ao que já reuníramos a partir de outros viajantes: “A biblioteca é de um tamanho prodigioso [...] Não se pode dizer grande coisa dos armários em que os livros hão-de ser arrumados. São salientes de mais, amontoados de maneira pesada e, ainda por cima, escurecidos por uma galeria que anda em volta, no género

¹⁷⁰ CENÁCULO, Manuel – *Memórias históricas...*1794: 46.

¹⁷¹ “Relação dos Factos que na sua simplicidade e verdade manifesta qualificam a boa administração da Província da Ordem Terceira da Penitência em os nove annos que decorreram desde Março de 1768 até Fevereiro de 1777. Papel feito pelo Sr. Bispo de Beja sobre as questões com seu irmão Fr. António Martins da Soledade” in *Collecção de Papeis Ecclesiasticos, e Civis do uso de Fr. Vicente Salgado*. [Depois de 1777]. BAC Ms. 136 V.

¹⁷² Idem, *ibidem*.

¹⁷³ BECKFORD, William – *Obra cit.*: 95 [Segunda-feira, 23 de Julho].

de uma prateleira, e se projecta dentro da sala de forma realmente esquisita. A colecção de livros, que se compõe de, pelo menos, sessenta mil volumes, está actualmente instalada numa série de gabinetes que comunicam com a biblioteca. O irmão bibliotecário mostrou-me algumas curiosas 1^{as} edições de clássicos gregos e latinos”¹⁷⁴. Aproveitou a estadia em Lisboa para visitar a Casa da Divina Providência¹⁷⁵ e a biblioteca do Mosteiro dos Jerónimos¹⁷⁶.

Deste conjunto de testemunhos, com excepção honrosa para Link, muito pouco se retira e aquilo que se consegue extrair é quase ao nível do anedótico. Cinco bibliotecas merecem algum destaque embora nem todas pelas mesmas e boas razões: a Real Biblioteca em Lisboa, a do Mosteiro de S. Vicente de Fora, a do Convento de Jesus, a de Maфра e a da Universidade de Coimbra. Não podemos descansar no conteúdo das observações, feitas por pessoas de passagem, nem todas com formação que lhes permita fazer um juízo acertado daquilo que viram. No entanto, são estas que merecem a sua atenção e os dados que coligiram deveriam ser suficientes para abrir linhas de investigação. Pela nossa parte, procuraremos trabalhar no sentido de clarificar a situação envolvendo a Real Biblioteca. No tocante à Biblioteca do Convento de Jesus e à acção de Fr. Manuel do Cenáculo, voltaremos em **6.2**.

Propositadamente deixamos para o fim o testemunho de Adrien Balbi (1782-1848) por o termos como mais substancial. Geógrafo veneziano, vem a Lisboa em 1819-1820, tentando preparar um “resumo de todos os recursos do reino”¹⁷⁷ para colmatar “a ignorância em que tem estado a Europa sobre tudo o que diz respeito a Portugal, produzido pela sua posição que não convida a visitá-lo muitas vezes, e pela falta de gazetas e de obras periódicas que publicassem o que, entre os Portugueses, merece ser louvado”¹⁷⁸. O motivo para tal levantamento geral é certamente meritório, e leva Balbi a organizar o que ele designa de “geografia literária”. É nesse patamar que iremos encontrar os elementos que mais nos interessam.

Sem esquecer que este levantamento acontece já no século XIX quando o período em análise é o da segunda metade do século XVIII, os elementos recolhidos não deixam de ser úteis. Balbi reconhece que existem poucas bibliotecas públicas e destaca a Biblioteca Nacional,

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*: 117 [Segunda-feira, 27 de Agosto].

¹⁷⁵ Desenvolveremos um pouco mais quando abordarmos a questão das doações à Real Biblioteca Pública da Corte em **6.3.5**.

¹⁷⁶ Beckford, William: 145 [Domingo, 14 de Outubro].

¹⁷⁷ *Apud* MAGALHÃES, Joaquim Romero – “Palavras prévias”. In BALBI, Adrien – *Essai statistique...* Ed. Facsimilada 2004, vol. 1: 7.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, vol. 1: 8.

digna sucessora da Real Biblioteca Pública da Corte. Descreve-a e deixa bem sublinhado a desactualização das colecções científicas (facto que Link também tinha comentado) e refere também a falta de títulos em língua alemã. Refere algumas bibliotecas religiosas como a do Convento de Jesus, do Convento de São Francisco, do Convento de S. Domingos, do Mosteiro de S. Vicente de Fora. E ainda a dos Oratorianos, a da Academia das Ciências e a Biblioteca Real que virá a ser instalada, com a Real Barraca, no Largo de Nossa Senhora da Ajuda. Predominam, de facto, as bibliotecas religiosas. Para Coimbra, cita a Biblioteca da Universidade a qual, para Balbi, é a segunda biblioteca do país, voltando a sublinhar a desactualização da literatura científica, facto que depois de duas chamadas de atenção já não pode deixar dúvidas; refere a ausência de biblioteca pública no Porto e, em relação a Évora, cita a pública¹⁷⁹ e a respectiva doação feita por Cenáculo. Quanto a bibliotecas de particulares ou a bibliotecas para além das que foram mencionadas, é uma amálgama de informação que pouco nos interessa neste estudo. Balbi não faz comentários sobre procedimentos ou missão das bibliotecas. Aproveita para citar o tipo de obras existentes, sobretudo se se trata de títulos há muito afamados e que, regra geral, são citados para provar – se é que provam! – a qualidade das bibliotecas.

Tentámos obter uma visão geral sobre as bibliotecas portuguesas, mas as perguntas que se mantêm são muito mais do que as respostas que obtivemos. Apesar de toda a prudência porque se tratou apenas de um desprezioso trabalho exploratório, torna-se claro que qualquer investigação que se queira prosseguir vai exigir uma verdadeira descida às fontes, sejam catálogos, memórias, correspondência, biblioteca por biblioteca. Os elementos que reunimos são de carácter muito geral, mesmo superficial, muitas vezes os comentários mais elaborados acontecem em torno dos títulos afamados que possam existir nas bibliotecas. Do nosso ponto de vista, essa análise é interessante mas explica muito pouco sobre o papel das bibliotecas e a sua responsabilidade como infra-estrutura para o conhecimento. Não incluímos aqui uma análise de bibliografia passiva sobre as bibliotecas portuguesas; ao mesmo tempo, também não temos conhecimento de bibliografia respeitante às bibliotecas portuguesas escrita por autores estrangeiros.

¹⁷⁹ Cuja primeira organização cabe a Joaquim Xavier Botelho de Lima (1717-1800), Arcebispo de Évora a partir de 1783. Sobre esse núcleo de livros reunidos por Botelho de Lima, então Cenáculo trabalhará para criar uma verdadeira biblioteca pública cuja abertura se regista em 1811.

4.1.2 – Impressões de viajantes portugueses sobre bibliotecas europeias – O relato que melhor conhecemos sobre uma experiência de portugueses no estrangeiro é o *Diário* de Frei Joaquim de S. José¹⁸⁰. Sob vários aspectos, trata-se de um documento muito interessante para a compreensão do século XVIII não tanto pela abundância de informação que transmite mas porque envolve directamente duas personalidades com lugar de destaque na sociedade portuguesa de Setecentos e transmite um momento decisivo na formação intelectual de Cenáculo.

Por um lado, o autor do próprio manuscrito, Fr. Joaquim de S. José (1707-1755), figura pouco ou nada estudada, mas que foi Provincial da Ordem Terceira, mestre de Cenáculo em Coimbra e que no Colégio de S. Pedro (Coimbra) teve a seu cargo a livraria e a responsabilidade de adquirir livros para ela¹⁸¹. A outra figura é o próprio Cenáculo (1724-1814), secretário de Frei Joaquim, seu aluno e companheiro dilecto e que, como abordaremos de forma desenvolvida em 6.2.1, não se cansa de elogiar Fr. Joaquim atribuindo-lhe as maiores responsabilidades na sua formação. A travessia da Espanha, do Sul da França e mesmo da Itália até Roma, onde haveria de decorrer o Capítulo Geral da Ordem Franciscana, influencia Cenáculo profundamente uma vez que tem a oportunidade de contactar com outra realidade, de visitar museus, bibliotecas, universidades, ver monumentos, conhecer e discutir com eruditos da época.

Na realidade, a viagem que está na origem do *Diário* realiza-se em 1750, a informação transmitida é bastante parca seja sob que aspecto for que consideremos o relato. E este é a primeira questão que nos parece dever ser sublinhada, isto é, em pleno século das Luzes nada parece fazer pestanejar os franciscanos que vão directamente de Coimbra para Roma. Como não é crível que não tenham sido surpreendidos com tudo o que puderam ver e presenciar, fica-se sempre a sentir algum amargo perante a ausência de comentários e de mais informação. Ora, se o tom geral do manuscrito é este, seria altamente improvável que se abrisse uma excepção para bibliotecas.

¹⁸⁰ *Diário do R^{mo} P. M. D^{or} Fr. Joaquim de S. José na jornada que fez ao Cap^o G^{al} de Roma em 1750*. [Ms. in octavo] e o estudo que produzimos sobre este manuscrito CABRAL, Maria Luísa - *Até Roma: uma viagem com devoção, longa e árdua*. 2011.

¹⁸¹ Para a biografia de Frei Joaquim de S. José são indispensáveis CENÁCULO, Manuel do – *Elogio Fúnebre do Padre Fr. Joaquim de S. Joseph*. 1757; CENÁCULO, Manuel do – *Memorias históricas, e appendix segundo à disposição quarta da colecção das disposições do superior provincial para a observância, e estudos da congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. 1794; tb. SALGADO, Vicente – *Compêndio histórico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. 1793.

Estamos bem cientes de que o *Diário* é apenas um exemplo, mas pensamos tratar-se de um bom caso para tipificar a experiência dos portugueses quando confrontados com ambientes desconhecidos. A viagem foi muito bem planeada, sabemos isso pelo trajecto que seguem, o mais longo e difícil, mas para o qual se precaveram com tempo e dinheiro suficientes. Mas as visitas a bibliotecas – e são várias – parecem muito rápidas e fugazes. Ora, as responsabilidades no Colégio de S. Pedro deveriam exigir a Frei Joaquim outra atenção, para já não referir Cenáculo que nos anos iniciais do noviciado tinha adquirido alguma prática na Livraria do Convento de Jesus e que, em Coimbra, colaborava com Frei Joaquim. Mesmo assim, sabemos-lo *a posteriori* (como explanaremos largamente em 6.2.4), Cenáculo aproveitou muito bem a sua estada em Roma.

Em Espanha, têm a oportunidade de visitar a Biblioteca Real em Madrid sobre a qual deixam alguns apontamentos e também passam pela Universidade de Alcalá e ainda de Cervera (na Catalunha). Dispomos de umas vagas alusões mas estamos a ser optimistas e a considerar que talvez tenham visitado as respectivas bibliotecas, famosas, que, obviamente, não podiam desconhecer e deverão ter apreendido mais do que registam no *Diário*. Mas depois passam a França e o Norte de Itália, e o silêncio é total. O que terão visto? Não viram nada, ou não referem porque não era seguro (como acontecia com a correspondência sempre a exigir alguma contenção)? Muito mais tarde, já em Bolonha, então descrevem a Universidade, a organização curricular e de passagem também aludem à biblioteca. Tudo rapidamente como se se tratasse de informação perigosa que era melhor filtrar.

Finalmente, Roma. Quando se tem o manuscrito entre mãos, espera-se a todo o momento um salto qualitativo mas este nunca acontece. Pior, quanto maior foi a expectativa, maior a desilusão. Começa logo porque tendo o Capítulo Geral decorrido no Convento de Aracœli, o mesmo onde Fr. José Maria da Fonseca¹⁸² criou uma das mais importantes bibliotecas italianas do século XVIII, não se colhe uma única alusão à biblioteca. Situação absolutamente improvável e inexplicável. O alojamento em Roma repartiu-se entre Aracoeli e o Pallazzo Colonna, ambos os locais com cómodos de nível superior e, no entanto, nada altera o silêncio que parece obedecer a um código.

¹⁸² Frei José Maria Ribeiro da Fonseca e Évora (1690-1752), franciscano, ministro plenipotenciário de D. João V junto da Cúria Romana entre 1720-1740, teve intervenção na remodelação do Convento de Aracœli incluindo a biblioteca e a quem, aliás, poucos anos mais tarde, quando já ocupava a cadeira episcopal do Porto, Diogo Barbosa Machado haveria de dedicar o Tomo II da *Bibliotheca Lusitana* editado em 1747.

Estamos absolutamente convencidos que estes portugueses não se limitaram a olhar, mas viram. Tudo conclusões retiradas *a posteriori* por leitura de Vicente Salgado e, sobretudo, a partir dos escritos do próprio Cenáculo. Ora, é exactamente sobre esta prática que queremos reflectir. A viagem a Roma consumou uma extraordinária oportunidade: alguns eruditos particularmente sensibilizados para as bibliotecas têm esta enorme facilidade e, contudo, à chegada a Lisboa legam-nos muito pouco, o que suscita alguma perplexidade. É verdade que a missão não se prendia com bibliotecas mas se estes intérpretes com responsabilidades na Ordem Terceira e também na Universidade e nas bibliotecas, tanto da Ordem como da academia, não se manifestam, como podemos esperar que outros menos sensibilizados o façam? Não dispomos de resposta para esta lacuna, mas considerando que as apreciações da generalidade de viajantes ou diplomatas eram sobre a existência de livros, talvez devamos concluir de uma forma mais positiva e congratular-nos com os resultados que a viagem a Roma provocou por intermédio da pessoa de Cenáculo. Sobre as consequências dessa sua aprendizagem voltaremos, então, com mais elementos nas secções **6.2.4** e **6.2.5**.

4.1.3 – As bibliotecas portuguesas por autores portugueses – Dispomos de dois documentos escritos em pleno século XVIII cuja apresentação e análise se adequam muito bem a este contexto. Não se trata, portanto, de uma análise exaustiva; recorrendo a estes documentos, julgamos captar o sentimento geral.

O primeiro texto é de Joaquim José da Costa e Sá (1740-1803). Aparentado com Cenáculo uma vez que casara com Ana do Nascimento Rosa de Oliveira Vilas Boas, prima daquele, filólogo e latinista com alguns títulos publicados, professor no Colégio dos Nobres e também secretário de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Fazenda, vem a desempenhar papel de algum relevo quando se torna intermediário de Cenáculo durante o processo de doação dos livros e monetário deste à Real Biblioteca Pública, processo e negociação que se arrastam entre 1797 e 1802, matéria que largamente fundamentamos e desenvolvemos em **6.2.6 – A casa mais rica da Nação**.

O testemunho que transcrevemos vale pela lista de bibliotecas as quais, no entender de Costa e Sá, são notáveis pelo valor do recheio mais ou menos numeroso. Nada nos diz sobre a organização das bibliotecas o que, aliás, se tornou uma constante em qualquer descrição a que recorramos. O documento não está datado, sabemos que é posterior a 1777

porque já refere a Biblioteca de Beja a qual só ganhou forma depois da ida de Cenáculo para a capital episcopal. Porém, como a define “assaz recomendável pela infinita cópia de muitos e mui raros livros e manuscritos”, então, podemos deduzir que teriam decorrido alguns anos (nenhuma biblioteca se faz do dia para a noite!) e, portanto, não será muito arriscado assumir que o documento de Costa e Sá terá sido preparado ca. 1790. O extracto que utilizamos foi retirado à *Introdução das Efemérides literárias*¹⁸³, extracto do qual excluimos a citação das obras concretas:

“Em Portugal a Biblioteca Régia que havia na Corte de Lisboa, e se consumiu com outras muitas livrarias dos grandes deste Reino, das Ordens Religiosas, e de infinitos outros particulares no fatal incêndio que se seguiu ao grande terramoto acontecido nesta mesma capital em o primeiro de Novembro de 1755, era copiosíssima pela raridade de muitos manuscritos, e exemplares preciosíssimos, que o Augustíssimo Rei o Senhor D. João V de saudosa memória, mandou comprar em toda a Europa por quantiasas somas; pois nela havia (...) porém, presentemente, sem falar nas Livrarias de muitos particulares, há as seguintes que são famosas: a de S. Majestade no Real Palácio de N. Senhora da Ajuda; a Biblioteca da Real Mesa Censória que o Magnânimo e Fidelíssimo Rei o Senhor D. José I de feliz recordação erigiu ficando subordinada à mesma Real Mesa Censória, a qual consta de muitos milhares de volumes de raríssimas edições. A Biblioteca da Real Casa de N. Senhora das Necessidades é copiosa e rica; a do Real Convento dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho na Vila de Mafra, ambas fundadas pelo Senhor D. João V e aumentadas pelo Senhor Rei D. José I. A grande Biblioteca da Universidade de Coimbra; a dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho naquela cidade é admirada pelos célebres livros chamados de Noa; a dos Religiosos Descalços de Santo Agostinho na dita cidade; a dos Religiosos de S. Bernardo em Alcobaça que consta de raríssimos manuscritos e exemplares como se podem ver no Índice da mesma Biblioteca impresso em Lisboa na Real Oficina Tipográfica no ano de 1775 em 4º maior; a dos Religiosos de S. Jerónimo no Mosteiro de Belém fundada pelo Senhor Rei D. Manuel; a dos Religiosos Observantes de S. Francisco desta Corte, enriquecida e adornada de numerosa selecção de livros de exemplares e manuscritos singulares

¹⁸³ SÁ, Joaquim José da Costa e – *Efemérides literárias ou Memórias da Bibliografia Portuguesa*. BNP Ms. 492.

pelas diligências do Rm^o Pe. Me. Doutor Fr. Luís de Santa Clara Povoá, Deputado da Real Mesa Censória; a do Eminentíssimo Cardeal da Cunha que consta de muitos mil volumes e exemplares selectíssimos; enfim em Beja a Biblioteca do Exm^o e Revm^o Bispo daquela antiquíssima Diocese assaz recomendável pela infinita cópia de muitos e mui raros livros e manuscritos entre os quais se oferece o especialíssimo Roteiro do Mar Vermelho feito pela destríssima pena do esclarecido D. João de Castro e a raríssima e a única concordância da Bíblia Moguntina além do riquíssimo Tesouro das Medalhas e Moedas antigas e do seu esquisito Gabinete de Pintura dos mais hábeis pincéis”.

Como tem acontecido com outros autores, também o que mais entusiasma Costa e Sá é a existência de obras excepcionais. Apesar disso, sempre recolhemos informação sobre o que devem ter sido as bibliotecas mais importantes.

Outro autor cujo conhecimento sobre as bibliotecas em Portugal não pode ser descartado é António Ribeiro dos Santos. Embora lhe dediquemos toda a secção 6.3, deslocámos para esta secção, sobre as bibliotecas em geral, o documento que passaremos a analisar. O documento não se distingue substancialmente do texto de Costa e Sá mas enumera, pela primeira vez, as bibliotecas dos particulares, neste caso, bibliotecas de casas nobres. Embora nada mais adiante, podemos dizer que se abriu outra porta. Esta alteração qualitativa tem de ser sublinhada e, para além de se tratar de uma magnífica sugestão para investigação posterior, a listagem em si mesmo já nos deixa perceber a transformação que se vai insinuando e ainda que não possamos verificar qualquer alteração substantiva podemos, pelo menos, registar a mudança de atitude perante o panorama existente das bibliotecas portuguesas. O documento está inserido num dos códices cuja organização Ribeiro dos Santos preveniu na antecipação da sua entrega na Real Biblioteca por sua morte, não está datado nem é mencionado o destinatário. De qualquer modo, e a partir do texto, poderemos sugerir que o documento foi escrito antes da sua vinda para Lisboa, portanto, é anterior a 1790, data em que se muda definitivamente para Lisboa.

O exemplo deste documento não admira uma vez que Ribeiro dos Santos tem inúmeros documentos coligidos, sem data, sem destinatário, uns são borrões do próprio punho, outros são cópias mais ou menos limpas, com ou sem emendas feitas por ele. O conteúdo dos seus cento e cinquenta códices constitui mostruário inesgotável! No fundo, são documentos

reunidos ao longo da vida, muitos deles revelando a sua própria reflexão sobre vários tópicos. Felizmente para a história das bibliotecas portuguesas, os códices abundam em documentos vários sobre bibliotecas o que, relativamente ao passado, constitui uma novidade. Ribeiro dos Santos era, não restam dúvidas, um bibliotecário convicto; profissional parece ser o termo que melhor se adequa. Vejamos, então, a impressão de Ribeiro dos Santos sobre as bibliotecas em Portugal:

“Meu Amigo como me vedes Bibliotecário da Universidade entendeis que eu vos posso dar notícias das Bibliotecas da Nação; contudo mal sei da que tenho a cargo, quanto mais das outras. Por vos servir porém com as poucas notícias que disto tenho aqui vos mando alguns apontamentos. Quanto às Bibliotecas dos Reis, o Snr. D. Afonso V foi o primeiro que ajuntou Livraria no Paço e parece que os Cronistas mores do Reino eram ao mesmo tempo Bibliotecários dela aos quais se mandavam entregar os livros por inventario juntamente com as chaves da Livraria Real o que se colhe da carta que o Snr. Rei D. Manuel mandou passar do Ofício de Cronista a Rui de Pina (Chancelaria de D. Manuel Livro 29, fol. 25). Esta Biblioteca Real começou de ser rica de cinquenta mil volumes a que a chegou o Snr. Rei D. Manuel o qual havia feito entrar nela as melhores edições de seu tempo, e todas as primeiras dos Clássicos Gregos e Latinos: cresceu depois em mais cabedal de livros que foram nela entrando nos tempos seguintes e até ao Reinado do Snr. Rei D. José: Pedro Gendron Mercador de Livros, e homem erudito em conhecimentos bibliográficos e que tinha visto muitas bibliotecas da Europa afirmava que nenhuma vira provida de tantas e tão antigas edições como ela. Mas perdeu-se este riquíssimo tesouro no terramoto de 1755. Depois da Biblioteca Real as melhores que existiam antes do terramoto eram as seguintes:

- 1º A do Duque de Lafões
- 2º A do Marquês do Louriçal
- 3º A do Conde do Vimieiro
- 4º A Dominicana de Lisboa
- 5º E a Carmelitana da mesma Cidade
- 6º E a do Oratório. Que todas se queimaram

7º A dos Teatinos ou Clérigos Regulares de S. Caetano de Lisboa”¹⁸⁴.

Ribeiro dos Santos é o próprio a reconhecer que não dispõe de muita informação mas, pelo menos, acrescenta qualquer coisa sobre a Biblioteca Real e também sobre a existência de bibliotecas particulares, tenham ou não desaparecido com o Terramoto. Existe um outro texto de Ribeiro dos Santos, *Sobre as bibliotecas em Portugal*¹⁸⁵ cuja análise não cabe aqui porque, este sim, revela a sua ideia sobre a missão e objectivos de uma biblioteca ainda que não refira casos concretos. Será objecto de análise em **6.3.3 – Documentos estruturantes para as bibliotecas portuguesas.**

Os documentos citados são muito semelhantes em conteúdo, entre si e em relação a outros comentários que vamos encontrando, levando-nos inevitavelmente à conclusão que essa seria a visão predominante sobre bibliotecas. Uma biblioteca era um conjunto de livros; se fossem muitos e bons, de preferência raros, melhor. Não há reflexão, nem teorização. No entanto, temos de anotar a diferença qualitativa do documento de Ribeiro dos Santos a qual, ainda que tímida, fica registada.

4.2 – Algumas bibliotecas notáveis em Portugal

Está absolutamente excluído das nossas intenções fazer uma história das bibliotecas em Portugal: não é esse o objectivo da nossa investigação, qualquer tentativa nesse sentido, neste contexto, sairia incompleta e truncada. Mas torna-se indispensável referir algumas grandes bibliotecas na busca de eventual regulamento ou outro documento de carácter interno que ajude a reunir mais informação para além da informação mais habitual sobre o número de livros. A panorâmica que nos propomos dar denotará, evidentemente, a falta de investigação original (porque, repetimos, esse não constituiu o nosso objectivo) mas uma conclusão podemos já retirar: em bibliografia vária consultada, não vislumbrámos uma verdadeira preocupação com os procedimentos técnicos ou com um eventual modelo de organização nas bibliotecas que iremos citar. Estas são áreas a requerer outra leitura das fontes conhecidas e/ou publicadas porque informação a este respeito até pode existir mas poderá ter escapado por não ter constituído o *leitmotiv* da investigação concretizada até hoje.

¹⁸⁴ BNP COD 4712 (Obras ARS 130), f. 181-182. Voltaremos a utilizar este documento em 6.3.3.

¹⁸⁵ BNP COD 4708 (Obras ARS 126), f. 141-145 v.

Para todas as bibliotecas que referirmos, tentaremos apurar informação sobre a provisão de livros, a arrumação destes, a existência de catálogos, a sua classificação, a existência ou não de um regulamento ou de alguma forma de estrutura, a preocupação com a missão das bibliotecas. Entre as bibliotecas que elencaremos, daremos um lugar especial aos antecedentes e primórdios da Real Biblioteca. Com excepção da Livraria Real, a nossa abordagem terá em consideração as datas da respectiva criação¹⁸⁶.

Não abordaremos o caso das livrarias particulares, nomeadamente das casas nobres. Estas constituem uma vasta área a requerer estudo dedicado em exclusivo mas sabemos que havia várias¹⁸⁷, como a do Duque de Lafões, a do Marquês do Lourçal, a do Conde do Vimieiro, ou a da Condessa do Redondo¹⁸⁸ as quais estavam providas com excelência. Também havia bibliotecas particulares valiosas, algumas das quais D. José comprou para colmatar a destruição causada pelo Terramoto, como a do bibliógrafo Nicolau Francisco Xavier da Silva, a do Cardeal Pedro da Mota ou a do gazeteiro José Freire Monterroio Mascarenhas¹⁸⁹. Já do Brasil o próprio Luís Marrocos menciona algumas¹⁹⁰. Ribeiro dos Santos refere-as com algum à vontade e também sentido crítico o que, seguramente, desperta a nossa curiosidade para posteriores averiguações. Sobre o estado de decadência de (algumas, acrescentamos caurelosamente) bibliotecas, são dele as seguintes palavras: “Outra causa foi a avareza dos que possuíam algumas bibliotecas de estimação que só se serviam delas como ornamento de seus gabinetes e não como tesouro que devis enriquecê-los e enriquecer aos outros”¹⁹¹. Não seria a regra, basta para isso lembrar a biblioteca que D. Rodrigo de Sousa Coutinho trouxe de Turim ou a de Luís Pinto de Sousa Coutinho rica em livros de pendor científico. Para avaliar convenientemente estas e outras, seria preciso não só investigar o tipo de obras reunidas, a sua actualidade, a língua original de cada uma das obras e perceber ainda se as respectivas casas nobres se teriam empenhado na elaboração de algum instrumento de pesquisa, fosse catálogo ou simples inventário.

¹⁸⁶ Devido às designações das bibliotecas, por vezes, instala-se a confusão. De facto, existe um trocadilho no nome dado às bibliotecas régias: a biblioteca particular do rei, geralmente, é designada de Biblioteca ou Livraria Real desaparecida com o Terramoto e depois reconstruída a partir de um núcleo instalado perto da Real Barraca (Ajuda), enquanto a biblioteca criada por Alvará em 1796 é a Real Biblioteca.

¹⁸⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – *Sobre as bibliotecas portuguesas*. BNP COD 4708 (Obras ARS 126), [s.d.], f. 141-145v.

¹⁸⁸ FERREIRA, Carlos Alberto – *A Livraria Real Portuguesa...1958*: 10.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁰ Ver MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos – *Cartas do Rio de Janeiro...2008*.

¹⁹¹ SANTOS, António Ribeiro dos – *Sobre as bibliotecas portuguesas*. BNP COD 4708 (Obras ARS 126), [s.d.], f. 141-145v.

Convém incluir algumas considerações sobre bibliotecas de instituições religiosas¹⁹². A primeira constatação é que são em elevado número e a segunda observação é que, de um modo geral, até estão bem providas. Possivelmente, os fundos repetiam-se mas isso não impede de verificar que algumas dessas bibliotecas detinham um volume de obras (contemos em títulos ou em volumes) indiscutivelmente considerável. Referimo-nos à Biblioteca do Convento de Jesus, à do Mosteiro de S. Vicente de Fora, à dos Oratorianos. Eram bibliotecas pensadas para uso interno, das respectivas comunidades religiosas, o que não impediria, a partir de certa altura, que facultassem a frequência a pessoas de fora devidamente credenciadas e em dias próprios da semana. Na nossa interpretação, esta situação não as torna bibliotecas públicas. Mesmo admitindo que a intenção existia, falta um regulamento, falta uma prática sistemática e permanente. À semelhança do que acontece na passagem de gabinetes de curiosidades para museus, também com as bibliotecas os procedimentos mais normalizados e permanentes constituirão a linha a separar dois tipos de biblioteca. O caso da Biblioteca do Convento de Jesus fala por si: sente-se que o momento de viragem se aproxima, e sob a direcção de Cenáculo, não tivesse ele partido para Beja, a história talvez se tivesse escrito de outra maneira. O facto, porém, é que ele foi para Beja para ocupar a cadeira episcopal.

4.2.1 – Biblioteca da Universidade de Coimbra – Instituição que remonta a 1290, mais tarde refundada por D. João III em 1537, bem mais antiga do que a Universidade de Évora, terá o primeiro regimento para a livraria datado de 1591, ou talvez antes¹⁹³. As origens da biblioteca remontam a 1513; ora, entre esta data e 1591, é bem provável que tivesse tido um regimento por mais rudimentar que possa ter sido. Segundo Peixoto¹⁹⁴, identificam-se grandes semelhanças com o regimento da Livraria da Universidade de Évora levando a acreditar que talvez houvesse um “modelo” a que se ajustariam as características locais. Independentemente desta opinião, certamente muito sugestiva para investigação futura, ficamos cientes que uma e outra biblioteca universitária se preocupavam com algum tipo de organização.

Durante o século XVII a casa da livraria na Universidade de Coimbra sofre todo o tipo de desmandos, os fundos sofrem muitas perdas, situação que se altera ligeiramente quando no

¹⁹² Agradecemos a informação cedida por Fernanda Maria Guedes de Campos, doutoranda como nós, a partir da sua própria tese de doutoramento (em preparação, Maio 2013).

¹⁹³ PEIXOTO, Jorge – “Considerações sobre o regulamento da livraria da Universidade de Évora. Para um corpus do livro português no séc. XVI”. 1959: 127-153.

¹⁹⁴ PEIXOTO, Jorge – *Obra cit.*: 136 e segs.

início do século XVIII as instalações da livraria sofrem uma intervenção o que, mercê das obras então levadas a cabo, resulta em prejuízo dos próprios livros que têm de ser transferidos para não sofrerem mais. A grande intervenção tem, então, lugar por 1716 quando D. João V autoriza a construção daquela que virá a ser conhecida como Biblioteca Joanina a qual, em conjunto, com a Biblioteca de Maфра, a das Necessidades e a Livraria Real, constituiria um “significativo quadrilátero estratégico” uma vez que se inseriam todas em um projecto de renovação do saber e do ensino¹⁹⁵. Esta interpretação de Pimentel é, seguramente, muito sugestiva e plausível mas os desenvolvimentos políticos posteriores a D. João V obrigam-nos a lançar outro olhar sobre o papel deste quadrilátero: a Biblioteca de Maфра não atingirá o patamar que se podia esperar dela, como veremos mais adiante; a das Necessidades, uma vez que entre os Oratorianos e o Marquês de Pombal se vai criar uma relação difícil, também não desempenhará o papel que era expectável; a própria Biblioteca da Universidade ver-se-á despojada do seu Bibliotecário e maior organizador, António Ribeiro dos Santos a quem ficou, aliás, a dever um regulamento datado de 1777. De certa maneira, se havia com D. João V um projecto alicerçado nestas quatro grandes bibliotecas, esse projecto quanto a nós não se concretiza totalmente por causa do enfraquecimento, casual ou deliberadamente provocado, dessas bibliotecas, retrocesso que acontece em benefício da Real Biblioteca Pública da Corte o que reforça, no nosso entender, a interpretação que fazemos de que a Real Biblioteca acabará por ser um instrumento do poder na construção do Estado moderno, processo que não será casual. Seja como for, este artigo de Pimentel é muito pertinente porque equaciona, que saibamos pela primeira vez, a questão avaliando a missão das bibliotecas, colocando-as no plano da história institucional e política.

4.2.2 – Biblioteca do Colégio do Espírito Santo (Évora) – A Universidade de Évora remonta a 1559, os Estatutos da Universidade devem ter sido publicados ca. 1567 e o *Cap. 12º da livraria E do porteyro das escolas* constitui o Regimento da Livraria, a bem dizer do Colégio do Espírito Santo. Subsiste aqui um erro de datação que Peixoto¹⁹⁶ aborda mas que fica em aberto. Não é significativo neste contexto a dúvida existente, não nos preocupámos com isso. Embora fora do período em debate, não se pode ignorar o facto de existir um regimento com data tão recuada. Contém instruções relativas à arrumação dos livros, sua limpeza e conservação, controlo,

¹⁹⁵ PIMENTEL, António Filipe – *Obra cit.*

¹⁹⁶ PEIXOTO, Jorge – *Obra cit.*

deixando sobressair a indicação de que se trata de uma livraria para um conjunto de pessoas – os estudantes e os mestres. Peixoto, cuja grande preocupação pela falta de um *corpus* do livro e das bibliotecas portuguesas subscrevemos, apresenta um levantamento de regimentos de outras livrarias, conventuais ou universitárias, sublinhando sempre esta questão de se estar a tratar de livrarias não pessoais. A questão em si mesma é interessante e o facto de Jorge Peixoto ter tentado estruturar a reflexão sobre este aspecto deve ser sublinhada porque não encontramos, na bibliografia portuguesa da especialidade, outro autor que se tenha igualmente questionado sobre o problema.

Voltamos a ter notícia sobre a Livraria do Colégio do Espírito Santo pela mão de Vicente Salgado, em 1777¹⁹⁷, mas “relativamente à Livraria a descrição é sucinta, mas fornece alguns aspectos da concepção do espaço e decoração [...]”¹⁹⁸. Citamos o documento através da leitura de Vaz e, portanto, tanto quanto é possível chegar a conclusões através dos olhos de terceiros, não parece que Salgado adiante muito mais sobre a Livraria. Quando Cenáculo chega a Évora como seu Arcebispo, em finais de 1803, abre-se outro ciclo na vida do Colégio mas a bibliografia que consultámos nada mais adianta sobre o destino e situação da Livraria a qual, a partir da data de extinção da Companhia de Jesus em 1759, foi sendo desarticulada e progressivamente desmantelada¹⁹⁹. Portanto, houve um primeiro – e muito interessante – regulamento no século XVI, depois todo o governo dos Jesuítas até à sua expulsão em 1759; seguiu-se o período pombalino e, no final deste, a direcção atribuída a Vicente Salgado num tempo de transição entre 1776 e 1779; mais tarde, a orientação de Cenáculo que pode também ter incorporado na sua própria biblioteca livros provenientes do Colégio do Espírito Santo, livros que mais tarde terá encaminhado para a Biblioteca Pública de Évora²⁰⁰. Talvez se venham a identificar documentos que possam clarificar um pouco a forma como a Livraria era regida mas, pelo que vamos vendo, enquanto as probabilidades de encontrar documentos é grande, já são menores as hipóteses de eles acrescentarem algo de novo.

¹⁹⁷ SALGADO, Vicente – *Memória do Real Colégio do Espírito Santo*. Apud VAZ, Francisco – “O ensino no Colégio do Espírito Santo – de Pombal à fundação do Liceu”. In *Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa...* 2012: 513-530.

¹⁹⁸ VAZ, Francisco – *Obra cit*: 522.

¹⁹⁹ PEREIRA, Sara Marques – “A diáspora dos livros da antiga Universidade de Évora (1759-1806)”. In *Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa...* 2012: 549-565.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*: 563. Discordamos, no entanto, com a sugestão de que Cenáculo possa ter doado livros provenientes do Colégio do Espírito Santo à Real Biblioteca Pública da Corte. A grande doação de Cenáculo ocorreu em 1797, antes de Cenáculo ter influência sobre o destino a dar ao que restava da Livraria do Colégio do Espírito Santo.

4.2.3 - Biblioteca do Convento de Nossa Senhora e Santo António de Mafra – Biblioteca enorme ou gigantesca, dois adjectivos usados preferencialmente pelos viajantes estrangeiros que, por razões óbvias, não podemos contradizer. Inserida no “faraónico” complexo do Convento de Mafra, obra empenhadíssima de D. João V de 1730, também não se poderia remeter para qualquer canto mais ou menos discreto. Para além da característica física, dificilmente imperceptível mesmo para o visitante menos informado, é relevante para a avaliação que temos em mão de perceber outros aspectos. Ultrapassaremos a explicação que adianta uma interpretação cosmológica e cabalística, curiosa certamente noutra contexto²⁰¹. Mesmo assim, no trabalho de Gandra, encontramos um levantamento cronológico dos vários trabalhos de inventariação e descrição que foram sendo elaborados ao longo do século XVIII e executados quer pelos próprios frades arrábicos quer por académicos da Academia Real da História e que, no seu conjunto impressionaram Ruders, viajante informado, que sobre esse trabalho prosseguido durante décadas, comenta que “Os catálogos muito bem organizados por matérias e nomes, são mais explícitos que os da Biblioteca Real de Lisboa”²⁰². Bom, o volume de ca. 50000 volumes tornava a existência de um instrumento de pesquisa absolutamente imprescindível e a constância com que os trabalhos de catalogação foram sendo assegurados revela esse entendimento. Instrumento de pesquisa tão mais necessário quanto é verdade que “só em 1797 se assiste à primeira tentativa de arrumação sistemática das obras, bem como à elaboração de um novo catálogo. O existente, não só estava desactualizado como não tinha espaço para acrescentar novas obras”²⁰³. Uma vez que se tratava de “um novo catálogo”, tal significa que a biblioteca, até então, deveria socorrer-se do catálogo produzido entre 1755 e 1758, em cinco volumes, por Frei António de Cristo²⁰⁴, franciscano da Província da Arrábida, e seria a este catálogo que Ruders se rendera. Ou seja, a consciência da necessidade de um qualquer instrumento de pesquisa existia (necessidade agudizada pelo facto dos livros se encontrarem disseminados por dois espaços distintos dada a falta de estantes²⁰⁵), originara o aparecimento de um catálogo, a acreditar em Ruders, com alguma qualidade. Todavia, estranhámos a observação de Ruders feita pelo ano de 1800. Esta discrepância merece outra aferição e estudo.

²⁰¹ GANDRA, Manuel J. – *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. 2003.

²⁰² RUDERS, Carl Israel – *Obra cit.*: 221.

²⁰³ AMARAL, Teresa – “Os livros proibidos da Biblioteca do Convento de Mafra”. 2013: 156-161 (157).

²⁰⁴ GANDRA, Manuel J. – *Obra cit.*: 60.

²⁰⁵ Observação sobre a falta de estantes é retirada de SANTA ANA, Frei João de – *Breve história da Real Livraria de Mafra*. Apud FERREIRA, Jorge Manuel Rodrigues – *De la organizacion de la Biblioteca Real de Mafra...* 2008: 91.

A Biblioteca de Mafra terá sofrido outro impulso organizativo em 1809 pela mão de Frei João de Santa Ana; citamos este novo catálogo porque a sua realização denota, outra vez, que os frades e leitores daquela biblioteca tinham absoluta necessidade de aceder aos livros, o que sem uma ferramenta descodificadora se tornava impossível. Voltemos, no entanto, ao catálogo preparado por Frei António de Cristo para anotar algumas das suas principais características: o catálogo destina-se ao uso dos leitores daquela biblioteca que são os frades, logo, a biblioteca não tem como intenção tornar-se uma biblioteca pública; a identificação do lugar que o livro ocupava na sala, era dada por uma combinação de números indicando estante-prateleira-ordem na prateleira, codificação que não constituía novidade e que proporcionava o acesso directo do leitor à obra, podendo prescindir da ajuda do frade bibliotecário; as entradas segundo uma organização onomástica de autor, uma ordem nem sempre isenta de algumas variantes. Todo um conjunto de características que não trazem nada de novo e, embora isto não aconteça, importa registar a relevância dada ao catálogo, feito, melhorado, refeito numa manifestação clara sobre a sua imprescindibilidade. Que a biblioteca era entendida como um poderoso instrumento ao serviço dos frades e dos alunos que frequentavam a escola instalada em Mafra, não resta a menor dúvida. Precisáramos, com urgência, de perceber que utilização lhe foi dada, isto é, se terá havido ou não uma procura dos livros tão generosamente reunidos por vontade régia em Mafra.

4.2.4 – Biblioteca da Congregação do Oratório – A Congregação do Oratório, fundada em Roma por Filipe Néri no ano de 1524, surgiu, como bem lembra Silva Dias,

“[...] no âmbito das contradições do século. [Os Oratorianos] Tinham, por um lado, o espírito conservador de quase todas as Congregações Religiosas, mais ou menos afectas à Escolástica e à ordem mental estabelecida; do outro, as correntes novas do pensamento: o cartesianismo na filosofia, o classicismo na arte, o jansenismo na religião, o criticismo em quase tudo. Em que sentido cair? O sentimento e outras circunstâncias de facto inclinavam-nos para o lado dos modernos, apesar de mais arriscado. O Oratório alinhou desde cedo na ala anti-peripatética”²⁰⁶.

²⁰⁶ DIAS, José Sebastião da Silva – “O papel da Congregação do Oratório”. In *Portugal e a Cultura Europeia ...* 2006: 185-208 (1ª ed. 1952).

A Ordem entra em Portugal em 1668 e virá, pois, a distinguir-se por partilhar novos paradigmas de pensamento e acção intelectual e religiosa, bem como pela qualidade do ensino que ministrava. Aliás, socorrendo-nos ainda das palavras de Silva Dias,

“As actividades escolares e apostólicas dos padre de S. Filipe Néri chamaram as atenções para a sua Congregação e deram-lhes uma influência na cultura nacional só comparável à dos jesuítas quase dois séculos atrás”²⁰⁷.

Falam por si o número de eruditos que adquiriram a sua primeira formação naquela escola, entre outros, Cenáculo, Teodoro de Almeida, António Pereira de Figueiredo ou José Anastácio da Cunha, para dar alguns exemplos bem notórios²⁰⁸. Esta notoriedade académica coloca o ensino dos Oratorianos ao nível do dos Jesuítas, contribui para algum desentendimento com a Universidade de Coimbra uma vez que os Oratorianos passam a ocupar um espaço anteriormente exclusivo à Universidade²⁰⁹. A qualidade dos seus mestres e professores fez da Congregação um centro de atracção intelectual na época, atraindo às suas conferências a elite culta da capital, que procurava entre os seus membros os educadores para os seus filhos. “Entre os motivos de atracção, figurava a novidade do ensino oratoriano no campo das ciências naturais”²¹⁰. Faz todo o sentido e como servia os intuitos políticos e religiosos do regalista Pombal! Até Pombal voltar para eles a sua hostilidade ²¹¹, uma vez terminada a perseguição aos Jesuítas.

Fosse qual fosse a situação, o facto é que a qualidade do ensino nos Oratorianos era inquestionável para o que contribuiu certamente o equipamento científico de que se haviam munido. Os Oratorianos dispunham de biblioteca, gabinete de física, aparelhagem científica e tipografia própria. Sobre esta oferta variada, podemos recorrer ao testemunho de Salgado ao referir a aprendizagem de Cenáculo que “vai polir o entendimento ouvindo a Lógica do insigne e sábio Mestre Padre João Baptista da Congregação do Oratório”²¹². O testemunho de Pereira

²⁰⁷ Idem, *bidem*: 204.

²⁰⁸ MARTINS, António Coimbra – “Oratorianos”. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 3: 202-205.

²⁰⁹ CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Gabinete Histórico ... 1818*, vol. 11: 14.

²¹⁰ DIAS, José Sebastião da Silva – *Obra cit.*: 205.

²¹¹ ANDRADE, António Alberto Banha de – “Pombal e os Oratorianos”. 1963: 294-306; *Ver tb.* “Processo pombalino contra os Oratorianos”. 1969: 250-296.

²¹² SALGADO, Vicente - *Elogios Históricas dos Exm^{os} e Rm^{os} Senhores Arcebispos, e Bispos...[s.d.]*. Ms.; *Ver tb. Catalogo Historico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. 1787.

de Figueiredo vem reiterar esta informação. Referindo-se especificamente à biblioteca, explicita Figueiredo que a biblioteca correspondia aos requisitos dos Padres do Oratório “...provendo-os para todo o género de literatura de uma selecta Livraria que hoje está em trinta mil volumes, e tem custado passante de cento e vinte mil cruzados”²¹³. Frei Cláudio da Conceição não esclarece muito mais sobre a biblioteca propriamente dita mas acrescenta uma informação particularmente relevante no contexto desta dissertação. Diz ele que “Esta Livraria não sendo pública, os padres benignamente a facilitam a todos os que dela se querem aproveitar [...]”²¹⁴; infelizmente, não indica uma data. Outra informação sobre a Livraria dos Oratorianos prende-se com a existência de catálogos. As informações que estamos a usar são pouco escoradas, por isso, temos algumas reservas. Seja como for, são aquelas que coligimos a partir de bibliografia secundária. E socorremo-nos de novo de Silvestre Ribeiro²¹⁵:

“A Livraria das Necessidades tem muitos catálogos, os quais são uma história indirecta do seu progresso e decadência: destes Catálogos, uns são formados pela ordem das matérias, e servião como memoria das obras que se ião comprando, relativas a cada ramo das Sciencias afim de se não comprarem em duplicado; outros catálogos são geraes, e mostram pela ordem alphabética os nomes dos autores já adquiridos na época em que erão feitos [...] em 1780 [...]”²¹⁶.

Ignoramos se podemos fazer fé na data para acreditar na informação sobre os catálogos mas, talvez, a possamos considerar como aproximada. E é importante que consideremos esta hipótese porque, neste conjunto, temos três indicadores preciosos: antes de mais nada, claro, a consideração de uma biblioteca com trinta mil volumes o que, em si mesmo, já é considerável; depois, a informação sobre a disponibilidade dos Padres para, *benignamente*, facilitarem o acesso público à Livraria o que, mesmo assumindo que esta não constituiria uma prática muito comum, não deixa de revelar uma intenção diferente e que deve ser assinalada e, finalmente, a existência de catálogos de matérias e autores. Quanto desta informação é original ou

²¹³ FIGUEIREDO, António Pereira de – *Compendio das épocas e sucessos mais illustres da Historia Geral*. 3ª ed. Lisboa, 1825 (1ª ed. 1782) *Apud* RIBEIRO, José Silvestre – *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. 1914, vol. 19: 15.

²¹⁴ CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Obra cit.*, vol. 11: 31.

²¹⁵ Embora a informação original tenha sido reunida por Silvestre Ribeiro, convém deixar claro que o volume que estamos a citar é póstumo e a sua organização final ficou a dever-se a Álvaro Neves. É praticamente impossível, no entanto, destrinçar a informação reunida por um e utilizada por outro.

²¹⁶ RIBEIRO, José Silvestre – *Obra cit.*, vol. 19: 16.

trabalhada por Silvestre Ribeiro, desconhecemos mas ficam aqui elementos vários a exigir investigação. A colmatar toda esta informação, mais um dado de Silvestre Ribeiro. Diz ele

“Há também outro catálogo, que tem as obras na ordem em que se achavão nas Estantes: a este catálogo se dava o nome de *Guião*; tinha o número das caixas [isto é, vãos ou prateleiras], e em cada uma das obras ou volumes que ela continha servia de guia para se saber as obras que faltavão, e se procurar no livro de registo em poder de quem estavaõ”²¹⁷.

Hoje designaríamos esse precioso *Guião* de catálogo topográfico. No conjunto, se íamos ficando com a ideia de que a biblioteca dos Oratorianos estava organizada, com esta descrição de Silvestre Ribeiro, culminando com o *Guião*, não ficam dúvidas nenhuma de que estava bem organizada; que os Padres do Oratório sabiam bem o que tinham e o que compravam – ou queriam comprar, o seu valor e a razão pela qual adquiririam – e, a culminar estes procedimentos, controlavam a forma como a biblioteca estava arrumada e o movimento dos livros. Até pode ser que nas outras bibliotecas – Coimbra e Maфра – acontecesse o mesmo, mas falta informação.

No conjunto da Livraria dos Oratorianos, o núcleo mariano merece ser destacado, trabalho que resultou sobretudo da acção do Padre Domingos Pereira²¹⁸ que teve uma intervenção decisiva na biblioteca a acreditar nos testemunhos de Pereira de Figueiredo, todos referidos por Luciano Cristino²¹⁹. Uma biblioteca especializada que ia ao encontro da devoção mariana característica dos Oratorianos e tão conforme a piedade do próprio D. João V. A biblioteca Mariana teve ainda maior simpatia por parte de D. João V e transcrevemos:

“Este monumento literário seria por certo maior e mais assombroso que o da basílica de Maфра, e só um monarca tão devoto e generoso como D. João V o poderia empreender. El-Rei cedeu logo todas as obras raras que versavam o assunto e possuía na Livraria do Paço; além disto fez o donativo anual de trinta mil réis para conservação e aumento da Bibliotheca

²¹⁷ Idem, *ibidem*.

²¹⁸ *Cujo Catálogo dos Livros mais selectos ou pella antiguidade ou pella raridade que se conservão na Real Bibliotheca da Congregação do Oratório de Lisboa*, autógrafo que se encontra na Biblioteca Pública de Évora, CXI 2-11, nº 6. *Apud* CRISTINO, Luciano, obra cit.: 118 (nota rodapé 24).

²¹⁹ CRISTINO, Luciano – “A Bibliotheca Mariana dos Oratorianos de Lisboa”. In *De cultu mariano saeculis XVII-XVIII...*1988: 111– 128.

Mariana [...]. Esta colossal biblioteca [...] seria uma das grandes maravilhas do culto de Nossa Senhora em Portugal”²²⁰.

Uma biblioteca que como outras desapareceu no Terramoto. Contudo, convém realçar que sobre a Livraria dos Oratorianos há mais informação; estará mais trabalhada mas os documentos que a biblioteca preparou, nomeadamente os catálogos, devem também reflectir o cuidado que os padres colocavam na organização do que, para eles próprios, constituiria o núcleo essencial para o prosseguimento da sua intervenção formativa.

4.2.5 – Livraria Real e Real Biblioteca – Desde a 1ª Dinastia que há notícia do interesse dos monarcas portugueses em possuírem uma livraria²²¹ mas, por mais interesse que essa matéria tenha, não nos deteremos nos períodos anteriores ao século XVIII. Estaremos focados no período a partir de D. João V (1689-1750), monarca que reinou toda a primeira metade de Setecentos, a partir de 1707. Corresponda ou não à totalidade da verdade, o elogio que recebe a propósito do seu gosto por livros e bibliotecas é, de facto, muito lisonjeiro:

“Estimou como verdadeiro sábio os livros mais do que quantas preciosidades lhe comunicou felizmente a fortuna, não se contentando sem os ter no seu próprio Palácio. Havia n’elle só um pequeno resto da Livraria antiga da Sereníssima Casa de Bragança; mas o mesmo Rey o Senhor D. João V a augmentou com muitos mil volumes, que mal cabem em huma grandíssima sala no edifício chamado o Forte, não obstante estar toda pelo meio dividida em estantes para se poderem accommodar. Louvão-se n’ella as edições mais raras, e hum grande número de manuscriptos; além de immensidade de livros políticos e ecclesiásticos, que fez tirar de todos os estados de Itália, e entre eles se acham os Diários Pontifícios, Rituaes, e Ceremoneaes, que todos fazem um avultadíssimo corpo”²²².

²²⁰ PIMENTEL, Alberto – *Historia do culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa, 1899: 291-292. *Apud* CRISTINO, Luciano – *obra cit.*: 121 (nota rodapé 32).

²²¹ VITERBO, Francisco Sousa – *A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel...* 1901.

²²² *Apud* VITERBO, Francisco Sousa – *Obra cit.*: 1-2 (nota de rodapé).

A preocupação do monarca com a provisão de livros terá todo o género de explicações²²³, mas para efeitos do nosso estudo, centrar-nos-emos na intervenção real directa em matéria de bibliotecas. Por herança, chega-lhe apenas um pequeno núcleo da antiga Livraria da Casa de Bragança²²⁴ mas o seu empenho alterará definitivamente a situação. São proverbiais as dotações para a provisão de livros que destinou à Biblioteca da Universidade de Coimbra, do Convento de Mafra, à dos Oratorianos e à Biblioteca Real, instalada na Grande Sala do Forte, no Real Paço da Ribeira.

O artigo de Ferrand de Almeida que seguimos equaciona muitas dúvidas sobre as verdadeiras razões que teriam levado D. João V a gastar tão avultadas somas de dinheiro a adquirir livros, mas uma análise desse teor tem cabimento noutra tipo de investigação, talvez sobre o livro e a leitura. O que aqui está em causa é perceber se existiam livrarias, se o seu êxito se ficou a dever, ou não, em grande medida à intervenção régia, que tipo de bibliotecas é que conseguimos identificar. Ora, nesse sentido, podemos sem dificuldade aceitar que havia algumas grandes bibliotecas que se destacaram mercê de uma generosa intervenção do monarca fosse por fausto, por manifestação de poder ou, simplesmente, porque D. João V tinha uma preocupação genuína com a provisão e utilidade das bibliotecas.

Daquelas três grandes bibliotecas, apenas a da Universidade não é uma biblioteca de instituição religiosa e sobre ela temos uma certeza absoluta: apesar de refundada em 1717, só em 1777 tem um regulamento bem estruturado e sólido, obra de António Ribeiro dos Santos, situação que voltaremos a analisar mais adiante. Não queremos tirar mais do que uma ilação óbvia: uma biblioteca que espera sessenta anos pelo seu primeiro regulamento enfrenta com certeza problemas de organização. Podem não estar equacionados, podem não ser referidos, podem até não ser percebidos, mas estão subjacentes. As outras duas bibliotecas são grandes bibliotecas de ordens religiosas e, nomeadamente, a dos Oratorianos foi responsável por gerações de letrados com conhecidas responsabilidades: António Pereira de Figueiredo, Cenáculo, Verney, Teodoro de Almeida, entre outros. Os mestres seriam de primeira plana, sem dúvida, o potencial enorme, mas o apoio livresco não pode ser escamoteado.

Como é que D. João V resolveu o problema da aquisição de livros? Recorreu a uma verdadeira, ainda que informal, rede constituída por agentes diplomáticos que tinham a

²²³ ALMEIDA, Luís Ferrand de – “D. João V e a Biblioteca Real”. *Revista da Universidade de Coimbra*. 1991: 413-430.

²²⁴ FERREIRA, Carlos Alberto – “As livrarias reais de D. João IV a D. João VI”. 1940, vol. 7: 589-606.

incumbência de localizar e adquirir livros, gravuras, mapas. Um rol de nomes que impressiona: D. Luís da Cunha em Paris e Haia, o Conde de Tarouca em Haia e Viena, Marco A. de Azevedo Coutinho em Paris, Manuel Pereira de Sampaio em Roma, entre outros²²⁵. Uma solução engenhosa, fácil e que, muito possivelmente, até entusiasmaria os diplomatas, regra geral, personalidades com preparação mais apurada, e maior exigência, do ponto de vista cultural. Um artifício a que anos mais tarde, entre 1802 e 1803, António Ribeiro dos Santos, Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública, espaldado no muito dinâmico D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Fazenda, volta a recorrer (*Ver 6.3.7*). Os diplomatas adquiriam livros, gravuras, manuscritos mas também recolhiam informações sobre os espaços das bibliotecas, os equipamentos, os adornos e decoração e ainda sobre a forma como os livros eram arrumados. As preocupações não se limitavam, como transparece, apenas com a ostentação, iam mais fundo e esta evidência não pode ser escamoteada em defesa do bom nome de D. João V e das louváveis intenções que assistiam a sua iniciativa. Fossem quais fossem as verdadeiras razões que moveram o monarca, a Biblioteca Real, a biblioteca particular do rei, chegou a ser considerada uma das maiores da Europa pelo número e qualidade dos livros. Para organizar esta biblioteca, D. João V contou com o trabalho bibliográfico, por exemplo, de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), também académico e defensor das Luzes, bem como de outros membros da Academia Real da História que dividiram entre si os vários temas para preparação de um catálogo. Sobre a Livraria Real, o Conde da Ericeira deixou no seu *Diário* dois apontamentos muito curiosos que transmitem bem a dimensão daquela. Um, no dia 30 Outubro 1731, sob a rubrica *Literatura* diz “Martinho de Mendonça chegou a Lisboa para fazer um catálogo da livraria del Rei que se manda pôr na quinta que foi de Pedro de Vasconcelos enquanto se lhe não fazem estantes na Casa das Embaixadas ...” ; outro, a 25 Agosto 1733, sob a rubrica *Livraria real*, informa: “Partiu Francisco Mendes com muitas comissões del Rei, e Sua Majestade acrescentou estantes para vinte mil volumes mais na mesma casa da livraria que se cruzam como em ruas de quatro faces, e lhe faz o catálogo Martinho de Mendonça (...)”²²⁶. Neste *Diário*, o Conde da Ericeira vai anotando, entre 1731 e 1733, à laia de bordão da memória, os acontecimentos nacionais e estrangeiros mais relevantes sempre organizados por rubricas: Mafra, Notícias da Corte, Brasil, Roma, Espanha,

²²⁵ Para mais informação pormenorizada sobre a iniciativa régia, *Ver* ALMEIDA, Luís Ferrand de – *Obra cit. e tb.* SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis...* 2002, em especial p. 68-79.

²²⁶ MENESES, Francisco Xavier de, 4º Conde da Ericeira – *Diário...*1943.

Noticias doutras partes da Europa (aqui incluem-se várias vezes os Turcos e os Persas), Música, Música Italiana, Cantarinas, Doenças na Corte, Índia, Polónia, Lutas eclesiásticas, Roubos, Frota do Brasil, Ouro e Diamantes, assemelhando-se a um documento para uso estritamente pessoal contendo todo o tipo de informação directa e relacionada cujo conhecimento podia ser muito útil. O que nos pareceu mais interessante foi a escolha da designação para as rubricas, isto é, os assuntos que mais relevo tinham à época e também a menção às gazetas da Holanda. De facto, este *Diário* tem o aspecto de uma gazeta e parece ter sido feito com uma intenção que ultrapassa o simples registo de acontecimentos, talvez se destinasse a circulação.

A Biblioteca Real, situada no Palácio no Terreiro do Paço, ardeu com o incêndio que sucedeu ao Terramoto. D. José, logo em 1756, afectado certamente com perda tão dramática, procurou refazê-la, recorrendo à compra de várias bibliotecas de particulares, e também às contribuições provenientes do Colégio dos Nobres, da Mesa da Consciência e Ordens, da Real Mesa Censória e da Tipografia Régia²²⁷. Um afã que pode, com elevada probabilidade, ter despertado a atenção e o pensamento, logo o cuidado, do Engenheiro-Mor Manuel da Maia expressos na sua *Dissertação* como explicaremos em **6.1.1**.

Aquele núcleo em constituição por D. José, o núcleo pós-Terramoto, terá constituído o embrião de uma Biblioteca Real renascida, para a qual se arranjam instalações (muito provisórias, em casas anexas ao Paço de madeira, a Real Barraca) no Largo de Nossa Senhora da Ajuda. Importa assinalar que esta era uma biblioteca particular, por acaso a do rei. Escapou à voracidade dos exércitos napoleónicos, cientificamente orientada por Geoffroy Saint-Hilaire²²⁸, como veremos em **4.3.2**, quando foi enviada para o Rio de Janeiro em 1811²²⁹. Regressa a Portugal em 1821, mas apenas parte, concretamente o núcleo de manuscritos da Casa Real. Não sobreviveu, pois, às negociações prévias à saída de D. João VI do Brasil: no Rio de Janeiro ficaram cerca de 60000 volumes que hoje constituem o núcleo histórico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A Biblioteca Real vem a beneficiar, mais tarde, da incorporação das livrarias da Companhia de Jesus (Casa Professa de S. Roque e também do Colégio de Santo Antão) e também da Livraria da Congregação do Oratório. Acabou por conseguir instalações condignas, já no final do século XIX, no próprio Palácio da Ajuda.

²²⁷ FERREIRA, Carlos Alberto – *A Livraria Real Portuguesa*. 1958.

²²⁸ Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844), naturalista francês, responsável pela identificação do património português de interesse para ser levado para Paris pelo exército napoleónico. Ver **4.3.2**.

²²⁹ Sobre a situação da Biblioteca Real no Rio de Janeiro, os comentários e impressões dados por Luís Marrocos são preciosos. Ver MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos – *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821*. 2008.

Assim, em meados do século XVIII, deparamo-nos com duas bibliotecas régias: a biblioteca do rei, a Biblioteca Real, na qual D. José se empenha com o objectivo de remediar a situação catastrófica e de penúria causada pelo Terramoto; e a Real Biblioteca cujo aparecimento ainda vai demorar o seu tempo mas para cuja formação, aos poucos, vão surgindo ideias e propostas. De maneiras diferentes, o sentimento de que uma grande biblioteca se tornava imprescindível, vai tomando forma e congregando vontades.

Antes do aparecimento formal da Real Biblioteca, é ainda obrigatório referir a Biblioteca da Real Mesa Censória para onde haviam convergido alguns dos livros das bibliotecas da recém-extinta Companhia de Jesus (este encaminhamento dos livros provenientes destas bibliotecas demora o seu tempo e como já mencionámos muitos são, mais tarde, dirigidos para a Biblioteca Real), os livros apreendidos na alfândega, os que eram submetidos para aprovação e impressão e ainda algumas doações como foi o caso da biblioteca particular de Diogo Barbosa Machado (1682-1772), oferta mediada pelo seu amigo Cenáculo, deputado ordinário da Real Mesa desde 1768 e seu Presidente a partir de 1770.

Diogo Barbosa Machado²³⁰ publicou a *Bibliotheca Lusitana*²³¹ com o propósito bem claro de dignificar a literatura nacional e os seus escritores porque, como afirma no Prólogo “onde pelo impulso das suas pennas renacem a nova vida os Escritores, que a tinham alcançado immortal na Republica das Letras”. Mas não são apenas as obras impressas que se propõe resgatar. Os manuscritos merecem-lhe igual atenção: “Resuscitação das urnas dos Archivos as Obras M.S. a quem a Arte Typographica negou o benefício da luz publica”. A *Bibliotheca* foi organizada espaldada numa “multidão de autores”, na expressão do próprio Barbosa Machado, que publicaram também bibliotecas, isto é, obras de carácter bio-bibliográfico para “perpetuar na Republica das letras os nomes de seus naturaes”. Com este fito, Barbosa Machado declara “me animey em obsequio da Pátria escrever a Biblioteca Universal de todos os nossos

²³⁰ Sobre a relação entre Barbosa Machado e Cenáculo, Ver VAZ, Francisco – Os livros e as bibliotecas...2012.

²³¹ *Bibliotheca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica*. 1741-1759. 4 vol.

Escritores” não sem prestar homenagem a outras “bibliotecas” mas Barbosa Machado sente-se compelido à tarefa invocando, de facto, um imperativo nacional embora reconheça que o mesmo pode não corresponder a um levantamento exaustivo. Esta preocupação em coligir, e registar, informação sobre os escritores portugueses, revela o mesmo sentido que animará Ribeiro dos Santos, como veremos em **6.3.6**, quando escreve sobre a actividade dos escritores de língua portuguesa, ou que moverá Cenáculo quando incentiva os reconhecimentos arquivísticos ou arqueológicos, como analisaremos em **6.2.3**. Trata-se de um denominador comum de claro interesse pela identidade colectiva o qual, no contexto desta dissertação, não podia deixar de ser assinalado.

Sobre a biblioteca da Real Mesa Censória, sabemos como Cenáculo tinha grandes projectos os quais, aliás, deixou descritos no seu afamado manuscrito *Faz-se indispensável...* mas sobre cuja organização e situação o não menos célebre *Relatório* produzido por Ribeiro dos Santos em 1795 nos deixa as mais sérias reservas. Estas questões serão devidamente equacionadas mais adiante em **6.3.3**.

É este intrincado percurso que acompanharemos na presente dissertação, na expectativa de conseguir perceber até que ponto a criação da Real Biblioteca Pública da Corte combina os ideais das Luzes (da ilustração, em prol do conhecimento) com um projecto regalista de governação (autoritário e centralizador) enquanto progressivamente se vai libertando do modelo das outras bibliotecas através da adopção de novos procedimentos e soluções, ganhando espaço e afirmando verdadeiramente uma intenção que se fortalece como instrumento do poder central na construção do Estado moderno.

4.3 – Outras instituições setecentistas portuguesas

As duas instituições setecentistas que importa destacar no âmbito desta dissertação são a Academia Real da História (1720) e a Academia das Ciências de Lisboa (1779). Não se trata aqui de fazer a história destas instituições; não era objecto desta investigação, está feita, a bibliografia é longa e continuada. O que nos interessa analisar são as conjunturas das respectivas épocas para tentar perceber se há alguma semelhança, no percurso de constituição das três instituições, entre estas duas academias e a Real Biblioteca Pública; também nos interessa perceber se existem facetas institucionais que se cruzam, completam ou duplicam os objectivos que virão a ser atribuídos à Real Biblioteca Pública da Corte (1796). As

três instituições cobrem o século XVIII, reflectem muitas das preocupações culturais de Setecentos, as condições em que surgem são idênticas? Como é que o seu aparecimento posiciona o país relativamente à Europa? As duas academias são, cada uma a seu modo, instituições preocupadas com a salvaguarda do património e, nesse sentido, partilham território comum com a Real Biblioteca. Entre as três, as tarefas terão sido divididas, foi necessário regulamentar as diferentes competências? Partiremos para esta análise comparando os textos fundacionais e também a acção desenvolvida. Entre o discurso e as práticas institucionais encontraremos, certamente, matéria para reflexão. Inevitavelmente, algumas figuras merecerão também a nossa atenção porque a sua intervenção foi determinante, enquanto a sua visão ultrapassou os condicionalismos temporais e os limites geográficos. Sem nunca esquecer que o objecto da nossa investigação é a Real Biblioteca Pública da Corte mas admitindo sempre que, tendo sido esta a última a ser criada, não poderá fugir a algum tipo de padrão ou influência. Em poucas páginas também não temos a pretensão de fazer uma história institucional comparada embora a identificação de possíveis semelhanças nos atraia irresistivelmente, tanto quanto uma nova abordagem às causas da fundação da Real Biblioteca Pública da Corte.

Pela mesma razão que não incluiremos nesta dissertação uma profunda elaboração sobre estas duas academias, também não expandiremos longamente sobre as academias em geral. Todavia, a sua importância requer uma referência que contribua para melhor contextualizar, na sociedade portuguesa, o aparecimento de academias com inegável pendor científico como se vieram a revelar os casos quer da Academia Real da História quer da Academia das Ciências²³².

As academias eram locais de sociabilidade, seguramente, mas para além de proporcionarem momentos para os letrados conviverem, também criavam a oportunidade destes mostrarem os seus últimos trabalhos, fossem eles poemas ou discursos, justificando a definição de Palma Ferreira como “autênticas sociedades de erudição”²³³. Na realidade, eram

²³² Por ordem cronológica, para a história e análise das Academias em Portugal, Ver CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Gabinete histórico...1818*; RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia. 1872-1893*; FERREIRA, João Palma – *Academias literárias dos Séculos XVII e XVIII. 1982*; MATIAS, Elze M. H. Vonk – “A Academia dos Generosos. Uma academia ou uma sequência de academias?” 1982; LOUSADA, Maria Alexandre – *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834... 1995*; tb. “Novas formas: vida privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público”. In MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *A Idade Moderna... 2011*: 424-456, trabalho que constitui uma súpula do mesmo assunto aprofundado na sua tese de doutoramento.

²³³ FERREIRA, João Palma – *Obra cit.*: 8.

espaços públicos nos quais os letrados podiam conviver, conversar, actualizar-se, isto é, ganhar hábitos de debate intelectual e, portanto, da formação de um espírito crítico. Não tendo uma origem régia, as academias davam a oportunidade de afirmação aos letrados ou eruditos de se empenharem num confronto salutar de afirmação do conhecimento as mais das vezes da esfera da literatura.

Há notícia de academias em 1581 (Braga)²³⁴ ou 1615 (Évora)²³⁵ e também sabemos que a última foi da iniciativa de Frei Manuel do Cenáculo em 1793 (Beja)²³⁶ a quem, aliás, já coubera a iniciativa de fundar uma Academia Mariana, para o culto da Virgem Maria, em 1734²³⁷. Tratou-se de um longo percurso de cerca de duzentos anos a criar hábitos de debate e de crítica aos quais seria estulto recusar um papel fundamental na formação intelectual e na exigência e rigor críticos. Entre todas as academias, merece um lugar de destaque a Academia dos Generosos, cuja 1ª sessão remonta a 1686²³⁸, na qual o papel central cabe ao 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, exactamente o mesmo que estará na origem da Academia Real da História. O mote inspirador, *Non extinguetur*, parece ter-lhe feito jus.

Já no século XVIII²³⁹ destacam-se, entre outras, a Academia dos Ilustrados cuja actividade se identifica logo em 1716, a dos Anónimos, cuja fundação deve ser cerca de 1718, a dos Ocultos cujas conferências iniciais remontarão a 1745. Ainda a Academia de História Eclesiástica em Lisboa, sobre a História e Cânones Sagrados, iniciativa de Monsenhor Ferrão, Núncio Extraordinário de Sua Santidade junto da corte de D. João V com uma assistência composta por altos dignitários da Igreja e também “as pessoas mais sábias da corte”. O Conde da Ericeira esteve sempre presente, fez sempre intervenções muito “elegantes”. Mas com a saída do Núncio da Corte de Lisboa em Novembro 1716, a Academia acabou-se²⁴⁰. E a Nova Arcádia considerada como a mais polémica de Setecentos. Talvez tivéssemos aproveitado se tivéssemos verificado o que se passava nos restantes países europeus mas esse trabalho desviar-nos-ia do tema central da nossa investigação. Porém, fizemos um esforço no sentido de recolher alguma informação que damos em nota de rodapé com a observação prévia de

²³⁴ Idem, *ibidem*: 16.

²³⁵ MATIAS, Elze – *Obra cit.*

²³⁶ LOUSADA, Maria Alexandre – *Obra cit.*: 432.

²³⁷ FERREIRA, João Palma – *Obra cit.*: 111.

²³⁸ Sobre esta Academia, Palma Ferreira refere a realização da 1ª sessão em 1686 (Ver *Obra cit.*) enquanto Elze Vonk Matias atribui-lhe a data de fundação em 1647.

²³⁹ FERREIRA, João Palma – *Obra cit.* a partir da qual retirámos as informações aqui utilizadas.

²⁴⁰ CONCEIÇÃO, Cláudio – *Obra cit.*: vol. 6: 274-282.

que o material recolhido tem a ver rigorosamente com o aparecimento das sociedades de cariz científico²⁴¹.

No plano nacional, portanto, sobre o pano de fundo resumidamente exposto, organizar-se-ão a Academia Real da História e a Academia das Ciências cuja estrutura e funcionamento denotam um elevado grau de organização. A prática adquirida com as outras academias havia frutificado mas estas duas já não se contentam com encontros casuais; o que elas almejam é bem mais profundo o que obriga, naturalmente, a uma estruturação. Em tudo idêntica, a Real Biblioteca Pública da Corte também evidencia características organizativas que a colocam entre as instituições que se podem considerar como estruturantes do Estado moderno.

4.3.1- Academia Real da História Portuguesa – Constituída por Alvará de 1720, a Academia tem desde o seu primeiro instante o apoio real e a sua actuação vai servir os propósitos régios:

“[...] a Academia é caracteristicamente uma instituição real. Por essa via, ela contribui fortemente para consolidar e configurar a sociedade dos eruditos. Esta encontra um centro, próximo da corte, alcançando consagração social e suporte financeiro; enquanto, pelo seu lado, a monarquia institui um instrumento da sua glória, no país e na Europa”²⁴².

²⁴¹ A mais antiga é a **Accademia dei Lincei** fundada em Roma a 17 Agosto de 1603 pelo Príncipe Federico Cesi. A sua dedicação ao estudo das ciências naturais e a sua abordagem à ciência com base no método experimental fez dela a primeira academia científica do mundo. Um dos seus membros mais célebres foi Galileu Galilei cujas obras científicas foram publicadas pela própria academia no início do século XVII. Outra academia igualmente pioneira é a **Royal Society**, Londres, cujas origens remontam a um colégio invisível de filósofos interessados na promoção do conhecimento sobre o mundo natural através da observação e prática experimental e que reúnem a partir de meados de 1640, sendo 28 de Novembro de 1660 a data oficial da sua criação. A **Académie des Sciences**, Paris, também merece destaque. Sucede a uma prática Seiscentista de reunir sábios e eruditos, Colbert consegue organizar reuniões na biblioteca do rei, com carácter regular mas informal, a partir de Dezembro de 1666. Só em 1699, estas reuniões se formalizam mediante a outorga de estatutos, ganhando ao mesmo tempo o título de Real. No século XVIII coube-lhe importante contribuição para a renovação científica. Não é difícil descortinar alguns pontos comuns entre a Académie des Sciences e a Academia das Ciências o que justificaria, certamente, algum aprofundamento. Os elementos de ordem histórica foram retirados do sítio oficial do IAP, The Global Network of Science Academies disponível em <http://www.interacademies.net/>

²⁴² МОНА, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História*. 2003: 22.

Esta caracterização geral devida a Isabel Ferreira da Mota não dá margem para dúvidas: a Academia Real da História é um instrumento do poder central. Como explica Fr. Cláudio da Conceição, o objectivo seria

“[...] para escreverem a história eclesiástica e secular destes reinos...mostrando ao mundo que o seu estudo é a verdade, com infalível certeza de que os roubos que o tempo tinha feito nas acções dos nossos naturais ela os havia de restituir à notícia do mesmo mundo para glória imortal da nação portuguesa”²⁴³,

fim que, obviamente, só fazia sentido sendo assumido pelo poder central. Guiados por esta indicação, ensaiaremos perceber como é que a Academia Real da História se posiciona relativamente à Real Biblioteca Pública da Corte e também à Academia das Ciências.

Das três instituições, a Academia Real da História é a mais antiga, o seu aparecimento reflecte em parte uma tradição europeia de erudição e também a tradição portuguesa de academias, com destaque para as academias do 4º Conde da Ericeira. Uma das grandes diferenças com o aparecimento da Academia Real da História é que ela constitui uma iniciativa real o que lhe atribui *ab initio* características e missão diferentes. Esta súbita entrada do Estado num domínio novo, para ele, faz jus à ideia defendida por Hans Erich Bödeker²⁴⁴ de que se trata do reconhecimento oficial pelo papel da ciência e dos sábios. Seja em que medida for, seja qual for a profundidade da sua estruturação ou o sucesso das suas medidas, o facto inegável é que os primeiros dados estavam lançados, o Estado movimentava-se no sentido de organizar os seus próprios instrumentos de poder. Os extractos de Bödecker a que Mota recorre são inquestionáveis. Utilizamos um por nos parecer particularmente clarificador:

“Conçues délibérément comme des institutions bénéficiant du soutien de l’État et destinées à la recherche scientifique, elles ont exercé une influence déterminante sur l’organisation de la science aux XVII^e et XVIII^e siècles”²⁴⁵.

²⁴³ CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Obra cit.*, vol. 7: 100.

²⁴⁴ *Apud* MOTA, Isabel Ferreira da: 34.

²⁴⁵ *Idem, ibidem.*

A Academia encontrou um grande impulsionador em D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), clérigo teatino, distinto erudito e orador. Depois de representar a Divina Providência num capítulo geral em Roma em 1710, manteve-se na Cidade Eterna uns dez meses, viajou pela Europa e regressou a Lisboa três anos depois de ter saído. Uma ausência e uma posterior contribuição que podem muito bem justificar designá-lo de “*estrangeirado*” reacendendo essa polémica. Aliás, D. Manuel Caetano de Sousa²⁴⁶ era membro da Arcádia de Roma onde tinha o nome de *Telamo* e na dos Generosos em Lisboa (que reviveu com o apelido de Academia Portuguesa no Palácio do Excelentíssimo Conde da Ericeira) intitulou-se o *Laborioso*²⁴⁷, qual premonição.

Dotada de uma estrutura, a Academia inicia as suas actividades a 8 de Dezembro de 1720 com um director – precisamente D. Manuel Caetano de Sousa – e quatro censores: o 3º Marquês de Alegrete (D. Manuel Teles da Silva, 1682-1736), o 3º Marquês de Fronteira (D. João Mascarenhas, 1679-1737) e Marquês de Abrantes (D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, 1676-1733) e o 4º Conde da Ericeira (D. Francisco Xavier de Meneses, 1673-1743) sendo o 1.º secretário o 5º Conde de Vilar Maior (Fernão Teles da Silva, 1703-1759, filho de Manuel Teles da Silva). A Academia, no fundo, concretizava as ideias do próprio Caetano de Sousa mas também do Conde da Ericeira e do Marquês de Alegrete apadrinhadas pelo próprio rei, D. João V. Se juntarmos a este conjunto de responsáveis o patrocínio dado por D. João V à iniciativa, perceberemos sem dificuldade a definição de Mota considerando a Academia “um misto de instituição estatal e de empresa de intelectuais”²⁴⁸. Parece-nos uma definição curta e directa que sintetiza com muita clareza esta nova instituição.

A intervenção e papel da Academia vai relacionar-se directamente com a questão do património escrito para além das preocupações com o arqueológico e arquitectónico²⁴⁹. Cabe à Academia “apurar a verdade, sem mais fim, que a obediência, sem mais interesse, que o da glória da Nação” e, nesse sentido, é publicada a longa *Colleçam dos Documentos, Estatutos e*

²⁴⁶ D. Manuel Caetano de Sousa é um dos principais animadores da Academia a qual se irá revelar claramente como um instrumento do poder real. Ora, a defesa da formação de instrumentos do poder régio, não constituía novidade para Caetano de Sousa que ao preparar *O Peregrino Instruído* já visara fortalecer o poder régio ao proporcionar-lhe os meios para recolher informação utilíssima ao exercício desse mesmo poder. Havia, pois, coerência profunda na intervenção de Caetano de Sousa. Ver BUESCU, Ana Isabel – “O Peregrino Instruído...” 2000: 109-133.

²⁴⁷ In ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA – *Colecção dos documentos* ...vol. 9: 31 (Notícia XXXII).

²⁴⁸ Idem, *ibidem*: 37.

²⁴⁹ Ver *supra* 2.2.1 Estudos e teorização sobre a questão do património em Portugal.

*Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*²⁵⁰. Normalmente referida como *Memórias da Academia* contém os documentos que foram sendo sucessivamente apresentados nas sessões da Academia. No seu conjunto, adoptam um estilo narrativo, descritivo dos trabalhos encomendados aos vários membros para que se fizesse a história de Portugal. Apesar do propósito na fundação da Academia revelar algumas preocupações (como a recolha e a salvaguarda de testemunhos) com as correntes europeias contemporâneas – convém ter presente que o Padre D. Manuel Caetano de Sousa, principal instigador e animador da criação da Academia, tinha passado cerca de um ano em Itália e, portanto, a sua influência é decisiva na contribuição de novas ideias – os documentos de síntese que resultam das encomendas feitas, embora minuciosos e ricos em informação, continuam a constituir um tipo de história narrativa e evocativa num enorme esforço de recolha de dados em tudo semelhante ao trabalho que Gregório Mayans y Siscar desenvolverá em Espanha como analisaremos mais adiante no capítulo 6.2 dedicado a Cenáculo. A título de exemplo, citamos o caso da discussão em torno da fundação e papel dos Colégios de S. Pedro e de S. Paulo (Coimbra). Constituem longuíssimos textos cuja leitura se torna monótona e fastidiosa pela quantidade de documentos citados, na forma descritiva como são apresentadas as fontes e, em certa medida, inconclusivas. Parece sobrepôr-se a preocupação de tudo registar como se as *Memórias* fossem, elas próprias, um cartório!

A consulta das *Memórias* não constitui uma leitura equilibrada. Mas é indispensável registar alguns passos que nos suscitaram maior interesse e a partir dos quais se percebem os desígnios da Academia. Logo, no Prólogo do Volume I refere-se “A precisa necessidade, que tem todos os historiadores de ajuntar cuidadosamente os documentos, que poderão servir para as Historias, que intentam compor...”, palavras esclarecedoras quanto à visão sobre o papel da Academia e sobre a importância que era atribuída aos documentos originais. Num registo intitulado *Notícias da primeira conferência que a Academia Real da História Portuguesa fez em 8 de Dezembro de 1720* conta-se como tudo nasceu. E diz a *Notícia*:

²⁵⁰ *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1721 se compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores dedicada a ElRey Nosso Senhor, Seu Augustíssimo Protector, e ordenada pelo Conde de VillaMayor Secretario da mesma Academia.* Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 vol.

“Em 19 de Novembro de 1720 se ajuntaram na Casa de N. Senhora da Divina Providência, no aposento do P. D. Manuel Caetano de Sousa, Clérigo Regular, por ordem de S. Majestade, o Marquês de Alegrete, o Conde da Ericeira, o Conde de Villarmajor, e Martinho de Pina e de Proença, a quem o P. D. Manuel Caetano de Sousa propôs que El Rei nosso Senhor tinha determinado, que se compusesse a Historia Eclesiástica, e Secular destes Reinos, e suas Conquistas, para cujo fim fora S. Majestade servido, que ele lhe apontasse os meios, porque mais fácil, e brevemente se concluísse esta obra; ao que ele satisfizera, referindo em um papel os que lhe ocorreram, dos quais Sua Majestade se agradara de sorte, que mandava, os comunicasse às pessoas já nomeadas, para que conferindo sobre os pontos, que naquele arbítrio se continham, se dispusesse o mais que fosse necessário para se formar uma Academia, cujo emprego fosse compor a Historia Eclesiástica com o título de Lusitânia Sacra, e depois tudo o mais que pertencesse à Secular”²⁵¹.

Neste extracto, recolhem-se dados não apenas sobre a formação da Academia, mas também sobre os trabalhos que D. João V determina para a Academia, isto é, fazer primeiro a história eclesiástica e depois a secular. Para logo acrescentar que “[...] se entrou a considerar que pessoas deviam concorrer para a composição desta obra.” Continuando com sentido crítico:

“Ponderadas as qualidades, e circunstâncias, que deviam ter os académicos, se fez uma memória de algumas pessoas, que logo ocorreram, e em que não poderia haver dúvida em serem eleitas para este ministério, e a nomeação assim destes, como de outros académicos, se reservou para a conferência seguinte; e logo naquela se assentou, que se deviam mandar fazer os livros necessários para registo, e tudo o mais digno de memória de cada conferência”²⁵².

Sabemos que a reunião seguinte teve lugar no dia 26 de Novembro, depois do P^e D. Manuel Caetano de Sousa ter exposto ao Rei as medidas e destas terem sido aprovadas, ao mesmo tempo que também nos é dito que o Rei mandou adornar uma sala no Paço dos

²⁵¹ In *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza...1721*, vol. 1.

²⁵² In *Idem, ibidem*.

Antigos Duques de Bragança para a primeira “conferência”, isto é, sessão. O Rei acompanhava de perto os trabalhos:

“Em 3 de Dezembro se ajuntaram os primeiros cinco conferentes terceira vez no aposento do P. D. Manuel Caetano de Sousa que depois de lhes comunicar que tinha participado a S. Majestade o que se tratara na última conferência, disse que tudo o que estava determinado tinha sido tanto do real agrado de S. Majestade, que mandava insinuar aos que ali se achavam presentes havia de concorrer com a sua protecção para o estabelecimento de uma Academia, que tomaria o nome de Academia Real da História Portuguesa; e assim se assentou, que conforme a ordem de S. Majestade a 8 do mesmo mês de Dezembro se fizesse a primeira Conferência da Academia na Casa destinada, aonde concorriam aqueles académicos, que os conferentes pudessem convocar para o que dividiram entre si o cuidado de os avisar, sendo Sua Majestade servido mandar fazer este mesmo aviso a algumas religiões”²⁵³.

A 6 de Dezembro teve lugar mais uma reunião na qual esteve também presente o P^e D. António Caetano de Sousa, Clérigo Regular e na qual:

“Leram-se alguns estatutos de outras academias, e depois de se observar com atenção o que neles se dispunha, pareceu que a nossa Academia devia ter um Director, que não fosse perpétuo, para propor as matérias necessárias, regular os votos [...] e que acabado o primeiro círculo, em um ano, se daria conta a S. Majestade para se fazer nova eleição. Assentou-se também que o Director, e os quatro censores se ajuntariam para conferir o que lhes parecesse conveniente, quando e donde determinassem”²⁵⁴.

Não parece faltar nada, tudo foi bem pensado assegurando-se uma estrutura organizativa com responsabilidades específicas.

²⁵³ In Idem, *ibidem*.

²⁵⁴ In Idem, *ibidem*.

Neste mesmo 1º volume vem também transcrito o *Decreto de criação* da Academia - no qual ficam bem expressos o seu objectivo e as preocupações patrimoniais -, a *Proposição da Academia* - quando se refere a orgânica - e os *Estatutos* - nos quais se estipulam os objectivos, formas de eleição e cargos. E pode ler-se que a Academia tem de colmatar

“[...] a pouca notícia, que o mundo tem das histórias de Portugal, nasce não só de não se acharem escritas na língua latina, mas também de não estarem todas impressas na portuguesa. E que este dano só se podia remediar, mandando que se escrevesse em latim um corpo de toda a história deste reino, o qual se dividisse em duas partes, uma eclesiástica, e outra secular”²⁵⁵.

A partir deste extracto pode muito bem inferir-se a utilidade atribuída à história, aos documentos, às fontes. E este é certamente o *leitmotiv* da Academia. Uma obrigação que se coadunava na perfeição com os deveres do Estado.

Antes dos Estatutos, ainda vêm as *Notícias da Conferência que a Academia Real da História Portuguesa fez em 22 de Dezembro de 1720*, espécie de acta do que lá se passou. Seguem-se os *Estatutos*, compostos por dez parágrafos, através dos quais se evidencia o objectivo da constituição da Academia:

“[...] compor a história eclesiástica, e secular destes reinos, ressuscitando por este meio o nome daqueles, cuja memória, e opinião tem injustamente sepultado, ou a ignorância, ou o descuido; não podendo tolerar a real benignidade, fique totalmente entregue ao esquecimento a opinião dos que merecem o inestimável prémio da mais dilatada lembrança, nem que pereçam as memórias, e documentos, que provam a certeza dos factos, com que se conseguiram a estimação, e merecimento [...] facilitando-lhes nos exemplos a estimação, o que só se consegue por meio da História, e pela conservação dos verdadeiros documentos, irrefragáveis testemunhos da verdade, que não sendo conservados, e reproduzidos pela impressão, ordinariamente se perdem, e facilmente caducam [...]”²⁵⁶.

²⁵⁵ In Idem, *ibidem*.

²⁵⁶ In Idem, *ibidem*.

Aos *Estatutos* seguem-se *Reflexões sobre o estudo académico*, nas quais se dão indicações precisas como a história deve ser escrita, como se deve dar crédito aos arquivos, especificando também as instruções do monarca:

“Para facilitar descobrirem-se, e trasladarem-se estes documentos declarou já Sua Majestade, que Deus guarde, como protector da Academia no Real Decreto da sua instituição, que escrevia aos bispos, cabidos, prelados das religiões, câmaras, e outras comunidades, cartas firmadas pela sua real mão, como também aos provedores das comarcas, e a outras pessoas, e em cada uma vai uma memória impressa, em que se pedem os catálogos dos arquivos, e não só dos livros deles em comum, mas dos papéis, que se acham em maços, ou avulsos nos mesmos cartórios, e de cada título o ano em que foi feito, e os nomes das pessoas que o firmaram: também se pede o Índex das Livrarias grandes, principalmente dos livros manuscritos, e a copia das letras, e o mais que se acha gravado em pedras, e todas as suas inscrições, e epitáfios antigos, e modernos, com as notícias de todos estes monumentos, e a tradição, e origem das procissões, e festas públicas, que fazem as igrejas e as câmaras [...]. Como em muitos autores estrangeiros por ignorância, ou por malícia se acham muitas opiniões, e sucessos contrários à verdade, e à glória da Nação Portuguesa, se encomenda aos Académicos que participem ao Secretário na mesma forma, o que encontrarão nos seus novos estúdios, nos livros estrangeiros com as suas reflexões; e da mesma sorte se pede a todos queiram comunicar o que nesta matéria, e nas mais, de que se trata, adquirirão nos seus estudos antigos pelo interesse universal, que resulta à Academia, e podem por escrito anónimo avisar ao Secretário alguns manuscritos, ou documentos que se ocultam, para que Sua Majestade, que Deus guarde, sendo servido, procure adquiri-los à Academia com a segurança da restituição [...]. Assim poderá em cada Conferência ter-se notícia do progresso que faz a Academia no seu assunto, satisfazendo o real preceito do seu Augusto Protector, a glória da nação, e a expectação, em que está o mundo deste instituto, que é o primeiro que se fez na República literária, para escrever a História

com Academia fundada só para este fim. Lisboa Ocidental 18 de Dezembro de 1720”²⁵⁷.

Outro volume muito interessante é nº 15 que contém a *Biblioteca Sousa ou Catálogo das Obras que compõem o Reverendíssimo Padre D. Manuel Caetano de Sousa* [organizado] pelo Conde da Ericeira, Director e Censor da mesma Academia. Está dividido em obras impressas (39 entradas) e obras manuscritas (289 entradas “divididas em diferentes classes [...] não é rigorosamente científica”. Algumas das entradas merecem destaque porque também nos dizem dos cuidados e rigor com que era feita a organização dos livros. Referiremos meia dúzia de casos.

A **entrada nº 6** das obras impressas refere o *Peregrino Instruído*. Impresso anónimo, sem lugar ou ano de impressão, em 4º. A **entrada nº 14** das obras manuscritas é a *Arte do Livreiro* dividido em cinco partes sobre todo o ofício de livreiro e sobre a qual diz o Conde da Ericeira “ficou esta obra imperfeita”. A **entrada nº 27** das obras manuscritas é a *Bibliotheca Selecta* sobre a qual diz o Conde da Ericeira tratar-se de “apontamentos da sua letra escrita em folha, que contém catálogos dos autores de melhor nota, para se formar sem grande dispêndio uma livraria de todas as ciências [...]”²⁵⁸

Sobre a **entrada nº 33** *De Re Bibliothecaria* diz o Conde da Ericeira:

“Esta obra ficou disposta em apontamentos, escritos pela sua pena em quarto [...]. Assim como o Padre Filipe Labbé escreveu *Bibliotheca Bibliothecarum*, e António Teiffero, e outros fizeram semelhantes colecções dos autores, que escreveram bibliotecas, poderá fazer-se outra dos que escreveram do modo de compor uma livraria. Depois de Gabriel Naudeo [sic], e o Padre Cláudio Clemente são muitos os que discorreram em uma tão curiosa matéria de que em alguns destes títulos hei-de tratar e em que o nosso Bibliotecário era insigne”²⁵⁹.

²⁵⁷ In Idem, *ibidem*.

²⁵⁸ In Idem, *ibidem*. 1736, vol. 15.

²⁵⁹ In Idem, *ibidem*. 1736, vol. 15. A observação do Conde da Ericeira citando obras significativas, na época, sobre a organização de bibliotecas é muito interessante porque nos deixa perceber como corria informação sobre esta matéria mesmo entre aqueles que, embora pudessem ter boas livrarias, sentiam que precisavam de uma ajuda para as organizar.

Sobre organização de bibliotecas, ainda é mais interessante o comentário deixado pelo Conde da Ericeira na **entrada nº 36** *Speculum Illustrium Bibliothecarum, quo aspiciuntur systema plura, plures nempe rationes ordinandi Bibliothecas tam publicas, quam privatas, labore E.C. de S.:*

“É um livro de quarto da sua letra, mas imperfeito [...]. Para poder achar o que busca quem estuda, e ainda mais quem compõem, é preciso conhecer as livrarias públicas, e particulares, e que estas se ordenem com um perfeito sistema, em que por diversas classes estajem divididas as matérias. A este fim concorre muito o livro, que ficou imperfeito, mas que o não está na ordem, e na eleição, que fez o Autor de muitas bibliotecas públicas, e particulares; sendo a ordem que mais lhe agradava, a do Colégio Real da Companhia de Jesus em Paris no seu Sistema, e a Telleriana no seu Catálogo”²⁶⁰.

Sobre a **entrada nº 85** *Catálogo Histórico dos Impressores e Impressões que tem havido em Portugal* diz o Conde da Ericeira:

“É um catálogo dos impressores que tem havido nestes Reinos, apontando os anos em que floresceram, escrito pela sua pena. [...]. Porém sendo certo, que não chegou tão tarde a Portugal como outros inventos, pois se lê na primeira impressão das Obras do Infante D. Pedro que foram impressas nove anos depois da invenção desta arte em Alemanha, e infelizmente não diz o ano [...]”²⁶¹.

Sobre a **entrada nº 89** *Viagem de Itália, Tom. 1, 2 3 e 4*, esclarece o Conde da Ericeira:

“Conservam-se estes quatro volumes escritos pelo seu amanuense, e encadernados em quarto [...] Bem se vê que não é uma vã ostentação a que multiplica os títulos da Biblioteca Sousana porque a um só reduz quatro volumes de justa grandeza da viagem que o autor fez a Itália que saindo a luz não será menos estimada que a do Padre Mabillon e a de seus sábios companheiros. Entre mais de

²⁶⁰ In Idem, *ibidem*. 1736, vol. 15.

²⁶¹ In Idem, *ibidem*. 1736, vol. 15.

quatro mil relações de jornadas, e viagens a vários países do mundo, são poucos os escritores que se livram da Scyla, e Charybdis de enganados, ou de enganosos, e da ignorância com que crêem facilmente, ou do excesso da incrudelidade com que negam tudo o que ouviram, ou que excede a sua compreensão. O autor procurou evitar estes extremos, e a sua feliz memória lhe restituiu o que não tinha mais que em apontamentos, conservando em primeiro lugar tudo o que pertence à devoção, e piedade; em segundo à glória da Nação Portuguesa; e em terceiro às boas letras... e entendo que estes livros depois de examinar-se deviam imprimir-se pois na nossa língua temos poucas mais viagens de Lisboa a Roma que a Corografia do grande Gaspar Barreiros”²⁶².

Pela leitura de todas estas entradas, regista-se um rigor e um pormenor que seguramente contrasta com trabalhos de épocas anteriores e, portanto, abona em favor da Academia e dos académicos. Não terá sido por falta de fundamentados e louváveis objectivos ou de competentes académicos ou de estrutura adequada que a Academia perdeu brilho e acabou por sucumbir. O que é facto é que essas atribuições para preservar o património escrito foram sendo passadas para a Academia das Ciências (identificação, estudo e publicação de fontes), também para a Torre do Tombo (guarda de papéis) e para a Real Biblioteca Pública da Corte (guarda de arquivos e também de documentos impressos)²⁶³. A missão atribuída parecia ser suficiente para animar a instituição, mas efectivamente não foi; mesmo a sua estrutura

“[...] moderna, no sentido em que é uma instituição centralizada, com uma cúpula dirigente, uma orgânica fortemente racionalizada e um alcance que vai do centro à periferia através dos seus órgãos ou dos seus tentáculos nas províncias - os académicos das províncias ou supra numerários”²⁶⁴.

²⁶² In Idem, *ibidem*. 1736, vol. 15.

²⁶³ No período de D. Rodrigo de Sousa Coutinho como Inspector-Geral da Real Biblioteca, é promulgado o Alvará de 4 de Fevereiro de 1802 cujo texto não deixa dúvidas quanto à finalidade e eficácia esperadas das medidas propostas.

²⁶⁴ MOTA, Isabel Ferreira da – *Obra cit.*: 40.

não aguentou a erosão do tempo e as suas funções acabam por ser absorvidas pela Academia das Ciências. O caso do trabalho realizado por João Pedro Ribeiro de recolha documental e cópia nos muitos cartórios portugueses ilustra bem como a execução de uma tarefa que tinha todos os ingredientes para ser da responsabilidade da Academia da História, acaba por ser assumida pela Academia das Ciências. Embora a decadência da Academia seja, com certeza, um facto a lamentar, não há dúvida de que ficou algo de muito positivo o que, nas palavras de Isabel Mota, se prende com a “institucionalização”²⁶⁵ das funções que a Academia assumiu; não só os serviços dela ganharam um espaço, como a sociedade percebeu o trabalho que os especialistas desenvolveram à sombra da Academia. Talvez a Academia tenha surgido numa altura em que faltasse maturidade colectiva para a assumir; a exigência da Academia, o rigor a que se propunha talvez representassem novidades em demasia para a sociedade portuguesa mas fizeram caminho. A Academia de História tornou-se, no mínimo, um termo de comparação e a defesa da escrita de uma história baseada nas fontes abre espaço para um trabalho mais fundamentado e comprovado representando, no fundo, um espírito científico que veremos instalar-se nas instituições portuguesas já no final do século XVIII. Tanto a Academia das Ciências como a Real Biblioteca Pública, inevitavelmente, irão beneficiar deste pioneirismo e, portanto, o seu caminho será bem mais fácil e duradouro.

4.3.2 – Academia das Ciências de Lisboa – No terceiro quartel de Setecentos, a Academia das Ciências constitui uma lufada de ar fresco assinalável no meio cultural português²⁶⁶. É a 24 de Dezembro de 1779 que a Academia das Ciências de Lisboa vê os seus *Estatutos* aprovados vindo apenas a ganhar a designação de Real, por atribuição régia, em 1783²⁶⁷. A sua missão fica explanada nestes termos no Parágrafo I do *Plano de Estatutos*:

²⁶⁵ Idem, *ibidem*: 45.

²⁶⁶ Os estudos mais recentes sobre a Academia ou sobre o Abade Correia da Serra da responsabilidade de CARDOSO, José Luís – “Introdução: Revisitar Correia da Serra”. In DAVIS, Richard Beale – *O Abade Correia da Serra...* 2013; CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula, introd. e coord. editorial – *Investigações botânicas: José Correia da Serra...* 2003; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana – *Cidadão do mundo: uma biografia científica do Abade Correia da Serra...* 2006; SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula, introd. e coord. editorial – *Itinerários histórico-naturais: José Correia da Serra...* [2002?] não dispensam a consulta obrigatória de AIRES, Cristóvão – *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa...* 1927 e de RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos científicos litterários e artísticos de Portugal...* 1871-1893. Sobre as academias em geral também é importante o estudo de LOUSADA, Maria Alexandre – “Novas formas: vida privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público”. 2011: 424-456.

²⁶⁷ VASCONCELOS, Joaquim de – “D. João Carlos de Bragança Segundo Duque de Lafões (1719-1806)”. In AIRES, Cristóvão, *obra cit.*: 340.

“O zelo e o amor da Pátria... estabelece em Lisboa, à imitação de todas as nações cultas, esta Academia de Ciências consagrada à glória e felicidade pública, para adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Ciências e das Artes e aumento da indústria Popular”²⁶⁸.

Como acontecerá no momento da criação da Real Biblioteca Pública (1796), a mesma preocupação com a felicidade dos povos, uma declaração pública de aceitação dos princípios das Luzes.

Embora partilhando objectivos gerais comuns, a Academia das Ciências deixava expressas as suas preocupações com o progresso mas o seu sentido nacional conduzi-la-á, primeiro, à publicação de trabalhos na área específica das ciências exactas e, num segundo momento, as suas publicações começarão a cobrir outras áreas e basta citar as *Memórias de Literatura Portuguesa* entrando, assim, claramente no domínio do património com colaborações, entre outras, de António Ribeiro dos Santos, Bibliotecário-Mor e de João Pedro Ribeiro, sobre cuja colaboração próxima com Cenáculo também reflectiremos (Ver 6.2.3).

Os *Estatutos* deixam bem claro os princípios que deverão orientar a Academia que “como a observação e o cálculo são os caminhos que conduzem mais seguramente ao conhecimento da Natureza”²⁶⁹, orientação eminentemente científica que fica ainda mais vincada quando se destina a que classes caberá estudar o “como”, o “porquê” dos “Fenómenos naturais” e o “quanto deles” como se declara no Parágrafo II. Esta não é uma linguagem do quotidiano; o texto fica certamente a dever-se a alguém com formação nos domínios das ciências exactas. Pode ter sido o Abade Correia da Serra, grande dinamizador e braço direito do Duque de Lafões, principal responsável pelo aparecimento da Academia, mas também não é improvável que tenha sido Domingos Vandelli, professor na Universidade de Coimbra e figura eminente na esfera da reforma universitária. Este pendor científico tornou-se uma realidade, não foi mera declaração de princípios no seu *Plano de Estatutos*. A prová-lo está a intensa actividade editorial dando à estampa estudos nas mais diversas áreas do saber correspondendo a um autêntico levantamento do estado da arte em Portugal fosse em que

²⁶⁸ In ACADEMIA DAS CIÊNCIAS – *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia das Sciencias, com beneplácito de S. M.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1780. Ver tb. MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – *Collecção systematica das leis e estatutos por que se tem governado a Academia das Sciencias de Lisboa, desde o seu estabelecimento até ao tempo presente.* 1822.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*: Capítulo II.

domínio fosse. Como se o tempo escasseasse para tanto que era preciso conhecer ou actualizar. Tratava-se de manifestar, sem limites, o espírito científico que anunciara ir promover. De par com o intenso programa editorial, a Academia colecionava livros, peças de numismática, vestígios arqueológicos, espécies do reino animal, vegetal e mineral. Projectava o museu e também a biblioteca. Este pendor generalista e abrangente reflectia, no entanto, um espírito que ia ficando para trás e que se revia na ambição de constituir um gabinete erudito. Uma preocupação que também identificaremos nos primórdios da Real Biblioteca e que, aos poucos, se irá esvanecendo.

O articulado do *Plano de Estatutos* resulta em um texto eficaz mas não doutrinário; embora dê indicações de como se processará a sua actividade é bem mais longo e explícito em matéria de carácter organizativo. Esta aparente fraqueza será, mais tarde, largamente compensada pela *Oração de Abertura da Academia das Ciências* proferida pelo P^e Teodoro de Almeida a 1 de Julho de 1780²⁷⁰.

Estamos perante um texto escrito para uma cerimónia mas não estamos perante um texto de circunstância, muito pelo contrário. A escolha do P^e Teodoro de Almeida (1722-1804) foi criteriosa. Oratoriano, com largas responsabilidades no panorama intelectual português de Setecentos, já se tinha manifestado pela necessidade de introduzir o ensino e o pensamento científico quer na *Recreação Filosófica* (edição entre 1751-1800) quer nas *Cartas Físico-Mathematicas* (editadas entre 1784-1799). Voltaremos a esta destacada personalidade em **6.3.2.**

Na *Oração de Abertura*, depois de comparar Portugal e a capacidade dos portugueses à dos outros povos, afirma claramente que é chegado o momento de mostrar aquilo de que os Portugueses são capazes e invoca, como argumento, o passado nas artes, nas letras, nas ciências. Comparando com Paris, Leipzig, ou Londres, reconhece que a Academia é iniciativa nova: “Confesso que não temos agora senão um mero princípio”²⁷¹ mas está confiante porque

“[...] estes estabelecimentos não são como os edifícios de pedras, que somente esperam do tempo o decoro da antiguidade contrapesado com a ruína e decadência

²⁷⁰ In AIRES, Cristóvão – *Obra cit.*: 97-104.

²⁷¹ ALMEIDA, Teodoro de – “Oração de abertura da Academia das Ciências”. *Apud* AIRES, Cristóvão – *Obra cit.*: 98.

dos anos; pelo contrário são como as tenras plantas que necessitam essencialmente de tempo para dele receberem aumento, vigor, formosura e fertilidade”²⁷².

Se esta afirmação não bastasse para se compreender como a Academia iria abraçar o novo espírito científico, o orador mais adiante desfaz qualquer dúvida:

“Que aumento não deve toda a França, a Itália, a Alemanha, a Inglaterra às sociedades literárias que nesses estados há tantos anos florescem? Que aumentos lhes não devem as Ciências, as Artes, a Língua, a Agricultura, o Comércio, e numa palavra o Bem dos Povos?”²⁷³.

O plano editorial que se projecta preocupa-se com as questões patrimoniais e Teodoro de Almeida assume que

“[...] agora se hão-de publicar os seus manuscritos, ou cobertos do pó com desprezo, ou com avaréza guardados nos mais recônditos arquivos; guardados para que por modo nenhum vissem a Luz”²⁷⁴,

termo aqui utilizado, certamente, com duplo sentido. Mas os destinos da Academia ficam, sem margem para dúvidas, traçados nas seguintes palavras:

“Tal há-de ser esta Academia: uns preparam as notícias, outros desenterram monumentos, outros examinam os livros, confrontam edições, consultam os originais; aqui uns descobrem manuscritos, que outros ilustram com notas; ali outros os traduzem com gosto, outros os publicam com elegância. Lá estarão aqueles observando os minerais, as águas, as plantas, numa palavra a Natureza, quando da outra parte estão outros tentando experiências, fazendo observações, imaginando projectos: aqui se formam novos instrumentos e máquinas, ali se reformam, e aperfeiçoam as já conhecidas; acolá se verão outros trabalhando com

²⁷² Idem, *ibidem*: 98.

²⁷³ Idem, *ibidem*: 100.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*: 102.

incansável aplicação nas Matemáticas e no cálculo, outros fazendo fáceis as doutrinas mais espinhosas e difíceis, semeando na mocidade o gosto, a crítica, o desejo de estudar e saber”²⁷⁵.

O *Plano de Estatutos* talvez seja parco em doutrina mas a *Oração* de Teodoro de Almeida colmata qualquer lacuna.

A larga maioria da bibliografia sobre a Academia das Ciências atribui a D. João Carlos de Bragança, membro destacado da família real, os louros da sua fundação os quais partilharia com José Francisco Correia da Serra (1750-1823). O único estudo que identificámos que questiona, e fundamentadamente, esta associação, é o trabalho de José Luís Cardoso²⁷⁶. Os seus argumentos, para além de entroncarem na crítica que faz à historiografia que tudo explica com base no conceito de “estrangeirado”, têm um outro fundamento muito relevante baseado no conteúdo da correspondência trocada entre Luís António Furtado de Castro Mendonça e Faro, 6º Visconde de Barbacena (1754-1830) e Domingos Vandelli (1735-1816). O teor dessas cartas revela bem como a preocupação circulava e a ideia amadurecia. Referindo-se ao papel de D. João Carlos, acrescenta Cardoso:

“Com maiores êxitos e louros a [necessária autorização] viria a conseguir D. João de Bragança, mas apenas quando o movimento que a propulsionou já estava dado; e esta é, em síntese, a razão que relativiza o seu papel na fundação da Academia”²⁷⁷.

Tanto Barbacena como Vandelli têm os seus nomes ligados à reforma da Universidade de Coimbra (1772): um, Barbacena, como discípulo brilhante, o outro, Vandelli como um dos seus mais destacados promotores. Tendo sempre presente a figura de Vandelli, mais força ganha a hipótese de o texto dos *Estatutos* ser do seu punho, tanto mais que Correia da Serra à época ainda não tinha adquirido qualquer notoriedade científica.

Outro argumento de peso que contraria em parte o protagonismo que se pretendeu atribuir ao Duque de Lafões e a Correia da Serra, tem a ver com a longevidade da ideia de uma

²⁷⁵ Idem, *ibidem*: 102-103.

²⁷⁶ CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*. 1989.

²⁷⁷ Idem, *ibidem*: 49.

academia. Era um desejo antigo assim lembrado na sessão oficial de abertura da Academia, a 1 de Julho de 1780: “Chegou o tempo em que se verificou o projecto meditado há 25 anos por alguns entre nós”²⁷⁸. Para Cardoso, o sucesso da equipa Lafões-Serra deve-se em parte ao terreno suficientemente lavrado que eles encontraram. Ao avançar com esta tese, Cardoso não está a defender o contrário, isto é, a dissociar em termos absolutos a presença ou a influência de outros intérpretes portugueses ou estrangeiros. O que Cardoso defende, quanto a nós pleno de argumentos, é que a Academia venceu porque os tempos estavam maduros para isso; a génese do processo pode reportar-se à reforma da Universidade de Coimbra que pretendia pôr termo à “espessa ignorância”. Em poucos anos, a Academia ganhará fama dentro e fora das fronteiras.

Sem correr o perigo de cometer nenhuma injustiça, a Academia beneficiou certamente do empenho do Duque de Lafões e do seu mais dinâmico colaborador, o Abade José Francisco Correia da Serra (1750-1823). D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões (1719-1806), membro da família real, sobrinho de D. João V e primo direito de D. José, ausentou-se de Portugal em 1758, por razões ainda hoje pouco claras, tendo terminado este “exílio” voluntário apenas em 1779. Por simples conveniência ou não, a longa estada de D. João na Europa permitiu-lhe um contacto frequente com as elites políticas, militares, culturais (sobretudo musicais) que animavam a Europa da França à Rússia, com passagens muito importantes pela Áustria e Alemanha, e outras menos significativas pela Dinamarca, Itália, Turquia, Lapónia ou Malta. Os contactos que estabelece ou aprofunda no estrangeiro moldam os seus interesses culturais e constroem o seu cosmopolitismo como, aliás, veremos acontecer com D. Rodrigo de Sousa Coutinho (*Ver* 6.6). Consideremo-lo “estrangeirado” ou nem tanto, estes contactos deram-lhe uma flexibilidade cultural que se revelou muito útil. Tinha-se afastado da corte e de Portugal porque “a curiosidade”²⁷⁹ era mais forte tendo este objectivo, assim formulado de forma tão generalista, sido amplamente satisfeito²⁸⁰. Uma curiosidade insaciável que satisfazia, viajando. Tudo o que aprendeu e viu por essa Europa fora concatenou, à chegada, no projecto para a Academia Real das Ciências que entregou à Rainha D. Maria I. Terá sido apenas o homem certo no sítio certo? Não deixa de ser irónico que um

²⁷⁸ ALMEIDA, Teodoro de – “Oração de abertura da Academia das Ciências” *Apud* AIRES, Cristóvão – *Obra cit.*: 50.

²⁷⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores – *D. João Carlos de Bragança...* 2006: 62.

²⁸⁰ Como bem revelam CARVALHO, Rómulo de – *D. João Carlos de Bragança...* 1987 e MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores – *Obra cit.*

espírito irrequieto como era o de D. João Carlos de Bragança tenha encontrado acolhimento num espírito conservador como era o da Rainha. No período correspondente,

“[...] a “Viradeira” revestiu uma dupla e aparentemente paradoxal dimensão: por um lado, a restauração aristocrática na política das mercês, na promoção política de figuras emblemáticas (Marquês de Angeja e Visconde de Vila Nova da Cerveira) e no início da revisão do chamado “processo dos Távoras”; por outro, a continuidade de boa parte do pessoal político e a promoção de novas iniciativas “esclarecidas”. A marca decisiva na difusão da cultura das Luzes e de outras formas de pensamento foi, de facto, dada com a criação da Academia Real das Ciências [...]”²⁸¹.

A Academia beneficiou deste paradoxo o que, aliás, também virá a acontecer com a Real Biblioteca Pública e concordamos com esta forma de equacionar o problema. Mas a explicação dada por Monteiro para o aparecimento da Academia de que “havia margem para iniciativas que surgissem protagonizadas por quem tinha autoridade social e não estivesse associado à anterior situação”²⁸² já não nos pareça tão consensual. De facto, não temos tanta certeza porque, aceitando esta interpretação, deixamos automaticamente para trás a consideração da conjuntura que tem, como terá no caso da Real Biblioteca, responsabilidade determinante. E podemos exemplificar recorrendo ao caso da Real Biblioteca para a qual, ainda que seja verdade que o maior protagonista – António Ribeiro dos Santos – não estivesse comprometido com a situação política anterior, também não deixa de ser verdade que a esse mesmo protagonista não vislumbramos nenhuma autoridade social. Não sendo verdadeiras as duas premissas, então, a razão do sucesso deverá ser procurada noutra esfera e, assim, inclinamo-nos pela esfera institucional. Atribuir a formação da Academia e o seu desempenho decisivo na sociedade portuguesa a um (ou dois) intérpretes é demasiado redutor e parece procurar uma justificação no papel decisivo que os “estrangeirados” teriam tido. Sobre a explicação da Academia à luz desta polémica, parece-nos mais isenta a posição de José Luís Cardoso que, remetendo para a crítica feita por Borges de Macedo²⁸³, conclui:

²⁸¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo e COSTA, Fernando Dores – *Obra cit.*: 84.

²⁸² *Idem, ibidem*: 85.

²⁸³ MACEDO, Jorge Borges de – “*Estrangeirados, um conceito a rever*”. 1974: 179-202.

“Não se trata de opor ao mito ou ilusão da superioridade de tudo o que vem de fora a ilusória e também mítica crença na sua total inanidade. As sociedades e os homens que nela interagem são naturalmente permeáveis a influências recíprocas exteriores ao próprio corpo que as constitui enquanto espaço nacional. Homens e ideias, tradições e inovações, circulam com maior ou menor liberdade ou atrito e só levianamente se admitirá que uma nação se desenvolve em autarcia completa, tendo ou não, sempre e só, o mar por eterno companheiro”²⁸⁴.

Ou seja, mais do que serem avaliadas em função do empenho pessoal deste ou daquele, estas instituições deverão ser avaliadas porque o seu significado e impacto excedem o mero círculo de influência pessoal. Se as expectativas na criação de uma academia, à semelhança das que conheceu na Europa, eram grandes, maiores se tornaram quando D. João Carlos percebeu como a realidade portuguesa era bem diversa daquelas com que contactara. À Academia cabia, pois, a pesada responsabilidade de inovar e introduzir a modernidade como tivera oportunidade de testemunhar. Ao escolher José Francisco Correia da Serra para seu colaborador mais próximo, D. João tomou a decisão mais acertada como o futuro imediato se encarregaria de comprovar, nomeadamente no plano editorial. Não tendo ficado nada determinado por escrito mas tendo sido desempenhado com qualidade e afinco, então, alguém teve a iniciativa e assumiu a responsabilidade. Sejam quais forem as circunstâncias, o relevo dado a Correia da Serra não deverá fazer esquecer Domingos Vandelli, homem ligado à reforma pombalina da Universidade de Coimbra, muito associado à actividade da Academia onde ficou registada extensa epistolografia de carácter científico que lhe foi enviada²⁸⁵. O brilho da Academia também se alcançou pelos sócios que recrutava entre os quais se contavam figuras gradadas da sociedade portuguesa mas, no âmbito desta dissertação, interessamos assinalar que o Doutor António Ribeiro dos Santos foi feito sócio em 1785, Frei Manuel do Cenáculo em 1786²⁸⁶ e D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1791. A entrada de Cenáculo como sócio tem antecedentes que revelam como, na Academia, se considerava o saber de

²⁸⁴ CARDOSO, José Luís – *Obra cit.*: 44.

²⁸⁵ Muita epistolografia é transcrita por CARVALHO, Augusto da Silva – *O Abade Correia da Serra*. 1948. Convém notar que muitas cartas não são transcritas na totalidade e, no caso das cartas trocadas entre Correia da Serra e Cenáculo que citamos, não há uma correspondência completa, verificando-se alguma discrepância nas cotas. Silva Carvalho transcreve muitas cartas trocadas entre Correia da Serra e Cenáculo, mas os conjuntos que utilizámos não são exactamente os mesmos.

²⁸⁶ Carta de Correia da Serra para Cenáculo, 27 Mar 1781. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 239 - 239v. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 29-29.1.

Cenáculo²⁸⁷, como se acompanhava a sua actividade em Beja na promoção dos estudos de línguas orientais²⁸⁸ e também se conhecia o gosto de Cenáculo por livros²⁸⁹. O convite feito em 1781 é mais tarde seguido de uma carta do próprio Duque de Lafões²⁹⁰ da qual merece ser citado o extracto seguinte:

“[...] Pouco tem V.Exa. que agradecer à nossa sociedade uma eleição em que ela era a mais interessada, e muito menos a mim, que se bem não tenho a fortuna de conhecer a V. Exa. pessoalmente há muito que o venero, quanto respeito e com todos os meus compatriotas sei estimar o seu grande merecimento. Ninguém melhor que V.Exa. pode considerar as grandes dificuldades que um tal estabelecimento deve ter encontrado; mas tudo enfim se vencerá em um Reinado que espero seja o mais ilustre, e com a protecção de uma soberana que desde o princípio reconheceu a importância da criação de uma Academia das Ciências nos seus Estados. O favor que V. Exa. nos prometeu e a sua bem provada eficácia em promover sempre tudo o que pode concorrer para o aumento das ciências no Reino, melhor que outro qualquer motivo dará calor aos nossos literários trabalhos e confio seja a nossa sociedade do maior sucesso [...]”

Era óbvia a intenção de reunir na Academia a nata cultural e científica da sociedade portuguesa. D. João Carlos era o presidente da Academia mas, efectivamente, o elemento de maior destaque será o seu sócio Abade Francisco José Correia da Serra o qual, aliás, será responsável por grande parte da correspondência com Cenáculo. Nas palavras de António Baião, o “[...] Abade Correia da Serra, o Deus ex machina da nossa Academia nessa época, sob a égide principesca do Duque de Lafões”²⁹¹, é a figura a quem dedicaremos de seguida algumas palavras.

²⁸⁷ Carta de Correia da Serra para Cenáculo, 14 Out 1779. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 234-234v. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 30-30.1.

²⁸⁸ Carta de Correia da Serra para Cenáculo, 31 Jan 1786. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 268-269. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 31-31.1.

²⁸⁹ Carta de Correia da Serra para Cenáculo, 30 Jul 1782. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 254-255v. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 32-32.3.

²⁹⁰ Carta de D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões para Cenáculo, 19 Jun 1782. BPE Cód. CXXVII 1-7, Doc. 1424.

²⁹¹ BAIÃO, António – *A infância da Academia (1788-1794). Visita aos arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.* Lisboa: Academia das Ciências, 1934: V.

Nasceu em Serpa (1751²⁹²), morreu nas Caldas da Rainha (1823), formou-se em Itália sob os auspícios de D. João Carlos de Bragança, viveu em Portugal donde fugiu para Londres em 1786, regressa a Portugal e volta a fugir, agora para França em 1797. Importa acrescentar que a educação que recebe em Itália tem a marca de Luís António Verney, de Genovesi e, numa fase diferente deste desenvolvimento, o contacto epistolar com Lineu, tudo um conjunto de influências que lhe moldam o gosto pela ciência de acordo com os princípios das Luzes²⁹³. As fugas, com ou sem razão, sempre para escapar às perseguições de Pina Manique que o acusava de ser, na expressão de Oliveira Martins, um “bota fogo”²⁹⁴, nada menos do que um agente infiltrado de Robespierre. A dar conta de como se integrou em Paris, escreve uma carta curiosa a D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1802 quando o Ministro da Fazenda se empenhava em criar infra-estruturas científicas em Portugal²⁹⁵. Diz Correia da Serra:

“[...] Aqui [em Paris] achei o que podia desejar para os poucos dias que me restam de viver. O Jardim das Plantas muito aumentado, o Gabinete de história natural pasmosamente arranjado pelo que toca à ciência, formosa Livraria, e vinte e três naturalistas e letrados vivendo como uma colónia dentro do novo Jardim das plantas, e edifícios nacionais pegados a ele. Conversação, lições gratuitas, objectos para examinar, e Luzes novas e curiosidades satisfeitas cada dia. Se houver coisa que se parecesse com Campos Elísios, é esta e por certo depois do que tenho visto, seria absurdo desejar outra casa. Me voici donc jusqu’a la mort nas vizinhanças do Faubourg S. Victor, desejando tão somente de mais que V. Exa. me dê ocasião de mostrar que sou mil vezes melhor Português e vassalo mais útil do Nosso Augusto Soberano do que essa torta tribo que me persegue [...]”²⁹⁶.

²⁹² A data de nascimento foi revista. Ver SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana – *Cidadão do mundo: uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006.

²⁹³ Uma súmula do percurso de Correia da Serra é dada por CARDOSO, José Luís – “Introdução: Revisitar Correia da Serra”. In DAVIS, Richard Beale – *O Abade Correia da Serra...* 2013: 13-21.

²⁹⁴ *Apud* VASCONCELOS, Joaquim de – “D. João Carlos de Bragança Segundo Duque de Lafões (1719-1806)”. In AIRES, Cristóvão – *Obra cit.*: 348.

²⁹⁵ Ver BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. 2003.

²⁹⁶ Carta de Correia da Serra para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Paris, 11 Jun 1802. ANTT, Arquivo Casa de Linhares, Maço 101, Doc. 1. Esta mesma carta foi publicada na íntegra por CARVALHO, Augusto da Silva, *obra cit.*: 154-155 quando o Arquivo de Linhares ainda se encontrava na posse da família.

Deixa Paris em 1812 depois de ter recusado tomar publicamente posição a favor do domínio napoleónico de Portugal²⁹⁷. Ruma aos Estados Unidos da América, torna-se figura muito próxima do Presidente Thomas Jefferson (1743-1826) que dele diz “nenhum outro se pode comparar com ele em ciência e em compreensiva extensão de luzes”²⁹⁸, tendo-lhe proporcionado instalação adequada e independente em Monticello (Virgínia), a emblemática residência daquele Presidente, regressa a Portugal em 1821, exausto e doente. Notabilizou-se internacionalmente como naturalista e botânico, deixou obra científica, correspondeu-se com a elite científica da época. Sobre as dificuldades sofridas na Pátria, resume-as bem em carta enviada de Paris a António Ribeiro dos Santos em 1805:

“Verdade é que nessa terra todo o homem fora do ordinário deve viver muito encolhido, como no leito de Procrustes, de medo que lhe cortem as extremidades para o reduzir à medida vulgar”²⁹⁹.

A correspondência científica de Correia da Serra é muito vasta, está estudada³⁰⁰ mas algumas outras cartas, mais relacionadas com o quotidiano e também com as suas preocupações sempre presentes em relação à situação portuguesa, devem ser reveladas porque nos ajudam a compreender o carácter de Correia da Serra. Damos dois exemplos.

Em Paris, mantém-se ao corrente sobre a invasão de Portugal pelas tropas de Junot (1807) e manda uma carta a sossegar Ribeiro dos Santos. O conteúdo desta carta, que reputamos estar a revelar em primeira mão, é duplamente interessante porque para além de constituir uma tentativa de tranquilizar o Bibliotecário-Mor, possibilita estabelecer a ligação ao saque do património³⁰¹ que se seguiu e organizado ao mais alto nível.

²⁹⁷ CARVALHO, Augusto da Silva – *Obras cit.*: 46.

²⁹⁸ *Apud* Matos, Júlio de – “D. João Carlos de Bragança Segundo Duque de Lafões (1719-1806)”. In AIRES, Cristóvão – *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. 1927: 387.

²⁹⁹ BNP COD 6796, Carta de 14 de Novembro de 1805.

³⁰⁰ SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula, introd. e coord. editorial – *Itinerários histórico-naturais: José Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, [2002?]; CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula, introd. e coord. Editorial – *Investigações botânicas: José Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2003; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana – *Cidadão do mundo...2006, obra cit.*; DAVIS, Richard Beale – *O Abade Correia da Serra na América 1812-1820*. Lisboa: ICS, 2013.

³⁰¹ As autoridades portuguesas estavam ao corrente do saque que tinha acontecido em Itália e, portanto, talvez pudessem ter tomado providências. A correspondência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho proveniente de Turim alertou para a situação de forma muito explícita. Ver ANTT, MNE, Legação de Portugal em Turim, Cx. 870.

Paris, 18 de Março de 1808

Il^{mo}. Sn^r António Ribeiro dos Santos

Amigo e Sn^r da minha maior estimação. Esta carta lhe será remetida por M^f Geoffroy de St. Hilaire, membro do Instituto e Prof^f. do Jardim das Plantas, que o Imperador a quem ele acompanhou no Egipto manda agora a esse Reino em qualidade de Comissário para as Ciências e Artes. Como ele é meu amigo, julguei ser da minha obrigação fazer-lhe conhecer a V. S^a. cujas letras e qualidades honram tanto a nossa terra. Verá que fomos afortunados nesta escolha de comissário imperial, e que bem longe de haver que temer, como em outras terras, este Sn^r. contribuirá quanto estiver no seu alcance para que os estabelecimentos de instrução pública não sofram, e sobretudo a Biblioteca que V. S^a. dirige.

Estimareis ter notícias suas e que em todo o tempo conheça quanto e quão deveras sou

De V. S^a.

Criado e sincero venerador

José Corrêa da Serra³⁰²

Ao espírito científico de Correia da Serra deveria soar como um absurdo e constituir uma indignidade admitir qualquer situação de roubo ou saque. Infelizmente, estava enganado. Sobre a Real Biblioteca, Saint Hilaire andou por lá e informará superiormente Paris nos seguintes termos :

“[...] je ne rapporte aucune médaille, ce n'est pas que Lisbonne ne possède un riche médailler, mais il fait, comme le nôtre, partie de la Grande Bibliothèque publique. Il est seulement à regretter que depuis 6 ans qu'on en a fait l'acquisition, on ne l'ait point rangé pour en faire jouir le public”³⁰³.

³⁰² BNP COD 7702, nº 14

³⁰³ *Rapport de M. Geoffroy Saint-Hilaire sur sa mission en Portugal, présenté à son Excellence, Monseigneur le Ministre de l'Intérieur, comte d'Empire, 1808.* In HAMY, E.-T. – *La mission de Geoffroy Saint-Hilaire en Espagne et en Portugal (1808). Histoire et documents, 1908* : 43 e segs. Apud BRIGOLA, João – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII.* 2003.

E na Academia? A Academia beneficiou do dinamismo e da inabalável crença de Correia da Serra no projecto que a instituição representava. Uma crença acompanhada de um grande sentido crítico. Correia da Serra exprime-se de uma forma mordaz, talvez reveladora de um carácter insubmisso pouco do agrado do Intendente Pina Manique. A propósito do envio para Cenáculo, em Beja, dos *Almanaques* editados pela Academia e da morosidade dos processos, comenta Correia da Serra:

“V. Exa. conhece esta terra e os indivíduos que nela moram tão perfeitamente que julgo inútil contar-lhe miudezas do que por cá se passa, naquele género de cousas de que eu tenho conhecimento, o clima moral é rígido e destemperado, e as produções úteis só crescem em estufas como os ananases na Europa, e assim como eles, custam muito e não chegam a perfeito sabor”³⁰⁴.

A correspondência científica trocada existente na Academia comprova não apenas a polivalência de Correia da Serra mas também a projecção que a Academia conseguiu alcançar. Sob a sua égide, a actividade editorial foi muito intensa e não se confinou às ciências exactas³⁰⁵. Apesar do trabalho realizado, Correia da Serra não parecia muito satisfeito e é nos termos que transcrevemos que ele se dirige a Cenáculo:

“Cá se vão imprimindo cousas que V. Exa. lá terá apenas saírem; é tudo o que posso dizer-lhe de novo, porque a nossa corte está tão livre do estrépito, como se fora meia noite, só de tempo em tempo se houve roncar alguém, bom tempo para estudar em paz os que tiverem candeia acesa no seu quarto, e azeite para a renovar”³⁰⁶.

Na Academia foram publicadas as histórias inéditas de D. João I, de D. Duarte, de D. Afonso VI, de D. João II e ainda a *Vida do Infante D. Duarte* por André de Resende e as *Obras*

³⁰⁴ Carta enviada para Cenáculo, 8 Jul 1782. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 252-253. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 33-33.2.

³⁰⁵ Na correspondência trocada com Cenáculo, a qual se estende entre 1779-1793, há várias alusões à actividade editorial da Academia. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 236-236 v. (20 Ago 1780), f. 246 (6 Nov 1781), f. 257 (8 Abr 1783), f. 258 - 259 v. (20 Jan 1784), f. 238 - 238 v. [s.d.]. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 34-34.1, 35, 36, 37-37.2 e 38-38.1 respectivamente.

³⁰⁶ Carta de Correia da Serra para Cenáculo, 31 Jan 1786. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 268-269. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 31-31.1.

Poéticas de Pedro de Andrade Caminha³⁰⁷. Esta linha editorial, recuperando dos arquivos património nacional “cobertos do pó com desprezo”, talvez tenha alimentado no espírito de Correia da Serra uma ambição maior para a biblioteca da Academia. Quanto à biblioteca da Academia, Correia da Serra estava atento, Cenáculo também. Há correspondência que comprova que Cenáculo se dispunha a vender livros à Academia³⁰⁸ mas também a oferecer³⁰⁹ utilizando os préstimos de Joaquim José da Costa e Sá cuja intensa actividade avaliaremos em **6.2.6.**

Não aprofundaremos esta questão (ou polémica?) agora, mas dois dados a justificarem investigação deixam-nos intrigados. Por um lado a informação fornecida por Bethencourt³¹⁰ de que “Poucos meses depois da sua criação, a Academia das Ciências de Lisboa “resolvia formar uma biblioteca nacional” conforme lemos na acta de 2 de Maio de 1781” e, por outro, a carta um pouco mais agreste enviada pelo Bibliotecário-Mor para Correia da Serra deixando perceber que nem tudo era completamente pacífico. Qual foi a intenção? De quem foi a proposta? Ficou-se pela intenção? Começemos pela carta de Ribeiro dos Santos para o Secretário da Academia.

“Ilmo. Snr Francisco José da Serra

Recebi a carta de V. S^a. e o papel incluso com aquele mesmo respeito que já há muitos anos consagrei a tudo o que me vem da mão de V. S^a. pelo que irei render-lhe pessoalmente as bem devidas graças, e receber as suas ordens.

Entendia, que para falarmos simplesmente em coisas úteis às duas Reais Bibliotecas, assaz nos legitimava a condição de nossos cargos: como porém da parte de V. S^a. se faz inadmissível toda a prática em tais matérias, reverencio com profundo acatamento a decisão de V. S^a. que não pode deixar de ser fundada em razão, e prudência como o costumam sempre ser os seus ditames. Se algum dia for a V. S^a. o mesmo Aviso da Secretaria de Estado de 16 deste mês, que me veio a mim, haverá

³⁰⁷ Informação recolhida *apud* Matos, Júlio de – “D. João Carlos de Bragança Segundo Duque de Lafões (1719-1806)”. In AIRES, Cristóvão – *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927: 379.

³⁰⁸ Carta de Correia da Serra para Cenáculo, 27 Ago 1793. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 278. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 39-39.1

³⁰⁹ Carta de Correia da Serra para Cenáculo, 19 Junho 1781. BPE Cód. CXXVII 2-3, f. 242–243 v. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 40-40.3.

³¹⁰ BETHENCOURT, Cardozo de – “Advertência”. *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. 1^a Série, v. 1 (1910-1914) XIX.

talvez ocasião em que V. S^a. possa com a legítima missão, que requer falar comigo no mesmo que eu ia participar a V. S^a. por antecipação de atenção, e cortesia.

Renovo as minhas antigas e fiéis protestações de amizade, e servidão; e sou com especial afecto, e respeito

De V. S^a.

Criado amigo e venerador

António Ribeiro dos Santos

Lx^a. 27 de Janeiro de 1802”³¹¹

Não deixa de ser curiosa esta referência “às duas Reais Bibliotecas” embora nos pareça que a Real Biblioteca da Academia só podia avocar essa designação pelo facto da Rainha D. Maria I ter concedido à Academia o título de Real. Nada no *Plano de Estatutos* dava cobertura a uma Real Biblioteca. Seja como for, a confusão pode sempre instalar-se e transformar-se em conflito institucional e se não o foi, a ameaça pairava o que não deixará de ser interessante verificar.

Para fazer esta história convirá ter presente que, na sequência da doação de Fr. José Mayne, o Convento de Jesus será consideravelmente enriquecido e a Livraria será, talvez, a mais beneficiada. Ora, para administrar esta Livraria renovada, é nomeada a própria Academia das Ciências por decisão régia de 5 de Novembro de 1791 “[...] em benefício da conservação e guarda da Livraria, Museu, Gabinete da Física, Laboratório Químico, e Oficina [...]”³¹².

Este é um assunto em aberto a exigir clarificação embora, conhecendo o processo que levou à criação da Real Biblioteca Pública, saibamos de antemão que apenas uma Real Biblioteca vingou. Não perde, no entanto, interesse esta história institucional que revelará muito sobre as personalidades envolvidas.

A Academia das Ciências, que conheceu várias instalações desde 1780³¹³, só em 1833 se fixa em definitivo quando muda para o Convento de Jesus, onde actualmente se encontra.

³¹¹ BNP COD 4713: f. 81.

³¹² NEVES, Álvaro – “Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus... 1911: 702.

³¹³ Por ordem cronológica: **1.** Paço das Necessidades de 1780 a 1791-92; **2.** Palácio seiscentista na Rua do Poço dos Negros desde 1791; **3.** Palácio dos Condes de Castro Marim, Calçada do Combro, de 1797 a 1800; **4.** Palácio do Duque de Palmela, no Largo do Calhariz de 1800 a 1820 com interrupções; **5.** Colégio dos Monges Beneditinos à Estrela (antigo Convento da Estrelinha, hoje Hospital Militar) de 1823 até 1832; **6.** Palácio do Conde de Lumiares, Passeio Público até 1833; **7.** Mosteiro de S. Vicente de Fora em 1833 começa a mudança que é suspensa e passa para o **8.** Convento de Jesus na Rua do Arco onde permanece. In AIRES, Cristóvão – *Para a história da Academia...* 1927.

Um percurso acidentado, como acontecerá com a Real Biblioteca, mas o paralelismo é bem mais profundo. Dadas as semelhanças que identificamos no processo que desemboca na fundação de uma e de outra instituição – analisados que forem os intérpretes, a conjuntura, a instituição – era imprescindível incluir esta referência à Academia das Ciências porque: **1.** ambas as instituições foram criadas sob o reinado de D. Maria I o que sendo, em si mesmo, uma evidência serve para contrariar a ideia generalizada de que o reinado de D. Maria constituiu um retrocesso em toda a linha; **2.** em ambas, ganhou grande protagonismo um dos intérpretes, mesmo que a evidência se manifeste em sentido oposto; **3.** para qualquer das instituições não existe um conjunto regulamentar muito claro deixando o respectivo destino, tanto quanto parece, à discricção da personalidade que melhor incarnava a instituição; **4.** qualquer das duas instituições assume o ideário das Luzes; **5.** a grandeza, o horizonte cultural e a duração de ambas as instituições está muito para além do papel dos seus principais dinamizadores, o que as coloca num patamar de serviço público que se deve interpretar como tratando-se de instituições responsáveis pela modernização do Estado.

PARTE III – UM NOVO PARADIGMA DE BIBLIOTECA

CAPÍTULO 5 – UM TEMPO DE MUDANÇA

5.1 – Antecedentes institucionais e individuais: agentes e impulsionadores

Com segurança, podemos hoje afirmar que foram muitas as contribuições com que a Real Biblioteca Pública da Corte contou no processo de construção. A leitura, análise e cruzamento das fontes alargaram a nossa visão sobre os personagens envolvidos, revelaram múltiplos papéis e responsabilidades. Tratou-se de uma galáxia composta de personalidades de quadrantes variados cujo esforço e interesse mútuos confluíram a partir de 1795 e que durante os anos seguintes continuaram a articular-se em conjunto com o mesmo objectivo. Nesta galáxia, há estrelas de maior brilho do que outras; também há aquelas que trazemos agora para o centro dos acontecimentos porque não podiam continuar a ser ignoradas. No cômputo geral, concluímos que o espírito que as animou foi idêntico, que todas as estrelas tiveram a sua quota-parte de responsabilidade na projecção da Real Biblioteca Pública da Corte e, mais importante, todas se inserem no firmamento europeu das Luzes.

O cruzamento e análise da documentação coetânea permitiu-nos eleger três personalidades pelas quais nos parece adequado repartir a enorme responsabilidade da criação e organização da Real Biblioteca Pública da Corte. Com elas, inevitavelmente, virão à colação outras personalidades sobre os quais recairá também parte da responsabilidade mas numa proporção muito menor ou meramente pontual.

As três personalidades, cuja intervenção individual corresponde cada uma a um verdadeiro pilar do monumento, respondem por uma actividade que de alguma maneira intersecta a actividade dos outros. De facto, as diversas intervenções acontecem num período curto, logo compacto e muito intenso. Ao estudar o papel de cada uma dessas personalidades dificilmente manteremos as outras completamente à margem; procuraremos, todavia, não repetir os factos.

Uma biblioteca resulta da combinação de algumas operações e facetas distintas, complementares, cuja hierarquização é impossível. São todas igualmente importantes, decisivas, às vezes concomitantes e é de acordo com esta perspectiva que caracterizámos os três intérpretes eleitos: Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) notabilizou-se pela sua vasta

cultura erudita, profundo conhecedor e amante de livros, grande coleccionador de objectos museais mas também de livros, deixando transparecer uma forma de estar que associamos ao passado; António Ribeiro dos Santos (1745-1818) revelou-se um profundo conhecedor da organização de uma biblioteca sem que alguma vez se possa questionar a sua faceta de erudito, propôs uma sistematização que reflecte os novos tempos e, portanto, exhibe uma atitude menos individualista e mais preocupada com as consequências das suas propostas; Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), bem colocado socialmente, recebeu educação esmerada, desenvolve a sua actividade profissional numa esfera política e diplomática com um olhar crítico e muito atento sobre a realidade portuguesa, característica que acabará por aplicar à administração da Real Biblioteca Pública da Corte no âmbito das suas responsabilidades políticas. Relativas a época anterior, as intervenções de Manuel da Maia (1677-1768) ou de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) sobre a necessidade da criação duma Real Biblioteca serão também consideradas embora a de Carvalho e Melo o seja de forma mais breve; bem como as preocupações com o ensino ou com a cultura portuguesa manifestadas por Martinho Mendonça e Pina (1693-1743), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), Luís António Verney (1713-1792) ou Teodoro de Almeida (1722-1804); e também por José Francisco Correia da Serra (1751-1823) ou por D. João de Bragança, 2º Duque de Lafões (1719-1806). Ou a noção de serviço público que se espelha na intervenção de certos doadores entre os quais destacaremos D. Tomaz Caetano do Bem (1718-1797) ou no genuíno interesse de comerciantes e coleccionadores como Josep Fontenelle (fl. 1800) com o seu Monetário. Aos três grandes intérpretes – Cenáculo, Ribeiro dos Santos e Sousa Coutinho - dedicaremos o nosso máximo empenho. Excluimos deste “núcleo duro” quer Manuel da Maia quer Sebastião José de Carvalho e Melo porque as suas contribuições, embora indesmentíveis, são circunstanciais: nenhum deles tem uma intervenção à altura de justificar a sua presença no nosso “núcleo duro”. Quanto a cada uma das outras personalidades referidas, limitar-nos-emos a registar alguns momentos mais significativos a partir de alguns escritos que possam comprovar os nossos pressupostos.

Ao estabelecer esta diferença de níveis de intervenção, denominamos sem dúvida, uns de agentes outros de impulsionadores. Apesar de a diferença ser ténue, é necessário clarificar a forma como distinguimos essas intervenções.

Consideramos como *agentes* aqueles que influenciaram clara e directamente o perfil da Real Biblioteca, definiram a sua missão, se preocuparam com a sua organização e

actualidade no pressuposto da sua utilidade pública. Isto é, conceberam e acarinharam uma instituição aberta ao público, com a missão de servir³¹⁴, foram intervenientes. Numa palavra, agiram. A Real Biblioteca não seria um museu, nem seria apenas mais um local para guarda de obras preciosas fossem raras ou caras. Em contrapartida, outras figuras foram ao longo do tempo opinando, criando o lastro cujo termo inevitavelmente desembocaria na Real Biblioteca. Aos primeiros, cuja responsabilidade é maior, designaremos de *agentes* enquanto os outros, quiçá porta-vozes de um sentir mais generalizado que faria o seu caminho em vários espaços de sociabilidade, que seria veiculado pela *Gazeta* ou noutros periódicos, que seria transmitido por frequentes contactos no estrangeiro, rotularemos como *impulsionadores*. Uns e outros partilhando um ideal comum cristalizado na preocupação de erguerem uma biblioteca que correspondesse à preocupação de construir uma instituição que resguardasse a identidade cultural, instituição acima e à frente dos redutos individuais tradicionais existentes até então. A Real Biblioteca assume-se, então, como um último reduto que, apoiado na materialidade dos livros e documentos, podia sustentar a identidade colectiva.

5.2 – Texto fundacional da Real Biblioteca: leitura crítica

Oficialmente, a Real Biblioteca Pública da Corte é fundada por Alvará de 29 de Fevereiro de 1796 assinado pelo Príncipe Regente em nome de sua Mãe, a Rainha D. Maria I. O **Alvará**, cujo frontispício pelo seu simbolismo reproduzimos³¹⁵, ainda que não saibamos quem foi responsável pelo texto de lei, é um documento notável pelo conjunto de razões e objectivos nele expressos e pela clareza da missão que atribui à Real Biblioteca Pública da Corte. Quem o redigiu sabia bem do que tratava. Se pretendessemos apenas resumi-lo poderíamos dizer, sem receio de cometer qualquer erro, que se encontram definidas nesse diploma legal todas as funções e a missão de uma verdadeira biblioteca nacional. Ontem como hoje. O “estabelecimento de uma Livraria Pública, a qual sirva como de um tesouro de todas as Artes e Ciências [...] com os livros mais preciosos pela sua raridade, os monumentos mais respeitáveis

³¹⁴ De acordo com uma intervenção de João Brigola feita no *Colóquio Arte & Viagem, 15 Outubro 2012, FCSH*, os museus distinguem-se dos gabinetes quando se tornam públicos, profissionais e permanentes, situação que ocorreu em Portugal por volta de 1770 e cuja responsabilidade pode ser atribuída a Domingos Vandelli. Esta sistematização com certeza que é significativa e pode ser transposta para as bibliotecas mas a introdução da noção de colecção, como a iremos fazendo ao longo da nossa dissertação, aporta uma diferença substancial.

³¹⁵ Para versão impressa, Ver Extratexto 1, AHBN CR/01/Cx01/Doc.02. Para versão manuscrita, Ver Anexo 1 - **Documentos reproduzidos**, doc. 1. Em qualquer dos casos, apenas f. 1.

das mesmas Artes e Ciências”³¹⁶ determina claramente o alcance da nova instituição sempre com recortes iluministas porque à Livraria Pública serão dados “os meios mais próprios para conduzir os homens a conseguirem a virtuosa sabedoria que constitui a felicidade”³¹⁷.

O longo articulado – no todo, nove artigos – contempla todos os aspectos que envolvem o funcionamento da instituição: dependência hierárquica, conteúdo, localização, serviços e funcionários, financiamento. Nada foi deixado ao acaso. Trata-se de um documento bastante completo muito embora não revele absolutamente nada sobre o tipo de colecções ou classificação. Esta é, efectivamente, uma lacuna (entendida no sentido negativo) a considerar mas que fica compensada por idêntica ausência no tocante à menção de um gabinete de antiguidades na Real Biblioteca (uma lacuna entendida como característica positiva). Sem deixar cair completamente esta preocupação com as antiguidades – concretamente no parágrafo sexto são referidos “outros monumentos das Artes e Ciências” – mas sem as sobrevalorizar, esta opção deve ser assinalada porque representa uma evolução relativamente ao modelo de biblioteca que até aí vingava. Ainda no parágrafo sexto, referem-se “gabinetes da Biblioteca” mas como não se adianta nada sobre a composição e recheio destes, cria-se uma vazia de interpretação. O texto do documento é um texto de compromisso, através de uma redacção habilidosa.

A importância do **Alvará** é inquestionável mas tem de se assinalar o tom majestático com que o mesmo foi preparado; é um documento carregado de simbolismo, emanado do poder real, logo, oficial mas não técnico no qual o que mais importa é manifestar a vontade do poder central. Cria a Real Biblioteca, estipula a missão, define-lhe o âmbito. Na Corte, e entre a hierarquia do Estado, tornava-se muito nítido para o que se queria uma Real Biblioteca, quem mandava, qual o seu estatuto. Sendo assim, seria razoável contar com o aparecimento posterior de um documento interno de carácter regulamentar. Um documento dessa natureza, pese embora o insólito da situação, nunca surgiu.

Se compararmos este **Alvará** com o **Plano de Estatutos** da Academia das Ciências, as diferenças no cuidado posto pelo legislador em aprofundar a missão e os meios numa e noutra instituição, são enormes. Não teria sido necessário aprofundar e explicitar melhor os objectivos da Academia? Nunca é demais deixar ficar bem claro, nos textos fundacionais, as características de cada instituição porque isso constitui sempre um seguro para o sucesso das

³¹⁶ Texto do *Alvará*, 29 Fevereiro 1796.

³¹⁷ Idem, *ibidem*.

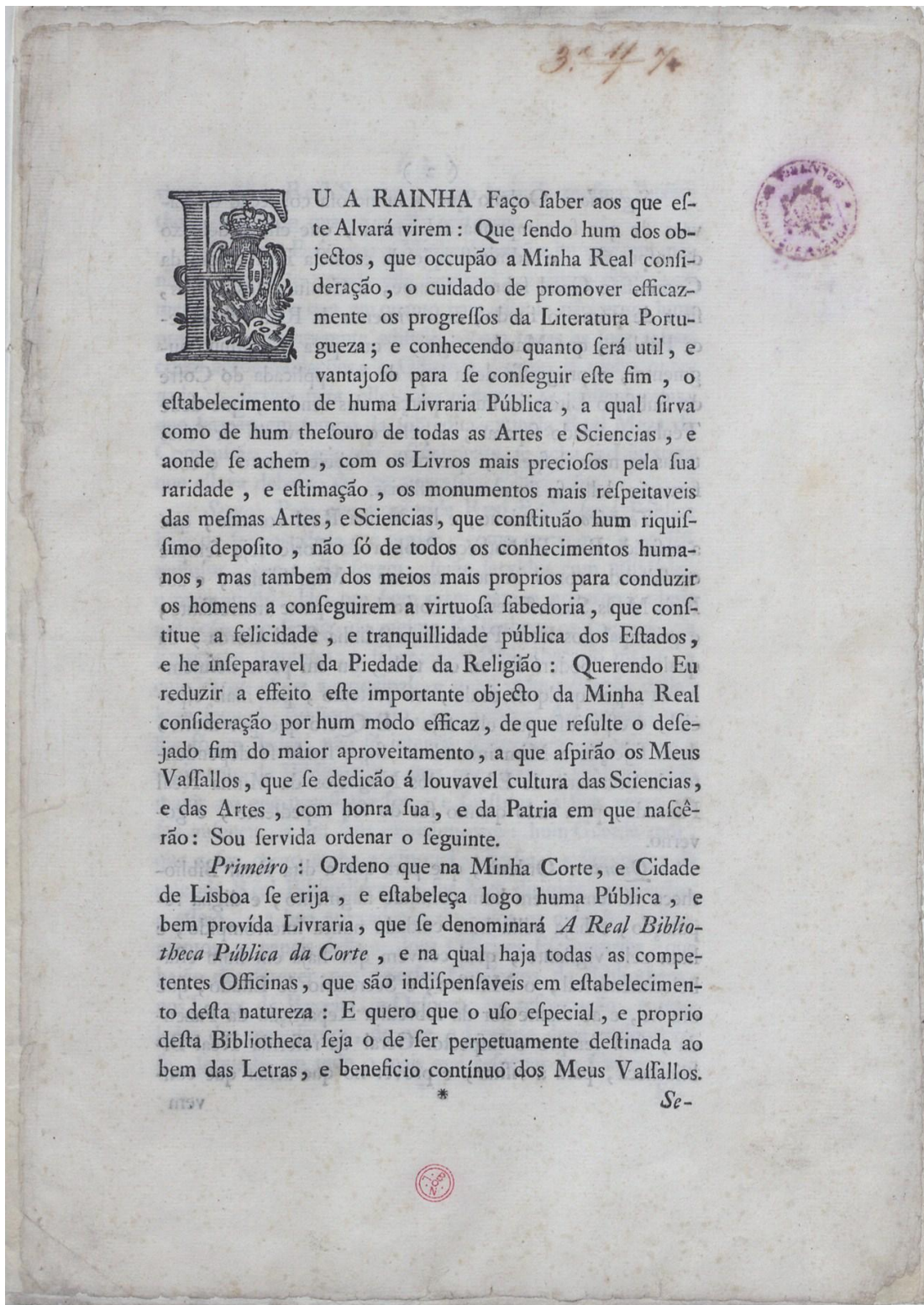


FIGURA 1

Alvará de criação da Real Biblioteca Pública da Corte
29 de Fevereiro de 1796

Biblioteca Nacional de Portugal, AHBN CR/01/Cx 01, doc. 02, f. 1

instituições. O **Alvará** é um documento bem pensado e estruturado, preparado para o presente e antecipando o futuro.

Seria muito interessante dispor de fontes que identificassem o autor do texto. Não há forma de colmatar essa falta mas nada nos impede de alvitrar uma autoria. Na realidade, naquele período duas figuras notáveis circulam pelos meandros do poder: por um lado, Ribeiro dos Santos tinha sido nomeado para reorganizar a biblioteca da Real Mesa em Janeiro de 1795, fazia relatórios, mantinha-se em contacto com os ministros nomeadamente com Luís Pinto de Sousa Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; por outro lado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que tinha sido mandado regressar a Lisboa da Legação de Turim, juntar-se-á ao governo, para o reforçar, em Janeiro de 1796. Só muito dificilmente se poderia acreditar que o alvará fosse pensado, estruturado e escrito por outras pessoas quando aqueles dois elementos, da maior confiança do Ministro Pinto de Sousa Coutinho e do próprio Príncipe Regente, circulavam na corte, um com funções de Estado, o outro altamente conceituado e mesmo com atribuições específicas para a organização da biblioteca. Se aceitarmos esta hipótese, torna-se muito claro o conteúdo de carácter técnico e a correcta articulação deste com os objectivos políticos definidos para a Real Biblioteca. Uma parceria prometedora que em poucos anos voltaria a dar frutos.

CAPÍTULO 6 – A REAL BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE, 1796

Com o Terramoto, em um ambiente generalizado de caos e desagregação, as carências identificadas em matéria de bibliotecas parecem agudizar-se e torna-se insuportável a ausência de um repositório bibliográfico. A existência de muitos livros não seria suficiente para colmatar a ausência assim sentida porque uma biblioteca está para lá da reunião de muitos livros; esta é uma ideia que vai fazendo o seu caminho, são várias as personalidades que através do seu pensamento e da sua intervenção contribuem para concretizar essa ambição.

Ao referir o período pós-Terramoto, é impossível fugir à pessoa, à acção e ao pensamento de Sebastião José de Carvalho e Melo, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, assim como é impensável não equacionar a responsabilidade das intervenções de Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino. Ambas as figuras são bem conhecidas mas pareceu-nos ter sentido, no âmbito desta investigação, referir a intervenção directa de Carvalho e Melo, no tocante à Real Biblioteca Pública, na respectiva sequência cronológica articulando-a com a acção de Frei Manuel do Cenáculo. Obviamente será uma referência muito breve, pontual mas fica assinalada.

Outro significado tem a intervenção do Engenheiro-Mor do Reino Manuel da Maia. Antes de mais nada por razões históricas e depois porque a análise das suas *Dissertações* o catapultou, inesperadamente, para outra esfera de intervenção, altera alguns dados importantes e dados como adquiridos no tocante à criação da Real Biblioteca Pública, reabre um debate que parecia ter-se esgotado. Assim, reputamos como indispensável introduzir a pouco conhecida mas decisiva contribuição de Manuel da Maia no que será uma longa caminhada até à concretização do projecto da Real Biblioteca.



FIGURA 2

Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino

1677-1768

Autor - José Machado, 1866.

Óleo sobre tela, 82 x 99 cm.

Foto: José Morais Arnaud

Associação dos Arqueólogos Portugueses. Museu Arqueológico do Carmo

6.1 – Um urbanista pragmático: Engenheiro Manuel da Maia (1677-1768)

A leitura de alguns documentos assinados por Manuel da Maia (1677-1768), no exercício das suas funções como Engenheiro-Mor do Reino submetidos a despacho do Ministro D. Luís da Cunha (1662-1749) até às suas propostas para a reconstrução de Lisboa, em 1755 e 1756, apresentadas então a Sebastião José de Carvalho e Melo, dá-nos o perfil de um homem essencialmente pragmático. Não que as suas propostas fossem destituídas de fundamentação ou pensamento teórico mas porque são documentos muito objectivos, concretos, mensuráveis. A leitura daqueles documentos transmite muito claramente que Manuel da Maia não se perdia em diplomacias. Não se desgastou com etiquetas mais ou menos protocolares no tempo de D. Luís da Cunha nem se alterou com a situação criada pelo Terramoto. A situação de emergência provocada pela catástrofe natural exigia, no entanto, um projecto lúcido e uma enorme capacidade de resolução. As suas *Dissertações* são uma prova insofismável desta atitude. No contexto da criação da Real Biblioteca Pública, as suas *Dissertações* introduzem uma atitude nova; a sensação com que se fica é de que não há tempo a perder. De facto, não havia; a urgência da reconstrução sobrepunha-se a tudo o mais.

Parece razoável relacionar o aparecimento da Real Biblioteca com a grande reconstrução de Lisboa exigida após a devastação causada pelo Terramoto de 1 de Novembro de 1755, logo, com Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino, o seu mais directo responsável. Por tradição, as figuras de Sebastião José de Carvalho e Melo e de Manuel da Maia associam-se à reconstrução de Lisboa entendida na sua dimensão urbanística o que, sendo verdadeiro e exclusivo para Manuel da Maia, já não o é tanto para Sebastião de Carvalho e Melo, a quem competiu sempre a decisão política. A leitura atenta de documentos da época irá, contudo, relacionar estas personalidades com a eclosão da Real Biblioteca Pública da Corte o que, no caso de Manuel da Maia constitui, sem dúvida, um dado novo. Aos poucos, a revelação de factos, nomes, datas vão, em conjunto, aprontando a cofragem da Real Biblioteca.

6.1.1 – No rescaldo do Terramoto, uma biblioteca pública – No momento do Terramoto, a Biblioteca Real estava instalada no Paço da Ribeira e era composta por “um pequeno resto da

Livraria antiga da Sereníssima Casa de Bragança³¹⁸ ainda que enriquecida por “edições mais raras, grande número de manuscritos, instrumentos matemáticos, admiráveis relógios, e outras muitas cousas raras, que ocupam muitas casas e gabinetes”³¹⁹ e que havia sido sobremaneira enriquecida com as aquisições por iniciativa régia de D. João V³²⁰. O Paço da Ribeira, edifício muito irregular e que remontava ao tempo de D. Manuel I, estendia-se entre o Tejo – com o opulento Torreão de Terzi, um misto de influência da austeridade da engenharia militar de Herrera, concretizada no Escorial, e da elegância maneirista, italianizante, torreão que distingue a paisagem de Lisboa até ao Terramoto³²¹ – e a actual Rua do Arsenal³²². Esta biblioteca real, que teria 70 mil volumes³²³, desapareceu consumida pela catástrofe natural. Seria “uma das jóias do palácio, a magnífica livraria que mal cabia em uma grande sala no edifício chamado o Forte”³²⁴. A biblioteca que lhe sucedeu, ainda que em formação e no âmbito da Real Mesa Censória desde 1768, veio a alojar-se também no mesmo edifício, desta vez no segundo piso da ala poente da Real Praça do Comércio – designação pombalina a substituir a de Terreiro do Paço – e foi objecto de uma muito curiosa reconstituição feita por Cristina Dias³²⁵. Sobre os antecedentes da Real Biblioteca, apresentámos um pequeno historial na Secção 5.1 e aí comentámos o trabalho de Dias. Torna-se, porém, oportuno inserir aqui o presente apontamento sobre a Biblioteca Real para com maior acuidade se reflectir sobre as seguintes palavras do próprio Manuel da Maia, tão premonitórias em 1755:

“Também não posso deixar de lembrar, que no tal novo, e real Palácio se poderá formar uma Biblioteca pública para evitar o justo reparo de a não haver na Corte de Portugal, e junto a ela a casa do Real Archivo, que ainda que o terremoto o não destruisse, sempre necessitava de uma tal acomodação à imitação do Archivo

³¹⁸ SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa...*t. 8: 273; t. 11: 335.

³¹⁹ Idem, *ibidem*.

³²⁰ Esta problemática é bem equacionada por SCHWARCZ, Lilia – *Obra cit.* As questões relacionadas com as bibliotecas reais portuguesas foram analisadas em **4.2**.

³²¹ FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. 1977: 28 - 29. Outra obra indispensável e rica em informação sobre Lisboa é a de CASTILHO, Júlio de – *A Ribeira de Lisboa...* 1956.

³²² Sobre as influências arquitectónicas do edifício, em particular do Torreão, Ver KUBLER, George – *Portuguese plain architecture. Between spices and diamonds, 1521-1706*. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1972 (trad. portuguesa de CORREIA, José Eduardo Horta e SILVA, Jorge Herique Pais da – *A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*. Lisboa: Veja, 1988) e mais recentemente MOREIRA, Rafael – “O Torreão do Paço da Ribeira”. 1983: 43-48.

³²³ FRANÇA, José-Augusto, *ibidem*: 65.

³²⁴ CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Gabinete histórico (...)*. 1818-1831, T. 11 *apud* CASTILHO, Júlio de – *Obra cit.*, v. 3: 113.

³²⁵ DIAS, Cristina – “Real Praça do Comércio: momentos de construção e ocupação de D. José a D. João VI”. In FARIA, Miguel Figueira de, coord. – *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio ...* 2012: 271-298.

Romano, para o qual se entra pela Bibliotheca do Vaticano. E para o duplicado, de que também há grande precisão, se escolherá sítio separado”³²⁶.

De facto, o Engenheiro-Mor do Reino Manuel da Maia, decorrido um mês sobre a tragédia, no afã de informar o Ministro Carvalho e Melo sobre as intervenções arquitectónicas e urbanísticas inadiáveis, regista as suas impressões sobre a necessidade do “tal novo e Real Palácio se poderá formar uma Biblioteca pública” para calar qualquer crítica, isto é, “para evitar o justo reparo de a não haver na corte de Portugal” aproveitando logo para expandir a ideia para um “Real Archivo” sobre cuja acessibilidade parece conhecedor do que se passava com o “Archivo Romano para o qual se entre pela Bibliotheca do Vaticano”³²⁷. A sensibilidade de Maia é tão apurada que nem sequer lhe escapa a necessidade de um espaço para duplicados “de que também há grande precisão”. Esta visão opinando sobre os equipamentos indispensáveis é muito mais profunda do que a mera perspectiva técnica de engenheiro, temática a merecer alguma reflexão.

Encarregado por Sebastião José de Carvalho e Melo de apresentar um plano para a reconstrução de Lisboa, Manuel da Maia, elabora três *Dissertações* (ou Relatórios) entre 4 de Dezembro de 1755 e 31 de Março de 1756 os quais apresenta superiormente ao Duque [de Lafões] Regedor das Justiças, D. João Carlos de Bragança, na altura encarregado por Carvalho e Melo de superintender os trabalhos de socorro necessários após o grande desastre natural. Estas *Dissertações* foram transcritas e publicadas pela primeira vez por Cristóvão Aires³²⁸ e, mais tarde, foram também referidas por José-Augusto França³²⁹ como peça fundamental para a interpretação das soluções urbanísticas utilizadas na reconstrução de Lisboa. Os documentos de Manuel da Maia são pormenorizados e, por vezes, sugerem várias soluções em alternativa não porque o autor não tivesse uma opinião formada sobre a melhor solução mas porque, colocando várias opções para escolha, induz, de uma forma muito subtil e sem compromisso, a alternativa que no seu entender melhor configurava os interesses gerais. No meio do articulado relativo à nova malha lisboeta, de súbito, uma referência à necessidade deste novo

³²⁶ MAIA, Manuel da – *1ª Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa*, 4 Dezembro 1755. Ms., cópia. *Tb.* AIRES, Cristóvão – *Manuel da Maia ...*1910, § 14: 30.

³²⁷ Desconhecemos quais as fontes de Manuel da Maia mas entre os engenheiros a trabalhar na sua dependência havia vários italianos nomeadamente provenientes de Nápoles e nos círculos sociais de Lisboa, particularmente nas Academias, a comunidade italiana também marcava presença. Ver GOMES, Paulo Varela – “As iniciativas arquitectónicas dos Teatinos...”. 1993: 73-82.

³²⁸ AIRES, Cristóvão – *Obra cit.*

³²⁹ FRANÇA, José-Augusto – *Obra cit.*: sobretudo Cap. III.

equipamento de carácter cultural. Nem Aires nem França, embora transcrevam o documento e apesar de França ser mais minucioso, se aperceberam da precocidade da referência feita à Real Biblioteca e das consequências que essa menção temporã acarretava.

O extracto que aqui usamos pertence à *1ª Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa* por Manuel da Maia Engenheiro-Mor do Reino (4 Dezembro 1755) documento com o qual nos deparámos pela primeira vez numa cópia feita pelo Padre João Baptista de Castro existente na Biblioteca Pública de Évora³³⁰. Embora se designem de *Dissertações* (o próprio Manuel da Maia designa o texto inicial de *1ª Dissertação*), o que é facto é que também Manuel da Maia designa os textos seguintes, respectivamente, de segunda e terceira parte da *Dissertação sobre a renovação de Lisboa*. Sejam três dissertações ou apenas três partes da mesma dissertação, o que interessa é que apenas na *1ª parte* (ou *Dissertação*) é referida a Biblioteca pública – a urgência da biblioteca pública! – referência que até agora passou despercebida na plenitude do seu significado cultural.

A *Dissertação* não era um documento inédito quando nos cruzámos com ele no âmbito das pesquisas que estávamos a realizar na Biblioteca Pública de Évora; para nós, no entanto, constituiu uma surpresa e, portanto, só depois de verificarmos que o mesmo já havia sido publicado é que pudemos avaliar em toda a extensão a importância da informação que acabámos de recolher uma vez que agora, pela primeira vez, o seu conteúdo é considerado à luz de outro olhar. Na sua obra, J.- A. França³³¹ chama a atenção para a menção feita por Maia à falta que uma biblioteca lhe fazia, lamentando-se por não ter a informação indispensável:

“As duas renovações mais célebres das Cortes da Europa, têm sido a de Londres, e a de Turim; e desejando eu saber o como se procedeu com os particulares na sua execução, sem ter livro de que me valer, nem Biblioteca pública que nunca mais precisa me pareceu que na presente ocasião, nem ocasião mais própria para se lhe dar princípio que esta, ainda que não seja logo tão numerosa como hoje são as maiores que não principiaram tão grandes [...]”³³².

³³⁰ BPE Cód. CXII 2-9, f. 1. O original encontra-se no ANTT, Conselho da Guerra.

³³¹ Idem, *ibidem*: 90.

³³² AIRES, Cristóvão – *Obra cit.*: Terceira Dissertação, § 14: 47.

O comentário de Manuel da Maia não passa despercebido a França como também não passara a Aires; o que passa despercebido, sim, aos dois historiadores é que o comentário de Manuel da Maia sobre a falta dessa infra-estrutura denuncia uma preocupação que devia pairar no ar, uma preocupação expressa pelo Engenheiro-Mor com enorme sentido prático a qual, ao ser verbalizada, faz recuar em quase vinte anos a primeira vez que é expressa a preocupação com a necessidade de ter uma Real Biblioteca contribuindo para reconfigurar o debate em torno da sua criação, já que as próximas menções à necessidade de uma biblioteca pública são de 1772³³³ e de 1773³³⁴, ambas da responsabilidade de Cenáculo. A falta de uma biblioteca pública que pudesse fornecer a informação de que ele, Manuel da Maia, urgentemente necessitava, mesmo que de início essa biblioteca fosse mais modesta. Um debate que se tem mantido em aberto sobre a emergência da ideia da Real Biblioteca Pública da Corte e para esclarecimento do qual julgamos estar a contribuir agora com este novo olhar e esta nova avaliação.

A esta preocupação, Manuel da Maia acrescentará outro comentário, também em 31 de Março de 1756, a reforçar a ideia da necessidade de dispor de uma biblioteca pública “que nunca mais precisa me pareceu que na presente ocasião”³³⁵ à qual reconhece não se poder exigir ser “tão numerosa como hoje são as maiores”³³⁶. Portanto, por duas vezes entre 1755 e 1756, Manuel da Maia sublinha a necessidade de construir uma biblioteca pública a qual haverá de ser como as maiores da Europa. Um entendimento claro sobre a ocasião, a imprescindibilidade e a missão de um tal equipamento. Na intenção, também se manifestava “uma espécie de disciplina militar, vinda directamente da Academia do Exército, que Manuel da Maia dirigia”³³⁷, disciplina à qual este não se conseguia eximir.

No estudo que dedica a Manuel da Maia, e que já referimos, José-Augusto França alonga-se na análise dos aspectos técnicos que preocupavam Manuel da Maia enquanto caracterizariam a sua intervenção e, de forma sucinta, dá-nos o perfil do engenheiro-mor:

³³³ *Sobre o estabelecimento dos Estudos Menores*, parecer como Presidente da Real Mesa Censória. Referiremos o documento mais em pormenor em **6.2**.

³³⁴ CENÁCULO, Manuel do – *Faz-se indispensável para Biblioteca...* Dado o significado deste documento, para além das citações extensas que faremos em **6.4**, optámos por reproduzi-lo na íntegra. Ver **Anexo 1 - Documentos reproduzidos**, nº 17-17.2.

³³⁵ Idem, *ibidem*: 23-24.

³³⁶ Idem, *ibidem*: 23-24.

³³⁷ FRANÇA, José-Augusto – *Obra cit.*: 199.

“[...] podemos observar que o seu notável pensamento urbanístico é comandado, por um lado, pela vontade de fazer novo e, por outro, pelos hábitos enraizados na sua memória de cortesão de outros tempos [...]”³³⁸.

Ao que nós acrescentaríamos, como se coadunava tão bem esta “vontade de fazer novo” com a preocupação de ter uma biblioteca pública!

Não estamos a confundir planos de intervenção nem responsabilidades, mas é indispensável fazer corresponder as ideias ao tempo em que são formuladas; e a ideia que Manuel da Maia expressa nos primeiros dias de Dezembro de 1755 é, certamente, muito precoce, fazendo recuar quase vinte anos a data a que podemos atribuir o aparecimento, pela primeira vez, da ideia duma biblioteca pública, neste caso, da Real Biblioteca Pública da Corte. Mais do que a mera questão do tempo e de prioridades, o que importa mesmo é registar o facto como mais uma pedra colocada na longa e multifacetada participação e responsabilidade que desemboca na construção da Real Biblioteca. Uma responsabilidade que se veste das mais variadas roupagens. Manuel da Maia, por exemplo, era engenheiro e projectista da nova urbanização. Sebastião José de Carvalho e Melo político, mentor do regime, com outras preocupações e com uma responsabilidade global, também se pronunciou sobre a necessidade de dispor de uma biblioteca pública³³⁹ o que, considerando a data de 1775 em que faz a declaração, tardia neste caso, e a relação muito próxima entre Carvalho e Melo e Cenáculo³⁴⁰, não aconselha a conceder muita ênfase ao seu decreto. Segundo Cenáculo, Carvalho e Melo era um “devorador de livros”³⁴¹, o seu cuidado com as bibliotecas (a de Jesus em 1771, a Real Biblioteca em 1775) não espanta. No momento da síntese, portanto, não encontraremos uma mas várias personalidades envolvidas. A perscrutação de cada contribuição individual levar-nos-á até à concretização do projecto da Real Biblioteca Pública da Corte.

³³⁸ FRANÇA, José-Augusto – *Obra cit.*: 82.

³³⁹ Decreto de 2 de Outubro de 1775. Como este documento envolve directamente Cenáculo nas suas funções enquanto Presidente da Real Mesa Censória, voltaremos a ele em **6.2. Ver Anexo1 – Documentos reproduzidos**, nº 3-3.6, onde o reproduzimos na íntegra.

³⁴⁰ Para além dos compromissos políticos, os dois ainda desenvolvem uma colaboração muito próxima por conta da Livraria do Convento de Jesus. Ver **6.2.5**.

³⁴¹ Carta de Cenáculo para Gregório Mayans, Lisboa, 15 Nov. 1768. Ver PIWNIK, Marie-Hélène – “La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects ». 1986: 490-491.



FIGURA 3

**D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas
1724-1814**

Provável autor português, c. 1770.

Óleo sobre tela, 95,5 x 74,5 cm.

Biblioteca Nacional de Portugal

6.2 – Um erudito setecentista: Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)

A figura de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas imediatamente se associa a bibliotecas e livros. A esta vertente, importa adicionar a de pedagogo porque a articulação destas facetas corporiza um projecto que se identifica com o ideário das Luzes. Acompanhar a sua formação e actividade nos múltiplos aspectos como homem da Igreja, intelectual e pedagogo ajudam a compreender a sua personalidade no contexto da mudança setecentista em curso em Portugal. A bibliografia de que é autor é vastíssima; sempre determinados a atingir o objectivo da investigação, centrámos-nos em alguns impressos e manuscritos cuja compulsão consideramos indispensável para a nossa análise. Com destaque para o *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal* (1769)³⁴², analisaremos também as *Memórias históricas do Ministério do Púlpito...* (1776)³⁴³ e os *Cuidados Literários do Prelado de Beja...*(1791)³⁴⁴. A estes, acrescentaremos alguma epistolografia, mormente a trocada com António Ribeiro dos Santos, mas também com alguns eruditos espanhóis, e ainda o seu notabilíssimo manuscrito *Faz-se indispensável para biblioteca* (1773). Será também obrigatório considerar e comentar alguns textos, da autoria de Fr. Vicente Salgado, sobre a intervenção de Cenáculo no Convento de Jesus incluindo a sua *Livraria*³⁴⁵. O testemunho de Vicente Salgado³⁴⁶, seja através das suas obras impressas mais

³⁴² CENÁCULO, Manuel do – *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal* (três partes, 1769). In *Disposições do Superior Provincial para a Observância regular, e literária da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes Reinos feitas em os annos de mil setecentos sessenta e nove, e setenta*. 1776 (T. I). NB – O *Plano de Estudos* corresponde à *Disposição segunda*, enquanto o documento *Sobre a execução do Plano dos Estudos* corresponde à *Disposição terceira*.

³⁴³ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias históricas do Ministério do Púlpito por hum religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*. 1776.

³⁴⁴ CENÁCULO, Manuel do – *Cuidados literários do Prelado de Beja em graça do seu bispado*. 1791.

³⁴⁵ SALGADO, Vicente – *Relação dos Factos que na sua simplicidade e verdade manifesta qualificam a boa administração da Província da Ordem Terceira da Penitência...* ca 1777: f. 157-172. BAC Ms. 136 V. Tb. BPE Cod. CXXVIII 2-5: f. 56-63.

³⁴⁶ A partir de manuscrito de Vicente Salgado, interessa referir a seguinte nota biográfica: “[...] nasceu em Lisboa aos cinco de Abril de 1732 [...] entrou nesta congregação da Terceira Ordem de S. Francisco professando a regra deste santo instituto no Colégio de S. Pedro de Coimbra aos 25 de Agosto de 1748. Estudou as Artes, e Ciências maiores com o sábio Mestre Exm^o e Rm^o Snr. Bispo de Beja. Estudou as letras antigas com o sábio Professor o P. José Pereira. Adquiriu grande conhecimento das medalhas no Museu Bejense. Teve sempre uma decidida paixão pelas antiguidades nacionais e da sua ordem; em que fez aquisições originais, e por cópias. Foi Pregador Geral Jubilado, Secretário do Conselho, Cartorário, Prelado do Convento de Arraiolos, de Viana do Alentejo, Primeiro Reitor do Real Colégio de Évora, Cronista da Sua Ordem 13 de Junho de 1787, e Ministro Geral Eleito no Capítulo de 1789. O merecimento das obras que tem composto e impresso foram o seu elogio no conceito dos sábios, e inteligentes. Faleceu no Convento Pátrio em 30 de Abril de 1802 [...]” in *Catalogo Historico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem de Portugal...* 1787: f. 362-363. Tb. se encontra

significativas³⁴⁷, seja através dos seus manuscritos, é incontornável. O material legado por Vicente Salgado sobre a Ordem Terceira abunda em referências a Cenáculo, seu Mestre e seu Provincial, com inevitáveis repetições no emaranhado das quais uma leitura muito atenta vai colhendo novos elementos. Por isso, é absolutamente obrigatório ler e cotejar alguns manuscritos de Salgado depositados hoje na Biblioteca da Academia das Ciências³⁴⁸. Recorreremos a estes manuscritos para sustentar as situações que formos equacionando. Vicente Salgado deixou uma obra vasta, dedicada, muito informativa e ele próprio se descreve assim na terceira pessoa:

“Ajudou por muitas vezes a coordenar a Livraria do Convento de Lisboa, o seu Cartório e o de Arraiolos, sendo em o Real Colégio de Évora, onde foi primeiro Reitor em 1776, restaurador de muitas antiguidades, que o tempo fazia desconhecidas. Além dos lugares de Prelado em Arraiolos, e Viana teve as Patentes de Bibliotecário, Cartorário e Secretário do Conselho Literário no Convento de Lisboa [...]”³⁴⁹.

A figura e a intervenção de Frei Manuel do Cenáculo têm proporcionado o aparecimento de muitos estudos e de uma extensa bibliografia passiva. A nossa reflexão sobre a eclosão da Real Biblioteca Pública levou-nos a equacionar de novo a responsabilidade e envolvimento de Cenáculo naquele projecto. Em simultâneo, porém, não podemos deixar de considerar a intervenção de Cenáculo na Livraria do Convento de Jesus, a sua verdadeira Casa. Da ponderação dos dois casos, daquilo que poderemos identificar em comum das suas intervenções, talvez se consiga perceber melhor a ideia de Cenáculo sobre bibliotecas. Na construção desta ideia, devem ainda ser consideradas as bibliotecas que Cenáculo visitou. E, se na consideração conjunta da sua grande erudição com o espírito das Luzes, se encontram elementos que o colocam na galeria dos construtores da identidade portuguesa, não deixa de ser verdade que a ideia, o pensamento, a contribuição para o levantamento desse grande projecto nacional e iluminista que a Real Biblioteca Pública da Corte configurou não pode ser atribuído a uma única figura. Descreveremos este percurso, interpretando-o.

outra nota biográfica de Vicente Salgado no seu manuscrito *Escritores dos Padres da Terceira Ordem de S. Francisco de Portugal...1787*: f. 53-54 v. BAC Ms. 121 V.

³⁴⁷ Por ordem cronológica de impressão, *Memorias ecclesiasticas ... 1786; Origem, e progresso das línguas orientaes ... 1790; Compendio histórico ... 1793*.

³⁴⁸ Sobretudo os seguintes manuscritos BAC Ms. 121 V., 136 V., 138 V., 505 V. e 694 V.

³⁴⁹ SALGADO, Vicente –*Escritores dos Padres da Terceira ...1787*: f. 53 v. BAC Ms. 121 V.

6.2.1 - A formação humanista e universalista – Nascido em Lisboa em 1724, logo em 1737

“[...] vai ouvir o entendimento ouvindo a Lógica do insigne e sábio Mestre Padre João Baptista da Congregação do Oratório. As Luzes que este grande sujeito difunde nas lições daquela faculdade; as Assembleias Literárias que os colegas tinham entre si, e outros ajuntamentos de sábios, frequentes antigamente, entretinham ao ouvinte a ânsia de saber, e de que tirava estímulos graves”³⁵⁰.

Cenáculo tinha tido a fortuna de passar pelos Oratorianos³⁵¹ onde, inevitavelmente, utilizou a biblioteca e o Gabinete de Física³⁵² e também pela Livraria do Convento de Jesus que evoca lembrando “a cuja arrumação eu servi [...]”³⁵³ antes de rumar a Coimbra; em Coimbra, ganha como Mestre o bibliotecário do Colégio de S. Pedro, com quem acaba por ir até Roma. Não é através de Cenáculo que recolhemos informação sobre as tarefas de bibliotecário que Fr. Joaquim de S. José desempenhou no Colégio de S. Pedro; essa informação é devida a Fr. Vicente Salgado³⁵⁴.

A biblioteca dos Oratorianos estava bem provida, sendo calculada em trinta mil volumes³⁵⁵ que D. João V tinha providenciado, mas o ensino, dividido entre três anos de Filosofia, quatro de Teologia e nenhum de Matemática, tinha limitações. Não fora o trabalho do P. João Baptista³⁵⁶ “que alcançou a gloria singular de ser o primeiro que nesta Corte dictasse a Filosofia moderna, que totalmente se ignorava em Portugal”³⁵⁷, aristotélico adepto da demonstração prática, pensamento que significava alguma mudança mesmo que modesta, e o seu Gabinete de Física para entendimento do qual ministrava breves noções geométricas³⁵⁸, e nada de diferente haveria a assinalar. Por pouco que tenha sido, Cenáculo absorveu toda a oferta com proveito. Esta foi a mais apurada formação a que se poderia aspirar. “A vizinhança do nosso convento da Corte, e a frequência de assistir aos ofícios santos, e exercícios de piedade da Ordem Terceira secular em que já tinha sido admitido, o delibera a

³⁵⁰ SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escretores da Congregação...*1787: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

³⁵¹ ANDRADE, António Alberto Banha de – “Processo pombalino contra os Oratorianos”. 1969: 250-296.

³⁵² VAZ, Francisco – “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo” ... 2012: 81.

³⁵³ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias Históricas e Appendix...* 1794: 196.

³⁵⁴ SALGADO, Vicente – *Compendio historico da Congregação ...* 1793.

³⁵⁵ RIBEIRO, José Silvestre – *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas...* 1914: 15.

³⁵⁶ VAZ, Francisco – “A ideia de biblioteca na obra de Frei Manuel do Cenáculo” ... 2012: 81; *tb.* CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*1986: 399.

³⁵⁷ Barbosa Machado *apud* MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – “Elogio Histórico...” 1815: LXIV.

³⁵⁸ ANDRADE, António Alberto de – *Vernei e a cultura do seu tempo...* 1966: 158 e segs.

entrar nesta congregação da Terceira Ordem”³⁵⁹ em 1739 onde, ainda corista, ajudou na Livraria “a cuja arrumação eu servi, sendo Corista em o ano de quarenta, em que também me encarregaram do asseio da casa...”³⁶⁰ tarefa cujo proveito deixa assim bem explicado:

“[...] tive a sorte de trabalhar na distribuição daqueles livros [...] e logo se me encarregou a limpeza da livraria, cujos suores em sempre chamei bem aventurados, pelo emprego vitorioso que se deu à minha imaginativa em tão deliciosa distração de outros cuidados; e porque daí tomei lição e forças para ser um fiel servo na casa da sabedoria”³⁶¹.

Bem cedo, portanto, começa a movimentar-se no ambiente das bibliotecas tendo deixado registo desse contacto o que é significativo. Repegamos na crónica de Fr. Vicente Salgado seguindo de perto o percurso de Cenáculo: “Acabados os anos de reclusão passa ao Colégio de Coimbra [em 1740] a ouvir a Filosofia com o N. Rm^o Fr. Joaquim de S. José. Este douto não perdeu tempo em ilustrar, com seus grandes talentos ao discípulo Cenáculo”³⁶². Fr. Joaquim de S. José, principal responsável pela biblioteca do Colégio de S. Pedro e que “delineou o plano e Casa da Livraria do Colégio de Coimbra, que deixou adiantada e outras cousas mais conducentes às Letras”³⁶³.

Estudante em Coimbra, e portanto, com toda a probabilidade, conhecedor da Biblioteca Joanina fosse como simples visitante ou leitor regular, para além da própria livraria do Colégio. A partir de 1746 é Lente de Artes no mesmo Colégio e obtém, em 1749, o grau de Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra. Em 1750, com os companheiros parte do Convento de Jesus a caminho de Roma pelo qual, presumivelmente, terá passado no regresso. Depois retorna a Coimbra onde “lê Teologia”³⁶⁴ no Colégio de S. Pedro até 1755, embora se deslocasse a Lisboa por diversas vezes. No final de Outubro de 1755 está em Lisboa, acompanha Fr. Joaquim nos seus últimos momentos³⁶⁵. Instalado, então, definitivamente no

³⁵⁹ SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escritores da Congregação...* 1787: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

³⁶⁰ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias Históricas e Appendix...* 1794: 196.

³⁶¹ CENÁCULO, Manuel do – *As letras na Ordem Terceira de S. Francisco em Portugal*. 1844: 144.

³⁶² SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escritores da Congregação...* 1787: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

³⁶³ Idem, *ibidem*: f. 160.

³⁶⁴ MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – “Elogio Histórico...” 1815: LXVII.

³⁶⁵ CENÁCULO, Manuel do – *Elogio fúnebre do Padre Fr. Joaquim de S. Joseph...* 1757.

Convento de Jesus, é por Patente do Geral Juan Pedro Molina³⁶⁶ nomeado cronista da Ordem a 6 de Maio de 1757. Seguem-se outras nomeações num reconhecimento prometedora. A partir de então, entre Cenáculo e o Convento de Jesus a cumplicidade é total.

A um percurso académico sem perturbações e brilhante junta-lhe, como remate, os ensinamentos das viagens: viagem de formação a Roma em 1750 e outra, com contornos políticos, no desempenho de funções da maior relevância religiosa (porque era Provincial) e política (porque era deputado da Real Mesa Censória) a Valencia em 1768, viagens que já referimos em 4.1.1 mas a que voltaremos com outra profundidade em 6.2.4.

Até Roma passou, nomeadamente por Madrid (onde visitou a Biblioteca Real), por Turim e por Bolonha (onde apreciou os equipamentos universitários); até Valencia fez caminho pelo Escorial (a Biblioteca do Real Mosteiro) e no regresso, por Sevilha e Granada³⁶⁷. Em Roma, com toda a probabilidade visitou a Biblioteca do Vaticano, a do Convento de Araceli e a Casanatense; frequentou academias onde terá proferido conferências, testemunho dado por Vicente Salgado que infelizmente não refere quais:

“Unidos estes dois espíritos [Fr. Joaquim de S. José e Fr. Manuel do Cenáculo] em sentimentos, e progressos de literatura não desprezam momento nas paragens do descanso: falam, e desfrutam os sábios com ilustração. E conhecimento das matérias: foram vendo com olhos de ver, e furtando ao sono os poucos instantes que lhes restava, nos deixaram em suas memórias que estimar. O trato civil com os sábios de todas as Províncias, em que abundava aquele congresso [o Capítulo Geral da Ordem de S. Francisco] da religião de S. Francisco: os grandes homens de letras, que fazem a gloria daquela Corte [Roma]: as numerosas, e distintas bibliotecas: as Assembleias Literárias: os dignos monumentos de raridade, e antiguidade, que se respeitam, e admiram em todas as partes daquela capital, os fizeram conhecedores da melhor literatura”³⁶⁸.

³⁶⁶ MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – “Elogio Histórico...” 1815: LXXII.

³⁶⁷ Informação recolhida a partir do seu *Diário* de viagem, hoje desaparecido (MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – “Elogio histórico...”1815) e também através da correspondência trocada com Mayans y Siscar (PIWNIK, Marie-Hélène – “La correspondance Mayans Siscar-Cenáculo” 1984 e 1986).

³⁶⁸ Frei Vicente Salgado, cronista da Ordem Terceira, é o primeiro biógrafo de Cenáculo de quem foi aluno no Colégio de S. Pedro e a quem o ligava profunda estima. A referência às academias é feita na sua obra *Origem e progresso das línguas orientais...* 1790: 42 - 43.

A síntese feita virá a reflectir-se na sua intervenção futura como bem captou Salgado “com as luzes que recebia nestas viagens entrou a preparar o espírito para as novas empresas literárias”³⁶⁹, faceta que desenvolveremos mais adiante nesta secção.

Para além da preparação em matéria religiosa e doutrinária, “o grego, o hebraico, o árabe, e a latinidade pura são cultivadas”³⁷⁰, em defesa das quais sai com determinação, como testemunha Vicente Salgado³⁷¹ e com muita convicção como Cenáculo instruiu a propósito da forma como os noviços deverão ser avaliados:

“[...] porém dar-se-á ao Opositor a liberdade de escrever esta notícia em três dias, tendo a Livraria à sua disposição [...] com a advertência que o Opositor, que trabalhar com conhecimento das Línguas Orientais há-de preferir ao que não o tiver”³⁷².

Vicente Salgado é o mais indelével cronista de Cenáculo sobre quem esclarece que

“[...] os conhecimentos adquiridos nas jornadas de Roma e Valença [sic], excitaram seu zeloso espírito a projectar e imprimir um Novo Plano de Estudos para os progressos literários da sua congregação”³⁷³.

Acumula leituras e conhecimento, deixa transparecer abundantemente a vasta erudição como no *Plano de Estudos* ou nos *Cuidados Literários* se pode constatar, manifestando alguma inquietação e insatisfação sobre o desempenho que projectava para os Franciscanos com o intuito de reforçar a situação académica e religiosa em que se inseriam. A este propósito afirma Gama Caeiro:

³⁶⁹ Idem, *ibidem*: 45.

³⁷⁰ SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escritores...*1787: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

³⁷¹ SALGADO, Vicente – *Origem e progresso das línguas orientais...* 1790: 45 e segs.

³⁷² *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco ...*1776. Parte Segunda, Artigo Quinto – *Das Oposições às Cadeiras*, § 5: 40. In CENÁCULO, Manuel do – *Disposições do Superior Provincial...*1776.

³⁷³ SALGADO, Vicente – *Elogios Históricas dos Exm^{os} e Rm^{os} Senhores Arcebispos...* [s.d.]. BAC Ms. 694 V.

“Tal como em outras obras análogas dos meados de Setecentos, aqui se manifesta o conhecimento das obras dos filósofos modernos e são expostas as respectivas ideias, mas para o efeito, quase sistemático, da sua refutação”³⁷⁴.

A exaustividade da sua exposição, a densidade da argumentação, de facto, acolhem em pleno a síntese de Gama Caeiro.

Por mais conservadora que a Igreja fosse, a obra, as interrogações e as novas perspectivas semeadas por filósofos e homens de ciência como Descartes (1596-1650), Locke (1632-1704), Leibniz (1646-1716), Newton (1642-1727), Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Lineu ou Buffon (1707-1778), Rousseau (1712-1778), Lavoisier (1743-1794) que agitavam a Europa não podiam ser ignoradas e haveriam de reflectir-se em novas formas de pensar. Tanto no *Plano de Estudos* como nos *Cuidados Literários*, Cenáculo argumenta e introduz o contraditório citando estes ou outros autores numa manifestação insofismável de que para ele não há limites, notabilizando-se pela veemência com que o faz, atitude que Vicente Salgado sublinha e aplaude³⁷⁵. Cenáculo defende a revisão do currículo literário porque entende que os franciscanos precisam de se munir com uma formação mais sólida e porque compreende que a própria Ordem exige renovação com admissão de elementos mais jovens. É exactamente a pensar nestes elementos mais jovens que Cenáculo multiplica os seus esforços e reforça as suas instruções. E parte da sua atenção em relação ao provimento das bibliotecas pode, sem dúvida, encontrar aqui a sua justificação. Veja-se a admiração dele no regresso de Roma ao afirmar que “se dava lugar, entre livros que pouco mais já se haveriam de ler, a obras de novo gosto”³⁷⁶.

Um dos factores indispensáveis que contribuem para esta renovação é a introdução do estudo das línguas orientais que, à sombra do Convento de Jesus, sofrerão um grande impulso e em defesa das quais, depois de argumentar sobre a necessidade do seu conhecimento, deixa um comentário algo irónico: “[...] eis aqui o fim de estudar as línguas. Calamos por agora da Latina que ninguém condena. Falemos das que se disputam com teima”³⁷⁷. A introdução das línguas orientais não seria, pois, pacífica. Exigia defesa determinada.

Acrescentaríamos que a dinâmica introduzida, a flexibilidade intelectual, são outros aspectos a destacar na actuação de Cenáculo e sobre os quais Vicente Salgado dá numerosos

³⁷⁴ CAEIRO, Francisco da Gama – *Frei Manuel do Cenáculo...* 1959: 15.

³⁷⁵ SALGADO, Vicente – *Origem e progresso das línguas orientais* 1790.

³⁷⁶ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias Históricas e appendix...* 1794: 200, § 171.

³⁷⁷ CENÁCULO, Manuel do – *Cuidados literários...* 1791: 34.

exemplos. Ao pensamento, Cenáculo junta a acção, a intervenção directa e esta atitude singulariza-o de forma ímpar. Em matéria de renovação pedagógica o seu investimento é total. Provou-o com o *Plano de Estudos* (1769) e com a Reforma da Universidade (1772). A sua movimentação e empenho na criação de bibliotecas, a contínua busca e aquisição de livros, de que as *Memórias Históricas e Appendix* são um magnífico testemunho, são prova bastante para colocarem Cenáculo num patamar único.

Cenáculo colaborava, assim, na sustentação do sistema mas não de uma forma cega ou aleatória. A sua intervenção crítica faz-se no claustro, dentro da Ordem, sem cisão. Talvez durante a estadia em Roma – e neste sentido Roma constitui um ponto de viragem – Cenáculo tenha tido a oportunidade de se apetrechar com um manancial de leituras e informação que fazem dele uma referência (Ver 6.2.4). A influência das matérias físico-matemáticas, a aceitação do racional sobre o dogmático, do real e experimental sobre a simples palavra divina, espalha-se pela Europa e também por Portugal. Um texto de Bento José de Sousa Farinha (1740-1820), professor de Filosofia na Universidade de Évora, é bem revelador desta nova atitude e se o transcrevemos aqui é como tributo à estreita colaboração existente entre Farinha e Cenáculo. As posições de Cenáculo vamos-las conhecendo ao ler o *Plano de Estudos* ou os *Cuidados Literários* ou as *Memórias Históricas e Appendix*. Ao registar, no entanto, o pensamento de figuras que se movem no círculo de Cenáculo fica muito claro que as preocupações de Cenáculo não lhe eram exclusivas e que, portanto, havia um ambiente receptivo à mudança. O texto de Farinha é reproduzido por Vicente Salgado, sem data mas revelador da nova atitude mental. Terá sido proferido no encerramento do curso de Geometria:

“Se queremos sair do lugar em que nascemos, ou se ao menos desejarmos conhecer alguma coisa desta terra, que pisamos, abrimos as geografias, buscamos os mapas, revolvemos um globo terrestre artificial; mas que trabalho; que escuro, seco e dificultoso não parece este estudo a quem não viu a geometria; quando o geómetra tende presente a doutrina da esfera dos seus círculos, e dos seus ângulos grandes e pequenos; conhece com clareza, e facilidade o meridiano, o horizonte, os trópicos, e os círculos polares; conhece as zonas, e os climas; conta os graus de longitude; e latitude; vem a perceber os mares e rios, as serras, as penedias, as colinas, os outeiros, e os vales; descortina, e ao mesmo tempo mede as estradas tudo isto com tanta clareza, e segurança como aquele que desperto as examina, e

anda. Se o homem não satisfeito com o conhecimento dos corpos terrestres deseja saber o que são as estrelas, o Sol, a lua, os mais planetas, aquelas brilhantes e formosas luzes, que sempre nos admiram, os movimentos, e carreiras que fazem com períodos certos, nunca jamais perturbados; se o homem busca as luzes das tempestades, dos ventos furiosos, das variações brandas e suaves da elevação das nuvens, das chuvas ordinárias, e prodigiosas, da neve, do pedrisco, trovões, relâmpagos, raios, névoas, e orvalhos; se finalmente o homem que vê eclisado [sic] o Sol, ou a lua, que observa de repente uma grande aurora boreal, que se assusta com a vista de um fresco e triste cometa, que descobre no céu outros sinais como de trave [?], dragão, coluna, varas, arcos, escudos, faxas, luas, ou sóis espúrios, se este homem digo pretende saber as causas de tudo isto, então é sem dúvida que sem as luzes da Geometria não pode dar um só passo acertado, e firme”³⁷⁸.

Gama Caeiro identifica nesta associação entre erudição e facilidade de exposição um sinal de inovação³⁷⁹ que, como se comprova, não era um exclusivo de Cenáculo.

No processo de apreensão de tanta informação, alguns acabam por adoptar um espírito diferente, mais questionador e mais esclarecido. Nem todos seguem estes ventos de mudança mas Cenáculo percebe, e perfilha o que está em causa, e com Pombal implementa esta nova atitude. Só alguém com profundo conhecimento teórico, muito seguro dos seus argumentos, destacando-se pela erudição, poderia emergir e atingir tal patamar.

Outras referências biográficas muito interessantes, indelevelmente associadas à intervenção realizada até à sua morte, têm a ver com a ascensão continuada quer na hierarquia da Igreja quer na esfera do poder político e tem sentido mencioná-las. Em 1768 é nomeado Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco e passa também a integrar a Real Mesa Censória como deputado; ainda em 1768, durante a deslocação a Valencia, são-lhe atribuídos poderes que lhe permitem intervir para apaziguar alguma desavença e desordem que então se verificava na Ordem em Portugal³⁸⁰; ainda em 1768, a 7 de Dezembro, D. José escolhe-o para preceptor e confessor do neto herdeiro do trono, D. José Francisco, Príncipe da Beira e do

³⁷⁸ *Collecção de papéis ecclesiasticos, e civis do uso de Fr. Vicente Salgado da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. BAC Ms. 136 V.: f. 32-33.

³⁷⁹ CAEIRO, Francisco da Gama – *Obra cit.*: 24.

³⁸⁰ SALGADO, Vicente – *Elogios históricos dos Ex^{mos}. e R^{mos}. Senhores Arcebispos e Bispos ...[s.d.]*: f. 57-75. BAC Ms. 694 V.

Brasil; desde 1770 ascende a primeiro responsável pela Real Mesa Censória; em 1771 integra a Junta de Providência Literária e em 1772 integra a comissão responsável pela reforma da Universidade de Coimbra para o desenvolvimento da qual a influência do seu *Plano de Estudos...*(1769) terá sido determinante; em 1777 é nomeado Bispo de Beja e em 1802 Arcebispo de Évora. Este percurso ascendente imparável começa em 1762 quando inicia a aproximação a Sebastião José de Carvalho e Melo, contacto a que se mantém fiel mesmo depois da queda em desgraça do Marquês de Pombal em 1777.

O segredo desta longa relação, a notoriedade que conseguiu, o plano a que ascendeu e donde não é mesmo arredado abruptamente com a crise de 1777, a prenunciar uma mudança de regime, deve encontrar explicação na sua intervenção ponderada e de alguma forma discreta³⁸¹. Apesar da identidade entre os seus próprios ideais e os de Pombal, nunca Cenáculo se arvorou em acalorado defensor da intervenção do poder central junto da Igreja, não se empenhou no combate aos Jesuítas em nome duma nova visão governativa e, sendo regalista, foi-o duma forma bem mais subtil do que outros contemporâneos. O seu apoio ao poder central, politicamente cada vez mais interveniente, desenvolveu-se segundo outros eixos.

A partir do Convento de Jesus, seu refúgio, ou como Cenáculo se lhe refere “No Convento dos meus Padres tenho a minha residência”³⁸², adoptou um perfil bastante discreto o que talvez explique a permanência em lugares de topo possibilitando-lhe a realização prática dos ideais das Luzes. Excluímos desta descrição a tomada de posição relativamente ao Bispo de Coimbra, D. Miguel de Anunciação: assinou o respectivo libelo acusatório³⁸³ e visitou-o no cárcere em condições indignas como bem refere António Ribeiro dos Santos³⁸⁴. Não se

³⁸¹ Um bom exemplo desta sua faceta política acontece quando posto ao corrente, quer por D. Gregório Mayans quer por Fr. José Banqueri, de algumas atitudes mais dúbias de Francisco Perez Bayer, seu conhecido e colaborador, nunca se pronuncia evitando o envolvimento que, devia senti-lo, afectaria o trabalho em curso.

³⁸² In PIWNIK, Marie-Hélène – « La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects”. 1986: 513.

³⁸³ Depois de uma longa análise, a sentença termina nestes termos: “[...] *Confiamos, que sendo, como deixamos exposto, prejudicial, imprudentíssima, e sedicioza a referida Pastoral, disporá a Meza sobre ela com a satisfação, que pede a Justiça, e que sirva de prevenção efficacíssima, para que não se repitam semelhantes desordens. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Fr. Manuel do Cenaculo. Fr. Ignacio de S. Caetano*”. In *Sentença da Real Meza Censória contra a pastoral manuscrita, e datada de 8 de Novembro próximo passado, que o Bispo de Coimbra D. Miguel da Annunciação espalhou clandestinamente pelos párocos da sua Diocese, proferida no dia 23 de Dezembro de 1768*. Lisboa: Na Officina de António Rodrigues Galhardo, 1768. 21 p. In REAL MESA CENSÓRIA - *Collecção dos editaes que se tem publicado pela Real Meza Censória...* 1775.

³⁸⁴ Ver COD 4713 (Obras ARS 131): f. 7. São palavras de Ribeiro dos Santos: “*Meu Amigo, o vosso juízo sobre o Bispo Conde não me agrada: é necessário discorrer sem paixão por uma e outra parte. O Bispo era um fanático, mas não um hipócrita, era preocupado das doutrinas que aprendeu na sua escola, mas não era seduzido pelos Jesuítas, era digno de repreensão mas não de castigo; e menos de uma prisão como a que o teve encerrado no forte de Pedrouços. Encacelado em uma casa de doze passos, sem mais luz que a de uma clarabóia, e esta sem vidros por onde a princípio lhe chovia na cama, com uma curta e pobre barra, com uma*

demoveu com o estado de saúde do Bispo nem com a sua avançada idade. É difícil, senão impossível, não se relacionar a sua nomeação para Bispo de Beja com este momento infeliz. Não é um episódio que dignifique Cenáculo e, talvez por isso, a historiografia o tenha esquecido; não é um momento que tenha a ver com livros ou bibliotecas mas ajuda a compreender a determinação dos seus objectivos e da sua intervenção. A relação com os livros e bibliotecas, essa, vai sendo descortinada através do recurso ao testemunho em directo pelo próprio Cenáculo. Nunca disfarça essa “frequente bibliomania”³⁸⁵, pelo contrário, defende-a argumentando com base na utilidade dos livros e livrarias (Ver 6.2.5).

A formação de Cenáculo deve-se em larga medida à presença e aos ensinamentos do Doutor Mestre Fr. Joaquim de S. José. Segundo o próprio Cenáculo, Fr. Joaquim é a individualidade que influência intelectual mais determinante exerceu sobre ele. Ao considerarmos ainda o próprio percurso de Fr. Joaquim, no âmbito desta tese, o interesse sobre a sua pessoa redobra. Para além de Fr. Joaquim, Cenáculo não se esquece de mencionar outros mestres portugueses.

Tendo presentes as datas dos documentos nos quais Cenáculo mais comprometidamente concebe uma proposta de biblioteca (por exemplo, o parecer emitido pela Real Mesa Censória em 1772 ou o documento *Faz-se indispensável...em 1773*), então, poderemos considerar que as maiores influências aconteceram em Lisboa (nos Oratorianos), em Coimbra (no Colégio de S. Pedro, talvez na Joanina) em Madrid, Roma, Escorial, Valencia, talvez Sevilha ou Granada. Locais por onde passou e permaneceu tempo suficiente para ver e apreciar bibliotecas. Depois houve intelectuais, portugueses e espanhóis, também livreiros, com quem Cenáculo estabeleceu contactos ao longo da vida e cujo interesse comum sobre livros ou sobre a reforma das letras manteve a chama acesa, mas não nos parece que tenha sofrido através desses contactos pessoais qualquer influência sobre o seu pensamento em matéria de bibliotecas. A ideia sobre bibliotecas recolheu-a nas suas visitas, trata-se de um amadurecimento pessoal. Por isso se torna tão relevante esclarecer exaustivamente o seu

cadeira e uma banca, e com um vestido pobre e roto, e sem ter a princípio outro algum desafogo, que fazer tinta do pó de tijolo, e escrever nas folhas do seu Breviário, era por certo um espectáculo digno de lástima, e de terror: ele porém curvado debaixo de tantas amarguras não cedeu ao seu fado. O Cenáculo, e o Arcebispo de Tessalónica entraram neste cárcere de horror, e não para aliviarem seus males, mas para o converterem a que fizesse uma retratação da sua Pastoral, e demissão do seu Bispado. Pediu tempo para deliberar: voltaram segunda vez, e ele havia resolvido não fazer nem uma, nem outra coisa”.

³⁸⁵ SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem de Portugal ... 1787*: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

percurso entre a estadia em Coimbra e o regresso da segunda ida ao estrangeiro. Ou seja, o período que medeia entre 1740 e 1768.

Sobre Fr. Joaquim, dirigimos a nossa atenção sobre as suas facetas quer como lente quer como bibliotecário e os seus cuidados de bibliotecário. Para uma e outra recorreremos aos testemunhos quer de Vicente Salgado quer de Cenáculo. O Mestre Doutor Frei Joaquim de S. José era tio de Fr. Vicente Salgado. As primeiras informações que dispomos sobre Fr. Joaquim chegam-nos através de Salgado³⁸⁶. Natural de Lisboa (1707), professa em Coimbra na Ordem Terceira em 1724, é Doutor em 1735, Provincial em 1749, vem a falecer no Convento de Jesus (Lisboa) em 23 de Outubro de 1755, momento sobre o qual ficou o sentido testemunho de Cenáculo³⁸⁷. Para termos uma melhor percepção da intervenção de Fr. Joaquim como pedagogo, fixemos as palavras de Salgado: “Frequentava as Assembleias particulares das pessoas, ou das Faculdades a que se applicava com gratidão dos ouvintes que o ouviam discurrer”³⁸⁸. Muito naturalmente este interesse terá aumentado depois do regresso de Roma onde “encontrou nas famosas bibliotecas, e no trato civil dos sábios daquela capital, e das cortes, e cidades por onde passou, estímulos graves para instrução mais erudita”³⁸⁹. Também sobre este lado académico e dedicado de Fr. Joaquim recolhemos a opinião de Cenáculo:

“Seja parte do meu reconhecimento, havendo nele [Colégio de S. Pedro] felicissimamente achado Mestre, e amigo solícito, como não é fácil encontrar outro, e recebendo naquele claustro disciplina saudável, e mui proveitosa, seja por tanto parte do meu terno reconhecimento a narração de quanto o recomende, e lhe sirva de credito, e gloria, como iremos escrevendo segundo as oportunidades deste escrito”³⁹⁰.

Cenáculo, mais tarde no pleno exercício do seu bispado, vai tentar repetir este exemplo que constituiu “[...] no Colégio de Coimbra com a felicidade de um Mestre dado por Deus em

³⁸⁶ Elementos compilados indistintamente a partir dos seguintes manuscritos de Vicente Salgado todos depositados na Biblioteca da Academia das Ciências: Ms. 121 V., Ms. 136 V., Ms. 505 V. e Ms. 694 V.

³⁸⁷ CENÁCULO, Manuel do – *Elogio fúnebre do Padre Fr. Joaquim de S. Joseph...* 1757.

³⁸⁸ SALGADO, Vicente – *Catalogo Histórico...*1787: f. 156. BAC Ms. 505 V.

³⁸⁹ Idem, *ibidem*: 158.

³⁹⁰ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias históricas e appendix...* 1794: 58. Cenáculo destaca o papel de Fr. Joaquim na sua formação mas também o papel central daquele religioso na modernização do currículo escolar em Coimbra. In “As letras na Ordem Terceira de S. Francisco em Portugal”. 1844: 144.

sua misericórdia, suas inspirações, e exemplos me levaram ao aproveitamento de meus instantes [...]”³⁹¹. Mas não são apenas os afectos que se recordam. O tributo no tocante à sua formação fica bem explícito nas palavras seguintes:

“O P. Doutor Fr. Joaquim José com a lição do P. Frassen animou singularmente a reforma na expressão pela boa latinidade daquele Autor, que ele nos fazia estudar. Também ao mesmo tempo mostrava necessário o estudo da História da Filosofia pelas poucas espécies que Frassen escreve na Dissertação Proemial, ao que serviam de fundamento os artigos históricos, que se acham na Filosofia do P. Sannig, e particularmente a lição dos Livros de Santo Agostinho da Cidade de Deus, onde este sábio Mestre me fez buscar a paixão declarada que sempre tive ao conhecimento da antiguidade filosófica; porém desta mínima parte da cuidadosa, e notória educação que eu devi às grandes virtudes deste Varão justo, é necessário que eu seja solícito em confessar a minha dívida. Se a História da Filosofia há tomado corpo neste tempo, aquela foi sua infância”³⁹².

Cenáculo sabe que não deve a sua formação em exclusivo a Fr. Joaquim; evoca também o Doutor Fr. Pedro José Esteves, o Doutor Fr. Isidoro do Espírito Santo ou o Doutor Fr. António de S. Boaventura a cujas “conferências havidas entre ele e o P. Doutor Fr. Joaquim [...] eu sempre assisti”³⁹³. Referindo-se a Fr. Pedro José Esteves esclarece que

“[...] estes assomos do lume natural careciam de ser ajudados por livros, que adiantassem os conhecimentos em vez de outros que à maneira de nuvens embaraçavam a união da luz que ondeava, e se apoucava entre elas. Aconteceu por isso que o P. Esteves variasse de ideias presas para ideias livres dentro do cerco das especulações”³⁹⁴.

Esta passagem com referência às “ideias presas para ideias livres” introduz um tempo de mudança que voltamos a detectar noutros extractos sempre com alusões directas à acção

³⁹¹ Idem, *Memórias históricas e appendix...* 1794: 146.

³⁹² Idem, *ibidem*: 184.

³⁹³ Idem, *ibidem*: 204.

³⁹⁴ Idem, *ibidem*: 185.

de Fr. Joaquim. Com certeza que se trata do reconhecimento que Cenáculo considera devido ao seu Mestre mas incorpora a aceitação de uma noção de continuidade e um conceito de tempo novo que deve ser assinalado. No extracto que transcrevemos a seguir estão presentes, em simultâneo, esta noção de progresso, a expressão de gratidão e a responsabilidade atribuída aos livros. Dificilmente se poderia dispor de uma síntese mais perfeita:

“O Ilustre Professor Fr. Joaquim José, a cuja disciplina devo esta voz; e se acaso há em mim qualquer outra que menos desagrade, sujeito formado por graça especial para educar a mocidade, tanto em costumes, como em letras, foi quem desde o ano de quarenta deu entrada a mil e mil faíscas que unidas e depuradas haviam de ser depois luz graciosa, em a qual muitos outros sujeitos enlevados, só a ela seguisse (...) Vou dizer as meditações, discursos e diligências, em que eu então via pretenderem aqueles sábios fundar um nome digno à Província. Lindas conversações eram as suas sobre o estado literário do mundo, e da Província. Eles acharam naqueles dias em meu espírito um aposento bom guardador, que depois de vários acontecimentos, e riscos meus, e alheios, tenho agora aberto na boa companhia que escolhi para os possíveis efeitos. Ninguém dos primeiros assaltos, que se deram há trinta anos nesta conquista literária, espere projectos acabados. Era o começo das operações: era crise entre diversos estudos: a luz queria-se merecida; acudia segundo os meios. Quanto devemos a precusores, que de nós arredarem trabalhos! Não esqueçamos nesta grande, e maior claridade de que hoje gozamos, que se eles não a tiveram, certamente no-la prepararam. Quanto penosa lhes foi a falta de cabedais desejados para empregar nos Livros, que a cada hora conheciam ser necessários! Isso os devorava. A comunicação frequente nas casas dos negociantes estrangeiros, que já traziam obras até ali desconhecidas, irritavam sua curiosidade”³⁹⁵.

As expressões reconhecidas de Cenáculo aos seus mestres só têm equivalente nos seus louvores ao lugar dos livros. Sobre as bibliotecas, voltaremos em **6.2.5**.

Uma gratidão e um apego demonstrados ao limite quando sabemos que “quando se desenterraram os ossos do Doutor Frei Joaquim de São José houve S. Excelência a si a caveira

³⁹⁵ Idem, *ibidem*: 199-200.

deste seu virtuoso, e sábio Mestre: teve-a sempre em decente resguardo: pediu com instância o ser sepultado com ela; e cumpriu-se com efeito este raro, terno, e piedoso legado. Até na morte deu S. Excelência esta lição do reconhecimento [...]”³⁹⁶. Seria difícil um registo mais dramático.

6.2.2 - A pedagogia como visão e instrumento – A extensa bibliografia cenaculana ³⁹⁷ discute apaixonadamente as influências intelectuais que Cenáculo terá absorvido em Roma. De facto, a viagem a Itália em 1750 é sempre considerada seja por ele próprio, pelos seus contemporâneos, mas também pelos nossos, ao longo de duzentos anos de estudos cenaculanos, como um autêntico *turning point* na vida do jovem franciscano. Foi com certeza e a prová-lo está a sua dinâmica intervenção na esfera cultural posterior ao regresso de Roma.

A primeira grande oportunidade para revelar a mudança intelectual sofrida em Roma acontecerá com a sua intervenção no campo da pedagogia quando prepara em 1769 o *Plano de Estudos...* que envia para vários interlocutores espanhóis, intelectuais ou franciscanos como ele, na esperança, com certeza, de uma apreciação. Nesta *Republica das Letras* incluem-se personalidades como os irmãos Mohedano em Granada, D. Gregorio Mayans y Siscar ou o seu irmão Juan António, ambos em Valencia, Dr. Josef Cevallos em Sevilha³⁹⁸, *Plano* no qual é detectável o pensamento experimentalista de Locke, “reconhecendo a importância das ciências exactas e naturais na modulação da forma mentis dos futuros teólogos”³⁹⁹, influência que, apesar de tudo, é matizada pela convicção de que é necessário “espiritualizar a materialidade dos objectos”⁴⁰⁰. A leitura de correspondência trocada com Mayans y Siscar ou com os irmãos Mohedanos permite uma visualização da comunhão de preocupações intelectuais a nível peninsular, sobretudo no tocante às questões pedagógicas mas também

³⁹⁶ VELEZ, António da Costa – *Elogio fúnebre do Excellentissimo e Reverendíssimo Senhor Dom Fr. Manoel do Cenáculo Villas-Boas ...* 1815: 38 (nota de rodapé 152).

³⁹⁷ Para uma compreensão tão completa quanto possível do pensamento, da obra e da intervenção de Cenáculo, deverão ser considerados vários núcleos documentais: 1. os seus manuscritos existentes sobretudo na BPE, na BAC e na BNP mas também na BNV (Biblioteca Nacional de Valencia); 2. a obra impressa de Cenáculo que Inocêncio da Silva e Aragão Morato procuraram elencar exaustivamente; 3. a bibliografia passiva com uma produção que remonta a Vicente Salgado ainda em vida de Cenáculo e que tem prosseguido ininterruptamente. Deixamos a nossa contribuição com o levantamento realizado correndo o risco de, também este, não ser completo (*Ver Anexo 4 - Bibliografia cenaculana*).

³⁹⁸ Correspondência vária de Cenáculo até 1789. BPE Cód. CXXVIII 2-9.

³⁹⁹ ARAÚJO, Ana Cristina – “As ciências sagradas na cidadela da razão”. In ARAÚJO, Ana Cristina, coord. – *O Marquês de Pombal ...* 2000: 76.

⁴⁰⁰ CENÁCULO, Manuel do – *Instrução Pastoral do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de Beja Sobre a Religião Revelada*. 1785: 86 *apud* CALAFATE, Pedro – *A ideia de natureza ...* 1994: 72.

metodológicas da história que surpreendem pelo inusitado e pela atitude segura, convicta, bem informada e estruturada de Cenáculo. Dá sugestões, toma a dianteira e faz, primeiro, do Convento de Jesus, depois de Beja, verdadeiros centros de estudos⁴⁰¹.

Convicto da harmonia fundamental, Cenáculo critica os que prosseguem uma interpretação exclusivamente materialista embora afirme o conhecimento científico como condição básica para o progresso da civilização histórica⁴⁰². Tomado, assim, pela “consciência de missão”⁴⁰³, preocupação sobremaneira evidente na descrição de Vicente Salgado, Cenáculo tenta contribuir para a “iluminação” da sua Província fornecendo elementos para um moderno apetrechamento cultural que se concretizam em “duas directrizes essenciais – a do gosto do Real e a do Matematismo”⁴⁰⁴, duas vertentes que encontramos noutros intelectuais da época mas que pela pena de um alto dignitário da Igreja, ainda por cima muito próximo do todo poderoso Pombal, ganha outra audição e configura outro horizonte intelectual. Ainda a propósito do *Plano de Estudos*, e para melhor avaliar a sua modernidade e a sintonia com os ventos de mudança, vale a pena transcrever parte do *Elogio Histórico* feito por Aragão Morato na Academia das Ciências aquando do seu falecimento:

“A reforma dos Estudos da Ordem Terceira foram os primeiros cuidados do Sr. Fr. Manuel do Cenáculo, logo que se recolheu à Pátria: ele a meditou e executou com uma sabedoria superior a todo o elogio; sendo o primeiro que em nossos dias estabeleceu em Portugal um sistema arrazoado de ensino, ou se atenda ao encadeamento dos Estudos e à constituição particular deles, ou à cultura das Humanidades como subsidiárias das Ciências maiores, ou à prudente economia das Aulas, e do estudo: o qual sistema adquiriu tal reputação, que depois o vimos substancialmente seguido no plano da reforma da Universidade, assim como é de esperar que ainda o vejamos seguido noutras providências que a experiência de todos os dias mostra necessárias para a perfeita constituição dos nossos Estudos públicos”⁴⁰⁵.

⁴⁰¹ Para aprofundar esta questão são indispensáveis os estudos de BOURDON, Léon (1974), PIWNIK, Marie-Hélène (1977, 1984, 1986 e 1987) e MESTRE, Antonio (1997). E vale a pena notar que, à medida que o epistolário Mayans-Cenáculo vai sendo revelado, este relacionamento peninsular vai-se tornando mais envolvente.

⁴⁰² CALAFATE, Pedro – *Obra cit.*: 74.

⁴⁰³ CAEIRO, Francisco da Gama – “Cenáculo”. In CIDADE, Hernâni, dir. – *Os grandes portugueses ...* 1962: 193.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*: 195.

⁴⁰⁵ MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão – “Elogio Histórico...” 1815.

Tratava-se, pois, da reforma do ensino na Ordem de S. Francisco a qual renunciava a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772), projectada pela Junta da Providência Literária da qual Cenáculo também será membro. Enquanto estas propostas avançavam, Cenáculo não perdia a oportunidade de aproveitar a sua posição como Presidente da Real Mesa Censória⁴⁰⁶ para ir moldando a situação segundo os princípios que defendia. Apesar de ser uma extensão do próprio poder pombalino enquanto órgão de censura, fiscalizador da publicação e da circulação de livros, a Real Mesa Censória que sucedeu ao Santo Ofício no que toca à censura dos livros, desenvolveu um profundo trabalho no campo do ensino, nomeadamente na criação dos Estudos Menores, em 1771, cujo documento fundacional é de enorme alcance e visão para o ensino, com certeza, mas para as bibliotecas também. Num documento-consulta da Real Mesa Censória a propósito dos Estudos Menores⁴⁰⁷, assinado pelo *Bispo P.* (claro, Cenáculo ele mesmo, Bispo Presidente), a propósito do destino a dar ao dinheiro que pudesse sobrar depois do pagamento dos ordenados dos professores dos Estudos Menores, pode ler-se:

“Primeira aplicação: a compra sucessiva, e inextinguível de livros para a Biblioteca Pública, dirigida pela Mesa. De sorte que a riqueza do Erário de V. Majestade nesta repartição, chegue a formar não somente uma das primeiras bibliotecas da Europa; mas também que seja decorada de preciosos manuscritos, e dos livros mais raros e escolhidos. Segunda aplicação: a composição de um museu de raridades, para o que dão hoje exemplos, e estímulos de Ciência e de Paixão as Nações cultas mas que brevemente hajam de receber os mesmos, e mais significantes exemplos desta capital. Terceira aplicação: a construção de um Gabinete de Física Experimental [...]”.

⁴⁰⁶ A Real Mesa Censória é criada por lei de 5 de Abril de 1768; a 9 do mesmo mês, são nomeados dez deputados ordinários entre os quais o próprio Fr. Manuel do Cenáculo e também dez deputados extraordinários, uns e outros “escolhidos entre pessoas de inteira confiança e partidários do “despotismo iluminado” na sua política para com a Igreja”. MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional. Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. 1963. A 22 de Abril de 1768 foi nomeado o primeiro presidente, D. Frei José de Nossa Senhora da Porta [D. João Cosme da Cunha, 1715-1783], Cardeal da Cunha, arcebispo de Évora, a quem Cenáculo sucede em 1770.

⁴⁰⁷ REAL MESA CENSÓRIA – *Sobre o estabelecimento dos Estudos Menores (consulta)*. ANTT, MR, Real Mesa Censória, Livro 362, 3 de Agosto de 1772.

Este documento faz jus à expressão de Marcadé considerando a Real Mesa Censória um verdadeiro “ministério da instrução pública”⁴⁰⁸ mas faz mais: introduz uma menção, a primeira assinada por Cenáculo, à criação de uma biblioteca pública que deveria ficar sob a alçada da Mesa⁴⁰⁹. Muita tinta vai ainda correr sobre esta questão e porque a determinação de prioridades assume grande significado, não se pode passar sem lhe fazer referência a qual, mesmo breve e sem nenhuma elaboração, não perde o seu valor. É no desenvolvimento da sua acção à frente da Real Mesa Censória que mais se evidencia o espírito das Luzes em Cenáculo. De facto, a actividade de Cenáculo como pedagogo é uma manifestação clara da filosofia das Luzes que abraçou. Por isso, a sua acção é merecedora duma análise mais atenta porque essa assunção o destaca de outros eruditos seus contemporâneos e porque as hipóteses de sucesso aumentam tendo logrado transmitir as suas preocupações quer ao rei D. José quer ao próprio Marquês de Pombal. A fazer fé na crónica de Salgado⁴¹⁰, as sucessivas benesses recebidas de D. José provam a alta consideração em que o rei e o seu Ministro tinham Cenáculo.

São muitos os testemunhos da intervenção de Cenáculo como pedagogo e como disciplinador. Logo no Convento de Jesus se demarca pelas práticas que introduz:

“Entre alguns sujeitos que lhe diziam respeito e amizade no interior do claustro, fazia um ajuntamento a certos dias em que se dava conta das obras dos Santos Padres, e autores dignos, já na História e já na Disciplina da Igreja [...] Estabeleceu no claustro o uso das conferências eclesiásticas que animava com sua presença, e suas luzes”⁴¹¹.

A sua acção como Provincial vai distinguir-se pela introdução da disciplina nos estudos e nas práticas conventuais como exemplifica este extracto: “No coro jamais se cantarão [...] as árias italianas das óperas profanas não só na solfa mas na mesma letra e portanto e por mais

⁴⁰⁸ MARCADÉ, Jacques – “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (quelques notes sur sa pédagogie)”. 1974: 607.

⁴⁰⁹ Aqui, como noutros documentos, a designação “biblioteca pública” não tem o sentido que adquire a partir do século XIX. Isto é, neste final do século XVIII podia tratar-se de uma biblioteca onde se admitiriam algumas pessoas para além dos religiosos daquele convento, sempre em número muito restrito mas o que está em causa é perceber se esta “biblioteca pública” tinha um regulamento. Quanto a nós, a existência de um regulamento é bem mais distintivo do que o tipo ou número de frequentadores externos. Esta linha divisória vai estar sempre no cerne da discussão e será muito relevante para a Real Biblioteca Pública da Corte, assunto a que voltaremos em **6.3.3**.

⁴¹⁰ SALGADO, Vicente – *Catalogo Histórico...*1787. BAC Ms. 505 V.

⁴¹¹ SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escritores da Congregação ...*1787: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

raros nenhuma outra solfa se cantará que não seja de canto chão”⁴¹². Reinava, pois, alguma desordem e desorganização na Ordem e é a sua intervenção firme que põe cobro a situações menos dignificantes, algumas delas passando mesmo por questões de apropriação indevida de dinheiros paroquiais. A todas elas, Cenáculo deita mão e refreia⁴¹³.

Do ponto de vista do ensino, sustentando-nos na bibliografia consultada, a afirmação de que “não se pode fazer a história do ensino em Portugal sem referir Cenáculo”⁴¹⁴ é incontroversa. A intervenção de Cenáculo fica assinalada tanto do ponto de vista teórico, com a publicação de vários documentos directores (são exemplos, o *Plano de Estudos* ou os *Cuidados literários* ambos já referidos), como do ponto de vista prático, quando “arrancou do centro da serra moços”⁴¹⁵ para os educar ou quando “aceita moços de talento já para as Letras e já para as Artes, sendo em tudo seu companheiro, instrutor, e benfeitor”⁴¹⁶, dinamizando a abertura de escolas mesmo em zonas rurais onde a fome, a ignorância e a credence eram realidades comuns. A miséria, como bem reconhecia Cenáculo⁴¹⁷.

Cenáculo empenhou-se na criação de escolas primárias no Sul do País despovoado de gente e escolas, ao contrário do Norte, como notara Domingos Vandelli, docente contratado para o Colégio Real e depois para a Universidade de Coimbra⁴¹⁸. De facto, a Real Mesa Censória no período em que foi presidida por Cenáculo (1770-1777), criou novecentas escolas e formou quatrocentos e quarenta “mestres de ler e escrever”, número extraordinário que ainda hoje impressiona⁴¹⁹. A intervenção da Real Mesa Censória como “ministério da instrução pública” estendia-se até ao Colégio Real dos Nobres e preocupava-se também com a criação de cadeiras de filosofia ou de diplomática na Universidade de Coimbra para o que contava com a colaboração do Doutor João Pedro Ribeiro. Utilizando a estrutura da Real Mesa Censória e explorando habilmente uma certa tolerância do próprio poder político, a Igreja, através de um membro da sua alta hierarquia, continuava a definir o modelo de educação⁴²⁰. O

⁴¹² *Aviso dirigido ao Sr. Prior da Matriz e Vigário Confessor do Conservatório da Vila da Vidigueira, 4 de Agosto de 1785*. In BPE Cód. CXXVIII 2-9, f. 408-408 v. (cópia).

⁴¹³ MARCADÉ, Jacques – “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas Provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain 1768-1777” ... 1971.

⁴¹⁴ CARVALHO, Rómulo de – *História da fundação do Real Colégio dos Nobres* ... 1959: 53.

⁴¹⁵ SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escretores da Congregação* ...1787: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

⁴¹⁶ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁷ MARCADE, Jacques – “Les hommes et la vie dans l’Alentejo du XVIIIe. siècle »... 1976 : 185-211.

⁴¹⁸ Idem, *ibidem*. Ver tb. MARCADÉ, Jacques – “Pombal et l’enseignement: quelques notes sur la reforme des Estudos Menores”... 1982-1983: 7-23.

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*.

⁴²⁰ ARAÚJO, Ana Cristina – *Obra cit.*: 16.

entendimento de Cenáculo sobre a urgência dos Estudos Menores descreve-a o próprio nestes termos unívocos:

“A educação do Príncipe ainda não me permitem residir no meu Bispado, além de outras ocupações, entre elas a de cuidar nas Escolas menores de todo o Reino e Domínios, o que Sua Majestade encarregou à Mesa Censória, e sobre o que há um incessante trabalho, por ora invisível, porque as ruínas de dois séculos pedem medicina muito considerada”⁴²¹.

A reestruturação dentro da Ordem foi um imperativo mas Cenáculo antecipou com muita clarividência o alcance das suas medidas:

“A disciplina das Escolas gerais facilmente se comunica por todo um Estado, e por isso deve ser o mais emendado, e exemplar. Ela dá vida conforme o suco, e espírito com que passa: ela excita a emulação dos homens: ela sustém o progresso das ciências [...]”⁴²².

Pensamos que esta percepção geral sobre o efeito multiplicador de medidas sábias e bem alicerçadas constitui, em si mesmo, um contributo valioso para as Luzes portuguesas.

O que importa no âmbito desta síntese é perceber que Cenáculo, utilizando a estrutura da Real Mesa Censória, prosseguia neste trabalho de educar o maior número possível de indivíduos sem se preocupar com a promoção social de apenas alguns. Um trabalho inovador na Europa ao criar um ensino a cargo da coroa⁴²³. Esta abertura massiva é reveladora dos princípios das Luzes, na convicção de que pelo conhecimento e pela razão os povos ascenderiam a um patamar de verdade e felicidade. Sem um bom sistema de educação não poderia haver prosperidade: este um princípio que Cenáculo parece ter assumido sem hesitações⁴²⁴. Uma convicção que atravessa a Europa e que em Portugal também tem os seus defensores.

⁴²¹ Carta de Cenáculo para Gregório Mayans y Siscar, Lisboa, 25 Nov. 1771. In PIWNIK, Marie-Hélène – « La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects ». 1986: 517.

⁴²² CENÁCULO, Manuel do – *Memórias históricas e Appendix...*1794: 21.

⁴²³ MARCADÉ, Jacques – “Pombal et l’enseignement ... »: 7-23.

⁴²⁴ Idem, *ibidem* : 14.

“Il est vrai que les Lumières n’ont pas été de simples spéculations doctrinales, ne serait-ce que parce qu’elles visaient à transformer la vie commune par le perfectionnement des institutions et des hommes et à donner à ces derniers la responsabilité de leur finalité, une ambition philosophique et politique que partage la Révolution française. Toute l’Europe a eu en commun l’idée que les Lumières correspondaient à un processus de prise de conscience de la nécessité d’une libération et que leur diffusion avait un lien avec les progrès de la civilisation”⁴²⁵.

Para além da preocupação em alargar o ensino, Cenáculo é também merecedor de uma reflexão sobre a sua própria concepção de ensino que pressupunha um elevado nível de exigência. A introdução do grego, do hebraico ou das matérias físico-matemáticas não facilitava certamente a aprendizagem dos noviços (nem seguramente a vida dos professores!) o que, aliás, era remediado através da contratação de professores cuidadosamente seleccionados ou pela organização de aulas com um número reduzido de alunos. Se a missão fundamental dos professores era ganhar mais acólitos para o conhecimento, então havia que acompanhar com especial cuidado aqueles que se iniciavam nos estudos porque “É indispensável uma comunhão para que se estabeleçam laços que permitam passar o saber de uns para os outros”⁴²⁶.

O ensino deve tornar-se um diálogo; ouvir e depois discutir; tudo deverá ser demonstrado. O trabalho notável de Cenáculo desenvolve-se sobretudo no período que medeia entre a reforma da Universidade (1772) e o fim político de Pombal (1777); não se tratava apenas de intervir segundo uma lógica anti-jesuítica mas de ampliar essa intervenção com a preocupação de criar qualquer coisa de novo o que, no caso do trabalho de Cenáculo, passa pela introdução das novas disciplinas, pelo rigor, pela exigência. Numa palavra, pela qualidade⁴²⁷. Os exemplos absolutamente inovadores em matéria pedagógica de Cenáculo ultrapassam em muito o que aqui fica enunciado, mas cremos que o nosso argumento sobre a sua indefectível adesão a muitos dos princípios fundamentais das Luzes fica demonstrado.

⁴²⁵ FAUCHOIS, Yann – “Les Lumières, une école de l’homme”. 2006: 19.

⁴²⁶ MARCADE, Jacques – “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (quelques notes sur sa pédagogie)”. 1974: 614.

⁴²⁷ MARCADE, Jacques – “Pombal et l’enseignement... » 1982-1983: 7-23.

6.2.3 – Um genuíno interesse pelo património – Mercê de algum à vontade financeiro, acumulado talvez nos tempos da sua participação mais directa junto do poder político e depois continuamente solidificado com uma gestão cuidada das rendas eclesiásticas, como a subtil análise de Marcadé deixa entrever⁴²⁸, Cenáculo procurou, comprou, adquiriu, isto é, colecionou. Ao longo dos anos, de um modo “inextinguível” recorrendo à sua própria expressão, juntou livros, manuscritos, quadros, moedas, objectos arqueológicos, lápides epigráficas⁴²⁹, um gosto que aprendeu a estruturar em Coimbra no contacto com o seu Mestre, o P. Fr. Joaquim de S. José⁴³⁰ a quem, aliás, não poupa encómios⁴³¹. Estes núcleos têm valor e significado distintos, mas o que nos interessa especificamente é descortinar nessa actividade a evidência que nos leve a afirmar que Cenáculo estava preocupado com aqueles documentos que podiam distinguir a identidade colectiva dos portugueses. Neste particular, é significativa a lista de obras que ele elenca para a formação do Príncipe D. José Francisco (1761-1788), de quem foi preceptor, na qual estão incluídos muitos títulos e autores portugueses⁴³². Se atendêssemos apenas ao seu puro gosto de coleccionador, não ultrapassaríamos a perspectiva de um coleccionador erudito, um grande coleccionador sim, mas um coleccionador de um tempo que se esgotava. Esse outro sentido que se projecta num tempo novo, em confronto com o figurino seiscentista, testando o seu “*gosto pelo real*”, leva-lo-á até ao domínio da construção da memória? Para responder a esta pergunta, podemos escrutinar ou os seus escritos, nomeadamente as *Memórias Históricas e Appendix...*⁴³³, ou a correspondência com as suas relações pessoais.

Na verdade, as *Memórias Históricas e Appendix...* contêm muitos dados que traçam de forma indisfarçável o perfil de Cenáculo mas também o seu gosto e interesse por autores, livros e bibliotecas. No tocante ao seu carácter, poderíamos talvez dizer que gratidão é o

⁴²⁸ MARCADE, Jacques – “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas Provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain 1768-1777” ... 1971: 431-458.

⁴²⁹ A correspondência de Cenáculo com os livreiros da época, com intelectuais e com os bibliotecários revela bem a sua preocupação na aquisição de livros. Para a aquisição de quadros, Ver MACHADO, José Alberto – *Um coleccionador português do século das Luzes*. 1985; para os objectos arqueológicos, Ver HUBNER, Emílio – *Notícias archeologicas de Portugal*. 1871; Ver tb. ESPANCA, Túlio – “As antigas colecções de pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo, 1949: 443-458; ESPANCA, Túlio – “Espólio artístico de Cenáculo”. 1955-1956: 227-265.

⁴³⁰ Conforme testemunho de Fr. Francisco Sanches Sobrinho *apud* HUBNER, Emílio – *Obra cit.*: 6.

⁴³¹ Cenáculo não regateia elogios à sabedoria, à rectidão e à amizade de Fr. Joaquim de S. José quer nas *Memórias históricas e Appendix*, 1794 quer no *Elogio fúnebre*, 1757. Fica sempre patente a gratidão de Cenáculo por Fr. Joaquim de S. José em qualquer referência que lhe faça.

⁴³² FERRO, João Pedro – *Um príncipe iluminado português: D. José (1761-1788)*. 1989.

⁴³³ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias Históricas e Appendix...* 1794.

termo que melhor o caracteriza. Nunca se esquece de referir o que aprendeu com Fr. Joaquim de S. José e também com outros sábios, como já referimos em 6.2.1. Mas na incursão histórico-literária que faz com o objectivo de registar quer os autores e obras franciscanos quer outros de nomeada, Cenáculo preocupa-se em destacar autores portugueses e é nestes termos, um exemplo entre muitos, que o faz:

“As obras nacionais tem superioridade sobre os homens, por isso com a lição dos antigos misturava-se a dos domésticos, como eram alguns tratados do admirável Bispo Osório, Resende, as Obras Latinas do Marquês de Alegrete, e António Rodrigues da Costa, e versos do Padre António dos Reis [...]”⁴³⁴.

Convicção que reafirma ao referir-se ao ensino ministrado por Fr. Joaquim: “Outro fim levava o P. Doutor Fr. Joaquim José, fazendo-nos ler as décadas de Barros, a Crónica de Cister, e outros livros no ensino da língua pátria”⁴³⁵. Uma referência a que não podemos deixar de juntar a sua interpretação da história:

“Não desconheço a delicadeza, e precisão com que hoje se deseja escrita a história, tanto porque ela em oração simples conserva mais descoberta a verdade, como porque a literatura cada vez se acha mais rica de outros conhecimentos, a que é necessário dar lugar, desenfatiando as matérias: por isso a história sendo mais descarregada de erudições, e sendo de leitura a mais desimpedida, se faz muito agradável [...]”⁴³⁶.

Esta visão da história, “desimpedida” mas nem por isso vazia de factos conduz Cenáculo em busca de testemunhos. Quando calcorreia o Baixo Alentejo, ou incentiva outros a fazê-lo, move-o a mesma preocupação e a correspondência com Mayans y Siscar bem o atesta⁴³⁷.

⁴³⁴ Idem, *ibidem*: 201.

⁴³⁵ Idem, *ibidem*: 204.

⁴³⁶ Idem, *ibidem*: 11.

⁴³⁷ Ver PIWNIAK, Marie-Hélène – « La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects » 1984 e 1986.

No plano estritamente nacional, importa, então, referir a sua relação com João Pedro Ribeiro (1758-1839)⁴³⁸ a quem, ao longo de anos, pediu, orientou e incentivou a pesquisa e levantamento arquivísticos e cópia de documentos nos cartórios, num prenúncio do que viria a ser o trabalho de Alexandre Herculano (1810-1877). Missão árdua, reconhecida por João Pedro Ribeiro, lente da cadeira de Diplomática⁴³⁹ na Universidade de Coimbra e que bem compreendeu o alcance da tarefa que lhe era pedida. As cartas de Ribeiro para Cenáculo, entre Maio de 1794 e Janeiro de 1804, queixando-se ora do cansaço que ia sentindo ora das dificuldades encontradas – algumas a roçar o tom dramático causado pela “espessa ignorância” – são testemunho do espírito de missão posto no trabalho. Vale a pena transcrever um exemplo das observações indignadas de João Pedro Ribeiro, enviadas de Coimbra a 20 de Novembro de 1797 para Cenáculo:

“Exmo. e Rmo. Sr. – Como pretende ainda V. Exa. se ache nos cartórios de Braga essa preciosidade, depois da proscricção que praticou no princípio deste século o Cónego Fabriqueiro Bento Maciel, vendendo a Livreiros, e Bate folhas todos os códices que encontrou de letra rabuda, como ininteligíveis, e consta eram Bíblias, Missais, Breviários, códices de Concílios e de Padres? No cartório do Cabido do Porto existe o libelo contra um Cartorário por ter dado o mesmo fim a arrobos de Pergaminhos: outro da mesma Sé cortou os selos todos para poder encadernar os mesmos Pergaminhos, e os juntou em uma gaveta. Outro Cartorário do Cabido de Viseu levou para casa todos os que achou que não serviam, por serem de letra emperrada, e fez deles Acto de Fé no seu quintal; de forma que as Doações de D. Fernando de Leão àquela Sé, e outros Documentos coevos, e anteriores à nossa Monarquia em vão se lá procuram. Tudo isto são factos do iluminado séc. 18 depois de se terem salvado de séculos bárbaros e de carnagem. Contra esta e outras semelhantes bestialidades tenho tocado a rebate em duas Observações, que servem de Preâmbulo às Memórias para ordenar o Compêndio da Diplomática Portuguesa [...]”⁴⁴⁰.

⁴³⁸ RIBEIRO, João Pedro – “Cartas de J. P. Ribeiro ao Arcebispo Cenáculo”. 1879: pag. múltipla.

⁴³⁹ Nomeado a 6 de Janeiro de 1796. BNP COD 8549, f. 162 v. – 163.

⁴⁴⁰ In *Boletim de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. 1, nº 1 (Jan 1879) 9-13.

A junção do interesse de Cenáculo com o trabalho insano de João Pedro Ribeiro num período da história portuguesa em que a independência esteve em causa⁴⁴¹ não podem sustentar melhor a hipótese de que ambos comungavam, sim, da preocupação pela salvaguarda da identidade colectiva⁴⁴². Neste particular da fundamentação histórica, restituída a partir de arquivos e cartórios remotos, destaca-se a quota-parte de Cenáculo na construção da memória colectiva⁴⁴³. Talvez que as suas colecções de documentos epigráficos, numismáticos e outros tridimensionais ainda revelassem um sabor seiscentista; personificavam um erudito e o seu gabinete de raridades⁴⁴⁴. Era a curiosidade à flor da pele que satisfazia o “gosto pelo real” mas que, ao mesmo tempo não se libertava do exótico. Com os papéis de arquivo, com o trabalho de João Pedro Ribeiro que atentamente acompanhava, não existe vestígio de exotismo, a história de acontecimentos fabulosos cede passo a uma história civil. É a história factual, concreta, mensurável que está sobre a mesa. Esta perspectiva tão científica ou, pelo menos, tanto quanto seria legítimo ambicionar, é uma atitude iluminista para a formulação da qual talvez tenha contribuído o contacto com D. Gregório Mayans y Siscar e, através deste, com outros intelectuais espanhóis. Procuravam refazer a história dos respectivos países e sobre esse processo de reescrever o passado baseado em dados concretos e no conhecimento e análise crítica das fontes, trocaram longa epistolografia. Concretamente sobre os pontos de vista de Cenáculo temos algumas referências suas que nos parecem elucidativas. Sobre a verdade histórica, faz o seguinte comentário:

“Nós na Espanha [...] carecemos de não crer facilmente o que os nossos historiadores deixaram. Mas eu não combatera as pessoas habituadas, e que fizeram paixão de crer quanto lêem. Pôr em boa luz a verdade histórica e educar a

⁴⁴¹ Mercê das alianças internacionais e da complexa situação europeia, a partir de 1793, a França deixa de aceitar a neutralidade portuguesa. Portugal pretendia manter-se neutral, contar com o apoio da Grã-Bretanha, salvaguardar os seus interesses comerciais que envolviam a protecção dos portos na América do Sul, não hostilizar a Espanha. Os planos de Portugal não foram bem sucedidos, o equilíbrio pretendido não foi alcançado, a política interna encontrava-se muito dividida, e a Espanha que havia prometido não invadir Portugal, acaba por declarar guerra a Portugal e o Alentejo será invadido perante a ineficácia da diplomacia portuguesa e da incapacidade militar do Duque de Lafões. O episódio ficou conhecido por Guerra das Laranjas (1801). Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 1996, vol. 6: 324-327

⁴⁴² No caso de João Pedro Ribeiro, as suas *Reflexões históricas*, 1835 constituem uma demonstração *ad nauseam* deste mesmo pensamento.

⁴⁴³ A preocupação de incutir esta nova abordagem era tão genuína que mandou imprimir *Methodes de Diplomatique*. A Lisbonne: l’Imprimerie royale, 1773 para uso nas aulas da sua Congregação. Ver SALGADO, Vicente – *Catalogo Historico dos Escretores da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*, 1787: f. 264-286. BAC Ms. 505 V.

⁴⁴⁴ CERÍACO, Luís – *Frei Manuel do Cenáculo e o início dos estudos em História Natural em Évora...*[s.d.].

mocidade em bons princípios, de crítica para o acerto e de probidade para não perverterem, pelas paixões ou de gloria ou de malquerença, o que chegarão a entender bem, isto me parece o arbítrio com que se pode fazer algum fruto”⁴⁴⁵,

critérios que reafirma continuar a explanar nos seguintes termos:

“E porque para ser História formada segundo as regras, não são ainda estas as circunstâncias, será necessário que cada um faça Memórias Históricas, ou para a História, que dá lugar a introduzir documentos, erudições que venham a propósito e autorizem os ditos, o que se faz indispensável para uma História que agora começa”⁴⁴⁶.

A escrita da História deverá cingir-se ao essencial, distinguir o verdadeiro do acessório ou do ornato porque “A História deve ser muito desembaraçada de distrações, e das impertinências de documentos que se supõe existentes e sabidos”.⁴⁴⁷ E se estes critérios não nos esclarecessem o suficiente sobre os cuidados e atenção que Cenáculo dedicava à História e à sua escrita, então, podemos recorrer a uma referência sua a propósito das responsabilidades da Torre do Tombo. Diz ele:

“O Sr. Cronista [Juan Bautista Muñoz] achou coisas na Torre do Tombo, cujo Deposito, se não é feito pra comunicar-se, não sei para que sirva. Já que tem sido aberto para se perderem nas mãos dos particulares mil memórias, seja um dia livre para ser útil, e com tanta usura quanta esperamos [...]”⁴⁴⁸.

Sabia o que queria; a quem atribuir responsabilidades; como se fazia; onde encontrar os documentos necessários.

Embora não pretendamos expandir esta questão da *República das Letras*, o que nos obrigaria a incluir um conjunto considerável de intelectuais espanhóis, não poderemos

⁴⁴⁵ Carta de Cenáculo para Gregório Mayans, Salvaterra, 24 Jan. 1773. *Apud* ΠΙΩΝΙΚ, Marie-Hélène – « La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects ». 1986: 527-528.

⁴⁴⁶ Carta de Cenáculo para Gregório Mayans, Beja, 16 Jul. 1778. *Apud* ΠΙΩΝΙΚ, Marie-Hélène – *Obra cit.*: 558-559.

⁴⁴⁷ Carta de Cenáculo para Gregório Mayans, Beja, 21 Ago. 1778. *Apud* ΠΙΩΝΙΚ, Marie-Hélène – *Obra cit.*: 560-561.

⁴⁴⁸ Carta de Cenáculo para Juan António Mayans, Beja, 8 Nov. 1785. *Apud* ΠΙΩΝΙΚ, Marie-Hélène – *Obra cit.*: 588-589.

prosseguir sem clarificar um pouco este relacionamento entre Cenáculo e Mayans y Siscar porque, como defende Piwnik depois de revelada a correspondência trocada entre as duas figuras,

“...les dix-huitiémistes qui s’intéressent au Portugal ne peuvent plus ignorer l’importance de Cénaculo (...) du rapport qui s’établit entre deux personnalités d’envergure, parfaitement représentatives de ce qu’il est convenu d’appeler l’esprit éclairé, dans la composante spécifique qu’il incarne dans l’Europe du Sud”⁴⁴⁹.

Estas ideias e, acima de tudo, a ideia muito trabalhada de que a sinergia cultural entre Portugal e Espanha não sofre com os problemas políticos entre as duas nações ou com as escolhas internas de cada nação, é uma temática a que Piwnik volta em 1987⁴⁵⁰ com ampla fundamentação e à qual, e em exclusivo com base no exemplo do relacionamento Cenáculo-Mayans, nos rendemos. O percurso das duas personalidades vai evidenciar alguns pontos de contacto entre os quais é obrigatório referir a questão da renovação do ensino. O processo em Portugal, da responsabilidade maior de Cenáculo, terá tido mais sucesso do que as propostas de Mayans para Espanha e Piwnik sugere mesmo se, referindo influências, não terá sido a de Cenáculo a sobrepor-se a Mayans⁴⁵¹. A questão da reforma do ensino, com a atenção dada ao ensino das línguas orientais, coloca definitivamente Cenáculo noutra patamar e uma vez que era Provincial da Ordem para a Península, as suas propostas constantes no *Plano de Estudos para os Religiosos da Ordem Terceira* não se destinavam em exclusivo a território nacional mas à Península. Toda a questão do ensino com o objectivo de renovar as elites foi um dos eixos no relacionamento Cenáculo-Mayans; o outro foi a história, uma história feita com método, crítica e civil, que deixava para trás os relatos fabulosos ou menos documentados sob o pontos de vista documental e crítico.

Vale a pena demorarmo-nos um pouco sobre este relacionamento entre Cenáculo e Mayans y Siscar⁴⁵². Pela leitura das cartas trocadas, conseguem apurar-se questões muito

⁴⁴⁹ PIWNIK, Marie-Hélène – “La correspondance Mayans-Cénaculo”. 1984: 245.

⁴⁵⁰ PIWNIK, Marie-Hélène – *Échanges erudits dans la Peninsule Iberique (1750-1767)*. 1987.

⁴⁵¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁵² Para compreender este relacionamento, é indispensável a análise da correspondência publicada sobretudo por PIWNIK, Marie-Hélène (Cf. Bibliografia). Foi o estudo desta epistolografia que nos permitiu detectar muita informação que lança luz sobre a viagem de Cenáculo a Valencia em 1768. Quanto à visita à Biblioteca do Escorial, existe uma única carta publicada por VAZ, Francisco, 2009, adiante identificada mas a reconstituição

interessantes como a clara ascensão intelectual de Cenáculo e a comunhão de preocupações intelectuais relativas à pedagogia do ensino, com a renovação curricular que passava pelo ensino das línguas orientais e pela renovação da história. Os dois, Cenáculo e Mayans, estavam sintonizados nos seus objectivos e Piwnik, com os seus trabalhos, colocou-os lado a lado chamando a atenção para a verdadeira dimensão daquele.

O percurso intelectual de Mayans y Siscar fazem dele um historiador crítico, um erudito e um divulgador da cultura espanhola. Haviam-se conhecido em Valencia (1768). Cenáculo, recomendado pelo oratoriano P^e António Pereira de Figueiredo, ficara alojado na casa de Mayans, aí conhecera outros intelectuais espanhóis e tivera a oportunidade de frequentar a biblioteca particular de D. Gregório. A intervenção D. Gregório de Mayans y Siscar (1699-1781) na esfera cultural apresenta alguns pontos de contacto com os próprios interesses de Cenáculo. Jurista, historiador e erudito, foi bibliotecário da Real Biblioteca em Madrid entre 1733 e 1739 quando abandona o lugar para regressar a Oliva-Valencia, atitude que lhe merecerá a crítica de Muratori (ver mais adiante). Funda a Academia Valenciana em 1742 com o objectivo de publicar fontes documentais e estudos históricos críticos, trabalho que não conseguira realizar em Madrid. É a partir de Oliva-Valencia que se empenha profundamente na renovação da cultura espanhola criando uma rede de contactos europeus no sentido de divulgar a história e cultura espanholas, um esforço compensado com a procura que a tradução das suas obras atinge. “O erudito valenciano foi criando uma verdadeira rede de relações que funcionava como meio de difusão dos seus textos e preocupações maiores e, simultaneamente, como uma espécie de teia tecida por itinerários de aquisição e troca de livros e manuscritos...”⁴⁵³.

É na prossecução desta tarefa que divulga autores portugueses junto de Muratori, como referiremos. Mas é também com a preocupação de valorização da história e cultura espanholas que se destaca de outros eruditos e se torna uma figura marcante do século XVIII espanhol. Para a valorização da história defende o regresso às fontes donde se torna indispensável o estudo e domínio das línguas antigas, sobretudo das orientais. Publica uma *Gramática de língua latina* (1768) e prepara um *Plano de Estudos* (1772) contendo uma proposta para renovação do ensino. Esforços em tudo idênticos aos de Cenáculo.

relativa à deslocação, os motivos e contactos foi elaborada por nós com base no cruzamento de nomes, factos e datas esparsos cuja valorização se revelou inestimável.

⁴⁵³ SANTOS, Zulmira C. – “Cartas, elogios e silêncios: temas da amizade ilustrada de Gregório Mayans y Siscar (1699-1781) e Frei Manuel do Cenáculo, T.O.R. (1724-1814)”. 2003: 369-380.

Encerramos esta incursão até Valencia com uma curiosidade: tanto a *Gramática* como o *Plano de Estudos* têm antecedentes em Portugal e ambos da mão de Cenáculo. Na verdade, em 1759 haviam sido publicadas as *Instrucções Instrucçoens para os professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rethorica, ordenadas, e mandadas por El Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Domínios* (Cf. Bibliografia), sem menção de autor mas certamente inspiradas (senão redigidas) por Cenáculo e o *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal para os Religiosos Franciscanos* é de 1769. Edição sobre a qual há que introduzir um reparo. É que, na verdade, Rafael Mohedano, franciscano do Convento de Santo António de Abad em Granada, publicara também um *Plano de Estudios* em 1762 com o mesmo objectivo. Ou seja, uma relação intelectual peninsular a merecer a melhor das atenções já que esta rede de ordem cultural parece espriar-se pela Península superando as divisões políticas e históricas.

Se o contacto com Mayans não resultou numa contribuição directa e imediata para a visão de Cenáculo em matéria de bibliotecas, aporta com certeza outras preocupações mais “seculares”, uma necessidade de equacionar os factos objectivos, uma atitude que deixa de se coadunar com bibliofilia exclusivamente de carácter bibliográfico, religioso ou místico. Ora, assumindo esta nova visão, indirectamente, torna-se responsável pela renovação das bibliotecas e pela proposta da sua abertura a outro público.

6.2.4 – Duas viagens para uma ideia de biblioteca – Grandes bibliotecas eruditas e conventuais encontraram em Cenáculo um mecenas e um impulsionador. Ficaram célebres as doações que fez para a Real Biblioteca Pública da Corte⁴⁵⁴, esta mais pelo valor do que pelo número de títulos que não chegaram aos dois mil⁴⁵⁵, para a Biblioteca Eclesiástica de Beja com dez mil obras⁴⁵⁶ e para a Pública de Évora com a enorme doação de quase quarenta e oito mil obras⁴⁵⁷,

⁴⁵⁴ No tocante à Real Biblioteca Pública, a doação está registada no *Catalogo methodico dos livros que o Exm^o e Rm^o D. Fr. Manoel do Cenáculo Villas-Boas, Bispo de Beja doou à Real Bibliotheca Pública da Corte no Anno de 1797*.

⁴⁵⁵ VAZ, Francisco – “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo...”. 2012: 90. Dados reunidos conforme o *Catalogo methodico dos livros que o Exm^o e Rm^o D. Fr. Manoel do Cenáculo Villas-Boas, Bispo de Beja doou à Real Bibliotheca Pública da Corte no Anno de 1797*. BNP COD 11522 (Purl 6382).

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁷ Idem, *ibidem*.

para a Biblioteca do Convento de Jesus⁴⁵⁸ com sete mil obras⁴⁵⁹ ou para a Biblioteca do Convento da Serra de Ossa, uma doação simbólica de quarenta e nove obras⁴⁶⁰. Ainda para a Biblioteca dos Paulistas, à Calçada do Combro em Lisboa, para a qual declarou que faria “algumas poucas galantarias”⁴⁶¹ ou para o Convento de Brancanes em Setúbal. Reunir livros, adquiri-los ou destiná-los para determinadas bibliotecas como fez com obras que passavam na Real Mesa Censória reflecte um espírito exigente, disciplinado mas também um espírito identificado com as Luzes. Uma atitude metódica, organizada do conhecimento (e pelo conhecimento) no prosseguimento da *Encyclopédie*, publicada entre 1751 e 1772 sob a direcção de Jean le Rond d'Alembert e Denis Diderot. E também, claro, uma propensão de coleccionador que, aliás, fica sobejamente comprovada com a vasta e diversíssima colecção que reuniu e da qual, várias vezes, retirou exemplares para fazer ofertas particulares que valorizava. Esta orientação não se confinava à reunião propriamente dita das peças mas correspondia a satisfazer outra preocupação. Para fazer prova, para concretizar este “gosto pelo real” era indispensável possuir as provas, chegava de abstracção.

“[...] Nada há mais agradável do que ver os retratos dos antigos heróis, contemplar enigmas, conhecer troféus, ver as façanhas e louvores deixados aos séculos. E de que nasce a utilidade de com esta lembrança excitar-se o desejo de imitar aqueles a quem o mundo deve honra e a posteridade veneração e a história o seu esplendor. Estes documentos tão respeitáveis são a testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da lembrança, mestra da prudência e correios da antiguidade que acendem luzes da História, e guiam para a exacta cronologia”.

Estas palavras em 1791 não são da directa responsabilidade de Cenáculo (porque não obstante o texto não ser dele, as correcções são-no!); trata-se de texto assinado por Fr. José

⁴⁵⁸ Catálogo da Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Biblioteca do Convento de Nossa Senhora de Jesus (1 de Julho de 1795) *apud* Vaz, Francisco, 2009: 442. *Ver tb.* SALGADO, Vicente – *Elogios Históricos dos Exm^{os} e Rm^{os} Senhores Arcebispos...* [s.d.]: f. 65 v. BAC Ms. 694 V.

⁴⁵⁹ Este número vai oscilando mas parece razoável aceitá-lo como sendo da ordem das três mil obras oferecidas e quatro mil prometidas uma vez que Salgado nunca refere o total da oferta como tendo sido de sete mil obras. VAZ, Francisco – “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo...”. 2012: 90. *Ver tb.* “A Biblioteca do Convento de Jesus...”. 2013: 139.

⁴⁶⁰ *Idem, ibidem.*

⁴⁶¹ Carta de Frei Manuel do Cenáculo a Frei Plácido Barroco, 18 Setembro 1796. BAC, Cod. 802 V. In VAZ, Francisco, 2009: 376 (Doc. nº 49).

de S. Lourenço do Vale ⁴⁶², mas reconhecemos-lhe o estilo. O legado de Cenáculo é inquestionável. Dando expressão à preocupação pela contínua instrução, declara:

“Devo porém lembrar as bibliotecas bem instruídas, para encher-se o fim das composições literárias, qual é o servirem ao público [...] se há quem não frequente as Bibliotecas, ou podendo, as não tenha instruídas, destes é que se diz, que repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados”⁴⁶³,

assim como regista a inquietação pelo saber novo “[...] dava-se lugar, entre livros que pouco mais se haveriam de ler, a obras de novo gosto” ⁴⁶⁴, ou ainda quando pugna pela “[...] compra sucessiva, e inextinguível de livros para a Bibliotheca Publica [...]”⁴⁶⁵, a sua visão aponta o futuro ao defender que

“[...] faz-se indispensável para Bibliotheca huma Caza vasta [...] que seja disposta para huma aquisição, que ainda sendo ora frequente, ora lenta, comtudo hade ser perpetua, e illimitada” ⁴⁶⁶.

No conjunto destas declarações, pode dividir-se, sem favor nem esforço, um projecto, uma ideia de biblioteca a qual, ainda hoje, mantém actualidade. Entre as Luzes e o “furor de ler” ⁴⁶⁷ há uma articulação profunda e, em Portugal, Cenáculo personifica plenamente esse vínculo. Tem-se uma ideia bastante precisa dos livros que foram incorporados na Real Biblioteca Pública por doação de Cenáculo, através da consulta do *Catálogo methodico...*⁴⁶⁸ mas há aspectos desse programa iluminista que continuam por responder sobretudo depois de analisarmos alguns casos concretos como é o da Biblioteca Casanatense, adiante tratada.

Seja como for, nada do que se possa enumerar como eventualmente faltando belisca a figura e a acção de D. Frei Manuel do Cenáculo. Com a sua contribuição para a construção da

⁴⁶² VALE, José de S. Lourenço do – *Oração do Museu*. Ver tb. VASCONCELOS, José Leite de – *Discurso da inauguração do Museu do Cenáculo em Beja em 1791...* 1898.

⁴⁶³ CENÁCULO, Manuel do – *Plano de Estudos...Disposição Quarta* 1776: 49-50.

⁴⁶⁴ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias históricas* 1794: 200.

⁴⁶⁵ REAL MESA CENSÓRIA - *Sobre o estabelecimento dos Estudos Menores (consulta)*, 3 de Agosto de 1772. *Obra cit.*

⁴⁶⁶ CENÁCULO, Manuel do – *Faz-se indispensável para Bibliotheca...*

⁴⁶⁷ FAUCHOIS, Yann – “Les Lumières, une école de l’homme”. In FAUCHOIS, Yann; GRILLET, Thierry; TODOROV, Tzvetan, dir. – *Lumières! Un héritage pour demain...* 2006.

⁴⁶⁸ *Catálogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797. Obra cit.*

ideia de património, dum gosto que urge aprofundar para que substantivamente nos possamos distinguir como colectivo, dá um gigantesco passo em frente e esse é o marco que separa dois tempos.

“A actividade de Cenáculo não foi esporádica, episódica, inspirada ao sabor das circunstâncias fortuitas. Existe uma razão profunda para explicar toda a sua gigantesca obra cultural [...] e esta pode sintetizar-se na sua formação iluminista, adquirida, quanto a nós, durante a sua permanência no estrangeiro, no ano de 1750”⁴⁶⁹.

Este ano de 1750 assume-se, sem margem para outras interpretações, como um verdadeiro marco na vida de Cenáculo; 1768 será outro. Lamentavelmente temos poucas notícias sobre o tempo que passou em Roma; todas as referências são de uma discrição cautelosa e irritante: tão próximo que estivemos de identificar leituras, contactos, bibliotecas visitadas, palestras dadas e nada, absolutamente nada é relatado. Não fossem as crónicas de Fr. Vicente Salgado, seu pupilo dos tempos de Coimbra e sobrinho de Fr. Joaquim de S. José, seu tutor, e o silêncio seria completo.

Perante o vazio informativo sobre a estadia de Cenáculo em Roma, recorreremos à sua própria declaração, não sem fundamento das mais famosas:

“A Viagem a Roma em o ano de cincoenta, em que acompanhei o sábio Mestre Fr. Joaquim, me fará sempre apregoar em quaisquer ramos de literatura, que foi uma disposição efficacíssima para o bem das letras na Província. As famosas Bibliotecas, que se apresentaram à nossa curiosidade nas cidades eruditas da nossa passagem, levantaram milhares de ideias, que se começaram a produzir, como o tempo ia permitindo”⁴⁷⁰,

tempo frutuoso que recordará como parâmetro para a sua acção futura porque “quero discorrer, segundo o que vi na peregrinação por alheias Academias”⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ CAEIRO, Francisco da Gama – *Obra cit.*: 39.

⁴⁷⁰ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias Históricas e Appendix...* 1794: 200.

⁴⁷¹ CENÁCULO, Manuel do – *Dissertação theologica, histórica, critica...* 1758: 215.

Assim, cuidadosamente, esforçámo-nos por reunir outros elementos na tentativa de reconstituir os seus passos e preencher etapas da sua formação intelectual. Um dos elementos que conseguimos juntar, não que não suspeitássemos que tivesse acontecido, mas que agora confirmamos pela pena de Cenáculo:

“Desta convicção, das minhas observações na Jornada de Italia no ano de 1750 e das minhas diligências (quando permitia a minha possibilidade) resultou que pudesse ajuntar algumas gramáticas, dicionários e livros daquelas erudições [...]”⁴⁷².

Tanto quanto temos presente, este é o único testemunho directo da aquisição de livros em Roma.

O interesse desta reconstituição reside na compreensão profunda da sua actuação futura; o que ele terá visto, com quem poderá ele ter trocado impressões, o que pode ter aprendido. Conhecêssemos as suas fontes, poderíamos perceber melhor o seu papel, o desenvolvimento da sua intervenção e os seus projectos. Temos sempre de nos socorrer de Fr. Vicente Salgado o qual, apesar de tudo, em diversos impressos e manuscritos, sempre vai deixando algumas informações. Por um lado, as informações sobre Fr. Joaquim de S. José são muito importantes porque este franciscano não deixa obra escrita, mas tendo sido responsável máximo pela formação de Cenáculo no Colégio de S. Pedro em Coimbra não pode simplesmente ser colocado à margem; por outro lado, e dado que Cenáculo pouco ou nada relata sobre as suas viagens ao estrangeiro, é forçoso recorrer a Salgado e aproveitar toda a informação que nos legou. Num manuscrito existente na Academia das Ciências, Salgado clarifica as consequências da estadia em Roma:

“[...] passando a Roma assistiu ao Capítulo Geral da Ordem Franciscana celebrado no ano do Jubileu de 1750. O trato civil dos sábios, as coisas grandes e novas, as distintas e numerosas bibliotecas, fazem encher de novas ideias a sua grande alma. Recolhido ao Reino medita empresas literárias que o seu espírito felicita. O grego, o hebraico, o arabigo, e a latinidade pura, são cultivadas”⁴⁷³.

⁴⁷² Carta de Cenáculo a Gregório Mayans, Lisboa, 29 Nov. 1773. *Apud* ΠΙΩΝΙΚ, Marie-Hélène – “La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects ». 1986: 535-539. Nesta carta, refere a sua falta de conhecimentos nas línguas grega, hebraica e arábica motivo que o leva a comprar “livros daquelas erudições”.

⁴⁷³ SALGADO, Vicente – *Catálogo histórico dos escritores da congregação*, 1787: 266. BAC Ms. 505 V.

Tudo converge, pois, para considerar a estadia em Roma como um momento inesquecível e talvez decisivo. E Salgado prossegue: “Entre alguns sujeitos que lhe diziam respeito, e amizade no interior do claustro, fazia um ajuntamento a certos dias, em que se dava conta das obras dos Santos Padres, e Autores dignos, já na História e já na Disciplina da Igreja”⁴⁷⁴.

Começa, então, a ficar claro que Frei Manuel do Cenáculo propaga os seus conhecimentos através dos seus impressos, sim, mas muito mais tarde e que, até lá, deveria ter audiência dentro do convento para as suas prédicas. O deslumbramento de Roma somado à fama que trouxe de Valencia e “restituído à Corte cheio da reputação dos sábios, pensa coisas novas, justas e grandes para fazer aperfeiçoar as ciências da congregação no sistema da Europa ilustrada”⁴⁷⁵ terão feito dele um orador procurado, leia-se, considerado. Entre os sábios presentes em Valencia, Mayans, Munõz e Rafael Mohedano, por exemplo.

O primeiro contacto com outra realidade acontece, pois, na sua ida a Roma em 1750. De Coimbra, rumo à Europa, o impacto não deve ter sido pequeno. Como Cenáculo um dia reconhecerá “faz parte da boa educação o sistema de viajar, donde se aprende a conhecer o mundo, e as maneiras de nele se conduzirem os Homens”⁴⁷⁶.

A análise do *Diário* (Ver 6.2.1) denota que a viagem foi objecto de programação cuidada embora nada saibamos desses planos de viagem, quiçá arquitectados pelo próprio Fr. Manuel do Cenáculo e por Frei Joaquim de S. José, Provincial da Ordem, mestre de Cenáculo, bibliotecário no Colégio de S. Pedro de Coimbra, com apetência por tarefas envolvendo livros e bibliotecas como nos relata Fr. Vicente Salgado:

“Este verão respeitável por suas virtudes, e letras, saudoso sempre à minha memória pela estreita sanguinidade que nos ligava, e pela doutrina santa em que me educou no complemento das obrigações civis, e religiosas, fez a obra do Claustro, Sacristia, Via Sacra, Aula, Livraria, e mais Casas unidas do Colégio de S.

⁴⁷⁴ Idem, *ibidem*: 267.

⁴⁷⁵ Idem, *ibidem*: 268.

⁴⁷⁶ In *Disposição Quarta do Superior Provincial da Terceira Ordem de S. Francisco no Reino de Portugal em obsequio...* Appendix Primeiro sobre a Reforma das Letras na Europa: 52.

Pedro de Coimbra. Comprou uma porção avultada de livros para aumento daquela Biblioteca, que também se dividiram com a Livraria de Lisboa [...]”⁴⁷⁷.

Sobre Fr. Joaquim, o testemunho de Cenáculo é indiscutível, reconhecendo a sólida formação que dele recebeu como já analisámos em **6.2.1**.

Não é de admirar, pois, que Frei Joaquim de S. José integre Fr. Manuel do Cenáculo na comitiva como seu braço direito. A primeira grande paragem é em Madrid e a visita à Biblioteca Real fica assim assinalada:

“Vi a Biblioteca Régia Pública de Madrid e nela a grande casa do Monetário que tem cousas boas e preciosas. A tal Biblioteca tem 238 caixões de livros, cada caixão regularmente de duas estantes grandes, o número de volumes são 70 mil. Ministram livros aos curiosos quatro Bibliotecários, que têm de renda 500 pesos gordos cada um em cada ano. Há quinto Bibliotecário Mor, que tem 1000 pesos de renda, além de um rendoso privado, ou benefício, e nobilíssimas casas de sua morada dentro da mesma Biblioteca Régia [...]”⁴⁷⁸.

A descrição não é muito explícita mas ficamos a saber como admiraram o monetário e a estanteria e também as instalações destinadas aos bibliotecários. Tudo aspectos que mais tarde Cenáculo incluirá no *Faz-se indispensável...* autêntico caderno de encargos entregue ao arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos. De Madrid, atravessaram a Espanha, percorreram o Sul de França, subiram e desceram os Alpes, atingem Turim, passam Milão. Em todo este percurso, nem uma alusão a livros ou bibliotecas (se excluirmos a referência de passagem à Universidade de Cervera⁴⁷⁹), o que, tendo atravessado o Briançon, terra de livreiros, não deixa

⁴⁷⁷ SALGADO, Vicente – *Compendio historico da Congregação ...* 1793: 206-207. Ainda sobre Fr. Joaquim, Vicente Salgado faz uma lista dos manuscritos que aquele mestre terá deixado, cinco no total. In *Escritores dos Padres da Terceira Ordem de S. Francisco de Portugal...* BAC Ms. 121 V., f. 34. As informações disponíveis sobre Fr. Joaquim de S. José são aquelas que Vicente Salgado deixou mais as que constam do *Elogio fúnebre* feito por Cenáculo e ainda as referidas por LIMA, Fr. João Silvério de – *Elogio latino ao Doutor Dr. Joaquim de S. José da Terceira Ordem de S. Francisco Comissário Geral da Sua Congregação etc.* Ms. 4º In SALGADO, Vicente – *Escritores dos Padres da Terceira Ordem de S. Francisco de Portugal*, 1787: f. 39 v. Infelizmente não conseguimos localizar na BAC o manuscrito de Fr. João Silvério Lima.

⁴⁷⁸ S. JOSÉ, Joaquim de – *Diário ...* 17º dia de jornada, em 28 de Fevereiro. *Obra cit.*

⁴⁷⁹ Idem, *ibidem*, Dia 30º de jornada, em 13 de Março; Dia 32º de jornada, em 15 de Março; Dia 33º e 34º também (descanso em Barcelona) 16 e 17 de Março. Este reconhecimento da Universidade de Cervera é significativo dado que esta Universidade virá a formar personalidades ligadas a Mayans y Siscar e à renovação

de ser surpreendente. Em Bolonha, é a descoberta da academia científica e da universidade, assim descritas com admiração:

“De tarde fomos ver a Specula e o Instituto de Bolonha que é todo o empenho de Sua Santidade e confesso ser uma das cousas mais notáveis que tenho visto nesta jornada de tão diversos países [...]. Enfim, um compêndio do mundo todo e todos seus inventos e máquinas [...]. A livraria não me admirou mas, como o Papa e o Cardeal mandam as suas para se ajuntarem com esta, ficará cousa grande”⁴⁸⁰

e o encontro, fugaz ainda que cheio de humanidade, com Muratori do qual fica este apontamento:

“[...] estava enfermo de terçãs o Reverendíssimo Muratori, ex-Geral imediato, e por isso incapaz de visitas, mas tanto que soube de nós, fez que o Padre Provincial nos conduzisse à sua cela onde não obstante a febre que o oprimia se desfez em afectos com que nos acariciou e tratou e mandou logo fazer chocolate, que tomámos”⁴⁸¹.

Apesar de brevíssimo, este apontamento sobre Muratori obriga-nos a incluir aqui alguma informação adicional dada a conexão que se pode estabelecer com a formação intelectual de Cenáculo.

Ludovico António Muratori (1672-1750), antigo bibliotecário do Duque de Modena, figura destacada do Iluminismo católico, conheceu Verney em Roma como testemunha Moncada⁴⁸². O estudo da epistolografia entre Verney e Muratori revela bem quão importante foi, na formação de Verney, a influência do maior representante do Iluminismo católico italiano. Pelo menos, através de Verney, o nome ou a influência de Muratori chegariam a Portugal. Entre as ideias de Muratori que podem ter sido veiculadas por Verney, Moncada não inclui a nova concepção da história e a análise do que Moncada designa de “consciência

pedagógica e cultural proposta por este e, ao anotar a existência da Universidade, revela que não era desconhecido em Portugal o seu prestígio.

⁴⁸⁰ Idem, *ibidem*, Dia 65º de jornada, em 17 de Abril.

⁴⁸¹ Idem, *ibidem*, Dia 66º de jornada, em 18 de Abril.

⁴⁸² MONCADA, Luís Cabral de – *Século XVIII – Iluminismo Católico. Verney: Muratori*. 1950. Ver tb. MONCADA, Luís Cabral de – *Italia e Portogallo nel Settecento...* Conferência proferida em 1949. 1950.

cultural”⁴⁸³ de Verney evolui depois para outro nível que não nos cabe aqui introduzir. O que importa é destacar esta relação que, em certa medida, reforça a ligação de Muratori a Portugal a qual, tinha precisamente começado através de D. Gregório Mayans y Siscar.

De facto, entre 1739 e 1743, Muratori e Mayans mantêm correspondência através da qual ficamos a saber que Mayans fornece a Muratori informação bibliográfica sobre Portugal e a Lusitânia – André de Resende ou o Contador de Argote⁴⁸⁴-, bibliografia que Muratori desconhecia em absoluto e à qual recorreu para ficar a conhecer inscrições epigráficas necessárias aos trabalhos que preparava. A oferta de tanta e preciosa informação bibliográfica não foi sem contrapartida: Mayans, ao entrar em conflito com o Cardeal Gaspar Molina por causa da sua história crítica, não hesita em solicitar o apoio de Muratori. E Muratori, ao comentar a erudição de Mayans, também lamenta que ele tenha deliberadamente deixado a Real Biblioteca, remetendo-se a Oliva (Valencia), não cumprindo, em certa medida, as suas responsabilidades como erudito e homem de letras, grande defensor da língua e cultura espanholas. É um debate particularmente interessante mas marginal ao nosso trabalho pelo que não o aprofundaremos. Basta registar que havia, portanto, razões para Muratori ser caloroso com os franciscanos portugueses: estaria curioso por via das obras portuguesas que Mayans lhe havia revelado e, por outro, pelo facto de ter conhecido bastante bem Verney. Não admira, pois, o gesto de atenção para com os franciscanos portugueses.

Como historiador, Muratori defende uma interpretação objectiva e baseada nos factos. O seu livro *Relation des missions du Paraguai*⁴⁸⁵ é escrito não com o intuito de hostilizar os Jesuítas mas de relatar a história, numa tentativa de a reescrever de forma mais objectiva e verdadeira. Trata-se de uma observação muito importante se atendermos à relação estabelecida entre Muratori e Mayans y Siscar. De facto, Mayans y Siscar é a figura a quem se atribui a “invenção” da história em Espanha; a ele se fica a dever a escrita da história com base nos factos documentalmente comprovados e uma recusa da história fabulosa ou criticamente infundada.

Voltando a Muratori, também noutra obra, porventura o seu escrito mais célebre – *Annali d’ Itália...*⁴⁸⁶, Muratori refere a “memória antiga” e os “amantes da verdade”, interrogando-se como fazer para distinguir “a verdade do falso”. Três exemplos suficientes

⁴⁸³ MONCADA, Luís Cabral de – *Século xvii I – Iluminismo Católico. Verney: Muratori*. 1950.

⁴⁸⁴ MESTRE, António – “Correspondência erudita entre Mayans y Muratori”. 1997: 11-50.

⁴⁸⁵ Editado em 1754.

⁴⁸⁶ MURATORI, Ludovico António – *Annali d’ Italia dal principio dell’ Era Volgare fino all’ Anno MDCCL*. 1752-1754.

para alinhar a história escrita por Muratori com o espírito que animou Mayans y Siscar e que Cenáculo, tendo conhecido, também defenderá. Cenáculo recorrerá, quer no *Plano de Estudos...* quer nas *Memórias Históricas* ou nos *Cuidados Literários*, ao exemplo de Muratori tanto para demonstrar casos da história literária quer casos da prática litúrgica.

Ignoramos se o percurso como vem descrito no *Diário da Jornada a Roma* relatará com total exactidão o que se terá passado mas tem toda a probabilidade de assim ter sido uma vez que os dias descritos são sempre tão preenchidos que não conseguimos imaginar que tenham tido tempo para outras visitas para além das referidas. Se tomarmos, então, as informações contidas no *Diário* como fiáveis, sabemos que Cenáculo dispôs de tempo livre em Roma uma vez terminado o Capítulo Geral, o que nos permite conjecturar sobre como terá ocupado esse tempo e sobre os locais que ele poderá ter frequentado. Partimos um pouco para o desconhecido mas vale a pena arriscar.

Alguma da bibliografia actual sobre Cenáculo⁴⁸⁷ sugere que Cenáculo talvez tivesse contactado Ângelo Maria Quirini (1680-1755), cardeal e bibliotecário do Vaticano entre 1730-1751 – o que coincide em parte com o período em que Cenáculo esteve em Roma -, por reconhecer semelhanças entre os espaços da Biblioteca Pública de Évora e a Biblioteca de Brescia fundada por Quirini e da qual ele foi bibliotecário entre 1727 e 1755. Para além dos altos cargos que ocupou dentro da hierarquia da Igreja, Quirini traduziu livros da liturgia grega e tinha um gosto particular pela história da edição e tipografia⁴⁸⁸. Ora, dispondo desta informação, mais sentido ganha a hipótese de ter havido um contacto entre Quirini e os peregrinos franciscanos portugueses e embora, até ao presente, desconheçamos a profundidade desse contacto, pelo punho do próprio Cenáculo, sabemos que, de facto, se encontraram:

“As aplicações a esta língua [grega] devem-se muito em particular ao Doutor Fr. Joaquim para salvar a honra no Fidei Commisso, de que o encarregaram em Roma no ano de cincoenta os Doutíssimos Cardeais Quirini, e Tamburini; boa determinação, em que este erudito Padre se achava de promover o melhor, passando-se ao estudo da Língua Grega, foram encarecidas as palavras para que dela se fizesse capital: pelo que o Eminentíssimo Quirini, entre algumas das suas

⁴⁸⁷ BRIGOLA, João Carlos Pires – “Frei Manuel do Cenáculo - sementeiro de bibliotecas e de museus...” 2006: 47-55.

⁴⁸⁸ QUIRINI, Angelo Maria – *Liber singularis de optimorum scriptorum editionibus...* 1761.

composições, lhe fez o regalo do seu *Vetus officium Quadragesimale Graeciae Orthodoxae*. Saudosas, e admiráveis práticas, a que assisti, que só não excedem a minha reconhecida memória!”⁴⁸⁹.

Também temos notícia sobre um eventual e posterior relacionamento entre Quirini e Fr. Joaquim de S. José relatado por Cenáculo mas é tudo pouco consistente⁴⁹⁰. Para além da sinergia cultural referida em torno da língua grega, cujo estudo e dinamização, no final dos anos 30 em Coimbra, Cenáculo atribui a Fr. Joaquim; para além das muitas referências bibliográficas e eruditas que Cenáculo faz a Quirini⁴⁹¹, para explicar a semelhança dos espaços arquitectónicos das bibliotecas de Brescia e de Évora, teríamos de admitir ou que Cenáculo se teria deslocado a Brescia ou que, em alternativa, teria obtido de Quirini informações muito pormenorizadas sobre a estrutura e espaços da Biblioteca de Brescia, talvez tivesse mesmo tido acesso às plantas. Até ver, a hipótese não passa disso mesmo e, infelizmente, nada mais se pode adiantar com os actuais conhecimentos.

À probabilidade de Cenáculo ter tido notícia mais directa sobre a Biblioteca Pública de Brescia, temos de acrescentar o seu mais que provável conhecimento da Biblioteca Casanatense, Roma, hipótese que cremos estar a ser devidamente explorada pela primeira vez⁴⁹². E apesar de reconhecermos que a situação de proximidade com a Biblioteca Casanatense também possa ser questionada, pensamos tratar-se de uma hipótese mais sólida. Importa, portanto, descrever a Casanatense para se poder comparar com o trabalho posterior que Cenáculo irá desenvolver em Portugal.

O bibliotecário que mais trabalhou em prol da Casanatense foi Giovanni Battista Audiffredi (1714-1794), nomeado seu bibliotecário em 1749, senhor de formação académica profunda nas disciplinas sacras mas também nas línguas grega, latina, hebraica e nas ciências exactas como matemática e astronomia ou nas áreas mais ligadas à história e património, como a numismática e a antiquária e ainda bibliografia. À época, a Casanatense era um dos

⁴⁸⁹ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias Históricas e Appendix*, 1794: 202-203. Cenáculo refere várias vezes Quirini e a sua *Græcia Orthodoxa*, a propósito de questões religiosas, na sua obra *Dissertação Theologiva... sobre a Definibilidade do Mysterio da Conceição Immaculada de Maria Santíssima*. 1758.

⁴⁹⁰ CENÁCULO, Manuel do – *Elogio fúnebre do Padre Fr. Joaquim de S. Joseph*, 1757: 20.

⁴⁹¹ Tanto na *Dissertação Theologiva....*, como nos *Cuidados Literários...* ou nas *Memórias históricas e Appendix....*

⁴⁹² Quer CAETANO, Joaquim, 2011 como VAZ, Francisco, 2012 e SALDANHA, Sandra, 2013 referem o possível conhecimento que Cenáculo terá tido da Casanatense. Todos os autores se fundamentam na existência de desenhos da Casanatense na BPE. Com certeza que este é um argumento de peso com o qual concordamos mas pensamos que introduzimos novos elementos que sustentam ainda melhor essa relação causa-efeito.

maiores centros intelectuais de Roma e atraía numerosos estudiosos, italianos ou estrangeiros, enquanto ombreava com outras bibliotecas famosas: a Vaticana, a Angélica, a Vallicelliana⁴⁹³, a Corsiniana, a do Colégio Romano, a da Sapienza, a de Araceli⁴⁹⁴, a de S. Maria del Popolo, a de S. Maria della Pace. Coube a Audifredi aumentar substancialmente o fundo primitivo de 25 mil volumes deixados pelo Cardeal Casanate: àquele fundo, juntou milhares de volumes, sobretudo incunábulo, edições quinhentistas e edições raras dos séculos XVI e XVII, gravuras, numerosos manuscritos muitos deles gregos e orientais; adquiriu colecções inteiras de conventos extintos, teve representantes em todos os maiores centros bibliográficos italianos e europeus. Adquiriu as Actas da Academia das Ciências de Paris e de outras academias francesas e alemãs, os grandes jornais eruditos europeus e as grandes obras filosóficas, históricas, médicas e científicas em geral. Reuniu textos sagrados, litúrgicos, patrísticos, textos jurídicos (direito canónico, civil e penal), processos jurídicos e decisões. Tratados de política ainda como ciência auxiliar da história, obras de carácter geográfico com particular ênfase sobre as viagens ao Novo Mundo, obras dos clássicos e obras dos representantes da nova ciência: Keppler, Giovanni Battista della Porta, Girolamo Cardano. Em resultado do trabalho de Casanate, a biblioteca tornou-se “um verdadeiro *mare magnum* que suscitava a admiração dos contemporâneos italianos e estrangeiros e reflectia o conteúdo e o conceito de universalidade próprio da biblioteca barroca”⁴⁹⁵.

A fama da Casanatense cresceu a seguir à publicação, nos anos 70 do século XVIII, do primeiro volume do catálogo alfabético por autores, impresso na biblioteca, obra que deu notoriedade a Audifredi em toda a Europa, acontecimento já posterior à estadia de Cenáculo em Roma, mas que se deve assinalar⁴⁹⁶. O catálogo ganhou uma grande fama pela estrutura complexa rigorosamente alfabética e pela coerência das regras que o inspiraram, explicadas claramente no prefácio à obra, e as principais bibliotecas europeias adquiriram o catálogo.

⁴⁹³ O núcleo inicial da Bibliotheca Oratoriana de Santa Maria de Vallicella foi constituído pelos livros do português Aquiles Estaço (1524-1581), que viveu mais de 20 anos em Roma. Ver CARDOSO, A. Pinto – *Presença portuguesa em Roma*. 2001: 74, 80. Tb. PEREIRA, Belmiro Fernandes – “A Livraria de Aquiles Estaço...”. *Hvmanitas*. 1993: 255-305.

⁴⁹⁴ Cujá organização e projecção se ficou a dever ao Franciscano Frei José Maria da Fonseca de Évora (1690-1752) representante de D. João V junto da Cúria Romana (1720-1740) e mais tarde bispo do Porto. Enquanto em Roma, destacou-se pela intervenção cultural sobretudo na remodelação do Convento de Araceli e no enriquecimento da respectiva biblioteca. Ver CARDOSO, A. Pinto – *Obra cit.*

⁴⁹⁵ CAVARRA, Ângela Adriana – “Profilo storico.” In PIETRANGELI, Carlo, org. – *La Biblioteca Casanatense*. Firenze: Nardini Editore, 1993: 9-34.

⁴⁹⁶ Trata-se do *Bibliothecae Casanatensis Catalogus Libroruam Typis Impressorum*. Roma: Joachim & Joannes Josephus Salvioni fratres. 5 vol. (até à letra L quando a obra é interrompida).

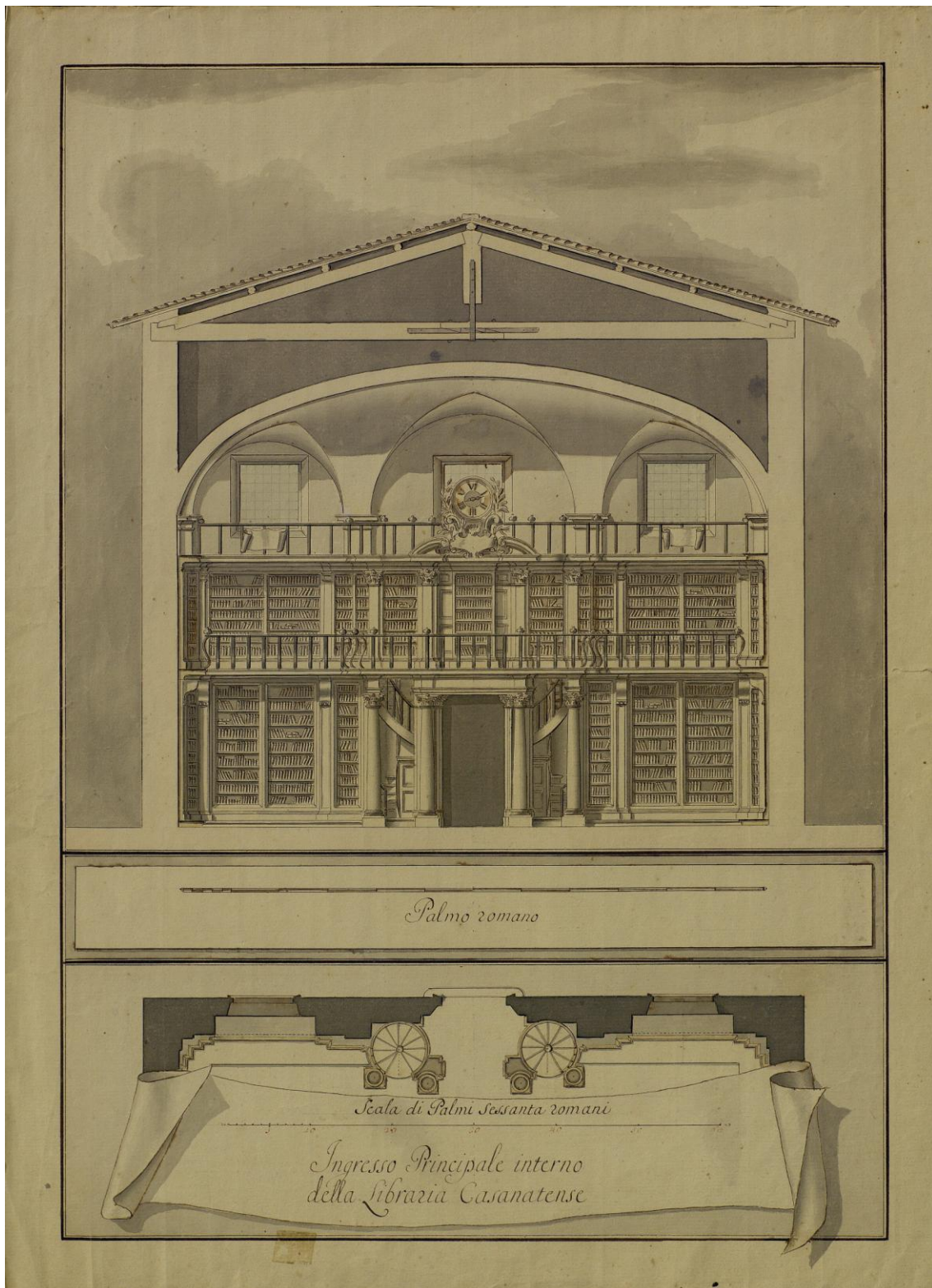


FIGURA 4

Biblioteca Casanatense, Roma
Entrada principal, topo (lado de dentro). Corte vertical
Autor – Tommaso Zappati, 1773 (presumivelmente)
Desenho aguado a cinza, 50,4 x 36,8 cm.
Biblioteca Pública de Évora, Reservados, GAV 8, Pasta 1, nº 33

Para além deste catálogo, Audifredi publicou outras obras de interesse bibliográfico. Foi também um importante astrónomo, colecionou medalhas antigas, peças arqueológicas, selos, instrumentos astronómicos. “Audiffredi abre a Biblioteca à ciência, não mais estudada apenas sobre os livros mas directamente praticada com o método e os instrumentos científicos que lhe são próprios”⁴⁹⁷.

A intensa actividade bibliográfica de Audiffredi está espelhada no catálogo: formalmente considerado como um catálogo alfabético de autores, cujas entradas são acompanhadas de breves notas bio-bibliográficas, o que acontece pela primeira vez, enriquecendo o catálogo com remissivas e outras informações de carácter académico. Os manuscritos comprados eram catalogados e a catalogação igualmente enriquecida com notas de carácter erudito. Graças a todas as aquisições, a Casanatense no final do século XVIII representava a cultura coeva enciclopédica, a qual está claramente documentada nas vinte e sete classes em que está dividido o aparato bibliográfico do salão monumental. Do ponto de vista paleográfico e codicológico, os manuscritos medievais são de enorme importância assim como os manuscritos mais modernos, quer os propriamente históricos quer os documentos dos arquivos pessoais. O fundo manuscrito da Casanatense é muito variado tematicamente, a proveniência muito diversa e os limites cronológicos muito alargados. Longe de ser uma desvantagem, esta desorganicidade instalada, intencional seguramente, proporciona imensas oportunidades para o estudo de problemas paleográficos e codicológicos.

“Há uma sintomática correspondência entre os manuscritos e as edições sobretudo para os autores dos tratados teológicos e de moral ou de filosofia tomística. Conforme o testamento de Casanate, deveria ser aberta uma biblioteca pública onde se dessem aulas para explicar a doutrina de S. Tomás formando uma cátedra de teologia especializada nesta temática. Este intento foi conseguido mas as aulas também testemunharam, na Roma setecentista, a fusão entre a cultura tradicional e as novas exigências geradas pelo século das Luzes, combinando o ensino e a sábia gestão de um património bibliográfico que se torna um suporte necessário e indispensável”⁴⁹⁸.

⁴⁹⁷ FIORAVANTI, Rita – “Gli strumenti scientifici.” In PIETRANGELI, *obra cit.*: 253-268.

⁴⁹⁸ CECCOPIERI, Isabella; TORRONCELLI, Annamaria – “I manoscritti.” In PIETRANGELI, Carlo, *org.* – *Obra cit.*: 37-122.

A Casanatense reúne incunábulos, livros antigos e raros, fundo musical, gravuras e objectos tridimensionais (moedas, medalhas) e instrumentos científicos. “Centro cultural de primeiríssimo plano na Roma de setecentos, a grande Biblioteca dominicana não podia deixar de tomar parte no desenvolvimento e na conquista do pensamento científico coevo [...]”⁴⁹⁹.

A Casanatense reflecte as mudanças em curso na sociedade e na cultura italianas de Setecentos; nasce num momento em que, considerando as relações com a corte e com o mecenato, até o conceito de biblioteca sofre uma transformação, assumindo uma importância autónoma e reflectindo as alterações culturais que aconteceram na segunda metade do século XVIII. Ainda que mantendo o esquema de classificação por matérias nas estantes alinhadas do Salão, o aumento de livros em Setecentos obrigou a colocar em algumas classes livros que não lhes pertenciam. No entanto, é possível distinguir em algumas classes, e devido à riqueza multiforme do conteúdo, volumes aí arrumados com uma certa continuidade de conteúdo. Entre o que o espaço permitia e o conhecimento exigia, estabelece-se um aparente conflito e as regras reflectidas por Naudé⁵⁰⁰ são disto um bom sinal. Conviver com esse conflito tornou-se uma inevitabilidade; talvez Cenáculo se tenha apercebido e meditado no assunto. A partir dos periódicos existentes, pode-se

“[...] provar a continuidade dos contactos com o mundo do qual se recebeu o primeiro impulso das ideias iluministas e mesmo a abertura ao novo [Periódicos como] *Giornale de’ letterati* (a partir de 1668), *Journal des Savants*, *Philosophical Transactions*, *Giornale de’ letterati d’Italia* (1710), *Diario ordinario d’Ungheria*, *Histoires e Mémoires delle Academie*, *Lettres édifiantes* (dos missionários jesuítas na China 1699), *Acta eruditorum* (impresas em Leipzig e com a notável colaboração de Leibniz), *Bibliothèque italique* (Genebra), *Actas das Academias de S. Petersburgo e da Royal Society*, *Spectator* “[...] deram à Casanatense uma fisionomia universal e poliédrica que a torna entre as bibliotecas italianas um dos principais pontos de referência para os estudiosos de Setecentos”⁵⁰¹.

⁴⁹⁹ FIORAVANTI, Rita, *ibidem*.

⁵⁰⁰ Voltaremos a referir Naudé mais adiante a propósito das contradições que Ribeiro dos Santos vai ter de resolver e, nessa altura, integraremos este autor e a sua obra.

⁵⁰¹ URBANI, Paola – “I periodici.” In PIETRANGELI, Carlo, org. – *Opera cit.*: 311- 314.

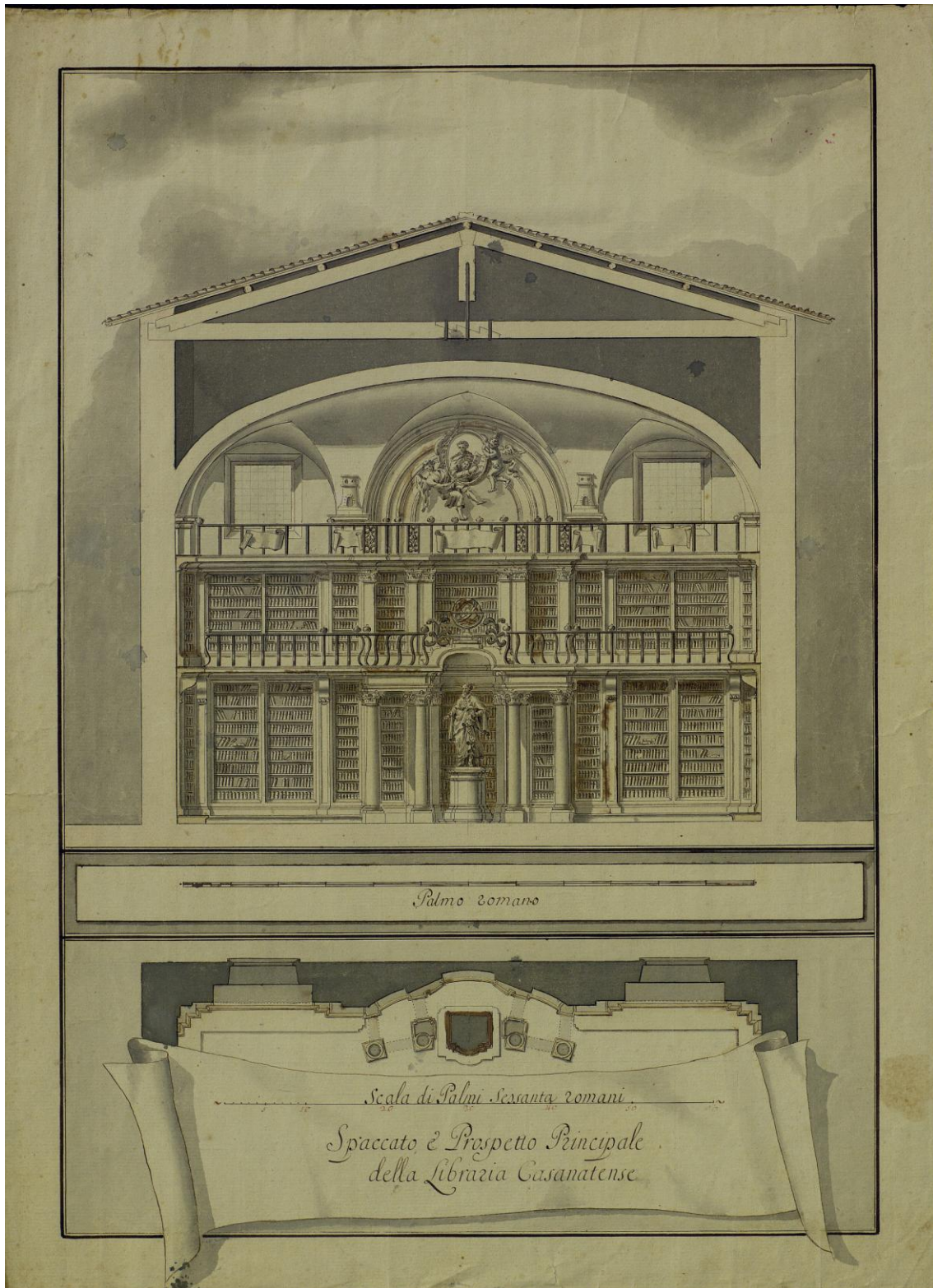


FIGURA 5

Biblioteca Casanatense, Roma

Topo oposto (lado de dentro). Corte vertical

Autor – Tommaso Zappati, 1773 (presumivelmente)

Desenho aguado a cinza, 50,2 x 36,7 cm.

Biblioteca Pública de Évora, Reservados, GAV 8, Pasta 1, nº 34

Não introduzimos esta minuciosa descrição da Casanatense sem motivo. É altamente improvável que Cenáculo não a tivesse frequentado: a proximidade física entre a Casanatense e o alojamento do Franciscano peregrino em Roma (questão a que voltaremos mais adiante), os elementos que podemos identificar como importados por Cenáculo, levam-nos a firmemente acreditar na influência recebida. Mesmo quando encontramos disparidades, subsistem motivos para reflectir.

A Casanatense era uma biblioteca excepcional, detentora de colecções preciosíssimas mas também contando com bibliotecários de grande saber que a orientaram, concretamente Giovanni Battista Audiffredi. Foi um grande erudito e aplicou a sua erudição na organização da biblioteca. Cenáculo, sendo um erudito e inegável defensor de bibliotecas, não se pode dizer dele que se tenha aplicado na organização das colecções, por exemplo, catalogando e anotando manuscritos, preparando-os para serem utilizados como documentos para o ensino. Terá havido muitas razões para que isto não acontecesse, sendo a primeira que não era função de Cenáculo a organização de uma biblioteca, mas também não arranjou quem o fizesse. Pegar nos manuscritos, descrevê-los, catalogá-los, anotá-los revelando um profundo conhecimento e preocupações eruditas, foi uma prática observada em Roma mas que, infelizmente, não deu frutos em Portugal, fosse na Biblioteca do Convento de Jesus, na Real Biblioteca ou na Pública de Évora. Esse trabalho persistentemente executado na Casanatense traz para o centro da discussão outra questão que é fundamental para a nossa argumentação: o tratamento dado aos manuscritos (e, mais tarde, aos livros, tratamento visível no cuidado tipográfico e editorial e no aparato informativo do catálogo de Audiffredi) revela bem a distância incomensurável que separava os bibliófilos portugueses dos italianos; a necessidade de reunir elementos clarificadores sobre cada manuscrito, a percepção de que um manuscrito completa a sua função na directa relação da informação que se reunir sobre ele, esta integração do manuscrito no processo histórico ligando o passado com o presente e dando nexos a vários elos do passado – em termos filosóficos, informativos, cronológicos, espaciais – vivifica as colecções, dá sentido à erudição, coloca-a ao serviço de um grupo maior e aberto, explica o lugar da biblioteca pública na sociedade. Verdadeiramente, coloca a biblioteca no torvelinho das Luzes. Encarando as bibliotecas desta forma, elas são ponto de chegada (local onde se reúnem e trabalham documentos de todas as proveniências) e são pontos de partida (porque dispõem das fontes de conhecimento e dos meios que permitem multiplicar o próprio conhecimento). Cenáculo não demonstra, quando teve os meios para o fazer, ter apreendido

esta lição decisiva. É verdade que ofereceu milhares de obras, mas não se preocupou em organizá-las pese embora o que apregoava sobre a necessidade e vantagens de uma biblioteca pública. Poderá argumentar-se que os livros doados à Real Biblioteca foram acompanhados por um catálogo ao que contrapomos que uma lista de livros, embora dividida por grandes áreas temáticas como acontece com o *Catalogo methodico* ... correspondente à doação, não é obrigatoriamente um catálogo. Existe, de facto, uma diferença que na prática se torna significativa. Cenáculo deixou testemunho sobre o interesse que via na organização de catálogos mas parece-nos que ficou no domínio das intenções. Sobre a Livraria do Convento de Jesus, escreverá mais tarde: “Quando me retirei de Lisboa para os estudos de Coimbra, e depois para outros exercícios, ficou a biblioteca sem o catálogo acabado [...]”⁵⁰². Esta constatação num tom um tanto ou quanto desiludido só faz sentido aceitando que Cenáculo sabia valorizar a função de um catálogo.

Depois, a imensidade das colecções. Claro que em Lisboa os circuitos do mercado livreiro eram infinitamente mais limitados e, portanto, seria impensável almejar um nível semelhante ao da Casanatense, além de que o dinheiro que Cenáculo ia conseguindo vinha muito das rendas da Igreja e há muitos testemunhos sobre as dificuldades que sempre enfrentou para ir pagando o que adquiria ⁵⁰³. Neste aspecto sobre a riqueza, variedade e extensão da Casanatense, podemos perceber as limitações que Cenáculo enfrentou e faltaríamos à verdade omitindo as sucessivas compras que, mesmo assim, Cenáculo fez sempre na base de múltiplos conhecimentos e relações que foi estabelecendo. Não se pretende comparar a dinâmica de Roma – e a sua centralidade na confluência do Oriente com o Ocidente – com Lisboa e, por isso talvez possamos inferir que as compras de Cenáculo se tenham ressentido das limitações geográficas, financeiras e culturais que, sem dúvida, o ultrapassavam. E se as compras se ressentiram, então, a ambição também. Na verdade, todo o projecto.

Se, de facto, Cenáculo esteve na Casanatense, a múltipla variedade dos fundos, a extensão dos mesmos não pode ter deixado de o impressionar fortemente. Mas não temos

⁵⁰² In “As letras na Ordem Terceira de S. Francisco em Portugal”. *O Panorama*. 1844: 144. Cf. Bibliografia. Os textos publicados em *O Panorama* foram seleccionados e organizados por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), erudito e bibliófilo nomeado para a Biblioteca Pública de Évora em 1838 a quem se ficou a dever a organização dos manuscritos aí existentes. Ver RIVARA, J. Heliodoro da Cunha – *Catalogo dos manuscritos da Bibliotheca Publica Eborensis*. 1850-1871.

⁵⁰³ A correspondência de Cenáculo abunda em cartas provenientes dos livreiros que reclamam pagamentos antigos. A título de exemplo, Ver BPE Cód. CXXVII 1-6, 1º vol., Docs. 1001-1004 (Jean François Borel), Docs. 1081-1086 (Cláudio Dubeux), BPE Cód. CXXVII 1-11, Doc. 63 (Jean Joseph Dubeux).

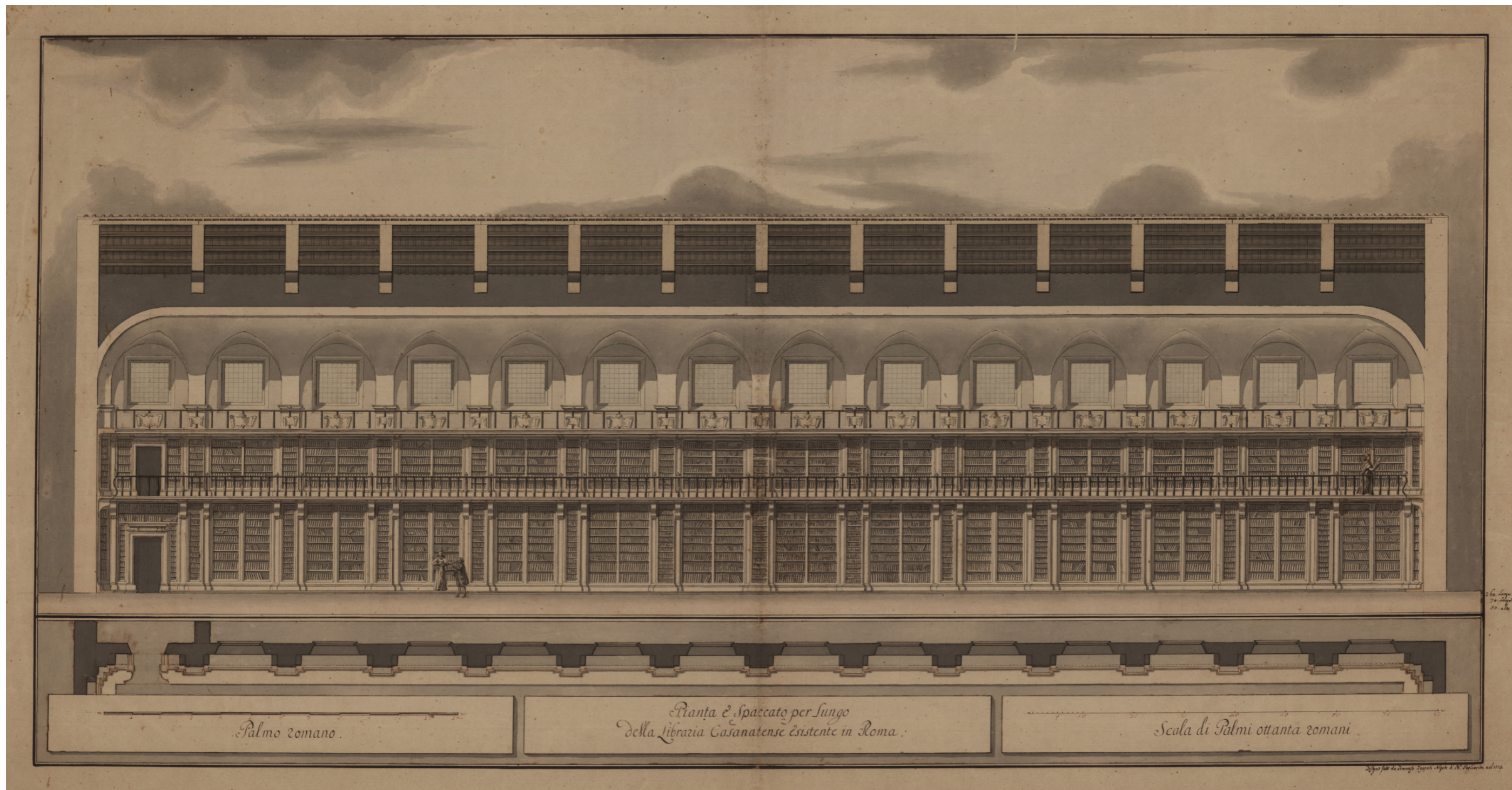


FIGURA 6

Biblioteca Casanatense, Roma

Salão. Corte longitudinal

Autor - Tommaso Zappati, 1773

Desenho aguado a cinza, 50,1 x 95 cm.

Biblioteca Pública de Évora, Reservados, GAV 8, Pasta 1, nº 32

testemunhos que ele tivesse absorvido completamente a complexidade e maravilha que constituíam a Casanatense ou as outras bibliotecas italianas. Pela informação disponível sobre a Casanatense fica-se com a ideia de que Cenáculo terá visto, sim, mas pelo fraco contacto anterior com realidades semelhantes, – acontecendo com este contacto o mesmo que sucede ao viajante que se inicia por terras estranhas⁵⁰⁴ – com o relativamente pouco tempo que esteve em Roma, não terá porventura captado toda a riqueza com que se deparava e isso reflecte-se na organização das bibliotecas em que esteve envolvido e para as quais contribuiu com livros; mas pouco sabemos da sua organização espacial (estantes, salas de leitura) e conteúdos (classificação e catálogos). E é a junção destes dois factores, sim, que introduzem a modernidade.

Toda esta elaboração sobre a Casanatense é importante porque para além do seu genuíno e indiscutível interesse e para além da nossa convicção de que Cenáculo terá sido visitante da biblioteca, será ainda indispensável referir os dados revelados por Joaquim Caetano⁵⁰⁵ e também por Sandra Costa Saldanha⁵⁰⁶ sobre as plantas arquitectónicas da Casanatense existentes na Biblioteca Pública de Évora⁵⁰⁷ as quais, muito provavelmente, poderão ter chegado às mãos de Cenáculo através de Nicolau Pagliarini, seu amigo e seu livreiro fornecedor, como da Corte, uma vez que o autor das plantas, Tomaso Zappati⁵⁰⁸, era parente de Pagliarini. Dispor das plantas, e quiçá consultá-las, revela um óbvio interesse por uma determinada solução arquitectónica e embora não estejamos a equacionar a questão espacial da biblioteca – mais do que o espaço, o que introduziria uma enorme diferença seria dispor de informação sobre o conteúdo e sua organização – a existência destas plantas reforça a nossa convicção de que Cenáculo terá conhecido a Biblioteca Casanatense e a encarava como um modelo, convicção que fomos alicerçando a partir de uma informação que retirámos da leitura e estudo do *Diário da jornada a Roma*. Vale a pena, a propósito, esmiuçar um pouco este texto coevo.

⁵⁰⁴ HAZARD, Paul – *Crise da consciência europeia (1680-1715)*. 1948.

⁵⁰⁵ CAETANO, Joaquim – “Os projectos do arquitecto Joaquim de Oliveira...”. 2011: 49-69.

⁵⁰⁶ SALDANHA, Sandra Costa – “O paradigma estético da Biblioteca Joanina...”. 2013: 99-117.

⁵⁰⁷ BPE, Reservados, Gav. 8, Pasta I, nº 32, 34, 36.

⁵⁰⁸ Os planos para ocupação do espaço que virá a transformar-se na Biblioteca Casanatense remontam ao século XVII. Logo, Zappati deve ter tido acesso aos desenhos originais que copiou executando, talvez, uma encomenda via Nicolau Pagliarini ao serviço de Cenáculo. Uma hipótese com sentido a explorar porque, tendo sido uma encomenda, pode concluir-se que havia uma intenção.

Nos dias dedicados a Roma, Frei Joaquim de S. José⁵⁰⁹ indica claramente onde estiveram alojados os Franciscanos. Primeiro às portas de Roma na Vila Giulia, depois no decorrer do Capítulo Geral, no Convento de Aracœli e, finalmente no Palácio Colonna. Não cabe aqui descrever a magnificência de Vila Giulia ou a austeridade do Convento de Aracœli. Mas teremos de acompanhar a mudança de Aracœli para o Palácio Colonna, o que aconteceu a pedido dos próprios Franciscanos “meus companheiros, que tinham pouco comodidade no convento, me persuadiram que saíssemos para fora do convento para o Palácio, onde morou Sampaio”⁵¹⁰.

Sampaio⁵¹¹, o magnífico embaixador de Portugal em Roma do não menos Magnífico D. João V, viveu luxuosamente instalado no Palácio Colonna. Ora, o Palácio Colonna e a Biblioteca Casanatense estão fisicamente muito próximos, separados apenas por dois quarteirões. Só muito dificilmente se poderia duvidar que Cenáculo não tenha visitado e frequentado a Casanatense! Conhecendo-lhe o gosto pelos livros e pela erudição, é inimaginável que não tivesse calcorreado essa ínfima distância, que não tivesse aproveitado à exaustão tão extraordinária oportunidade.

Outra biblioteca que seguramente mereceu a visita e a atenção de Cenáculo foi a do Convento de Santa Maria *in* Aracœli. Por facilidade de alojamento durante o Capítulo Geral, a delegação portuguesa esteve alojada no “grande convento de Aracœli”⁵¹², o qual embora “muito grande não tem primor de architectura”⁵¹³. Impossível pensar que estavam alojados, que comiam, dormiam e discutiam acesamente, noite fora, as votações que iam tendo lugar – como se extrai do *Diário* – e que não se tenham deslocado à biblioteca. Uma biblioteca que, no essencial, era o resultado do trabalho de Frei José Maria da Fonseca de Évora⁵¹⁴.

⁵⁰⁹ S. José, Joaquim de – *Diário...* 1750. *Obra cit.*

⁵¹⁰ Idem, *ibidem*: Seguem-se os 4 dias até a quinta-feira do *Corpus Christi*.

⁵¹¹ Trata-se do Comendador Manuel Pereira de Sampaio, embaixador de D. João V na Cúria Romana entre 1742-1750 quando falece. A proximidade ao Papa Bento XIV facilitou e impulsionou a acção diplomática de Pereira Sampaio que chegou a manter polémica com Sebastião José de Carvalho e Melo quando este era embaixador de Portugal em Viena de Áustria (1745-1749) por entender que Sebastião José não seguia as instruções de Lisboa relativamente à Santa Sé e colocando-se mais do lado de Viena. Pereira Sampaio foi responsável pelas inúmeras encomendas artísticas feitas por D. João V e que se destinavam à corte de Lisboa ou que ficavam em Roma tendo, desta forma, sido responsável pela dinamização da actividade artística dos próprios artistas italianos. Muitas destas obras foram para enriquecer o Palazzo Colonna que lhe serviu de habitação.

⁵¹² S. José, Joaquim de – *Diário...*1750. Primeiros seis dias de Maio.

⁵¹³ Idem, *ibidem*: Dia da Ascensão 7 de Maio.

⁵¹⁴ A organização, remodelação e projecção da Biblioteca do Convento de Aracœli ficou a dever-se ao Franciscano Fr. José Maria da Fonseca de Évora (1690-1752) representante de D. João V junto da Cúria Romana (1720-1740) e a partir de 1743 bispo do Porto o qual, enquanto em Roma, se destacou pela intervenção cultural. Ver CARDOSO, A. Pinto – *Presença portuguesa em Roma*. 2001.

Cenáculo até poderá ter visitado mais bibliotecas, incluindo a Vaticana (uma vez que até travara conhecimento com o Cardeal Quirini, seu bibliotecário, na altura do Capítulo Geral), ou as bibliotecas das academias, nomeadamente a Sapienza, mas não temos nenhuns dados. Vicente Salgado nada adianta; o próprio Cenáculo guardou para si as informações que possa ter recolhido; Frei Joaquim é completamente omissivo, nem escritos deixa⁵¹⁵. Mas o que conseguimos inferir e reunir proporciona matéria suficiente para compreender a intervenção futura de Cenáculo a qual, de certa maneira, revela contradições. Apesar de deslumbrado como deve ter ficado, não terá conseguido importar o modelo completo. Porque não pode ou porque não o captou, não saberemos mas, claramente, o que viu em Itália, sobretudo em Roma onde teve tempo livre para contactos e reflexão, alterará em definitivo a sua percepção sobre a utilidade das bibliotecas e em que deveria consistir uma biblioteca.

Valencia, um segundo marco. Cenáculo só atravessou a fronteira portuguesa duas vezes na vida; para além da viagem a Itália, desloca-se a Espanha também para participar num Capítulo Geral da Ordem Terceira em 1768. Esta segunda viagem acontece num período muito diferente da sua vida e, por isso, é importante perceber o que terá ele aproveitado dessa segunda saída. Decorreram dezoito anos sobre Roma, Cenáculo estava junto da Corte, era deputado da Real Mesa Censória, preceptor do príncipe herdeiro, homem de confiança de Pombal. Apesar de atravessar um período de intensa intervenção política, prosseguia com a reconstrução pós-terramoto dentro do Convento de Jesus, entre 1768 e 1777, a qual incluía a Livraria⁵¹⁶; por 1771, influenciava Pombal que declara que é “tempo de iniciar a obra da livraria [i.e., do Convento de Jesus] e das mais que mostram as plantas”⁵¹⁷ considerando-a “como obra pública da cidade”⁵¹⁸ e, em 1773, elabora um verdadeiro “caderno de encargos” tendo em

⁵¹⁵ Se compararmos com a produção escrita de Cenáculo, e até de Salgado, a produção de Frei Joaquim, equivale a quase nada. Segundo Salgado, fica-se por uma obra impressa e alguns manuscritos: *Oração fúnebre nas exéquias do Grão Mestre de Malta D. Fr. António Manoel de Vilhena*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1738; *Memória da Fundação do Collegio de S. Pedro de Coimbra*. Ms. in 4^o; *Consulta sobre os Privilégios e Indulgências da Ordem Terceira*. Ms. Folha; *Epigramas latinos para o certame eucarístico*. Ms. in 4^o; *Collecção de Consultas Moraes e Miscelania Portuguesa e Latina*. Ms. Folha; *Diário da Jornada de Roma ao Capítulo Geral em 1750*. Ms. in 8^o. In SALGADO, Vicente -*Escritores dos Padres da Terceira Ordem de S. Francisco de Portugal*. BAC Ms. 121 V.; tb. in *Catalogo Histórico dos Escritores da Congregação...*BAC Ms. 505 V. A estas obras indicadas por Salgado, acrescentamos um sermão que não consta da lista fornecida por Salgado. Trata-se do *Sermão da Puríssima Conc^{am} da Snr^a pregado em a nossa Igr^a de Jesus em 8 de Dez^{bro} de 1753*. BAC Ms. 174 V.

⁵¹⁶ SALGADO, Vicente – “Relação dos Factos ...” In *Collecção de Papeis Ecclesiasticos, e Civis do uso de Fr. Vicente Salgado*. BAC Ms. 136 V.

⁵¹⁷ SALDANHA, Sandra Costa – “O paradigma estético...” 2013: 106-107.

⁵¹⁸ Idem, *ibidem*: 107. Ver tb. NEVES, Álvaro – *Obra cit.*

mente o seu projecto de biblioteca no âmbito da Real Mesa Censória, o celebrado manuscrito *Faz-se indispensável...* que entrega ao arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos.

“O Provincial Fr. Manuel do Cenáculo, Lente Jubilado, e Doutor em Teologia, Qualificador do Santo Ofício, Examinador Sinodal do Patriarcado, Consultor da Bula da Cruzada, Cronista da Província, Definidor Geral da Família Franciscana, Capelão Mor das Armadas Reais, Deputado da Real Mesa Censória, Mestre e Confessor do Sr. Príncipe da Beira D. José, Presidente do Tribunal da Real Mesa Censória, do Subsídio Literário, e da Junta da Fazenda do Real Colégio de Nobres, e Bispo da Cidade, e Diocese de Béja [...]”⁵¹⁹

nomeado a 13 de Março de 1768 Provincial pelo Ministro Geral Fr. Juan Pedro de Molina parte para Valencia nessa qualidade. “No dia treze de Abril saí de Lisboa para Capítulo Geral em Valência; e no dia segundo de Julho entrei em Lisboa”⁵²⁰ constitui toda a parca informação que Cenáculo fornece sobre a sua deslocação a Valencia.

Uma vez em Valencia, e na falta do orador indigitado, Fr. Juan Pedro de Molina incumbe Cenáculo de proferir a oração de abertura ao Capítulo Geral. Cenáculo “dentro de poucas horas compôs a Oração Latina⁵²¹ sobre o Evangelho do dia, tão aceite pelos sábios, assim Regulares, como Seculares, que a ouviram, que levado em triunfo mereceu o elogio de todos. A Corte, as Províncias, o Reino não ouviram com satisfação a fama, com que o aplaudiu Espanha?”⁵²². Elogio que recebeu de Mayans, de Rafael Mohedano, de Juan Bautista Munõz entre outros. Desempenhou, pois, com brilho a tarefa da qual foi incumbido.

Em Portugal, para além dos ecos registados nos textos de Vicente Salgado, temos ainda uma referência de Joaquim José da Costa e Sá⁵²³ que, em carta escrita a Cenáculo, relembra o sucesso deste nos seguintes termos:

⁵¹⁹ SALGADO, Vicente – *Compendio histórico da Congregação da Terceira Ordem*, 1793: 212.

⁵²⁰ CENÁCULO, Manuel do – *Diário*. BPE Cod. CXXIX 1-17, f. 9.

⁵²¹ CENÁCULO, Manuel do – *Oratio pro aperiendis...* 1768.

⁵²² SALGADO, Vicente – *Origem, e progresso das línguas orientais...* 1790: 55.

⁵²³ Filólogo, latinista, com alguns títulos publicados, professor no Colégio dos Nobres e que mantém prolongada correspondência com Cenáculo pelo menos desde 1775 até 1803 a qual analisaremos em **Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo**.

“O R^{mo} S^{nr} P^e M^e Definidor Geral me deu a memória do tempo, em que V. E^{xa} promoveu as Belas Artes; e juntamente a lembrança dos gloriosos sucessos e felizes progressos das Artes em Jesus; a qual eu pus em limpo, e lhe ajuntei a notável passagem do Capítulo Geral de Valença em que V. E^{xa} triunfou vitorioso na Assembleia a mais luzida. Amanhã a levo a meu Mestre”⁵²⁴.

Em Valencia, plausivelmente terá visitado bibliotecas, as da Ordem com certeza, da Universidade (fundada em 1499) com elevada probabilidade, talvez até a Academia Valenciana obra de Mayans y Siscar e, acaso afortunadíssimo, gozou a biblioteca particular de Mayans⁵²⁵, ou como ele a define, um “vasto mar de notícias que eu conheci e conjecturei nessa rica Biblioteca”. Cenáculo fora recomendado a Mayans por Lopes Caldeira⁵²⁶ e por António Pereira de Figueiredo. Ambos retirarão proveito desse afortunado encontro⁵²⁷. Gostaríamos de ter informações mais específicas mas, como tantas vezes acontece, a omissão e o silêncio parecem ser regra de ouro.

Desta deslocação a Espanha, do que temos referência, por via de uma simples carta, é da sua visita à Real Biblioteca do Mosteiro do Escorial. Sobre a jornada de ida e volta a Valencia terá havido um relato do próprio Cenáculo⁵²⁸ que hoje não se localiza; o regresso terá sido pela Andaluzia, pelos conventos franciscanos de Sevilha e Granada⁵²⁹, de que também há vaguíssimas referências na correspondência trocada com D. Gregorio Mayans e com o P^e Rafael Mohedano. Ficamos, no entanto, a saber que esta viagem demorou três meses e

⁵²⁴ Carta enviada de Lisboa para Cenáculo, Beja em 28 de Janeiro de 1775. BPE COD CXXVIII 1-1, Doc. 3.

⁵²⁵ Carta de Cenáculo para Gregório Mayans, Lisboa, 19 Jul. 1768. Ver PIWNİK, Marie-Hélène, 1986: 485-486 referências explícitas à biblioteca de Juan António Mayans); Carta de Cenáculo para Gregório Mayans, Lisboa, 2 Maio 1774. Ver PIWNİK, Marie-Hélène, 1986: 540-541 (referências à biblioteca de Gregório Mayans).

⁵²⁶ Miguel Lopes Caldeira, 1703 – [17??], jurista e erudito, Provedor em Portalegre e Évora, académico nacional e membro da Real Academia de História, Madrid. In PIWNİK, Marie-Hélène – *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. 1987: 81-84.

⁵²⁷ Idem, *ibidem*: 111.

⁵²⁸ “Este Diário (que foi escrito à semelhança do Diário da jornada a Roma, e que me foi comunicado juntamente com ele), começa em 13 de Abril, dia em que o Provincial Cenáculo saiu de Lisboa, e acaba em 2 de Julho, dia em que se recolheu ao seu Convento de Jesus; tendo feito caminho pela Estremadura Espanhola, Castela Nova, e Reino de Múrcia; e voltado por grande parte do Reino de Valença, Murcia, Granada, e Andaluzia, até tornar a entrar na Estremadura...” In *Jornada ao Capítulo Geral de Valença em 1768*. Volume manuscrito autógrafa, em 8^o grande de 180 pag, não numeradas Ver MORATO, F. Manuel Trigo de Aragão – *Catalogo das obras do Senhor Arcebispo de Évora*. 1815.

⁵²⁹ No Capítulo Geral da Ordem em Valencia, Cenáculo havia sido elevado a Provincial da Ordem Terceira para a Península Ibérica o que significava que Sevilha e Granada na Andaluzia passavam a estar sob a sua responsabilidade.

consultando Vicente Salgado sabemos que em Maio ainda estava em Valencia⁵³⁰. Esta informação, aparentemente insignificante, permite ela própria mais um avanço na identificação do percurso formativo de Cenáculo porque, então, comprovamos que Cenáculo terá aproveitado esse tempo para explorar as bibliotecas que já referimos e estabelecer novos contactos ou aprofundar antigos.

O Mosteiro do Escorial não fica no caminho para Valencia. Perdido nas vertentes das montanhas do Guadarrama, exige um desvio propositado, além de esforçado. O Mosteiro é uma construção imponente, remontando ao século XVI, e alberga uma importante biblioteca, cujos primeiros fundos foram legados por Filipe II, incluindo talvez iluminados que teria levado de Portugal⁵³¹. O arquitecto mais marcante do complexo foi Juan de Herrera, o mesmo que trabalhou em Portugal no tempo de Filipe II de Espanha e que deixou marcas do seu traço no Terreiro do Paço em Lisboa⁵³². A biblioteca é grandiosa, quer do ponto de vista arquitectónico e decorativo quer do ponto de vista da sua organização espacial quer ainda do ponto de vista da riqueza e variedade bibliográfica. A abóbada do imenso espaço aberto - o tecto da biblioteca - está decorada com frescos representando as sete artes liberais, isto é, Retórica, Dialéctica, Música, Gramática, Aritmética, Geometria e Astrologia. A planta rectangular inspirou-se na biblioteca laurenciana de Miguel Ângelo (em Florença), uma solução nova que, incluindo janelas laterais rasgadas de alto a baixo, proporcionava grande iluminação natural a todo o espaço⁵³³. Os livros e manuscritos dispõem-se em estantes desenhadas pelo próprio Herrera, feitas com madeiras exóticas trazidas das colónias do Brasil e da América Latina, colocadas ao longo das paredes enquanto, no centro, se dispõem os globos, terrestres e celestes. A biblioteca passa a ser um grande espaço aberto, luminoso e convidativo à reflexão e ao estudo. Os livros, lado a lado com os instrumentos científicos. Um convite à descoberta e ao gosto pelo conhecimento.

⁵³⁰ SALGADO, Vicente – *Elogios históricos dos Exmos. e Rmos. Senhores Arcebispos e Bispos ...*[s.d.]. BAC Ms. 694 V.

⁵³¹ Apud VITERBO, Sousa – *A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel...* 1901: 2 (nota de rodapé). A “*librería rica*” de Filipe II, que esteve na base da grande biblioteca escorialense, foi objecto de amplo e importantíssimo estudo de SÁNCHEZ-MOLERO, José Luís Gonzali – *La ‘Librería rica’ de Felipe II...* 1998.

⁵³² BARGHAHN, Barbara von; JORDAN, Annemarie – “The Torreão of the Lisbon Palace and the Escorial Library...”. 1986: 25-114.

⁵³³ A biblioteca medieval, conventual ou colegial, dispunha de um largo corredor central que dava acesso a compartimentos laterais com os seus bancos corridos, face a face, ao longo de uma mesa com um tampo mais ou menos inclinado. Esta disposição recolhida, escurecia a zona central e quebrava o espaço envolvente. Determinava o tipo de leitura e sociabilidade. A proposta de Miguel Ângelo, aberta e luminosa, dá outra respiração ao espaço e está de acordo com a renovação do próprio pensamento que se quer partilhar.

Para esse espaço nobilitado pelo ornato, Filipe II ofereceu a sua biblioteca materializando as preocupações que tinha com o coleccionismo e com o enriquecimento das colecções sempre com o objectivo de fazer da biblioteca um centro de estudo. A biblioteca deveria reunir livros, manuscritos, mapas, esferas, astrolábios, instrumentos matemáticos e científicos, desenhos, gravuras, monetário e medalheiro.

Cenáculo escolhe visitar o Escorial. As razões exactas da sua escolha são desconhecidas mas talvez não nos enganemos presumindo que Cenáculo, que devia estar a par da proximidade de soluções arquitectónicas e artísticas adoptadas para o Escorial e para o Palácio da Praça do Comércio, soluções que podem muito bem remontar a Francisco de Holanda e, através deste, evocar a Capela Sixtina pintada por Miguel Ângelo, capela presumivelmente visitada por Cenáculo em 1750⁵³⁴, não tenha resistido a conhecer directamente tanta maravilha. Recente investigação⁵³⁵, assinala a existência das obras de Holanda – *Das Antigualhas, Da Pintura Antiga e De Ætatibus Mundi Imagines* – na biblioteca de Filipe II, tratados a que Juan de Herrera teria tido acesso. A riquíssima iconografia representada nos frescos da biblioteca do Escorial têm grande valor artístico e simbólico, explicitam concepções intelectuais do tempo de Filipe II com as suas ramificações a Carlos V e a D. João III. A análise das pinturas revela “the evidence that the library was designed as a genealogical record of intellectuals who embodied virtú is provided by a series of portraits placed between the bookcases created for the chamber”⁵³⁶.

Esta carga histórica, simbólica, de profundo cunho patrimonial talvez tenha ajudado a decidir a deslocação de Cenáculo. Estaria em causa, então, mais do que conhecer o conteúdo da biblioteca (livros, manuscritos) avaliar os espaços, a riqueza e a sumptuosidade que mais tarde Cenáculo promoveria como ingredientes obrigatórios para a Biblioteca “bem proporcionada, majestosa” que defendia⁵³⁷. A deslocação de Cenáculo deve encontrar uma explicação nesta proximidade ibérica

“[...] because Juan de Herrera has been acknowledged as the architect of the Lisbon Torreão, the library in the Paço da Ribeira’s tower perhaps served as a model

⁵³⁴ S. JOSÉ, Joaquim de – *Diário...* Seguem-se os 4 dias até a quinta feira do Corpus Christi. Por ocasião da procissão do *Corpus Christi* a que foram assistir, a Catedral de S. Pedro e a colunata são referidas (sem menção a Bernini) mas é a única informação explícita sobre o conjunto arquitectónico e artístico do Vaticano.

⁵³⁵ BARGHAHAN, Barbara von e JORDAN, Annemarie – *Obra cit.*

⁵³⁶ Idem, *ibidem*: 66-67.

⁵³⁷ CENÁCULO, Manuel do – *Faz-se indispensável...* 1773. BPE CXXVIII 2-5, f. 312-313.

for the Escorial, as only eleven years separated the two projects. The Torreão probably contained elaborate bookcases designed with diverse woods imported from the Portuguese and Spanish colonies. The walls and ceiling of the tower library must have contained frescoes that were not unlike those of the Escorial [...]. Equally relevant was his [Philip II] desire to increase the holdings of the library. In creating a splendid environment for his manuscripts that would elevate the Hapsburgs as advocates of knowledge, Philip II's attitude towards his destiny is revealed. The library, axially arranged at the complex with the basilica, is an architectural monument of the king's Solomonic authority and providential right to rule"⁵³⁸.

Este ambiente e estas razões enquadram muito bem a ambição de Cenáculo e podiam ser suficientes para justificar o seu desvio por montes e vales. Mas existe outra razão mais próxima ainda do coração de Cenáculo: a existência de uma magnífica colecção de manuscritos em línguas orientais.

Em 1768 Cenáculo trabalha afanosamente no Convento de Jesus; é a reconstrução, a nova Livraria mas também a escola de línguas orientais. Contrata professores, selecciona os noviços que deverão aprender aquelas línguas, única forma de se conseguir aceder directamente às fontes, ultrapassando o crivo de uma leitura das fontes feita por terceiros. Nesse tempo, em Espanha, está em curso a leitura, a transcrição e a publicação dos manuscritos orientais. O catálogo respectivo *Bibliotheca Árabe-Hispana Escorialensis...* organizado por Miguel Casiri (1710-1791), Bibliotecário da Biblioteca Real em Madrid, ele próprio um libanês maronita convertido, é editado entre 1760-1770 em dois volumes por um impressor sediado em Madrid, arabista famoso, António Perez Soto dono dos tipos metálicos indispensáveis para a impressão de caracteres árabes. Ora, na transcrição havia trabalhado Paulo Hodar⁵³⁹, maronita, professor de hebraico, de siríaco e de árabe que recebia para “recopiar certos manuscritos árabes, seis a sete reais por dia”⁵⁴⁰ e que virá a ser contratado por Cenáculo para ensinar no Convento de Jesus donde, aliás, acabará por transitar para os

⁵³⁸ In BARGHAHAN, Barbara von e JORDAN, Annemarie – *Obra cit.*: 68.

⁵³⁹ Referido por Vicente Salgado. *Ver* BAC Ms. 136 V.

⁵⁴⁰ In PIWNIK, Marie-Hélène – « Un épisode des relations intellectuelles entre l'Espagne et le Portugal au XVIII^e siècle : la correspondance adressée par les Frères Mohedanos... ». 1977: 238.

curso de Coimbra, por nomeação de D. José I em Janeiro de 1773⁵⁴¹. Estaria Cenáculo a par de toda esta actividade, de todos estes progressos? Faz todo o sentido pensar que sim e, nesse caso, a deslocação ao Escorial ganha ainda mais fundamento.

À época da visita ao Escorial, era bibliotecário do Escorial Frei Juan Nuñez (1727-1800) a quem Cenáculo só escreve muitos anos depois, a 8 Setembro 1775, agradecendo porque “Tenho conservado muito viva a singular benevolência, com que Vossa Reverendíssima me obrigou [sic] nessa real Biblioteca do Escorial...”⁵⁴² e embora nada mais adiante, sendo este o único testemunho conhecido até agora da sua passagem por aquela biblioteca, maior o seu significado. Como na Casanatense, colecções grandes e opulentas; grandes espaços, uma mistura sábia entre livros e manuscritos, instrumentos, mapas, moedas e medalhas. No seu conjunto, um esplendor. É impossível recusar a sugestão de que estas grandes bibliotecas não tenham exercido influência no pensamento que Cenáculo ia construindo sobre bibliotecas. Aos poucos, ele deve ter solidificado a ideia da biblioteca que queria formar: verdadeiro lugar do conhecimento, onde se cruzavam saberes e sábios, local onde se poderia encontrar resposta às mais variadas questões, onde se podia multiplicar o conhecimento. Importa ir registando esta evolução porque o manuscrito *Faz-se indispensável uma biblioteca...* em 1773 constitui, de certo modo, a coroação e oficialização do seu pensamento. Tal como a sua intervenção na reconstrução da biblioteca do Convento de Jesus, entre 1768-1777⁵⁴³.

Na falta de um tratado ou de uma memória dedicada em exclusivo à necessidade da existência de bibliotecas e ao seu provimento, procurámos assim identificar os exemplos que muito plausivelmente agiram sobre a sua formação moldando, de uma forma gradual, a sua sensibilidade em matéria de bibliotecas.

6.2.5 – O pensamento cenaculano sobre bibliotecas – O escrutínio dos manuscritos de Cenáculo, ou os do seu secretário e cronista Vicente Salgado, permite ir desenhando os contornos do que para ele seriam os cânones de uma biblioteca, embora muito mais sob o ponto de vista dos espaços e do seu ornato do que do ponto de vista dos conteúdos e da sua organização temática. Curiosa esta sensibilidade para as questões arquitectónica e decorativa

⁵⁴¹ O estudo das línguas orientais será uma das linhas de força da intervenção de Cenáculo. Pelas ligações peninsulares, voltaremos a esta questão quando comentarmos o trabalho dele no Convento de Jesus.

⁵⁴² Carta transcrita por VAZ, Francisco – *Os livros e as bibliotecas...* 2009: 440.

⁵⁴³ SALGADO, Vicente – “Relação dos Factos ...” in *Collecção de Papeis Ecclesiasticos, e Civis do uso de Fr. Vicente Salgado*. BAC Ms. 136 V.

as quais, quanto a nós, se devem entender mais à luz do aparato e cuidado iluministas com os instrumentos do poder do que com um genuíno gosto pela arquitectura. Com o Terramoto tinha desaparecido o que havia de Biblioteca Real e com ele terão também desaparecido a decoração e aparato que revestiriam os espaços do Torreão, sobre os quais hoje se alvitra como vimos, poderem ter servido de fonte de inspiração para o Escorial⁵⁴⁴. Com dificuldade, juntavam-se livros recorrendo sobretudo a ofertas⁵⁴⁵ mas era preciso um local para os colocar. Em certa medida, arranjar esse local assumia uma urgência que talvez justifique o correr de tanta tinta sobre uma casa de biblioteca. Apesar de tudo identificamos, no meio desta pressa, um paradoxo.

A biblioteca das Luzes é uma biblioteca organizada de acordo com um sistema de classificação na qual a simples inevitabilidade do espaço não adultera o sentido da biblioteca porque os livros estão catalogados e através do catálogo, cada livro, independentemente dos assuntos e das múltiplas relações que possa estabelecer com outros livros, é sempre localizável, logo, acessível. A biblioteca mercê do catálogo deixou de ser um segredo para alguns; sustentada pelo catálogo, a biblioteca torna-se pública e é neste sentido que a adjectivação da biblioteca, definindo-lhe o tipo, ganha sentido.

O paradoxo reside exactamente nesta aparente incapacidade de ultrapassar a omnipresença do modelo arquitectónico para passar a discutir questões ligadas à operacionalidade e desenvolvimento da biblioteca. Temos dificuldade em definir essa incapacidade porque, dadas as reconhecidíssimas capacidade e superioridade intelectuais de Cenáculo, é quase impossível acreditar que ele não se preocupasse com outras questões para além das arquitectónicas. O facto é que não conseguimos reunir provas; o facto é que a obsessão arquitectónica é demasiado intrusiva. Ribeiro dos Santos, quando fica responsável pela liquidação da Biblioteca da Real Mesa Censória, em 1795, lamenta-se da falta de um catálogo ou mesmo de um inventário como discutiremos mais adiante em **6.3.3**; na hora da inventariação dos bens deixados por morte de Cenáculo em Évora, a desorganização é semelhante⁵⁴⁶. Também as listas de livros que ele oferece, à Real Biblioteca Pública e sobretudo à Livraria do Convento de Jesus, configuram um rol, não um catálogo. Um bom

⁵⁴⁴ BARGHAHAN, Barbara von e JORDAN, Annemarie – *Obra cit.*

⁵⁴⁵ Como foi o caso da biblioteca de Diogo Barbosa Machado. Ver CENÁCULO, Manuel do – *Memórias históricas e appendix*, 1794: 46.

⁵⁴⁶ CAETANO, Joaquim, *obra cit.*: 67. Ver tb. BPE, Fundo da Manizola, Cód. 57.

exemplo da desorganização que parece ser um traço seu é a carta que transcrevemos parcialmente:

“Meu Fr. Vicente. Recebo a carta, notícias etc. [...] Mande-me o Salviano, que está deitado por cima dos livros na estante da Livraria grande de cima, que está entre as janelas, por cima da obra de Gotti [...]. Não há tempo de mais. Passe bem. Salvaterra em 24 de Fevereiro de 1770. Fr. Manuel de Beja”⁵⁴⁷.

Sobre a organização da Livraria ficamos com uma imagem bastante negativa; sobre a sua memória, sem dúvida nenhuma, a convicção de que era poderosa. No entanto, os dados que conseguimos reunir não nos deixam satisfeitos. Por um lado, a desorganização apontada; por outro, a preocupação pela organização que os testemunhos de que a Livraria do Convento de Jesus tinha catálogo e por trás dele estaria a figura de Cenáculo⁵⁴⁸.

A Biblioteca do Convento de Jesus exige aqui alguma atenção; os documentos que se conseguem reunir sobre o trabalho aí desenvolvido, os anos que isso implicou, a intervenção do próprio Cenáculo como Provincial, a concretização alcançada do objectivo, tudo leva a considerar verdadeiramente esta biblioteca como *a sua biblioteca*. Para esta análise, socorremo-nos sobretudo de textos de Salgado⁵⁴⁹, também de Cenáculo⁵⁵⁰ e de outros constantes do trabalho de Álvaro Neves já citado⁵⁵¹. Recorreremos também a estudos contemporâneos que recolocaram a Livraria de Jesus no centro das suas atenções⁵⁵².

Podem considerar-se três períodos distintos na história do Convento de Jesus. Um longo período desde o século XVI até ao Terramoto; o período gerido por Cenáculo, até ao seu afastamento para terras alentejanas, em 1777; o período posterior e mesmo este poderia ser

⁵⁴⁷ CENÁCULO, Manuel do – *Carta autógrafa para Fr. Vicente Salgado*. 1770: f. 24. BAC Ms. 138 V.

⁵⁴⁸ NEVES, Álvaro – “Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus ...”. 1911: 181-200, 695-703. Registamos com apreensão e lamentamos que alguma da bibliografia citada por Neves como existente na Academia das Ciências, não tenha podido ser localizada.

⁵⁴⁹ SALGADO, Vicente – *Relação dos factos que na sua simplicidade e verdade...ca 1777*. BAC Ms. 136 V. *Ver tb. Elogios Históricos dos Exm^{os} e Rm^{os} Senhores Arcebispos, e Bispos ...[s.d.]*. BAC Ms. 694 V.

⁵⁵⁰ CENÁCULO, Manuel do – *Plano de Estudos... 1768; Cuidados literários... 1791; Memórias históricas e Appendix... 1794*.

⁵⁵¹ NEVES, Álvaro – *Obra cit.*

⁵⁵² OLIVEIRA, Márcia Carolina Ferreira de – *A bibliofilia em Portugal no início da época contemporânea... 2012*. *Ver tb. SALDANHA, Sandra Costa – “O paradigma estético da Biblioteca Joanina: bibliotecas conventuais setecentistas”. 2013 e VAZ, Francisco – “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. 2012 e “A Biblioteca do Convento de Jesus (1755-1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo”. 2013.*

subdividido mas esse tempo ultrapassa o âmbito da nossa dissertação. Analisaremos apenas o período de Cenáculo, o que ele encontrou, o que deixou.

Olhemos então para a Livraria a partir do momento em que Cenáculo assume funções no Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, sito “aonde chamam Val de Donas”⁵⁵³. Estamos a reportar-nos a um período que medeará entre 1750 (depois do regresso de Roma) e 1755 (morte de Fr. Joaquim de S. José). Com o Terramoto, o Convento é profundamente afectado, a Livraria destruída. Pela leitura de Salgado e também de Cenáculo, a situação seria catastrófica a exigir profunda intervenção a qual não se confinaria a arranjos e recuperações na Livraria mas, já agora, a erguer uma grande Livraria e a organizar outros espaços do Convento. Tratava-se de uma renovação completa para a qual contou com o trabalho de Joaquim Oliveira⁵⁵⁴, seu primo e a quem também, um dia, serão atribuídos os planos para Beja e para Évora⁵⁵⁵, nas mãos de quem, portanto, andaram as plantas da Casanatense. Reconhecer, assim, na Livraria de Jesus algumas soluções espaciais de interior idênticas às da Casanatense, não espanta, pois. Esta intervenção profunda incluía frontaria da igreja, coro, cozinha, refeitório, celas, dormitório, cárceres, infraestruturas para despejos, espaços envolventes como a horta, ou o poço novo. Não soubéssemos quem poderia ter sido o mentor deste vasto plano, bastaria a ambição implícita ao projecto para atribuímos, com alta probabilidade de acertar, a autoria. Os projectos de Cenáculo sempre têm esta característica, pensar em grande.

“Como não havia Livraria fez-se uma grande casa com distinção de servir ao Público para o que se lhe fez escada e paredes de cantaria fechada para a rua. Tem cento e cinquenta palmos de comprido, e sessenta de largo, com trinta e cinco até ao ponto. É cingida por um lado de gabinetes em baixo, e em cima de galeria destinada para Museu como também a outra casa que em cima da segunda ante-livraria abrange toda a largura da Biblioteca”⁵⁵⁶.

⁵⁵³ *Apud* NEVES, Álvaro – *Obra cit.*: 183.

⁵⁵⁴ SALDANHA, Sandra Costa – *Obra cit.*: 106-107.

⁵⁵⁵ CAETANO, Joaquim de Oliveira – *Obra cit.*

⁵⁵⁶ In SALGADO, Vicente – *Relação dos factos que na sua simplicidade e verdade...c.* 1777. BAC Ms. 136 V.: f. 160 v. -161.

Sobre o espaço, temos esta informação a partir da qual o elemento mais interessante que se recolhe tem a ver com a indicação de uma “galeria destinada para Museu” dentro da própria Livraria⁵⁵⁷, portanto, um modelo segundo os cânones tradicionais mesmo quando surgia a oportunidade de nova construção, de fazer diferente. Quanto ao recheio, desde as estantes aos livros passando pelos catálogos, a informação é mais escassa.

Sobre os livros, registam-se várias doações entre as quais avultam a do Prior de Oliveira de Azeméis, Manuel de Oliveira Ferreira, superior a sete mil volumes⁵⁵⁸, e a de Cenáculo, entre dois a três mil volumes (as informações de Salgado variam), para quem

“A casa da Livraria deste convento que desde os primeiros alicerces foi delineada pelo Senhor Bispo de Beja, é hoje uma das bibliotecas memoráveis da corte, assim no material, como no formal: sua magnífica architectura salta à vista dos inteligentes. Os sábios, e estudiosos não deixam de encontrar as matérias às suas aplicações. O tempo venceu os impedimentos que embaraçaram tantos anos o complemento desta casa. [...] Tendo o Senhor Bispo de Beja demitido de si em oportunidade os dois mil volumes que tinha de seu uso para a Livraria desta casa, cheio agora de satisfação, vendo completa uma obra de glória ao seu claustro, e notável à posteridade, novamente a brindou com muitos e raros livros e manuscritos da sua escolhida biblioteca”⁵⁵⁹.

A obra havia sido autorizada pelo Definitório

“[...] aos doze de Fevereiro de 1771 convocou o N.M.R.P.M. Vig^o Prov^{al} o R. Defin^o e propôs que era tempo de principiar a obra da Livraria, e das mais que mostram as Plantas assinadas pelo Sr. Marquês de Pombal como obra publica da Cidade”⁵⁶⁰.

Este impulso decisivo para o futuro da Livraria, conseguiu-o Cenáculo durante as suas funções como Presidente da Real Mesa Censória no auge do bom relacionamento com o

⁵⁵⁷ Ver Extra texto Salão da Casanatense (Figura 6).

⁵⁵⁸ VAZ, Francisco – “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. 2012: 90; Ver tb. “A biblioteca do Convento de Jesus...”. 2013: 133-149.

⁵⁵⁹ In SALGADO, Vicente – *Elogios Históricas dos Exm^{os} e Rm^{os} Senhores Arcebispos, e Bispos...*[s.d.]. BAC Ms. 694 V.: f. 65 v. – 66.

⁵⁶⁰ In SALGADO, Vicente – *Manual de Monumenros viridicos...*T. 2: f. 25 *apud* NEVES, Álvaro – *Obra cit.*: 191.

Marquês de Pombal, boas relações que já lhe haviam permitido ver aprovado, em Julho de 1769, um edital da Real Mesa Censória pelo qual

“[...] todos os Livreiros, Impressores, Mercadores de Livros, Universidades, Religiões, Comunidades, Corporações, e pessoas particulares, assim desta Corte, como de todos os meus Reinos, e Domínios, sejam obrigados a formarem um catálogo fiel de todos os Livros impressos, ou manuscritos, científicos e literários, que tiverem nas suas Casas, Loges [sic], Oficinas e Livrarias o qual será reduzido a sete classes, a saber: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Artes [...]”⁵⁶¹.

Um levantamento cujo objectivo primeiro seria pôr cobro à existência e circulação de “vários Livros corruptores da Religião, e da Moral, destrutivos dos Direitos, e Regalias da Minha Coroa, e opostos à conservação, e sossego público desta Monarquia...”⁵⁶² que lhe daria uma informação completa sobre a existência e localização de obras mas cuja finalidade, vale a pena lembrar, não era a constituição de um catálogo para uso de nenhuma biblioteca. Este levantamento não se revestia de uma preocupação científica apesar da indicação das classes de acordo com as quais deveria ser realizado; pelo contrário, o objectivo era de índole fiscalizadora como claramente as palavras iniciais deixam perceber. Esta diferença tem que ser assinalada porque o texto do edital é utilizado em articulação com as responsabilidades que Cenáculo detinha pela Livraria de Jesus e se, efectivamente, o catálogo se revestisse dessa preocupação científica, o alcance, quiçá, seria outro e introduziria uma perspectiva diferente acerca da direcção de Cenáculo na Livraria do Convento de Jesus. Mas não é essa a realidade.

Não temos nenhum documento que aborde a questão do catálogo da Livraria ou a questão das estantes. Existe um documento citado por Neves muito interessante relativo ao catálogo mas não tem data, tanto pode ser relacionado com a gestão de Cenáculo como não⁵⁶³ e, perante a dúvida, não o considerámos. Para as estantes e classificação, também a ausência de informação impera. Não podemos afirmar que estejamos perante um modelo acabado; percebemos as dificuldades – entre as quais avulta a falta de dinheiro que no período posterior

⁵⁶¹ In *Collecção dos editaes que se tem publicado pela Real Meza Censória...* 1775. Tb. apud NEVES, Álvaro – *Obra cit.*: 189-190.

⁵⁶² Idem, *ibidem*: 189.

⁵⁶³ SALGADO, Vicente – *Manual de Monumenros viridicos...*t. 2 Apud NEVES, Álvaro – *Obra cit.*: 188.

a Cenáculo ainda é invocada – , percebemos as delongas com a execução arquitectónica que devem ter existido, mas nenhuma destas contrariedades explica a falta de um plano que incluísse uma reflexão sobre a arrumação, os catálogos, a provisão “*inextinguível*” de livros. O que a leitura das fontes nos revela, pelo contrário, é que no período subsequente a Cenáculo se manifesta uma grande preocupação com estes aspectos e o seu porta-voz é precisamente o P. José Mayne, com quem Cenáculo entrará em conflito. Entrou em conflito por causa das iniciativas de Mayne que, ao tê-las, denunciava o estado em que ficara a Livraria ou o conflito teria outra origem? Não sabemos a causa, só conhecemos o conflito através de correspondência revelada por Vaz⁵⁶⁴, correspondência de 1782, mas são grandes as hipóteses de ter sido a situação da Livraria a causa do mal-estar que se constata. O evidente desentendimento entre o P. José Mayne e Cenáculo leva-nos a ter em maior atenção o testemunho de Pérez Bayer que não se refere a Mayne nos termos mais elogiosos⁵⁶⁵ mas é inevitável dar algum desconto sabendo que as opções políticas colocavam Cenáculo (antigo braço direito de Pombal, fiel súbdito de D. José I) e Mayne (homem de confiança de D. Maria e de seu marido D. Pedro) em lados opostos.

De tudo quanto reunimos e analisámos parece-nos poder tirar duas conclusões. Por um lado, fica plenamente demonstrado que Cenáculo amava os livros, compreendia profundamente o significado e importância dos mesmos, percebia que os livros por preciosos exigiam uma casa, a “*Casa da Sabedoria*”. Sobre esta apetência e este desvelo, não existe a mais ínfima dúvida. Em contrapartida, esta sua paixão livresca e erudita não era acompanhada do sentido de organização que uma verdadeira biblioteca exige, sobretudo quando se ambiciona convertê-la numa biblioteca pública.

A Livraria do Convento de Jesus sofre, depois, vários episódios mas sobrevive ao legado espiritual de Cenáculo, à re-organização projectada por Mayne, às incorporações ditadas pela legislação liberal de 1834 e mesmo à fusão com a Academia das Ciências. Mas no interior do Convento de Jesus não era apenas a Livraria a requerer a sua atenção. A organização dos estudos de línguas orientais, cuja apresentação pública em 1773 constituiu acontecimento de monta⁵⁶⁶, foi até mais significativa pelas repercussões externas que teve a nível peninsular mas também além Pirinéus. Cenáculo contrata mestres para as diferentes línguas orientais e forma

⁵⁶⁴ VAZ, Francisco – *Os livros e as bibliotecas...* 2009: 492 (Doc. nº 161).

⁵⁶⁵ PIWNIK, Marie-Hélène – « Les deux voyages de F. Pérez Bayer au Portugal ...1983 ».

⁵⁶⁶ SALGADO, Vicente – *Origem e progresso das línguas orientais...* 1790; *Ver tb.* PIWNIK, Marie-Hélène – « Voyage au Portugal de quatre religieux espagnols ... ». 1978-1979.

discípulos concretizando, portanto, a sua convicção de que era indispensável assegurar novos formandos. Entre estes formandos vale a pena destacar o franciscano Josep Banqueri, proveniente do Convento da Madre de Deus de Granada, o qual tendo vindo de visita pela mão do P^e Rafael Mohedano, na Primavera de 1773, ao Convento de Jesus, acabou por permanecer até ao início de 1775 a aprender árabe. Acontece que é este Fr. Banqueri que vem a ser responsável por traduções do árabe, nomeadamente um *Tratado de Agricultura*, sob a supervisão de Miguel Casiri, na Biblioteca Real de Madrid e acaba mesmo, em 1784, por ser nomeado tradutor oficial de árabe na Biblioteca Real, Madrid⁵⁶⁷. Deixamos de parte os pormenores destes trabalhos e as intrigas que envolveram Banqueri porque o que aqui nos interessa sublinhar é esta rede tentacular, de influências recíprocas, para as quais encontramos sempre a presença de Cenáculo. Os estudos orientais do Convento de Jesus eram uma referência peninsular e essa é a conclusão mais relevante. O seu émulo Mayans refere essa obra nestes termos:

“Mucho deve a V. Exa. el Reino de Portugal; pues su sabia direccion há hecho oír publicamente, que los que han seguido su methodo de Estúdios, en poquissimo tiempo han hecho maravillosos progresos en las Lenguas eruditas, Hebrea, Arabiga, i Griega, condutos necessários para beber de las fuentes la verdadera sabidura”⁵⁶⁸,

comentário bem elogioso em que se aponta mais uma vez a utilidade dos estudos linguísticos para a construção de uma história renovada. Tratava-se, sem dúvida, de uma tarefa árdua mas inadiável e como bem observou o P^e Rafael Mohedano numa carta para Cenáculo,

“Más difícil hallar un buen Profesor de Hebreo que sacar un Judio de la Inquisición. Pero alguna casualidad, o más bien la Divina Providencia que favorece los nobles designios de V. M., le proporcionará en esta tarea algún invento raro”⁵⁶⁹.

Como, aliás, sempre aconteceu.

⁵⁶⁷ Ver SOTO PEREZ, José Luís – *Arabismo e Ilustración...*1985.

⁵⁶⁸ Carta de Mayans y Siscar para Cenáculo, Valença, 6 Nov. 1773. *Apud* PIWNIK, Marie-Hélène – «Voyage au Portugal de quatre religieux espagnols du tiers-ordre de la pénitence (1773)». 1978-1979: 33.

⁵⁶⁹ Carta de Rafael Mohedano para Cenáculo, 24 Nov. 1769. *Apud* SOTO PEREZ, José Luís – *Obra cit.*: 1985: 24.

Não é difícil perceber hoje como os estudos de línguas orientais impressionaram gerações de letrados e a notícia publicada na *Gazeta de Amsterdam* de 24 de Setembro de 1773, “traduzida fielmente do francês por Fr. Vicente Salgado” [sic], é bem elucidativa. Depois de dar notícia pormenorizada sobre as provas de línguas orientais a decorrer no Convento dos Padres Terceiros da Ordem de S. Francisco⁵⁷⁰, de referir os mestres, os alunos, a assistência e dar particular destaque à figura do Bispo de Beja

“[...] que estava presente ficou inteiramente satisfeito. Este Prelado, que he o Mestre do Príncipe da Beira, he aquele que deo principio ao estudo das Línguas Orientaes no Convento dos Padres da Terceira Ordem, e ahi ajunta a de todas as sciencias próprias ao Estado Ecclesiastico. No tempo em que era Prelado desta Congregação, compoz um Plano de estudos, que recebeu a approvação, e foi confirmado por S. Mag^e Fidelíssima. Passando depois dos grandes empregos que agora occupa, não perdeu de vista couza alguma para a verificação deste Plano; não perdoando a despezas algumas para ajuntar huma das mais bellas Bibliothecas, e das mais curiosas pela quantidade e excellencia dos Livros sobre todas as matérias, e pelos Manuscritos os mais raros, e ainda únicos que a compõem. Alem disto, as medalhas, os quadros, as coriosidades Naturaes, e peças de arte lhe tem custado os cuidados mais fortes, e huma applicação inexplicável. Seu zelo pela Pátria o faz empregar as horas destinadas ao descanso na utilidade de seus compatriotas, não achando repoizo se não entre os Livros”⁵⁷¹.

Do ponto de vista da construção de uma ideia de biblioteca, a análise dos manuscritos de Cenáculo desempenha um papel privilegiado, mas vale a pena rever os seus textos impressos para dispor de mais algumas peças do enigma que o seu pensamento sobre bibliotecas constitui. Faremos este percurso seguindo uma linha cronológica editorial.

A primeira obra na qual Cenáculo faz referências várias a bibliotecas e livros é o *Plano de Estudos* inserto nas *Disposições do Superior Provincial...*, acabado de escrever certamente em 1769 e com alvará de 3 de Julho desse ano.

Como o *Plano* contém um conjunto de preceitos a serem postos em prática visando a formação dos futuros frades franciscanos, as referências a livros e bibliotecas revestem-se de

⁵⁷⁰ Ver SALGADO, Vicente – BAC Ms. 136 V.

⁵⁷¹ In SALGADO, Vicente – *Cartas*. BAC Ms. 138 V.: f. 8-12 v.

um carácter normativo. E começa por definir o perfil do Bibliotecário que será nomeado pelo “...Provincial um Bibliotecário em cada um dos dois Colégios Regulares de Estudos, que seja religioso de inteligência, e de zelo, com as isenções dos Lentes, e assistido de companheiro suficiente”⁵⁷² bibliotecário a quem competirá a gestão do espaço mas também a conservação dos livros:

“[...] será o Bibliotecário obrigado a representar ao Conselho quando lhe parecer oportuno, para ser bem servido o Estado Literário: terá cuidado da limpeza, e asseio da Casa, e dos Livros: vigiará que não sejam extraídos da Biblioteca: que sejam tratados como eles merecem: não consentindo que os Estudantes leiam mais do que se lhes permitir: que não os dobrem mal: que não se encostem sobre eles, e outras cousas semelhantes”⁵⁷³.

Também atribui ao Bibliotecário alguma responsabilidade de outra natureza quando declara “Finalmente ao Conselho pertence a escolha dos livros, que se hão-de comprar para as Bibliotecas, ouvido o bibliotecário”⁵⁷⁴.

Depois da manifestação desta preocupação sobre as “*leis de bem conservar as Bibliotecas*” que terá recolhido na obra do Deão de Alicante⁵⁷⁵, explicita com clareza o tipo de livros que deverão existir ao “zelar que não se introduzam nas Aulas Livros de mau gosto, a de assuntos impertinentes; e que as aplicações sejam sobre cousas sólidas... examinar a falta que haja de livros, para se proverem os colégios dos que forem necessários, segundo a nossa possibilidade”⁵⁷⁶ vem então o verdadeiro reconhecimento sobre o valor dos livros:

⁵⁷² *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco*. Parte Primeira, Artigo Duodécimo – Do Bibliotecário, § Único: 16-17. In CENÁCULO, Manuel do – *Disposições do Superior Provincial...* 1776.

⁵⁷³ Idem, *ibidem*.

⁵⁷⁴ *Plano de Estudos ...* Parte Primeira, Artigo Decimo quarto – Do Concelho, § 8: 22. In CENÁCULO, Manuel do – *Disposições do Superior Provincial...* 1776.

⁵⁷⁵ MARTÍ, Manuel – *Epistolarum*. Tom. 2, lib. 22, cap. 24. In *Plano de Estudos...* Parte Primeira, Artigo Duodécimo – Do Bibliotecário, § Único: 17. In *Plano de Estudos...* Parte Primeira, Artigo Duodécimo – Do Bibliothecario, § Único: 16-17 (nota rodapé a).

Cenáculo, aporuguesa o apelido de Manuel Martí tanto para Martins como para Martim mas é importante fixar o nome na sua forma original porque este prelado teve quota parte de responsabilidade na formação intelectual de Mayans y Siscar o qual, por seu lado, é uma das referências para a compreensão do pensamento de Cenáculo, como mencionámos, sendo que o próprio Cenáculo também recorre a Martí como referência.

⁵⁷⁶ *Plano de Estudos...* Parte Primeira, Artigo Decimo quarto – Do Concelho, § 3: 20. In CENÁCULO, Manuel do – *Disposições do Superior Provincial...* 1776.

“Acabado o tempo do Noviciado, para haverem de passar os Religiosos para o Estudo da Retórica, serão examinados do que terão aprendido em o Noviciado, e for competente àquela situação, segundo as Instruções, e Livros, que para aquele efeito se lhes hão-de distribuir, a saber: do conhecimento da Religião; do seu Estado; e do espírito da Igreja nos seus Ritos; e serão também examinados de Gramática [...]”⁵⁷⁷

recomendando, no entanto, que se distingam aqueles que conhecem as línguas orientais dos que não as estudaram:

“[...] porém dar-se-á ao Opositor a liberdade de escrever esta notícia em três dias, tendo a Livraria à sua disposição [...] com a advertência que o Opositor, que trabalhar com conhecimento das Línguas Orientais há-de preferir ao que não o tiver”⁵⁷⁸.

Apesar do interesse dos livros, sempre vai admitindo que há uns com mais interesse que outros:

“Pareceu cousa tempestiva, e oportuna apontar em cada Faculdade alguns Livros de reputação, para que se conheçam os Autores, que hão-de substituir as obras de mau gosto por que em outro tempo se estudava. Não se recomendam todos os Livros em todas as suas partes, nem que todos sejam necessariamente lidos; mas para deles se extrair o que for útil. Não se recomenda também este Catalogo como absoluto mas para que dos Livros insinuados se entenda o gosto da Literatura que se deve estudar; e segundo ele sejam buscadas muitas outras obras, de que seria cousa modesta fazer neste lugar a enumeração”⁵⁷⁹.

Até aqui o que podemos dizer da ideia que Cenáculo tinha para uma biblioteca resume-se sobretudo ao espaço físico e, mesmo assim, trata-se de uma concepção basto rudimentar. Completamente diferente é a sua preocupação com o provimento de livros e manuscritos, e

⁵⁷⁷ *Plano de Estudos ... Parte Segunda, Artigo Primeiro – Dos Exames, e Eleição dos Estudantes, § 1: 22. In CENÁCULO, Manuel do – Disposições do Superior Provincial...1776.*

⁵⁷⁸ *Plano de Estudos... Parte Segunda, Artigo Quinto – Das Oposições às Cadeiras, § 5: 40. In CENÁCULO, Manuel do – Disposições do Superior Provincial...1776.*

⁵⁷⁹ *Plano de Estudos... Parte Terceira – Dos Livros por que se há-de estudar, § Único: 49-50. In CENÁCULO, Manuel do – Disposições do Superior Provincial... 1776.*

com o estudo, ideia bem mais elaborada, sobre o que discorre com maior fluidez quando declara:

“Devo porém lembrar as Bibliotecas bem instruídas, para encher-se o fim das composições literárias, a qual é o servirem ao público. Se a sofreguidão avarenta, ou a curiosidade estúpida, retivesse o Manuscrito raro; se a generosidade não convocasse os curiosos a desfrutar os Tesouros da Sabedoria, expondo-os nos Livros difíceis de achar, ou pela sua raridade, ou pela impossibilidade dos que os desejam ter; se o partido das Letras, digo, deixasse de gozar desta espécie de protecção, não observaríamos estar tão adiantada a sua causa, e careceria de um adjutório, que lhe é essencial. Porém não somente admiramos esta decoração de Bibliotecas públicas no Palácio da Sabedoria. Inumeráveis particulares de todos os Estados não deixam neste ponto que reclamar ao ouro a destinação para o bom uso. Quem pode ter o nome de erudito, carecendo deste estímulo, e deste auxílio para saber? Se há quem não frequente as Bibliotecas, ou podendo, não as tenha bem instruídas, destes é que se diz, que repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados. A sua indolência faz-se mais vituperável, e mais sensível para a irrisão no meio de tantos exemplos bons [...]”⁵⁸⁰.

Este extracto é particularmente curioso porque não só revela a admiração pelas “bibliotecas bem instruídas” (isto é, ricas, bem providas) como elogia os “inumeráveis particulares” que doam livros, ou seja, “não deixam neste ponto que reclamar ao ouro a destinação para o bom uso”, criticando aqueles que não o fazendo “repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados”. Estas preocupações revelam influência de três autores que Cenáculo refere em nota de rodapé⁵⁸¹ sobretudo Le Gallois com o *Traité des plus belles bibliothèques de l’Europe* (1680), livro de grande actualidade e ao qual também Ribeiro dos Santos irá beber alguma inspiração e sobre o qual fazemos uma leitura crítica mais adiante. Para além do óbvio interesse conceptual deste extracto, a sua oportunidade também advém

⁵⁸⁰ *Disposição Quarta do Superior Provincial da Terceira Ordem de S. Francisco no Reino de Portugal em obsequio da sua mesma Congregação ... Appendix Primeiro sobre a Reforma das Letras na Europa: 49-50. In CENÁCULO, Manuel do – Disposições do Superior Provincial...1776.*

⁵⁸¹ *Idem, ibidem: 49, nota de rodapé b); 50, nota de rodapé a).* Para além de LE GALLOIS, ainda são feitas as seguintes referências: LOMEIER, Joahnes – *De Bibliothecis liber singularis*. Ultrajecti [Utreque]: ex Officina J. Ribbii, 1680; MORHOF, Daniel Georg – *Polyhistor, literarius, philosophicus et practicus*. Lubecæ: Petri Boeckmanni, 1747.

do facto de ele reflectir, sem dúvida, o que Cenáculo terá visto por Itália. O extracto transmite um deslumbramento que, ainda que contido, é evocativo de uma experiência que ele viveu e à qual não se subtrai. Esta contenção, aliás, emerge noutra parte do livro, nomeadamente no § 10 – *Da Pintura* quando refere que “porém a architectura romana pelas proporções, e pela sua distribuição tem um gosto incomparável”⁵⁸² embora teime em não deixar transparecer o seu conhecimento directo.

Uma obra fundamental para compreender o pensamento cenaculano no seu todo são as suas *Memórias históricas e Appendix* editadas em 1794. Se considerarmos que este título constitui o segundo volume das *Disposições do Superior Provincial...1776*, então, diríamos que a partir do primeiro volume, não são muitas as contribuições em matéria de livros, leituras e bibliotecas. Para além da sua reputada erudição, o apego aos livros, ao seu valor e utilização tornam-se evidentes com a demonstração do texto erudito. Com o segundo volume, a situação altera-se. Antes, porém, diremos que dos *Cuidados Literários*⁵⁸³, obra terminada em Beja a 8 Dezembro 1788 como faz questão de referir, também não se extraem nenhuns comentários ou elaborações de ordem teórica sobre bibliotecas. Esta obra é uma longa análise de carácter histórico mas também filosófico para aconselhamento dos professores e ordenandos principiantes e futuros religiosos. Área temática por área temática (Latim, Línguas Orientais, Matemática, Lógica), vai historiando as obras publicadas na Europa e em Portugal desde sempre, com citações, ensinamentos, aspectos mais positivos e também vai referindo os autores ou os sábios que foram bebendo nessas obras o fundamento para as suas próprias ou para expectáveis ensinamentos. Sem surpresa, trata-se de uma obra reveladora da profunda erudição que já lhe conhecíamos. Mais interessantes são as referências à situação das bibliotecas no pós-terramoto⁵⁸⁴ ajudando a reconstituir e compreender um cenário difícil de imaginar.

As contribuições mais interessantes encontram-se, então, nas *Memórias históricas e Appendix...*⁵⁸⁵, a cuja leitura e consulta procedemos sobre exemplar em folha existente na Biblioteca Pública de Évora. O que em particular interessa no âmbito desta dissertação são as referências a bibliotecas, mas o texto é igualmente significativo do ponto de vista das suas

⁵⁸² Idem, *ibidem*: 89.

⁵⁸³ CENÁCULO, Manuel do – *Cuidados literários do Prelado de Beja em graça do seu bispado*. 1791.

⁵⁸⁴ Idem, *ibidem*: 24, 75. Sobre o mesmo assunto, *Memorias históricas e Appendix segundo à Disposição Quarta da Collecção das Disposições do Superior Provincial...1794*: 46.

⁵⁸⁵ CENÁCULO, Manuel do – *Memorias históricas e Appendix...1794*.

concepções pedagógicas e também muito rico em informações sobre Fr. Joaquim de S. José. Sem receio, podemos afirmar que as *Memórias Históricas* contribui de forma insubstituível para penetrar no pensamento de Cenáculo mas também no seu carácter. Uma vez terminada a leitura, perfila-se perante nós outro personagem: rigoroso e erudito, com certeza, já o sabemos, mas agora passamos a reconhecer nele traços de grande humanidade e esses aspectos não podem ser omitidos, do que cuidámos em 6.2.1.

Baseados na leitura das *Memorias históricas e Appendix*, reunimos extractos que denotam a sua preocupação com as bibliotecas. Sublinhamos preocupação porque não é mais do que isso. Apesar de tudo, não será pouco porque se trata publicamente de revelar os seus cuidados com bibliotecas, defender a sua existência e ao fazê-lo, assumir uma atitude, escolher deliberadamente o seu lado da intervenção. Em Março de 1768 ascende a Provincial e logo a seguir “no mês de Abril do ano passado de 1768 mandámos fazer os Catálogos das Livrarias dos Conventos da Província [...]”⁵⁸⁶, instrumento que Cenáculo percebia como indispensável para o próprio governo da Província:

“Fará ainda mais feliz esta opinião a lembrança de que naqueles dias se formaram as Bibliotecas na Província, segundo a possibilidade do tempo, e pelo conhecimento que alcançámos, visitando algumas vezes os Conventos, e agora pelos Catálogos que fizemos remeter-nos [...]”⁵⁸⁷.

A sua convicção sobre a utilidade dos livros é tamanha que exemplifica recorrendo à própria história da Ordem quando refere a realização do Capítulo Geral de 1685 em Roma no qual participaram vários franciscanos e “[...] de haverem os Padres desta Província aproveitado daquelas luzes, é a boa, e escolhida porção de Livros daquele género que eles trouxeram de Roma e se acham nas Livrarias desta Casa de Lisboa e de Coimbra”⁵⁸⁸.

Esta permanente atenção aos livros fica bem sintetizada no comentário que deixou sobre a Livraria do Convento de Jesus em Lisboa:

⁵⁸⁶ CENÁCULO, Manuel do – *Memórias históricas e Appendix*...1794: 57.

⁵⁸⁷ Idem, *ibidem*: 147.

⁵⁸⁸ Idem, *ibidem*: 159-160.

“Como sem livros não se adiantam conhecimentos, e sem estes nem se deseja, nem se obra, faz singular honra aos Provinciais a liberalidade, que empregaram para enriquecer a Livraria do Convento de Lisboa”⁵⁸⁹.

Muito rapidamente, Cenáculo integrará a lista de Provinciais que elogia. É uma característica permanente em Cenáculo, quase se confundindo com a sua pele, essa da aquisição de livros e sobre esse enriquecimento contínuo deixa vários testemunhos.

“O Mestre Fr. João da Madalena edificou para Biblioteca uma casa espaçosa, que pareceu depois acomodar nela a Enfermaria, e substituir-lhe a outra casa, que tem servido até ao presente, por ser mais cómoda, ficando junto à Portaria do Convento. Comprou seiscentos mil reis de livros, pela maior parte de Direito [...] O P. Escotinho foi distribuindo pelos Conventos de Lisboa, Santarém e Colégio de Coimbra os livros de seu uso para deles aproveitarem os outros. Querendo o Provincial Fr. António da Conceição Arroios fazer um obséquio aos estudos [...] comprou livros daqueles que as controvérsias movidas então na Academia Real faziam apetercer [...]. O Provincial Fr. António da Gloria comprou por três mil cruzados a Livraria que ficou do Inquisidor Jorge de Cabedo, e a incorporou nesta de Lisboa [...]”⁵⁹⁰.

Aos poucos, também se vislumbra como é que a Livraria do Convento de Jesus foi ganhando alguma preponderância dentro da Ordem:

“Avultaram as Livrarias particulares dos Mestres do Colégio de Coimbra, cuja Biblioteca enriqueceu o P. Doutor Fr. Joaquim José, sendo Provincial, com a bela colecção de História, que ficou por falecimento do P. Fr. Luís Montez Matoso: também para ela comprou a Colecção dos Santos Padres dos sábios Maurinos, e outras obras escolhidas até ao custo de seiscentos mil reis, as quais pela

⁵⁸⁹ Idem, *ibidem*: 195-196.

⁵⁹⁰ Idem, *ibidem*: 196.

necessidade actual dos estudos eu fiz incorporar na Livraria deste Convento de Lisboa”⁵⁹¹.

Para além da confirmação sobre o gosto de Cenáculo por livros sempre “de grande custo, e buscada”⁵⁹², torna-se também muito evidente que este gosto não lhe era exclusivo, nem constituía novidade. No mínimo, tratava-se de um gosto com longa tradição na Ordem Terceira de S. Francisco. Cenáculo preocupou-se sobremaneira com a reorganização da Livraria do Convento de Jesus no pós-terramoto; são frequentes os seus queixumes pelo desaparecimento das obras, na Livraria mas também no Cartório, fosse pelo fogo, fosse pelas chuvas.

Escrutinar o pensamento de Cenáculo, mesmo recorrendo aos seus textos, resulta numa tarefa tão complexa como extensa é a obra. Conseguem-se, no entanto, ir destacando dois vectores igualmente significativos: por um lado, o gosto pelos livros (não podemos discutir a questão da qualidade/quantidade porque a orientação desta dissertação não foi nesse sentido) e, por outro, a questão dos espaços dedicados (isto é, área) à livraria, questão que vai assumindo um lugar cada mais preponderante. Estes parâmetros adquirem uma grande relevância e é na sua intersecção que se instala a ideia de biblioteca. Quando Cenáculo se encontra no auge da sua influência, elabora um memorando no qual lista todos os requisitos, no seu entender, indispensáveis numa biblioteca. Este documento, do punho de copista, conhecido pelo *incipit* absolutamente unívoco *Faz-se indispensável para Biblioteca...* datado pelo próprio Cenáculo numa nota marginal – 4 de Julho de 1773 – merece uma atenção particular pelo seu conteúdo mas também porque vale a pena compará-lo com um outro de Ribeiro dos Santos, *Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca*, de finalidade muito semelhante⁵⁹³. É no *Faz-se indispensável ...* que encontramos a formulação mais acabada de Cenáculo sobre o que deve ser uma biblioteca. Num estilo solto mas focado, Cenáculo regista e transmite o seu conceito de biblioteca.

Afinal, que tipo de indicações se retiram, então, do *Faz-se indispensável...*? Tratando-se de um pequeno documento, não se poderia esperar um manual nem mesmo um texto programático. O documento é interessantíssimo pelas ideias pessoais que veicula, certamente,

⁵⁹¹ Idem, *ibidem*: 200.

⁵⁹² Idem, *ibidem*: 210.

⁵⁹³ Analisamos este documento em **6.3.6**.

mas porque é o documento que melhor concatena os requisitos que no entender de Cenáculo uma biblioteca exige. De uma forma muito sucinta equaciona os aspectos mais importantes para que o arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos não esqueça o essencial. Tal qual um “caderno de encargos”.

A primeira declaração dele prende-se com o espaço: “...uma casa vasta, bem proporcionada, majestosa, capaz de muitos mil volumes... casa que seja disposta para uma aquisição que ainda sendo ora fequente, ora lenta, contudo há-de ser perpétua, e ilimitada”. Esta preocupação com o espaço, claro, porque haveria que acautelar a existência de muitos livros. Logo a seguir, a arquitectura e o aparato: “Deve esta casa ter um átrio correspondente, e indispensável para ornato, e para decência”.

Qualquer das bibliotecas que Cenáculo possa ter visitado, como sugerimos, teria estas características: amplitude, grandeza, magnificência. A aparência não se discute, justifica-se a si própria; o que se pretende é que a biblioteca seja um local digno, que cause impacto. Depois passa de imediato para as zonas internas de serviço: trabalho dos encadernadores (admitindo a recepção dos livros em folha a que faltava serem encadernados); armazém de materiais; preparação dos livros. Pode inferir-se das suas palavras que previa a necessidade de espaço suficiente para guardar muitos livros “na inteligência de que em uma Biblioteca Pública é indispensável haver quanto se tiver composto, e formado das letras do alfabeto”.

Estas palavras nunca mereceram muito destaque mas não é nada de mais se as considerarmos como prenunciadoras da ideia de depósito legal o que, em 1773, deve ser destacado por ser bem prematuro. Depois propõe a consideração de gabinetes para estudo, para bibliotecários e para amanuenses “[...] para escreverem aos correspondentes [...] acerca da História Literária, Efemérides, Compras de Livros [...] como também na formação dos catálogos, róis de contas [...]”. Não se esquece de “uma casa onde o Bibliotecário Maior tenha o seu bofete [sic]; em que faça as conferências do estado da Biblioteca, e o mais que nisto respeita”. Bofete ou mesa de trabalho, claro. Tinha, portanto, uma noção do tipo de trabalho e do volume de trabalho que uma biblioteca exigiria. Nem sequer esquece

“Uma casa separada e cómoda para que nela possam os Bibliotecários preparar a arrumação próxima dos livros que hão-de passar para as estantes; para ajustar os jogos [dos cadernos tipográficos]. Combinar as edições; e coisas semelhantes de lida habitual”.

E dá ainda indicações para acomodar “[...] variedade de globos, mapas, cartas geográficas, Roteiros e Curiosidades relativas à Geografia; umas em Armários, e outras nas paredes”. E ainda “Outras duas casas para Monetário; Desenhos; Estampas de diversos assuntos: e Pinturas, principalmente de sujeitos ilustres; o que é ornato essencial de uma Biblioteca”.

Na boa tradição europeia, a biblioteca era um museu no qual a galeria de retratos, qual corredor da memória, se tornava particularmente importante. E depois ainda se preocupa com “os livros de raridade, e de maior cautela; e ainda e ainda esta com sua divisão para secreto. A outra casa deve servir para colecção de Ms”. Por fim ainda tenta regulamentar sobre instalações sanitárias e arrumos. Aparentemente não faltava nada.

A leitura de um tal documento deixa-nos entusiasmados porque, no estado actual do conhecimento, no panorama português não se dispõe de outro testemunho com estas características seja de Cenáculo seja de outra personalidade qualquer. Até mesmo o documento de Ribeiro dos Santos *Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca* não se pode comparar por maior interesse que nele queiramos ver, e vemos. Mas não nos iludamos: o documento de Cenáculo não é um documento doutrinário em matéria de bibliotecas. O manual de Le Gallois (1680) ou a obra de Naudé (1627) são bem mais profundas: na teoria, nos conhecimentos, nas preocupações, na visão. E Cenáculo, pelo menos, conhecia a obra de Le Gallois. Trata-se de duas obras que entram sem peias no domínio das obrigações e dos compromissos de uma biblioteca, relacionam-nas com a sociedade civil e erudita, orientam a biblioteca para uma intervenção e responsabilidade que ultrapassam as fronteiras do “templo do saber”. E para isso, não hesitam em discutir a arrumação das obras, a sua distribuição e cobertura temática, as dificuldades de organização quando o volume é considerável ou quando se trata de reunir bibliotecas de proveniências distintas. Estas questões estão ausentes no *Faz-se indispensável...* ; pelo contrário, as preocupações enunciadas são sempre de ordem instrumental, o que não deixa de ser surpreendente por redutoras.

Muitos livros e casa espaçosa para livros são duas constantes mas não se concretiza a fusão indispensável a qual, então, teria imposto a discussão dos verdadeiros fundamentos de uma biblioteca. Esta dualidade manter-se-á ao longo da intervenção de Cenáculo. Desde

sempre ele se preocupou com a existência de livros e, no regresso de Roma, reconhece que “dava-se lugar, entre livros que pouco mais já se haveriam de ler, a obras de novo gosto”⁵⁹⁴.

Cenáculo sabia muito bem qual a importância dos livros, se novidade, melhor; ao longo da vida adquiriu, reuniu e doou quantidades avultadas de livros; as bibliotecas eram as “casas”, de preferência “espaçosas” onde os mesmos se arrumavam. Para ele, sem nenhuma margem para dúvidas, as bibliotecas eram indispensáveis associadas ao ensino:

“A minha Biblioteca é apta para nela se formarem com merecimento os sujeitos que a quiserem desfrutar. Eu a vou transferindo para esta Capital da Diocese para a fazer Pública, e por ora os livros relativos ao estado eclesiástico se acham quase colocados em termos de serem lidos”⁵⁹⁵.

Os dois parâmetros, os livros e os espaços para os livros, são axiais na sua actuação levando a associar a sua figura de forma indiscutível à história das bibliotecas portuguesas, mas na longa recolha e exposição que organizámos faltam elementos fundamentais para explicar o pensamento de alguém com as responsabilidades que, em matéria de bibliotecas, se atribuem a Cenáculo. A preocupação com um catálogo é quase fortuita, e não se conseguem recolher dados sobre a uma ideia de colecção ou de classificação e muito menos sobre a existência de um regulamento para o acesso e leitura.

6.2.6 – A casa mais rica da Nação – Um dos momentos mais marcantes de todos os estudos sobre Cenáculo prende-se com a doação que ele fez à Real Biblioteca Pública da Corte. Sobre o valor de uma doação já ele tinha teorizado e repetimos a citação usada anteriormente:

“Devo porém lembrar as Bibliotecas bem instruídas, para encher-se o fim das composições literárias, a qual é o servirem ao público. Se a sofreguidão avarenta, ou a curiosidade estúpida, retivesse o Manuscrito raro; se a generosidade não convocasse os curiosos a desfrutar os Tesouros da Sabedoria, expondo-os nos Livros dificultosos de achar, ou pela sua raridade, ou pela impossibilidade dos que os

⁵⁹⁴ Idem, *ibidem*: 200.

⁵⁹⁵ Carta de Cenáculo a Gregório Mayans, Beja, 7 Jun 1777. *Apud* ΠΙΩΝΙΚ, Marie-Hélène – « La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects ». 1986: 549-550.

desejam ter; se o partido das Letras, digo, deixasse de gozar desta espécie de protecção, não observaríamos estar tão adiantada a sua causa, e careceria de um adjutório, que lhe é essencial. Porém não somente admiramos esta decoração de Bibliotecas públicas no Palácio da Sabedoria. Inumeráveis particulares de todos os Estados não deixam neste ponto que reclamar ao ouro a destinação para o bom uso. Quem pode ter o nome de erudito, carecendo deste estímulo, e deste auxílio para saber? Se há quem não frequente as Bibliotecas, ou podendo, não as tenha bem instruídas, destes é que se diz, que repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados.”⁵⁹⁶.

Esta preocupação deixa-a registada de novo em cartas enviadas a Pérez Bayer em 1784⁵⁹⁷. Claramente uma preocupação que se concretiza no projecto executado, como veremos, envolvendo várias personalidades altamente colocadas na Corte.

O interesse sobre a Real Biblioteca Pública da Corte e os cuidados postos no seu enriquecimento são objecto da longa epistolografia trocada entre Frei Manuel do Cenáculo e António Ribeiro dos Santos produzida entre 1796-1808, toda a que se conhece até hoje. Como têm sido publicados vários trabalhos a partir desta epistolografia, tentámos reuni-la, em modo virtual, construindo a **Epistolografia em torno da doação de Cenáculo** (ANEXO 2) com base nos documentos até hoje publicados e/ou transcritos, por nos parecer que era indispensável a organização de um instrumento de pesquisa claro e de fácil consulta. A organização desta **Epistolografia**, aliás, ainda se torna mais pertinente porque entendemos que a negociação em torno da doação envolve outras pessoas e, sendo assim, então é preciso juntar ao núcleo Ribeiro dos Santos-Cenáculo outras cartas que dão mais sentido à transacção em curso e enriquecem a visão que se pode ter sobre o assunto e os seus intérpretes. Esses novos intérpretes, em rigor, é apenas um na primeira pessoa – o sr. Sá como Ribeiro dos Santos lhe chama, ou seja, Joaquim José da Costa e Sá e outro, mas pelas muitas citações de que é alvo, o próprio D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A organização desta **Epistolografia** foi particularmente complexa quer porque os materiais, sejam originais ou cópias (por vezes mais do que uma cópia), umas mais limpas do que outras, estão dispersos entre várias instituições dificultando sobremaneira a sua

⁵⁹⁶ *Disposição Quarta do Superior Provincial da Terceira Ordem de S. Francisco no Reino de Portugal em obsequio da sua mesma Congregação ...* Appendix Primeiro sobre a Reforma das Letras na Europa: 49-50. In CENÁCULO, Manuel do – *Disposições do Superior Provincial...* 1776.

⁵⁹⁷ PIWNIK, Marie-Hélène – “Les deux voyages de F. Pérez Bayer... ». 1983.

comparação, e também porque, ao longo dos anos, foram sendo publicados, aqui e ali, de acordo com as investigações em curso⁵⁹⁸. Procederemos à análise, de uma forma diacrónica, deste conjunto de setenta documentos (entre sessenta e seis cartas e quatro anexos) no sentido de destacar as preocupações e o pensamento de Cenáculo em matéria de bibliotecas. Inevitavelmente, Ribeiro dos Santos, o seu interlocutor, receberá o destaque que a sua participação justifica. No processo de organizar cronologicamente as cartas, fomos surpreendidos com a datação de uma delas. Depois de séria ponderação sobre o conteúdo das cartas, acabámos por concluir que existe de facto um erro de datação numa das cartas enviadas por Ribeiro dos Santos a Cenáculo. Estamos a referir-nos a uma carta com a data de 24 de Maio mas cujo conteúdo contradiz completamente a data. Quando chegarmos a essa carta, explicaremos o porquê da nossa decisão. Para efeitos de identificação, as cartas em causa são de Ribeiro dos Santos para Cenáculo com as datas de 24 de Março e 24 de Maio de 1797.

Inicialmente, portanto, havíamos pensado que a doação tinha sido uma transacção a envolver apenas duas figuras, mas depressa nos apercebemos de que isso não correspondia exactamente à verdade. Foi preciso, assim, considerar outras cartas e documentos (exactamente, mais trinta e sete) alargando o círculo a Joaquim José da Costa e Sá e também a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre quem, a seu tempo, daremos mais informação. Desta forma, a rubrica alargou o seu círculo de actuação, as condições históricas em que a doação se processou beneficiaram deste esclarecimento e a própria interpretação ganhou interesse suplementar. De facto, o núcleo muito afamado de cartas entre Ribeiro dos Santos e Cenáculo a propósito da doação, condicionou durante décadas a investigação chamando a si o exclusivo das atenções viciando, em certa medida, a interpretação histórica sobre a doação. E pode

⁵⁹⁸ Quando começámos esta investigação em 2009, desconhecíamos que muitas das cartas haviam sido lidas e transcritas em 2005, por Manuela D. Domingos, uma vez que não haviam sido publicadas. Essa descoberta apanhou-nos a meio da transcrição, pelo que a suspendemos. Optámos por abordar Manuela D. Domingos para saber qual a situação do trabalho. Desde então, mantivemo-nos atentos à eventual publicação desse núcleo documental. Recentemente, tendo em vista prepararmos este capítulo, confirmámos que não se verificava qualquer evolução relativamente à situação de 2005. Nestas circunstâncias, dado o interesse deste núcleo documental para a nossa tese, decidimos publicá-lo utilizando quer transcrições nossas quer algumas transcrições de M. D. Domingos. Porém, poucos dias antes de entregarmos a tese, M. D. Domingos decidiu solicitar à BN a edição do trabalho a qual deverá ocorrer até final do corrente ano. De referir que o nosso trabalho consiste no estudo de um núcleo epistológico substancialmente diferente, e mais extenso, do que o usado por M. D. Domingos. Quando apresentamos as transcrições (*Ver Tabela e Transcrição das cartas em Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo*) referimos a respectiva autoria, carta a carta. No entanto, uma vez que o facto de dispormos das transcrições nos poupou trabalho, não queremos deixar de agradecer a M. D. Domingos a cedência do ficheiro respectivo.

provar-se isto de uma forma muito simples: se a leitura for exclusivamente dirigida para as cartas de Ribeiro dos Santos e Cenáculo, o nível a que a doação é tratado é bastante oficial e palaciano de acordo com a posição e hierarquia de qualquer das duas personalidades. Quando fazemos entrar em cena Joaquim José da Costa e Sá recorrendo às suas cartas, sejam para Cenáculo sejam para Ribeiro dos Santos, a doação passa a ser tratada como mais um negócio o qual, como tantas vezes acontece, demora bastante tempo a ser fechado e envolve a resolução de questões menos elegantes. Inesperadamente, estamos perante um quadro da vida quotidiana cujos personagens, por acaso, são personalidades com muito peso na vida cultural portuguesa dos finais de Setecentos. Tratou-se, pois, de uma muito agradável surpresa que enriquece sobremaneira este capítulo da história da Real Biblioteca Pública, um momento tão relevante como foi o da doação de Cenáculo.

Uma das dificuldades no que diz respeito à análise do pensamento de Cenáculo é o número de títulos da sua bibliografia activa e a vastidão da sua epistolografia. Esta, muita e dispersa, tem sido abundantemente utilizada, de forma parcelar a maior parte das vezes. Uma conclusão a que se chega inevitavelmente, depois de ler carta após carta, é que o estilo de Cenáculo varia entre o solto e o descontraído dos seus primeiros anos até um estilo mais hermético e denso que se vai cerrando à medida que os anos pesam. Um tom sério, elevado, erudito quando as circunstâncias o exigem; mas também um registo mais comum, porque a vida não é só erudição (as cartas dele para Frei Vicente Salgado, quando este era Reitor no Convento de Arraiolos e Cenáculo tinha a seu cargo a administração do Convento de Jesus, são muito curiosas para compreender o quotidiano embora não as estudemos no contexto da presente dissertação). Marie-Hélène Piwnik captou muito bem as oscilações e a ductilidade estilística de Cenáculo; o estudo de Cenáculo exige o conhecimento das cartas, claro, mas exige também a sua ordenação e arrumação de forma a garantir a sua acessibilidade. Trata-se de uma matéria complexa por si; não precisa que a tornemos ainda mais inacessível. Torna-se, aliás, oportuno e justo valorizar os trabalhos de Piwnik que trazem ao nosso conhecimento as questões profundas que marcam o pensamento de Cenáculo ao mesmo tempo que fazem uma análise polifacetada do autor, inserindo-o no seu tempo, bem no centro de uma rede cultural que obriga a alargar as fronteiras portuguesas, conferindo à cultura portuguesa e a Cenáculo uma dimensão europeia. Uma avaliação histórica contextualizada, metodologia aconselhada

por Bethencourt e Egmond⁵⁹⁹ quando se trata de analisar grandes conjuntos de correspondência; sem esta contextualização, aliás, perdem-se muitos dados e falha a compreensão do homem e da obra.

A organização destes setenta documentos como conjunto autónomo justifica-se pelo denominador comum que é a negociação em torno da doação. Este é o núcleo epistolográfico que se prende directa e exclusivamente com a doação bibliográfica e numismática de Cenáculo à Real Biblioteca Pública tornando-a, de facto, em “a casa mais rica da Nação”⁶⁰⁰. Sobre este conjunto há duas ou três observações que devem ser registadas. Antes de mais nada, o óbvio, isto é, que o núcleo merece lugar de destaque por estar indissociavelmente ligado à história dos primórdios da Real Biblioteca Pública da Corte. Depois, uma observação que se prende com a própria dinâmica do processo em curso, ou seja, as primeiras cartas correspondendo à fase de promessa e preparação da entrega são inegavelmente protocolares, cheias de encómios parte a parte; segue-se a fase da entrega quando os agradecimentos sobem de tom e António Ribeiro dos Santos e Cenáculo parecem criar uma sinergia duradoura; finalmente as cartas posteriores à entrada da doação na Real Biblioteca, menos elogiosas, um tudo ou nada mais distantes o que aliás se reflecte nos próprios vazios temporais sem nenhuma correspondência. Não deve ter sido estranha, aliás, a esta distância alguma pequena intriga que a leitura atenta das cartas enviadas por Joaquim José da Costa e Sá deixa perceber. Mais importante, no entanto, é que o assunto estava arrumado, tinha deixado de haver lugar aos elogios mútuos, à aproximação também. No nosso entender, este conjunto de cartas também revela alguma coisa sobre o carácter dos vários intérpretes. A etiqueta não consegue esconder tudo todo o tempo.

O motivo pelo qual este núcleo concitou a nossa atenção foi a esperança de poder, através da sua análise, descortinar mais algum dado que ajudasse a completar a percepção que fomos construindo a propósito da ideia de Cenáculo sobre bibliotecas. Cenáculo deixou cerca de 6 mil cartas inventariadas entre o levantamento feito por Armando Gusmão, pelo trabalho de transcrição executado pela equipa de Francisco Vaz, pelos trabalhos concluídos

⁵⁹⁹ BETHENCOURT, Francisco and EGMOND, Florike, ed. – *Cultural exchange in Early Modern Europe*. Vol. 3 – *Correspondence and cultural exchange in Europe, 1400-1700*.

⁶⁰⁰ Carta de António Ribeiro dos Santos para Cenáculo, Lisboa, 12 Janeiro 1798. Ver **Anexo 2 - Epistolografia ...** Carta nº 32.

por Marie-Hélène Piwnik e ainda outros⁶⁰¹. Um repertório que corresponde aos contactos que manteve com largas dezenas de personalidades, os assuntos tratados foram variados: livros tanto na vertente do seu amor por eles como na vertente comercial – a qual em grande parte decorre da primeira –, bibliotecas, pedagogia e a reforma do ensino, preocupações com o ensino das línguas orientais, questões relacionadas com a prédica religiosa ou com as questões teológicas. Correspondeu-se com muitos portugueses, com alguns espanhóis, e algumas personalidades europeias, embora poucas. Entre a sua correspondência há núcleos particularmente interessantes – como os conjuntos de cartas trocadas com Mayans y Siscar, Rafael Mohedano ou Fr. Plácido Barroco – mas este núcleo com o Bibliotecário-Mor reputa-se como dos mais importantes pelas razões que aduzimos. A rede de correspondentes de Cenáculo é sobretudo ibérica, as influências recíprocas não se propagavam apenas pelas cartas; devido à posição que ocupava dentro da hierarquia da Igreja mantinha contactos com religiosos colocados noutros pontos do Império e também fora das fronteiras, como foi o caso de D. Alexandre Gouveia (1751-1808), franciscano, seu antigo discípulo, mais tarde Bispo de Pequim. Embora as cartas variem no tom e na formalidade, e estamos a pensar em todas as cartas, não apenas no núcleo em causa, elas constituem uma fonte de informação muito diversificada sobre o seu autor e criam a oportunidade para penetrar noutros círculos e noutras problemáticas.

Vejam agora este núcleo, o relativo à doação de Cenáculo. Optámos por fazer uma leitura peça a peça; as temáticas são poucas – ou melhor, é sempre a mesma –, o número de figurantes mencionados quase não varia. Isto é, as cartas contêm pouca informação adicional que se possa relacionar com outros acontecimentos e/ou pessoas, portanto, têm um interesse transversal limitado (há algumas referências que poderão ser exploradas mas são poucos os casos). Pareceu-nos que uma leitura organizada cronologicamente identificaria com clareza o que se discute, o que se conclui. Como se avança, como os negociadores na corte têm dificuldades, como Cenáculo vai acompanhando e como muito habilmente vai tentando resolver o assunto a seu favor. À medida que fomos progredindo nesta análise, introduzimos dados que podiam esclarecer ou complementar a informação contida na própria carta. Ao

⁶⁰¹ A obra de partida para o conhecimento da epistolografia de Cenáculo é o inventário organizado por GUSMÃO, Armando Nobre de, dir. – *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. 1944-1956. Também é indispensável o estudo de VAZ, Francisco António Lourenço, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo...* 2009. Entre os trabalhos mais parcelares, mas nem por isso menos importantes, salientamos os estudos publicados em 1984 e 1986 por PIWNİK, Marie-Hélène – “La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects”, dois artigos que se completam.

mesmo tempo, também fomos percebendo que nesta soma de pequenos dados, por vezes simples pormenores, este conjunto de cartas em torno da doação ia ganhando uma presença mais poderosa o que, inevitavelmente, dissipou qualquer dúvida que pudesse restar sobre o real interesse do núcleo epistolar. Progressivamente, comprovámos como um pequeno núcleo por mais simples e despojado não deve ser desvalorizado porque o seu potencial existe, está latente, e aguarda apenas ser achado e considerado.

É ainda oportuno tecer um comentário sobre a existência de cópias, às vezes mais do que uma cópia para o mesmo original. Estas cópias não se revestem do interesse histórico, social, cultural ou bibliográfico como Bouza Alvarez⁶⁰² tão bem caracterizou as cópias com valor literário que corriam por várias mãos e resultavam do trabalho aplicado de autênticos profissionais da cópia. Não, as cópias com que nos deparámos são simplesmente documentos para copiadores privados, constituíam um arquivo pessoal desta ou daquela figura. Este destino mais modesto não deixava de causar, às vezes, alguma irritação. Não estamos a falar especificamente do núcleo em apreço mas é oportuno, na circunstância, exemplificar com o estudo dos códices de Ribeiro dos Santos, os quais analisaremos em **6.3.6**, que nos permitiu deparar mais do que uma vez com comentários desagradados de Ribeiro dos Santos perante a pouca qualidade do trabalho do copista⁶⁰³. Portanto, mesmo sem pretensões de divulgação, o trabalho de copista era vigiado e queria-se qualificado. O núcleo que vamos passar a analisar não possui, contudo, essa vertente literária. E sabemos que as cópias não são absolutamente fiéis ao original e que há variantes de cópia para cópia embora as diferenças, por tão insignificantes, não alterarem em nada a interpretação.

Este núcleo é essencialmente constituído pelas cartas trocadas entre António Ribeiro dos Santos e Frei Manuel do Cenáculo, mas a bem da compreensão da conjuntura histórica envolvente, como explicámos anteriormente, decidimos integrar cartas de outras personalidades que, de algum modo, também tiveram uma palavra a dizer neste processo, concretamente cartas do Professor Joaquim José da Costa e Sá⁶⁰⁴ e também de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cuja acção como estadista em prol da Real Biblioteca será tema da secção **6.4**.

⁶⁰² BOUZA ALVAREZ, Fernando J. – *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. 2001.

⁶⁰³ Exemplos desses comentários desagradados encontram-se, por exemplo, nos BNP COD 4611 (Obras ARS 29), COD 4613 (Obras ARS 31) ou COD 4702 (Obras ARS 120).

⁶⁰⁴ Filólogo, professor de Latim e com alguns títulos publicados que nesta circunstância se comporta como o verdadeiro homem de confiança de Cenáculo. Move-se bem junto da Corte, vai mantendo Cenáculo informado ao pormenor e a análise das cartas que enviou para Cenáculo permitem-nos afirmar que estamos perante um negócio feito em duas frentes o que, com ou sem motivo, nem sempre deixou incólume Ribeiro

Do ponto de vista da organização, **1.** destacámos a data de cada carta, ordenámo-las por essa data pensando que, desta forma, a leitura do estudo ganhava alguma ordem e se tornava mais clara; **2.** recorreremos ao uso do texto em itálico para a entrada das cartas de Costa e Sá e de Sousa Coutinho de forma a distinguir melhor os dois conjuntos que compõem este núcleo epistolográfico.

Acompanhemos, então, os momentos da entrada da doação bibliográfica e numismática de D. Fr. Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja, na Real Biblioteca Pública de Lisboa.

Lisboa, 1 Fev 1780⁶⁰⁵ – Joaquim José da Costa e Sá mantém desde 1775 correspondência com Cenáculo, mas tomámos esta carta como a primeira deste longo período porque, a propósito de umas provas tipográficas, Costa e Sá exprime a sua opinião sobre bibliotecas “é certo que nada enriquece mais uma Biblioteca, como unir-se-lhe uma copiosa colecção de curiosidades” e ele sabe que Cenáculo tem actuado nesse sentido pois “V. Exa. me diz ter feito tesouro”. A última carta de Costa e Sá para Cenáculo acontecerá no longínquo ano de 1803 e nunca Costa e Sá mostra ter ido a Beja. Portanto, em 1780 Cenáculo já está em Beja e, pelos vistos, a fama sobre o trabalho de continuamente engrandecer o que começara em Lisboa, corria. Se as palavras de Costa e Sá exprimem, de facto, a sua visão de biblioteca, então estamos perante um tipo de biblioteca-museu.

Lisboa, 27 Set 1796⁶⁰⁶ – Quem inicia a correspondência é António Ribeiro dos Santos. Este vê-se compelido a dirigir-se ao Bispo de Beja porque a Real Biblioteca Pública tem antecedentes na biblioteca da Real Mesa Censória e Cenáculo foi deputado ordinário e depois Presidente da Mesa Censória tendo denodadamente lutado pela sua biblioteca. O mínimo de cortesia que Ribeiro dos Santos podia fazer era ter esta atenção: “A Real Biblioteca [...] tem de franquear com brevidade ao público as preciosas colecções de livros com que Vossa Excelência a preparou, e enriqueceu nos ditos dias do seu governo literário [...]”. Sabemos pelo Relatório de 1795⁶⁰⁷ sobre essa mesma biblioteca, redigido por Ribeiro dos Santos, que a situação era caótica. Para benefício desta argumentação, passaremos por cima deste facto concreto que

dos Santos. Estas cartas, como conjunto e parte integrante dos documentos que clarificam a forma como a doação de Cenáculo se processou, julgamos estarem a ser utilizadas pela primeira vez. Há referência às cartas e mesmo a citação de um extracto feito por VAZ, Francisco – *A ideia de biblioteca na obra na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo*. 2012.

⁶⁰⁵ Carta nº 1 – Joaquim José da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁰⁶ Carta nº 2 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁰⁷ *Relatório de 5 de Janeiro de 1795* sobre o estado da Biblioteca da Real Mesa Censória. BNP Livro 642, p. 2-8.

era a desorganização da biblioteca da Real Mesa Censória em Janeiro de 1795 (referir-nos-emos com pormenor sobre esta questão em **6.3.5**). Abrir ao público configurava uma “obrigação”⁶⁰⁸, como Ribeiro dos Santos declara, ao mesmo tempo que aproveita a ocasião para pedir a Cenáculo que “no meio de seus cuidados apostólicos, de abençoar esta obra”⁶⁰⁹. Uma “obrigação” para corresponder aos desígnios traçados no Alvará, logo, uma tarefa assumida sem nenhuma reticência ou crítica. Ao receber a carta de Ribeiro dos Santos, restava a Cenáculo agarrar a oportunidade. Estava em Beja há vinte anos, desenvolvia grande actividade episcopal mas também se conhecia o seu trabalho pedagógico e em prol da cultura, nomeadamente, era afamada a biblioteca que ia reunindo. Além disso devia ter conhecimento da oferta dos Teatinos entretanto concretizada (assunto a que voltaremos em **6.3.5**) à qual, sem ser preocupação maior o competir, era preciso responder com uma doação de igual valor, ou maior. A carta de Ribeiro dos Santos era de cortesia, claro, mas talvez não fosse destituída de algum interesse. Se respondesse à saudação, Cenáculo abria as portas ao diálogo.

Beja, 14 Out 1796⁶¹⁰ – É exactamente o que acontece. Cenáculo responde, assim, num tom formal, muito polido, agradecido, elogiando as qualidades do Bibliotecário-Mor “nome ilustre a todos os conhecedores das pessoas escolhidas em que tem assento a sabedoria” enquanto vai considerando a tarefa como um “expediente santíssimo de uma Biblioteca Pública”⁶¹¹. Faz acompanhar a sua carta de um elogio, em latim⁶¹², bem mais longo que a própria carta. Um tinha sido formal, o outro parecia achar por conveniente manter a distância. Um e outro mediam as palavras, estudavam as reacções do outro. Não durou muito esta distância. Os interesses da Real Biblioteca sobrepunham-se, mais fortes.

Beja, 17 Out 1796⁶¹³ – Três dias volvidos sobre a carta anterior, Cenáculo volta a escrever a Ribeiro dos Santos, num tom bastante diferente, a disponibilizar o que de mais precioso dispunha: livros, muitos livros “que me persuado não haver ainda nessa Real Biblioteca” embora não fale em oferta mas sim “eu largarei a quem pode pagá-las, e dar-me com que eu console miseráveis, e fazer benefício de outro género a esta Igreja”⁶¹⁴. Pelo teor da carta percebe-se que Cenáculo tem bem a noção da realidade uma vez que naquele “dilatadíssimo

⁶⁰⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁹ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁰ Carta nº 3 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶¹¹ Idem, *ibidem*.

⁶¹² Carta nº 3 a – Anexo em latim cuja inclusão não considerámos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶¹³ Carta nº 4 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶¹⁴ Idem, *ibidem*.

território”⁶¹⁵, isto é, no Alentejo precisa das designadas obras correntes deixando o “raro lume”⁶¹⁶ para “a capital do Estado onde acharão os sacrários”⁶¹⁷. Também adianta que “reservo uma pequena galantaria para penhor dos meus desejos”, ou seja, está disponível a abrir mão de muitas obras mas umas guardará para seu gozo pessoal e outras porque são necessárias em Beja. Termina colocando Ribeiro dos Santos à vontade para o caso deste querer ver os catálogos. Ao fazer esta separação entre as obras que queria para si ou que precisava para o seu trabalho em Beja e aquelas que mereciam ser colocadas na capital do Estado, Cenáculo evidencia grande lucidez sobre o verdadeiro papel e responsabilidade que cabe à Real Biblioteca.

Lisboa, 25 Out 1796 ⁶¹⁸ – Esta era, sem dúvida, uma proposta irrecusável que urgia ser analisada e sobre a qual era necessário tomar decisões. Uma vez que Ribeiro dos Santos tinha tomado a decisão completamente certa ao encetar correspondência com Cenáculo, não havia tempo a perder. Responde rápido e depois de dois parágrafos iniciais de elogios, sem deixar passar a oportunidade de fazer notar a chegada de duas cartas em resposta apenas a uma [...], confessa que “as doutíssimas obras com que Vossa Excelência esclareceu sobremaneira a Religião e o Estado e restaurou os dias de ouro da literatura portuguesa [...] há muitos anos me acenderam na alma ardentíssimos desejos de ler ao menos os catálogos da Biblioteca de Vossa Excelência já que a distância dos lugares me não permitia ir vê-la de perto[...]”⁶¹⁹. Ribeiro dos Santos não esconde a satisfação e confessa que “fico em alvoroço, banhado de intranhável consolação e regozijo”⁶²⁰ com a proposta de Cenáculo “de facilitar a bem do público a trasladação de uma parte dos seus livros e raridades para a Real Biblioteca”⁶²¹. Sem perder tempo, Ribeiro dos Santos até se adianta. De facto, Cenáculo fora bastante explícito dando a entender que queria alguma contrapartida mas Ribeiro dos Santos ao responder-lhe é muito mais arrojado, agarra a oportunidade e embora afirme que tudo fará para “promover quanto em mim estiver a conclusão deste negocio”⁶²² o facto é que, primeiro, compromete-se, e

⁶¹⁵ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁶ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁷ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁸ Carta nº 5 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia....**

⁶¹⁹ Idem, *ibidem*.

⁶²⁰ Idem, *ibidem*.

⁶²¹ Idem, *ibidem*.

⁶²² Idem, *ibidem*.

depois afirma que tudo fará para “satisfazer com muita pontualidade a tudo o que Vossa Excelência for servido mandar-me”⁶²³. Não era oportunidade que se pudesse perder!

O negócio, ou “trasladação”, estava em marcha. O interesse e benefício eram mútuos e a pressa também. Ribeiro dos Santos tinha entre mãos a organização da Real Biblioteca, aprontava a sua abertura e, entretanto, concluía a questão relativa à doação dos Teatinos (que trataremos em 6.3.5), o bulício deveria ser total. Não é difícil de imaginar e estremecer. Quantas vezes, como profissional, a aquisição de uma única obra mais rara nos alterou a rotina e nos animou por largos períodos!

Beja, 28 Out 1796⁶²⁴ – O ritmo da correspondência vai em crescendo. Três dias depois, já Cenáculo respondia. “Muito sabia eu das imensas, e raras erudições de V. Senhora...”⁶²⁵. Enquanto envia um cumprimento reconhecendo os conhecimentos e sensibilidade de Ribeiro dos Santos, não escondia a satisfação e apressa-se a corresponder ao pedido de Ribeiro dos Santos: “Vai o que me foi possível escrever de catálogo: no futuro correio há-de ir outra porção segundo os livros se me apresentarem”⁶²⁶. Se interpretarmos à letra este período, ficamos com a ideia de que o catálogo foi feito na altura, o que é difícil de levar a sério quando hoje pegamos nos catálogos. A satisfação de Cenáculo é pessoal, certamente, mas também deixa transparecer outras preocupações que podemos associar, sem nenhum esforço, a um ideário reformador e iluminista. As suas palavras não podem ter outra leitura: “Em que mais bem aventurada glória poderia eu ver descansadas estas curiosidades que ainda conservo. Isto é, no sólido fundamento da glória pátria, de suas luzes, ensinos, virtudes e decoros”⁶²⁷. Cenáculo sente que a dita “trasladação” constitui o destino adequado para os seus livros que ele tanto estima e cujo inegável valor ele é o primeiro a reconhecer. Fica encerrada uma primeira fase das negociações. Tudo aconteceu muito rapidamente: no espaço de quatro semanas, é assumido um compromisso, sabemos hoje um dos mais afamados da história literária, bibliográfica e intelectual portuguesa.

Lisboa, 2 Dez 1796⁶²⁸ – Esta é a primeira de um conjunto de cartas enviadas pelo Professor Joaquim José de Costa e Sá através das quais vamos compreendendo como nos bastidores se ia desenrolando o processo da doação de Cenáculo à Real Biblioteca Pública. Se por instantes

⁶²³ Idem, *ibidem*.

⁶²⁴ Carta nº 6 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶²⁵ Idem, *ibidem*.

⁶²⁶ Idem, *ibidem*.

⁶²⁷ Idem, *ibidem*.

⁶²⁸ Carta nº 7 – Joaquim José da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

se acreditou que a doação era gratuita e desinteressada, a simples leitura desta carta dissipa qualquer dúvida. Muito claramente Costa e Sá fala da avaliação que Ribeiro dos Santos estará a fazer e refere mesmo o valor incalculável dos manuscritos porque “não há preço para eles”⁶²⁹. Aliás, Ribeiro dos Santos corrobora esta opinião porque, segundo Costa e Sá, o “Sr. A. R. se tem admirado da riqueza de tantas e tão singulares preciosidades; e diz ele em monte, e só pelos catálogos faz escrúpulo de arbitrar o preço”. Para além desta apreciação, tem uma outra bem mais interessante e que se prende com o rumor que corria de que Cenáculo teria vendido as peças bibliográficas mais interessantes para Espanha, rumor a que Costa e Sá nem quis responder e não que lhe faltassem os argumentos. A distância entre Lisboa e Beja, percebe-se, não era assim tão grande. Seja como for, “V. Exa. Rma. Há-de ser ouvido e perguntado [...] para se concluir em consequência o negócio”. Sem margem para erro, é de um negócio que se esta a tratar. Outro grande interesse destas cartas de Costa e Sá para Cenáculo é o facto de elas preencherem certos vazios temporais. Ou seja, o cruzamento dos dois conjuntos de cartas (ARS vs. Cenáculo e Costa e Sá vs. Cenáculo) clarifica de uma forma surpreendente este momento da história literária portuguesa. Ou como Costa e Sá se expressa “ Deus queira pôr termo a este geral desassossego, para os negócios se encaminharem, e facilitarem expedientes”. Como se compreende através das cartas de Costa e Sá, cabe a este fazer ecoar junto de Cenáculo o sentimento existente na corte sobre a doação enquanto assegura, no interesse de Cenáculo, a concretização do melhor negócio possível.

Lisboa, 5 Dez 1796 ⁶³⁰ – Depois da carta de 28 de Outubro de Cenáculo para Ribeiro dos Santos, segue-se um breve interregno, o tempo suficiente para Ribeiro dos Santos examinar os catálogos que são assim encomiados: “Os catálogos que Vossa Excelência foi servido mandar-me dos livros, que tem destinado de sua riquíssima livraria para a Real Biblioteca Pública desta Corte, vieram aumentar sobremaneira o alto conceito, que formava há muitos tempos dos imensos trabalhos, e aquisições literárias de Vossa Excelência”⁶³¹. Esta carta, não nos restam dúvidas ao afirmá-lo, é das mais interessantes entre o conjunto em apreço. Porque, de súbito, os encómios vazios e meramente protocolares desaparecem. Dão lugar a uma apreciação objectiva proveniente de alguém que conhecia os livros, a sua raridade e valor. E depreende-se da sua leitura a sinceridade das palavras, a admiração mal contida e genuína. Por exemplo: “Eu

⁶²⁹ Idem, *ibidem*.

⁶³⁰ Carta nº 8 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁶³¹ Idem, *ibidem*.

os [catálogos] recebi com alvoroço e os li com muito espanto, e maravilha. Em verdade foi sobre toda a minha expectação encontrar neles tantos livros tão raros, e tão capitais em todas as classes científicas, que não tem preço”⁶³². Ribeiro dos Santos fica rendido; ela já ouvira referências mas a realidade excede as expectativas e o que mais o atraiu foi a bibliografia para os estudos orientais: “a parte que toca à literatura oriental [...] roubou sobretudo as minhas atenções, e encheu todas as medidas dos meus desejos; ela só bastaria para acreditar a Biblioteca de Vossa Excelência [...]”⁶³³. Tratar-se-ia de bibliografia reunida ao tempo do centro de estudos de línguas orientais no Convento de Jesus? Com toda a probabilidade sim, bibliografia que Cenáculo levaria para Beja onde tencionava continuar trabalho idêntico, como continuou. Não o fizemos pela extensão que inevitavelmente ganharia e porque excederia os limites desta investigação, mas justificar-se-ia uma análise aos livros que Cenáculo adquiriu enquanto, como Provincial, esteve à frente da Ordem e das iniciativas pedagógicas do Convento de Jesus; seria um estudo dentro de um contexto preciso a valorizar o promotor, a iniciativa, a reforma do ensino para a qual participava e a dar sentido à própria bibliografia.

Mas no escrutínio dos catálogos, Ribeiro dos Santos ainda encontra outros motivos para regozijo: “Que direi do Monetário, e de outras raridades da Antiguidade, que já de longe desafiam nossos olhos? Por certo que com tais aquisições poderá um dia a Biblioteca Lisbonense apostar primazia com as mais afamadas de toda a Europa”⁶³⁴. De facto, a partir das primeiras cartas de Cenáculo parecia que a negociação apenas envolvia livros, mas agora percebe-se que Cenáculo incluiu o monetário. Com dificuldade, Ribeiro dos Santos acredita na sorte que lhe coube: “Contemplando todos estes tesouros [...] confesso que fico absorto, sem saber qual mais admire, se a incansável diligência, vastíssimos conhecimentos, e apuradíssimo gosto, com que Vossa Excelência ajuntou tão preciosas colecções, se a generosidade e grandeza de alma com que cortando pela afeição natural com que as ama, se dignou de as querer depositar na Biblioteca de Lisboa a bem da literatura nacional [...]”⁶³⁵. Grandeza a que junta o desprendimento de Cenáculo pelas questões mais materiais conforme a interpretação mais protocolar de Ribeiro dos Santos: “[...] sem esperar saber ainda o galardão, com que a Pátria deve indemnizar a Vossa Excelência e agradecer-lhe tanto bem”⁶³⁶. É difícil discernir se

⁶³² Idem, *ibidem*.

⁶³³ Idem, *ibidem*.

⁶³⁴ Idem, *ibidem*.

⁶³⁵ Idem, *ibidem*.

⁶³⁶ Idem, *ibidem*.

este desinteresse assim assinalado por Ribeiro dos Santos corresponderá a uma atitude genuína por parte de Cenáculo ou se, pelo contrário, esta atitude foi mais premeditada do que uma primeira leitura deixa perceber. Ao acompanharmos a evolução dos contactos Lisboa-Beja através da correspondência trocada, tiraremos algumas conclusões. De momento, o negócio está prestes a ser fechado, quem se desfaz dos livros conseguiu o que pretendia; quem adquire os livros, arrecadou um importante e inesperado lote. Para um e outro, uma boa transacção a bem da “literatura nacional”.

Beja, 9 Dez 1796⁶³⁷ – Cenáculo não demorou a reagir à carta de assentimento de Ribeiro dos Santos: a 9 de Dezembro, agradece o empenho, as palavras de Ribeiro dos Santos e passa imediatamente à prática: “hoje partiu almocreve fiel para acautelar perigos de chuvas, e levou dez caixotes”⁶³⁸. Um destino daqueles, um comprador daqueles! Não havia tempo a perder: “eu já, não me detenho em fazer listas [...] Vossa Senhoria mande-os receber; pois antes do Natal vai outra remessa, e no princípio, e meio de Janeiro, e assim por diante outras”⁶³⁹. E volta à questão do interesse nacional: “Onde poderia eu depositar melhor aquisições de mais de sessenta e quatro anos do que no tesouro nacional a que desejo toda a fama e honra [...]”⁶⁴⁰. Esta observação relaciona-se com o objectivo das bibliotecas mas esse conceito de Fr. Manuel do Cenáculo já o conhecíamos e, portanto, no contexto da doação para a Real Biblioteca Pública da Corte mais não faz do que reforçar uma ideia antiga.

O ano de 1796 estava a terminar, em glória. A Real Biblioteca era uma realidade, tinha finalmente ganho individualidade institucional – pelo Alvará de 29 de Fevereiro de 1796 –, haviam ficado para trás algumas indefinições sobre a estrutura e sobre a sua própria organização; a Real Biblioteca fora arrumada em espaço mais amplo e colecções de várias proveniências tinham sido incorporadas e reunidas segundo um sistema único de classificação. Dois núcleos bibliográficos se destacavam: o dos Teatinos e o de Frei Manuel do Cenáculo. Ribeiro dos Santos tinha muito boas razões para estar orgulhoso e confiante.

Lisboa, 20 Jan 1797⁶⁴¹ – No início de 1797, tudo estava bem encaminhado mas o assunto da doação continua em aberto. Ribeiro dos Santos acusa a chegada dos caixotes esclarecendo que

⁶³⁷ Carta nº 9 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶³⁸ Idem, *ibidem*.

⁶³⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁴¹ Carta nº 10 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

“tenho recebido com muita satisfação, e prazer as remessas dos livros”⁶⁴². Não esconde a felicidade e “não acabo de louvar por cima das estrelas a escolhida colecção de tantas obras capitais, e da primeira ordem de tantas edições antigas, raras, e asseadas, e de tantos manuscritos de suma valia, e preço”⁶⁴³. A imagem a que recorre para enaltecer a doação vai buscá-la ao tempo áureo da história portuguesa: “[...] as naus da Ásia, entrando pela foz do Tejo, carregadas de despojos de reis, e nações vencidas, não nos traziam tão magníficos tesouros como os que ora Beja nos envia”⁶⁴⁴. A imagem superlativa revela quanto transbordava de satisfação o Bibliotecário-Mor. Eram tantas as maravilhas que Ribeiro dos Santos se apressa a pôr ao corrente o Marquês de Ponte de Lima, então Mordomo-Mor o qual logo veicula a informação para o Príncipe Regente D. João. Mais, a honra é tamanha que Ribeiro dos Santos declara “a [Livreria] ter recolhido, e distribuído por suas classes em uma sala especialmente destinada para ela que havemos consagrado com o respeitável título de Biblioteca de Vossa Excelência [...]”⁶⁴⁵ e não fosse insuficiente esta homenagem “A biblioteca cheia de gratidão, e reconhecimento fará sempre memória honrosa deste ilustre cooperador...”⁶⁴⁶. Duas homenagens que se perderam com o tempo mas que, na altura, foram prestadas com o intuito de se tornarem perpétuas.

Beja, 7 Fev 1797⁶⁴⁷ – Na resposta, Cenáculo dá mostras de ser sensível às amabilidades de Ribeiro dos Santos, aligeira mesmo o tom cerimonioso da carta e declara esperar um dia poder retorquir ao mesmo nível. Nada que traga grandes alterações à ideia que temos vindo a formar sobre Cenáculo mas, nesta carta, há um pormenor merecedor da nossa atenção, pormenor muito difícil de acreditar. A propósito das obras, diz Cenáculo: “Delas darei mais larga conta reduzindo-me agora acerca das minhas aquisições literárias de que eu desde o ano de trinta e dois comecei a ajuntar livros com a fortuna de comunicar desde então muitas das pessoas letradas de nossa Pátria”⁶⁴⁸. Ora, em trinta e dois, Cenáculo tinha 8 anos! Talvez se trate de um erro, não tem grande significado, mas a declaração mais interessante vem a seguir quando Cenáculo esclarece que “nas minhas viagens repetidas pelo Reino, e fora dele, não dormi, nem

⁶⁴² Idem, *ibidem*.

⁶⁴³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁷ Carta nº 11 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁴⁸ Idem, *ibidem*.

desprezei as combinações com pessoas sábias [...]”⁶⁴⁹. Já sabíamos por ele próprio que adquirira livros em Roma e são vários os testemunhos sobre as assembleias que promovia, sobretudo no Convento de Jesus, fosse ele o orador ou não, testemunhos dele e de Vicente Salgado. Alonga-se também a explicar como tem separado os livros, como se tem desfeito deles, “separação oportuna, e afectuosa dos livros”⁶⁵⁰, prática que já tinha experimentado relativamente à biblioteca do Convento de Jesus, tudo descrito de uma forma muito simples e coloquial. Depois, tem algumas palavras elogiosas para o Marquês Mordomo-Mor, palavras de ocasião uma vez que o Marquês Mordomo-Mor, que sabemos, não se notabilizou rigorosamente em nada que possa ter feito pela Real Biblioteca. Até ser substituído por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em Outubro de 1801, quem pôs e dispôs na Real Biblioteca foi unicamente António Ribeiro dos Santos. Cenáculo ignorava isto? Pensaria ele que as iniciativas em curso na Real Biblioteca tinham a mão do Marquês de Ponte de Lima? Não é crível; Cenáculo estava longe da Corte mas mantinha-se muito bem informado. As palavras de ocasião vão fazer o seu caminho, irão desempenhar determinado papel e os factos virão a comprovar isto mesmo.

Beja, 17 Fev 1797⁶⁵¹ – Não temos a certeza de que esta carta seja a resposta à carta enviada por Costa e Sá em Dezembro. Talvez não seja uma vez que Cenáculo pega em assuntos que não haviam sido abordados, por exemplo, a sua antiga relação com D. Rodrigo que recorda de forma amistosa. Cenáculo mostra-se um pouco incomodado; de facto, não cumpriu o mínimo de cortesia quando D. Rodrigo regressou de Itália pois não tratou de o saudar nem o cumprimentou quando D. Rodrigo foi nomeado ministro e “enquanto me não recobrar deste estado de penitência tremo de susto”. Reconhece que “não é alheio ao Snr. D. Rodrigo, nem dele” mas está em falta, não se atreve a pedir nada. D. Rodrigo era certamente uma personalidade, Cenáculo reconhece-o, vai lembrando o passado e, de certa maneira, colocando-se em boa posição para o que possa vir a acontecer.

Lisboa, 20 Mar 1797⁶⁵² – Cabe agora a vez a Ribeiro dos Santos corresponder aos agradecimentos e palavras cerimoniais. E repete o que havia expressado anteriormente: “Os livros são todos de uma particular estimação, e valor, como vindos da Biblioteca de um sábio, que tinha todas as luzes da mais brilhante sabedoria para os escolher, e toda a elevação, e

⁶⁴⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁵¹ Carta nº 12 – Cenáculo para Joaquim José da Costa e Sá. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁵² Carta nº 13 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

grandeza de alma para os adquirir a qualquer custo”⁶⁵³. Este é o comentário geral porque a admiração aumenta com casos especiais: “Que sobressalto de consolação, e de alegria foi o meu, quando vi pela primeira vez a rara Bíblia Sixtina!”⁶⁵⁴. Este livro de ouro só nos podia vir das mãos mil vezes benéficas, e preciosas de Vossa Excelência. Ele só basta para fazer o esplendor, e ornamento da Biblioteca, e aumentar-lhe infinitamente o seu valor”⁶⁵⁵. Pela primeira vez nesta carta, é abordado um assunto de carácter técnico que se prende com a organização da biblioteca. Explica Ribeiro dos Santos: “Já se extraiu em bilhetes o relatório de todos os livros que Vossa Excelência tem mandado; e deles se estão formando dois catálogos, um para a Biblioteca, e outro para se apresentar a Sua Alteza [...]”⁶⁵⁶. A integração na Biblioteca exigia algum cuidado e o Bibliotecário-Mor, certamente, não queria ver repetir-se o que se havia passado com a biblioteca da Real Mesa Censória onde a inexistência de um catálogo nem sequer deixava perceber o que poderia ter sido desviado ao longo dos anos. Nesta carta, refere os bons serviços e empenho do Sr. Sá “fiel intérprete do coração de V. Exa.”. Costa e Sá estava, pois, a representar com rigor os interesses de Cenáculo.

Beja, 24 Mar 1797⁶⁵⁷ – Poucos dias haviam passado, e Cenáculo faz chegar uma carta dirigida ao Príncipe Nosso Senhor, a quem obviamente Cenáculo espera que Ribeiro dos Santos faça chegar o teor da missiva, na qual Cenáculo refere de novo que escolheu os livros “que para os estudos próprios desta diocese nela se devem conservar”⁶⁵⁸ que ficaram em Beja porque ele bem sabe que “não havendo nesta dilatadíssima província livraria alguma publica, sendo necessária a cada instante”⁶⁵⁹ era indispensável dispor dos livros mais necessários aos estudos. Cenáculo tem uma ideia clara como são precisas bibliotecas públicas que disponham das obras mais requisitadas mas não adianta mais nada. Talvez não devesse, talvez estejamos à procura do improvável mas este percurso de identificação tem de ser cumprido na totalidade sempre

⁶⁵³ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁴ Trata-se da *Bíblia Sacra Vulgatae* Editionis Sixti Quinti Pont. Max. Jussu recognita, et edita Tribus Pomis Distincta Romae Ex Typographia Apostólica Vaticana, 1590. “A raríssima Bíblia Sixtina de 1590 da qual afirma De Bure não havia senão um exemplar em toda a França, e o nosso padre António Pereira lamenta, na eruditíssima prefacção da sua biblia, o não ter podido ver nenhum, porque poucos escaparam ao rigor com que o papa Clemente VIII a mandou suprimir, logo depois da morte de Sixto V ... publicando outra reformada, em 1592 que ficou sendo o texto autentico da vulgata.” In CASTILHO, José Feliciano de – *Relatório acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa...* 1844: 210. A obra referida de António Pereira é a *Bíblia ou Testamento Velho e Novo* traduzido em Português segundo a Vulgata Latina, ilustrada com prefações, notas, etc. pelo P. António Pereira de Figueiredo...Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1778 até 1790.

⁶⁵⁵ Carta nº 13.

⁶⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁷ Carta nº 14 – Cenáculo para o Príncipe Regente. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁹ Idem, *ibidem*.

na esperança que Cenáculo, em algum momento, explique ainda que fugazmente essa articulação entre biblioteca pública e catálogo. A este propósito, é muito interessante assinalar que Cenáculo a respeito “do monetário de mais de três mil medalhas não duplicadas, de cobre, prata, e ouro, em que há raríssimas, algumas desconhecidas, e gregas, e outras raridades dignas do Museu Real e Público [...]”⁶⁶⁰ comenta com satisfação “não ir a coisa a precipitar-se por descuidos, e frouxidões, mas sim estar entregue a um prefeito de vocação notória para tão grande obra [...]”⁶⁶¹, ou seja, Cenáculo mais uma vez demonstra como valoriza esse trabalho de organização. Contudo entre valorizar e concretizar, no caso de Cenáculo, vai uma grande distância.

Nesta mesma carta ainda, e inesperadamente, Cenáculo aborda a questão de alguma forma de compensação financeira invocando os seus trabalhos no passado na Real Mesa Censória, pedindo que Sua Alteza Real lhe “mandasse dar os caídos, e continuar na forma, que parecer justa ao mesmo senhor, os meus ordenados [...]”⁶⁶². Uma forma de compensação por tantos livros e moedas, uma reacção esperada. Mas Cenáculo declara ainda que se “conforma com a submissão de dependente, e respeito de fiel vassalo”. Resta-lhe aguardar.

Lisboa, s.d.⁶⁶³ – Esta carta não está datada, mas pelo conteúdo, deduzimos que ela se pode considerar enviada neste período. Talvez tenha sido com estes sete caixotes que vieram os *Catálogos metódicos* com os quais Cenáculo enviou a carta para o Príncipe Regente (ver carta de Cenáculo a 24 de Março de 1797, carta a que Ribeiro dos Santos alude a 5 de Abril). Costa e Sá aproveita para informar Ribeiro dos Santos que entregou sete caixotes no porteiro da Real Biblioteca e que também tem uma carta mas que só a entregará quando souber que Ribeiro dos Santos está na Biblioteca queixando-se que “nesta diligência de desembarque e condução apanhei sumo calor, mas tudo em digno obséquio de V. Sa.”. Um calor temporão, nada que espante.

⁶⁶⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁶² Idem, *ibidem*.

⁶⁶³ Carta nº 15 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

NB - Esta carta exige uma explicação. A carta original com o conteúdo a que aludimos encontra-se na BPE CXXVII 1-3, Doc. 28, é do punho de Ribeiro dos Santos e tem a data de 24 de Maio de 1797 sem margem para dúvida. As três cópias existentes na BNP Ms. 243, nº 19, f. 10-11 e *tb.* f. 11-12 e BNP COD 4708, f. 7 v. - 8 v. e *tb.* f. 28-29 têm as datas de 24 de Março de 1797. Ora, ordenando as cartas de acordo com a lógica do conteúdo, torna-se claro que a data de 24 de Maio não bate certo. Se na carta enviada por Cenáculo a Ribeiro dos Santos a 19 de Maio é referida a abertura da Real Biblioteca (informação que é central à carta de 24 de Março), então, é imediatamente posta em causa a data de 24 de Maio inscrita na carta. Ver nota rodapé 634.

Lisboa, 24 Mar 1797⁶⁶⁴ – No mesmo dia, saem cartas de Beja e de Lisboa. Se consideramos a de Ribeiro dos Santos posterior à de Cenáculo é porque o seu conteúdo a isso nos aconselha. Ribeiro dos Santos acusa a recepção de material entregue por Costa e Sá e não se cansa de enaltecer a doação: “À vista de tantas, e tão brilhantes preciosidades os olhos não se fartam; o espírito se maravilha; a Nação se alarga a dilatados horizontes; a imaginação arrebatada, e se eleva sobre os astros; alevanta-se a alma acima de si mesma; desperta o coração todos os seus sentimentos; solta o génio os seus voos e os seus rasgos; e todas as potências do espírito humano se põem em movimento e em energia”⁶⁶⁵. São muitas maravilhas, Ribeiro dos Santos não se contém, solta-se como Elpino Duriense. Aproveita, no entanto, para anunciar a abertura consumada da Biblioteca: “A Biblioteca abriu-se com mais brevidade, do que eu esperava; e não me coube em tempo, e no meio dos trabalhos que então tive, antecipar a V. E. esta notícia”⁶⁶⁶ mas não fosse Cenáculo ficar um pouco desapontado ou melindrado, trata imediatamente de restabelecer as boas relações acrescentando que “o sagrado nome de seu ilustre benfeitor tem conciliado de tal modo a atenção dos concorrentes, que todos vão com alvoroço à Casa dos Livros de Beja, como em romagem ao santuário das musas”⁶⁶⁷. Garantia, deste modo, o restabelecimento da harmonia antiga e o destaque da doação de Cenáculo.

Beja, 26 Mar 1797⁶⁶⁸ – O correio entre Lisboa e Beja era rápido e, naqueles dias, o movimento era intenso. A 26 de Março, Cenáculo apressa-se a responder, enaltece os bons serviços do Sr. Sá, porque “esmoreço quando o leio amoroso, eloquente, e copiosíssimo em conhecimentos”⁶⁶⁹ mas promete prosseguir a sua doação esclarecendo que “hei-de servir a V. Senhoria com mil amores, e a esse abençoado museu com as notícias, e préstimos, a que eu chegar, mas desejo de antes enviar-lhe outras coisitas, que inteirem alguns votos”⁶⁷⁰. Comenta que todo estes assuntos eram para colóquio mais desimpedido” confessando, portanto, como lhe seria agradável conversar com Ribeiro dos Santos. Nesta carta deve ser assinalada uma expressão, quanto a nós, pouco clara. Cenáculo referindo-se à doação – ela própria susceptível de confusão porque a etimologia do vocábulo implica a ideia de gratuidade – fala de “um legado”. Cada vez mais ambíguo. Como entender, afinal, a reposição dos ordenados do tempo

⁶⁶⁴ Carta nº 16 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁸ Carta nº 17 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁰ Idem, *ibidem*.

da Real Mesa Censória que Cenáculo pedia na carta de 24 de Março? Estranhamente Cenáculo não refere a abertura da Real Biblioteca um acontecimento, sem dúvida, que deveria merecer-lhe uma reacção rápida e de júbilo.

Lisboa, 5 Abr 1797⁶⁷¹ – Analisando o texto da resposta de António Ribeiro dos Santos não se fica mais esclarecido. Repare-se neste excerto: “Despojar-se de tantas preciosidades [...] para as dedicar unicamente ao bem público, é feito muito gentil, e digno dos mais altos elogios: mas doá-las com tantos primores de generosidade, e nobreza [...] sobre excede todos os gabos e louvores, que uma voz eloquente, e agradecida podia remontar até às estrelas”⁶⁷². Esta questão vai ser recorrente e os continuados testemunhos agradecidos não são suficientes para abafar. “Ninguém entrará nela [Biblioteca] a consultar os oráculos de tantos livros de ouro, que têm vindo da luminosa Beja, que se não recorde da pessoa de Vossa Excelência e não bendiga a mão sagrada e liberal que lhos doou”⁶⁷³ e depois de algumas linhas compactas de adjectivação, finalmente termina reconhecendo que “A Biblioteca recebe clarões de luz que nunca se extinguirão na carreira dos séculos”⁶⁷⁴. Nesta data, Ribeiro dos Santos assevera a Cenáculo que a carta dirigida ao Príncipe será entregue.

Beja, 16 Maio 1797⁶⁷⁵ – Esta carta não acrescenta rigorosamente nada às anteriores, os encómios e o reconhecimento sucedem-se. Um estilo mais ou menos elaborado mas uma fórmula gasta. Haviam-se passado alguns meses sobre a entrada dos livros na Real Biblioteca, ou o assunto estava arrumado ou, pelo contrário, ambos os interlocutores aguardavam um desenvolvimento qualquer. A carta prenuncia um compasso de espera.

Beja, 19 Maio 1797⁶⁷⁶ – Com um atraso de dois meses, Cenáculo reage à notícia de abertura da Real Biblioteca. Congratula-se com a notícia, felicita o Bibliotecário-Mor e admite que a nova o “pôs em alvoroço”⁶⁷⁷.

Lisboa, 24 Maio 1797⁶⁷⁸

⁶⁷¹ Carta nº 18 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁷² Idem, *ibidem*.

⁶⁷³ Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁵ Carta nº 19 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁷⁶ Carta nº 20 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

A questão das datas é muito importante, se não repare-se no seguinte encadeado: se a data de 24 de Maio estivesse certa (BPE CXXVII 1-3, doc. 28), como é que, a 19 de Maio, Cenáculo podia estar a referir-se a um facto que viria a ser apenas abordado cinco dias depois?! Não podia. No entanto, é impossível ler outra data na carta da BPE; a única explicação, difícil mas plausível, é admitir que Ribeiro dos Santos se enganou na datação. Ver nota rodapé 621.

⁶⁷⁷ Carta nº 20 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

Lisboa, 25 Maio 1797⁶⁷⁹ - A intervalos regulares, Costa e Sá vai mantendo Cenáculo a par dos efeitos da doação, das reacções que ela provocava. A doação tinha chegado à Real Biblioteca onde “ aqui ficaram todos “liantibus oribus” quando viram os preciosíssimos tesouros vindos de Beja; tudo para os circunstantes foi de sumo assombro”⁶⁸⁰. E para que Cenáculo ficasse mesmo bem informado, acrescenta Costa e Sá: “O mesmo Sr. António Ribeiro o vi eu aturdido já com o Monetário, já com os Livros, e sobretudo as riquíssimas e singulares Bíblias”⁶⁸¹. Com algum pormenor e vivacidade, Costa e Sá relata o rebuliço que a chegada da doação causou, por exemplo, refere o caso do Ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho que se irá deslocar para ver os mapas que integravam a doação e deram entrada. Cenáculo, em Beja, devia estar muitíssimo satisfeito. A doação fora excelentemente recebida e Cenáculo era tema de conversa.

Lisboa, 29 Maio 1797⁶⁸² – Quatro dias decorridos, e Costa e Sá continua a dar notícias sobre o impacto que a doação causou na Corte e acrescenta que Ribeiro dos Santos irá escrever a Cenáculo para dar contas “*circunstanciadamente*”⁶⁸³. Como na carta anterior, também aproveita para dar algumas informações, breves, sobre intrigas políticas. Para alguém que se movera durante anos nos bastidores da política, estas notícias deveriam ser preciosíssimas.

Beja, 14 Junho 1797⁶⁸⁴ – Finalmente, Cenáculo dirige-se a D. Rodrigo. A doação estava praticamente concluída e embora Cenáculo se sentisse em falta, era agora uma magnífica ocasião para contactar o Ministro. Seria absolutamente improvável que o Ministro, mesmo que estivesse melindrado, o fizesse sentir numa altura em que a coroa ficava tão devedora para com Cenáculo. Relembra os tempos passados, presta-lhe menagem, refere os “seus egrégios, e bem considerados merecimentos” e anuncia que irá utilizar “ a linguagem da afeição nem perdida, nem alterada, e ainda que muda por alguns instantes”. Não são abordados nenhuns aspectos de ordem prática relativos à doação; Cenáculo está apenas preocupado em apagar a má impressão e, se o conseguir, reposicionar-se.

⁶⁷⁸ Carta que suscita dúvidas relativamente à datação. Sendo o texto igual à carta nº 15 com a cota BN Ms. 243, nº 19, f. 11-12 e apesar de insignificantes diferenças, não incluímos a sua transcrição. Citamo-la na Tabela 2.1 mas não a numeramos.

⁶⁷⁹ Carta nº 21 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁶⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁸¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁸² Carta nº 22 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁶⁸³ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁴ Carta nº 23 – Cenáculo para J. J. da Costa e Sá. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

Lisboa, 15 Junho 1797⁶⁸⁵ – Como suspeitáramos que aconteceria, a questão da recompensa pela doação volta a colocar-se. “Na última conferência que tive com o Excelentíssimo senhor Marquês Mordomo-Mor sobre os negócios da Biblioteca ...me certificou cheio do mais íntimo contentamento que o mesmo senhor [Sua Alteza] lhe ordenara, houvesse em seu real nome de participar a Vossa Excelência a grata aceitação [...] e que mandaria dar as providências necessárias para satisfazer à requisição, que Vossa Excelência lhe fazia, quanto fosse possível no estado actual das coisas”⁶⁸⁶. Aos poucos, este assunto toma conta da correspondência.

Beja, 1 Julho 1797⁶⁸⁷ - Perante a garantia de que a questão da recompensa será, a seu tempo, tratada, Cenáculo responde com uma carta de agradecimento referindo as cartas de Ribeiro dos Santos “como bálsamo em si mesmas, e de boa ventura”⁶⁸⁸. Uma reacção expectável segundo as regras de protocolo. Cenáculo revela uma paciência imensa, uma diplomacia talvez maior e volta a referir “o mimoso, e jamais cansado *Litterator* o Snr. Costa e Sá” exprimindo a sua gratidão a Ribeiro dos Santos. A resolução tardava mas, nitidamente, Cenáculo estava disponível para esperar.

Lisboa, 11 Julho 1797⁶⁸⁹ – Costa e Sá cumprimenta Cenáculo, deseja-lhe as melhores mas não falou com Ribeiro dos Santos, que não terá ido à Biblioteca mas, pelo contrário, espera encontrá-lo à tarde na Academia [das ciências, claro] porque “a cousa está resolvida, e só falta expedir despachos”, despachos que, sabemos-lo hoje, ainda demorarão a chegar cinco anos. Depois, dá um pequeno toque sobre D. Rodrigo que “me disse ontem que lhe não leve a mal, o não ter concluído a carta [de resposta à recebida de 14 de Junho]; que ele se tem visto numa mó de contínuo” o que não impede que “conte V. Exa. Rma. com o seu amor antigo”. Mas melhor do que estas palavras reconfortantes, aproveita para informar Cenáculo que D. Rodrigo mesmo que “o encadernador não tiver aprontado o livro, com que faz mimo a V. Ex.a Rma., vai como estiver”. As relações entre D. Rodrigo e Cenáculo estavam, portanto, restabelecidas.

Lisboa, 16 Jul 1797⁶⁹⁰ – O intervalo entre as cartas aumenta um pouco; não que corresponda a um esfriamento das relações entre os dois eruditos, nada indica que tenha havido uma alteração nas relações de respeito entre um e outro, simplesmente o assunto “doação” esgotava-se em si mesmo. E esta nova missiva, acompanhada de uma pequena carta datada de

⁶⁸⁵ Carta nº 24 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁷ Carta nº 25 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁸⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁹ Carta nº 26 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁹⁰ Carta nº 27 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

15 de Julho de 1797⁶⁹¹ do Marquês Mordomo-Mor recebida por Ribeiro dos Santos, destina-se apenas a colocar Cenáculo ao corrente das diligências que decorrem na Corte relativamente à já referida compensação. Sua Alteza Real não podia deixar de manifestar a sua alegria e gratidão por tamanha e valiosa doação.

Beja, 31 Jul 1797⁶⁹² – Duas semanas volvidas e Cenáculo agradece vivamente assinalando que “vejo nesta carta de Vossa Senhoria seu ânimo cuidadoso e interessadíssimo em minha honra e fortunas”⁶⁹³ uma carta breve, porém, com espaço suficiente para mais e repetidos agradecimentos.

Beja, 31 Jul 1797⁶⁹⁴ – No mesmo dia, Cenáculo apressa-se a escrever para D. Rodrigo: a família chegou de Viena, não podia voltar a falhar nesta cortesia, “para oferecer a V. Exa. as minhas congratulações [...] felicitar com todas as graças excelentíssimas e bem vindas pessoas”. Era indispensável manter um bom ambiente, a recompensa pela doação ainda não se concretizara.

Lisboa, 8 Ago 1797⁶⁹⁵ – Há um mês que Costa e Sá não escreve a Cenáculo. Fá-lo agora, com pequenas notícias, entre as quais as desculpas de Ribeiro dos Santos que não escreverá enquanto não tiver uma resposta de Sua Alteza e também para avisar Cenáculo que “corre notícia de paz”. Regra geral, são escassas as notícias sobre a situação política do país, esta é uma das duas vezes que tal acontece.

Lisboa, 4 Set 1797⁶⁹⁶ - Depois de um intervalo considerável, Ribeiro dos Santos dirige-se novamente a Cenáculo. Desta vez, trata-se de uma longuíssima carta na qual se reiteram os louvores e o reconhecimento mas que explana, pela primeira vez, a opinião de Ribeiro dos Santos sobre todas as tarefas que Cenáculo desenvolveu: à frente da Real Mesa Censória, como educador, como prelado, como preceptor do Príncipe D. José Francisco, tarefas que executou com brio e máxima dignidade mas às quais agora acrescem todas as “raras qualidades”⁶⁹⁷ que estão por trás da doação feita. Terminadas as cortesias, volta à questão essencial, isto é, à compensação pela qual Cenáculo espera: “O excelentíssimo Marquês Mordomo-Mor, que recebeu com mostras de grande satisfação, e prazer a carta de Vossa Excelência me seguiu que a tinha apresentado no Paço, e que o Príncipe a ouvira ler com

⁶⁹¹ Carta nº 27 a (Anexo) – Marquês Mordomo-Mor para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁹² Carta nº 28 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁹³ Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁴ Carta nº 29 – Cenáculo para Rodrigo de Sousa Coutinho. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁹⁵ Carta nº 30 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁹⁶ Carta nº 31 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁶⁹⁷ Idem, *ibidem*.

atenção, e abono, que pedia a contemplação de vassalo tão honrador de sua Pátria. Redobrei então os meus ofícios, e recebi esperanças, de que cedo se cuidaria de satisfazer a Vossa Excelência como era bem”⁶⁹⁸. Passou quase um ano sobre a primeira troca de correspondência, a doação está resolvida mas em matéria de compensação material, Cenáculo continua a aguardar. Prosseguiremos com a análise de todas as cartas deste núcleo embora saibamos que essa compensação apenas se efectivará em 1802 quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho detém a tutela da Real Biblioteca. Veremos em **6.4.4** quais as circunstâncias em que tudo acontece.

Lisboa, 20 Set 1797⁶⁹⁹ - Costa e Sá actua, de facto, como procurador de Cenáculo junto da Real Biblioteca e desta vez, ao mesmo tempo que convida Ribeiro dos Santos para a baptizado do filho na paroquial de S. Julião, aproveita para informar que “o Exmo. Rmo. Bispo de Beja dis escreve a V. Sa. com a remessa de seis caixotes”.

Lisboa, 24 Set 1797⁷⁰⁰ – Trata-se de uma simples nota de Costa e Sá para Ribeiro dos Santos para avisar que acabam de chegar seis caixotes para a Real Biblioteca. Que mande as ordens que Costa e Sá tratará do assunto.

Beja, 20 Out 1797⁷⁰¹ – Passou mês e meio. Cenáculo decide-se a responder a Ribeiro dos Santos, agradece e é altura de devolver todos os elogios ao Bibliotecário-Mor, incumbência que desempenha com o brilho esperado, confiante “nos serviços com que Vossa Senhoria fará brilhar a Biblioteca Pública de uma Nação, que por ela se vai insinuar mais respeitável na abundância, escolha, e desempenhos que Vossa Senhoria sabe promover pois que Vossa Senhoria por seus notórios talentos, actividade, e copiosíssimas ideias, de quanto são Letras boas, raras, e profundas adiantará muito quanto possui”⁷⁰².

Lisboa, 30 Dez 1797⁷⁰³ – É Natal e fim de ano, tempo para saudações mais especiais. Ribeiro dos Santos aproveita a ocasião para reiterar as suas preocupações com a pendência que tem entre mãos: “Assim eu fosse tão feliz que pudesse já dar a Vossa Excelência boa conta da honrosa comissão de que estou encarregado, e a que me obrigam os títulos mais sagrados que pode haver, de amizade, de gratidão, de honra, e de justiça”⁷⁰⁴. E preocupado com as

⁶⁹⁸ Idem, *ibidem*,

⁶⁹⁹ Carta nº 32 – J. J. da Costa e Sá para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁰⁰ Carta nº 33 – J. J. da Costa e Sá para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁰¹ Carta nº 34 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁰² Idem, *ibidem*.

⁷⁰³ Carta nº 35 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁰⁴ Idem, *ibidem*.

delongas, acrescenta: “Esta é a minha única pretensão, e o meu único despacho: não poderei ter coisa em minha vida que mais me toque, e me pertença; a recompensa bem devida dos serviços, que Vossa Excelência fez à Biblioteca, está intimamente ligada com os meus interesses, com a minha obrigação, com a minha honra, com o meu brio: acredite Vossa Excelência estas palavras, que são de quem conhece o valor dos benefícios, que Vossa Excelência nos tem feito, e saem de um coração agradecido”⁷⁰⁵. Ribeiro dos Santos revela, claramente, comprometimento, já não sabe como desdobrar-se em desculpas e “espero que mui cedo, que se comece a fazer a remessa de uma parte da recompensa de Vossa Excelência pois que assim mo afiançou decisivamente o Excelentíssimo Marquês Mordomo-Mor em uma conferência, que tive com ele há poucos dias; havendo-se desculpado com as circunstâncias críticas, em que se achava o Real Erário”⁷⁰⁶. O Real Erário não teria dinheiro, bem possível dado o período crítico de guerra com a Espanha⁷⁰⁷, mas Ribeiro dos Santos não está nada feliz neste papel de intermediário, papel sumamente ingrato. Mal sabe ele, na altura, que lhe está reservado este papel durante muitos anos não só com este compromisso com Cenáculo mas, mais tarde, com as aquisições de bibliografia através dos vários correspondentes por toda a Europa (Ver 6.3.7).

Lisboa, 3 Jan 1798⁷⁰⁸ – O Mordomo-Mor está preocupado com o dinheiro para Cenáculo e o assunto, portanto, é falado e discutido na Corte. Costa e Sá apressa-se a pôr Cenáculo ao corrente, pode estar tranquilo que o assunto continua na agenda. E transmite a preocupação de Ribeiro dos Santos que “reflectindo ele no respeitável decoro de V. Exa. Rma. lhe parecia mais officioso não ir ele ao dito Sr. M. M. M. [Marquês Mordomo-Mor] sem que primeiro V. Exa. Rma. remetesse o que havia a remeter; pois era melhor dizer-se que V. Exa. Rma. remetera sem ter recebido dinheiro algum, que dizer-se que V. Exa. Rma. remetera depois de ter recebido dinheiro”. Trate-se de argumento ou de subterfúgio, não há dúvida que o assunto

⁷⁰⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁷ Perante a complexa situação europeia e o poderio da França a partir dos anos 90 de Setecentos, Portugal procura a neutralidade e com o apoio da Grã-Bretanha tenta salvaguardar os seus interesses comerciais com a protecção dos portos na América do Sul ao mesmo tempo que procura não hostilizar a Espanha. Os planos de Portugal não resultam, o equilíbrio pretendido não é alcançado, a política interna encontrava-se muito dividida e a Espanha, que havia prometido não invadir Portugal, acaba por declarar guerra a Portugal e invadir o Alentejo. A diplomacia portuguesa falha, assim como a defesa militar do país, entregue ao 2º Duque de Lafões. O Real Erário enfrenta escassez de verbas e também se faz sentir a falta de alguns alimentos. O episódio ficou conhecido por Guerra das Laranjas (1801). Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 1996, vol. 6: 324-327.

⁷⁰⁸ Carta nº 37 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

era tratado de forma muito diplomática. Talvez Cenáculo não apreciasse muito a demora mas nada podia fazer contra tanta diplomacia e *savoir-faire*.

Beja, 6 Jan 1798⁷⁰⁹ – Em Janeiro seguinte, Cenáculo responde agradecendo e considerando que os cuidados e interesse de Ribeiro dos Santos em “tudo concorda com o amor que tomei à grande obra da Biblioteca Pública põe ela, por Vossa Senhoria e pelos caracteres que a decoram, e acompanham”⁷¹⁰. Volta a nomear Joaquim José da Costa e Sá e os seus prestimosos serviços. Cria-se uma pausa.

Lisboa, 12 Jan 1798⁷¹¹ – A compensação tarda, mas Cenáculo envia a segunda parte do Monetário que Ribeiro dos Santos acolhe com muito agrado e agradece: “A Real Biblioteca Lisbonense [...] acaba de receber hoje da magnanimidade, e grandeza de Vossa Excelência a segunda parte do monetário [...] estas jóias são engastes de brilhantíssimos diamantes, que esmaltam, e realçam o ouro fino, e acendrado das preciosidades, que até aqui nos tinham vindo: a Biblioteca com tais alfaias, e baixela fica o morgado de maior esplendor, e luzimento, e a casa mais rica da Nação”⁷¹². Tanto tesouro a exigir “cuidados particulares do gabinete numismático”⁷¹³ a que terá de se dedicar “e admirar miudamente tantas peças, e raridades para as classificar, e colocar ordenadamente em seus lugares, porque o público se goze delas”⁷¹⁴. Outra vez, a responsabilidade do bibliotecário perante um conjunto a que devia faltar todo o tipo de organização o que não impediria, nas suas próprias palavras que “a glória, e a fama da Biblioteca andar sempre vinculada com a de Vossa Excelência. Lisboa reconhecerá em todo o tempo o que deve a Beja, e a Nação toda o que deve a Vossa Excelência”⁷¹⁵. Aliás, não é a primeira vez que se percebe que os materiais provenientes das mãos de Cenáculo não se distinguem pela organização! Termina referindo o Sr. Sá “zelador fiel, e honradíssimo de todas as remessas de Vossa Excelência”.

Lisboa, 13 Jan 1798⁷¹⁶ – O monetário chega à Real Biblioteca. “Fez-se a entrega ontem de tarde ao S^r A. R. dos Santos em sua mão do Monetário preciosíssimo que V. Ex^a R^{ma} mandou”⁷¹⁷. Cenáculo pode ficar descansado, o monetário chegou ao destino. Mas é preciso relatar

⁷⁰⁹ Carta nº 36 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷¹⁰ Idem, *ibidem*.

⁷¹¹ Carta nº 38 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷¹² Idem, *ibidem*.

⁷¹³ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁴ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁵ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁶ Carta nº 39 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷¹⁷ Idem, *ibidem*.

com pormenor a reacção de Ribeiro dos Santos: “Sua alma ficou transportada vendo tantas raridades [...]”⁷¹⁸. Ocasão na qual Costa Sá aproveitara para informar o Bibliotecário-Mor da chegada de mais uns caixotes, entrega que há-de encerrar a entrada da doação na Real Biblioteca. Decorrera um ano completo, a doação fizera-se por quatro remessas. Nesta mesma carta, Costa e Sá dá notícias da capital, também da Academia e envia recomendações do Duque [de Lafões]. Os locais de sociabilidade, como a Academia, eram-no, pois, para os presentes mas também para os ausentes.

Lisboa, 23 Jan 1798⁷¹⁹ – Uns dias mais tarde, Ribeiro dos Santos volta a escrever. Acabou de “tomar entrega do restante dos livros”⁷²⁰, tem de agradecer porque tem “o coração cheio todo de reconhecimentos” e “os olhos se não saciam enamorados de tantas preciosidades”⁷²¹. Ribeiro dos Santos antecipa o futuro; ele sabe “quantos se houverem de aproveitar das possantes riquezas e cabedais da Biblioteca entoarão comigo o mesmo cântico de louvor ao alto nome de Vossa Excelência”⁷²².

Lisboa, 23 Jan 1798⁷²³ – “Que riqueza de livros! Todos estão pasmados...”⁷²⁴. Costa e Sá encontrou e falou com Ribeiro dos Santos que “ajuntou que o Sr. Bispo sempre há-de vir fazer uma visita à Corte”⁷²⁵. Uma vaga esperança que, por intermédio dos livros, se pudesse fazer uma aproximação entre Cenáculo e a Corte. Um desejo que começa a ganhar forma e que levará os seus anos a realizar-se.

Beja, 12 Fev 1798⁷²⁶ – Uma realidade que Cenáculo conhece melhor do que ninguém: “Eu e minhas coisas não podíamos na verdade cair em centro de luzes, e de virtudes mais apuradas”⁷²⁷, realidade que pode comentar com Ribeiro dos Santos. Deveremos interpretar estas palavras como de satisfação genuína? Parece razoável concluí-lo dado o que sabemos dos cuidados e atenções de Cenáculo relativamente a livros e a bibliotecas. Não foi uma ou duas vezes que ele fez declarações idênticas; os seus escritos, manuscritos ou impressos, são repletos de alusões que dão um carácter verídico, genuíno a esta afirmação. Cenáculo sente que tem em Ribeiro dos Santos um cúmplice e comenta: “É certo que desejei concorrer para

⁷¹⁸ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁹ Carta nº 40 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷²⁰ Idem, *ibidem*.

⁷²¹ Idem, *ibidem*.

⁷²² Idem, *ibidem*.

⁷²³ Carta nº 41 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷²⁴ Idem, *ibidem*.

⁷²⁵ Idem, *ibidem*.

⁷²⁶ Carta nº 42 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷²⁷ Idem, *ibidem*.

os destinos abençoados da preciosa Biblioteca Pública, e ao mesmo tempo para o ilustre nome de Vossa Senhoria como diligentíssimo árbitro e promotor dela. Mas o preço com que Vossa Senhoria adorna o meu concurso, e a sabedoria com que o esmalta e avalia é coisa extraordinária”⁷²⁸. Esta declaração de Cenáculo é única e de significado incalculável. De forma lapidar, Cenáculo distingue os dois patamares de actuação – o dele e o de Ribeiro dos Santos – ambos determinantes, complementares entre si em nome dos destinos da Biblioteca Pública. Declaração tanto mais valiosa quanto é verdade, constatamo-lo hoje, que muito se tem incensado o papel de Cenáculo remetendo para a penumbra o de António Ribeiro dos Santos. Provindo da figura de maior destaque, deve a declaração ser duplamente valorizada. No decorrer da nossa dissertação, tentaremos sustentar plenamente essa declaração fazendo jus aos epítetos de “Vossa Senhoria, bibliómano imenso, juiz delicadíssimo, apreciador generoso profundo e entendido [...]”⁷²⁹ com que Cenáculo brinda Ribeiro dos Santos.

Decorrem quatro anos até os dois homens voltarem a restabelecer a correspondência. Teria acontecido alguma coisa que justificasse tal silêncio? Possivelmente uma pequena intriga de Costa e Sá que se adivinha insinuada na carta, anos volvidos, enviada a José Anastácio da Costa e Sá (*Ver Carta nº 52 de 21 Jul 1803*). Não identificámos nada mais palpável que o justificasse; se não há motivos, também não deixa de os haver. Ou seja, a correspondência revelou sempre significativa afinidade cultural e erudita mas, uma vez resolvido o que havia a resolver com excepção, claro, da compensação pecuniária, a correspondência ressentiu-se. Um, absorvido com a gestão de uma casa muito complexa; o outro, entregue às suas actividades episcopais e pedagógicas, os anos devem ter decorrido sem muito tempo livre, tanto em Lisboa como em Beja, e sendo os compromissos políticos diferentes, naturalmente, os assuntos em comum iriam escasseando, a correspondência acaba por reflectir isso mesmo. São anos de importantes alterações políticas entre as quais importa destacar, pelas consequências que trará sobre a Real Biblioteca Pública, a entrada em cena de um novo Inspector-Geral. O Marquês de Ponte de Lima, Mordomo-Mor, é substituído em Outubro de 1801 por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e, é nossa firme convicção, que a partir dessa data a Real Biblioteca Pública da Corte vai sofrer outras orientações e sentir mudanças significativas.

⁷²⁸ Idem, *ibidem*.

⁷²⁹ Idem, *ibidem*.

Lisboa, 13 Abr 1798⁷³⁰ – Nem só dos negócios de Cenáculo trata Costa e Sá. Cabe-lhe também dar contas a Ribeiro dos Santos que o Bispo não pode escrever por causa da “moléstia e falta de tempo”⁷³¹. A explicação era quase obrigatória uma vez que a última carta de Cenáculo tinha sido a 12 de Fevereiro!

Lisboa, 11 Dez 1798⁷³² – Costa e Sá volta a escrever a Cenáculo e depois dos cumprimentos habituais, participa-lhe que segue junto uma Memória pelo punho de D. Rodrigo. Se houve uma Memória, perdeu-se com o tempo. O que existe é uma pequeníssima nota de D. Rodrigo, **documento sem data**⁷³³, dirigida a alguém que não é identificado, cujo único interesse reside no comentário em uma linha que faz sobre o Bispo de Beja de quem diz ser pessoa “tão respeitável como amável [...] reúne às luzes de Bossuet à doçura de Mabillon”. O interesse desta carta reside no facto de estabelecer mais um elo de aproximação entre Cenáculo e D. Rodrigo; quanto à doação, o silêncio é total.

Lisboa, 25 Mar 1799⁷³⁴ – Costa e Sá refere uma carta de 13 de Março de Cenáculo que não localizámos; manda-lhe os “afectuosos respeitos de D. Rodrigo” o qual, apressa-se a transmitir, “deseja ter um colóquio com V. Exa. Rma. e que espera derrubar a cabala insidiosa, que urdiram a V. Exa. Rma.”, ou seja, a ideia avançada de trazer de volta Cenáculo à corte também tem aqui um pequeno desenvolvimento. E D. Rodrigo de Sousa Coutinho parece estar verdadeiramente empenhado em reabilitar o bom nome de Cenáculo, acabando com a dita cabala. Aproveita e volta a enviar “mil memórias” do Duque de Lafões.

Lisboa, 28 Out 1799⁷³⁵ – Passaram-se muitos meses; para além de algumas notícias do interesse geral do Reino, Costa e Sá “primeiramente noticia a V. Exa. que António Ribeiro me fez saber que esperava logo escrever a V. Exa., e que sem dúvida ele vive e tem vivido em suma tortura por não ter até agora concluído este negócio”. A situação efectivamente é muito delicada mas, diz Costa e Sá, António Ribeiro dos Santos reconhece que “V. Exa. tem sabedoria para conhecer as causas remorantes”. Teve, de facto, e a persistência foi sem dúvida uma delas. Nesta carta de Costa e Sá apanham-se duas informações interessantes: por um lado, ficamos a saber que Costa e Sá deveria estar a trabalhar sobre inscrições epigráficas da Serra de Ossa e isso deve ter acontecido a pedido, e no interesse, do próprio Cenáculo; por outro, a

⁷³⁰ Carta nº 43 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷³¹ Idem, *ibidem*.

⁷³² Carta nº 44 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷³³ Nota s.d. nº 44 a – Rodrigo de Sousa Coutinho. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷³⁴ Carta nº 45 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷³⁵ Carta nº 46 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

questão do sigilo da correspondência não ser garantido. Diz Costa e Sá, depois de comentar as movimentações na Secretaria de Estado do Reino, que “só na presença de V. Exa. desenvolveria notícias, que agora não posso”. A segurança era, pois, coisa muito duvidosa.

Lisboa, 28 Jun 1800⁷³⁶ – Decorreram mais de dois anos, Costa e Sá volta a escrever a Cenáculo. Depois das palavras protocolares iniciais, acrescenta: “Dias há que o Ex^{mo} S^r D. Rodrigo de Sousa me perguntou saudosamente por V. Ex^a R^{ma}, e me disse que o amava, que o queria, que um dia teria o gosto de o ver em glorioso desempenho, onde tanto o desejava; etc. etc. Mas quê? Eu quero, diz S. Ex^a; e quero cumprir justos desejos [...]”⁷³⁷. Torna-se muito claro que na Corte há a preocupação de resolver a situação de Cenáculo. E se dúvidas houvesse, sabemos que D. Rodrigo, o Ministro de Costa e Sá, teria comentado “ora deixe estar, meu Sá, que eu sou quem talvez faça o despacho de tão dignos serviços”. Há grande confiança que “brilharão horizontes quiçá mais luminosos”. Faltam é ainda três longos anos!

Lisboa, 8 Jan 1801⁷³⁸ – Numa carta muito curta, Costa e Sá aproveita para um pequeno mexerico sobre D. Rodrigo que “sai Inspector do Real Erário: a certeza que houver comunicarei a V. Exa. Rma. e o mais que está a aparecer”. Aumentam, portanto, as expectativas quanto a uma recompensa pela doação e percebe-se muito bem porquê.

Lisboa, 13 Jan 1801⁷³⁹ – A questão da recompensa a Cenáculo continua a ser o tema central das cartas de Costa e Sá para Cenáculo. Refere a diligência de António Ribeiro dos Santos e o empenho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Diz Costa e Sá: “Eu havia já anunciado na antecedente, que o Ex^{mo} S^r Rodrigo de S. C., quando tomou posse daquela Inspeção, se encarregara de pôr na Augusta Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor este negócio; e com efeito S. A. R. ordenou que o Bibliotecário Maior fizesse logo uma Informação exacta, e circunstanciada de tudo quanto se compreendia na Doação; o que ele já fez com a maior dignidade, e recomendação. Ontem à noite porém me ordenou S. Ex^a que o buscasse hoje ao dito Bibliotecário Maior, o que espero fazer logo que saia da Secretaria [...]”⁷⁴⁰. E de uma forma cristalina chega-se aos termos do negócio. Costa e Sá, pelos vistos, é encarregue de fazer aquela pergunta delicada constante em todos os negócios: “Ora diga-me V. Exa. Revma. em franqueza, e logo, que partido deseja se tome sobre o modo, e natureza da recompensa,

⁷³⁶ Carta nº 47 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷³⁷ Idem, *ibidem*.

⁷³⁸ Carta nº 48 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷³⁹ Carta nº 49 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷⁴⁰ Idem, *ibidem*.

que há certamente de exceder uma boa parte mais do seu valor; se dinheiro logo de contado, ou se uma pensão ânua que V.Exa. Revma. àquele fim que lhe agrada” e continua com mais pormenores dando indicações precisas a Cenáculo sobre a forma como este deve agir. Se até aqui, a recompensa em dinheiro estava mais ou menos disfarçada, a partir de agora o assunto está muito claro. E Cenáculo podia estar confiante porque “o Desembargador António Ribeiro fez o que devia, e o Ex^{mo} S^r D. R. fez o que a sua antiga amizade, e inclinação por V. Ex^a Rev^{ma} lhe inspira”⁷⁴¹.

Lisboa, 10 Fev 1801⁷⁴² – Cheio de pressa, Costa e Sá acusa a recepção de carta de Cenáculo de 31 de Janeiro, que não localizámos, e reitera os seus votos de fidelidade à pessoa do Bispo de Beja e dá a entender que o “negócio” (isto é, a recompensa) está a ser tratado. Volta a confirmar como D. Rodrigo estima o Bispo de Beja, sentimento que estende ao “amabilíssimo Duque General” [certamente o Duque de Lafões].

Lisboa, 7 Dez 1801⁷⁴³ – Finalmente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho toma posse oficial da tutela da Real Biblioteca: “Quinta-feira tomou posse da Inspeção da Biblioteca Pública o Ex^{mo} S^r D. Rodrigo de S. C., a quem o Bibliotecário Maior só teve para mostrar, como cousas singulares, e belas, as preciosíssimas raridades, e riquíssimos Livros, e mui singulares Medalhas, com que V. Ex^a ataviou, e adornou aquele Tesouro de Literatura; e S. Ex^a admirado de ver tão lindos e brilhantes monumentos da veneranda Antiguidade, perguntou: Que se deu em prémio a este doutíssimo, e exemplaríssimo Bispo? Respondeu o B. M. Nada até agora”⁷⁴⁴. Mas Costa e Sá não se deixa iludir e acrescenta: “Mas isto já há anos o sabia S. Ex^a; e eu na véspera o prevenira”⁷⁴⁵. Tenham estes comentários cabimento ou não, temos dificuldade em decifrá-los mas uma certa atmosfera vai transpirando e é muito claro que nem tudo fluía de forma muito escorreita na Corte!

Lisboa, 11 Jan 1802⁷⁴⁶ – Nova carta de Ribeiro dos Santos. Precisamente em Janeiro de 1802 a correspondência Ribeiro dos Santos-Cenáculo é reatada. Sabemos pelo conhecimento que temos das boas relações estabelecidas entre Ribeiro dos Santos e D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Ver 6.4) como era profunda a sinergia que se criou entre os dois. Com esse pano de fundo, faz todo o sentido o reactivar da correspondência. Ora, nessa primeira carta de um

⁷⁴¹ Idem, *ibidem*.

⁷⁴² Carta nº 50 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷⁴³ Carta nº 51 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁴⁶ Carta nº 52 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

encontro renovado, Ribeiro dos Santos vem esclarecer que nunca se esqueceu da pendência existente mas que não valia a pena estar sempre a repetir a mesma promessa a Cenáculo. Mas agora, acredita Ribeiro dos Santos, tudo parece ter mudado. “Tenho de participar a Vossa Excelência com muita satisfação, que havendo cessado com a paz os estorvos, que nisto havia, e achando no coração do novo inspector da Biblioteca o excelentíssimo senhor Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, boas disposições a favor de Vossa Excelência renovei os meus antigos ofícios, e fiz a representação de que remeto a Vossa Excelência a cópia; a que Sua Alteza foi servido anuir, mandando passar os despachos necessários para começar a contemplar os serviços de Vossa Excelência segundo me anunciou ontem na Secretaria de Estado o mesmo Excelentíssimo inspector”⁷⁴⁷. Esta carta é acompanhada da cópia da carta enviada por Ribeiro dos Santos a Sousa Coutinho ainda em **26 de Dezembro de 1801**⁷⁴⁸, tornando todo o processo muito transparente. Manifesta-se alguma distensão nestas palavras; Ribeiro dos Santos deve ter sentido um alívio, finalmente poderia cumprir o que anos antes ficara acordado.

Beja, 19 Jan 1802⁷⁴⁹ – Cabia a Cenáculo agradecer, o que fez de uma forma rápida mas comovida concluindo que “nasceu Vossa Senhoria para desenhos graciosos e honradores”⁷⁵⁰.

Lisboa, 25 Jan 1802⁷⁵¹ – Tudo se passa outra vez de forma rápida e eficaz. Uma semana decorrida, Ribeiro dos Santos acusa a recepção desta última carta comentando que “espera cedo o efectivo despacho dos negócios de Vossa Excelência”⁷⁵². Esperança não falta, aproxima-se um grande momento, D. Rodrigo de Sousa Coutinho encontra-se no meio do processo de decisão; certamente que se lembrava de Cenáculo quando frequentava a Corte para acompanhar o Príncipe D. José Francisco cujo preceptor era na altura, precisamente, Fr. Manuel do Cenáculo (Ver **6.4.2**). Nas palavras de D. Rodrigo de Sousa Coutinho “era devedor [a Cenáculo] de mimos e finezas desde pequenino”⁷⁵³, como poderia esquecer? Talvez até pudessem ter, no presente, algumas divergências políticas mas D. Rodrigo adquirira em Turim um estofa diplomático, uma visão cultural e política que lhe permitiam, com certeza, ultrapassar a pequenez de uma visão a curto prazo. É bem provável que esse conhecimento muito antigo o tenha, de certo modo, influenciado. Aliás, D. Rodrigo também já utilizara os

⁷⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁴⁸ Carta nº 52 a – Ribeiro dos Santos para Sousa Coutinho, Lisboa, 26 Dezembro 1801. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁴⁹ Carta nº 53 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁷⁵¹ Carta nº 54 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁵² Idem, *ibidem*.

⁷⁵³ Carta nº 20 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

serviços de “espreitador” de Cenáculo, na própria expressão deste, a propósito de informações que Cenáculo mandara recolher sobre as pescarias da sardinha no Algarve para remeter ao Ministro da Fazenda ⁷⁵⁴. Um favor para a Corte, uma nomeação para Évora. D. Fr. Manuel do Cenáculo acabava por ser, assim, bem compensado pela bondade que revelara em relação à Nação e à Real Biblioteca Pública da Corte.

Sousa Coutinho tinha assumido a pasta da Fazenda que englobava a Real Biblioteca em Outubro de 1801. Mesmo que tendesse a esquecer-se da doação de Cenáculo, Joaquim José da Costa e Sá estava por perto, não deixaria morrer o assunto, as cartas que temos vindo a citar demonstram-no, e também Ribeiro dos Santos não o permitiria. Existe uma minuta de Ribeiro dos Santos cujo teor indica que se destinava ao Ministro da tutela, presumivelmente de Dezembro de 1801, e na qual refere a doação “que muito honra a Nação, a Literatura e o Século [...]”⁷⁵⁵; no mesmo sentido, encontrámos uma cópia não datada⁷⁵⁶ que só pode ser de Ribeiro dos Santos e com a intenção de ser enviada à tutela, cujo teor é esclarecedor:

“O Ex^{mo} e R^{mo} D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja, do Conselho de S. Magestade, Mestre que foi dos Sereníssimos Príncipes D. José e D. João, e Presidente da Real Mesa Censória, e da Junta do Subsídio Literário, varão dotado de todas as boas partes; cheio de eficácia e zelo pela honra da Religião, pela glória da Pátria, pelo aumento e esplendor das Artes e das Ciências; tendo ilustrado a todas elas com suas obras de altíssima doutrina e de vastíssima erudição; e querendo que a parte mais preciosa das riquíssimas colecções de livros e de antiguidades que a sua diligência soube ajuntar com excessivas despesas e trabalhos no espaço de muitos anos, houvesse de ficar sempre em um depósito seguro donde pudesse aproveitar a todos os presentes e vindouros, sacrificou generosamente o seu interesse e o seu próprio gosto e entretenimento ao bem público da Nação e doou liberalmente a esta Real Biblioteca o seguinte.

⁷⁵⁴ Trata-se de informação mandada recolher por Cenáculo explicando como é que o negócio da pesca, salga e venda da sardinha havia passado de Portugal para Espanha. Contém dados muito concretos e conclusões muito objectivas. Um conjunto de informações muito úteis para a política económica do Ministro da Fazenda, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nesta carta, Cenáculo designa-se a ele próprio de “espreitador”. Beja, 2 de Fevereiro de 1800. ANTT, Arquivo Casa de Linhares, Maço 27, doc. 73 (original). *Tb.* BNP COD 8549, f. 361-365 (cópia).

⁷⁵⁵ BNP AHBN/DGA/04/Liv.01, p. 43-45.

⁷⁵⁶ BNP COD 4732, f. 29-29 v.

Uma quantiosa colecção de livros de grande estimação e preço que constam do catálogo que se fez em dois volumes de folha, dos quais o 1º contem o Catálogo Metódico das Obras pertencentes à História, às Belas Letras, e às Ciências Naturais e Filosóficas; o 2º da [sic] Obras relativas às Ciências Eclesiásticas e à Poligrafia ou Erudição Universal e Miscelânea.

Uma colecção de manuscritos pertencentes a cada uma das Artes e Ciências que constam do Catálogo também metódico que se fez em um volume de folha.

Uma colecção de Mapas e Plantas, Estampas e Desenhos de que também se fez um catálogo.

Uma numerosa colecção monetária de peças de ouro, prata e cobre, consulares, imperiais, Arábicas e Portuguesas, e de outras Nações com o que tudo cresceu tanta riqueza a esta Casa que só elas bastaria para a fazer útil, preciosa e respeitável em todo o tempo.

E por que ficasse eterna a lembrança de tão honrado feito, e do grande reconhecimento desta Casa a tamanho benefício, se ordenou que aqui se assentasse este Padrão que conservasse tão ilustre Memória a toda a Posteridade”.

O documento não está datado mas tem de se situar depois da entrada da doação e antes da nomeação de Cenáculo para a cadeira arquiépiscopal, logo, entre 1798 e 1802. Considerando este intervalo de tempo suficientemente amplo permitindo cobrir a parte final do mandato do Marquês de Ponte de Lima e o início do período de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, teremos de admitir a dúvida sobre o destinatário. Mas admitindo que ambas as minutas correspondem a cartas efectivas, mesmo que elas não tivessem sido enviadas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, encontravam-se na Secretaria de Estado quando este iniciou funções. Era impossível, pois, desconhecer a situação ou ser insensível à pressão para que a recompensa fosse efectivada.

Lisboa, 13 Fev 1802⁷⁵⁷ – A situação da recompensa está prestes a ser resolvida e Costa e Sá apressa-se a comunicá-la a Cenáculo: “É verdade que o Ex^{mo} S^r Dom Rodrigo de S. C. ama a V. Ex^a, e certamente desejaria ver a V. Ex^a sentado na Catedral Metropolitana de Évora: portanto a este Ministro benfazejo e justo deverá V. Ex^a ver dentro de poucos dias coroada com prémio

⁷⁵⁷ Carta nº 55 – J. J. Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

a sua generosa Doação...”⁷⁵⁸. O assunto decididamente está bem encaminhado e para que não restem dúvidas a Cenáculo, Costa e Sá acrescenta “meu Irmão lavrou ontem o Decreto; e enquanto não baixa assinado, não se deve nada dizer. António Ribeiro houve-se com dignidade nos seus Ofícios, e Informações”⁷⁵⁹. A nomeação está por dias, tinham passado quatro anos.

Lisboa, 14 Fev 1802⁷⁶⁰ – Esta carta não se relaciona com a doação mas faz parte do conjunto e no fundo ajuda a evidenciar a relação próxima entre Costa e Sá e Cenáculo, lembrando-lhe até tempos passados na época que Cenáculo tinha responsabilidades lectivas no Convento de Jesus.

Lisboa, 6 Mar 1802⁷⁶¹ – No princípio de Março, Ribeiro dos Santos volta a escrever a Cenáculo. Desta vez o objectivo da carta é completamente distinto. Trata-se de o cumprimentar pela recentíssima nomeação para a cátedra de Arcebispo de Évora. Trata-se de “uma honrosa demonstração das reais atenções com que Sua Alteza começa a remunerar os grandiosos serviços de Vossa Excelência feitos por tantos anos, e com tanto crédito de nosso nome à Religião, à Literatura, e à Coroa destes Reinos, que estão chamando para tão digno cidadão os maiores prémios e galardões do Estado”⁷⁶². Cenáculo terminava, assim, a travessia do deserto, um percurso que demorou vinte e cinco anos exactos a completar. Deixava uma obra notável em Beja, a sua fama espalhara-se por todo o Alentejo; conseguira marcar a Real Biblioteca Pública; já tinha deixado escola, Livraria e discípulos no Convento de Jesus. Um percurso único, notabilíssimo.

Lisboa, 11 Mar 1802⁷⁶³ – Mês do aniversário de Cenáculo. Que maior prenda se não anunciar-lhe como todos, na Corte, anseiam a sua visita? “Ontem fui a Queluz [...] beijei a mão ao Príncipe [...] e quando lhe rendi as Graças pela Mercê de haver elevado a V. Ex^a à Dignidade eminentíssima de Metropolitano de Évora, me respondeu: Eu amo ao Arcebispo eleito pelas suas virtudes e literatura; e há anos o trago no meu coração”⁷⁶⁴ e também da Princeza D. Maria Benedita “entre mil agradados envia os Parabéns a V. Ex^a, que o ama; e que o espera com alvoroço. Numa palavra em o Paço é geral contentamento e alegria”⁷⁶⁵. Cenáculo deveria

⁷⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁷⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁶⁰ Carta nº 56 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁶¹ Carta nº 57 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁶² Idem, *ibidem*.

⁷⁶³ Carta nº 58 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁶⁵ Idem, *ibidem*.

sentir-se particularmente feliz e compensado. Comentava-se abertamente uma possível vinda de Cenáculo à Corte.

Lisboa, 17 Mar 1802⁷⁶⁶ – Tratava-se de uma promessa muito antiga. Finalmente, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Arcebispo de Évora, vinte e cinco anos depois de ter deixado a Corte, é convidado a regressar. Cabe a Costa e Sá comunicar-lhe tão feliz desenlace: “Meu Senhor. As minhas fiéis afeições à Sagrada Pessoa de V. Ex^a me fazem poupar o expedir um correio, ou próprio com a Licença inclusa para V. Ex^a vir a esta Corte. Convém que V. Ex^a não se demore [...]”⁷⁶⁷. Difícil imaginar as emoções num homem de 78 anos que tinha sido verdadeira “estrela polar” na corte de D. José I.

Lisboa, 18 Mar 1802⁷⁶⁸ – Nesta data, Cenáculo ainda não tinha vindo à Corte e Costa e Sá impacienta-se: “Peço a V. Ex^a me avise com antecipação a sua visita [...] Nada posso dizer se não que tudo aqui é um continuado alvoroço sobre a vinda de V. Ex^a”⁷⁶⁹. A doação estava terminada, as questões que se colocam nesta altura são protocolares mas não deixam de ser políticas. Trata-se de fazer justiça e apaziguar eventuais querelas antigas.

Lisboa, 19 Jul 1803⁷⁷⁰ – Neste ano e meio que decorreu, entre a última carta de Joaquim José da Costa e Sá e esta, a situação alterou-se. De facto, Joaquim José da Costa e Sá faleceu e os negócios relativos à Real Biblioteca passam a ser tratados pelo irmão, José Anastácio da Costa e Sá. É altura de arrumar a casa e José Anastácio da Costa e Sá reúne seis cartas originais que estavam no arquivo do irmão e envia-as para Ribeiro dos Santos. Aproveita para recordar a Ribeiro dos Santos alguns livros emprestados e que ele, José Anastácio, gostaria de reaver. Assunto delicado que António Ribeiro dos Santos não deixará passar sem a resposta adequada e um pouco desabrida!

Lisboa, 21 Jul 1803⁷⁷¹ – Ribeiro dos Santos não gostou da carta a pedir-lhe a devolução de livros aparentemente emprestados. Responde em termos muito duros e tom sarcástico. Acusa a recepção das cartas “fico entregue das seis cartas, que me havia dirigido o Ex^{mo} Arcebispo de Évora e que V. S^a houve por bem de me remeter para serem arrecadadas no Arquivo da Real Biblioteca de Lisboa aonde pertencem por assunto e matéria: pelo que rendo a V. S^a. as bem

⁷⁶⁶ Carta nº 59 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁶⁸ Carta nº 60 – J. J. da Costa e Sá para Cenáculo. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁷⁰ Carta nº 61 – José Anastácio da Costa e Sá para Ribeiro dos Santos. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

⁷⁷¹ Carta nº 62 – Ribeiro dos Santos para José Anastácio da Costa e Sá. Ver Anexo 2 – Epistolografia...

devidas graças por esta mercê que nos faz a mim e a ela”⁷⁷². Quanto aos livros “confesso o espanto e confusão, em que fiquei com uma requisição tão inesperada: eu nunca pedi nem recebi dele emprestado livro algum impresso ou manuscrito [...]”⁷⁷³ e explica a situação “porque em verdade desde o tempo em que seu irmão, mudando não sei por que fatalidade minha de conceito e sentimento a meu respeito me declarou por toda a parte uma viva guerra, e perante altas personagens; eu não poderia deixar de lhe mandar entregar os seus livros se os tivesse, assim como deixei inteiramente de o procurar e continuar nossa antiga comunicação”⁷⁷⁴. Para além do episódio propriamente dito, é curioso este esclarecimento por parte de Ribeiro dos Santos porque, na realidade, as cartas de Joaquim José da Costa e Sá para Cenáculo vão insinuando que qualquer coisa menos clara se passava no tocante à recompensa devida a Cenáculo e, invariavelmente, o nome de Ribeiro dos Santos aparece referido. Com ou sem razão, o que fica são as cartas e essa impressão é a que vinga.

Évora, 1 Fev 1804⁷⁷⁵ – Segue-se outro grande interregno nesta troca de cartas com Ribeiro dos Santos, apenas reatada em 1804. Instalado em Évora, Cenáculo tem de atender outros projectos que se colocam. Acaba por escrever a Ribeiro dos Santos uma carta de circunstância, respeitosa e também de agradecimento. Pela leitura desta carta percebe-se que já regressou de Lisboa – certamente, da tal visita que a Corte ansiava desde 1802 – quando afirma “Compenso a grande mágoa de não encontrar a Vossa Senhoria na minha despedida [...]”⁷⁷⁶ Mas vão longe as cartas muito cerimoniais, repletas de encómios. E disponibiliza-se para “o serviço de Vossa Senhoria”⁷⁷⁷. Claramente, esta é uma carta que anuncia o ocaso de um ciclo. Os assuntos bibliográficos estão resolvidos, a compensação também foi concedida. Resta-lhes o respeito mútuo: a um, a atenção delicada a um erudito muito idoso de quem se guardavam as melhores memórias; ao outro, a tranquilidade depois de anos em confronto surdo com a corte.

Lisboa, 20 Fev 1804⁷⁷⁸ – Em resposta à carta amável de Cenáculo, Ribeiro dos Santos responde-lhe oferecendo uma 1ª edição do *Breviário Eborense* para a Biblioteca

⁷⁷² Idem, *ibidem*.

⁷⁷³ Idem, *ibidem*.

⁷⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁷⁵ Carta nº 63 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁷⁸ Carta nº 64 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

Arquiepiscopal de Évora onde “deve ter mais lugar”⁷⁷⁹ do que na Pública de Lisboa. Aguarda apenas o regresso do Ministro, doente, para resolver a questão. Sem dúvida, uma gentileza.

Lisboa, 19 Ago 1804⁷⁸⁰ – Mais tarde, Ribeiro dos Santos volta a escrever para Évora apenas para comunicar a Cenáculo que acaba de ser nomeado para o canonicato doutoral da Santa Igreja de Évora, solicitando a Cenáculo a confirmação indispensável. Curiosas, as voltas que se vão sucedendo! Agora, é a Ribeiro dos Santos que cabe solicitar uma última palavra de Cenáculo.

Lisboa, 30 Nov 1804⁷⁸¹ – No final de Novembro, Ribeiro dos Santos volta de novo ao contacto com Cenáculo para lhe participar que o canonicato doutoral é um facto, anunciando que “vou agora do modo que me é possível e com o mais profundo acatamento apresentar-me a Vossa Excelência [...]”⁷⁸².

Évora, 20 Dez 1804⁷⁸³ – Finalmente, Cenáculo responde. Congratula-se pela nomeação, relembra outros tempos: “A cada instante a minha memória me faz presente as virtudes de Vossa Senhoria, suas grandes Letras [...]”⁷⁸⁴. Uma carta muito breve, talvez impaciente. Pelo peso da idade, pela distância.

Lisboa, 5 Jan 1805⁷⁸⁵ – Ribeiro dos Santos, bem mais novo, respeitoso, escreve a Cenáculo a quem pede “receba a minha obediência de amor e de obrigação”⁷⁸⁶ uma carta simples de preito.

Lisboa, 19 Abr 1805⁷⁸⁷ – O que se pode oferecer a um erudito que já desfez e voltou a desfazer dos seus livros em proveito de terceiros? Talvez outro livro, uma tradução. É isso que Ribeiro dos Santos resolve fazer. Envia para Cenáculo a sua tradução da *Metamorfose* de Ovídio⁷⁸⁸ “cheio desta glória apresentar-se formoso e grato a Vossa Excelência como a um dos seus maiores amigos”⁷⁸⁹.

⁷⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁸⁰ Carta nº 65 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁸¹ Carta nº 66 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁸² Idem, *ibidem*.

⁷⁸³ Carta nº 67 – Cenáculo para Ribeiro dos Santos. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁸⁵ Carta nº 68 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁸⁷ Carta nº 69 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁸⁸ Talvez se trate da tradução da *Metamorfose* de Ovídio feita pelo P. Fr. José do Coração de Jesus do Seminário de Brancanes sob o pseudónimo de Almeno. Tratar-se-ia de uma dupla amabilidade dada a amizade antiga que ligava Cenáculo a Fr. José do Coração de Jesus. In BNP COD 4707 (Obras ARS 125). Esta mesma tradução já tinha sido referida pelo próprio Fr. José do Coração de Jesus a propósito de uma visita de Juan Bautista Muñoz, Cosmógrafo Mor das Índias, a Brancanes a caminho de Beja, passagem de que dá conta por carta a

O termo desta epistolografia aproxima-se. Um e outro ainda continuarão à frente das respectivas bibliotecas mais alguns anos. Talvez já não houvesse muito a conversar. Cada um estava, à sua maneira, refém do seu projecto: um geria a Real Biblioteca Pública da Corte, munia-a com as colecções que a modernidade exigia; o outro desenvolvia, finalmente, uma Biblioteca Pública como sempre ambicionara, projecto que verá concretizado apenas em 1811. **Lisboa, 21 Maio 1808**⁷⁹⁰ – Apesar de tudo, Ribeiro dos Santos ainda arranja maneira de lhe escrever uma última vez. Depois de três anos sem contacto, envia-lhe uma nova edição da *Lírica* de Horácio⁷⁹¹, trabalho seu, “edição nacional, não deixará de merecer as atenções de Vossa Excelência que tanto ama, e protege as Belas Letras”⁷⁹².

Este é um conjunto epistolográfico de inegável valor histórico, faz jus à fama adquirida, confundindo-se com a história da Real Biblioteca Pública da Corte. Fica registada a doação de Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte, projecto pelo qual pugnava havia vinte e cinco anos. Era justo e razoável que lhe fizessem as honras que aqui testemunhámos. Mas também parece oportuno frisar que, em certa medida, este núcleo epistolográfico frustra as nossas expectativas. Esta afirmação deve ser bem explicada.

Não seria demais esperar que as cartas, sobretudo pela parte de Cenáculo, contivessem alguma abordagem de carácter teórico e doutrinário à importância das bibliotecas. Essa reflexão não acontece. A Cenáculo deve ter parecido escusado porque o interlocutor, com fundada probabilidade, sabia muito bem qual o lugar de uma biblioteca central na estrutura da sociedade e do Estado? Porque Cenáculo se sentia um pouco à margem do processo e, por isso, não queria impor a sua palavra? Porque Cenáculo preferia resolver o assunto de forma expedita? Nunca conheceremos as verdadeiras razões que levaram a uma negociação tão directa cujos floreios se esgotaram nos elogios, no tom cerimonioso. Aquilo que sabemos é que Cenáculo fez a doação porque, de facto, tinha a Real Biblioteca no coração, porque se preocupava com o tesouro nacional e porque, no fundo, a oportunidade da doação lhe

Cenáculo, 8 de Setembro de 1785. In BOURDON, Léon – “Relations littéraires portugaises de Juan Bautista Muñoz...” 1974.

⁷⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁹⁰ Carta nº 70 – Ribeiro dos Santos para Cenáculo. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**

⁷⁹¹ *A Lírica de Q. Horácio Flacco poeta romano trasladada literalmente em verso português por Elpino Duriense*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1807. 2 t. In BNP COD 4657 (Obras ARS 75).

⁷⁹² Idem, *ibidem*.

permitiria obter alguma compensação que ele considerava justa não apenas pela doação mas por todos os anos de trabalho e dedicação à Corte no consulado de Pombal.

O ritmo desta correspondência não foi uniforme; variou com a própria negociação e à medida que esta se foi concluindo. Em 1796, quando o processo começa, são trocadas 8 cartas em apenas quatro meses; em 1797, quando se atinge o auge do entusiasmo, existem 25 cartas; em 1798, tudo estava resolvido, o assunto da recompensa não atendida continuava em aberto, são trocadas 9 cartas; entre 1799 e 1801 regista-se alguma correspondência – 7 cartas ao todo – mas de Costa e Sá sempre para Cenáculo. Depois deste interregno, ultrapassado no momento que Sousa Coutinho passa a tutelar a Real Biblioteca em 1802, registam-se, então, 9 cartas das quais 5 são de Costa e Sá para Cenáculo; novo vazio temporal e, em 1803, 2 cartas (1 de José Anastácio da Costa e Sá para Ribeiro dos Santos); em 1804, mais 5 cartas; sem grandes novidades, o ano de 1805 tem apenas 2 cartas; no final do ciclo, em 1808, 1 carta solitária. Quase se pode desenhar uma curva ascendente representando o auge da negociação que depois, lentamente, vai decaindo.

Poderíamos sintetizar e afirmar que são dois os assuntos que tomam conta desta epistolografia: por um lado, a doação, causa nobilíssima e, por outro, a compensação financeira, uma questão mais prosaica mas cuja abordagem Cenáculo encara com coragem. No seu conjunto, estas cartas revelam essa faceta de Cenáculo, lutador e pragmático. Talvez a coadunar-se menos com a faceta de erudito que sempre é transmitida, mas muito real.

Entre as cartas, destacaríamos três momentos. Em Dezembro de 1796 (Carta 8), Ribeiro dos Santos revela, pela primeira vez, a apreciação que faz das obras que Cenáculo decidiu doar. As observações de Ribeiro dos Santos são muito concretas, não têm nada de protocolar, transmitem bem a satisfação imensa que não consegue disfarçar. Um segundo momento muito significativo prende-se com a chegada dos primeiros caixotes em Janeiro de 1797 (Carta 10), o Bibliotecário-Mor foi apanhado de surpresa com tantas preciosidades, transborda de felicidade que exprime sem contenção. Finalmente, em Fevereiro de 1798 (Carta 42) quando Cenáculo reconhece o trabalho de Ribeiro dos Santos, comparando a actuação deste com a dele próprio. Ao admitir esta complementaridade, concedendo a Ribeiro dos Santos um protagonismo idêntico ao seu, Cenáculo revela uma enorme inteligência e sensibilidade. Ao longo da vida dera muitas provas destas qualidades mas ao reconhecer o contributo indelével de outros na formação da Real Biblioteca Pública da Corte, definitivamente, garante um lugar naquele projecto.



FIGURA 7

Doutor António Ribeiro dos Santos

1745-1818

Provável autor português, c. 1790

Óleo sobre tela, 70,5 x 55 cm.

Biblioteca Nacional de Portugal

6.3 – Um organizador incansável: Doutor António Ribeiro dos Santos (1745-1818)

O Doutor António Ribeiro dos Santos foi o primeiro Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública da Corte, nomeado a 4 de Março de 1796, embora a sua actividade iniciada no ano anterior com a organização da biblioteca da Real Mesa Censória deva ser entendida como um passo inicial na estratégia organizativa em marcha. Nada está escrito nesse sentido, mas entender de outra forma a sua nomeação para aquela função seria, em absoluto, um contra senso. Desde o final da década de 70 envolvido com a organização de bibliotecas, tentaremos acompanhar o seu percurso na expectativa de assinalar os momentos que tornam a sua intervenção verdadeiramente inovadora no panorama das bibliotecas portuguesas.

6.3.1 – Bibliotecário-Maior, uma nomeação necessária e adequada – Quando equacionamos a problemática em torno dos primórdios da Real Biblioteca Pública da Corte (de agora em diante também referida como RBPC), fundada a 29 de Fevereiro de 1796 por Alvará Régio, a primeira figura que imediatamente associamos à notabilíssima instituição não é a do Doutor António Ribeiro dos Santos (1745-1818) ainda que ele tenha sido o seu primeiro director (1796-1816). A homenagem de Gabriel Pereira⁷⁹³ nunca foi suficiente para devolver a Ribeiro dos Santos as honras que mereceria apesar dos termos elogiosos com que o evoca:

“O primeiro director da Bibliotheca foi António Ribeiro dos Santos, grande erudito e académico, que consagrou à instituição desta casa toda a sua actividade, inteligência e amor. Se os trabalhos e os métodos iniciados por ele tivessem sido acatados, seguidos à letra, sem enxertias nem reformas parciais e caprichosas, que tudo confundem e estragam, a Bibliotheca teria hoje uma organização perfeita, sem ter nada que invejar à Bibliotheca do Museu Britânico”⁷⁹⁴.

Também não surtiu grande efeito a referência generosa de Castilho ao trabalho desenvolvido por Ribeiro dos Santos em prol da Real Biblioteca assim descrita: “Grandíssima

⁷⁹³ Sobre Gabriel Vítor do Monte Pereira, Director da Biblioteca Nacional entre 1887 e 1902, convém destacar os seus profundos conhecimentos sobre bibliotecas evidenciados através de vasta bibliografia ainda hoje de consulta obrigatória quando se pretende fazer a história das bibliotecas portuguesas em geral e, em especial, da Biblioteca Nacional ou da Biblioteca Pública de Évora.

⁷⁹⁴ PEREIRA, Gabriel – “Bibliotheca Nacional de Lisboa (século XVIII-XIX)”. 1902: 129-144.

cópia de livros, longamente procurados e custosamente juntos”⁷⁹⁵ nem tão pouco o comentário de Camilo Castelo Branco ao considerá-lo “o homem mais sábio do seu tempo”⁷⁹⁶. Perdeu-se no tempo e nos arquivos a inigualável palavra de Cenáculo “Vossa Senhoria, bibliómano imenso”⁷⁹⁷.

A análise da vária bibliografia sobre a RBPC, na qual se refere António Ribeiro dos Santos, acaba na maioria das vezes por relegar a sua pessoa e a sua intervenção para alguma penumbra, subalternizando-as em favor da figura de Frei Manuel do Cenáculo, e nem mesmo o estudo mais aprofundado de José Esteves Pereira ⁷⁹⁸ alcandora António Ribeiro dos Santos ao lugar que merece na história das bibliotecas portuguesas. Talvez porque a obra de Esteves Pereira tenha analisado intensamente a personalidade e actividade de Ribeiro dos Santos como jurisconsulto famoso que foi, não realçando de forma suficientemente circunstanciada o papel central de Ribeiro dos Santos na Real Biblioteca, *et pour cause*, nas bibliotecas portuguesas ⁷⁹⁹. Comentário idêntico se pode adiantar em relação ao estudo dirigido por Pedro Calafate⁸⁰⁰ o qual, sendo sobre as Luzes, se debruça extensivamente sobre questões filosóficas e religiosas, e muito embora inclua a figura de António Ribeiro dos Santos e discuta a sua importância, não a analisa sob o ângulo em que a pretendemos considerar aqui. Já o estudo de Rui Santos ⁸⁰¹ sobre Ribeiro dos Santos e o seu raciocínio na interpretação dos factos e na construção da história, atribuindo-lhe uma atitude intelectual moderna “na aplicação do método analítico-dedutivo historicamente ligada ao desenvolvimento da matemática e da geometria”⁸⁰² vai ao encontro daquilo que exactamente pensamos que aconteceu com a organização temática da biblioteca (tanto em matéria de estrutura como de

⁷⁹⁵ CASTILHO, António Feliciano de – *A primavera*. 1837: 327.

⁷⁹⁶ *Apud* DIAS, Luís Fernando de Carvalho – “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos”. 1974: 415-519.

⁷⁹⁷ Carta de Cenáculo para Ribeiro dos Santos, Beja, 12 Fevereiro 1798. Ver **Anexo 2 – Epistolografia...** Carta nº 27.

⁷⁹⁸ PEREIRA, José Esteves – *O pensamento político em Portugal no século XVIII ...* 2005 (1ª ed. 1983).

⁷⁹⁹ Defendemos que toda a actuação da Real Biblioteca acaba, mais cedo ou mais tarde, por influenciar o conjunto das bibliotecas portuguesas tanto nos aspectos organizativos como nas mais variadas formas de actividade, intervenção e ambição. A Real Biblioteca, cuja actuação vai servir de padrão para comparar, medir e aferir o estágio de desenvolvimento de todas as outras bibliotecas, aos poucos ganha a posição de biblioteca central, situação que se torna mais firme à medida que as responsabilidades normativas alcançam maior preponderância na profissão, percurso que remonta à intervenção doutrinária de Raul Proença registada abundantemente no periódico *Anais das Bibliotecas e Arquivos* editado pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁸⁰⁰ CALAFATE, Pedro, dir. – *As Luzes*. 2002.

⁸⁰¹ SANTOS, Rui Manuel Leitão da Silva; DINIZ, Augusto Saraiva do Nascimento – “António Ribeiro dos Santos...”. 1984: 103-125.

⁸⁰² Idem, *ibidem*: 111.

colecções), imprimindo um cunho moderno até então pouco perceptível noutras bibliotecas. O rigor, objectividade e sistematização impostas pelo raciocínio matemático deverá ser considerado no âmbito dos trabalhos concretizados por Ribeiro dos Santos tão próximo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Procuraremos aprofundar um pouco mais esta questão na Secção **6.4.2.**

A presença de uma “lógica luminosa”, na expressão do próprio Ribeiro dos Santos⁸⁰³, parece-nos também evidente na organização da biblioteca sendo a partir dos manuscritos de Ribeiro dos Santos (particularmente dos cento e cinquenta códices objecto de análise mais adiante na Secção **6.3.6**) que melhor se acompanha o seu pensamento, como aliás valorizou Rui Santos de forma inquestionável: “O plano manuscrito de uma obra inédita (...) parece-nos, pelo seu próprio esquematismo, um lugar privilegiado para surpreendermos o raciocínio do Autor na sua forma mais despojada”⁸⁰⁴. Ora, esta forma despojada patente no conjunto dos códices, aproxima o autor da sua obra, revela em toda a sua força o pensamento, as preocupações e os projectos do autor.

De facto, quando se aborda a temática Real Biblioteca Pública da Corte, sem margem para dúvidas, a tendência generalizada é associar, de imediato, o nosso pensamento à pessoa de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) e, depois, num encadeamento lógico e incontornável, deixar o espírito discorrer quer sobre os primeiros contribuidores, aqueles que se dispuseram a colaborar com António Ribeiro dos Santos, quer sobre os doadores⁸⁰⁵ na verdadeira acepção do termo. Nunca há grande preocupação com a figura de António Ribeiro dos Santos. Esta frequente desatenção concedida à intervenção de Ribeiro dos Santos na Real Biblioteca parece sustentar o argumento que avançámos em **1.2 – Sobre as opções do plano adoptado** ao defendermos que um bibliotecário de formação estaria em posição privilegiada para avaliar o alcance dos procedimentos técnicos da biblioteca e os seus inevitáveis desenvolvimentos considerando a dinâmica que estes próprios provocam garantindo, assim, uma abordagem com outra sensibilidade e reveladora de outras realidades. A análise dos procedimentos técnicos tenta demonstrar esta hipótese (Ver **4.3.2**).

A associação indesmentível entre a Real Biblioteca e Frei Manuel do Cenáculo tem feito recair sobre Cenáculo a responsabilidade e a glória de um papel absolutamente crucial na

⁸⁰³ Idem, *ibidem*: 111.

⁸⁰⁴ Idem, *ibidem*: 109.

⁸⁰⁵ Nesta Secção, voltaremos aos doadores (**6.3.5**) e correspondentes (**6.3.7**) com provas concretas quando analisarmos a forma como Ribeiro dos Santos projectou a organização das colecções da RBPC.

constituição da RBPC. Embora seja inquestionável a associação de Cenáculo à RBPC, julgamos poder afirmar, sem perigo de errar, que a origem deste pressuposto sobre a relação inelutável entre Cenáculo e a Real Biblioteca Pública da Corte se fica grandemente a dever à intervenção e ao texto de Raul Proença⁸⁰⁶ quando associa a intenção do Marquês de Pombal de tornar pública a livraria da Real Mesa Censória (Decreto de 2 de Outubro de 1775) à ideia de que Cenáculo teria tido sobre o destino dessa mesma livraria ou quando comenta a doação feita por Cenáculo. Num texto um pouco mais tardio⁸⁰⁷, Proença volta a render homenagem em termos indiscutíveis a Cenáculo. Proença não disfarça o seu deslumbramento pela intervenção de Cenáculo e recorre aos encómios de António Ribeiro dos Santos registados em carta enviada por este a Cenáculo⁸⁰⁸ para afirmar liminarmente:

“A Biblioteca Nacional de Lisboa é uma criação de Cenáculo; é ele realmente o seu verdadeiro fundador; ele mais do que ninguém tem o direito de ver a sua efígie nas nossas salas, e mais do que ninguém é credor da nossa perpétua e comovida gratidão”⁸⁰⁹.

Este papel e responsabilidade, atribuídos de forma tão sentida, muito explorados pela historiografia posterior⁸¹⁰, ajudaram, no nosso entender, a cristalizar o debate em torno da figura de Cenáculo levando a que se olhasse esse território como definitivamente explorado. Esta é uma atitude inaceitável à qual as palavras de Veyne⁸¹¹, ao considerar que a história é um conhecimento mutilado, põem ponto final. Na realidade, a leitura das fontes, o cruzamento do pensamento e da intervenção de diferentes personalidades possibilitou-nos uma percepção diferente sobre a situação sugerindo que o assunto talvez pudesse não ser dado como encerrado. Consequentemente, concluímos que reavaliar as questões em torno da

⁸⁰⁶ Raul Proença desenvolveu na Biblioteca Nacional, entre 1919-1927, uma notável actividade como bibliotecário tanto na vertente teórica como na prática tendo deixado como legado para os profissionais de biblioteca um ideal de profissionalismo, competência e entusiasmo, marca que perdura. De certa forma, Proença ocupa, no imaginário dos bibliotecários portugueses, um lugar tão relevante como Cenáculo. Ver PROENÇA, Raul – “A Biblioteca Nacional. Breves noções históricas e descritivas”. 1920: 1-57.

⁸⁰⁷ PROENÇA, Raul – “Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”. 1922: 154-165.

⁸⁰⁸ A carta de 5 Dezembro 1796 de António Ribeiro dos Santos a Cenáculo, a primeira de um epistolário que se estende até 1808, sobre a doação deste é das mais emblemáticas para a história da RBPC (Ver **Anexo 2 – Epistolografia...**).

⁸⁰⁹ PROENÇA, Raul – “A Biblioteca Nacional. Breves noções históricas e descritivas”. 1920: 8.

⁸¹⁰ Estudos entre os quais sobressaem os de M. D. Domingos. Além de os discutirmos, tanto na **Parte I** como em **6.2**, nos aspectos que respeitam a presente secção, iremos fazendo a devida referência.

⁸¹¹ VEYNE, Paul – *Obra cit.*

constituição da RBPC seria oportuno e constituiria um desafio porque, ou o que conhecemos assenta sobre fundamento substantivo ou, então, resulta da própria historiografia e do peso que esta tem dado à figura de Cenáculo, figura “patriarcal” cujo desempenho, por mais relevante que possa ter sido – e foi – não se poderá considerar como intocável nem impossível de revisitar criticamente.

Ao mesmo tempo que Proença define de forma peremptória a intervenção de Cenáculo, também tece apreciação muito positiva sobre Ribeiro dos Santos quando considera como foi

“[...] portentoso [...] o trabalho deste homem na tarefa da organização da biblioteca [...] e as linhas gerais da classificação bibliográfica adoptada na arrumação dos livros ainda são as que ele traçou logo nos primeiros anos da sua administração”⁸¹².

Por certo que Proença recorreu a Inocêncio da Silva⁸¹³ ou a Gabriel Pereira mas fê-lo com tal ênfase e assertividade que o assunto, daí para a frente, foi dado por encerrado. Ainda sobre estas mesmas figuras, Fidelino de Figueiredo⁸¹⁴ também se pronunciou mas, ao referir Ribeiro dos Santos e o seu trabalho na RBPC, declara ter-se socorrido de Proença não acrescentando, pois, nada de novo.

Os parâmetros que caracterizam cada uma destas figuras, Ribeiro dos Santos e Cenáculo, são singulares e específicos, portanto uma comparação entre ambos é tarefa penosa – comparar coisas diferentes insere-se na esfera do impossível – e injusta, assemelhar-se-ia a manobra para manipular os resultados. Se há (ou houve) desequilíbrio entre as suas contribuições, ele permanecerá; procuraremos reconhecer e interpretar a utensilagem mental que enforma cada um destes intérpretes cuidando não fazer uma leitura baseada em conceitos e paradigmas contemporâneos.

Na verdade, do nosso ponto de vista, não se trata de equilíbrio ou ausência dele mas, pelo contrário, trata-se da constatação de uma profunda mudança de atitude face ao papel

⁸¹² PROENÇA, Raul – “Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”. 1922: 154-165 (9).

⁸¹³ SILVA, Inocêncio Francisco da – “Antonio Ribeiro dos Sanctos”. In *Diccionario bibliographico....* 1858, T. 1: 247-256.

⁸¹⁴ A passagem de Fidelino de Figueiredo pela Biblioteca Nacional como director, entre 1918-1919, insere-se num escol de dirigentes particularmente activos e críticos sobre a realidade que encontraram na instituição. O relatório a que recorreremos continua a ser um documento essencial para a história da BN. Ver FIGUEIREDO, Fidelino de – *Como dirigi a Bibliotheca Nacional*, 1919.

das instituições, à valorização destas e entendimento diverso sobre a sua utilidade e fins. Trata-se de uma dramática alteração nas expectativas. Embora contemporâneos em boa parte das suas vidas, Cenáculo (1724-1814) e Ribeiro dos Santos (1745-1818) personificam duas realidades e dois tempos distintos. Não repetiremos aqui a argumentação aduzida anteriormente em defesa do novo equipamento científico que a Real Biblioteca corporiza no mesmo plano, por exemplo, da Academia das Ciências, mas é oportuno visitar o ambiente cultural vigente e os problemas que preocupavam a *intelligentsia* setecentista portuguesa.

Para bem situar o intérprete António Ribeiro dos Santos e acompanhar o seu pensamento e trabalho, quando à frente da RBPC, ancorámo-nos sobretudo na obra de Esteves Pereira⁸¹⁵ e também no estudo de Pedro Calafate⁸¹⁶. Elementos essenciais foram as fontes manuscritas – fundamentalmente relacionadas com o arquivo histórico-administrativo da Biblioteca Nacional – entre as quais incluímos os já referidos cento e cinquenta códices originais e as cartas trocadas com Cenáculo mas também com outras figuras do século XVIII português, uns e outros do próprio punho de Ribeiro dos Santos (às vezes borrões, outras cópias executadas por sua ordem). A análise dos manuscritos, incluindo os códices, constituirá a última parte deste capítulo e a epistolografia trocada com Cenáculo a propósito da doação deste à Real Biblioteca Pública, mas também com outros interlocutores, pela sua importância será transcrita na totalidade e em bloco independente no **Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo**⁸¹⁷ enquanto a sua análise fica assegurada em **6.2.6 – A casa mais rica da Nação**.

6.3.2 – Bibliotecas na fronteira da modernidade - A principal obra de carácter exclusivo e abrangente sobre António Ribeiro dos Santos é assinada por Esteves Pereira, recaindo a análise fundamentalmente sobre a sua intervenção como juriconsulto e teórico político.

⁸¹⁵ PEREIRA, José Esteves – *Obra cit.*

⁸¹⁶ CALAFATE, Pedro – *Obra cit.*

⁸¹⁷ A correspondência trocada a propósito da doação de Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte, sobretudo entre Cenáculo e António Ribeiro dos Santos mas também envolvendo Joaquim José da Costa e Sá e Rodrigo de Sousa Coutinho, originais ou cópias, está depositada na Biblioteca Nacional (BNP), na Biblioteca Pública de Évora (BPE) e também na Biblioteca da Academia das Ciências (BAC). Se as cópias ou borrões estão numa destas bibliotecas, os originais estão na(s) outra(s); às vezes, são absolutamente iguais, outras vezes as diferenças são insignificantes e não alteram em nada o teor das cartas. Para se conhecer todo o conjunto, organizámos a referida **Epistolografia... (Anexo 2)** na qual publicamos as transcrições dos documentos cuja origem é diversa e vai devidamente assinalada. No **Anexo 2 – Epistolografia...**, organizado por ordem cronológica, numerámos as cartas, referimos as fontes e as cotas e incluímos a transcrição das próprias cartas. Pareceu-nos que o volume de cartas e a sua dispersão justificavam este esforço de organização.

Embora Esteves Pereira tenha preparado uma secção intitulada *A acção como Bibliotecário-Mor*⁸¹⁸, julgamos estar em condições de contribuir com mais alguns elementos sobre o desempenho de Ribeiro dos Santos à frente da RBPC. Antes, porém, de formularmos aquilo que consideramos ser a nossa contribuição, debruçemo-nos sobre o texto de Esteves Pereira para destacar dois aspectos que não passaram despercebidos a este autor. Por um lado, a referência mais individualizada aos códices de Ribeiro dos Santos chamando a atenção para o seu valor teórico do ponto de vista organizativo para a Real Biblioteca; por outro, a consideração do “estatuto reformador”⁸¹⁹ que é indispensável reconhecer a Ribeiro dos Santos. Procuraremos aprofundar ambos os aspectos ao longo deste capítulo.

Os dados biográficos sobre António Ribeiro dos Santos, relatados pelo próprio⁸²⁰ ou, pormenorizadamente, referidos por Esteves Pereira⁸²¹ são conhecidos. Nasce em 1745 (Massarelos, Porto), vai para o Rio de Janeiro em 1756 onde adquire uma primeira educação no Seminário de Nossa Senhora da Lapa⁸²² “notável pelas suas escolas e pelos estudos bem concertados que oferecia à mocidade [...] cursou o estudo de humanidades”⁸²³, “onde um dos seus mentores espirituais foi o ex-jesuíta Francisco Moreira de Miranda que pertenceu ao corpo docente do Colégio da Companhia de Jesus...”⁸²⁴. Regressa em 1764 à metrópole para se inscrever no curso de Cânones na Universidade de Coimbra. Obtém o grau de doutor em 1771. Assume funções de docente na Universidade e, por Carta Régia de 9 de Outubro de 1777, é nomeado bibliotecário da Universidade. Em 1743 as chaves da Biblioteca tinham sido entregues ao Bacharel António de Sousa Azevedo, “ordenando-se-lhe que cuidasse dos reparos e limpeza de que a casa e livros já muito precisavam, e da conveniente colocação e catalogação destes” mas até 1770 a Livraria não conheceu nenhum bibliotecário⁸²⁵ e a calcular pelo trabalho executado por Ribeiro dos Santos, entre 1770 e 1777, quase nada deve ter acontecido na Livraria da Universidade. Assim, a nomeação de Ribeiro dos Santos constitui um

⁸¹⁸ PEREIRA, José Esteves – *Obra cit.*: 75-80.

⁸¹⁹ Idem, *ibidem*: 78

⁸²⁰ SANTOS, António Ribeiro dos - *Memórias de mim*. In BNP COD. 4714 (Obras ARS 132) transcrito por DIAS, Luís Fernando Carvalho – *Obra cit.* 1974.

⁸²¹ Ver PEREIRA, José Esteves – *Obra cit.*, na qual a vida académica de Ribeiro dos Santos é relatada com pormenor evitando repetir aqui os factos.

⁸²² A antiga Igreja N. S. da Lapa do Desterro, no Largo da Lapa, cuja construção se iniciou em 1751 juntamente com a construção do Seminário da Lapa. A Igreja da Lapa passou a ser chamada de Igreja N. S. do Carmo da Lapa quando os Carmelitas do Carmo aí se instalaram em 1810.

⁸²³ TORRES, Miguel Joaquim Marques – “António Ribeiro dos Santos”. 1844: 286.

⁸²⁴ PEREIRA, José Esteves, *ibidem*: 14.

⁸²⁵ VILA MAIOR, 2º Visconde de – *Exposição succinta da organização actual...1877*: 476.

primeiro marco que nos interessa assinalar devidamente não podendo deixar de registar que Ribeiro dos Santos e Cenáculo nunca se devem ter cruzado em Coimbra; não só os separava a idade como o início da ascensão académica de Ribeiro dos Santos coincide, no tempo, com a aproximação de Cenáculo à Corte (Ver 6.2) e em Março de 1777 Cenáculo, desprotegido politicamente mas nem por isso menos incómodo, estava a caminho de Beja. Nos quase vinte anos que faltam para a criação da Real Biblioteca, Ribeiro dos Santos organiza a Livraria da Universidade de Coimbra, re-arruma a biblioteca da ex-Mesa Censória e prepara a entrada na Real Biblioteca; Cenáculo partiu para Beja, tenta aí organizar uma biblioteca ligada ao episcopado e desenvolve uma grande actividade como coleccionador de livros.

À chegada de Ribeiro dos Santos à Corte, já Cenáculo começa a sentir os efeitos da distância e da solidão⁸²⁶. Faltam dezanove anos para Ribeiro dos Santos ser nomeado Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca. Convém, pois, esclarecer quais foram as suas iniciativas na Biblioteca da Universidade de Coimbra e nada melhor do que fazer uma leitura crítica da *Minuta para o Regimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra*⁸²⁷ para avaliar a sua intervenção.

Esta proposta de regulamento para a biblioteca da Universidade é da responsabilidade do próprio António Ribeiro dos Santos e revela bem o seu pensamento em matéria de organização de bibliotecas. A comparação desta *Minuta* com outros documentos relacionados com a RBPC deixará perceber as preocupações de Ribeiro dos Santos. Por isso teremos também de analisar os *Estatutos da Real Biblioteca Pública da Corte*⁸²⁸. As semelhanças ou diferenças entre os dois regulamentos obrigam a repensar as duas bibliotecas de uma forma um tanto ou quanto inesperada. Na construção das bibliotecas públicas em Portugal (por oposição a bibliotecas das casas religiosas ou nobres), com uma distância ainda por cima de vinte anos entre a dinamização da Livraria da Universidade (a acontecer com a nomeação de Ribeiro dos Santos em 1777) e a criação da Real Biblioteca Pública da Corte (1796), preocupámo-nos em analisar estes documentos mais adiante nesta Secção.

Aquilo que nos interessa reter do relato sobre a vida académica de António Ribeiro dos Santos, feita por Esteves Pereira como já referimos, é a determinação revelada por Ribeiro dos

⁸²⁶ O conjunto de cartas enviadas regularmente entre 1777-1797 por João de Saldanha de Oliveira e Sousa testemunha bem a situação de Cenáculo. Ver 6.2.

⁸²⁷ BNP COD 4676 (Obras ARS 94): f. 189-204. Transcrição de MOTA, Luís Carlos Martins de Almeida – “A Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra...”. 1991. Para além da transcrição, o estudo inclui comentários mas não uma comparação deste documento com outros de teor idêntico.

⁸²⁸ REAL BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE – *Estatutos ...1797*. Ver Anexo 1 – Documentos reproduzidos, nº 4.

Santos nas posições críticas que vai tomando relativamente ao ensino jurídico o que inevitavelmente conduzirá à sua expulsão da Universidade de Coimbra em 1785, depois de ter entrado em rota de colisão com as autoridades académicas na pessoa do Principal Mendonça. Compete dizer que não era apenas o ensino jurídico que se questionava, mas todo o ensino, o “atroz obscurantismo”⁸²⁹ que também se instalara na própria organização da Universidade. Para além do estado do ensino propriamente dito o qual é alvo preferencial da reforma pombalina, também o designado equipamento científico exigia uma completa revisão. A este propósito, citamos Ferrão: “Quanto a bibliotecas, colecções científicas e material didáctico, de tudo isso havia nas Universidades, com raríssimas excepções, a mais completa ausência”⁸³⁰. Este comentário veemente de Ferrão não será completamente isento de objectividade, obriga a alguma ponderação e de nada adianta pensar que a situação não seria exclusiva a Portugal porque é do caso português que nos ocupamos. Sem aprofundar a polémica de carácter pedagógico⁸³¹ importa reter a atitude firme que leva à ruptura evidenciando um espírito crítico, decidido, revelador de preocupações que se prendem com a modernidade de Portugal na prossecução das orientações pombalinas de 1772. A situação em matéria de ensino jurídico na Universidade de Coimbra parece-nos ser bem sintetizada na análise de Esteves Pereira quando refere que “o aproveitamento seria, pois, o de uma ciência [leis] com pouca aplicação ao mundo de transformações que a construção pombalina desejava propor”⁸³². Para Ribeiro dos Santos a situação na Universidade torna-se insustentável e os dias que aí se viviam são bem retratados nas críticas irónicas e jocosas constantes do *Reino da Estupidez* levando a que Ribeiro dos Santos tenha sido acusado da sua autoria⁸³³ o que, no mínimo, serviu de álibi ao Principal Mendonça para o afastar da Universidade. Recorrendo ao texto de Ofélia Monteiro a propósito da hipotética autoria de *O Reino da Estupidez* poder ser atribuída a Ribeiro dos

⁸²⁹ FERRÃO, António – *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra...* 1926: 5.

⁸³⁰ Idem, *ibidem*: 5.

⁸³¹ Sobre o ambiente, as limitações e orientações que o ensino sofria, nomeadamente na Universidade de Coimbra, encontramos informação abundante e pormenorizada em BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra ...*1898, T. 3. A historiografia contemporânea questiona o estilo por vezes contundente de Teófilo Braga mas a sua obra continua a ser de consulta obrigatória para o estudo da Universidade.

⁸³² PEREIRA, José Esteves – *Obra cit.*: 43.

⁸³³ Sobre a autoria deste poema estabeleceu-se a polémica atribuindo-a quer a Francisco de Melo Franco (ALBUQUERQUE, Luís de – *O Reino da Estupidez (...)*. 1975) quer a António Ribeiro dos Santos “*com quem condizem a cultura que informa a sátira, a competência jurídica que ela revela e o conhecimento mostrado da vida universitária pré e pós-pombalina*” (MONTEIRO, Ofélia P. – “Sobre uma versão desconhecida de *O Reino da Estupidez*”. 1982: 199-253). Apesar da análise comparativa textual das duas versões existentes do poema, Monteiro não arrisca uma conclusão definitiva mas o que importa mesmo, no contexto desta dissertação, é registar o ambiente inquieto e crítico que se vivia na Universidade e no qual Ribeiro dos Santos foi moldando o seu pensamento e a sua visão sobre as necessidades do ensino.

Santos, citamos: “O autor implícito [...] do poema parece enquadrar-se, assim, na ilustre geração de intelectuais católicos progressistas que, nas décadas finais de Setecentos e primeiras de Oitocentos, se mostraram desejosos de uma renovação, profunda mas não revolucionária, do absolutismo português e da sociedade beata, desequilibrada e inculta que a sustentava”⁸³⁴. Talvez Ribeiro dos Santos não seja o autor de *O Reino da Estupidez* mas já a definição de “intelectual católico progressista desejoso de uma renovação profunda mas não revolucionária” assenta-lhe na perfeição tendo contribuído, certamente, para a acção do Principal Mendonça contra Ribeiro dos Santos. O próprio Ribeiro dos Santos também se manifesta, através de um documento-borrão em forma de carta sobre este episódio, recusando a autoria nos seguintes termos:

“Meu Amigo as notícias, que me mandais, não são de contentamento: corre já por lá o Poema da Estupidez, e sou abocanhado por Autor dele Com efeito houve aqui quem se atreveu a imputar-me esta obra: fundou-se em conjecturas, que outros recolheram como certezas sem mais exame; o que serve de mostrar quanto é crédulo a malignidade humana”⁸³⁵.

De forma mais doutrinária, o estado do ensino na Universidade é ampla e violentamente dissecado e criticado no *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1772, 1ª ed. 1771)⁸³⁶, trabalho para o qual contribuíram, entre outros, José de Seabra da Silva, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e Frei Manuel do Cenáculo, três figuras da confiança pessoal e política do Marquês de Pombal. Depois de profunda análise sobre a estrutura e conteúdo do *Compêndio Histórico*, a síntese de Ferrão dissuade qualquer tentativa de interpretação contrária: “[...] o Compêndio Histórico é uma cerrada crítica de carácter científico, pedagógico e moral”⁸³⁷. Também António Ribeiro dos Santos se identificava, pelo menos no seu objectivo mais alargado de renovação do ensino e dos métodos de ensino, com as críticas pombalinas. Ressalvamos aqui a sensibilidade de Ribeiro dos Santos que deixou testemunhos bastante duros em relação à política de Pombal, ou seja,

⁸³⁴ MONTEIRO, Ofélia – *Obra cit.*: 235.

⁸³⁵ *Carta familiar a F. sobre a imputação que me fizeram do Poema da Estupidez*. Borrão do próprio A. Ribeiro dos Santos, s.d. e não assinado. BNP COD 4712, f. 93.

⁸³⁶ JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA – *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra ... 1772*.

⁸³⁷ FERRÃO, António – *Obra cit.*: 43.

pelo facto de ele aceitar a necessidade da reforma não significa que concorde com toda a intervenção de Pombal sobre cujo “estilo prolixo, fraseado e empolado em demasia, era indigno da majestade e dignidade das leis”⁸³⁸. Importa, contudo, referir que em todo o *Compêndio Histórico* pouca ou nenhuma referência é feita à Biblioteca da Universidade. Há, sim, comentários sobre os livros, a sua valorização junto dos estudantes que é preciso incentivar, e também sobre o mercado livreiro. No capítulo denominado *Nono Estrago e Impedimento* (Quarto parágrafo), por exemplo, quando se discute a questão do ensino da História Literária e da Jurisprudência, aconselha-se:

“[...] para o bom adiantamento dos Estudantes convém muito que eles comecem a adquirir [...] a notícia e instrução dos melhores Livros [...] ou tomando para fundo deles alguma Biblioteca Jurídica formada pela mão de um hábil Jurisconsulto [...] procurando frequentar ao mesmo passo as melhores Bibliotecas, a que podem ter acesso, para nelas folhearem os Livros per si mesmos [...] que nem sempre há-de adquiri-los com mais comodidade, principalmente os mais raros e de mais alto preço [...]”⁸³⁹.

Este extracto que se assemelha em muito aos princípios expostos no *Plano de Estudos* (1769), com forte probabilidade de resultar do punho de Cenáculo pela clareza, conhecimento e fundamentação da opinião emitida sobre livros e bibliotecas, explicita bem o papel atribuído a livros e bibliotecas; nos parágrafos seguintes repetem-se os argumentos a favor dos livros e das bibliotecas, respectivamente, como instrumento para ensino e espaço de aprendizagem⁸⁴⁰. Ribeiro dos Santos partilha estes pensamentos, vai aprofundá-los e não hesitará em pô-los em prática tanto em Coimbra como em Lisboa.

As preocupações de ordem pedagógica tinham começado a manifestar-se em Coimbra e o episódio de *O Reino da Estupidez* é elucidativo; uma vez em Lisboa, gradualmente, envolve-se noutras polémicas. A do *Novo Código* é uma mas o seu envolvimento com o *Plano de*

⁸³⁸ Esta apreciação sobre o Marquês de Pombal parece-nos ser de Ribeiro dos Santos embora o texto no qual ela se insere seja uma cópia e não esteja assinado. In BNP COD 4712 (Obras ARS 130): f. 195.

⁸³⁹ JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA – *Obra cit.*: 283.

⁸⁴⁰ Outro documento importante porque proporciona uma panorâmica sobre o estado da Universidade mas na qual a Livraria não merece nenhuma atenção é o relatório preparado pelo Principal LEMOS, Francisco de – *Relação Geral do Estado da Universidade (...)*. 1777 (Ed. facsimilada, 1980). A *Provisão do Marquês de Pombal pela qual mandou fundar nova Capella, e Livraria* vem apenas mas não faz parte da *Relação*.

Estudos para as Escolas de S. Vicente de Fora, não menos interessante, serve para avaliar a abertura do seu pensamento.

O BNP COD 4681 contém vários documentos que relatam claramente o que se passou relativamente às Reais Escolas de S. Vicente de Fora. Logo em 21 Outubro de 1793, o Marquês Mordomo-Mor envia a António Ribeiro dos Santos um pedido para parecer sobre o plano de estudos que havia sido proposto pelo Padre D. Thomaz da Virgem para as Reais Escolas de S. Vicente; Ribeiro dos Santos emite um parecer a 27 do mesmo mês⁸⁴¹ e o documento, limpo do punho de copista, regista no final pelo próprio Ribeiro dos Santos a seguinte observação: “Resolveu-se que vistos os defeitos dos Estatutos feitos pelo P. D. Thomaz da Virgem fosse eu encarregado de fazer outros Estatutos que fiz e apresentei na Secretaria de Estado, aonde ficaram”, assinado, sem data. O parecer constitui uma defesa inabalável do ensino da Aritmética e da Geometria e contou com o apoio do Padre Joaquim de Foyos dos Oratorianos⁸⁴².

A situação deve ter-se prolongado e em 1794, num documento extenso que de certo modo parece encerrar a discussão⁸⁴³, encontramos algumas passagens que revelam muito bem a abertura do pensamento de Ribeiro dos Santos. A justificar as suas tomadas de posição, diz Ribeiro dos Santos: “Esta doutrina que aqui tenho exposto é a de muitos Metodistas, e Metodistas Filósofos [...]” ao que acrescenta um conselho directo para o P. D. Thomaz da Virgem:

“E porque o Padre Dom Thomaz da Virgem parece taxar este método de novo, e de mero capricho dos modernos, porei aqui a autoridade de um grande Mestre antigo qual foi Quintiliano que vem talhada para refutar os princípios deste Padre...

⁸⁴¹ É curioso assinalar a rapidez de resposta de António Ribeiro dos Santos. Mais tarde, em 1795, quando solicitado a pronunciar-se sobre o estado da biblioteca da Real Mesa Censória teremos situação idêntica. Em ambos os casos o que se demonstra é que Ribeiro dos Santos estava absolutamente a par da situação que se vivia nas duas instituições e dispunha de elementos que lhe permitiram emitir relatórios reformadores em poucas horas. Estava ao corrente e tinha audição junto do poder político. A sua nomeação como Bibliotecário-Mor, tudo indica, vai muito para além de uma simples escolha de carácter técnico. Há aqui um reconhecimento e uma identificação que obviamente envolvem os destinos, a missão da própria Real Biblioteca Pública da Corte.

⁸⁴² P.^e Joaquim de Foyos (1733-1811), professor de Retórica e Latinidade na Congregação do Oratório, censor régio e cronista da Casa de Bragança, sócio da Arcádia Ulissiponense e da Academia Real das Ciências (Lisboa). In SILVA, Inocência da, *obra cit.*, T. 4: 80-81. Voltamos a encontrar o P.^e Joaquim de Foyos envolvido no Exame ao Monetário de Fontenelle por nomeação de Sousa Coutinho em 18 Julho 1803. In BNP COD 10612: f. 35 v.

⁸⁴³ SANTOS, António Ribeiro dos – *Juízo sobre a censura que o R.^{do} D. Thomaz da Virgem fez ao Plano de Estudos para as Escolas de S. Vicente ...* 1794.

leia o Padre todo este capítulo que muito serve de responder às suas dúvidas e aos princípios contrários, em que tem estado”

e para concluir este seu parecer ainda tem tempo para explicar como o plano de estudos se deve preocupar com a qualidade e não com a formação de prosélitos podendo este *Plano de Estudos* vir a servir de modelo para outras escolas:

“Nem obsta o que se pondera neste papel, que não sendo este Plano conforme ao das outras Escolas da cidade, e demandando mais anos de estudo na Retórica, não concorrerão às Escolas de S. Vicente os estudantes que em outra parte se puderem fazer em menos tempo; porque responderei, que isto é um mero ponto de capricho, que se não deve contemplar; que se não trata de estabelecer um Plano em que se ganhem muitos prosélitos, mas em que os estudos se adiantem; que sempre concorrerão alguns estudantes a estas aulas, e que esses poucos saindo como hão-de sair necessariamente mais instruídos, que os de fora, bastarão para honrar estas Escolas, e excitar a muitos outros a frequentá-las; que se nenhum vier não será isto desdouro para as Escolas de S. Vicente, quando a perfeição do Plano de seus estudos for o único motivo desta falta; quanto mais, que é de esperar que Sua Majestade mande adoptar este Plano nas outras Escolas do Reino muito maiormente se sobre isto se lhe fizer representação como convém”.

O conjunto destas passagens demonstram sem margem para dúvidas como Ribeiro dos Santos estava empenhado na modernização do ensino prosseguindo as propostas de Pombal as quais, vinte anos depois da Reforma da Universidade, enfrentavam algumas dificuldades⁸⁴⁴. Uma modernização com o apoio dos Oratorianos cujo conflito com Pombal parecia esquecido ou, pelo menos, conviria esquecer⁸⁴⁵.

⁸⁴⁴ Ainda sobre S. Vicente de Fora, queremos destacar dois documentos: o BNP COD 4630 contém uma *Tábua cronológica dos livros impressos no século XV que há na Real Biblioteca de S. Vicente de Fora* e na Biblioteca Pública de Évora, e o COD 477 (BPE Fundo Manizola), contém os *Estatutos das Reais Escolas de S. Vicente de Fora*, 7 Setembro de 1804, documento que não tendo nenhum capítulo dedicado à Livraria sempre recomenda “Ao Prefeito...indagar os melhores livros elementares que possam adoptar-se nas aulas” uma vez que prossegue “o mesmo fim de utilidade pública”, um conceito que lentamente se vai insinuando.

⁸⁴⁵ ANDRADE, António A. Banha de – *Processo pombalino contra os Oratorianos*. 1969.

Sobre a Biblioteca da Universidade, apesar da sua antiguidade, a utilidade e utilização da mesma não pareciam ser grandes. Depois da reforma (1772) nem tudo se alterou com idêntico ritmo e a biblioteca só em 1777 sente as novas orientações.

“O que havia a fazer era abrir à curiosidade e interesse de todos aquele riquíssimo edifício joanino dentro do qual existiam tesouros por revelar e estudar. Pela carta régia de 9 de Outubro de 1777 consumava-se tal pensamento, e para dirigir o novo serviço escolhera-se o doutor António Ribeiro dos Santos, eruditíssimo canonista, a quem foi confiada a conservação e custódia da Biblioteca, desde então “patente...para se conseguir com o uso dela o fim a que é destinada”⁸⁴⁶.

A actuação de Ribeiro dos Santos à frente da Biblioteca da Universidade de Coimbra faz jus ao que dele se esperava como a leitura do *Regimento* deixa perceber (Ver 6.3.3). Mas para além das questões técnicas, o comportamento de António Ribeiro dos Santos rompe com os cânones, enfrenta o *establishment*, recusa a “espessa ignorância”⁸⁴⁷ em que Portugal mergulhara por culpa imputada aos Jesuítas e esta ousadia contra o “alinhamento ideológico”⁸⁴⁸, este rompimento racional e inconformado tem laivos de tempos novos. Sopram outros ventos e a reforma pombalina é no *Compêndio Histórico* que encontra as sementes indispensáveis para uma colheita mais abundante. No seu conjunto, o *Compêndio Histórico* evidencia uma vontade de abertura, um corte com o passado e será esta mesma modernidade, arrojada “mas não revolucionária”, parafraseando Monteiro⁸⁴⁹, que António Ribeiro dos Santos virá a aplicar na organização da Real Biblioteca quando a rainha D. Maria Ihe dá a oportunidade em 1796.

A Real Biblioteca não brota de um único diploma legal ou de uma intervenção isolada; ela alicerça-se em grande parte nos fundos conservados na Real Mesa Censória de cuja organização António Ribeiro dos Santos é encarregue por Portaria de 3 de Janeiro de 1795 e, progressivamente, a Real Biblioteca vai tomando corpo.

Já o Alvará de 30 de Julho de 1795, define no parágrafo inicial que o seu propósito é “a respeito do Exame, e Censura dos Livros”, outro marco miliário neste longo percurso, refere a

⁸⁴⁶ BRANDÃO, Mário; ALMEIDA, Manuel Lopes de – *A Universidade de Coimbra*. 1937: 111.

⁸⁴⁷ Idem, *ibidem*: 357.

⁸⁴⁸ PEREIRA, José Esteves – *Obra cit.*: 43.

⁸⁴⁹ MONTEIRO, Ofélia – *Obra cit.*

criação da Real Biblioteca mas a missão que lhe é atribuída ainda é muito limitada. A propósito dos livros cujo teor perigoso obriga a que sejam retirados de circulação, no parágrafo 22 pode ler-se: “E quanto aos outros livros, que forem inteiramente reprovados (...) e que não deverem correr em meus reinos, e senhorios, mas antes ficar defesos, e suprimidos, a Mesa os aplicará para a Real Biblioteca Pública, que ora sou servida mandar erigir na Corte, aonde ficarão em custódia na classe dos mais livros proibidos [...]”⁸⁵⁰. Num diploma muito longo e intencionalmente minucioso, esta constitui referência única à Real Biblioteca, importante porque é das primeiras referências (1795) e porque pela análise desta referência se percebe que as competências ainda não estavam clarificadas, projectando-se para a Real Biblioteca apenas a função de guardiã.

Expulso da Universidade, Ribeiro dos Santos vai para o Porto em 1785, regressa a Coimbra em 1786 para aí se lançar na elaboração compendiária, na linha do projecto pombalino de 1772 consubstanciado nos *Estatutos da Universidade de Coimbra*⁸⁵¹, sob o reitorado do Principal D. Francisco Rafael de Castro. Os trabalhos de António Ribeiro dos Santos prosseguem em 1787 e 1788 quando o encontramos a preparar uma *História Eclesiástica de Portugal* o que significa “concentrar os seus esforços na criação de uma obra histórica da Igreja portuguesa, fundada em leitura crítica de fontes”⁸⁵². Ora, esta *leitura crítica das fontes* é outra característica do pensamento moderno e de ruptura com o passado.

A historiografia da segunda metade do século XVIII deixa de ser predominantemente apologética e narrativa, exige factos e documentos, valoriza as fontes. A nova orientação não é opção exclusiva de Ribeiro dos Santos. Na mesma época, por razões de interesse profissional, Cenáculo mantém uma estreita ligação epistolográfica com João Pedro Ribeiro⁸⁵³ incentivando este à busca e cópia de documentos coevos nos cartórios enquanto se corresponde com Gregório Mayans y Siscar, responsável em Espanha pela introdução do novo modelo historiográfico estruturado sobre as fontes, figura que referimos anteriormente (Ver 6.2.4). A este propósito, citamos Esteves Pereira:

⁸⁵⁰ Na Secção 6.3.3 apresentamos uma análise comparativa entre a *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra*, o *Alvará de 30 de Julho de 1795*, o *Alvará de 29 de Fevereiro de 1796* e o *Resumo da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa (ca. 1802)* o que permite, então, divisar como a modernidade foi ganhando terreno. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 28-28.1, 16, 1 e 8-8.2.

⁸⁵¹ Ao longo dos *Estatutos*, para os estudos teológicos, jurídicos ou matemáticos, é constantemente aconselhada a elaboração de livros pelos respectivos professores para suprir a falta deles ou substituir aqueles cujo conteúdo não estava em sintonia com as indicações teóricas e doutrinárias dos *Estatutos*.

⁸⁵² PEREIRA, José Esteves - *Obra cit.*: 48.

⁸⁵³ Ver 6.2.3 onde desenvolvemos as consequências desta relação profissional.

“Estava o autor [António Ribeiro dos Santos] perante uma opção de renovo dos estudos históricos parcelares existentes sobre a matéria. Era um voltar de costas ao amontoado de dados sem crítica, e por vezes sem fundamento, de um sector da historiografia nacional. A preocupação de estudo das fontes, já a revelara quando minutou o Regimento da Biblioteca da Universidade, procurando o levantamento nacional de documentos, através de cópias a depositar em Coimbra”⁸⁵⁴.

O trabalho de natureza pedagógica empenhadamente desenvolvido em Coimbra é interrompido quando, por aviso de 25 de Julho de 1788, Ribeiro dos Santos é chamado à Corte a fim de tomar posse como deputado da Junta de Revisão e Censura do Novo Código [de Direito Público]. Abre, então, uma intensa e longa polémica com o autor do novo código, José Pascoal de Melo Freire (1738-1798) cujo conservadorismo na redacção do Novo Código é assim descrito por Esteves Pereira: “conjunto de dados que objectivamente podem ser entendidos como antecedentes de um discurso tradicional constitucional como se veio a desenvolver no vintismo mas que no momento envolvia apenas a ideia de uma actualização juspolítica do absolutismo”⁸⁵⁵. Aos poucos, à medida que construímos a imagem de um pedagogo desejoso de implementar as propostas pombalinas (pelo menos, de acordo com o espírito crítico que estas encerravam) vamos também adivinhando a modernidade do seu pensamento, em contraste quer com a Universidade, reticente e tentando desesperadamente voltar ao período pré-pombalino⁸⁵⁶, quer com as posições mais conservadoras de Pascoal de Melo, quer com sectores da hierarquia religiosa como se tornou evidente no conflito com D. Tomaz da Virgem, modernidade que, sem margem para dúvidas, viria a manifestar na orientação que imprimiu à direcção da Real Biblioteca. Esta relação deve ser feita porque esta aceitação da modernidade vai ter outras manifestações à medida que Ribeiro dos Santos vai definindo tematicamente a Real Biblioteca como evidenciaremos em **6.3.6**. Consideramos indispensável estabelecer estas associações ultrapassando a forma demasiado sóbria como se tem atestado a passagem de Ribeiro dos Santos pela Real Biblioteca, discrição que tem contribuído para uma banalização dos verdadeiros sustentáculos da Real Biblioteca.

⁸⁵⁴ PEREIRA, José Esteves – *Obra cit.*: 49.

⁸⁵⁵ Idem, *ibidem*: 54.

⁸⁵⁶ ALBUQUERQUE, Luís de – *Obra cit.*: 53.

Até hoje o entendimento sobre a Real Biblioteca tem-se centrado em torno de três pilares: **1.** a promulgação do Alvará de 1796; **2.** o pensamento de Frei Manuel do Cenáculo relativo à criação da RBPC; **3.** as doações recebidas entre as quais sobressai a grande e inigualável doação de Cenáculo. A chamada à cena de António Ribeiro dos Santos em toda a sua plenitude obriga a reconsiderar cada um desses pilares de modo a melhor articular Ribeiro dos Santos com o seu tempo e a equacionar a hipótese de haver outros elementos que até hoje tenham escapado ao exame histórico. A junção destes elementos pode catapultar a figura de António Ribeiro dos Santos para as luzes da ribalta atribuindo-lhe um lugar que, do nosso ponto de vista, não tem sido devidamente valorizado.

Em 1790, Ribeiro dos Santos desloca-se, então, para a corte tendo sido “a partir deste ano que começou o seu ciclo de permanência em Lisboa, nos centros de poder”⁸⁵⁷. É a partir da sua chamada a Lisboa em 1788 que nos interessa acompanhar o trabalho de Ribeiro dos Santos porque, na verdade, sendo o Alvará de criação da Real Biblioteca Pública da Corte apenas de 29 de Fevereiro de 1796 e a sua nomeação oficial como Bibliotecário Mor de 4 de Março de 1796, o seu trabalho com vista à abertura da Real Biblioteca remonta a 1795 ainda na Mesa Censória: a nomeação como Bibliotecário da Mesa Censória é de 3 de Janeiro de 1795, onde assume a responsabilidade da organização dos respectivos fundos, incumbência sobre a qual apresenta um *Relatório* logo a 5 de Janeiro!

Em que consistiu, afinal, o trabalho de António Ribeiro dos Santos à frente da Biblioteca da Mesa Censória? Não terá sido fácil aceitar e lançar-se a uma tarefa que se perfilava como tendo sido toda prevista e delineada por Frei Manuel do Cenáculo. Como é que Ribeiro dos Santos definiu o seu espaço de actuação, a sua intervenção, como é que complementou as propostas de Cenáculo sem o afrontar ou questionar, quando isso até parecia fácil de conseguir uma vez que Cenáculo nessa altura estava afastado em Beja e era *persona non grata* entre muitos dos que se movimentavam e intrigavam na corte de D. Maria com excepção, anote-se em abono da verdade, da própria rainha. No fundo, como é que Ribeiro dos Santos ergueu a Real Biblioteca Pública da Corte sobre um legado teórico tão forte como era o de Cenáculo? É no aprofundamento muito sábio deste cruzamento que julgamos perceber a emergência da Real Biblioteca Pública da Corte: um encontro de saberes e de personalidades

⁸⁵⁷ PEREIRA, José Esteves - *Obra cit.*: 55.

que não se sobrepunham mas antes se complementavam. A grandeza do trabalho de um está intimamente ligada à inevitabilidade da participação do outro. Certamente, dois homens fora do comum, com características absolutamente distintas e que os caminhos da história colocaram em tempos diferentes sobre o mesmo trilho, fazendo uso de qualidades e capacidades individuais acima da média.

Contra o pano de fundo simbolizado pela Real Biblioteca Pública da Corte assistiremos à passagem de várias figuras as quais, cada uma com intensidade própria, irão deixando marcas de acordo com o seu próprio tempo encontrando-se, entre todas, um denominador comum que tem a ver com a aceitação da modernidade. Entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, o desenrolar das situações, o desenvolvimento do pensamento, a contribuição de cada um é sempre no mesmo sentido, isto é, na tentativa de abrir Portugal à modernidade, à mudança de paradigmas intelectuais, aos ventos da Europa. Para Cenáculo a situação equaciona-se com um olhar antiquarista ainda muito marcante (*Ver 6.2*); com Ribeiro dos Santos, constatamos como o peso efectivo da organização interna da Real Biblioteca não lhe permite outra alternativa; com Rodrigo de Sousa Coutinho é definitivamente o reconhecimento da importância e lugar das ciências exactas numa grande biblioteca pública (*Ver 6.4*).

Quando o projecto de uma grande biblioteca pública se torna imprescindível como transparece da queixa de Manuel da Maia “que nunca mais precisa me pareceu que na presente ocasião”⁸⁵⁸, o século ia a meio e muito caminho tinha sido percorrido a inspirar as reformas políticas, jurídicas, pedagógicas e culturais⁸⁵⁹. Parecia, efectivamente, faltar a chave para fechar esta enorme abóbada. Existia a experiência com a Academia Real da História (1720), muitos escritos filosóficos e pedagógicos entre os quais destacamos os de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Luís António Verney, António Nunes Ribeiro Sanches ou Teodoro de Almeida; várias instituições, antigas e novas, impulsionavam o país para a modernidade: a Universidade de Coimbra tinha sido reformada (1772), a Real Academia das Ciências (1779) era uma realidade em resultado do esforço do Duque de Lafões e do entusiasmo do seu secretário, José Correia da Serra. Todos, de uma forma ou de outra, empenhados nos seus “apelos à reforma”⁸⁶⁰.

⁸⁵⁸ AIRES, Cristóvão – *Obra cit.*: 47-48.

⁸⁵⁹ CALAFATE, Pedro, dir. – *As Luzes*. 2002: 64.

⁸⁶⁰ GOMES, Joaquim Ferreira – “Pombal e a Reforma da Universidade”. 1982: 536-552.

Entre as personalidades referidas existe, pois, uma linha de continuidade que se alicerça sobre um denominador comum que deve ser referido. Sem a pretensão de acrescentar nada de novo uma vez que esse não constituiu a nossa área de investigação, há que reconhecer a importância dos respectivos contributos incorporando aqui uma breve alusão a eles.

Com os *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734), Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem (1693-1743)⁸⁶¹ torna-se responsável pela “primeira obra portuguesa em sintonia com algumas das ideias básicas da Ilustração em matéria pedagógica”⁸⁶² e “o livrinho não fez barulho [...] mas merece uns momentos de atenção, porque o autor soube unir com dignidade o senso do pedagogo à visão do filósofo e à agudeza do crítico”⁸⁶³ antecipando algumas críticas de Verney e de António Pereira de Figueiredo incitando, nomeadamente, à introdução das matemáticas, da geografia e das línguas vivas no ensino secundário. Uma interpretação que tem alguma oposição por parte de Norberto da Cunha⁸⁶⁴, para quem a obra de Martinho de Mendonça representa um compromisso com a tradição contradizendo de forma clara a posição de Banha de Andrade que identifica na obra um “tom revolucionário [...] impressionante”⁸⁶⁵. De uma forma mais objectiva, Rogério Fernandes⁸⁶⁶ percorre toda a obra salientando as contribuições com carácter inovador que Martinho de Mendonça adianta, sublinhando que o seu discurso sobre matérias curriculares e sobre os métodos de ensino constituem “páginas de modernidade indiscutível”⁸⁶⁷. Esta consulta bibliográfica sugere, pois, que a discussão sobre a actualidade dos *Apontamentos* não está encerrada e, embora não entremos nesse debate, pareceu-nos indispensável referir Martinho de Mendonça porque, mesmo que a sua contribuição se tenha pautado por objectivos mais modestos – os de uma educação doméstica segundo Rómulo de Carvalho⁸⁶⁸ – o que parece inegável é ter constituído uma novidade em matéria pedagógica.

⁸⁶¹ CARVALHO, Rómulo de – *Apontamentos sobre Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ...* 1963.

⁸⁶² GOMES, Joaquim Ferreira – *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. 1964: 143 *Apud* CUNHA, Norberto Ferreira da – *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*. 2001: 122.

⁸⁶³ DIAS, José Sebastião da Silva – “Estrangeiros e estrangeirados”. In *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. 2006 (1ª ed. 1952): 167-184 (179).

⁸⁶⁴ CUNHA, Norberto – *Obra cit.*

⁸⁶⁵ ANDRADE, António Alberto Banha de – *Filósofos portugueses do século XVIII ...*1957: 246 *Apud* CUNHA, Norberto Ferreira da – *Obra cit.*: 121.

⁸⁶⁶ FERNANDES, Rogério – *O pensamento pedagógico em Portugal*. 1992.

⁸⁶⁷ Idem, *ibidem*: 51.

⁸⁶⁸ CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*1986: 444 (nota de rodapé 26).

Luís António Verney (1713-1792), responsável por uma das maiores polémicas da história da cultura em Portugal com o seu *Verdadeiro Método de Estudar*, cuja 1ª edição data de 1746⁸⁶⁹, um conjunto de dezasseis cartas em que cada uma representa uma temática constituindo uma obra programática com a ambição de questionar as estruturas da cultura portuguesa imprimindo-lhes uma orientação mais científica (atente-se, a título de exemplo, nas referências a periódicos científicos exaustivamente citados), abandonando a matriz religiosa e escolástica. O *Verdadeiro Método de Estudar* surge como obra anónima, de índole polémica, com o objectivo claro de contribuir para a reforma do ensino, sim mas também da mentalidade cultural por demais dominada pela igreja. Um manifesto preparado em Roma, que para circular tinha de esconder a autoria porque a mensagem, contundente, orientada por princípios iluministas, tinha toda a probabilidade de ser recebida com desconfiança. Uma contrafacção autoral e editorial⁸⁷⁰ para a qual terá colaborado próprio Muratori⁸⁷¹. Por maior que fosse essa “pedrada no charco”, a crítica e proposta de Verney – também dolorosamente expandidas nas suas *Cartas Italianas*⁸⁷² – não foram únicas naquele período histórico. Verney escreveu de além-fronteiras mas nunca deixou de estar por dentro da sociedade portuguesa⁸⁷³. Tenha ficado muito ou pouco das propostas de Verney para o campo do ensino ou para o diagnóstico sobre a situação da cultura, o que mais interessa reter é o “exemplo de debate de ideias e exercício de juízo crítico”⁸⁷⁴, um exercício de plenitude cívica que recrudescer na Universidade de Coimbra depois de 1772.

⁸⁶⁹ VERNEY, Luís António - *Verdadeiro método de estudar : para ser útil à Republica, e à Igreja : proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em varias cartas, escritas polo[sic] R. P. * * * Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. * * * Doutor na Universidade de Coimbra*. Valensa [Nápoles] : na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746. De acordo com ANDRADE, Banha de – *Verney e a cultura do seu tempo..*, esta edição seria a segunda. Para o estudo de Verney, são indispensáveis, além de outros, os estudos de MONCADA, Luís de Cabral – *Um “Iluminista” português do Século XVIII: Luiz António Verney...* 1941 e *Século XVIII – Iluminismo Católico. Verney: Muratori*. 1950 e também os trabalhos de MARTINS, Maria Teresa Payan sobretudo o mais recente, “Verdadeiro método de estudar”. 1997.

⁸⁷⁰ A edição do *Verdadeiro Método de Estudar* tem originado grande debate para o esclarecimento do qual é importante o trabalho de MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*. 1995 com nova edição em 2012. Ver tb. da mesma autora “Verdadeiro método de estudar”. 1997: 221-248.

⁸⁷¹ VERNEY, Luís António – *Verdadeiro método de estudar (cartas sobre Retórica e Poética)*. Introd. e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires. 1991: 19. Convém reter a referência a Muratori uma vez que, por via desta proximidade com Verney, se poderão, talvez, compreender as atenções de Muratori para com Fr. Joaquim de S. José e Cenáculo quando estes visitam o convento onde Muratori se encontra em Bolonha (Ver Secção 6.4.5).

⁸⁷² VERNEY, Luís António – *Cartas Italianas*. 2008.

⁸⁷³ Idem, *ibidem*: 11.

⁸⁷⁴ Idem, *ibidem*: 33.

Nos círculos intelectuais portugueses de Setecentos, outra figura proeminente é a de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Com as *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) e com o *Método para aprender e estudar a Medicina* (1763) contribui de forma significativa para a reforma da cultura filosófica e científica de Portugal e influencia a redacção dos próprios Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Nas *Cartas*, que apesar das limitações continuam a ser um “documento excelente para conhecermos o pensamento pedagógico de um homem esclarecido”⁸⁷⁵ debruçando-se sobretudo sobre a educação da classe nobre, preconizando o internato e influenciando de forma decisiva o aparecimento do Colégio Real dos Nobres⁸⁷⁶, instituição cuja criação aliás já se antevia nos *Apontamentos* de Mendonça e Pina, enquanto no *Método* se preocupa em revelar os “paradigmas dominantes na Europa sobre os estudos médicos”⁸⁷⁷. Numa e noutra obra, é marcante a preocupação em laicizar as práticas pedagógicas e também em introduzir o método experimental. Esta aproximação ao método experimental evidencia-se em Ribeiro Sanches e, depois em Teodoro de Almeida, através do recurso a gravuras, provocando “a leitura como laboratório”⁸⁷⁸, designação tão feliz quanto eficaz, mas a necessidade do método experimental também se vai afirmando em documentos de ordem teórica como foi o caso do *Plano de Estudos para as Reais Escolas de S. Vicente* revisto e ajustado por António Ribeiro dos Santos (Ver 6.3.6).

Quanto a Teodoro de Almeida (1722-1804)⁸⁷⁹, padre oratoriano, expressa a sua preocupação pela divulgação científica na *Recreação Filosófica* (obra em dez volumes publicados entre 1751-1800), embora o texto não se limite a questões de natureza científica, mas também nas *Cartas Físico-Mathematicas...*(1784-1799)⁸⁸⁰. As suas preocupações com a cultura científica tinham sido expressas na *Oração de Abertura* da Academia das Ciências em 1780 (Ver 4.3.2) e também haviam ficado registadas quando foi responsável pela introdução do ensino experimental na Casa do Espírito Santo, o que nos remete para preocupações

⁸⁷⁵ CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal* 1986: 437.

⁸⁷⁶ CARVALHO, Rómulo de – *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. 1959.

⁸⁷⁷ Para este apontamento sobre Ribeiro Sanches recorreremos essencialmente a CALAFATE, Pedro, dir. – *As Luzes*. 2002.

⁸⁷⁸ Esta designação foi utilizada numa comunicação oral apresentada por LISBOA, João Luís – “Leitura como laboratório (seguir as experiências europeias no século XVIII).” In *Bibliotecas e livro científico (séculos XV-XVIII. Objectos, espaços e ideias*. Workshop Internacional, 3º, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 26-27 Março 2013.

⁸⁷⁹ Para a referência a Teodoro de Almeida, socorremo-nos da obra de SANTOS, Zulmira da C. T. G. M. C.– *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. 2007.

⁸⁸⁰ *Cartas físico-mathematicas de Theodosio a Eugénio*. Lisboa: Na Officina de Rodrigues Galhardo, 1784-1799. Apud SANTOS, Zulmira – *Obra cit.*

semelhantes quando Ribeiro dos Santos é encarregue de fazer o levantamento da situação curricular nas Reais Escolas de S. Vicente de Fora e se faz acompanhar de outro oratoriano, o P^e Joaquim de Foyos. A preocupação com a renovação do ensino pairava, havia a consciência que não só era preciso renovar os currículos como era indispensável destacar o ensino da ciência e assim se compreende

“O êxito editorial da Recreação tem sido a pedra de toque da importância de “ler ciência” na segunda metade do nosso século XVIII, conferindo à Ilustração portuguesa esta vertente que faz da divulgação científica o meio e a forma de satisfazer o “querer saber” [...]. De resto, esta literatura “ilustrada” configura, em muitos aspectos que tentaremos equacionar, formas diversas de educação do príncipe, verdadeiramente a tarefa maior de todas as “Ilustrações”⁸⁸¹.

Para além desta faceta reformadora do ponto de vista curricular, interrelacionando a ciência com as novas práticas pedagógicas, temos de sublinhar a questão ligada à educação do príncipe porque, como já abordámos e voltaremos a referir mais adiante, alguns dos nossos *agentes* tiveram responsabilidades directas na educação do herdeiro do trono, D. José Francisco, Príncipe da Beira.

No conjunto, quatro autores a testemunhar a insatisfação existente para com os antigos métodos e currículos académicos mas também com o ambiente cultural. Nem estes autores eram os únicos a manifestar esse mal-estar nem o inconformismo se confinava a atitudes individuais. A fundação da Academia Real das Ciências igualmente se insere nesta linha de renovação. Ao papel e às intervenções de D. João Carlos de Bragança, 2^o Duque de Lafões e do Abade José Correa da Serra, responsáveis maiores pela criação da Academia, já dedicámos algum desenvolvimento (*Ver 4.3.2*).

O reinado de D. Maria I (1777-1816) é seguramente um tempo de contradições enquanto se tenta repor o anterior *status quo*. Parece-nos que o número elevadíssimo de alvarás e outros diplomas régios só pode ser assim entendido como se, subitamente, tudo fosse posto em causa, revogado e substituído. É, aliás, uma impressão fortíssima que fica

⁸⁸¹ SANTOS, Zulmira – *Obra cit.*: 21

depois de consultar uma colectânea de legislação da época⁸⁸². Em certa medida, a reposição de situações antigas, o reconhecimento de que algumas injustiças haviam sido cometidas e que exigiam ser remediadas, distendia o ambiente em contraste com o tempo do Rei seu pai, D. José e o todo poderoso ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Pese embora a pessoa e intervenção de Pina Manique (1733-1805), o rigor pombalino, de certa forma, tinha afrouxado, respirava-se mais livremente o que talvez tenha criado espaço para alguns desenvolvimentos em convergência com uma Europa onde as Luzes haviam permitido o eclodir de uma cultura e pensamento pujantes. O afastamento, por exemplo, de Frei Manuel do Cenáculo é exemplificativo da situação que se vivia. Noutro tempo, a queda política de um benfeitor poderia ter tido consequências terríveis sobre os seus protegidos mesmo do ponto de vista pessoal. No caso de Cenáculo, a morte de D. José e o exílio de Pombal levam com certeza ao seu afastamento, mas tudo se processa de um modo bastante brando e não fora a distância da Corte, Cenáculo não se poderia queixar. Com a benção da Rainha, Cenáculo parte para Beja mas este desterro não significa que ele seja completamente esquecido ou, melhor, que se deixe esquecer⁸⁸³.

O episódio da sua ida a Vila Viçosa ilustra bem como um afastamento político pode ser circunstancial e temporário (*Ver 6.2* quando tratámos com pormenor a figura de Frei Manuel do Cenáculo). Os seus contactos com Lisboa não se perdem e se as relações com a Corte esfriam um pouco, a Rainha ou o Príncipe da Beira, D. José Francisco, não lhe guardam rancor. É verdade que os governantes tinham mudado, as preocupações seriam outras mas subsistia o entendimento que era preciso renovar. Constituiria uma leitura menos objectiva insistir que o reinado de D. Maria representou um retrocesso em toda a linha, conclusão aliás que Isabel Ferreira da Mota⁸⁸⁴ não perfilha baseando a sua leitura no facto dos governantes Martinho de Melo e Castro (Secretário de Estado da Marinha) e Aires de Sá e Melo (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra), ambos do tempo de Pombal, terem sido mantidos em funções. Também a criação de várias instituições de cariz cultural e científico parecem atestar em sentido contrário ao anunciado pelos rótulos de retrocesso, situação reforçada com os

⁸⁸² PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o Feliz Reinado del Rei Fidelíssimo D. José o I. 1797-1808.*

⁸⁸³ A provarem a ligação que sempre se manteve, temos provas quando se tratou da doação para a Real Biblioteca Pública (*Ver* cartas de J. J. da Costa e Sá em **Anexo 2 – Epistolografia...**) ou cartas de Ambrósio Joaquim José dos Reis (BPE Cód. CXXVII 1-1, Docs. 32-43).

⁸⁸⁴ MOTA, Isabel Ferreira da – *D. Maria I, a Piedosa.* 2009: 41.

espaços de convívio e sociabilidade por toda a Lisboa⁸⁸⁵. Não cabe aqui discutir o que se perdeu ou ganhou na mudança de reinados e de primeiros responsáveis; o que podemos testemunhar, porque é isso que está em causa, é que a criação da Academia Real das Ciências (Lisboa)⁸⁸⁶, da Real Biblioteca Pública da Corte (Lisboa), da Aula Pública de Debuxo e Desenho (Porto), Aula Régia de Desenho de Lisboa, da Academia Real da Marinha (Lisboa) ou da Academia Real das Fortificações, Artilharia e Desenho (Lisboa) bem como a escolha criteriosa de personalidades para as dirigirem não plasma um retrocesso, não pode ser interpretada como um sinal negativo. Pouco importa se a génese se reporta ao período pombalino quando a eclosão acontece no tempo mariano porque, tivesse a corrente sido em absoluto contra o seu aparecimento, certamente a iniciativa teria saído gorada. O país e a sociedade portuguesa parecem moldar-se de acordo com parâmetros de modernidade como ela era interpretada na Europa e é esse ambiente que nos importa analisar e compreender.

Em 1795, portanto, António Ribeiro dos Santos começa a trabalhar para pôr de pé a Real Biblioteca Pública da Corte⁸⁸⁷. Pesou, certamente, na decisão da Rainha a experiência de Ribeiro dos Santos na organização da Biblioteca da Universidade de Coimbra o que nos leva, então, a considerar a influência de dois parâmetros no trabalho de Ribeiro os Santos. Por um lado, o legado teórico de Frei Manuel do Cenáculo: é impensável admitir que não se fizesse sentir na Corte, mormente entre a alta hierarquia do Estado, o pensamento, a vontade tantas vezes expressa daquele que havia sido um intérprete ao mais alto nível da política cultural pombalina com quem “o Marquês de Pombal conversava em todas as matérias primas”⁸⁸⁸; por outro, todo o trabalho anterior na Universidade de Coimbra o qual só lhe poderia ter trazido conhecimentos práticos, fama e respeito. Entre uma coisa e outra, cabia a António Ribeiro dos Santos a espinhosa missão de erigir a Real Biblioteca Pública da Corte. A missão institucional, como hoje é corrente dizer-se, havia sido definida por Cenáculo e já discutimos essa temática

⁸⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 81.

⁸⁸⁶ Luís de Albuquerque questiona as superiores razões que teriam levado à constituição da Academia Real das Ciências (*obra cit.*: 34-36) mas na Secção 4.3.2 apresentamos e discutimos a bibliografia mais recente sobre o assunto.

⁸⁸⁷ São vários os momentos que testemunham o processo em marcha com Ribeiro dos Santos no epicentro: o *Relatório sobre o Estado da Biblioteca da Real Mesa Censória*, 5 Jan. 1795 (AHBN Livro 642, f. 2-8 que não reproduzimos); carta de Lourenço José da Mota Manso para Ribeiro dos Santos para que este indague com discrição do valor das obras que Caetano de Bem quer entregar, 3 Out. 1795 (AHBN DGA/03/Cx01/Doc.01, Ver **Anexo 1 - Documentos reproduzidos**, nº 10-10.1); carta ao Mordomo-Mor sobre a situação dos funcionários que eram da Real Livraria (Mesa Censória) e transitam para a Real Biblioteca Pública da Corte, 7 Nov. 1795 (AHBN DGA/03/Cx03/Doc. 04, f.3 e 4). Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 2-2.1.

⁸⁸⁸ Descrição feita pelo Marquês de Resende *apud* CÂNCIO, Francisco – *O Paço de Queluz*. 1950: 77.

(Ver 6.2); no nosso entender, a forma como Ribeiro dos Santos foi definindo os núcleos bibliográficos da Real Biblioteca, preparando-a para se assumir como verdadeiro equipamento científico, distinguem esta do projecto de Cenáculo para a biblioteca da Mesa Censória – é sempre da biblioteca da Mesa Censória que se fala - enquanto a demarcam também da Biblioteca da Universidade de Coimbra e constituem por isso um factor inovador (voltaremos a esta questão quando analisarmos os códices de António Ribeiro dos Santos mais adiante em 6.3.6). Ou seja, sobre alguns “tijolos” colocados por Cenáculo, foram corajosa e inabalavelmente assentes outros tantos contribuindo de forma decisiva para a criação de um edifício moderno, em todas as suas facetas consentâneo com os princípios das Luzes. É verdade que a intensidade das Luzes na Europa era outra e, portanto, a Portugalurgia acelerar o passo. Mas este atraso não se verificava noutros aspectos da vida portuguesa, por exemplo, na organização económica e produtiva? Por acaso a transformação por tardia – porque de transformação se trata - deixa de ser significativa, logo, indigna de nota? Para o nosso trabalho o que importa provar é que aconteceu uma mudança, registar o momento da mudança, avaliá-la e entendê-la nas suas repercussões.

Em que consistiu o legado teórico de Cenáculo? Já discutimos o assunto (Ver 6.2) mas, para nos situarmos, convém recordar que as preocupações de Cenáculo tinham deixado eco. Cenáculo é um grande erudito, é um homem das letras, conhecedor dentro e fora do país de grandes bibliotecas, nomeadamente em Espanha e Itália (Ver tb. 4.1.2 onde expandimos este aspecto). A sua antevisão de uma grande biblioteca pública não é sem fundamento. Tivesse ficado na Corte, teria tido oportunidade de levar por diante o seu desiderato? Ficaremos sempre sem resposta porque nem só de vontade própria se faz a história; Cenáculo seguramente teria tido de enfrentar muitas barreiras, oposições, situações inesperadas e é impossível avaliar se ele teria a capacidade - num somatório de conhecimento, inteligência, vontade, energia – para as ultrapassar. A única coisa de que temos a certeza é que ele esteve nos bastidores do surgimento de várias bibliotecas (entre outras, na re-organização da Biblioteca do Convento de Jesus em Lisboa, na do Convento de S. Paulo na Serra de Ossa para as quais ofereceu livros, na organização da biblioteca episcopal em Beja e, mais tarde, fundou a Biblioteca Pública de Évora)⁸⁸⁹, e defendia a criação de uma “Biblioteca para o serviço de Sua

⁸⁸⁹ Para informação pormenorizada e discussão sobre cada uma destas bibliotecas, Ver 6.2.

Majestade e do Publico”⁸⁹⁰. A criação de uma biblioteca junto da corte, as condições em que essa ideia evolui, os textos teóricos que a fundamentam, os núcleos bibliográficos e museográficos que a corporizam, são tópicos que provocam o aparecimento de extensa bibliografia, sobretudo os trabalhos de Manuela D. Domingos⁸⁹¹.

A partir da análise da documentação original, Domingos alicerça os seus estudos e retira três conclusões principais que sintetizamos de seguida. Uma vez que a nossa hipótese para explicar o surgimento da Real Biblioteca tem outros fundamentos, reflectimos cuidadosamente sobre os trabalhos e argumentos de Manuela D. Domingos:

1. ideia da Real Biblioteca é de Cenáculo – para Domingos, esta é um verdade indiscutível e recorre ao documento de 1773 *Faz-se indispensável...*, referido anteriormente, no qual são especificados todos os pormenores relativos à criação de uma biblioteca cujo embrião seria a própria biblioteca da Mesa Censória. Esta interpretação de Domingos de que a influência de Cenáculo para o aparecimento da Real Biblioteca foi determinante tem sido seguida pela larga maioria dos autores cenaculanos e já o próprio Ribeiro dos Santos havia reconhecido a quota-parte dessa responsabilidade, exprimindo a sua admiração nas cartas enviadas a Cenáculo (*Ver Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo*). Ainda relativamente à Real Mesa Censória, Domingos considera que os livros aí existentes teriam algum tipo de organização estando longe de ser um amontoado. Nas próprias palavras de Domingos, “Seria um balanço injusto considerar inexistente ou apenas um velho depósito de livros o que foi a Biblioteca Pública projectada, digna do seu tempo e começada nos anos 1770-1775”⁸⁹². Toda a argumentação aduzida por Domingos coloca, efectivamente, Cenáculo no centro desta grande iniciativa mas, do nosso ponto de vista, ao fazê-lo, Domingos esquece que essa mesma preocupação havia sido manifestada por outras personalidades. Estamos a pensar em Manuel da Maia (Relatório de 3 de Dezembro de 1755 já referido, *Ver 6.1*), no próprio Marquês de Pombal (Decreto de 2 de Outubro de 1775) e até na legislação de D. Maria

⁸⁹⁰ CENÁCULO, Manuel do - *Faz-se indispensável para Biblioteca uma casa (...)*. 4 de Julho de 1773. Este documento, de que apenas se conhece uma cópia, é um memorando contendo as indicações para a construção de uma biblioteca. Sabemos que o texto, e com toda a probabilidade o original, são do próprio Cenáculo como deixa adivinhar a nota à margem escrita por ele: “*Dei este papel em 4 de Julho de 1773 para Reinaldo Manuel fazer a planta; levou o original, e ficou esta cópia*”. BPE CXXVIII 2-5, f. 312-313.

⁸⁹¹ Trabalhos que citamos por ordem cronológica. DOMINGOS, Manuela D. – “A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795”. 1990: 139-160; “Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória”. 1992: 137-158; “A primeira Biblioteca Pública Portuguesa, 1775-1795. Planos, projectos e primeiros fundos”. 1994: 59-70.

⁸⁹² DOMINGOS, Manuela D. – “A primeira Biblioteca Pública Portuguesa, 1775-1795...” 1994: 69.

(Alvará de 30 de Julho de 1795 a que já aludimos). É verdade que Cenáculo se preocupou em passar para o papel as suas ideias e as desenvolveu enquanto os outros apenas opinaram o que, todavia, não parece suficiente para os descartar. Cenáculo tinha uma sólida formação académica e erudita, não era nem engenheiro nem político, naturalmente percebia melhor o alcance da sua palavra e detinha atribuições que lhe permitiam aprofundar o assunto;

2. agradecimento de Ribeiro dos Santos - Domingos argumenta com a carta de agradecimento de Ribeiro dos Santos enviada para Cenáculo a 5 de Dezembro de 1796, mas, tendo em conta o estilo da época, não nos parece que deva ser sobrevalorizada; outras cartas de Ribeiro dos Santos (particularmente até Fevereiro de 1798) para Cenáculo são repletas de elogios e agradecimentos vários como mandava a etiqueta e os diferentes cânones de sociabilidade da época, daí preferirmos optar por alguma contenção nesta avaliação (os elogios, aliás, são recíprocos como o provam as cartas de Cenáculo para Ribeiro dos Santos, *Ver 6.2.6 e Ver tb. 10.2*);

3. estado dos livros na Real Mesa Censória - finalmente, Domingos refere que os livros existentes na Mesa Censória estariam minimamente organizados mas temos grandes reservas sobre esta convicção porque, pelo menos em Janeiro de 1795, altura em que António Ribeiro dos Santos é encarregado de fazer o levantamento do estado da dita biblioteca conforme deixou notícia no seu *Relatório*⁸⁹³ em matéria de organização, o que restava da biblioteca da Mesa Censória é altamente discutível como nos parágrafos seguintes explicamos.

Na Mesa Censória, para além dos livros cuja impressão e circulação haviam sido proibidas, reuniam-se os livros provenientes das casas da extinta Companhia de Jesus (em 1759) cuja entrada na Mesa Censória foi acontecendo ao longo do tempo (*Ver 6.2* quando mencionamos algumas decisões neste sentido da Real Mesa Censória), livros aos quais se juntavam ainda as obras que se iam adquirindo na mira de virem a integrar uma futura biblioteca e aqueles cujo depósito se solicitava aos impressores desde o tempo do Príncipe Regente D. João, em 1798⁸⁹⁴. Seriam, no total, qualquer coisa como cinquenta mil volumes⁸⁹⁵,

⁸⁹³ SANTOS, António Ribeiro dos – *Relatório* 5 Jan. 1795. *Obra cit.*

⁸⁹⁴ Aviso do Príncipe Regente D. João para Miguel Manescal da Costa da Régia Oficina Tipográfica para que fosse enviado para a Corte um exemplar de todas as obras aí impressas, já mencionado.

⁸⁹⁵ As bibliotecas são estimadas em volumes, não em títulos o que pode alterar substancialmente a respectiva dimensão, logo, o impacto que possa causar. Ao mesmo tempo, bibliotecas calculadas em volumes podem impressionar pela dimensão considerável embora esta não signifique obrigatoriamente que as bibliotecas sejam constituídas por títulos de grande valor. Efectivamente, as mais das vezes, na linguagem comum não é feita a distinção entre títulos e volumes o que pode induzir o erro. A discrepância entre um cálculo feito por volumes e outro feito por títulos obriga a admitir a possibilidade de uma realidade distinta.

conforme as notas de Ribeiro dos Santos no seu *Relatório* dirigido ao Mordomo-Mor, Marquês de Ponte de Lima, ao longo do qual ele descreve assim as condições em que encontrou a biblioteca da Mesa Censória situada no “segundo pavimento da arcada ocidental da Praça do Comércio”⁸⁹⁶:

“Uma parte desta biblioteca está colocada em algumas estantes, outra está lançada ao montão no pavimento das casas (...). É porém tão lamentável o estado em que se acha a biblioteca que não posso deixar de o representar a V. Ex^a para dar as providências que for servido (...) os livros que ocupam as estantes estão colocados não metodicamente segundo as diversas classes das Artes e Ciências mas sim promiscuamente e sem algum sistema, e ordem que os separe, e classifique parecendo que na sua distribuição e arrumação se contemplou unicamente a igualdade e forma material dos volumes, ou a conformidade, e semelhança de suas encadernações. O que faz que nem se possam facilmente achar os livros que assim estão deslocados dispersos vagamente pelas casas, nem se possa fazer conceito exacto do provimento e fundo que deles tem cada uma das Artes, e Ciências”⁸⁹⁷.

Ora, entre esta descrição e uma biblioteca não há nenhum ponto de contacto!

A investigação de Manuela D. Domingos teve como objectivos, por um lado, estabelecer a relação directíssima entre a biblioteca da Mesa Censória e a Real Biblioteca Pública da Corte e, por outro, posicionar a intervenção de Cenáculo. Abordámos estas questões em 6.2 sobre Cenáculo e se agora as referimos é porque a figura de António Ribeiro dos Santos acaba por ser envolvida e, constituindo o seu envolvimento como que uma tomada de consciência sobre a amplitude do processo que levou até à RBPC, não podíamos deixar passar a alusão a António Ribeiro dos Santos. Analisemos, então, o *Relatório* de António Ribeiro dos Santos de 1795 sem esquecer que o documento de Cenáculo é de 1773 quando presidia à Real Mesa Censória (Ver 6.2).

O *Relatório* não é muito extenso mas é de um rigor e acutilância extremos. A primeira impressão de António Ribeiro dos Santos sobre a biblioteca da Mesa Censória é de confusão e

⁸⁹⁶ PROENÇA, Raul – “Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”. 1922: 157.

⁸⁹⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – *Relatório* 5 Jan. 1795. *Obra cit.*

desorganização instaladas: livros nas estantes, no chão, juntos por tamanhos ou por encadernações. Sem sistematização nem ordem alguma que lhes permita aceder, não se sabe quantos são, não há inventário, nem se calcula o custo do que se comprou e muito menos se pode dizer se o que se comprou ainda existe ou foi desviado. Com a diplomacia e tacto possíveis, António Ribeiro dos Santos enumera os aspectos cruciais para que um “*montão*” de livros possa vir a ganhar forma de biblioteca⁸⁹⁸. Perante este estado caótico, António Ribeiro dos Santos avança com a lista de providências a tomar e, para além de instruções quanto à arrumação física das obras, considera o seguinte no § 5:

“Mandar formar os diversos catálogos (...) não só para servirem ao diante ao uso público da mesma Biblioteca com as adições dos novos provimentos que se forem fazendo mas também para se poder compreender exactamente o fundo capital de livros que esta tem em cada uma daquelas classes, e o que lhes falta ainda para seu inteiro estabelecimento e melhoramento”,

ou seja, perante o referido “*montão*”, preocupa-se claramente com o acesso e com o enriquecimento e desenvolvimento das colecções. Quanto ao valor real do “*montão*”, em livros raros e manuscritos, as palavras de Ribeiro dos Santos deixam-nos com sérias dúvidas. Diz ele no § 8 :

“E porque a Biblioteca, quanto eu pude alcançar da geral revista que dela fiz está ainda muito desprovida de livros raros, e de códigos manuscritos de estimação que são os que formam a preciosidade das grandes livrarias será muito conveniente que se acuda a compra de algumas obras deste género que possam aparecer de venda visto serem muito raras, e fugitivas as ocasiões de as haver [...]”.

Efectivamente, depois da leitura do *Relatório* de António Ribeiro dos Santos só com muita dificuldade, relativamente à Biblioteca da Mesa Censória, falaríamos em organização, em biblioteca ou até em biblioteca com grande valor. Mesmo admitindo que António Ribeiro

⁸⁹⁸ Esta completa desorganização bem descrita por Ribeiro dos Santos talvez não fosse exclusiva da Real Mesa Censória, como tenta demonstrar Freitas de Carvalho, acrescentando que este mesmo abandono parece ter sido figurino comum a outras bibliotecas em Portugal e na Europa. Ver CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. 1998, vol. 1.

dos Santos tenha denegrido a situação para que a sua intervenção posterior ganhasse um pouco mais de brilho, teremos de encontrar aqui um termo de compromisso e não considerar nenhuma das duas intervenções, seja de Cenáculo seja de Ribeiro dos Santos, como intocáveis de tão perfeitas. No entanto, como António Ribeiro dos Santos tem merecido menor atenção, naturalmente, sai beneficiado do confronto.

Portanto, nestes primórdios da Real Biblioteca Pública da Corte, há que arranjar lugar para outras figuras que não apenas a de Cenáculo não deixando mesmo de registar que a originalidade da ideia não lhe deve ser atribuída, pese embora o vigor da sua argumentação e a persistência do seu empenho. Há que recolocar os homens e as ideias e o plano, bem anterior, datado de Dezembro de 1755 da responsabilidade de Manuel da Maia (*Ver 6.1*), as preocupações e propostas de Pombal de acordo com o texto do Decreto de 2 de Outubro de 1775 anteriormente referido, até a vontade expressa de D. Tomás Caetano de Bem a partir de 1791 (mais à frente nesta Secção devidamente comprovada) demonstram claramente como a ideia pairava no ar à espera, apenas, de um tempo e espaço para se materializar. Muito menos coube a Cenáculo concretizar a ideia mas pôde assistir, a partir de Beja e também de Évora mais tarde, à realização do projecto tendo-se, tanto quanto possível, esforçado por participar. As doações constituem, decerto, uma forma de participação embora não tenham constituído uma contribuição inteiramente desinteressada como o decorrer do tempo se encarregou de comprovar (*Ver 6.2*).

Por outro lado, registando o grande trabalho organizativo de Ribeiro dos Santos, não deve ter sido pequena a pressão sobre António Ribeiro dos Santos a quem coube a responsabilidade de concretizar uma aposta idealizada por alguém que continuava vivo e muito interveniente. Demonstram-no a abundantíssima correspondência entre António Ribeiro dos Santos e Cenáculo (*Ver Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo*) e também entre António Ribeiro dos Santos e intelectuais, políticos, religiosos e outros (*Ver Anexo 3 - Correspondência literária e bibliográfica*).

A partir de Beja, uma distância geográfica apenas medianamente significativa mas que as deficientíssimas vias de comunicação tornavam muito considerável; apesar de um correio demoradíssimo, nem sempre fiável, dependente da boa vontade alheia, a omnipresença de Cenáculo era um facto e deveria tornar o ambiente pesado. Só o facto de ter conseguido ultrapassar essa sombra tutelar, revela a inteligência, a resistência e o *savoir faire* de Ribeiro dos Santos.

6.3.3 – Documentos estruturantes para as bibliotecas portuguesas – António Ribeiro dos Santos sabia a que se referia quando falava sobre bibliotecas. Alguns dos documentos mais importantes relativos a bibliotecas, neste final do século XVIII, têm a sua assinatura. Outros, e pensamos concretamente no Alvará de 1796, não a tendo é impossível imaginar que não tivessem sido concebidos por Ribeiro dos Santos (Ver 5.2).

A Biblioteca da Universidade de Coimbra deve-lhe a organização mas também a ambição. Embora o primeiro responsável pela Biblioteca de Coimbra tenha sido o Bacharel António de Sousa Azevedo, em 1743, é a clarividência de Ribeiro dos Santos sobre a função e responsabilidade da biblioteca que ficam expressas na **Minuta para o Regimento** (que abreviadamente passaremos a designar por **Minuta**) e não poderemos prosseguir sem considerar, pelo menos, algumas passagens mais significativas deste documento. No caso da Real Biblioteca, consideraremos os **Estatutos** mas também o **Resumo da Constituição** (...). Quanto ao **Alvará** de 1796, apesar de ter sido objecto de leitura crítica na Secção 5.2, voltaremos inevitavelmente a referir alguns excertos. Para além destes documentos, consideraremos ainda o **Relatório do Dr. António Ribeiro dos Santos sobre a Biblioteca da Real Mesa Censória** e como se trata de vários documentos indispensáveis para perceber as diferenças ou semelhanças entre as duas instituições, julgamos oportuno incluir agora uma análise comparativa fazendo recair a nossa atenção sobre a questão da organização das colecções. Tendo em conta a sua importância, e embora estejam transcritos parcial ou totalmente em bibliografia vária que citamos, vamos proceder à sua comparação pormenorizada, análise que não identificámos na vasta bibliografia consultada.

Para o conjunto das duas bibliotecas, a da Universidade de Coimbra e a Pública da Corte, e considerando que António Ribeiro dos Santos serviu ambas nos seus respectivos períodos de constituição, os documentos a analisar irão sendo introduzidos no respeito pela sua própria cronologia:

1. **Faz-se indispensável para a Biblioteca uma casa** (Julho de 1773);
2. **Sobre as bibliotecas em Portugal** (anterior a 1777);
3. **Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra** (depois de 1777)⁸⁹⁹;

⁸⁹⁹ *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra. Consulta ou Apontamentos para o Regimento da Livraria da Universidade Pelo D^{or} António Ribeiro dos Santos Bibliotecário dela.* In BNP COD 4676 (ARS 94). Ver Anexo 1 – Documentos reproduzidos, nº 28 – 28.1.

4. **Relatório do Dr. António Ribeiro dos Santos sobre a Biblioteca da Real Mesa Censória** (Janeiro de 1795)⁹⁰⁰;
5. **Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca** (entre Janeiro 1795 e final 1797);
6. **Alvará de Constituição da Real Biblioteca Pública da Corte** (Fevereiro de 1796)⁹⁰¹;
7. **Estatutos da Real Bibliotheca Publica de Lisboa** (Dezembro de 1797)⁹⁰²;
8. **Resumo da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa** (após Jan. 1802)⁹⁰³.

Estes oito documentos ocupam um lugar cimeiro na construção das bibliotecas portuguesas. De uma forma ou de outra, corporizam uma visão e estruturam as linhas mestras que estão na base das bibliotecas portuguesas. No nosso entender, constituem o *corpus* fundador das bibliotecas portuguesas, teorizam e fundamentam as suas práticas num prolongamento que vem até à actualidade. A sua reunião e avaliação em conjunto é que permite tirar essa conclusão e apreciar plenamente o seu significado. Apenas transcrevemos dois desses documentos que, por serem muito curtos, integram o corpo da dissertação.

Entre todos os documentos, apenas o ***Faz-se indispensável para a Biblioteca uma casa*** (Julho de 1773)⁹⁰⁴ é da responsabilidade de Cenáculo o qual, pese embora a sua importância neste contexto, foi objecto de leitura crítica na Secção 6.2.5 dedicada ao pensamento cenaculano sobre bibliotecas. Como o objectivo último é o de rever os marcos miliários que assinalam a génese das bibliotecas em direcção à modernidade, procuraremos destringir em cada documento os dados relativos à missão, às colecções, à provisão de livros e antiguidades e, se necessário, voltaremos a referir o documento de Cenáculo. Sem correr nenhum risco, podemos afirmar que estes documentos regulamentares (seis seguramente de Ribeiro dos Santos, um com elevada probabilidade de o ser e outro de Cenáculo) são peças-chave para o entendimento da génese das bibliotecas públicas em Portugal. Sempre com o objectivo de reunir documentos que nos elucidem sobre essa génese, e no mesmo período cronológico, aludiremos mais à frente nesta mesma secção a um documento não institucional de António

⁹⁰⁰ BNP Liv. 642, f. 2 – 8.

⁹⁰¹ Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 1.

⁹⁰² REAL BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE – *Estatutos da Real Bibliotheca Publica de Lisboa*. 22 Dezembro de 1797. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 4.

⁹⁰³ AHBN CR/01/Cx01/Doc. 06. Publicado por DIAS, Luís Fernando Carvalho – “O primeiro regulamento da Biblioteca Nacional”. 1981: 174-183. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 8 – 8.2.

⁹⁰⁴ Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 17 – 17.2.

Ribeiro dos Santos *Sobre as bibliotecas em Portugal* (anterior a 1777)⁹⁰⁵ por entendermos que o mesmo ajuda a aprofundar o nosso conhecimento sobre o seu pensamento em matéria de bibliotecas. E o mesmo se pode afirmar do esquisso *Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca*⁹⁰⁶ o qual, não podendo ser considerado verdadeiramente como um documento estruturante das bibliotecas portuguesas ao nível dos restantes, esclarece-nos um pouco mais sobre o pensamento de Ribeiro dos Santos sobre bibliotecas. Aos poucos aquilo que parecia ser completamente opaco vai-se clarificando e, nesse sentido, trata-se de mais uma achega importante. Estamos, pois, na presença de oito documentos fundamentais na construção de um *corpus* teórico e técnico para as bibliotecas portuguesas tornando indispensável uma leitura crítica de cada um deles.

A *Minuta* (ca. 1777) é o documento mais extenso, mais pormenorizado e mais substancial entre todos os referidos expressando sem peias a missão da Livraria da Universidade: “[...] para ser útil ao público, e facilitar [...] os progressos das Artes, e das Ciências, deve estar abundantemente provida de Livros [...] aberta e patente a todos [...]”. Os fins [“para ser útil ao público”], os meios [“deve estar abundantemente provida de Livros”], os destinatários [“aberta e patente a todos”], estão todos identificados. Esta determinação não se vislumbra nos *Estatutos da Universidade* (1772) já que neles é omissa qualquer menção à Livraria; dir-se-ia, pois, que pela sua abrangência, a *Minuta* teve por missão colmatar a falha dos *Estatutos*. Segue-se depois um longo articulado, largamente fundamentado em notas de conteúdo, e ao longo do qual ocupa parte importante a defesa de abundante provisão “dos livros capitais de todas as Artes, e Ciências” mas também de Antiguidades, sejam gabinetes para manuscritos ou para museu. A inclusão, defendida com alguma veemência, de um gabinete para colecções de “raridades” revela, no entanto, uma concepção erudita e museal com raízes no Renascimento o que se associa à ideia de biblioteca-museu a qual, em certa medida, contradiz o novo modelo que se pretende introduzir. A questão do pessoal, da sua formação e preparação adequadas e obrigações também são amplamente discriminadas. Outra parte significativa da *Minuta* tem a ver com a “arrumação metódica dos livros”. Muito embora o respectivo articulado tenha muito mais a ver com a arrumação física dos livros em armários e estantes e conseqüente numeração, segurança e acesso do que com a classificação

⁹⁰⁵ Em BNP COD 4708 (Obras ARS 126), [s.d.], f. 141-145v. O parágrafo inicial é do próprio Ribeiro dos Santos enquanto o restante texto é cópia. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 9 – 9.9.

⁹⁰⁶ AHBNP DGA/03/Cx03/Doc.66 reproduzido na íntegra e analisado mais adiante em **6.3.6**.

das obras, pelo menos terá havido uma tentativa já que as obras seguem uma arrumação temática. A introdução do termo “metódico” sugere alguma influência da sistematização da *Encyclopédie* mas reside aqui um grande paradoxo porque mesmo que a influência seja real, ficou-se pela formalidade não tendo passado a verdadeira mensagem da *Encyclopédie*. Imediatamente depois vem a menção à elaboração dos catálogos alfabéticos (por autores e títulos) e sistemáticos (ou temáticos) e como os catálogos devem remeter para as obras nas estantes. No conjunto, trata-se de indicações de carácter organizativo revelando grande e fundamentada preocupação com a organização da biblioteca mas que não trazem nada de novo, isto é, de dinâmico. Bem mais interessante é o cuidado posto no enriquecimento das colecções, o que é designado de “provimentos extraordinários de Livros, Mss, Medalhas e outras peças” a que atribui um desígnio “por que se possa conhecer o estado actual das Artes, e Ciências entre as Nações, e os vários Livros, e obras, que se vão compondo, e descobrindo nelas”. Este esclarecimento, sim, é bem um sinal do tempo novo e muito embora a questão das colecções apareça um pouco difusa fica, pelo menos, o apontamento de que Ribeiro dos Santos era sensível à produção literária e científica de outras paragens, mesmo fora do território nacional, tendo considerado indispensável que a Livraria da Universidade acompanhasse esses desenvolvimentos. O pendor administrativo presente na *Minuta* é considerável e ultrapassa em pormenor os aspectos científicos – que se prendem com o conteúdo e com a gestão dos saberes - mas estes estão presentes o que, relativamente aos *Estatutos da Universidade*, representa um passo em frente o que, quanto a nós, significa um avanço que importa registar. Num documento de carácter oficial, para uma instituição com a importância da Universidade de Coimbra que se reformulava em alternativa ao ensino da Companhia de Jesus que fora abolido por se considerar estático e fechado, qualquer sinal denotando preocupação com a melhoria da qualidade dos serviços a prestar só pode ser interpretado positivamente. Tratava-se de adequar as estruturas às expectativas criadas. A leitura da *Minuta* não coloca, de forma automática, a Livraria da Universidade num inquestionável patamar de modernidade; há uma ligação ao passado visível e muito forte, por exemplo, na insistência com a criação dos gabinetes de Antiguidades ou com a arrumação dos livros sem a apresentação de um esquema de classificação. No entanto, a preocupação bem vinculada pela aquisição de obras que permitam à Livraria manter um conteúdo actualizado, a par do que se vai publicando na Europa, munindo-a da infraestrutura intelectual fundamental à altura da reforma pedagógica e científica em curso, constitui um dado novo e isso deve ser

assinalado. Na secção **4.2.2**, ao referirmos a Livraria do Colégio do Espírito Santo (Évora), citámos a existência de um Regimento o qual dado tratar-se de documento do século XVI merece sempre uma atenção especial mas o facto é que, relativamente a este regimento da Livraria de Coimbra, é um documento muito incipiente e as suas recomendações em matéria de cuidados com os livros são muito básicas. É um regulamento destinado a estudantes e mestres da universidade, sem manifestar qualquer outra ambição. A **Minuta** representa, certamente, um considerável progresso e será muito interessante a procura de outros documentos deste âmbito que possam fechar este vazio informativo.

Se a **Minuta** é um documento notável, o **Relatório** (1795) não o é menos. São ambos da responsabilidade de Ribeiro dos Santos, ambos contêm elementos suficientes para serem considerados sustentáculos de um novo paradigma de biblioteca. Anteriormente elegemos o **Relatório** como uma peça documental significativa para compreender a continuidade entre a Biblioteca da Real Mesa Censória e a Real Biblioteca Pública, mas temos de voltar ao assunto para preenchermos o percurso profissional de Ribeiro dos Santos que medeia entre Coimbra (Livraria da Universidade) e Lisboa (Real Biblioteca Pública da Corte).

O **Relatório** é um documento elaborado por um profissional a quem foi encomendada uma tarefa de carácter técnico que se esforça por desempenhar ao mais alto nível. No **Relatório** deparamo-nos com uma apreciação sucinta, objectiva e prescritiva. Ribeiro dos Santos foi incumbido de uma tarefa urgente; não há, pois, como não a executar, preferencialmente bem e depressa (é incumbido a 3 de Janeiro e a 5 de Janeiro submete o **Relatório!**). Ao longo da história das bibliotecas portuguesas, naquilo em que ela está feita, é difícil encontrar um documento com esta carga de eficácia. O documento está subdividido em duas partes que se confrontam: o antes (aquilo que ele encontra, o *Estado da Biblioteca*) e o depois (o que ele ambiciona, as *Providências*). Começa por fazer uma avaliação de carácter geral sobre o número de volumes destacando os núcleos mais importantes quer em valor absoluto quer em valor relativo daquilo “que já é um grande fundo para servir ao estabelecimento da Real Biblioteca Pública”. Passa depois a ocupar-se em pormenor com a arrumação quando refere que “os livros que ocupam as estantes estão colocados não metodicamente segundo as diversas classes”. Interessante a observação ser feita na negativa “não metodicamente”, ou seja, há aqui uma abertura e valorização do que poderia ser uma arrumação metódica, a expressão utilizada não é casual, desprovida de intenção. Esta referência transmite uma grande carga porque está indiscutivelmente associada à ideia de

classificação. Preocupação que volta a manifestar quando, referindo-se à desarrumação, afirma “que os livros assim deslocados dispersos vagamente pelas casas, nem se possa fazer conceito exacto do provimento, e fundo que deles tem cada uma das Artes, e Ciências”. Não se trata, pois, de registar apenas que há muitos livros (porventura, raros) mas de manifestar preocupação sobre o interesse e utilidade dos que existem. Entenda-se interesse como um termo que abarca a preocupação com a actualidade mas também com a quantidade, preocupação moderna denotando o cuidado com multiplicidade editorial. Alude ao “péssimo tratamento” e também a “alguns [livros] de muita estimação, e valor necessitados de novas encadernações inteiramente sem capas nem guardas que os conservem” para logo referir a falta de um catálogo geral “nem se fez Inventário, ou assento formal dos livros que entraram na casa e de seus preços”. Sobre a constatação destes problemas, evolui então para as providências que é preciso tomar colocando à cabeça a inventariação dos livros para se saber o que há mas também para que “se possa fazer entrega legal da Livraria ao Bibliotecário”. Tratava-se, portanto, de uma questão técnica mas também patrimonial. Sugere, depois, que se arrumem e distribuam “os livros das estantes por sua devida classificação e ordem segundo a distribuição das Artes e das Ciências”. Finalmente, depois de dar algumas sugestões em matéria de pessoal, tece considerações sobre o provimento da Biblioteca chamando a atenção que ela “está ainda muito desprovida de livros raros e de códigos manuscritos de estimação que são os que formam a preciosidade das grandes Livrarias” ao que acrescenta a sua maior preocupação, inúmeras vezes manifestada durante o tempo em que foi Bibliotecário-Mor da RBPC, muito claramente expressa e sintetizada assim no conselho profissional: “será muito conveniente que se acuda a compra de algumas obras deste género que possam aparecer de venda visto serem muito raras, e fugitivas as ocasiões de as haver”. Esta preocupação com a existência de livros raros e manuscritos “que formam a preciosidade das grandes Livrarias” explica, seguramente, o interesse que Ribeiro dos Santos virá a manifestar com as doações dos Teatinos e de Cenáculo.

Pela leitura do **Relatório** percebe-se que o documento não se limita apenas a materializar o *missing link* entre a Biblioteca da Real Mesa Censória e a Real Biblioteca Pública da Corte. O **Relatório** não é um documento “passivo” no sentido que averbe mecanicamente uma dada situação. Pelo contrário, o **Relatório** possui a vitalidade de um documento doutrinário. O **Relatório** diagnostica, critica e propõe. É um documento pela positiva, construtivo. No **Relatório** ficam expressas preocupações e pensamento essenciais para a

construção que se avizinha da Real Biblioteca e é, nesse sentido, que o incorporamos e que o consideramos um dos oito documentos fundamentais para a história das bibliotecas portuguesas. Tal como a *Minuta*, é um documento muito rico, informativo e que deixa perceber como António Ribeiro dos Santos bem sabia o que era uma biblioteca, os requisitos a que deveria responder tendo sempre em atenção o público ao qual se destinava.

Na sequência cronológica que escolhemos para analisar estes oito documentos, caberia inserir aqui o documento *Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca*. No entanto, dadas as limitações deste documento em relação ao levantamento que temos estado a ensaiar, considerámos que a sua inclusão e análise faria mais sentido na secção 6.3.6. De facto, este documento preocupa-se com questões de arquitectura e ornamentação, deixando completamente de fora qualquer outro tipo de informação. À sua maneira, revela outra faceta de Ribeiro dos Santos que se adapta melhor na secção referida.

O *Alvará* (1796), ainda que não saibamos quem foi responsável pelo texto de lei, é um documento notável pelo conjunto de razões e objectivos nele expressos e pela clareza da missão que atribui à Real Biblioteca Pública da Corte. Analisámos pormenorizadamente o *Alvará* na Secção 5.2 mas aqui, em nome da lógica da exposição dos nossos argumentos, diremos apenas que nele nada consta sobre colecções ou classificação e que esta falha de carácter orgânico não é compensada por nenhum regulamento interno, o que é absolutamente extraordinário. Nem no início da Real Biblioteca nem nos tempos mais próximos porque os *Estatutos* (1797), surpreendentemente, não cumprem essa função.

Entre a *Minuta* e o *Alvará* decorreram quase vinte anos, pelo meio ficou o *Relatório* e, contudo, não se detecta nenhuma evolução. A *Minuta*, como o *Relatório*, são obra de alguém entendido em bibliotecas (no nosso entender, o próprio Ribeiro dos Santos) nos quais se definem os comos e porquês; o *Alvará*, para cuja redacção é altamente improvável que não se tivesse contado com o saber e experiência de Ribeiro dos Santos, ainda por cima quando se conhece a fraca prestação do Visconde de Vila Nova da Cerveira, então Marquês de Ponte de Lima, Secretário de Estado e Mordomo-Mor⁹⁰⁷, é um documento de carácter político no qual é irrelevante a falta da menção à classificação ou às colecções mas no qual, pelo contrário, se

⁹⁰⁷ D. Tomás Xavier Teles da Silva e Vasconcelos (1727-1800), 14º Visconde de Vila Nova da Cerveira (até 1788), mais tarde 1º Marquês de Ponte de Lima (1788), após a queda do Marquês de Pombal, é nomeado para a Secretaria dos Negócios do Reino com um perfil “*Erudito e estudioso, identificado com o ideal nobre das Luzes...mas demasiado fraco para a condução da política e sem aptidões de estadista*” In MOTA, Isabel Ferreira da – *D. Maria ...* 2009: 50. Aliás, à época, já havia sido registada a “*inabilidade política*” do Marquês de Ponte de Lima. In BOMBELLES, Marquis de – *Obra cit.*: 112.

acautela o papel decisório da coroa porque “é minha real vontade, que a referida Real Biblioteca Pública da Corte seja sempre considerada como imediatamente a mim sujeita [...]”. Convém, aliás, acrescentar que é nossa profunda convicção que a redacção do **Alvará** também deve ter contado com o saber e inspiração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho desde Janeiro de 1796 em funções governamentais aliás, como demonstraremos em 6.6, sempre tão pressuroso em desdobrar-se em tarefas e iniciativas a bem do “*Real Serviço*”.

De forma liminar, o texto do **Alvará** coloca a RBPC em lugar-chave, completamente dependente do poder régio fundindo, assim, de forma indestrinçável a realidade interna da biblioteca (os livros existentes ou a adquirir) com a sua faceta externa (a missão, o que lhe compete atingir). Ou seja, a Real Biblioteca Pública da Corte espelha uma ambição, é-lhe outorgada a responsabilidade de reflectir o desígnio colectivo. O **Alvará** ganha dupla importância: por um lado trata-se do documento fundacional de uma nova instituição e, por outro, esta instituição não é uma qualquer. Assistimos ao nascimento e coroação de uma instituição que corporiza a identidade colectiva e, por isso, o **Alvará** adquire um significado maior.

Os **Estatutos** (1797) da Real Biblioteca Pública de Lisboa [sic] subscritos pelo Bibliotecário-Maior e “*Com aprovação do Exmo. Inspector Geral*” (isto é, D. Tomás Xavier Teles da Silva e Vasconcelos, 1º Marquês de Ponte de Lima) é um documento no qual se estipulam os deveres e obrigações dos oficiais, incluindo os bibliotecários, e contínuos da RBPC na continuação do que fora decretado pelo **Alvará**, portanto, um documento de carácter claramente administrativo, sem nenhuma contribuição do ponto de vista teórico e técnico-organizativo da biblioteca, a partir do qual não se conseguem extrair achegas para compreender o pensamento de Ribeiro dos Santos em matéria de colecções. Infelizmente, os **Estatutos** esgotam-se em trivialidades de carácter administrativo, não contribuindo para afirmar a missão da Real Biblioteca.

O **Resumo** da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa (ca. 1802)⁹⁰⁸, a fazer fé no parágrafo dedicado às *Rendas da Biblioteca*, deverá ter sido preparado depois de Janeiro de

⁹⁰⁸ Este documento foi considerado como o primeiro regulamento da RBPC (Ver DIAS, Luís Fernando Carvalho – “O primeiro regulamento da Biblioteca Nacional”. 1981) mas, claramente, não pode ser entendido como tal. Também M. D. Domingos tinha chamado a atenção para esta incorrecção (Ver “A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795”. 1999: 149, nota 2). Por outro lado, em GARCIA, Madalena & MARTINS, Lúcia – *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (...)*. 1996, o documento é referido como tendo sido elaborado em, cito, “p. 1796”. Esta abreviatura, porém, não é considerada na norma portuguesa NP 3680/1989 – *Referências bibliográficas, abreviaturas* e ainda que o fosse, questionamos essa datação como o

1802, isto é, no consulado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Diz o texto: “Tem a Biblioteca a consignaçon anual de um conto e seis centos mil reis [...] o que lhe foi estabelecido pelo Decreto de 30 de Dezembro de 1801 participado à mesma Biblioteca por Aviso de 30 de Janeiro de 1802”. É um documento tardio (de 1802) que não tem nada a ver com o momento da projecção intelectual da Real Biblioteca e que para além da falta de interesse genuíno não acrescenta nada de novo para o conhecimento da génese da Real Biblioteca nem do pensamento de António Ribeiro dos Santos. É um documento feito à pressa, sem merecer a atenção devida e sem o qual a história da Real Biblioteca pouco ou nada se alteraria. Tratando-se do mesmo autor, é legítimo perguntar então, que aconteceu aos cuidados e rigor expressos na *Minuta*? É verdade que todo o trabalho se baseava no texto do *Alvará* o qual talvez tenha sido considerado como configurando o enquadramento necessário e suficiente, mas esta hipotética justificação não apaga o desencanto sentido com a pobreza do *Resumo* uma vez que é da Real Biblioteca que estamos a falar. Entrando no documento, depois de onze artigos sobre o provimento de pessoal e a estipulação de ordenados, finalmente, o coração da biblioteca: “A biblioteca contem onze salas de livros impressos que estão classificados por esta ordem” ao que se segue uma enumeração exaustiva das diferentes salas correspondendo, então, a uma divisão mais aprofundada dos saberes. A relação entre a arrumação dos livros e os catálogos ocupa apenas um parágrafo assim como a descrição da origem dos fundos fica completa em dois parágrafos (voltaremos a referir este documento mais adiante quando abordarmos a doação dos Teatinos em 6.3.5). O *Resumo* retoma, depois, as questões de carácter administrativo como são as que referem a descrição da receita, análise das despesas ou horários, entre outras. Ribeiro dos Santos era capaz de bem melhor e bastará lembrar o *Relatório de 5 de Janeiro de 1795* sobre o estado da biblioteca da Real Mesa Censória para se compreender a dimensão do nosso desapontamento. Claramente, este *Resumo* é um documento de trabalho preparado para prestar contas à tutela: quando foi criada a RBPC, quem trabalha lá, as responsabilidades atribuídas, que género de livros tem e como se arrumam, quais as despesas, qual a receita. Ironicamente, a inserção deste documento no

texto nos autoriza. Também o título factício atribuído de “*Primeiro Regulamento*” é inapropriado porque o texto, independentemente da data, não configura nenhum regulamento e estas duas inexactidões confundem a análise histórica. O documento é tardio relativamente à criação da Real Biblioteca Pública da Corte e, em rigor, não estipula nada, apenas se limita a reunir informação para prestar contas à tutela. Deve ter constituído um relatório para o Inspector-Geral, D. Rodrigo de Sousa Coutinho que iniciara funções em Novembro de 1801 e sobre cuja superintendência muito interventiva existem imensos testemunhos que analisaremos na Secção 6.4.

tempo próprio contribui mais para revelar a personalidade de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, à época Inspector Geral da Real Biblioteca – exigente, preciso, minucioso – do que ajuda a compreender a génese da RBPC. Na realidade, no esforço para entender a missão da RBPC este documento, cujo título factício foi atribuído pela historiografia contemporânea, subverte a lógica da investigação.

No quadro que segue, reunimos de forma esquemática as contribuições e/ou características mais significativas de cada um dos documentos escrutinados que consideramos essenciais para compreender o desenvolvimento da cena biblioteconómica portuguesa.

Trata-se de um quadro despretensioso no qual tentámos arrumar, por ordem cronológica, os documentos relativos aos primeiros anos quer da Livraria da Universidade de Coimbra quer da Real Biblioteca Pública da Corte e, enquanto para a Livraria, a **Minuta** é o documento de citação obrigatória porque é único e contém a informação necessária e suficiente tanto para conhecermos a instituição como o seu proeminente bibliotecário, no caso da RBPC, apesar da existência de vários documentos, para além do **Alvará**, todos estão muito aquém do que seria expectável. De modo inesperado, para perceber a missão da RBPC torna-se indispensável consultar os documentos anteriores à sua criação os quais constituem o que de mais parecido temos com declarações programáticas. Referimo-nos ao **Relatório** mas também ao documento de Cenáculo **Faz-se indispensável...** Sobre a centralidade e peso decisório do **Alvará** temos alguma correspondência de Ribeiro dos Santos que revela bem o respeito em que era tido o documento régio. São cartas de carácter administrativo dirigidas ao Inspector-Geral, seja ele D. Rodrigo de Sousa Coutinho ou o Conde de Vila Verde sucessor daquele e nomeado Inspector da Real Biblioteca em 24 Julho de 1804, e nas quais o Bibliotecário-Mor assumindo as suas responsabilidades, espaldado porventura nos créditos que um bom trabalho reconhecido como tal lhe trariam, invoca os poderes outorgados pelo **Alvará** para nomear funcionários ou para gastar verbas na aquisição de obras.

Aspectos Documentos	Autor	Coimbra ou Lisboa	Missão	Coleções	Provisão de livros	Gabinete de Antiguidades
Faz-se indispensável 1773	Cenáculo	Real Mesa Censória Lisboa	Clara	Não especifica	Preocupação clara	Explícita
Minuta ca. 1777	Ribeiro dos Santos	Livraria Coimbra	Bem definida	Sem esquema de classificação	Preocupação clara	Explícita
Sobre as bibliotecas em Portugal ca. 1777?	Ribeiro dos Santos	Livraria Coimbra	Bem definida	Omissa	Alusão explícita	Omissa
Relatório 1795	Ribeiro dos Santos	Real Mesa Censória Lisboa	Omissa	Referência indirecta	Alusão explícita	Omissa
Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca 1795-1796 ?	Ribeiro dos Santos	Biblioteca Lisboa	Omissa	Omissa	Muito vagamente	Omissa
Alvará Real B. Pública da Corte 1796	Ribeiro dos Santos e Sousa Coutinho ?	Biblioteca Lisboa	Bem definida	Não há referências “técnicas”	Valorização clara	Omissa
Estatutos 1797	Ribeiro dos Santos	Biblioteca Lisboa	Omissa	Não especifica	Alude às salas não especifica a questão da provisão	Omissa
Resumo ca 1802	Ribeiro dos Santos	Biblioteca Lisboa	Não especifica	Refere relação directa entre arrumação e classificação	Não há alusão	Refere a existência sem apreciação

§ 6.3.3 - Documentos estruturantes para as bibliotecas portuguesas

Para além destes documentos, todos com força regulamentar, podemos ainda escrutinar melhor o pensamento de Ribeiro dos Santos em matéria de bibliotecas recorrendo a documentos pessoais. Julgamos importante considerar aqui uma minuta de António Ribeiro dos Santos intitulada ***Sobre as bibliotecas em Portugal***. Simulando tratar-se de uma carta dirigida a um amigo não identificado, subterfúgio muito frequente em Ribeiro dos Santos, é escrita a propósito da abertura da Biblioteca da Universidade de Coimbra, o que nos leva a arriscar datá-la dos finais da década de 70. Todo o documento constitui um manifesto sobre a missão e utilidade das bibliotecas, uma declaração de princípios baseada numa convicção

absoluta sobre os benefícios da existência de bibliotecas. Sobre a Biblioteca da Universidade, à laia de apresentação, afirma não saber se conseguirá servi-la bem mas “ela ao público servirá de muito”. E porquê? Porque, esclarece “nas bibliotecas públicas se devem reunir os frutos do entendimento dos sábios para que deles se aproveitem os estudiosos para seu bem, e da Nação”. Para António Ribeiro dos Santos, a expressão “biblioteca pública” corresponde exactamente à ideia que transporta, destina-se aos “estudiosos para seu bem, e da Nação”. O valor e significado são de tal alcance que António Ribeiro dos Santos não hesita em explicitar:

“As bibliotecas em um país são como erários da República Literária, os tesouros em que se guardam as riquezas de espírito, e os maiores subsídios que podem ter as Artes e as Ciências para sua conservação e aumento. Os estudiosos que não podem ter em seus particulares gabinetes estes numerosos, e abundantíssimos socorros, cuja aquisição seria obra de muitos anos de muita escolha, e de excessivo trabalho e dispêndio aqui acham todo o cabedal de erudição com que se podem enriquecer [...]”.

Para a situação portuguesa esta declaração de princípios sobre as vantagens e a necessidade de bibliotecas públicas é, certamente, muito prematura e como tal merece ser destacada. Não conhecemos outra declaração de teor idêntico anterior a esta. Demonstra compreender e avalia a necessidade de dispor de bibliotecas hoje mas também comenta o efeito multiplicador para o futuro. E continua:

“Só a perspectiva destes edifícios da Sabedoria, só a vista de tão numerosos livros que como outras tantas estátuas respeitáveis estão fazendo preciosa a humanidade a memória dos sábios que os compuseram, pode por isso só excitar nos homens uma viva emulação e um desejo ardentíssimo de seguir os seus exemplos, de continuar os seus trabalhos, e de escrever obras que merecem a estimação da posteridade, hajam de ter um dia igual assento entre as de tantos varões sábios”.

Prossegue depois comentando a situação das bibliotecas quer em França quer em Inglaterra, comparando-as e valorizando a situação da França. Aborda finalmente, e num tom muito crítico, a situação das bibliotecas em Portugal onde

“[...] a negligência e falta de liberalidade, porém a malícia, a ignorância e a superstição conspiraram positivamente contra todas as bibliotecas que os nossos maiores haviam principiado a estabelecer no Século xv até chegarem a ponto de ser desmanteladas e devastadas”.

Sabia bem do que falava e conhecia muito bem o vazio que urgia colmatar. Sem hesitação aponta o dedo às causas e lamenta o desastre sem precedentes provocado:

“Não nos propomos referir aqui todas as causas do atrasamento e destroço das bibliotecas em Portugal bastará apontar algumas. Foi uma delas o Índex Romano Expurgatório e os particulares Índices que se publicaram nestes Reinos os quais sequestraram das Livrarias de Portugal tantos livros úteis e os desfalcaram de muitas obras respeitáveis fechando todas as portas para que não entrassem já mais em o nosso país nem as mesmas que se tinham desterrado com tanto prejuízo da Nação nem outras semelhantes que foram saindo em diversas províncias da Europa: atrocidade façanhosa que fundiu inteiramente todas as bibliotecas de Portugal e que não tem semelhante na História [...]”.

Da generalidade, passa depois ao caso concreto das letras portuguesas e do seu abandono:

“Outra causa foi a ignorância que houve em tempos passados da História e crítica bibliográfica ignorava-se profundamente quais eram os mais insignes escritores em cada Arte, e em cada Ciência que tinham produzido os países estrangeiros e até quais eram os que entre nós mesmos tinham escrito com maior merecimento e desta ignorância nasceu verem-se assim as livrarias de Portugal não só destituídas de muitos e mui excelentes livros dos estranhos mas até desprovidos das obras dos nossos mais ilustres escritores [...] que tinham feito e fazem ainda hoje toda a gloria da Nação”.

Esta afirmação assume-se como uma ideia central em Ribeiro dos Santos; os seus códices abundam em apontamentos sobre os escritores portugueses e sobre a necessidade de preservar e dar a conhecer a sua obra tarefa que, neste texto, fica bem claro é responsabilidade das bibliotecas. António Ribeiro dos Santos preocupa-se em valorizar os escritores portugueses, e contristado, refere o que tem acontecido com os estrangeiros:

“[...] introduzindo-se em seu lugar muitos livros ou medíocres ou péssimos, e que só se deviam conhecer para se depurarem como foram tantas histórias romanescas, tantas poesias miseráveis, tantas filosofias árábico peripatéticas tantas teologias áridas e pueris, tantos rábulas ineptos e insofríveis, tantas obras ou sediciosas ou fanáticas ou fomentadoras de estragado gosto”.

Conclui com mais uma observação pouco abonatória sobre a verdadeira situação das bibliotecas entre as quais destaca a Biblioteca da Universidade, comentário que reflecte, outra vez, a sua ideia sobre os verdadeiros fins das bibliotecas:

“Outra causa foi a avareza dos que possuíam algumas bibliotecas de estimação que só se serviam delas como ornamento de seus gabinetes e não como tesouro que devia enriquecê-los e enriquecer aos outros. Algumas houve que devendo ser publicadas se conservaram fechadas a toda a comunicação dos curiosos sendo uma delas a da universidade de Coimbra que esteve sempre vedado a todos”⁹⁰⁹.

Um estado de coisas que, obviamente, se propõe mudar.

Este documento, que julgamos estar a ser destacado pela primeira vez, constitui um marco: é importante em si mesmo porque nos elucida sobre o pensamento de António Ribeiro dos Santos em matéria de bibliotecas (missão, âmbito, provisão) mas, considerando a muito provável datação, esclarece-nos sobre o ambiente que então se vivia e deixa perceber que as preocupações com a existência de outro modelo de biblioteca (a pública) estavam mais disseminadas do que se poderia pensar. Sabemos que em 1773 Cenáculo prepara um documento importante – *Faz-se indispensável* ... – tendo a Real Mesa Censória como suporte e

⁹⁰⁹ Utilizámos este extracto anteriormente (*supra* 4.2).

agora começamos a perceber como essa iniciativa estava em boa companhia. As ideias sobre um novo paradigma fluíam, o momento para eclodir não podia tardar.

Para além da experiência organizativa de António Ribeiro dos Santos, não se podem descartar todas as suas medidas em matéria de selecção de títulos a adquirir, organização temática que se prende naturalmente com o esquema de classificação, intervenção de carácter administrativo (envolvendo a organização do pessoal, a definição de salários e de horários), projecção de um edifício, desenho das salas, estantes, e outras questões práticas. No conjunto, o dia-a-dia da vida de uma biblioteca. O *Rol das Despesas que por Ordem do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor Marquês Mordomo Mor se tem feito nas obras das quatro primeiras salas da Real Biblioteca da Corte, a saber nas duas das Ciências Naturais, e das Artes, na da História, e na das Humanidades, e Belas Artes até ao dia 28 de Fevereiro deste presente ano*⁹¹⁰ deixa bem claro como Ribeiro dos Santos intervinha e dirigia pessoalmente a Real Biblioteca. Trata-se de uma longa lista (entre borrões e cópias com anotações dele próprio e assinados por ele) em que se indicam as despesas com as obras de carpintaria (arranjos de estantes e armários – os chamados “trastes” - que devem ter sido recuperados da Mesa Censória), compra e colocação de ferragens, de arame (rede nos armários para proteger do roubo), pintura das salas, o arranjo do relógio da Casa, lavagem de toalhas, vassouras, o varrer do chão, canivetes, penas, tinta, papel, encadernação de livros mas também água de beber e canadas de azeite para a Guarda Militar (para as candeias e lamparinas), pagamento de transporte de livros quer do Convento da Divina Providência como de Beja (donde vieram 11 caixões de livros em Dezembro de 1796), ou livros apreendidos por contrabando (em Outubro de 1795) e que estavam na Alfândega, ou por condução de panos e cadeiras da Real Mesa. As listas sucedem-se, as rubricas repetem-se e, numa das listas, Ribeiro dos Santos anota e assina “Já paguei este rol que me fica devendo o Real Erário”.

Tanto nos códices como nos seus manuscritos, hoje no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, encontramos documentação que nos permite com maior rigor compreender a figura e o trabalho do Bibliotecário-Mor. Trate-se de documentos sobre a projecção de um edifício

⁹¹⁰ Este documento encontra-se em AHBN DGA/03/Cx04/Doc. 01. Atribuímos-lhe a data de 1796 apesar de, a meio de uma das listas, referir o transporte dos livros de Cenáculo como tendo tido lugar em Dezembro de 1796. Este transporte pode ter sido adicionado mais tarde. Julgamos que a interpretação do conjunto da informação prestada não deixa dúvidas que toda a despesa referida se relaciona com o aprontar das instalações para receber a biblioteca da Real Mesa Censória.

para albergar a Real Biblioteca⁹¹¹; sobre a distribuição dos livros e manuscritos pelas salas; ou a preocupação com a encomenda de estantes, a segurança das colecções⁹¹² ou a preparação geral da Real Biblioteca, como expusemos no parágrafo anterior. Infatigável, um vocábulo a resumir a prodigiosa actividade.

De novo, e sem beliscar todo o mérito que é mercê atribuir a Cenáculo, António Ribeiro dos Santos ganha um lugar definitivo na história da construção da Real Biblioteca Pública da Corte pela contribuição dada para a organização da casa sobretudo das colecções mas também administrativa. As bibliotecas são organizações complexas e tem sido completamente injusto o esquecimento a que se tem votado o papel e intervenção do Doutor António Ribeiro dos Santos. Organiza e deixa organizado revelando uma preocupação com o futuro da instituição a todos os títulos notável e os códices são disso testemunho (*Ver 6.3.6*). Para se ficar com uma ideia sobre a organização bibliográfica realizada, adianta Inocêncio da Silva que “Este estabelecimento [a Biblioteca Nacional] lhe deve não só a sua organização primitiva, e o sistema de classificação, que é ainda seguido, apesar da diversidade de denominações aparentes e de supostas alterações na nomenclatura [...]”⁹¹³, observação que continua válida volvidos mais de cento e cinquenta anos sobre a publicação do *Dicionário Bibliográfico*. Aliás, todo o trabalho de organização sobressai quando abordámos a doação de Cenáculo em **6.2.6** tendo, então sido possível avaliar bem a exigência das funções que lhe competiam as quais correspondiam a um leque muito variado desde aquelas com carácter mais administrativo e logístico, passando pela integração de colecções e respectiva classificação até à apreciação exigente e erudita das obras que, a intervalos regulares, chegavam de Beja.

Não mencionámos o trabalho propriamente dito de autor, quer enquanto filósofo, literato e linguista ou ainda jurista e historiador, mas a extensão da obra que deixou só comprova a grande capacidade de António Ribeiro dos Santos colocando-o, sem favor, no mesmo patamar onde Cenáculo se encontra pela sua erudição. Entre o pico de actividade de um e de outro decorrem várias décadas, mas as duas figuras contribuem de forma decisiva para a afirmação da Real Biblioteca e as evidentes diferenças são apenas reflexo da mudança dos tempos. As propostas de Cenáculo, certamente, são inspiradoras, mas sem o trabalho

⁹¹¹ AHBNP DGA/03/Cx03/Doc.66 reproduzido na íntegra e analisado mais adiante em **6.3.6** com o texto de Cenáculo *Faz-se indispensável...* cuja discussão fizémos em **6.2.5**.

⁹¹² AHBN DGA/03/Cx03/Doc. 53 (Jan. 1806) e 54 (Fev. 1806). *Ver Anexo 1 – Documentos reproduzidos*, nº 19 – 19.2.

⁹¹³ SILVA, Inocêncio da – *Obra cit.*, vol. 1: 249.

sistemático e perseverante de Ribeiro dos Santos, a Real Biblioteca Pública da Corte não teria alcançado a projecção conseguida. Ao referirmos estas duas figuras, não esgotámos o percurso. Da teoria à prática, há espaço para um terceiro intérprete, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cuja responsabilidade explanaremos em 6.4.

6.3.4 – Um bibliotecário entre intelectuais – Uma obra que refere amiúde António Ribeiro dos Santos é a dirigida por Pedro Calafate, mas no âmbito de um debate mais vasto sobre as Luzes envolvendo a intelectualidade portuguesa desde os anos 30 de Setecentos, quando emerge a figura do Padre Teatino Rafael Bluteau (1638-1734), com o *Vocabulário Português e Latino* (1712-1728) preparado de acordo com o rigor e verdade que eram apanágio da Academia Real da História, apesar dos primeiros sinais de decadência que a instituição então revelava⁹¹⁴. O rigor e busca da exactidão por parte de Bluteau são matéria do estudo muito recente de João Paulo Silvestre⁹¹⁵, preocupação que levou Bluteau a anotar palavras do quotidiano, usadas fosse pelos anónimos fosse pelas elites. Como observa Silvestre, aproveitou

“[...] a confluência de culturas e de actividades profissionais numa capital cosmopolita; registou ainda os ecos de horizontes distantes e exóticos, com inevitáveis preconceitos culturais, mas também com exaltação pelo progresso do conhecimento e pela notícia dos novos mundos”⁹¹⁶.

O *Vocabulário* evidencia grande preocupação com a sistematização o que, em si mesmo, reflecte uma atitude característica das Luzes e, por esse motivo, achamos oportuno mencionar aqui o *Vocabulário*. A partir da fundação da Academia Real da História (1720), durante todo o reinado de D. João V (1707-1750) assistimos a grande interesse por diversos ramos do saber provocando um efeito multiplicador que irá dando frutos mesmo quando parece ter-se instalado uma contra-corrente com a “Viradeira” (D. Maria I, 1777-1816). Não poderá este trabalho prosseguir sem que se clarifique minimamente a problemática associada à “Viradeira”. Como bem equacionou a situação Zília Osório de Castro⁹¹⁷, o conflito político latente durante o reinado de D. Maria I é apenas o reflexo duma luta em torno do conceito de

⁹¹⁴ MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História ...* 2003: 113-121.

⁹¹⁵ SILVESTRE, João Paulo – *A língua iluminada*. 2013.

⁹¹⁶ Idem, *ibidem*: 7.

⁹¹⁷ CASTRO, Zília Osório de – “Poder régio e os direitos da sociedade ...”. 1992: 11-22.

soberania e do Estado entre os governantes ou titulares do poder e os governados ou sujeitos a esse poder. Qual a origem desse poder soberano e as razões do seu exercício desencadeiam um fluxo e refluxo nas posições políticas que no reinado de D. Maria I estão particularmente exacerbadas depois do período pombalino. “Situado [o reinado de D. Maria] entre o reformismo pombalino e os primórdios da monarquia constitucional, apresenta-se como contraponto entre a máxima e a mínima expressão do poder régio e do poder da comunidade de todo o pensamento político português”⁹¹⁸. São vários os exemplos de personalidades citadas por Zília Osório de Castro as quais, tendo sido fiéis colaboradores de Pombal e não tendo sido abruptamente afastadas quando D. Maria ascende ao poder, contribuem para esbater o impacto negativo que a designação de “Viradeira” inevitavelmente acarreta. Deveria, contudo, ter-se bem presente os numerosos diplomas legislativos promulgados durante o reinado de D. Maria que visam anular ou modificar diplomas pombalinos, e cuja consulta por junto na compilação *Colecção de leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado del Rei D. José...1750-1807*⁹¹⁹ obriga a reflectir sobre a pressão tremenda existente para apagar qualquer vestígio da governação pombalina. Mas se isto é verdadeiro, não deixa de ser menos evidente o facto de grandes instituições nacionais terem visto a sua concretização durante o reinado de D. Maria, e basta referir a Academia Real das Ciências ou a Real Biblioteca Pública da Corte⁹²⁰. Estes exemplos, cimeiros afinal, só reforçam a interpretação de Castro sobre o equilíbrio que se estabeleceu o que

“[...] permite detectar a linha, por vezes, difusa e confusa, que separa os percursos da tradição e da inovação, da revolução e da reforma. E, em última instância, coloca a questão do lugar ocupado pelo tradicionalismo no evoluir do processo histórico conducente à ruptura revolucionária e às soluções subsequentes”⁹²¹.

Daí que a expressão “absolutismo de compromisso” ser tão afortunada ao exprimir a simbiose entre o código absolutista (por exemplo, manifesto na simbologia do levantamento da Rainha) e uma abertura para outras soluções menos coercivas. Os princípios políticos defendidos por Ribeiro dos Santos, e substancialmente explicitados por Castro, configuram

⁹¹⁸ Idem, *ibidem*: 11.

⁹¹⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Colecção de leis, decretos e alvarás ... 1797-1808*.

⁹²⁰ MOTA, Isabel Ferreira da – *Obra cit.*: 41.

⁹²¹ CASTRO, Zília Osório de – *Obra cit.*

este “absolutismo de compromisso” o qual terá também um defensor em D. Rodrigo de Sousa Coutinho⁹²². A sinergia entre Ribeiro dos Santos e Sousa Coutinho que identificámos, e a que voltaremos mais adiante em **6.4.4**, não seria pois casual; era bem mais profunda e, eventualmente, encontra nesta comunhão política o seu fundamento.

No trabalho conjunto dirigido por Calafate sobre as Luzes que várias vezes citamos, as menções a Ribeiro dos Santos colocam-no sempre na companhia e no patamar de outros pensadores portugueses como Martinho Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), Teodoro de Almeida (1722-1804), Luís António Verney (1713-1792), Manuel do Cenáculo (1724-1814), António Pereira de Figueiredo (1725-1797), José de Seabra da Silva (1732-1813). Ou seja, não seriam precisas as responsabilidades que assumiu à frente da RBPC para chamar Ribeiro dos Santos ao palco da fama. Não foi por ter sido o primeiro Bibliotecário-Mor que ganhou notoriedade donde, então, se poderá afirmar, ironizando, grande sorte a da Real Biblioteca! A Real Biblioteca não constituiu para António Ribeiro dos Santos um trampolim. Este conjunto de personalidades estavam todas preocupadas com questões que se prendem com a filosofia, a teologia, a doutrina e o papel da Igreja, com a cultura em geral, com a história, com o tipo de ensino, com a influência de pensadores franceses ou ingleses, posicionando, através dos seus escritos e interpretações, o pensamento português em relação às correntes europeias, contribuindo de forma concreta para a instalação da modernidade. Como sintetiza Calafate⁹²³:

“[...] sempre enquadrado pelo ideal reformador e pelo pedagogismo vigente, o âmbito de reflexão disciplinar dos nossos teóricos das Luzes desenvolveu-se em todos os domínios do saber: desde a recuperação do ideal humanista, ligado ao ensino das línguas antigas (latim, grego e hebraico) e da retórica, à filosofia natural, consagrada nos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) [...] sem esquecer a consistente reflexão que entre nós se desenvolveu em torno da reorganização económica da sociedade portuguesa”⁹²⁴.

⁹²² SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da – *Ideário político de uma elite de estado....* 2002.

⁹²³ CALAFATE, Pedro – *Obra cit.*: 14.

⁹²⁴ Uma vez que os *Estatutos da Universidade* são preparados na sequência do levantamento sobre o estado do ensino na Universidade, materializado no *Compêndio Histórico*, seria expectável que dedicassem algum espaço à Livraria da Universidade até porque outros equipamentos científicos são referidos longamente como o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico, o Gabinete de Física Experimental ou o Laboratório Químico in *Estatutos da Universidade*, Liv. III, Part. III, Tít. VI, Cap. I-IV. Contudo, em todo o texto dos *Estatutos* há apenas uma ou duas referências a livros e ao seu potencial. Na parte sobre o Curso Teológico, por exemplo, faz-se a seguinte afirmação: “A notícia dos livros constitui um objecto da última importância [...]”

No esforço de não introduzir nem mais “ruído” nem maior dispersão na investigação em curso, optámos por nos circunscrever àquelas figuras que acreditamos serem centrais na “galáxia virtual” como a visualizamos, apesar de nos obrigarmos a registar que o extracto acabado de utilizar dá plena cobertura à intervenção de Cenáculo (no tocante à reforma do ensino) e, mais tarde, à de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (no relativo à reorganização económica de Portugal). Paradoxalmente nesse contexto de “ideal reformador”, a questão das bibliotecas não é aflorada. Talvez não tivesse de o ser, embora fiquemos com a impressão de que outra linha de análise se justificava para averiguar uma provável relação directa entre as opções filosóficas e políticas assumidas pelos pensadores e a sua própria prática profissional. Ainda que de uma forma muito fugaz, pareceu-nos possível detectar um afloramento sobre a questão da identidade a qual é para nós central para compreender o aparecimento da Real Biblioteca, mas voltaremos a essa questão mais adiante nesta secção. Na obra de Calafate não tem lugar a abordagem daquela possível relação nem é esse o cerne desta investigação, mas um dia essa preocupação passará para a linha da frente, disso não duvidamos. Cremos ser importante admitir uma forte probabilidade na existência de uma relação directa entre as doutrinas que esses intelectuais abraçavam e a sua prática profissional, incluindo a função de bibliotecário, mas a nossa contribuição irá exclusivamente no sentido de valorizar as respectivas intervenções no campo das bibliotecas sem perder a noção duma hierarquia geral de valores. Contudo, se conseguirmos estabelecer a importância da intervenção de cada um dos intérpretes que elegemos (para além de Ribeiro dos Santos e Cenáculo, também Sousa Coutinho), estamos persuadidos de que contribuiremos com mais alguns dados para o conhecimento do período das Luzes em Portugal.

No caso concreto de Ribeiro dos Santos, a extensão da sua produção intelectual durante o período em que ocupou o lugar de Bibliotecário-mor entre 1795 e 1816 vai muito

porque eles são os tesouros em que se acham depositados, e se conservam os factos, e sucessos [...] e sem eles não só se não pode conhecer e aproveitar este precioso depósito [...]” In *Estatutos da Universidade*, Título III, Cap. I, § 11. Mais adiante, na parte ainda dedicada ao ensino da Teologia, refere-se a Livraria o que é caso único. É dito: *“E para que o sobredito Director possa facilmente adquirir estes conhecimentos, terá cuidado o Reitor de lhe fornecer os meios necessários aprontando-lhe as Actas, Memórias, Jornais, Diários, Efemérides, Gazetas Literárias e outros semelhantes escritos periódicos que todos deverá mandar vir anualmente para a Livraria da Universidade”* In *Estatutos da Universidade*, Título VI, Cap. II, § 12. Uma outra referência a livros é sobre a sua aquisição no estrangeiro: *“[...] Mandará vir os ditos livros dos países em que tiverem sido estampados, comunicá-los-á aos Professores e Doutores [...] para que procurem possuí-los e utilizarem-se deles [...]”* In *Estatutos da Universidade*, Liv. II, Tít. XIV, Cap. I, § 7. Tratam-se de referências, todas elas, demasiado vagas sobre a necessidade e operacionalidade que se esperaria ver consagradas à Livraria da Universidade.

para além do que seria expectável esperar de um bibliotecário, comprovando que António Ribeiro dos Santos não era um qualquer bibliotecário.

A extensão, a variedade, a minúcia e profundidade da obra escrita, testemunhada nos códices e manuscritos mas também na obra impressa pela Academia Real das Ciências, deixam-nos perplexos mas não conseguimos distinguir se esta perplexidade é consequência de um preconceito nosso (neste caso, estaríamos inconscientemente a admitir a improbabilidade de um bibliotecário assinar uma tal produção teórica...) ou se, pelo contrário, Ribeiro dos Santos nunca terá perdido a noção da magnitude da tarefa que aceitara e, portanto, seria o primeiro a reconhecer uma íntima conexão entre esta e a sua produção teórica de carácter filosófico, político, literário, linguístico, histórico – imbuída dos princípios das Luzes e representando uma mudança relativamente ao passado –, exprimindo-a e materializando-a, então, de forma exemplar. Não encontramos na bibliografia sobre Ribeiro dos Santos nenhuma evidência que apontasse para esta possível relação entre os dois níveis de actuação e no presente trabalho também não nos dedicaremos a aprofundar essa questão; restringir-nos-emos a dissecar a própria percepção e actuação de Ribeiro dos Santos como Bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública da Corte.

Incluiremos mais adiante uma enumeração e descrição crítica dos seus cento e cinquenta códices (*Ver 6.3.6*) dedicando particular atenção àqueles que revelam as suas preocupações com a Real Biblioteca e a partir dos quais se pode coligir informação sobre o seu projecto para a Real Biblioteca não esquecendo os manuscritos, em especial a epistolografia entre Ribeiro dos Santos e Cenáculo.

6.3.5 – Doações e primeiros núcleos da Real Biblioteca – Fosse por encontros ou desencontros sucessivos, as preocupações filosóficas, doutrinárias de Ribeiro dos Santos não lhe eram exclusivas. O texto comparado de Calafate desfaz qualquer ilusão; entre as *nuances* e as afiliações diversas registam-se momentos de sintonia mas também de desacordo numa manifestação clara do tempo. A convicção sobre a inevitabilidade de um futuro diferente era denominador comum a muitas personalidades, algumas das quais mencionámos parágrafos atrás, mas ao debate chegava-se por atalhos diversos. Sobre o estudo de Calafate, e empenhados como estamos na compreensão da génese das bibliotecas portuguesas, atrevemo-nos a adiantar um pouco mais, ou seja, parece-nos que a ausência de um pensamento estruturado sobre bibliotecas entre os eruditos de então, ou mesmo qualquer

manifestação de interesse sobre bibliotecas por mais modesto que pudesse ser, poderia ter constituído um bom motivo para debate, logo, para clarificação de ideias numa época charneira como foi a das Luzes. Pelo contrário, o que aqueles intelectuais partilham silenciosamente, por omissão, é a falta de estruturas e a ausência da necessidade do debate. Não dispõem da estrutura (na circunstância, de uma grande biblioteca) mas não parecem discutir o assunto. A partir deste silêncio, não será excessivo deduzir que a ausência de uma grande biblioteca não constava da sua lista de prioridades⁹²⁵. Naquele vasto núcleo de intelectuais, identificamos com dificuldade nomes aos quais possamos associar uma preocupação genuína com as bibliotecas. Referimo-nos obviamente aos aspectos ligados à organização, desenvolvimento de bibliotecas enquanto instituições de impacto nacional potencialmente geradoras de conhecimento e não ao gosto de cada um por livros. Exceptuam-se precisamente as figuras que elegemos como intérpretes principais: Frei Manuel do Cenáculo (cuja relação com as bibliotecas aprofundámos na Secção 6.2), Doutor António Ribeiro dos Santos e D. Rodrigo de Sousa Coutinho apesar do seu tempo de intervenção ser ligeiramente posterior, já no raiar do século XIX (na Secção 6.4 desenvolvemos toda a sua intervenção em relação à RBPC). O amor pelos livros e pela leitura pode ser eventualmente tomado como revelador de interesse e preocupação pelas bibliotecas, mas os dois universos não se confundem nem se cruzam obrigatoriamente, para além de ser necessário sublinhar que o próprio género de biblioteca, conforme o âmbito e alcance, pode denunciar ter adoptado determinados procedimentos os quais, em si mesmo, já revelam modernidade, ou não.

Para clarificar a tese que defendemos, é oportuno introduzir aqui a nossa concepção de biblioteca, valorizando-a como equipamento científico, concepção umbilicalmente ligada à ideia de colecção. A existência de uma colecção distingue uma biblioteca de outra, individualiza-a; a alma da biblioteca é a colecção. A colecção representa a organização, simboliza o desenvolvimento racional de um manancial informativo em permanente acumulação, ao serviço de um objectivo, ao longo do tempo. À volta de uma colecção, a biblioteca define-se, cresce para servir um determinado público. A consistência de uma colecção pode fidelizar o seu público. Ainda que de um modo um pouco abusivo, a afirmação de Michel de Certeau que “o texto só tem significado através dos seus leitores”⁹²⁶ faz todo o

⁹²⁵ Esta afirmação deve ser relacionada com a análise que fazemos sobre Manuel da Maia (Ver 6.1) e também sobre os viajantes estrangeiros em Portugal (Ver 4.1.1).

⁹²⁶ Apud CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. 1997: 12.

sentido neste contexto sendo que o excerto poderia ser parafraseado passando a testemunhar que “a biblioteca só tem significado através dos seus leitores”. É verdade que a discussão de Chartier é sobre práticas de leitura mas, na medida em que argumentamos como a biblioteca se vai impondo organizada para usufruto de uma comunidade mais alargada, pareceu-nos justo introduzir aquele apontamento. Apontamento a que juntamos um outro de D. F. McKenzie chamando a atenção para o efeito multiplicador da leitura: “Novos leitores criam novos textos cujos novos significados dependem directamente das suas novas formas”⁹²⁷ apenas para vincar bem a nossa convicção sobre a importância do novo espaço que, com propriedade, se designa de “biblioteca”. Este espaço organizado é, em Portugal, um espaço do século XVIII e é um espaço perigoso no qual se reúnem livros, periódicos, onde se descobre informação, se cria conhecimento, circulam ideias e se alteram hábitos de leitura. Nesse espaço onde se pratica uma leitura extensiva (por oposição à leitura intensiva feita sobre poucos livros, resultante de uma oferta limitada) “que consome muitos textos [...] dá uma sacralidade menor à coisa lida”⁹²⁸. Erigida sobre “muitos textos” e abrindo-se a audiências cada vez mais alargadas, a biblioteca tem de garantir alguma consistência e sistematização para poder ser usada, para se tornar credível e atrair público (e investimento, sejam doações em dinheiro seja em livros ou manuscritos, fechando o círculo). Ao centrar-se sobre o desenvolvimento da colecção, a biblioteca deixa de ser um espaço fechado para deleite do seu possuidor; de certa forma, o seu possuidor perde o controlo sobre aqueles livros e documentos, a biblioteca passa para o domínio público e a instituição adquire interesse e estatuto de utilidade colectiva. A figura do possuidor esbate-se e o seu lugar é progressivamente ocupado pela figura do bibliotecário, um sistematizador a quem o tempo e as necessidades da função deixarão perceber que ele é apenas o centro de uma rede (com outras bibliotecas, com coleccionadores, com o mercado livreiro), se quiser prosseguir com brio e eficácia o seu trabalho.

Existe aqui uma profunda diferença com a biblioteca (ou livraria) das décadas anteriores. Por isso, afirmamos que a existência de uma colecção, a consciência da sua contínua, necessária e inevitável valorização, que se evidencia também pelo constante “acumular e dispor”⁹²⁹, introduz a modernidade. As bibliotecas que incorporam estes

⁹²⁷ *Apud Idem, ibidem*: 17.

⁹²⁸ *Idem, ibidem*: 33.

⁹²⁹ CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória...*1998: vol. 1: III. Independentemente de concordarmos ou discordarmos da ideia avançada sobre o que é uma colecção, é

procedimentos vão distinguir-se das que o não fizerem; dispõem-se a facilitar o acesso aos seus acervos sob orientações completamente distintas; tornam-se um aliado sem condições de quem as procura e, é neste sentido, que referimos modernidade.

E retomamos o texto de Chartier quando, ao criticar os estudos de cariz essencialmente sociográficos (quantitativos) em relação à França do Antigo Regime, acrescenta que “o essencial é portanto compreender como é que os mesmos textos podem ser diferentemente apreendidos, manejados, compreendidos”⁹³⁰. O estudo de Chartier é sobre as práticas de leitura (e as tecnicidades inerentes do livro) mas alerta-nos para a oferta disponível. Ora essa oferta, prende-se directamente com o tipo de biblioteca. Se a biblioteca passa a ser organizada permitindo o livre acesso, então não podemos deixar de reconhecer que a mudança se instalou. Precisamente neste contexto, quando reconhecemos numa biblioteca a existência de colecções, detectamos o funcionamento de uma organização (ou “máquina”), então, sabemos que o modelo se alterou. Não é a simples reunião de muitos livros, ou manuscritos, por mais preciosos e raros que possam ser que asseguram a transição para um novo paradigma.

Esta nova biblioteca assenta sobre a existência de colecções organizadas o que pressupõe, obviamente, uma selecção. E reproduzimos de novo Chartier: “Idealmente composta por “uma infinidade de boas, assinaladas e notáveis” obras, a biblioteca deve, no entanto, limitar as suas ambições e fazer escolhas”⁹³¹. A questão central da selecção já havia sido reconhecida anteriormente, em pleno século XVII por Gabriel Naudé (1600-1653)⁹³² que nos lega uma obra cuja divulgação e leitura introduz consequências na organização das bibliotecas, aspecto sempre muito apreciado por gerações de bibliotecários e, as mais das vezes, o único aspecto a merecer destaque. Mas a importância da obra de Naudé fica também a dever-se a mais dois factos que importa destacar: por um lado, a defesa da biblioteca enciclopédica, “uma biblioteca destinada ao uso público deve ser universal, contendo todos os principais autores que escreveram sobre a grande diversidade dos temas particulares”⁹³³, isto é universal e, por outro, a reflexão sobre a importância das bibliotecas como instrumento do

indispensável registar a sua concepção porque na bibliografia portuguesa, pelo menos na muita que consultámos, é invulgar a abordagem a esta questão.

⁹³⁰ CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. 1997: 20.

⁹³¹ Idem, *ibidem* : 100.

⁹³² NAUDE, Gabriel – *Advis pour dresser une bibliothèque...* 1644 (1ª ed. 1627).

⁹³³ *Apud* POMBO, Olga – *Unidade da ciência ...* 1997: 372.

poder⁹³⁴ e este aspecto não o podemos omitir porque nos parece ser detectável uma enorme similitude entre a situação envolvente do Antigo Regime em que viveu Naudé e a situação que regista a transição entre o modelo da Biblioteca de Coimbra para o modelo da Real Biblioteca. Em ambos os tempos, assiste-se à emergência de bibliotecas perto do poder central (Naudé organizou a Biblioteca do Cardeal Mazarino) como alternativa quer às bibliotecas das casas religiosas quer às das casas nobres.

Pura coincidência ou não, António Ribeiro dos Santos conhecia a obra de Naudé⁹³⁵ o que nos obriga a seguir os percursos de ambos com redobrada atenção. E sobre as inevitáveis escolhas sobre os livros a reter e a correspondente dificuldade de execução, explicita Naudé:

“Todavia, para não deixar esta quantidade infinita sem a definir, e também para não deixar os curiosos sem esperança de poder realizar e concluir este belo empreendimento, parece-me que é oportuno proceder como os médicos, que prescrevem a quantidade de drogas segundo a sua qualidade, e dizer que não

⁹³⁴ A obra de Naudé torna-se importante porque as suas opiniões e conselhos ultrapassam o círculo dos colecionadores e bibliotecários. Trata-se de um manual que surge, em França, no exacto momento do início da afirmação das bibliotecas privadas como alternativa às bibliotecas das casas religiosas. Bibliotecas privadas que, ganhando autonomia, se profissionalizam (JOLLY, Claude – *L’Advis, manifeste de la bibliothèque érudite*”. In NAUDE, Gabriel – *Advis pour dresser une bibliothèque...1644* : X). Depois de uma passagem por Itália, “onde se apercebeu da importância estratégica das bibliotecas na cultura política de Itália como na sua vida social e intelectual. Instrumento principal de uma hegemonia, a posse de livros, a magnificência do edifício da biblioteca, os projectos enciclopédicos que a biblioteca alimenta, a civilidade normativa que ela promove, constituem um lugar determinante do poder” (In DAMIEN, Robert – *Bibliothèque et État ... 1995*: 24), Naudé volta a Paris e a coroar a sua vida profissional, torna-se bibliotecário do Cardeal Mazarino que o incumbe de tornar a sua colecção numa grande biblioteca aberta aos sábios (JOLLY, *obra cit.*: XIII). Naudé não separa a sua actividade de bibliotecário da intervenção no quotidiano, sobretudo no tocante à República das Letras e da crítica literária razão pela qual se compreende a sua paixão por bibliotecas que recolhem a produção erudita do tempo e que se mostram sensíveis à modernidade o que lhe coloca seriamente o problema da ordem que é preciso assegurar entre os livros existentes e a contínua entrada de novos títulos. Ou seja, a obra de Naudé constitui um primeiro manual para organização de bibliotecas, sim, ao mesmo tempo que é um tratado para bibliotecas eruditas cujo fim principal deverá ser tornarem-se um instrumento útil para os estudiosos, incluindo os políticos. Simultaneamente, Naudé é o primeiro defensor de uma biblioteca pública e, para alguns autores, não se pode mesmo dissociar Naudé da construção da França moderna (DAMIEN, Robert – *Obra cit.*: 31). Ao mesmo tempo, Naudé também prevê que a biblioteca, para servir um público alargado, seja universal, isto é, enciclopédica (POMBO, Olga – *Unidade da ciência...1997*: 371 e segs). Este perfil de Naudé torna mais interessante o conhecimento da sua obra por parte de António Ribeiro dos Santos de certo modo sustentando o que temos vindo a defender sobre a criação da Real Biblioteca Pública da Corte.

⁹³⁵ Nos escritos de A. Ribeiro dos Santos (BNP COD 4629, Obras ARS 47) refere-se a 1ª edição de Naudé de 1627 como obra a adquirir. Ignoramos se chegou a ser adquirida e desapareceu com o tempo ou se nunca foi comprada uma vez que hoje não existe nenhum exemplar da 1ª edição nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal. Como aconteceu com muitos outros títulos, ao mencioná-los com a indicação para aquisição, Ribeiro dos Santos revela, no mínimo, acesso a informação bibliográfica de primeira qualidade.

podemos deixar de recolher todos aqueles que possuem as qualidades e condições exigidas para serem colocados numa biblioteca”⁹³⁶.

Como bem resume Chartier: “O Advis de Naudé, desempenha portanto a função de guiar o coleccionador pelas selecções necessárias [...] visto que lhe indica os autores e as obras imprescindíveis para a sua biblioteca”⁹³⁷. Uma biblioteca tem de “respirar” o novo arquétipo; a existência de uma colecção e dos cuidados que esta implica revela mudança de paradigma intelectual. Um paradigma que volta decididamente as costas ao amadorismo, ao deleite, ao puro prazer. Aumentar uma colecção exige a articulação de duas facetas: o reconhecimento de que os livros assim reunidos se destinam a ser utilizados por um colectivo (um grupo de pessoas e não apenas o possuidor da biblioteca) e o entendimento de que o valor da colecção se prende intrinsecamente com a sua actualização atendendo à crescente produção editorial (e intelectual). A partir do momento em que se reconhece a necessidade de manter uma organização em torno de uma colecção, a questão passa a exigir competências técnicas e requer ser tratada por profissionais. Se há lugar ao deslumbramento, ele acontece porque o bibliotecário tem a formação e o conhecimento indispensáveis para distinguir que, mesmo entre as melhores jóias, pode sempre surgir uma “jóia da coroa”.

A este propósito, é oportuno recorrer a uma carta escrita por António Ribeiro dos Santos a Cenáculo na qual bem se patenteia essa sensibilidade. A 5 de Abril de 1797, escreve António Ribeiro dos Santos:

“Que expressões de reconhecimento e gratidão serão iguais à grandeza dos benefícios com que V. E. acaba de enobrecer a Real Biblioteca de Lisboa? Despojar-se de tantas preciosidades quem era o maior avaliador e amator de todas elas para as dedicar unicamente ao bem do público, é feito mui gentil, e digno dos mais altos elogios [...] não há exemplo entre nós de tamanha beneficência; por esta estrada não entrou até agora varão lusitano dos muitos que fizeram grandiosos serviços à nossa Pátria: V. E. é o primeiro que abre este caminho para utilidade e ornamento da Nação e que dá aos benfeitores das letras um exemplo digno de se trazer diante

⁹³⁶ *Apud* CHARTIER, Roger – *Obra cit.*: 100.

⁹³⁷ *Idem, ibidem*: 100.

dos olhos com todos os séculos de luz, e de patriotismo... Com ele ergueu V. E. um padrão de memória, sobranceiro aos tempos, que fará em toda a idade a glória de V.E., e a fortuna da Biblioteca. Esta casa, sempre agradecida a tão alta benevolência, apregoará o donativo, com que V. E. a tem honrado, como o brasão mais ilustre de sua nobreza, e dignidade: ninguém entrará nela a consultar os oráculos de tantos livros de oiro, que tem vindo da luminosa Beja, que se não recorde da pessoa de V.E. e não bendiga a mão sagrada, e liberal que lhes doou: a sua preciosidade e raridade conciliará sempre o respeito, e atenções dos sábios, e os atrairá por si só à Biblioteca [...] ⁹³⁸.

Até que ponto é que António Ribeiro dos Santos assume este novo paradigma (corporizado na selecção das obras, na organização das colecções, no serviço público), como é que ele o põe em prática é o que tentaremos evidenciar através da análise dos códices (*Ver 6.3.6*). O que a historiografia sobre a instituição mais tem explorado são os dados em torno dos grandes doadores entre os quais, sem dúvida, sobressai D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (*Ver 6.2*). Ao debruçarmo-nos sobre a temática Real Biblioteca Pública da Corte, conduzidos seja pela mão de Ribeiro dos Santos seja pela mão de Frei Manuel do Cenáculo, não conseguimos ignorar todas as questões que se colocam em torno da ideia de colecção as quais, nos seus aspectos positivos mas também negativos, estão intrinsecamente relacionadas com a própria origem e desenvolvimento da Real Biblioteca. Ao encararmos a Real Biblioteca como equipamento científico, em paralelo quer com a Academia Real da História quer com a Academia das Ciências, pomos completamente de lado uma análise, também ela fundamental, que se prende com o fabrico do livro ou aqueloutra que se interessa pela circulação do livro e pelo mercado livreiro. O que pretendemos apurar é se a organização da Real Biblioteca se ergueu e aplicou um determinado pensamento concreto e científico característico de um tempo novo (as Luzes), disponibilizando o manancial de informação – o inicial da Real Mesa Censória e dos doadores a que se iam somando outros núcleos adquiridos criteriosamente – ao serviço de um público mais vasto do que aquele representado pelas elites (nobreza e clero).

⁹³⁸ Para a transcrição completa desta carta (BN, Mss. 243, nº 19, f. 12), como de outras trocadas entre Ribeiro dos Santos e Cenáculo, *Ver Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo* na qual se refere toda a correspondência entre António Ribeiro dos Santos e Cenáculo devidamente datada e com a indicação da localização.

Ao considerarmos o conceito de colecção, temos também de associar os conceitos de antiquário, património, e identidade que já abordámos em capítulos anteriores porque a sua análise em conjunto nos permite ir compreendendo a percepção que se tinha sobre o que uma biblioteca deveria, realmente, ser. O peso de preocupações mais “antiquaristas”, inevitavelmente, reflecte um modelo de biblioteca mais ligado a práticas do passado enquanto o abandono desse espírito museal corresponde já a um modelo de biblioteca de acordo com os princípios das Luzes.

À figura de Ribeiro dos Santos não se aplica, do nosso ponto de vista, a imagem nem de antiquário nem de coleccionador. Para além dos seus próprios códices ou dos seus próprios trabalhos não doou obras à Real Biblioteca, isto é, não adquiriu a terceiros para doar, não doou uma biblioteca particular de envergadura, como aconteceu com outros, talvez porque não a tivesse. Não juntou ao longo da vida, fosse em Coimbra fosse em Lisboa, objectos curiosos, antiguidades fossem eles quais fossem. O episódio da compra do Monetário de Fontenelle⁹³⁹, em nome da Real Biblioteca, não se pode confundir com o espírito de antiquário. Certamente que a aquisição do Monetário era irresistível: a colecção era magnífica, a proposta de venda foi feita à própria Real Biblioteca, e também havia a folga financeira que permitia a compra. Constituíam um enriquecimento da instituição mas também engrandecia o poder real e essas consequências não devem ter deixado de pesar na decisão, embora a sua aquisição não deva ser colocada em patamar semelhante ao da aquisição de livros e manuscritos. De certo modo, até existe uma contradição ao admitirmos duas linhas de actuação, uma que vai no sentido do enriquecimento dos conteúdos (aquisição de livros,

⁹³⁹ A aquisição do Monetário de Josep Fontenelle foi um processo demorado porque exigiu o estudo das moedas para certificar a sua autenticidade. As dúvidas que se colocavam foram sobre a colecção de sessenta e sete medalhas de prata dos reis da Macedónia que obrigou a um trabalho de análise muito aturado. Envolveu a consulta de vários examinadores: Manuel de Magalhães e Avelar, Desembargador da Relação do Porto com exercício na Casa da Suplicação e Deputado da Junta do Comércio; seu irmão João de Magalhães e Avelar, Lente de Cânones na Universidade; o Abade Garnier, Professor da Língua Francesa no Real Colégio dos Nobres; Doutor João Pedro Ribeiro, Lente de Diplomática na Corte e Desembargador da Relação; João Guilherme Cristiano Muller, oficial de línguas da Secretaria do Conselho do Almirantado e Deputado da Junta Económica e Literatura da Régia Oficina Tipográfica; P^e Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, Abade de Santiago de Lostosa, sócio da Academia Real das Ciências; P^e Fr. João de Sousa, Professor e Intérprete de Sua Alteza Real para a Língua Árabe também sócio da Academia Real das Ciências (AHBN/DGA/03/Cx03/Doc.34, Lisboa 19 Jun 1803) e a preparação de relatórios, trabalho elaborado sempre sob o olhar atento e interveniente de António Ribeiro dos Santos e sobre cujo desenvolvimento reportava ao Príncipe Regente D. João de quem aguardou o despacho decisivo. A demora chegou a causar algum mal-estar entre o possuidor (Josep Fontenelle) e o promitente comprador (a RBPC) originando a troca de correspondência em tom mais desiludido. No Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional existe abundante documentação sobre esta aquisição (AHBN DGA/03/Cx03) e também nos BNP COD 4587, 4588 e 4726 (respectivamente Obras ARS 5, 6 e 144).

actuais e raros e manuscritos), outra que opta pelo enriquecimento que se fecha sobre si mesmo. Não aprofundaremos esta contradição mas sentimos necessidade de a registar. Apesar de nos documentos estruturantes que elaborou, tanto para a Biblioteca da Universidade de Coimbra como para a Real Biblioteca, ter considerado a criação de um gabinete onde se deveriam reunir as preciosidades, apesar da aquisição do Monetário, não parece que fosse uma convicção verdadeiramente arreigada em Ribeiro dos Santos já que, para além do processo de aquisição, não lhe presta mais atenção. Nestas circunstâncias, não entra, portanto, no rol dos eruditos e mecenas que contribuíram para a constituição dos núcleos iniciais da Real Biblioteca. Aliás, a doação dos seus códices acontece quase no fim da sua vida profissional (1814), ficando a parte mais suculenta do espólio para depois do seu falecimento em 1818, quando a Real Biblioteca atingira já a maioridade. Associar, pois, Ribeiro dos Santos à figura de doador será talvez excessivo embora ele estivesse lá para receber, apreciar (consequentemente, seleccionar) e organizar doações de terceiros. Apesar da forte concorrência (e temos em mente outras personalidades como Tomás Caetano de Bem ou Cenáculo que também muito contribuíram para a construção, enriquecimento e solidificação da Real Biblioteca), Ribeiro dos Santos distanciou-se desse patamar para imprimir outro tipo de marca na Real Biblioteca, o que contamos destacar devidamente neste trabalho de investigação.

Para além do cunho pessoal, Ribeiro dos Santos reuniu apoios e fez alianças cujo impacto na Real Biblioteca se fez sentir sobremaneira no que respeita ao enriquecimento das colecções que importa avaliar. Através da sua acção, Ribeiro dos Santos montou verdadeiramente uma “rede” de fornecedores Europa fora cuja boa vontade e colaboração, por inesperada, se torna ainda mais interessante conhecer, colaboração que aprofundaremos em **6.3.7 – Epistolografia em prol da Real Biblioteca**.

Ainda que tenhamos excluído Ribeiro dos Santos da lista de doadores e mecenas, depois de devidamente fundamentar essa exclusão, cumpre-nos deixar aqui testemunho sobre os primeiríssimos doadores.

Ribeiro dos Santos é encarregado, a partir de 1795, de providenciar os trabalhos que concorrerão para a abertura da biblioteca e registámos anteriormente como ele era sensível aos livros raros e manuscritos (*Ver 6.3.3*). Mas podemos recuar uns anos e perceber a movimentação existente no sentido de reunir obras (raras e/ou únicas) que deveriam ser colocadas junto do Trono e de Sua Majestade, vontade ainda incipiente, mal expressa mas

persistente. A correspondência dos Teatinos que adiante nesta mesma Secção analisamos é prova disso. Sobre as doações fundacionais, recorreremos ao próprio testemunho de Ribeiro dos Santos⁹⁴⁰, certamente o mais autorizado de que dispomos e a partir do qual reproduzimos a parte em análise:

“Fundos de que se têm formado as Colecções dos Livros

Os fundos dos livros impressos da Biblioteca têm sido formados:

- 1º de livros de alguns colégios extintos dos Jesuítas que o Governo mandou para a Casa
 - 2º dos que por diversas vezes se compraram pela Directoria da dita Mesa Censória
 - 3º dos que de novo acresceram pela doação que fez à Casa o Bispo de Beja, hoje Arcebispo de Évora D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas já depois de erecta a Biblioteca
 - 4º dos da doação que lhe fez a Casa dos Clérigos Regulares Teatinos desta Corte também depois de erecta a Biblioteca
 - 5º dos livros que depois disso se têm comprado no Reino e fora dele
 - 6º de alguns que se têm gratuitamente oferecido à Biblioteca
- A soma dos livros é para cima de (em branco)

.....

§ Os fundos dos manuscritos vieram:

- 1º dos códigos e papéis que já havia na Casa e tinham sido do espólio dos Jesuítas
 - 2º dos que vieram por doação da Casa dos Teatinos desta Corte
 - 3º dos que doou à Casa o Bispo de Beja, hoje Arcebispo de Évora
 - 4º de alguns outros que se tem doado à Biblioteca
 - 5º dos que se tem mandado copiar de manuscritos de fora
- A colecção de manuscritos monta a.....(em branco)*

.....

Fundos de que se têm formado as colecções de manuscritos e de antiguidades

Estes fundos vieram

- 1º da doação da Casa dos Teatinos desta Corte
- 2º da doação do Bispo de Beja, hoje Arcebispo de Évora

⁹⁴⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – *Resumo da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa*. In AHBN CR/01/Cx01-06 e tb. BNP COD 4677 (Obras ARS 95). A informação *em branco* indica a falta de dados.

3º das compras que o Governo mandou fazer do Monetário e Colecção de Bronzes de José Fontenelle, Gravador de pedras preciosas da Câmara de Sua Majestade Católica”.

Uma vez que este documento foi publicado na íntegra no passado⁹⁴¹, só transcrevemos aqui as passagens relativas às primeiras doações. Trata-se de um apontamento testemunhal que permite delimitar a nossa investigação. Sobre as doações também recorreremos ao estudo de Manuela D. Domingos⁹⁴² a partir do qual recolhemos muita informação e pormenores, remetendo para vasta bibliografia que não repetiremos sem antes realçar como o texto de Domingos é elucidativo quanto à vastidão e dificuldade desta temática, quer pela variedade e dispersão das fontes quer pelo número de problemas ainda em aberto. É apresentado um resumo tão abrangente quanto possível sobre os primeiros doadores, as suas iniciativas, as suas hesitações, a correspondência trocada, mas procurámos, nessa densa floresta, encontrar alguns dados que nos ajudassem a descodificar a história da Real Biblioteca. Nesse estudo, com o domínio que detinha da matéria, Domingos preocupou-se em sugerir linhas de investigação e em alvitrar hipóteses e, no caso concreto dos códices de António Ribeiro dos Santos, uma ou outra vez debruça-se com maior minúcia sobre o conteúdo de algum mas não deixa um trabalho concluído⁹⁴³.

Sem tibiezas, ficam, pois, identificados os núcleos fundacionais: o proveniente da **Real Mesa Censória**, os livros da **Casa dos Teatinos** e a **Doação de Cenáculo**⁹⁴⁴. Para qualquer destes conjuntos bibliográficos, definimos como exclusiva e primeiríssima preocupação averiguar se os livros que constituíam essas doações estavam organizados segundo um critério de colecção conforme a definição que fizemos previamente uma vez que essa é, para nós, a linha que separa as bibliotecas antigas das bibliotecas que abraçaram a modernidade. O espírito de Ribeiro dos Santos, o carácter moderno do seu pensamento bibliográfico, a tarefa que assume, irão evoluir em simbiose com esta herança. Por isso, é absolutamente crucial perceber as características orgânicas dos núcleos que lhe chegam às mãos. Ribeiro dos Santos

⁹⁴¹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho – “O primeiro regulamento da Biblioteca Nacional”. 1981: 174-183.

⁹⁴² DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. 1995. Sobre a doação dos Teatinos *Ver tb.* DOMINGOS – “Acervos iniciais da Real Biblioteca Pública. A doação dos Teatinos”. Jul-Dez 1994: 75-121.

⁹⁴³ A pertinência do levantamento exaustivo de Domingos torna-se mais evidente quando se começa a explorar códice a códice o que, sem dúvida, nos autoriza agora a afirmar que a edição do estudo de DOMINGOS - *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional* revela um trabalho editorial descuidado por parte da Biblioteca Nacional o qual, exemplificando uma má produção editorial, desbaratou o potencial científico contido no estudo.

⁹⁴⁴ O conjunto de obras impressas em Parma por Bodoni e que entraram na Real Biblioteca por iniciativa e intervenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho será devidamente analisado na Secção **6.4.3**.

foi um grande organizador, antes de mais nada por mérito próprio (o que ele fez na Livraria da Universidade de Coimbra antes da RBPC prova-o) mas também porque não havia outra alternativa. Cabe aqui reencaminhar o nosso pensamento para a informação que demos acerca do trabalho de Naudé anteriormente nesta mesma Secção quando se trata de juntar colecções de diferentes proveniências e em constante progressão equacionando as dificuldades resultantes dessa tarefa de reunião.

Para as obras provenientes da **Real Mesa Censória**, recorreremos ao estudo específico de Maria Adelaide Salvador Marques⁹⁴⁵ com o fito de utilizarmos textos de lei que aquela autora cita. O estudo pioneiro de Marques é muito importante para uma compreensão global do que foi, como actuou, até onde mais ou menos subtilmente penetrou a fiscalização da Real Mesa Censória, mas essa discussão não a incluiremos neste contexto. Para a nossa argumentação, basta-nos citar algumas passagens dos textos de lei para se entender a mescla que os fundos depositados na Mesa representavam⁹⁴⁶.

A Real Mesa Censória é criada por Alvará de 5 de Abril de 1768, o seu Regimento é de 18 de Maio de 1768 e em 1771 cabe-lhe passar a gerir os Estudos Menores. Em 1787 acaba por ser substituída pela Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. A Real Mesa não constitui a primeira instituição dedicada à fiscalização de livros (impressão, importação, circulação) mas pela importância das funções atribuídas (censura e fiscalização), pelas individualidades que a dirigiram (entre as quais sobressai D. Frei Manuel do Cenáculo), pela extensão do seu âmbito (mormente quando passa a dirigir os Estudos Menores), a sua importância e intervenção tornam-se mais notórias. O primeiro núcleo com que Ribeiro dos Santos conta é, de facto, o constituído pelos livros, folhetos e manuscritos provenientes da Real Mesa Censória, documentos que haviam sido aprisionados e não circulavam apenas mercê das duas atribuições da Real Mesa: a censura e a fiscalização. O simples facto de se tratar de documentos censurados e impedidos de circular denuncia de imediato que o denominador comum que os agregava na Real Mesa Censória não era o nexo de colecção; até podiam existir núcleos sobre a mesma temática ou do mesmo autor mas por mero acaso. A

⁹⁴⁵ MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional...* 1963.

⁹⁴⁶ Para além do fundo resultante do exame da censura prévia, a Mesa também tinha sido enriquecida com fundos da Companhia de Jesus extinta por Pombal em 1759. Este é um dado importante para compreender o alcance da tarefa de Ribeiro dos Santos e da proposta de Cenáculo relativa ao futuro a dar aos fundos da Mesa enquanto constitui um dado muito significativo para a história das bibliotecas portuguesas e, neste caso em particular, para a história e destino das bibliotecas dos Jesuítas (colecções, leitores, tipologia, destino).

utilidade e destino de todo este manancial haviam sido antecipados por Cenáculo, Presidente da Mesa desde 16 de Março de 1770, espólio para o qual chegou a projectar fisicamente um espaço como desenvolvemos em 6.2. Era, efectivamente, um núcleo valioso mas não o podemos apelidar de colecção de acordo com a definição que temos vindo a defender. O texto de lei de 5 de Abril de 1768 que cria a Real Mesa Censória deixa bem clara a “macedónia” a que aludimos:

“Mando, que a mesma Mesa tenha jurisdição privativa e exclusiva em tudo, o que pertence ao exame, aprovação e reprovação dos livros e papéis que já se acham introduzidos nestes Reinos e seus domínios: dos livros e papéis que neles entrarem de novo, ou seja pelos portos do mar, ou pelas raias secas; dos livros e papéis que se pretenderem reimprimir, posto que antes fossem estampados com licenças; dos livros e papéis de nova composição: de todas as conclusões que se houverem de defender publicamente em qualquer lugar destes Reinos; e de tudo o mais, que pertence à estampa, impressão, oficinas, venda e comércio dos sobreditos livros e papéis...”⁹⁴⁷.

Também no Regimento da Real Mesa Censória se esclarecia que os funcionários da Mesa podiam inspecionar todas as bibliotecas públicas e privadas

“[...] ou sejam de comunidades e corporações, ou de quaisquer pessoas particulares [...] para que se não retenham [...] nem introduzam de novo livros proibidos, sem permissão da mesma Mesa [...]”⁹⁴⁸.

Eram muitos, valiosos, únicos e improváveis mas no seu conjunto não tinham a coerência de uma colecção de biblioteca, não estavam organizados como tal e, se alguma vez tivessem integrado um colecção, à data da sua entrada na Mesa Censória, essa ordem havia sido destruída.

Levados a concluir, portanto, que os livros oriundos da Real Mesa Censória tinham como característica comum uma grande inconsistência fosse temática, autoral, temporal ou

⁹⁴⁷ *Apud* MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *Obra cit.*: 36.

⁹⁴⁸ *Apud* Idem, *ibidem*: 45-46.

tipográfica e geográfica, não hesitamos em afirmar que lhes faltava a sistematização de uma biblioteca, convicção aliás que encontra fundamento no *Relatório* de António Ribeiro dos Santos conforme anteriormente aludimos (Ver 6.3.3). Talvez por isso mesmo, este é o primeiro, e vasto, conjunto de obras que Ribeiro dos Santos se prepara para organizar e disponibilizar.

Analisemos agora como se apresentavam os livros e manuscritos da **Casa Regular da Divina Providência** e do seu principal representante, D. Tomás Caetano de Bem e como, no seu percurso, acontece entrar na rota da Real Biblioteca Pública da Corte.

Na galeria dos primeiros doadores, os Teatinos e o próprio D. Tomás Caetano de Bem ocupam lugar de destaque através dos livros raros, manuscritos e medalhas oferecidos. O conjunto é enorme e está disperso pelo Convento dos Caetanos⁹⁴⁹ e, a fazer fé no testemunho de Beckford, em completa desorganização:

“Feitas as nossas devoções, fomos ao Convento dos Teatinos e espreitámos para dentro da biblioteca, que continua na mesma confusão em que ficou na altura do terramoto – metade dos livros fora das estantes, atirados para cima uns dos outros, em pilhas cobertas de poeira, sem qualquer distinção de tamanho ou de assunto. Lobriguei uns poucos volumes de curiosas viagens, uma razoável colecção de Bry e algumas crónicas do Japão, que desconheço por completo. Um monge de aspecto sagaz⁹⁵⁰, que me disseram ser o autor de uma volumosa História da Casa de Bragança, ainda inédita, guiou-nos através deste caos de literatura, e depois de ter procurado debalde certa primeira edição dos clássicos que nos queria mostrar, conduziu-nos à sua cela e chamou a minha atenção para uma mísera colecção de medalhas, que ele nos disse ter obtido com muito custo e despesa. Poucas vezes vira moedas que me dessem mais asas à imaginação. Era rara aquela que ainda conservava mais do que uma letra ou metade de uma inscrição, e a maior parte delas nem tanto”⁹⁵¹.

⁹⁴⁹ Na planta do convento desenhada por GUARINI (Cf. Fontes Manuscritas, BNP) distingue-se bem a localização da Livraria e embora a planta seja do século XVII, o convento deve ter permanecido muito semelhante na sua configuração até ao Terramoto. Os Documentos nº 5 e nº 10 (In DOMINGOS, M. D. – *Subsídios...* 1995: 115 e 123) respectivamente referem a Livraria, Museu e gabinetes.

⁹⁵⁰ De acordo com uma nota do responsável pela edição que estamos a usar, o “monge de aspecto sagaz” seria o próprio D. Tomás Caetano de Bem. Ver BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. 2009.

⁹⁵¹ BECKFORD, *ibidem*: 170 (Domingo, 18 de Novembro).

A esta descrição demolidora feita pelo viajante inglês sobre as condições da biblioteca e seu conteúdo e também sobre a qualidade das medalhas, contrapõe-se o testemunho de António Ribeiro dos Santos que de seguida reproduzimos, um extracto bastante mais positivo sobre o valor da doação à Real Biblioteca:

“Apontamentos para a vida e elogio do P. D. Tomás Caetano de Bem, Clérigo Regular Teatino desta Corte feitos pelo D^or António Ribeiro dos Santos

O P. D. Tomás Caetano de Bem nasceu em Lisboa a 18 de Setembro de 1718 [...] Fez os seus estudos de Humanidades, e Filosofia no Colégio de Santo Antão desta cidade, em que muito aproveitou, como depois mostrou por suas obras. Seu pai o destinava para a Magistratura [...] ele porém chamado do espírito de Deus resolveu recolher-se à Casa dos Clérigos Regulares da Divina Providência desta Corte, aonde entrou em 18 de Maio de 1733, e professou em 10 de Novembro do ano seguinte. Entrou ele nesta casa em tempo que ela muito florescia com grande número de varões sábios, e se havia constituído o centro da mais polida Literatura Portuguesa. Os P.P. D. Rafael Bluteau, D. António, e D. Manuel Caetano de Sousa, D. Luís Caetano de Lima, D. Jerónimo Contador de Argote, e D. José Barbosa, escritores de esclarecido nome entre os nossos, ilustravam então aquela casa, e a Nação toda por suas laboriosas, e eruditas composições; e com o magistério, e trato familiar destes grandes homens tanto adiantou o P. D. Tomás os seus conhecimentos literários, que não só os chegou a igualar em seus estudos, e trabalhos, mas até os ficou substituindo, depois que todos eles acabaram, guardando o depósito de erudição, que eles deixaram, e sustentando por si só a antiga honra, e reputação daquela casa. Os seus merecimentos literários unidos à inteireza de seus costumes elevaram este Padre a diversos cargos, e empregos na Religião, e fora dela. Ele foi Mestre de Filosofia, e de Teologia muitos anos ensinando uma, e outra ciência com um gosto superior ao do seu tempo; foi Qualificador do Santo Ofício, Examinador das Três Ordens Militares, e Sinodal do Patriarcado; Sócio de Número da Academia Real da História Portuguesa, em que sucedeu a D. José Barbosa, e Censor da mesma Academia, Sócio da Academia Litúrgica Pontifícia de Coimbra, Cronista da sua Ordem, e do Sereníssimo Estado, e Casa de Bragança; e Deputado ordinário da Junta

do mesmo Estado: foi Provedor do Bispado de Elvas [...] e esteve muitos tempos designado Bibliotecário da Universidade de Coimbra, quando se tratava de prover a sua Casa de Livraria, e de a fazer patente ao público. Todos estes cargos, e empregos, que se davam ao P. D. Tomás, eram testemunho do alto conceito, que se fazia de suas letras; mas as obras, que ele escreveu, mostraram ainda mais claramente os seus talentos: farei aqui a memória daquelas de que pude ter notícia [...]. A História ofereceu ainda maior campo às indagações, e trabalhos deste Padre: os exemplos dos eruditos sócios da Academia Real da História Portuguesa, de que ele era membro, os domésticos de seus Padres, que eram então os que mais tratavam estes estudos, e os que tinham ajuntado no seu convento as mais preciosas colecções de livros, e papéis históricos, que havia em todo o reino; os seus cargos de Académico, e de cronista da Sereníssima Casa de Bragança, e mais que tudo o seu génio indagador, e sobre maneira curioso, e apurador de antiguidades, o levaram com particular desvelo para este género de estudos. Ele compôs várias obras, assim de História Eclesiástica, como de História Secular [...] No tocante à História Secular foram largos, e profundos os seus conhecimentos principalmente na História, e Antiguidades Romanas [...] e o riquíssimo Museu de Antiguidades Romanas, que tinha junto, em que havia uma copiosíssima colecção de Medalhas consulares, e imperatórias, de lápidas, cipós, e utensílios dos Romanos, e muitas inscrições tiradas de monumentos romanos da Antiga Lusitânia [...] Parte das obras que havemos referido acham-se hoje na Real Biblioteca Pública da Corte, parte no Cartório, ou Colecção de Papéis e Livros que se me entregou por sua morte como seu sucessor no cargo de cronista a qual se acha hoje no Gabinete da mesma R. Biblioteca e de outras nos consta pela impressão e pela notícia que deixou em um apontamento. Por todos estes trabalhos literários, em que consumiu os melhores dias de sua vida, mostrou ele o ardente zelo que tinha, pelo adiantamento, e esplendor da literatura portuguesa; mas muito mais ainda o fez patente pela diligência, com que solicitou, e promoveu a preciosa doação, que fez a sua comunidade dos melhores, e mais raros livros e manuscritos de sua rica livraria a favor da Real Biblioteca da Corte, aonde podiam servir de maior proveito ao público; e pela liberalidade, e grandeza de ânimo, com que despojando-se em vida do próprio Museu de Antiguidades, que tinha em muita estima, o doou, e entregou à

mesma Biblioteca, antepondo generosamente o bem do público ao seu próprio gosto, e utilidade”⁹⁵².

Este documento é, todo ele, um elogio; há outras cartas⁹⁵³ envolvendo o Marquês de Ponte de Lima, Mordomo-Mor, o Doutor António Ribeiro dos Santos e D. Tomás Caetano de Bem, e relativas à doação que este último fará à Real Biblioteca, cuja análise nos permite compreender quer o tipo de doação quer o valor do material a doar. A descrição de Beckford é tão contundentemente contrária a esta voz geral que talvez tenhamos mesmo de concluir considerando-a pouco fidedigna. Iremos expor as nossas conclusões a esse respeito depois de chamar a atenção para as palavras que Manuela D. Domingos adianta sobre a mesma doação:

“A quantidade de obras, a selecção dos impressos, a raridade dos manuscritos e os autógrafos de vetustas obras da nossa História Eclesiástica e Civil, aliada às doações particulares de D. Tomás Caetano de Bem – cujo Monetário era publicamente conhecido – e que, como Cronista da Sereníssima Casa de Bragança, tinha em sua posse manuscritos preciosos e únicos, relativos àquela Casa e à História de Portugal, tornaram-na numa doação excepcional”⁹⁵⁴.

Para além da confirmação da sua grande erudição, ambos os testemunhos – o de António Ribeiro dos Santos, da época do próprio D. Tomás, outro nosso contemporâneo e resultante de aturada investigação – fazem sobressair o valor das obras doadas maioritariamente sobre História de Portugal de acordo com as responsabilidades que D. Tomás assumia como Cronista da Casa de Bragança. Debrucemo-nos, então, sobre a correspondência a que aludimos.

O conjunto de cartas transcrito por Domingos encontra-se na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e cobre o período entre 1783 e 1797, sendo que os momentos mais importantes acontecem a partir de 1791 culminando o processo em Novembro de 1795 quando a doação fica decidida. Há cartas mais protocolares nas quais se expõem e discutem formalidades para a entrega das obras (por exemplo, as cartas que

⁹⁵² BNP COD 4610 (Obras ARS 28). Neste mesmo códice, António Ribeiro dos Santos lista exaustivamente todos os escritos de D. Tomás Caetano de Bem.

⁹⁵³ Referidas e transcritas por DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios...*1995.

⁹⁵⁴ Idem, *ibidem*: 78-79.

envolvem o Marquês Mordomo-Mor), outras em que se discrimina o conteúdo da doação. Algumas destas últimas são muito informativas e esclarecedoras merecendo referência individualizada.

Em data recuada, a 10 de Dezembro de 1791 (Doc. nº 1⁹⁵⁵), D. Tomás envia para conhecimento da Rainha uma descrição do seu *Gabinete Erudito* referindo que “este pode servir de princípio ao que Sua Majestade quiser juntar” (o que talvez constituísse sugestão para a formação de um gabinete com outra dimensão ou, se formos optimistas, referência a uma futura biblioteca) alegando que os “Monarcas da Europa estimam estas colecções” o que exemplifica dando notícia que Francisco Perez Bayer, Bibliotecário do Rei de Espanha, “que aqui esteve” (em Portugal, claro) e “levou muito livro bom”, o que aconteceu também com o Bibliotecário da Imperatriz da Rússia que “levou muitos manuscritos”, acabando por sugerir que no Colégio dos Nobres (à Cotovia) talvez haja espaço para instalar um “Régio Gabinete”. Atreve-se mesmo a pedir a sua nomeação “estimarei muito que Sua Majestade me queira honrar, e favorecer com o Cargo de Director de Seu Régio Gabinete”. Trata-se de uma carta bastante prematura, em 1791, relativamente ao que estamos a estudar (a criação da Real Biblioteca, em 1796) e isso deve ser assinalado, mas o mais interessante nesta carta é o facto de D. Tomás não se libertar do conceito de gabinete, designasse-o de erudito ou régio. Trata-se de uma concepção ligada ao passado, quando nos gabinetes se concentrava o conhecimento por virtude de neles existirem colecções preciosas, raras ou exóticas. No Anexo a esta carta (Doc. nº 2⁹⁵⁶) vem a enumeração, ainda que esquemática, dos documentos existentes no *Gabinete Erudito* ficando claro que a designação corporiza, efectivamente, o conceito, isto é, no *Gabinete*, com livros raros e manuscritos, convivem medalhas, moedas e outras antiguidades. Uma espécie de vitrina de objectos improváveis para o homem comum.

Só quatro anos mais tarde o assunto é retomado. Uma carta a 3 de Outubro de 1795 de Lourenço José da Mota Manso⁹⁵⁷, secretário do despacho, em nome do Mordomo-Mór para António Ribeiro dos Santos, pede-lhe um parecer com a máxima discrição, revelando alguma hesitação por parte de Sua Alteza sobre o valor das obras (curiosa esta precaução pedindo o parecer, claro, de Ribeiro dos Santos, o homem de confiança para estas matérias como vinha

⁹⁵⁵ Idem, *ibidem*: 109

⁹⁵⁶ Idem, *ibidem*: 110-111.

⁹⁵⁷ AHBN DGA/03/Cx01/Doc. 1. Esta carta, ainda que revele bem a actuação “diplomática” da Corte, não foi usada ou publicada por DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios...*1995. Tendo considerado muito interessante o seu teor, optámos pela sua publicação. Lourenço José da Mota Manso era secretário-tabelião na corte.

sendo hábito). O parágrafo a que aludimos, explicita: “porquanto o Príncipe tendo feito aceitação daquele oferecimento para a Biblioteca Régia, entrou depois a duvidar se aquele Padre podia dispor do Gabinete que oferecia; porém que recomendava a Vossa Senhoria todo o segredo e dextricidade a este respeito, para que o sobredito Padre não presumisse que se fazia tal indagação”. Uns dias mais tarde, a 12 de Outubro de 1795 (Doc. nº 3⁹⁵⁸), há resposta à oferta de D. Tomás e, nessa altura, o assunto é entregue a António Ribeiro dos Santos para se pronunciar mediante parecer escrito. Entre os dias 3 e 12 de Outubro deve ter havido troca de impressões e, portanto, o assunto passava a ser tratado oficialmente. Com rigor, e no exercício das suas funções a tomar conta dos fundos retidos na Mesa Censória sobre os quais produzira o *Relatório*, Ribeiro dos Santos avalia o conjunto que constituía o “Gabinete Erudito”, emite o inevitável e favorável parecer que envia a 7 de Novembro de 1795 em duas cartas independentes para o Marquês Mordomo-Mor, uma sobre os manuscritos em geral, livros e medalhas (Doc. nº 5⁹⁵⁹), outra sobre os manuscritos da Casa de Bragança, cujo valor e interesse estima assim:

“[...] que os tem [D. Tomás] delineado com vastíssimas indagações, e trabalho: o que tudo é de suma importância, e estimação, por serem quase os únicos monumentos, ou pelo menos os mais ricos e copiosos para o Anais de Bragança [...]. Pelo que esta preciosa colecção de manuscritos está pedindo as reais atenções e providências de Sua Majestade não só para se conservar inteira sem distracção e descaminho, mas também para se entender no conhecimento, manejo e uso dela, para que não suceda, que por falecimento do dito Padre, ou se desordene, e confunda a série, e clave destes papéis, ou se achem ainda pouco inteligíveis, e apurados, como tem acontecido a quase todas as memórias, e apontamentos dos cronistas seus antecessores”(Doc. nº 4⁹⁶⁰).

Para além do sentido prático revelado ao colocar-se de sobreaviso perante o débil estado de saúde de D. Tomás, duas outras informações significativas se retiram: por um lado, os manuscritos foram sendo reunidos mercê das investigações realizadas por D. Tomás, ou

⁹⁵⁸ *Apud* DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios...*1995: 112.

⁹⁵⁹ *Idem, ibidem*: 115-118.

⁹⁶⁰ *Idem, ibidem*: 113-114.

seja, o conjunto de manuscritos parece ter crescido segundo alguma lógica e, por outro, é indispensável manter a ordem existente e a chave para nele entrar. Reunindo estas informações, podemos detectar o espírito de colecção quer na forma como os manuscritos foram sendo reunidos o que aconteceu mercê de trabalho aturado (“indagações”) quer porque existe forma (“clave”) de os aceder. Não sabemos o fundamento teórico, se algum, utilizado para organizar tão rico fundo mas admitimos a existência de uma noção de colecção, ainda que ténue.

Na carta sobre os manuscritos, livros e medalhas, Ribeiro dos Santos exprime uma opinião muito curiosa a merecer destaque no contexto desta dissertação. Diz ele:

“A oferta de todas estas peças, e colecções fazem os Padres a Sua Majestade de seu motu próprio [...] por desejarem dar um respeitoso testemunho já de sua particular vassalagem, já de sua dívida de gratidão à Casa Real, donde houveram pela grandeza, e liberalidade dos Senhores Reis D. João V e D. José I [...] as quantiosas somas, com que haviam comprado a maior parte destes ricos monumentos, e colecções, depondo assim nas Reais Mãos de Sua Majestade os mesmos bens preciosos, que seus Augustos predecessores lhes haviam dado, e esperando ao mesmo tempo, que à sombra do Trono poderão ficar mais seguros das ruínas do tempo, do que na Casa decadente, e derrotada, em que ora estão, e servir de maior utilidade à Literatura Nacional, do que servem no estado actual em que se acham” (Doc. nº 5 ⁹⁶¹).

Ou seja, sendo que o conjunto valioso fora adquirido com dinheiro proveniente da Coroa, era no mínimo razoável que voltasse para a Coroa e ficasse guardado à sombra do Trono onde seria de maior utilidade para a cultura nacional (“literatura nacional”), isto é, para os interesses nacionais. A argumentação de Ribeiro dos Santos é óbvia, deixa transparecer um projecto de futuro e isso é que importa sublinhar. Nessa altura, em Novembro de 1795 ainda não existe a Real Biblioteca Pública; Ribeiro dos Santos estaria a trabalhar na sua organização começando por identificar e dar ordem ao material que encontrou na Mesa Censória mas, obviamente, o seu pensamento já se projectava no futuro mais não fosse porque a

⁹⁶¹ Idem, *ibidem*: 115-118.

Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros (sucessora da Real Mesa Censória) fora extinta em 1794.

Depois de mais alguma correspondência trocada de carácter administrativo, relativa aos trâmites da indigitação de António Ribeiro dos Santos para tratar do assunto da doação de D. Tomás, surge finalmente o Aviso de José de Seabra da Silva⁹⁶² de 18 de Março de 1797 para o Desembargador Francisco Franco Pereira sobre a entrega da doação:

“A Raynha Minha Senhora hê servida que V.M. logo que este lhe for entregue passe à Caza dos Clerigos Regulares da Divina Providencia da Cidade de Lisboa, e tome nota de todos os Livros, Manuscriptos, Peças, e Documentos da Antiguidade, que se acharem nos tres cubiculos do dormitorio superior, que occupava o Padre Dom Thomaz Caetano de Bem, e no outro dormitorio inferior, em que ele tambem rezidia, pertencentes à collecção de obras, que o dito Padre, e a sua Commuidade, pella parte, que lhes tocava, havião offerecido à Sua Magestade para a Real Bibliotheca Publica da Corte, e que a mesma Senhora foi servida aceitar por bem dos Estudos da Capital, procedendo à todos os actos jurisdicionaes, que necessarios forem para a sobredita arrecadação; digo forem para a boa arrecadação dos sobreditos livros, papeis &c. fazendo de tudo entrega em forma legal ao Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos como Bibliothecario Maior da sobredita Real Bibliotheca, para nella os recolher, e guardar como convem, e dando parte de assim o haver executado.”

Trata-se de um despacho, copiado e colado no ante rosto do *Catálogo Metódico*⁹⁶³ também transcrito por M. Domingos (Doc. nº 11⁹⁶⁴). Finalmente, preto no branco, por extenso o nome da biblioteca e a responsabilidade que ela corporiza o que, aliás, não admira uma vez que o Alvará de criação da RBPC é de Fevereiro de 1796.

Em 31 de Janeiro de 1798, finalmente, o documento que regista a entrada na Real Biblioteca do *Catálogo Metódico* relativo à doação (Doc. nº 12⁹⁶⁵) e o documento sem data

⁹⁶² Ministro do Reino desde 1788.

⁹⁶³ *Catalogo methodico dos livros que a Commuidade dos Clerigos Regulares da Divina Providencia de Lisboa doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1796-1798*. BNP COD 12935-12937.

⁹⁶⁴ *Apud* DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios...*1995: 124.

⁹⁶⁵ *Idem, ibidem*: 125.

que constitui o próprio termo de doação. Dada a importância deste documento, transcrevemos a seguinte passagem muito significativa:

“[...] fizeram doação pura a esta Real Biblioteca, e gratuita de todos os livros, colecções e mss de qualquer que fossem, quais Sua Majestade houvesse por bem de mandar escolher, e separar pelo que o Desembargador António Ribeiro dos Santos [...] procedeu a escolha, e separação dos livros colecções e mss que havia na Livraria, e nos gabinetes do Convento quais pareceram mais próprios, e mais úteis para esta Real Biblioteca [...]. Foram todos remetidos para esta casa, e incorporados na sua biblioteca, e constam do catálogo que se deles fez em três volumes [...]. Com esta numerosa aquisição acresceu tanta e tão alta riqueza a esta Casa que só por ela independentemente do rico fundo que já tinha de muitos livros se fará preciosa, e respeitável nas idades [...]” (Doc. nº 13 ⁹⁶⁶).

De forma indiscutível ficamos a saber que a doação foi “pura e gratuita” embora se discuta se a Coroa não terá depois contribuído com alguma renda para acudir às necessidades imediatas da Divina Providência, dúvida legítima que se coloca se considerarmos a autorização de pagamento dada aos Padres da Congregação da Divina Providência de S. Caetano datada de 12 de Setembro de 1796, o que é confirmado por documento comprovativo do pagamento efectuado com dinheiro retirado do cofre do Subsídio Literário por ordem da Rainha e datado de 21 de Junho de 1798⁹⁶⁷, pagamento que subtilmente parece ter-se transformado em renda regular quando, um pouco mais tarde, por portaria de 6 de Julho de 1798 explicitamente se declara que

“[...] se pagassem ao Superior da Congregação da Divina Providência os cem mil reis que se lhe tinham mandado dar mensalmente do dinheiro aplicado as despesas da Real Biblioteca Publica em compensação dos livros que para ela vieram da dita Congregação [...]” ⁹⁶⁸.

⁹⁶⁶ Idem, *ibidem*: 126-127.

⁹⁶⁷ Ambos os documentos em AHBN/CR/03/Cx01/Doc. 01.

⁹⁶⁸ AHBN/CR/09/Lv02 – *Termo de Abertura*, f. 6 v.

Ficamos também conhecedores que Ribeiro dos Santos fez uma selecção e escolha de acordo com a utilidade que as obras poderiam ter para a Real Biblioteca. Esta opção pela escolha e selecção é, sem margem para dúvida, um sinal da grande estrutura que Ribeiro dos Santos tinha em mente e afincadamente punha de pé. Não se deixava iludir pela presença de muitos livros, nem mesmo por muitos manuscritos. Para a Real Biblioteca, ele procurava o melhor, possivelmente a obra única, aquela que completava o conjunto existente, pelos vistos em formação. Esta preocupação com a selecção e linha de rumo, aceitando os pressupostos de Chartier⁹⁶⁹, é um sinal de modernidade e, nesse particular, ele consegue um lugar à parte para si e para a Real Biblioteca na história das bibliotecas em Portugal.

O núcleo dos Teatinos é, assim, o segundo a exigir a atenção de Ribeiro dos Santos. Teve de o avaliar e de o organizar para depois o poder juntar com unidade interna (o cuidado de um bibliotecário que ambiciona ter público) ao núcleo proveniente da Mesa Censória, garantir uma integração lógica o que se revela tarefa muito difícil, dificuldade para a qual Naudé havia alertado⁹⁷⁰. Estamos muito longe de uma biblioteca particular, por mais bem organizada que se apresentasse; somando a livraria da Mesa Censória com a dos Teatinos, a única forma de garantir a sua arrumação, utilização e progresso, é aplicar um esquema classificativo, aliás, na linha das preocupações de Naudé. Enquanto Ribeiro dos Santos prossegue com esta tarefa hercúlea, vai-se perfilando no horizonte a doação de Frei Manuel do Cenáculo a qual, como destacámos (*Ver 6.2*), também merece ser considerada num nível superior.

A **Doação de Frei Manuel do Cenáculo** constitui o terceiro grande lote que entra na Real Biblioteca Pública da Corte. Sobre o seu valor e oportunidade, já elaborámos na Secção 6.2 dedicada a Cenáculo. Se optámos por analisar a correspondência trocada entre António Ribeiro dos Santos e Cenáculo na Secção dedicada a Cenáculo é porque pensamos que, no conjunto da correspondência, ela pesa mais para o lado do ofertante (Cenáculo) do que para o receptor (Ribeiro dos Santos). Mas não poderemos deixar de acrescentar um comentário que acreditamos ser importante: a doação que Cenáculo fez é tardia para quem se preocupou tanto com a criação da Real Biblioteca. Em Setembro de 1796, data a que remonta a primeira carta do vasto núcleo trocado entre Ribeiro dos Santos e Cenáculo a propósito da doação, a Real Biblioteca era uma realidade, a doação dos Teatinos está aprazada, ultimam-se apenas os

⁹⁶⁹ CHARTIER, Roger – *Obra cit.*

⁹⁷⁰ NAUDE, Gabriel – *Obra cit.*

pormenores. De Beja, dir-se-ia que Cenáculo esperava pelo momento certo e este seria, com certeza, quando o futuro da Real Biblioteca não oferecesse dúvidas, quando estivesse demonstrado que se trilhava um caminho sem retorno. Contudo, ao fazer um compasso de espera pelo momento ideal, Cenáculo perdeu a oportunidade de ser o primeiro grande doador, falhando em parte a sua associação ao projecto que, através da palavra, tanto tinha defendido.

6.3.6 – Cento e cinquenta códices: pensamento e coerência – O manancial de manuscritos - entre minutas, cópias, borrões, originais – deixado por António Ribeiro dos Santos é monumental, inclui os códices mas também o epistolário, e encontra-se reunido e disponível, maioritariamente, na Biblioteca Nacional de Portugal⁹⁷¹. A dificuldade de análise resulta da vastidão mas também do facto de, em muitos casos, haver variantes (entre borrões e cópias) para o mesmo texto com anotações do próprio Ribeiro dos Santos, versões dispersas pelos códices e pelo conjunto de manuscritos avulsos, sem mencionar as cópias e os originais existentes noutras bibliotecas, nomeadamente na Biblioteca Pública de Évora. Organizados pelo autor, os cento e cinquenta códices (que para além de cota própria da BN também estão numerados com cota alfanumérica incluindo a sigla ARS/número) constituem uma peça interpretativa fundamental do pensamento de Ribeiro dos Santos. Esta constatação permitiu, aliás, a Esteves Pereira a preparação e publicação da obra que várias vezes referimos. Apesar de partirmos da mesma fonte, a nossa contribuição prende-se com o conteúdo daqueles códices que se debruçam sobre bibliotecas e organização de bibliotecas. As preocupações de António Ribeiro dos Santos sobre bibliotecas ficam patentes na correspondência que ele troca com um sem número de correspondentes (*Ver 6.3.7*) mas a organização das colecções, a hierarquização destas, a sua sistematização metódica está testemunhada nos códices. A correspondência que analisaremos trata sobretudo da aquisição de livros.

Organizados pela temática, trabalho do seu punho ou de copistas, os códices contêm textos teóricos ou doutrinários sobre assuntos tão variados como História de Portugal ou História Eclesiástica, Doutrina e Disciplina Eclesiásticas, Geografia e Corografia Hispânicas, a Lusitânia Romana, a Hispânia sob o Império Romano, Cartografia, Poesia Portuguesa,

⁹⁷¹ Os Códices encontram-se nos Reservados da BNP entre as cotas BNP COD 4583 e BNP COD 4732 (Obras ARS 1 a 150). Os manuscritos avulsos, organizados, encontram-se no Arquivo Histórico da BNP (Reservados) e para a sua identificação torna-se indispensável a consulta do *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)* organizado por Maria Madalena Machado Garcia e Lígia de Azevedo Martins.

Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses, Escritores Eclesiásticos, Tipografia em Portugal, Bibliografias, Numismática, Poetas Didácticos, Botânica, Poesia de Elpino Duriense, Legislação Portuguesa, Língua Portuguesa, História da Grécia e Roma, Gramática entre outros, para não referir os manuscritos que foram impressos e de que ele também dá notícia. Ribeiro dos Santos cita autores, transcreve, opina, traduz, concretiza e expõe o seu próprio pensamento. Constituem esta amálgama exuberante, documentos preparados ainda em Coimbra⁹⁷² e outros já do período de Lisboa mas tudo foi organizado e devidamente agrupado por ele próprio em vida, sensibilizado para a necessidade de garantir ordem aos seus papéis os quais projectava deixar à Real Biblioteca, como veio a acontecer. No BNP COD 4607 averbou a seguinte nota: “Este exemplar impresso [Memórias para a história da literatura sagrada dos judeus portugueses pelo D^{or} António Ribeiro página de rosto impressa e publicada pela Academia das Ciências todo anotado por António Ribeiro dos Santos] por mim corrigido e acrescentado em algumas coisas por minha própria letra; e por esta razão pertence à classe dos Mss. que devem ir por meu falecimento para a Real Biblioteca da Corte como todos os outros meus António Ribeiro dos Santos [assinado e rubricado]”. Tendo em conta o volume de documentação, a variedade temática e também o facto de estarem reunidos borrões, originais e cópias, seria altamente improvável que hoje conseguíssemos penetrar naquela massa documental se ela não tivesse sido organizada pelo próprio. Deste complexo emaranhado estava António Ribeiro dos Santos bem ciente como se depreende pela nota que deixou no BNP COD 4613: “[Cópia] Erradíssima e embaraçadíssima por ser tirada de borrões dispersos, interlinhados e muito confusos pelo que de nada serve: acha-se emendada na outra cópia que serviu para a impressão desta obra que já vem no tomo VIII das Memórias de Literatura da Academia Real das Ciências de Lisboa António Ribeiro”. E bem sabia ele os perigos que corria; a esse propósito, no BNP COD 4648 esclarece: “É copiado quase todo dos meus borrões por letra de quem não sabia [refere-se a termos e frases dos clássicos da língua portuguesa] e por isso está aqui com muita imperfeição”. No âmbito desta dissertação, iremos apenas debruçar-nos sobre

⁹⁷² Sobre a mudança de Coimbra para Lisboa, temos a observação de António Ribeiro dos Santos lançada no BNP COD 4671: “*Fragmento de um livro que escrevi sobre as Leis e Usos de Portugal e se seguia ao outro da Espanha Árábica que com ela se me perdeu na mudança da minha livraria de Coimbra para Lisboa*”.

os códices que contêm informação esclarecedora sobre o pensamento de António Ribeiro dos Santos em matéria de bibliotecas⁹⁷³.

Ribeiro dos Santos preocupava-se com a situação das bibliotecas em geral não apenas com a de Coimbra ou a de Lisboa. O BNP COD 4604 (Obra ARS 22), por exemplo, constitui uma verdadeira história da edição em português com anotações sobre a existência de livros, alguns referenciados pelo Bispo de Beja, a sua localização em diversas bibliotecas, notas sobre a tradução e outras de carácter biobibliográfico. Enumera muitas obras e livrarias particulares de referência como a biblioteca do Cardeal Cunha, do Principal Castro da Universidade de Coimbra ou do Convento de Brancanes (Franciscanos) em Setúbal. No seu conjunto, contém informação útil sobre a circulação de ideias, sobre os livros e seus possuidores.

Mais interessantes são aqueles códices que vão denunciando a sua intervenção na construção da Real Biblioteca seja por iniciativa própria seja no cumprimento das instruções do Inspector-Geral, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Está neste último caso, por exemplo, o BNP COD 4615 (Obras ARS 33) que contém uma lista manuscrita pelo próprio Ribeiro dos Santos com a seguinte anotação: “Adições que fez o Exmo Snr D. Rodrigo de Sousa Coutinho à encomenda de obras periódicas”. Alusões à tutela muito interventiva de D. Rodrigo encontramos também no BNP COD 4631 “foi copiada e a cópia ficou na mão de D. Rodrigo”⁹⁷⁴. As listas de livros, em apreciação eventualmente para compra, são frequentes: o BNP COD 4615 (Obras ARS 33) e o BNP COD 4616 (Obras ARS 34) são bons exemplos dos conhecimentos e preocupações de Ribeiro dos Santos, ficando nós apenas com dúvidas se serão listas de obras para adquirir ou para organizar, situação que a simples análise dos códices não chega para esclarecer.

Nesta mesma ordem de ideias, também são surpreendentes as listas que Ribeiro dos Santos elabora deixando imenso espaço (isto é, cadernos) em branco, lacunas que muito provavelmente tencionaria completar com informação hierarquizada que fosse reunindo como acontece no BNP COD 4622 (Obras ARS 40) no qual um *Catálogo de Livros escolhidos da História da França* é composto de várias entradas que se sucedem (por exemplo, Flandres, Normandia, Bretanha) e as páginas estão em branco obviamente à espera de serem completadas com a bibliografia correspondente. Estes códices assim arrumados, são, portanto,

⁹⁷³ Os BNP COD. 4604, 4615, 4616, 4617, 4622, 4623, 4625, 4626, 4627, 4628, 4629, 4630, 4631, 4676, 4683, 4708, 4712, 4714, 4716, 4726, 4732 contêm todos algum tipo de informação relativo a bibliotecas seja de carácter geral seja ao caso específico da RBPC.

⁹⁷⁴ Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 20 – 20.6.

documentos de trabalho. Pode ser que muitos destes apontamentos, depois de passados a limpo, tivessem constituído encomendas a livreiros. Os assuntos são muito variados: no BNP COD 4626 (Obras ARS 44) aparece um *Catálogo dos Livros de Botânica que há na Real Biblioteca da Corte* pelo D^{or} António Ribeiro mas também um *Catálogo de Livros escolhidos das artes mecânicas e liberais* (incluindo Belas Artes) onde vem a *Encyclopédie, édition de Paris. Des Arts et Métiers faites ou approvées par Messieurs de l'Académie Royale des Sciences de Paris par J. E. Bertrand a Neuchatel, 1771* e a *Encyclopédie methodique nouvelle edition enrechi de remarques dediée a la Serenissime Republique de Venese. Arts et Metiers Mechaniques, Padua, 1784* enquanto no BNP COD 4623 (Obras ARS 41), aparece um *Catálogo de nobiliários gerais* e também uma *Lista dos livros de itinerários e viagens que há na Real Biblioteca da Corte*. Neste mesmo códice, a f. 153 v., refere a *Voyage pittoresque de la Grèce do Conte de Choiseul* Gouffrer Paris 1778, referência que deixaríamos passar incólume não fosse o facto do Comte de Choiseul ser o protótipo do viajante do século XVIII no qual a curiosidade se associa à vastidão de conhecimentos em equilibrada combinação. Neste mesmo COD 4623 (f. 169 v.) inclui uma listagem de periódicos da qual destacamos o periódico português *Bibliotheca das Sciencias* (Porto) e o outro periódico português, ainda que tradução, o *Jornal Enciclopédico* (Lisboa). Nos BNP COD 4624 (Obras ARS 42) e BNP COD 4625 (Obras ARS 43) faz referência a catálogos de livros de poetas gregos e romanos, às suas melhores edições, e numa mistura estonteante de poetas didácticos gregos, latinos, alemães, castelhanos, poetas eróticos gregos, latinos, italianos (e refere Ariosto), franceses (entre os quais refere Fénelon – *Aventures de Télémaque*. Amsterdam, 1734 ou Rabelais – *Oeuvres*. Amsterdam, 1742) ou poetas didácticos franceses (onde inclui Voltaire). Os seus apontamentos revelam conhecimentos muito vastos e actualizados (por exemplo, na Botânica ou Física cita autores como Lineu, Buffon ou Pascal) que ele tentava arduamente organizar de forma a trazer para a biblioteca essa informação minimamente preparada, informação que nem sempre estaria dentro dos parâmetros permitidos pela censura mas que Ribeiro dos Santos insistia em ter disponível na(s) biblioteca(s). Colocamos no plural a alusão a bibliotecas porque embora as datas dos códices sejam tardias e devam corresponder ao período em que esteve à frente da Real Biblioteca não é de descartar que algumas daquelas notas possam ainda ter sido escritas em Coimbra.

A compilação das bibliografias não prossegue sem critério e revela sempre um envolvimento pessoal como ressalta deste apontamento *“Bibliografia militar em que se*

apontam em cada classe das ciências e artes militares algumas obras antigas e modernas de melhor nota segundo a ordem por que foram lembrando” (BNP COD 4627, Obras ARS 45).

No BNP COD 4629 (Obras ARS 47) encontramos referências muito interessantes mas também anotações de ordem bibliográfica ora citando o autor donde tirou a referência ora dando informação, por exemplo, “não fala Barbosa” ou indicações explícitas como “Devem ir por ordem alfabética” o que se assemelha a uma instrução para o copista. Ainda o *Catálogo das Bíblias de mais estimação que há na Livraria da Universidade de Coimbra* pelo D^o António Ribeiro ou *Catálogos de Livros, Tratados sobre os Livros e Bibliotecas* ou as *Edições dos Clássicos de Bodoni*⁹⁷⁵, documento autógrafo de António Ribeiro dos Santos que tem a seguinte nota no topo da página à esquerda: “Foi encomenda que fiz ao Marquês” seguramente ao Marquês de Ponte de Lima, Mordomo-Mor e Inspector-Geral da Biblioteca. Esta lista feita pelo próprio António Ribeiro dos Santos é muito minuciosa, indicando o formato, o tipo de caracteres (por exemplo, “cursivos”) e mesmo o tipo de papel (por exemplo, “papel real fino”) a que as edições a adquirir devem obedecer. Trata-se de um apontamento muito curioso, revelador do conhecimento e interesse que Ribeiro dos Santos tinha sobre Bodoni muito antes da interferência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho o que, de facto, só acontece depois de este ter sido nomeado Inspector-Geral da RBPC em 1801 sucedendo ao Marquês de Ponte de Lima.

Este BNP COD 4629 (Obras ARS 47) abre com História Política de Portugal e a quantidade de títulos, por exemplo, sobre genealogia, nobiliários ou crónicas revela uma preocupação em constituir uma colecção que possa servir de fundamento à questão da nacionalidade, traduzindo, em simultâneo, a proverbial e antiga atenção da cultura nobiliárquica às genealogias desde a Idade Média. Se juntarmos esta informação a uma outra sobre o interesse, cuidado e insistência postos na aquisição de autores portugueses e também na selecção em que se aplicou na selecção das obras provenientes dos Teatinos ou ainda o seu interesse pelos bibliógrafos portugueses⁹⁷⁶, julgamos haver aqui argumentos suficientes para acreditar que a visão que Ribeiro dos Santos tinha para a Real Biblioteca passava em grande parte pela preocupação em reunir obras que a pudessem distinguir de outras bibliotecas enquanto a muniam daqueles documentos que poderiam apoiar o poder político central.

⁹⁷⁵ Na Secção 6.4.3 expandiremos um pouco sobre a relação entre Bodoni e a Real Biblioteca mercê do empenho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

⁹⁷⁶ Como também acontece com a *Carta sobre os Bibliógrafos Portugueses*. In BNP COD 4705 (ARS 123), f. 172-174 v.

No mesmo códice 4630, para o tema *Escritores Modernos. Sistemas de Política* refere autores como Montesquieu, Hume, Locke, Condillac, Wolff [Wolfio no original], Genovesi. Ainda no mesmo códice inclui *Bibliografias periódicas* na qual menciona títulos de periódicos franceses, alemães, suecos, suíços⁹⁷⁷. Esta preocupação com obras de referência levam Ribeiro dos Santos a organizar outra entrada *Bibliographias Simples ou Catálogos de Livros* na qual vêm listadas os mais variados catálogos de bibliotecas famosas, por exemplo, a Bodleiana de Oxford (COD 4630, f. 118-124). Na secção *Tratados sobre os Livros e Bibliothecas* (COD 4630, f. 126-127 v.) cita obras que dão indicações sobre o conteúdo de bibliotecas mas também como constitui-las⁹⁷⁸. Refere Naudé (ed. 1627) mas também Le Gallois – *Traité des plus belles bibliothèques de l’Europe(...)*. 1680⁹⁷⁹. Este *Traité*, também conhecido de Cenáculo como aludimos anteriormente⁹⁸⁰, consta de uma longa e minuciosa história das bibliotecas, como o título antecipa, e também história da tipografia. O *Traité* termina com um capítulo, em forma de carta dirigida a *Monsieur de...*, figura não identificada como já vimos ser frequente no próprio Ribeiro dos Santos correspondendo, portanto, a uma prática habitual, sobre *Des moyens de composer une bibliothèque* ao longo do qual tece comentários muito sugestivos de carácter prático. Reproduzimos dois ou três a título de exemplo. Uma primeira consideração prende-se com a valorização da biblioteca, a coisa mais louvável que se pode fazer sobretudo se não se destina à instrução do próprio mas de utilidade pública; comenta de seguida como podem as pessoas pensar que não é preciso grande coisa para organizar uma biblioteca: dizem [essas pessoas] que é apenas a ciência de uma biblioteca, logo, pouca coisa, como se todos os bibliotecários conhecessem a arte de organizar uma biblioteca! E, traduzindo, citamos:

“Pelo contrário, creio que muito poucos o sabem porque esta arte não consiste em juntar indiferentemente toda a espécie de livros, para os confundir quando todos juntos e de os colocar em filas sem os distinguir. Existem outras regras e outras leis segundo as quais uma biblioteca se rege, para organizar

⁹⁷⁷ Por se tratar de listas muito curiosas, reproduzimos algumas a título exemplificativo.

Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 11 – 11.2.

⁹⁷⁸ Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 11 – 11.2.

⁹⁷⁹ Destes dois autores existem obras na BNP, nomeadamente os dois títulos em causa, mas não podemos afixar se os títulos foram adquiridos no período de Ribeiro dos Santos ou posteriormente. O exemplar da obra de LE GALLOIS, a fazer fé na indicação averbada no próprio livro, foi adquirida em 1959; quanto à obra de NAUDÉ, não foi possível apurar a data de entrada na BNP.

⁹⁸⁰ In *Disposição Quarta do Superior Provincial da Terceira Ordem de S. Francisco no Reino de Portugal em obsequio da sua mesma Congregação*. 1776: 49-50.

convenientemente uma biblioteca, o que exige uma grande capacidade. [...] É certo que é necessário saber, cuidado e dinheiro para erigir uma biblioteca. É preciso saber para conhecer os livros e discernir os bons dos maus que são escusados na biblioteca. É preciso cuidado e esforço para procurar os livros necessários e, por fim, é preciso dinheiro para os comprar [...] podemos dizer que três coisas são necessárias para erigir uma biblioteca: 1º a quantidade de livros; 2º a sua qualidade e 3º a ordem segundo a qual devem ser dispostos”.

Mais interessante é ainda a distinção que Le Gallois faz entre uma biblioteca privada e outra pública:

“Porque se um particular medianamente rico quer erigir uma biblioteca para uso exclusivo, não precisa de se arruinar por causa disso; mas deve tomar mais em atenção a qualidade do que a quantidade de livros [...] Mas se um particular rico procura a glória através da criação de uma biblioteca que seja livre e útil ao público, deve enriquecê-la com toda a espécie de livros e para isso deve procurá-los por todo o mundo. Porque podemos dizer que, como num prado, um boi encontra a erva, o cão as lebres e a cegonha os lagartos para seu alimento, também é preciso que numa biblioteca pública todos os sábios, e há tantos diferentes, encontrem o que precisam; isto é, que cada um aí encontre os livros que lhe possam servir naquilo que sabe, ou no que deseja aprender”.

Estas considerações, ainda que genéricas, constituem uma sólida base de trabalho e, se acaso foram escutadas, o resultado só poderá ter sido positivo. Depois seguem-se sete classes bem definidas que devem constituir uma biblioteca mais uma oitava classe, de miscelânea, e ainda as respectivas subdivisões. Termina evocando autores que escreveram acerca de como organizar uma biblioteca entre os quais menciona Naudé. Não podemos afirmar que Ribeiro dos Santos tenha seguido à risca, ou não, este conjunto de sugestões, mas que conhecia o livro é um facto, e que se munuiu de alguns cuidados elementares, parece óbvio. Que Ribeiro dos Santos se preocupava com a arrumação das obras de forma a permitir o seu acesso é evidente. Numa minuta sugerindo a impressão dos Catálogos da Biblioteca na Real Oficina Tipográfica, tanto alfabéticos como metódicos, justifica a sua iniciativa esclarecendo que era preciso “se

soubessem assim mais facilmente os muitos e mui preciosos documentos e subsídios que se podem achar e consultar naquela Casa em todas as classes das Artes e das Ciências [...] ”⁹⁸¹. Quando relatou a situação da Real Mesa Censória, demonstrou a mesma preocupação com os catálogos; Ribeiro dos Santos percebia bem o interesse e necessidade da existência de catálogos.

Por seu turno, o BNP COD 4630 (Obras ARS 48) dá indicação dos *Livros dos pedidos que tem João Baptista Reycond mercador de livros* (trata-se de uma lista muito longa, cópia, em que as obras têm o preço, excepto uma que já foi vendida, e têm um número de ordem que talvez indique a ordem no mercador de livros). E ainda *Catálogo de várias obras manuscritas que há na Real Biblioteca Pública da Corte, na Biblioteca do Dor. António Ribeiro, e em algumas outras, disposto metodicamente e feito pelo mesmo Dor António Ribeiro para sua particular lembrança e consulta, 1798*. Trata-se de um título muito sugestivo porque explica o sentido das listas e dá indicação que nas listas podem estar misturadas obras de várias proveniências como é este caso, além de estar datado confirmando que estes documentos são bastante tardios. Depois de cada título dá indicação a que biblioteca pertence: Real Biblioteca da Corte, Biblioteca Riberiana (do próprio Ribeiro dos Santos), Biblioteca das Necessidades (Oratorianos), Livraria do Colégio das Carmelitas Calçadas de Coimbra. No caso de o livro existir em mais do que uma biblioteca, refere todas. Segue-se ainda uma tábua cronológica dos livros impressos no século XV que há na Real Biblioteca de S. Vicente de Fora e uma *Memória* com as postilhas manuscritas correspondentes a pareceres jurídicos da Universidade de Coimbra do século XVI existentes na Biblioteca do Escorial cujo levantamento foi feito por Francisco Perez Bayer e copiada por Monsenhor Ferreira Gordo. Este volume, avassalador de informação, continua no BNP COD 4631 (Obras ARS 49) quando se preocupa em registar que se trata de *Lista dos livros em espanhol para surtimentos* cuja ordem e fim parecem óbvios e onde António Ribeiro dos Santos vai anotando “raro” ou “muito raro” ou “bom” ou “ótimo” deixando transparecer o grau de conhecimento que tinha e revelando que são verdadeiros documentos de trabalho. E mais um catálogo de livros *Para surtimento da Real Biblioteca de Lisboa pelo D^{or} António Ribeiro: Encomenda de obras periódicas de França. Encomenda de obras periódicas de Espanha. Encomenda de obras periódicas de Alemanha*, listas que terão alguma coisa a ver com as sugestões de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, suspeita mais do que fundamentada depois de ler uma última anotação de Ribeiro dos Santos: “(Nota de D. Rodrigo)

⁹⁸¹ AHBN/DGA/03/Cx04/Doc. 11.

Busching - Woechentelied Nachrichten (ignoro se continua)”, ou seja, uma instrução de D. Rodrigo para que se adquira determinado título que o próprio António Ribeiro dos Santos não tem a certeza se continua a ser publicado ou não. Também uma *Lista das obras periódicas que há na Real Biblioteca de Lisboa que ou ainda continuam, ou de que podem faltar alguns volumes afim de se prover das continuações, ou antigas, ou modernas, e actuais* pelo D^{or} António Ribeiro [borrão do próprio]. Na página de rosto tem o seguinte muito curioso averbamento por António Ribeiro dos Santos: “foi copiada e a cópia ficou na mão de D. Rodrigo” como referimos anteriormente.

Sobre o conteúdo e fins destas listas de António Ribeiro dos Santos pode agora tentar-se uma síntese: **1º** nelas constam autores de comprovada modernidade; **2º** as listas do punho dele são rascunhos; muitas têm a observação “copiado”, isto é, as listas feitas por ele estão aqui reunidas mas, eventualmente, listas idênticas e “limpas” farão parte de outros códices; **3º** não é referido o fim dessas listas mas tudo leva a crer que seriam listas de livros a adquirir porque algumas das observações apostas assim o sugerem, por exemplo, “a edição de Londres é melhor que a de Leipzig [Lipsia no original]” ou “foi tirada da obra tal e tal” que fundamentam aquela referência, ora isto só faria sentido se o objectivo fosse a compra; **4º** não sabemos as datas em que essas listas foram organizadas; presumimos que são posteriores à fundação da RBPC partindo da constatação de que António Ribeiro dos Santos não teria tido tempo de as fazer já que a sua nomeação para Bibliotecário-Mor é um pouco repentina, mas também podemos adiantar que algumas listas já terão sido preparadas nos primeiros anos do século XIX uma vez que incluem obras editadas em 1801 e 1802; **5º** também há a considerar as observações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho as quais terão de coincidir com o tempo em que foi Ministro da Fazenda e Inspector-Geral da RBPC (1801-1803)⁹⁸².

Por outro lado, também somos levados a crer que se tratava de listas com sugestões de compras porque existem outro tipo de listas nas quais são averbadas as localizações (por exemplo, Biblioteca Riberiana (a do próprio) ou Real Biblioteca), ou seja, no caso destas listas não é de propostas de aquisição que se trata mas de informação sobre a existência de obras cujo interesse justificaria a informação sobre a localização. No BNP COD 4631 são mencionados autores cujo conhecimento por parte de Ribeiro dos Santos merece ser

⁹⁸² D. Rodrigo de Sousa Coutinho acumula as funções de Ministro da Fazenda e de Inspector-Geral da Real Biblioteca entre Novembro de 1801 e Setembro de 1803. Toda a actuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no tocante à RBPC, será devidamente escrutinada na Secção 6.4 dedicada a este político.

assinalado. Por exemplo, Leibniz com a *Collectanea Etymologica* (f. 91)⁹⁸³; António Genovesi com *Lecciones de Economia Civil y Politica* traduzidos em Espanhol com notas (f. 174)⁹⁸⁴; Campomanes com *Industria, e Educação Popular*. 6 vol. In 12º (f. 174)⁹⁸⁵; Winckelmann com *Oeuvres completes*. 8 vol. In 4º com 250 estampas e 100 vinhetas relativas à obra (as edições de 8º não tem notas) (f. 184-184 v.)⁹⁸⁶ Trata-se de quatro autores que revelam bem as preocupações, talvez os interesses, de António Ribeiro dos Santos, o seu cuidado com a provisão e modernidade que era preciso assegurar para a Real Biblioteca. Também a enumeração de títulos de periódicos⁹⁸⁷, em francês, inglês, alemão é imensa e quer tenha sido por influência de Sousa Coutinho ou não, o facto é que constam das listas. Os assuntos são os mais variados: medicina, física, legislação, belas artes, história. Sem margem para dúvidas, o que está em curso é a provisão maciça de uma grande biblioteca central com títulos de carácter laico e secular. Uma biblioteca que pretende assumir a sua verdadeira responsabilidade como equipamento científico.

Esta grande biblioteca também carecia de edifício próprio e, a pedido muito naturalmente do Inspector-Geral Marquês de Ponte de Lima, António Ribeiro dos Santos preparava-se para enviar um memorando sobre as necessidades em matéria de espaço e instalações próprias. O único testemunho que possuímos é um rascunho feito pelo próprio, sem data, muito incompleto mas que dado o interesse global e as referências a Itália, transcrevemos depois de expandirmos as abreviaturas indispensáveis e de actualizarmos a ortografia e a pontuação. Trata-se de um documento não datado, que transcrevemos de seguida na íntegra:

“Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca

III^{mo} e Ex^{mo} Snr

⁹⁸³ No BNP COD 4629 também refere Leibniz. Sobre esta curiosa afinidade intelectual entre Ribeiro dos Santos e Leibniz que, no nosso entender, passa pela questão do sistema de classificação a aplicar à Real Biblioteca, voltamos a ela em **6.4.2** quando destacamos o gosto pela matemática, que pode ter facilitado a aproximação entre Sousa Coutinho e Ribeiro dos Santos.

⁹⁸⁴ Antonio Genovesi, 1712-1769, italiano, filósofo e economista.

⁹⁸⁵ Pedro Rodríguez de Campomanes, 1723-1802, espanhol, político, jurista e economista. Adepto do despotismo esclarecido, a favor da expulsão dos jesuítas, ministro de Carlos III, também presidente da Real Academia de la Historia, Madrid, a partir de 1764. Possuidor de importante biblioteca, na qual as obras portuguesas ocupavam lugar significativo.

⁹⁸⁶ Johann Joachim Winckelmann, 1717-1768, alemão, com a sua *História da Arte da Antiguidade* (1764) considerado o fundador da arqueologia científica e da história de arte.

⁹⁸⁷ Sobre a aquisição de periódicos, Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 12, 13 – 13.1.

- § Ordena-me V. Ex^a que haja eu de expor o que entender sobre a maneira do edifício, que Sua Alteza Real determina mandar erigir nesta Corte para Casa da Real Biblioteca Publica haja eu de dizer o que entendo ser necessário para sua capacidade, ornamento e boa acomodação os Livros. Direi o que entender pois que V. Ex^a o quer
- § O edifício de uma Biblioteca demanda por seu destino e natureza uma arquitectura grande pois que é um monumento público destinado para depósito de todos os conhecimentos humanos e uma como habitação e aposento das Letras das Ciências e das Artes. Ao mesmo tempo deve ter toda a riqueza e magnificência da arquitectura e sumptuosidade até nos seus menores detalhes para que possa com rosto alegre e liberal convidar e receber a todos no seu recinto
- § há de apresentar um carácter sério como o da Biblioteca de Medicis de Florença de que foi architecto e decorador Miguel Ângelo. O conjunto da sala, e a sua proporção deve ter uma certa grandeza e harmonia
- § convém que tenha duas ordens no seu ornato externo: uma deverá rústica, outra jónica mui regular, sobre a qual haja de haver hum friso de gosto particular
- § o entablamento deve ser rico e coroado de uma balaustrada ou em pilastras que sustentem estátuas, ou bustos. Toda esta decoração deve ser tão magnífica e nobre como pura, e severa. As galerias cumpre que sejam de ordem dórica e belas
- § convém que os arcos sejam de exacta proporção e enriquecidos de figuras sobre as arquivoltas. A distribuição de tríglifos será exacta. As janelas da segunda ordem deverão ser de arcos cujas arquivoltas estejam adornadas do mesmo modo que as interiores
- § Pode talvez servir de exemplo a Biblioteca de S. Marcos de Veneza edificada por Sansivino que dizem ser obra assim no interior como no exterior a mais rica e mais análoga ao seu objecto que pode haver da qual dizia Palladio que era o edifício mais belo que se havia feito depois de Gregos e Romanos até o seu tempo. Devia mandar vir uma planta dele com a descrição
- § A peça que preceder a Biblioteca deverá ser uma sala destinada para lições públicas
- § He necessário hua Sala p^a Gabinete ou Museo que devera enriquecer-se de Estatuas e Baixos relevos e estatuas dos antigos Filofos [sic] e Artistas”⁹⁸⁸.

⁹⁸⁸ AHBN/DGA/03/Cx03, Doc. 66.

Sem data, considerado o teor do documento, talvez possamos colocá-lo no período em que Ribeiro dos Santos prepara a mudança da Real Mesa Censória para um espaço mais alargado, já no segundo andar da ala poente do edifício da Praça do Comércio⁹⁸⁹, quando se afanava em consertar, substituir ou adaptar os “trastes” (mobiliário), limpar o espaço e garantir a segurança das colecções com o recurso à Guarda Militar⁹⁹⁰. Ribeiro dos Santos estava assoberbado com trabalho, organizar a ex-biblioteca da Real Mesa Censória não era tarefa menor. Nos novos espaços re-alojava os livros que encontrara ao monte, sem catálogo ou qualquer sorte de inventário conforme se queixou no seu *Relatório*; transportava e integrava novos núcleos bibliográficos – incluindo a compra aos Teatinos e um pouco mais tarde a doação de Cenáculo - no espaço que lhe estava destinado. No meio desta actividade, é-lhe pedido⁹⁹¹ um projecto para uma “*Casa da Real Biblioteca Pública*”. Duplamente interessante este pedido: pelo pedido em si mesmo mas porque um pedido desta natureza pressupõe que haveria a intenção – mesmo que remota – de construir um edifício de raiz, portanto, deslocando os livros da ala poente para outro sítio. Esta hipótese de dispor de outro edifício consta no documento *Faz-se indispensável* (1773) de Cenáculo e também na *Dissertação* (1755) de Manuel da Maia como observámos anteriormente. Começam sempre pelas fundações, um fascínio redutor.

O *Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca* é um documento é muito incipiente, talvez por falta de tempo, talvez por falta de conhecimentos específicos mais profundos. Arriscamos adiantar que pensamos que o documento deve ter sido escrito entre Janeiro de 1795 e 1797. Antes de 1795 não é nada provável porque só nessa altura Ribeiro dos Santos começa a estar publicamente envolvido com o que resta da Biblioteca da Real Mesa Censória. Dizemos resta no sentido em que aquela, ou a sua substituta, havia sido extinta, era preciso dar destino ao que ficara no momento que a porta se fecha. Até finais de 1797, a movimentação continua no auge: re-organiza a ex-biblioteca da ex-Real Mesa Censória; integra a Doação dos Teatinos e culmina com a doação de Frei Manuel do Cenáculo. No final de 1797 parece ter atingido o clímax. Momento acertado para o Príncipe Regente lhe pedir um projecto para “*Casa da Real Biblioteca Pública*” que pudesse albergar tanto livro, tanta preciosidade.

⁹⁸⁹ Ver Figura nº 10 (extra texto).

⁹⁹⁰ Conforme se extrai da leitura do *Rol da despesa que por ordem do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor Marques Mordomo Mor se tem feito nas obras das quatro primeiras salas da Real Biblioteca da Corte....* AHBN DGA/03/Cx04, Doc.1.

⁹⁹¹ Sobre este pedido, a única informação de que dispomos consta das primeiras linhas do documento, inferindo-se assim que Ribeiro dos Santos recebeu o pedido através do Mordomo-Mor que deveria estar a transmitir a contade do Príncipe Regente.

Todo o documento *Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca* configura um projecto. Documento pouco extenso no qual ficam patentes as preocupações estéticas de Ribeiro dos Santos, muito mais do que preocupações relacionadas com a organização que tinha entre mãos e pela qual se esperava que respondesse cabalmente. Essas preocupações de ordem estética respeitam duas vertentes: por um lado, o impacto do futuro edifício como símbolo do poder; por outro lado, as características arquitectónicas e funcionais a considerar.

Ribeiro dos Santos tinha alguma informação sobre o que devia ser uma biblioteca, informação que talvez tivesse recolhido em Naudé; sabia como eram as bibliotecas da Europa, nomeadamente em Itália, mas o que na verdade interessa é a preocupação evidenciada em reunir o sentido da eficácia com o belo. Ribeiro dos Santos sabe que tem a seu cargo a tremenda tarefa de preparar um edifício que será um “monumento público”. Apressa-se, pois, a caracterizá-lo em termos gerais porque um edifício com esta ambição tem de ter uma “arquitectura grande” a qual “deve ter toda a riqueza e magnificência da arquitectura” ao mesmo tempo que garante a “sumptuosidade até nos seus menores detalhes”. Para ele os dois exemplos que cita deverão ser seguidos: o exemplo da Biblioteca Laurenciana projectada por Miguel Ângelo (1475-1564)⁹⁹² na qual as proporções e a funcionalidade, sobretudo ao nível da iluminação natural mercê do carácter horizontal do espaço⁹⁹³, se combinam com a “grandeza e harmonia”; e o modelo da Marciana (com projecto de Jacopo Sansovino, 1486-1570, Veneza) cujo padrão de embelezamento aconselha a copiar: as ordens das colunas, o entablamento, os arcos e arquivoltas, as estátuas sobre as pilastras ao longo da balaustrada. Ribeiro dos Santos evoca estas duas grandes bibliotecas; o que ele conhecia delas deveria ser através de gravuras e livros, seguramente a partir da obra de Palladio (1508-1580). Comparando a descrição que Ribeiro dos Santos adianta com imagens da Marciana surpreende-nos a coincidência dos motivos e ornatos o que só se pode entender admitindo que Ribeiro dos Santos tivera acesso a documentação.

Para a biblioteca a construir, Ribeiro dos Santos aconselha a consideração de uma sala para “lições públicas” não sendo fácil perceber as suas palavras. Estaria a referir-se a um espaço para uso do público, o que hoje chamaríamos de sala de leitura? Não estamos seguros disso. Pelo contrário, podemos registar a proposta de uma sala para museu a qual deve ser

⁹⁹² A biblioteca projectada por Miguel Ângelo em 1524, por encomenda do Papa Cleemente VII, ele próprio um membro da família Médicis, tomou o nome de Biblioteca Médicis-Laurenciana, em homenagem a Lourenço, o Magnífico (1449-1492) e à intervenção deste no processo de reunião e salvamento da biblioteca.

⁹⁹³ FORTUNA, Aldo – *La Basilique de Saint-Laurent à Florence ...*1963.

decorada condignamente. Uma proposta de alguma forma ao arripio dos comentários sobre a Laurenciana e já um pouco fora do tempo. As soluções arquitectónicas encontradas para o edifício do Terreiro do Paço têm um lastro comum ao Mosteiro do Escorial o que não admira uma vez que, como vimos, Juan de Herrera tinha trabalhado no torreão ao tempo de Filipe II e, por seu lado, também recebera influência da arquitectura italiana.

Não restava nenhum motivo para que a futura Biblioteca “que Sua Alteza Real determina mandar erigir nesta Corte para Casa da Real Biblioteca Publica” fosse um armazém de livros. Sublinha a articulação que deverá existir entre “a capacidade, o ornamento e a boa acomodação de livros”. A Biblioteca seria um local de ilustração aonde daria prazer ir: “deve ter toda a riqueza e magnificência da arquitectura e sumptuosidade até nos seus menores detalhes para que possa com rosto alegre e liberal convidar e receber a todos no seu recinto”. Apresentar-se-ia com uma “arquitectura grande... um carácter sério... a sua proporção deve ter uma certa grandeza e harmonia”. Os cuidados postos nas indicações sobre a sumptuosidade fazem todo o sentido para uma biblioteca ao serviço do poder político e são coerentes com o ideário das Luzes.

Até que ponto esta proposta de Ribeiro dos Santos se inspirou naquela de 1773 assinada por Cenáculo não sabemos, não existe nenhuma prova dessa relação ou do contrário. O único facto que podemos assinalar é o interesse mútuo, o mesmo deslumbramento, um expresso por Ribeiro dos Santos em função daquilo que conhecia da Laurenciana e também da Marciana, outro manifestado por Cenáculo certamente reflectindo as suas visitas em Itália e ao Escorial (Ver 6.2). Uma das razões porque a leitura dos dois documentos se torna fascinante fica a dever-se à presença (e constatação) do mesmo tipo de propostas reflectindo uma igual preocupação com a grandiosidade de que o edifício se deveria revestir enquanto, qualquer deles, opta por um modelo arquitectónico de interior muito comum na Europa das Luzes.

No BNP COD 4676 (Obras ARS 94), finalmente, encontra-se a *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra. Consulta ou Apontamentos para o Regimento da Livraria da Universidade Pelo D^{or} António Ribeiro dos Santos Bibliotecário dela* sobre a qual nos debruçámos anteriormente e também outro documento sobre a mesma biblioteca *Notas ao Regimento da Casa e Oficiais da Livraria da Universidade escritas pelo D^{or} António Ribeiro por ordem do Ex^{mo}. e R^{mo}. Principal Castro Reformador, Reitor*⁹⁹⁴. O espírito reformador vai ainda manifestar-se na redacção dos *Estatutos das Reais Escolas de S. Vicente de Fora compostos*

⁹⁹⁴ BNP COD 4726 (Obras ARS 144), f. 51-54. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 27 – 27.5

pelo D^{or} António Ribeiro por ordem da Secretaria de Estado⁹⁹⁵ que apenas refere que os livros deverão ficar no cartório, a necessidade de dispor de mapas e globos para os alunos verem, questão curricular a que Ribeiro dos Santos volta em 1793 (BNP COD 4681, Obras ARS 99). As questões relacionadas com a regulamentação de bibliotecas volta a estar patente no BNP COD 4677 (Obra ARS 95) com o *Resumo da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa* que já analisámos anteriormente⁹⁹⁶. A preocupação com a sistematização fica patente nos vários esquemas que vai propondo para arrumação das colecções recorrendo ao adjetivo “metódico” para que não restem dúvidas quer quanto às suas preocupações quer quanto à fundamentação do seu pensamento. No BNP COD 4683 (Obras ARS 101) constam vários exemplos do que acabámos de afirmar: *“Planos de Distribuição metódica para certas classes de livros pelo Dor António Ribeiro”, “Distribuição metódica de um Museu Mineralógico e de seus livros”, “Distribuição metódica das matérias de Botânica para servir à classificação dos livros desta faculdade”, “Distribuição metódica para se arranjam os livros e tratados de diversas classes na Real Biblioteca de Lisboa pelo D^{or} António Ribeiro. Aqui estão somente algumas folhas que se iam tirando a tempo para formarem depois o sistema geral da arrumação”* (título e nota pelo próprio António Ribeiro dos Santos) e ainda a *“Notícia da Distribuição Metódica de todos os Livros, Mss. e Peças da Real Biblioteca da Corte”*⁹⁹⁷.

Um códice que merece particular destaque é o BNP COD 4708 (Obras ARS 126) o qual, apesar de se tratar de um copiadore de correspondência, contém o maior conjunto de cartas – entre cópias rasuradas e limpas e algumas duplicadas – escritas por António Ribeiro dos Santos a Cenáculo⁹⁹⁸, as quais na generalidade se prendem com a doação que Cenáculo faz à Real Biblioteca, assunto aprofundado na Secção 6.2. Também no COD 4713 (Obras ARS 131) se encontram mais cartas para Cenáculo na época em que este é elevado a Arcebispo de Évora e no BNP COD 4732 (Obras ARS 150), f. 29-29 v., há mais uma cópia de carta de António Ribeiro dos Santos dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a doação de Cenáculo.

O BNP COD 4712 (Obras ARS 130) continua a testemunhar o seu interesse e conhecimento sobre bibliotecas. A carta, incluída a f. 181-182, dirigida a destinatário não identificado que a seguir transcrevemos é disso testemunho:

⁹⁹⁵ BNP COD 4681 (Obras ARS 99), f. 29-47. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 14 – 14.7.

⁹⁹⁶ BNP COD 4677 e *tb.* AHBN CR/01/Cx01/Doc.08.

⁹⁹⁷ BNP COD 4683 (Obras ARS 101), f. 168-180 v. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 22 – 22.22.

⁹⁹⁸ Damos informação pormenorizada sobre a leitura, transcrição e publicação destas cartas em **Anexo 2 – Epistolografia em torno da doação de Cenáculo**.

“Meu Amigo como me vedes Bibliotecário da Universidade entendeis que eu vos posso dar notícias das Bibliotecas da Nação; contudo mal sei da que tenho a cargo, quanto mais das outras. Por vos servir porém com as poucas notícias que disto tenho aqui vos mando alguns apontamentos. Quanto às Bibliotecas dos Reis, o Snr. D. Afonso V foi o primeiro que ajuntou Livraria no Paço e parece que os Cronistas mores do Reino eram ao mesmo tempo Bibliotecários dela aos quais se mandavam entregar os livros por inventario juntamente com as chaves da Livraria Real o que se colhe da carta que o Snr. Rei D. Manuel mandou passar do Ofício de Cronista a Rui de Pina (Chancelaria de D. Manuel Livro 29, fol. 25). Esta Biblioteca Real começou de ser rica de cinquenta mil volumes a que a chegou o Snr. Rei D. Manuel o qual havia feito entrar nela as melhores edições de seu tempo, e todas as primeiras dos Clássicos Gregos e Latinos: cresceu depois em mais cabedal de livros que foram nela entrando nos tempos seguintes e até ao Reinado do Snr. Rei D. José: Pedro Gendron Mercador de Livros, e homem erudito em conhecimentos bibliográficos e que tinha visto muitas bibliotecas da Europa afirmava que nenhuma vira provida de tantas e tão antigas edições como ela. Mas perdeu-se este riquíssimo tesouro no terramoto de 1755. Depois da Biblioteca Real as melhores que existiam antes do terramoto eram as seguintes:

- 1º A do Duque de Lafões
- 2º A do Marquês do Louriçal
- 3º A do Conde do Vimieiro
- 4º A Dominicana de Lisboa
- 5º E a Carmelitana da mesma Cidade
- 6º E a do Oratório. Que todas se queimaram
- 7º A dos Teatinos ou Clérigos Regulares de S. Caetano de Lisboa”.

Os códices de Ribeiro dos Santos proporcionam, mais do que uma vez, descobrir o seu conhecimento sobre a situação das bibliotecas em Portugal seja sob que ângulo for. Os seus comentários, por vezes, são mordazes como os que a seguir transcrevemos sobre a incúria ou sobre a responsabilidade do Marquês de Pombal aquando da extinção da Companhia de Jesus: “[...] dos livros uns furtaram-se, outros converteram-se em papelão na oficina de Pallerini [sic],

aonde se viram andar de rojo pelo chão”⁹⁹⁹ ou “[...] o terremoto abrasou a maior parte dos quadros e das livrarias da corte; o Marquês deixou perder o melhor do que restava”¹⁰⁰⁰.

Aliás, neste mesmo BNP COD 4712, existem outras cartas bem interessantes, uma a f. 63 dirigida ao D^{or} Victorino José Lopes Lente da Universidade sobre o ensino da Matemática e na qual António Ribeiro dos Santos se manifesta nestes termos:

“[...] Que hão-de fazer em Portugal 2000 Arquimedes, 2000 Galileus 2000 Newtons? Quereis vós que vos diga o que nisto entendo? Não folgareis de mo ouvir mas digovos isto e acabo; é necessário que haja grandes Geómetras, Astrónomos, e Arquitectos; mas não é preciso, nem útil que sejam muitos. Deus vos faça um deles”.

O ensino e a história da Matemática não lhe são indiferentes e, em várias ocasiões, encontramos testemunhos nos códices como, por exemplo, quando escreve

“A D. Rodrigo de Sousa Coutinho apresentando-lhe Memórias acerca dos Matemáticos D. Francisco de Mello, e Pêro Nunes - Pois que V. Exa. folgou de ver na Real Biblioteca de Lisboa o livro inédito do sábio matemático D. Francisco de Mello e mostrou desejos de todas as notícias que pudesse haver do outro ilustre matemático Pedro Nunes vou com todo o respeito apresentar a V. Exa. segundo minha promessa o que tenho deles apontado em minhas Memórias par a História Literária de Portugal. Se isto puder servir de alguma coisa para os úteis projectos que V. Exa. tem formado em honra e benefício comum da Literatura Nacional, farei reformar e tirar a limpo uma cópia mais apurada, e mais digna de se oferecer a V. Exa. Deus guarde a V. Exa. muitos anos
Lisboa 24 de Dezembro de 1801
De V. Exa.
Reverente súbdito, e criado”¹⁰⁰¹.

⁹⁹⁹ COD 4713 (Obras ARS 131), f. 91-91 v.

¹⁰⁰⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁰¹ BNP COD 4714 (Obras ARS 132), f. 12. O texto manuscrito de Ribeiro dos Santos é, posteriormente, republicado, a saber: “Memoria da vida e escritos de D. Francisco de Melo”. *Memorias de Literatura Portuguesa*. Lisboa. T. 7 (1806) 237-249; “Memoria da vida e escritos de Pedro Nunes”. *Memorias de*

Este interesse pela matemática deve ser assinalado porque ao espírito racional e sistemático da matemática não é indiferente a valorização da organização bibliográfica com a classificação hierarquizada dos saberes e também porque D. Rodrigo, tendo-se distinguido nos seus estudos de matemática, ainda no Colégio dos Nobres, e tendo por via do gosto pela matemática estabelecido laços de amizade com José Anastácio da Cunha (1744-1787), respeitava o estudo da matemática e havia trazido de Turim essa preocupação que quis introduzir no país e fazer reflectir dentro da própria Real Biblioteca. Acresce dizer que esta preocupação com a matemática se espalda nas críticas que a Universidade de Coimbra tinha sofrido e das quais Verney tinha sido um brilhante porta-voz. A esta temática voltaremos na Secção 6.4 dedicada à figura e papel de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A consciência sobre o interesse da inclusão da matemática nos currículos académicos tem outros porta-vozes. O próprio D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho¹⁰⁰², bispo-conde e reitor da Universidade entre 1770-1779, que esteve envolvido, através da Junta de Providência Literária¹⁰⁰³, no levantamento da situação curricular e pedagógica da Universidade de Coimbra, se manifestou contra o “esquecimento e abandono total dos estudos matemáticos”¹⁰⁰⁴ e a Junta de Providência Literária, de cujas mãos dependia a reformulação da Universidade de Coimbra, bem demonstra as suas preocupações ao contratar o matemático José Monteiro da Rocha (1734-1819) para a organização dos estudos da matemática, prática que Monteiro da Rocha trazia do Real Colégio dos Nobres. Era sentida a necessidade de uma sólida educação científica e a matemática estava no centro das preocupações. Incorporada no currículo do Real Colégio dos Nobres por influência directa de Pombal, a matemática ganharia outros foros e acabaria por transitar daqui para a Universidade de Coimbra com a reforma pombalina de 1772. “A criação das Faculdades de Matemática e de Filosofia, e a completa

Literatura Portuguesa. Lisboa. T. 7 (1806) 250-283; “Sobre alguns mathematicos portuguezes e estrangeiros domiciliários em Portugal, ou nas conquistas”. *Memórias da Literatura Portuguesa*. Lisboa, T. 8, nº 1 (1812) 148-229. Apesar do tempo decorrido entre a apresentação do manuscrito (em 1801) e a sua edição (em 1806 e 1812) mesmo assim, o trabalho de Ribeiro dos Santos é pioneiro. O estudo muito afamado de Stockler é de 1819.

¹⁰⁰² D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1818), associado à reforma pombalina da Universidade de Coimbra, sofreu perseguição por parte de D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra, firme opositor daquele. D. Francisco de Lemos esteve na constituição da Junta de Providência Literária e foi autor da *Relação Geral do Estado da Universidade* (1777). Vítima do invasor francês, esteve exilado em França mais de dois anos. No seu regresso a Portugal não se livrou de alguma suspeição acabando por solicitar a intervenção régia para limpar o seu nome. Ver BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...* 1892-1902.

¹⁰⁰³ Sobre a composição e intervenção da Junta de Providência Literária, Ver 6.3.2.

¹⁰⁰⁴ *Apud* FERRÃO, António - *Obra cit.*: 16. Esta convicção de D. Francisco de Lemos também é referida por BRAGA, Teófilo – *Obra cit.*, t. 3: 264.

reorganização da Faculdade de Medicina constituem, indubitavelmente, a parte mais notável da Reforma de 1772”¹⁰⁰⁵.

A organização sistemática, hierarquizada que Ribeiro dos Santos se esforça por introduzir na Real Biblioteca transforma o que poderia ter sido mais um (grande) armazém de livros – mesmo que fossem raros e preciosos – numa considerável infraestrutura ao serviço do conhecimento. Um complexo e incompreensível labirinto transforma-se numa poderosa ferramenta de trabalho. Ao recorrer consistentemente a um sistema de classificação Ribeiro dos Santos indica um conhecimento metódico mas também um gosto e uma apetência pela aplicação de uma língua universal qual plataforma de entendimento que constitua “uma via directa de acesso aos outros e ao mundo que garanta um conhecimento adequado e universalmente partilhável”¹⁰⁰⁶. Esta relação directa entre a criação de uma língua universal e a questão da classificação em bibliotecas é amplamente discutida noutro trabalho de Pombo¹⁰⁰⁷, embora se reconheça que a temática não penetrou tanto quanto seria desejável no mundo específico das bibliotecas, quem sabe, devido ao carácter predominantemente funcional das bibliotecas. Este carácter funcional e pragmático acaba por ser o pior inimigo das próprias bibliotecas e do seu enriquecimento mas não vem aqui ao caso enveredar por essa discussão. A preocupação de Ribeiro dos Santos pela organização sistemática era um facto e talvez não se trate mais do que simples coincidência; talvez represente apenas um gosto expectável reflectindo o pensamento das Luzes mas não podemos deixar de associar os cuidados e orientação de Ribeiro dos Santos ao pensamento e às mutações intelectuais que iam fazendo caminho, fora e para além das bibliotecas. A organização e racionalidade que associamos à matemática é igual à ordem e classificação hierarquizada que Ribeiro dos Santos deixa plasmada nos seus apontamentos em matéria de propostas de aquisição e sendo esta preocupação uma constante, achámos que a devíamos assinalar.

Entre autores e livros que Ribeiro dos Santos recomenda para aquisição, também incluiu Leibniz (Ver BNP COD 4629 e BNP COD 4631). Ao relacionar esta recomendação com a preocupação que Ribeiro dos Santos manifesta na organização da Real Biblioteca, estaremos a forçar aquilo que poderá ser apenas pura coincidência? Dificilmente saberemos, mas importa assinalar esta relação sabendo que Leibniz foi matemático e bibliotecário. Relação que ainda

¹⁰⁰⁵ FERRÃO, António - *Obra cit.*: 91

¹⁰⁰⁶ POMBO, Olga – *Leibniz e o problema de uma língua universal*. 1997: 17.

¹⁰⁰⁷ POMBO, Olga – *Unidade da ciência e configuração disciplinar dos saberes*. 1997.

nos obriga a reflectir mais quando, sobre a “horível massa de livros” do seu tempo, Leibniz explicita:

“[...] a desordem será quase inultrapassável, a multidão dos autores tornar-se-á infinita em pouco tempo, [os livros] serão assim expostos ao perigo de um esquecimento total e a esperança de glória que anima muitos no trabalho dos estudos cessará de um momento para o outro”¹⁰⁰⁸.

Esforço idêntico de sistematização encontramos no COD 4627 (Obras ARS 45) no qual consta uma *Bibliografia matemática ou catálogo de livros escolhidos de ciências matemáticas*. O Bibliotecário-Mor procurou não esquecer nenhuma matéria, incluindo a Matemática.

Que o primeiro bibliotecário do reino tenha tido alguma espécie de intervenção no sentido de conferir à matemática um lugar na Real Biblioteca, independentemente do sucesso da sua medida, é assinalável. À sua maneira e escala, Ribeiro dos Santos tentava introduzir na Real Biblioteca a secularização e as novas ferramentas intelectuais que Pombal ensaiara com o novo currículo e com a Universidade de Coimbra. Depois de se ter batido pela inclusão da Aritmética e Geometria no currículo das Reais Escolas do Mosteiro de S. Vicente de Fora (1793) como já analisámos ao referir o BNP COD 4681, também na Real Biblioteca organizava com muito cuidado a arrumação dos livros de matemática mas também os de ciências da natureza, outro dos vectores-chave da cultura das Luzes.

Outra carta reveladora da constante preocupação de Ribeiro dos Santos com o enriquecimento das colecções da Real Biblioteca está inserida no BNP COD 4712 (Obras ARS 130), f. 178-179, dirigida ao D^{or} Simão de Cordes Brandão e Ataíde, Lente de Direito Natural na Universidade de Coimbra na qual tece comentários sobre o Abade Correia da Serra os quais, para além dos habituais elogios assim expressos

“[...] nem me recordo jamais deste varão sem que lamente com saudade a falta que nos faz: à Academia, à Literatura Portuguesa, à Capital e a Nação toda perdeu muito na sua retirada porque tinha nele um Filólogo douto, um Filósofo sábio, um Cortesão Pulido e o homem mais capaz de influir na reformação das Ciências, e de formar o gosto dos nossos compatriotas”,

¹⁰⁰⁸ *Apud Idem, ibidem: 367.*

não perde a oportunidade de “rogar-lhe [ao Abade] a mercê de me comunicar quando puder algumas novas literárias que possam servir a bem da Biblioteca”. Devemos sublinhar esta preocupação constante de ir lançando, em todas as direcções, pedidos de colaboração, ajuda e recolha de informação para enriquecer a biblioteca atitude que transparece abundantemente da correspondência literária e bibliográfica que António Ribeiro dos Santos mantém e sobre a qual nos debruçaremos na Secção **6.3.7. Epistolografia em prol da Real Biblioteca**. Ribeiro dos Santos estava muito bem informado e mantinha-se actualizado. Consequentemente, continuava a revelar uma enorme insatisfação e inquietude intelectuais.

Ainda no BNP COD 4714 (f. 96-102 v.) encontramos a famosa e insubstituível autobiografia *Memórias de mim. Relação da vida do D^{or} António Ribeiro dos Santos compilada por ele mesmo* cuja primeira divulgação coube a Carvalho Dias¹⁰⁰⁹, estudo a partir do qual concatenámos os dados biográficos sobre António Ribeiro dos Santos. Outro texto de Ribeiro dos Santos, também com carácter biográfico existente neste códice é o *Relação dos Empregos Cargos e Serviços do Conselheiro António Ribeiro dos Santos feito em 1 de Fevereiro de 1813* (BNP COD 4714, f. 103-106). Dado o interesse histórico desta resenha e complementaridade com as *Memórias de mim*, optámos pela reprodução integral da *Relação dos Empregos*¹⁰¹⁰.

No BNP COD 4716 (Obras ARS 134), f. 110-110 v., prosseguindo o mesmo raciocínio de tudo hierarquizar e de a tudo dar uma arrumação metódica, no âmbito do *Plano para a Distribuição Metódica dos Livros da História Literária*, surge a subdivisão *História Bibliotecária* na qual António Ribeiro dos Santos inclui a *História das Bibliotecas*. O esquema de classificação é aqui particularmente interessante porque se percebe como ele bem compreendia a necessidade de introduzir uma boa organização nas bibliotecas, como se aí residisse a chave para o conhecimento, como se tudo dependesse do sucesso dessa organização, certamente um registo influenciado pela leitura de Naudé. Assim, dentro da *História das Bibliotecas* separa a *História Geral* (onde inclui um título para a *Disposição, Arrançamento e Ornamento das Bibliotecas*) da *História Particular* (onde considera os seguintes dez títulos: *das Bibliotecas Antigas; das Bibliotecas Modernas; das Bibliotecas de Certas Ciências; das Bibliotecas Nacionais; das Bibliotecas de diversas Corporações; das Bibliotecas Particulares; das Bibliotecas Perdidas; Da Maneira de formar arranjar e distribuir as Bibliotecas; Dos Meios de as*

¹⁰⁰⁹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho – *Inéditos de António Ribeiro dos Santos*. 1976.

¹⁰¹⁰ Ver **Anexo 1 - Documentos reproduzidos**, nº 15 – 15.8.

*enriquecer; Da Maneira de classificar os Autores, e formar os Catálogos*¹⁰¹¹. A preocupação em sistematizar está sempre presente e é demonstrada de uma forma persistente e exaustiva. Na mesma linha de pensamento, o BNP COD 4667 também deve ser destacado e o exemplo utilizado das Belas Artes é muito elucidativo.

Mas António Ribeiro dos Santos também não se escusava a tecer algumas críticas quando se sentia particularmente à vontade no assunto. É o caso na nomeação do seu sucessor para a Biblioteca da Universidade de Coimbra sobre o qual deixa dois documentos críticos quanto baste. Trata-se de duas cartas incluídas no BNP COD 4714 (Obras ARS 132) dirigidas a um *Amigo* não identificado e são do seguinte teor (f. 27-27 v.):

“Amigo etc. quanto a notícia que me dais do provimento do lugar de Bibliotecário da Universidade em um António Honorático [sic]¹⁰¹² Matemático de que muito mal me dizeis, sinto amargamente que pelo muito que estimo aquela casa que eu criei que ela não continuasse a ter um [sic] sucessores mais hábeis do que eu fui e tão boa como o foram os meus sucessores Ricardo Raimundo, e Joaquim dos Reis.

É muito provável que o Bispo Conde Reformador não tivesse ideias exactas do que cumpria ao cargo de um Bibliotecário, e Bibliotecário de uma Universidade: não conheço o que deu nem a quem o deu prouvera a Deus que este fosse o único desacerto que tivesse cometido nos dois reinados da sua reformação.

Lisboa [em branco] de Maio de 1814

Amigo do Coração

E a outra (f. 28-28 v.):

“Amigo etc. dais-me a notícia do novo provimento do lugar de Bibliotecário da Universidade em o D^{or} António Honorato o que lamentais como bom académico que sois: não vos espanteis da T [em branco] me participou a mesma nova. Não vos espanteis deste facto o Bispo nunca avaliou a importância deste emprego: ele esteve muitos tempos no seu primeiro reinado sem cuidar de o prover; e nem disso

¹⁰¹¹ Ver Anexo 1 – Documentos reproduzidos, nº 18 – 18.8.

¹⁰¹² Trata-se do Doutor em Matemática António Honorato de Caria e Moura que ocupou o lugar de bibliotecário entre 1814-1834. Ver VILA MAIOR – *Obra cit.*: 479.

cogitava quando eu o pedi nesta corte a sua Majestade; ainda depois de se me conceder a graça, demorou ele o provimento sem embargo de me ter então afeição e desejo adiantar-me. Este estabelecimento foi logo infeliz do seu princípio antes da Reforma este sempre fechada aquela casa aos olhos do Público e sem algum uso se não o de se mostrar alguma vez vez [sic] aos estrangeiros por um alto favor: depois foi provida de Bibliotecários e Ajudantes: mas com tudo isso nunca o Bispo Reformador nem no seu primeiro governo nem neste segundo lá foi uma só vez visitar aquela casa nem o seu sucessor o Principal Mendosa e o que mais é para espantar nem o mesmo Principal Castro que lhe sucedeu. Tão mal fadada tem sido a Biblioteca Conimbricense”.

Obviamente, Ribeiro dos Santos não ficou agradado com a nomeação e responsabiliza as autoridades universitárias por esta nomeação sem valor e que considera negativo para o futuro da Biblioteca. Não se trata apenas de uma crítica ao pouco merecimento do seu sucessor mas também ao significado institucional de tal nomeação. É a Livraria que fica em perigo e isso incomoda-o porque não esquece como “mal fadada tem sido a Biblioteca Conimbricense”.

Os códices de António Ribeiro dos Santos, organizados já em Lisboa no exercício das suas funções como Bibliotecário-Maior, proporcionam uma extraordinária visão de conjunto sobre as preocupações e os seus conhecimentos em matéria de bibliotecas, a forma sistemática e coerente como vai alargando o seu círculo de influências sempre com a Real Biblioteca no centro da sua atenção e cuidados. Tais características tornam-se porventura ainda mais evidentes na correspondência literária e bibliográfica que manterá com políticos, diplomatas e comerciantes, portugueses ou estrangeiros, Europa fora, correspondência que espelha as suas preocupações e horizonte intelectuais.

6.3.7 – Epistolografia em prol da Real Biblioteca – Trata-se de um conjunto documental factício, muito informativo, que fazendo uso da própria expressão utilizada quer por Ribeiro dos Santos quer por Sousa Coutinho está organizado e disponível no Arquivo Histórico da BNP

sob o título *Correspondência Literária e Bibliográfica*¹⁰¹³. Tendo em consideração a numerosa correspondência e a variedade de interlocutores, depois de concluído o levantamento na justa medida que envolvia quer António Ribeiro dos Santos quer D. Rodrigo de Sousa Coutinho, publicamo-la no **Anexo 3 - Correspondência literária e bibliográfica** a partir de cuja consulta se fica com uma ideia abrangente sobre a actividade e os esforços desenvolvidos. Os documentos constantes desta tabela são aqueles que correspondem ao período da tutela de Sousa Coutinho sobre a Real Biblioteca (de Novembro de 1801 a Setembro de 1803). De um modo geral, perante os casos analisados, podemos concluir que os vários contactos estabelecidos revelam um profundo interesse e uma perfeita consciência sobre a necessidade de adquirir bibliografia seja ela antiga ou recente, indicada por António Ribeiro dos Santos ou sugerida pelos correspondentes, denotando sempre preocupação com o trabalho em curso na Real Biblioteca, contribuindo cada um à sua medida para a solidificação do projecto e para a reunião dos argumentos da memória e identidade.

A primeira constatação a registar prende-se com o período coberto por esta correspondência, em grande parte tardio relativamente à fundação da Real Biblioteca ressoando mais como consequência da supervisão hiperactiva de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do seu impulso e dinamismo. A primeira carta que registamos chega de Paris dirigida a António Ribeiro dos Santos, assinada pelo Padre Luís Rafael Soyé¹⁰¹⁴, datada de 30 de Março de 1803, colocando-se ao dispor para agir em Paris na conformidade dos desejos expressos pelo Príncipe Regente para adquirir livros para a Real Biblioteca Pública, carta a que se seguirão outras com idêntico intuito. Neste conjunto epistolográfico, há cartas interessantes, naturalmente umas mais do que outras. Por exemplo, aquela enviada por D. Domingos de Sousa Coutinho¹⁰¹⁵ de Londres a 14 de Junho de 1803 a Ribeiro dos Santos na qual tece comentários sobre os livreiros que subiriam os preços pagando-se do seu trabalho o que o leva a disponibilizar-se para fazer a busca dos livros ele próprio; ou aquela outra de João Paulo

¹⁰¹³ A correspondência que seleccionámos e reunimos directamente associada à nossa investigação está organizada na secção SR: 03/Correspondência dos Directores em diversos núcleos: DGA/03/Cx01 (1795-1804) e DGA/03/Cx02 (1803-1809) e também em AC/COM/05/Cx01 e AC/COM/05/Cx02. Ver GARCIA, Madalena e MARTINS, Lúcia - *Obra cit.*

¹⁰¹⁴ 1760-1828, poeta e literato, encarregado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho de adquirir livros em Paris (1802) para a RBPC. In SILVA, Inocência – *Obra cit.*, vol. 5: 316.

¹⁰¹⁵ D. Domingos António de Sousa Coutinho, 1760-1833, 1.º Conde e Marquês do Funchal, um dos irmãos mais novos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, representante de Portugal em Londres.

Bezerra¹⁰¹⁶, de Haia, também datada de 14 de Junho de 1803, chamando a atenção de Ribeiro dos Santos para o facto da impressão na Holanda já não ser o que costumava ser, acrescentando: “É a Alemanha – como V. S^a bem sabe – cada dia se ilustra da assídua cultura de todos os ramos de ciência e que é como o seu novo berço, que dará a V. S^a uma fértil seara; e ali o hábil e inteligente Silvestre Pinheiro Ferreira satisfará plenamente a V. S^a”; ou ainda uma missiva de D. José Maria de Sousa¹⁰¹⁷ de Paris a 2 de Julho de 1803, na qual comenta a renitência dos livreiros na venda de parte dos periódicos e ainda se alarga com um comentário lateral mas interessante de que “A revolução não atrasou muito as Ciências mas fez um grande dano à Literatura”. Também a carta de Joaquim José de Miranda Rebelo¹⁰¹⁸, enviada de Viena a 6 de Julho de 1803, na qual afirma

“[...] o zelo e amor pelo bem da minha pátria, e em particular pelo aumento da massa de conhecimentos úteis...e de que resulte o princípio e a base de toda a felicidade...as luminosas disposições de V. S^a [...] acresce a memória respeitosa que eu sempre conservei de V. S^a do tempo da Reforma da Universidade em que, desde a minha obscuridade, admirava com respeito, as Luzes e talento, zelo e actividade com que V. S^a se distinguia, entre os conspícuos sujeitos que então ocupavam as cadeiras. Tudo enfim concorre a transformar-me em prazer e honra o dever de satisfazer com zelo ao que por V. S^a me for ordenado”;

também a carta de Silvestre Pinheiro Ferreira¹⁰¹⁹, Berlim 15 de Novembro de 1803, dando notícia da realização de um leilão e como a compra em leilão acaba por ser a preços mais módicos do que directamente aos livreiros ou uma outra de Viena, a 30 de Novembro do mesmo ano, de Joaquim José de Miranda Rebelo lamentando-se dos atrasos no reembolso. Esta queixa passa a recorrente e a situação deixa de ser disfarçável depois de 22 de Dezembro de 1803 quando o Padre Luís Rafael Soyé, desolado com a suspensão das aquisições, exclama “não me devia ter fiado na aurora boreal”.

¹⁰¹⁶ 1756-1817, amigo dilecto desde a infância de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, embaixador em várias capitais europeias, mais tarde Secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros.

¹⁰¹⁷ Morgado de Mateus, primo direito de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e sobre quem elaboraremos pormenorizadamente na Secção **6.4.3**.

¹⁰¹⁸ Diplomata na Corte de Viena depois de ter servido entre 1778-1796 como Secretário de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na Legação de Portugal em Turim.

¹⁰¹⁹ 1769-1846, político destacado, ocupou postos diplomáticos na Europa, acompanhou o regresso da Corte do Brasil, muito activo com significativa produção escrita. In SILVA, Inocêncio – *Obra cit.*, vol. 7: 259.

Efectivamente, as verbas prometidas para aquisição de livros, por autorização dada a Ribeiro dos Santos por Aviso de 24 de Maio de 1798 concedendo-lhe 1:200\$00 para esse fim, disposição reforçada pelo Decreto régio de 30 de Dezembro de 1801 assinada pelo Príncipe Regente e no qual se estabelece a quantia de um conto e seiscentos mil reis para compra de livros e jornais, instrução repetida na Determinação de 30 de Janeiro de 1802 assinada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho para que “se pague anualmente pelo Cofre do Subsídio Literário um conto e seiscentos mil reis...para as despesas dos ditos jornais e livros de que a mesma Biblioteca deve fazer aquisição”, começam a escassear e acabam mesmo por ser suspensas. Já a 7 de Setembro de 1803 Ribeiro dos Santos expede uma carta para Silvestre Pinheiro Ferreira (em Berlim) a propósito da compra de livros mas aconselhando-o a suspender por agora as compras uma vez que houve mudança de Ministro da Fazenda (Sousa Coutinho abandona o Gabinete em Setembro de 1803) e é preciso confirmar o disposto anteriormente no tocante a despesas com a aquisição de obras, enquanto o sossega pois se não vier dinheiro do Erário Real, ele próprio, António Ribeiro dos Santos, pagará com verbas da Biblioteca. A situação de constrangimento financeiro leva Ribeiro dos Santos a sucessivas chamadas de atenção aos seus correspondentes até lhes comunicar derradeiramente para suspenderem as compras como se constata na carta de 1 de Junho de 1805 para Joaquim José de Miranda Rebelo em Viena:

“Como a Biblioteca não tem agora os subsídios extraordinários que se esperavam, somos obrigados a comprar unicamente aos livreiros desta Corte uma ou outra obra, segundo as possibilidades actuais da casa; e até a encomendar por eles alguma outra que queiramos de fora...”

donde se depreende a redução drástica de aquisições mas também a solução expedita de continuar com algumas aquisições através dos especialistas (livreiros) existentes em Portugal, os quais arcaíam por assegurar o crédito de que a Coroa não dispunha. Devido a esta mesma falta de disponibilidade financeira, existe uma carta dos livreiros Borel & Borel (Lisboa) para Ribeiro dos Santos onde aparece, à margem, a seguinte nota manuscrita de António Ribeiro dos Santos:

“Estou por tudo menos pelo preço de 24\$000 pela Biblioteca ou Analyse [des Principaux ouvrages sur le droit et economie 28 vol 8º brochados, esta obra é de Condorcet e muito rara. Em Paris vale 6 moedas e não a podemos dar por menos de 24\$000] visto serem volumes brochados; e não ofereço mais que 16\$000”¹⁰²⁰.

Infelizmente, este documento não está datado.

Pela leitura das cartas, várias conclusões se podem tirar. Em primeiro lugar, apercebemo-nos de que as aquisições não foram cortadas do dia para a noite nem a eito. Um caso paradigmático é o da aquisição da Bíblia Hebraica (hoje conhecida como *Bíblia de Cervera*), códice manuscrito iluminado do século XIII, obra-prima da cultura hebraica e universal, adquirido em Haia, como testemunham as cartas de Francisco José Maria de Brito¹⁰²¹ entre Julho de 1804 e Junho de 1805, que transcrevemos depois de actualizar a ortografia, a pontuação e de desdobrar as abreviaturas indispensáveis:

“III^{mo} Snr António Ribeiro dos Santos

Não me esquecendo da predilecção que merece a V. S^a a literatura Judaica, tomo a liberdade de anunciar a V. S^a a boa ocasião de adquirir para a sua Livraria, ou para a Biblioteca Publica, o Manuscrito Hebraico mais antigo, e raro que se conhece como V. S^a verá pela notícia inclusa a que me reporto. Assim que o vi, fiz sobre estar a sua venda, e tenho a palavra do dono para V. S^a ser preferido a qualquer outra pessoa, o que me foi mui fácil pois que conhecendo, e apreciando as Memorias de V. S^a tem particular gosto que tão belo Código lhe pertença. O Ministro da Comunhão Anglicana de Amsterdam o ambiciona, e oferece 60 libras esterlinas, mas o seu preço de venda será de 750 florins, ou 240\$000^{rs} em que me ajustei debaixo da condição de eu receber resposta decisiva de V. S^a dentro de dous meses da data desta.

Não pude estender mais o prazo porque há perto de 15 dias de intervalo para V. S^a se decidir, e comunicar-me a sua intenção; não é preciso no caso de V. S^a o comprar, de mandar-me letra logo, porque eu sacarei pelo seu custo sobre quem V. S^a me

¹⁰²⁰ AHBN/DGA/03/Cx02/Doc. 68.

¹⁰²¹ 1760-1825, diplomata e secretário de António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca. Sobrinho de Fr. Manuel do Cenáculo com quem se correpondeu e a quem enviou muitos livros a partir de Paris. Ver DAUPIAS, Nuno – *Humanismo e diplomacia* ...1976.

avisar. Para não haver descaminho no correio tenha V. S^a a bondade de mandar entregar a sua carta ao meu Colega Tomé Barbosa de Figueiredo, por que assim a receberei sem retardo.

Estimarei que V. S^a goze da mais perfeita saúde, e me dê ocasiões de mostrar quanto é

De V. S^a

Haia 23 de

Atento Venerador e fiel cativo

Julho de 1804

Francisco José Maria de Brito

Bíblia Hebraica Manuscrito raríssimo do Ano 1299 – in 4^{to}

Este Código é escrito sobre pergaminho in 4^{to} grande, em duas colunas de perfeitíssima letra, pontos e Tahamim (?), ou notas. Cada página é cercada com a Messara, ou Masôra escrita em bem traçados desenhos, e debuxos iluminados com cores vivas e dourados. Foi escrito em Serbera (lugar de Espanha, e talvez no Reino de Córdoba) pelo famoso escriba o Rabino Abraham Filho do Rabino Natan no Ano 5059 que corresponde ao de 1299 da Era Cristã: os debuxos foram delineados pela pena de José Asafati com singular exactidão e elegância. Actualmente é este Código o mais antigo que se conhece; Rossi não o conhece assim como Michaelis, mas Kennicot o viu. Pertenceu a uma família de Córdoba, pois que nas páginas em branco do fim do Código se acham escritos os nascimentos de dois filhos do proprietário no ano de 1379, como é costume devoto entre os Judeus.

O Seu preço de 750 florins correntes de Holanda, que a razão de 330 reis por florim fazem 240\$000^{rs} : um Inglês abriu o preço de 60 libras esterlinas mas dar-se-á a preferência para o Snr António Ribeiro vindo a sua resposta dentro em 2 meses da data de 23 de Julho de 1804”.

Sobre esta aquisição, o parecer de Ribeiro dos Santos a 21 de Agosto de 1804, para a tutela, na pessoa do então Inspector-Geral da Biblioteca, Conde de Vila Verde, é revelador do seu sentido de responsabilidade e das suas preocupações. De facto, confrontado com a hipótese de aquisição e embora detivesse poderes para efectuar aquisições daquele valor,

entendeu expor superiormente a situação dado o elevado valor da obra, montante desusado. Relativamente às suas preocupações, diz ele:

“O código é raríssimo e as ocasiões de fazer semelhantes aquisições ainda mais raras e por isso entendo que convirá aproveitar esta que se oferece agora muito mais sendo obra em uma classe de literatura que costuma fazer a parte mais preciosa das melhores bibliotecas da Europa e em que já fomos ricos em tempos passados e hoje inteiramente faltos e desprovidos”.

Uma segunda constatação que surpreende é a diversidade de correspondentes. Trata-se de uma autêntica rede de contactos que Ribeiro dos Santos estabelece e mantém alerta e coesa mercê da correspondência frequente. A rede tem ramificações alcançando centros culturais e políticos geograficamente tão dispersos como Paris, Trieste, Roma, Copenhaga, Londres, Utreque, Berlim, Nápoles, Haia, Madrid, Viena, Hamburgo, Estocolmo e, claro, Lisboa. Na maior parte dos casos, numa primeira abordagem, Ribeiro dos Santos indaga da disponibilidade quer dos diplomatas quer dos comerciantes para colaborarem nesta “correspondência literária e bibliográfica”, uma expressão feliz do próprio Ribeiro dos Santos. As respostas são sempre de grande cordialidade, colocando-se de imediato os vários interlocutores ao dispor não só para aceitarem os pedidos e procurarem as obras que ele, Bibliotecário-Maior, possa indicar mas também os muitos correspondentes tomam a iniciativa de fazerem eles próprios sugestões de compra.

A terceira constatação prende-se com questões do foro financeiro deixando transparecer quão frágil a iniciativa é. De facto, os contactos não resultaram como as expectativas autorizaram sonhar, não por culpa dos envolvidos mas porque a situação financeira não correspondeu e Ribeiro dos Santos teve de intervir coarctando o entusiasmo e iniciativa dos seus correspondentes. Não tivesse actuado célere e, por certo, teria tido grandes dissabores. O que importa, contudo, registar é que Ribeiro dos Santos não se confinou às eventuais ofertas que os mercadores livreiros estabelecidos em Lisboa, como os Bertrand, os Reycend ou o Borel & Borel, lhe podiam trazer. António Ribeiro dos Santos estava bem informado quanto às novidades bibliográficas, conhecia muito bem as colecções da Real Biblioteca que lhe haviam passado todas pelas mãos desde os primórdios da organização ainda na Real Mesa Censória e, por isso, sabia bem o que faltava ao mesmo tempo que havia

absorvido algum do espírito insaciável, pragmático e objectivo que D. Rodrigo de Sousa Coutinho lhe inculcava. Pelo conhecimento desta rede, fica para nós a certeza de que António Ribeiro dos Santos não se contentava com uma biblioteca limitada no tempo, virada para o passado e confinada aos volumes herdados fossem eles provenientes da Mesa Censória, dos Teatinos, dos colégios da Companhia de Jesus, de depósitos avulso feitos pelos impressores ou de algumas apreensões feitas na Alfândega. A preocupação de António Ribeiro dos Santos equivale a uma visão dinâmica e inquieta para a Real Biblioteca Pública da Corte que apenas encontra explicação se o seu fito tiver sido a estruturação de um verdadeiro equipamento científico, entusiasmo que logra transmitir aos seus correspondentes transformando-os em verdadeiros colaboradores. E este espírito de descoberta, construtivo, insaciável e insatisfeito, consciente do carácter provisório de qualquer conhecimento, que é necessário sempre actualizar sim, é condizente com as Luzes.



FIGURA 8

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares
1755-1812

Autor - Rui Preto Pacheco, 1960 (Segundo gravura de Francesco Bartolozzi)
Óleo sobre tela, 75 x 62 cm.

Foto: Jorge Guerreiro

Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e Administração Pública

6.4 – Um político interveniente: D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812)

Ao longo da sua vida pública, entre 1778 e 1812, D. Rodrigo Domingos António de Sousa Coutinho torna-se uma personalidade influente e incontornável na vida política portuguesa. A sua ligação à Real Biblioteca tem passado despercebida, nunca foi escrutinada, e muito menos foram objecto de estudo as marcas indeléveis que aí deixou, o que exactamente nos propomos analisar de seguida por as considerarmos marcantes. Na longa lista de cargos públicos que ocupou, ser Inspector-Geral da Real Biblioteca não parecia particularmente significativo. Do nosso ponto de vista, o seu desempenho como responsável último pelos destinos da Real Biblioteca, e apesar do período curtíssimo durante o qual ocupou o cargo de Inspector-Geral entre Novembro de 1801 e Setembro de 1803, foi determinante e merece ser destacado¹⁰²².

6.4.1 – No caminho da Real Biblioteca – À medida que a nossa investigação foi avançando, foi-se tornando cada vez mais evidente que não seria, pelo menos em exclusivo, a partir do interior das bibliotecas (muito menos daquela biblioteca para cuja história nos propúnhamos contribuir), nem da análise dos livros *per se*, na posse desta ou daquela figura, que chegaríamos à plena compreensão do processo de fundação e desenvolvimento da Real Biblioteca Pública da Corte. Teríamos de tomar em consideração outros parâmetros, perceber as suas sintonias e complementaridades. Quando Biagioli¹⁰²³ refere a importância da estada de Galileu (1564-1642) na corte dos Médicis e na forma decisiva como esta moldou a evolução do pensamento e das teses de Galileu, embora o período seja outro e o ambiente completamente diverso, não pudemos deixar de estabelecer algum paralelismo com o caso que tínhamos em mãos. Apesar de Biagioli referir a posição de autores “que não consideram que a corte integre as forças “boas” da modernidade”¹⁰²⁴, numa alusão clara à influência que as forças mais conservadoras sempre alcançam dentro das cortes onde se movem, pareceu-nos importante manter esta chama acesa e ir ponderando se as figuras influentes na corte portuguesa teriam, ou não, tido um intervenção directa e determinante no desenho do perfil da Real Biblioteca Pública da Corte. Deliberadamente não referimos aqui a criação ou a

¹⁰²² Para o conhecimento e compreensão da personalidade e intervenção política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, são insubstituíveis dois núcleos arquivísticos do ANTT: o do MNE Correspondência da Legação de Turim e o Arquivo da Casa de Linhares.

¹⁰²³ BIAGIOLI, Mário – *Galileu, cortesão...*2003.

¹⁰²⁴ Idem, *ibidem*: 1.

fundação porque estes momentos estão subjacentes à própria designação dada à instituição que se intitula não só “*Real*” como “*da Corte*”. A corte dos Médicis é única tanto no que herda (isto é, no prestígio que emana dela) mas também naquilo que sabe aglutinar e transformar e no que transmite. Não podemos tomar a corte dos Médicis para fazer uma comparação ponto a ponto com a corte de Lisboa mas, de qualquer forma, não podemos deixar de assinalar que a Real Biblioteca reúne um potencial para análise e debate que merece ser explorado. Ainda sobre Galileu, resume Biagioli que é possível reflectir “sobre a possível relação entre a cultura da corte, o absolutismo político, a legitimação da ciência e o desenvolvimento das primeiras instituições científicas”¹⁰²⁵, o que soa muito credível tendo em conta o enquadramento político-cultural do período sobre o qual nos debruçamos e o aparecimento sucessivo de instituições – entre as quais é forçoso destacar a Real Academia das Ciências - que se apetrecham e impõem como verdadeiros equipamentos científicos. Abstraindo da distância temporal e conjuntural, o modelo avançado no texto de Biagioli enquadrava a nossa análise de uma forma muito satisfatória. Na passagem do século XVIII para o XIX não falaremos de mecenato (como Galileu experimentou) mas a forma como a Real Biblioteca se foi desenvolvendo à sombra tutelar de ministros com intervenção decisiva na política do país, ministros que lhe imprimiram uma configuração moderna que se afirmava na relação directa que a indispensabilidade científica da instituição ganhava força através da provisão cuidada de bibliografia científica, levou-nos a considerar a obra de Biagioli, citando-a. Para nós, o exemplo de Galileu alertou-nos para a relação que se foi estabelecendo entre a criação da Real Biblioteca (em 1796), na dependência imediata da soberana, até à progressiva transformação do conteúdo das suas colecções num sentido moderno e intelectualmente novo.

A Real Biblioteca foi projectada como uma manifestação de poder – “sob o meu trono” como se lê no Alvará de fundação – mas as alterações na composição do próprio círculo do poder traduzem-se nos seus próprios interesses, levando a que a instituição adicione ao seu peso político uma vertente científica indiscutivelmente mais tolerante, aberta e com outro horizonte intelectual. A intervenção do Bibliotecário-Maior, por iniciativa própria mas também impulsionada pela intervenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, parecem configurar a mudança de paradigma de uma instituição ao serviço do poder político central para uma instituição que se equipa para servir o público. No ar fica, então, a pergunta porque não aproveitaram a Livraria da Universidade de Coimbra, bem equipada bibliograficamente

¹⁰²⁵ Idem, *ibidem*: 3.

falando, com instalações adequadas, laboratórios científicos e alguma tradição de estudo e investigação? Plausivelmente estaria mais perto de se tornar num equipamento científico à altura das necessidades, claro, mas faltava-lhe a dimensão política por estar, irremediavelmente, longe da corte. D. Maria, ao fazer descer António Ribeiro dos Santos para Lisboa decapita, técnica e deliberadamente, a Livraria da Universidade. A decisão da Rainha só tem sentido se a interpretarmos como veiculadora de uma intenção política.

Mas o trabalho de Biagioli não chamou a nossa atenção apenas por causa da sugestão sobre a influência dos círculos da corte no desenho da biblioteca; um outro aspecto que concorreu em definitivo para o nosso interesse foi o facto de Galileu ser um matemático e homem de ciência. Sobre esta questão central que é a consideração do conhecimento da matemática e da sua influência no pensamento e na organização da(s) biblioteca(s) já nos referimos anteriormente, mas temos de recorrer de novo a Biagioli que exemplifica com Galileu uma “trajectória de legitimação social e cognitiva”¹⁰²⁶ da própria matemática quebrando a anterior “hierarquia existente entre as artes liberais”¹⁰²⁷ quando “a matemática estava subordinada à filosofia e teologia”. Este percurso levou-nos a reflectir porque, à escala portuguesa, algo de semelhante se passou, embora mais tarde. Muito embora não consigamos estabelecer uma linha perfeita e clara de sucessivos encadeamentos, a partir do momento que D. Rodrigo de Sousa Coutinho assume a pasta de Ministro e Secretário dos Negócios do Reino em 1796 e, por inerência, passa a tutelar a Real Biblioteca Pública da Corte no exercício do cargo de Inspector-Geral da Biblioteca (acumulação prevista no Alvará de constituição da RBPC), torna-se perceptível uma orientação de carácter bibliográfico que introduz uma progressiva laicização das colecções da Real Biblioteca¹⁰²⁸. Em toda a bibliografia sobre a instituição, dos tempos de Real Biblioteca até à sua denominação contemporânea de Biblioteca Nacional, não encontramos nenhuma alusão, mesmo que generalista, ao papel de D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre os destinos da Real Biblioteca ou sobre a sua intervenção no domínio das aquisições para a Real Biblioteca e, *pour cause*, muito menos à sua formação

¹⁰²⁶ Idem, *ibidem*: 7.

¹⁰²⁷ Idem, *ibidem*: 6.

¹⁰²⁸ O estudo de Zília Osório de Castro sobre o processo de secularização da Universidade de Coimbra, no período pombalino, para enfrentar os desafios dos novos tempos, conciliando o catolicismo com o racionalismo parece muito interessante de considerar no âmbito da análise do processo em curso na Real Biblioteca Pública porque a semelhança dos casos é óbvia. Tal como aconteceu com a Universidade, também a Real Biblioteca tem de enfrentar outras exigências; as transformações em marcha estabelecem um equilíbrio nas instituições colocando Portugal no limiar da modernidade. Ver CASTRO, Zília Osório de – “Os caminhos da secularização política – o Regalismo Pombalino”. 2005: 29-47.

como matemático, primeiro no Colégio Real dos Nobres depois na Universidade de Coimbra, e às influências sofridas durante a sua longa permanência em Turim. Desenvolveremos nesta secção cada um destes aspectos recorrendo a documentos coevos e também não deixaremos de explicar como, no nosso entender, o gosto e o conhecimento da matemática, a somar a outras preocupações comuns de natureza pedagógica, podem ter ajudado a consolidar uma sinergia conceptual entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e António Ribeiro dos Santos sobre a Real Biblioteca Pública da Corte contribuindo, pelo menos em parte, para relançar a estrutura organizacional da Real Biblioteca pensada e desenvolvida pelo Bibliotecário Maior desde 1795.

6.4.2 – Uma formação académica e política auspiciosas – Rodrigo de Sousa Coutinho é bem mais novo que António Ribeiro dos Santos, mas vivem o mesmo tempo de mudança embora a origem social de Sousa Coutinho e a formação académica recebida tenham, definitivamente, ditado atitudes muito distintas: a energia, a irrequietude, a insatisfação de Sousa Coutinho são características que o acompanharão ao longo da vida pública, tão profundamente determinantes, que a morte o colhe desprevenido, aos 56 anos, no pleno exercício das suas funções governamentais no Rio de Janeiro.

Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu em Chaves em Agosto de 1755 e faleceu no Rio de Janeiro em Janeiro de 1812. Filho de Ana Luísa Joaquina da Silva Teixeira de Andrade e de Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, descendente dos Condes do Redondo, família de notáveis, muito antiga – os Souza –, com vários titulares de altos cargos na Casa Real, herdeiro de confortável fortuna, teve como padrinho Sebastião José de Carvalho e Melo. O seu pai, militar de carreira e diplomata, notabilizou-se pelo desempenho do cargo de governador de Angola (1764-1772) onde tentou desenvolver uma política de fixação de colonos, à semelhança do que acontecera no Brasil, e em Angola teve projectos de ligar este território, através do interior de África, a Moçambique, projecto certamente arrojado e grandioso. D. Rodrigo de Sousa Coutinho não pode ter sido insensível a estas características de estadista demonstradas pelo pai como também, seguramente, não foi à acção diplomática daquele desenvolvida em Madrid¹⁰²⁹. A outra figura com evidente influência sobre Rodrigo de Sousa Coutinho é a de sua irmã mais velha, Maria das Lágrimas, conhecida como Mariana, cuja

¹⁰²⁹ Elementos biográficos colhidos em SILVA, Andrée Mansuy Diniz – *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho...* 2002, Vol. 1.

correspondência abundantíssima existente no Arquivo da Casa de Linhares (IANTT) aguarda análise à altura.

No elogio escrito após o falecimento de D. Rodrigo vêm referidos os seus títulos e cargos, uma longa lista que merece ser lembrada: “Foi Senhor de Paialvo, Comendador das Comendas de Santa Maria de Verim e de S. Miguel de Vila Boa, Grão Cruz das Ordens de S. Bento de Avis, e da Torre Espada, Ministro Plenipotenciário, e Enviado Extraordinário na Corte de Turim, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Presidente do Real Erário e nele Lugar Tenente de Sua Alteza Real, Sócio Honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, Inspector Geral do Gabinete de História Natural e Jardim Botânico de Sua Alteza Real, e da Biblioteca Pública de Lisboa, Presidente do Conselho da Fazenda, da Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia, da Junta da Direcção Geral dos Provimientos de Boca, da Junta do Pagamento do Novo Empréstimo ao Erário Régio, Presidente Honorário da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, e ultimamente Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra”¹⁰³⁰. Nada que uma educação esmerada não augurasse como expectável. Por sugestão de Sebastião José de Carvalho e Melo, seu padrinho, ingressa no Colégio Real dos Nobres (Março de 1766) no qual se torna “le seul à avoir totalement profité de l’enseignement scientifique qui constituait la grande nouveauté de l’établissement”¹⁰³¹ como consta dos Registos do Colégio. Sousa Coutinho, num grupo diminuto de cinco alunos, conclui os exames de Geografia, de Física Experimental, de Geometria e Esfera, de Álgebra como os outros a que ainda junta Astronomia, tudo com “*universal aplauso*” em Julho de 1771.¹⁰³² Aliás sobre o ensino da Astronomia guardou boas memórias que virá a recordar ao Abade Carlos Francisco Garnier (responsável no Colégio pela docência da língua francesa) em 1803, em resposta a uma carta deste de 15 de Setembro de 1803 na qual se lamenta o pedido de demissão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao que este, inabalável na sua decisão, responde lembrando as lições de astronomia mas também o tempo do Colégio. Diz Sousa Coutinho:

“As vossas Luzes [do Abade Garnier], e conhecimentos me inspiraram a maior consideração quando muito mesmo eu vos vi disposto para fazer a

¹⁰³⁰ GIRALDES, José Firmino da Silva – *Panegyrico histórico ...*1812: 4-5.

¹⁰³¹ SILVA, Andrée Mansuy Diniz – *Portrait d’un homme d’État...*2002, vol. 1: 45. Recorremos frequentemente a esta obra para o enquadramento geral da Secção **6.4**.

¹⁰³² *Apud* CARVALHO, Rómulo de – *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa ...*1959: 189.

observação da passagem de Vénus sobre o Disco do Sol no Mosteiro de Mafra, aonde havia acompanhado os meus Mestres do Real Colégio dos Nobres”¹⁰³³.

Ao currículo científico do Real Colégio somavam-se as lições de línguas (latim, francês, inglês), de esgrima e de dança e tudo se completava com a aprendizagem da vida da Corte. Munido com esta formação inicial, ingressa em 1773 na Universidade de Coimbra (os alunos do Colégio entravam directamente na Universidade) para frequentar Direito que termina em 1776 com distinção. Um aluno da Universidade reformada, pois.

Importa referir que também o seu pai, D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, se preocupava com a sua instrução e do seu posto, em Madrid ou Santo Ildefonso, vai orientando o filho. São muitas as cartas em que manifesta esta orientação.

“Enfim tu vais a ser um grande homem e sê-lo publicamente mais tarde; não importa nada contanto que o tempo que mediar se aproveite. [...] Quanto porém a ti devo dizer-te que estudes o que quiseses à condição de empregar bem o tempo e que seria muito necessário que te applicasses aos conhecimentos da Architectura civil e militar, desenho porque vejo aqui que estes são extremamente necessários [...] e a razão é porque sendo muito diferentes os ornatos dos Palácios e Igrejas de toda a Europa dos nossos, e sendo ordinariamente ricos de Pinturas, Estátuas e outros ornamentos de Architectura sucede que ainda sendo sábio em tudo o mais não se sabe falar naquilo que começando pelos Príncipes falam todos ordinariamente: do mesmo modo te recomendo a cultura das línguas francesa, italiana e inglesa porque é outro artigo muito importante. Faze o que te digo e continua a ser bom cristão e a ter por rica Madrinha [...] a Providência; ela te porá a salvo, ela fará valer a tua instrução e as tuas virtudes” (Santo Ildefonso, 17 Setembro 1775)¹⁰³⁴

ou mais tarde

¹⁰³³ BNP COD 11233³⁷ (cópia).

¹⁰³⁴ ANTT, Arquivo da Casa de Linhares, Maço 61, Doc. 12.

“[...] e te recomendo [...] também o de ler alguma coisa sobre as Artes; principalmente Pintura, gravura e escultura; porque sendo as coisas em que de ordinário se fala nas conversações é preciso não ser novo. Bem vejo que estas só as aperfeiçoam a prática; porém necessitam princípios assim como todas as ciências” (Madrid, 10 Janeiro 1777)¹⁰³⁵,

conselhos a que uns dias mais tarde acrescenta:

“Examina esse suplemento em que me falas e se for verdadeiramente bom e não obra de livreiro eu te mandarei o dinheiro para o comprar pois a tudo prefiro a tua instrução” (Santo Ildefonso, 11 de Setembro 1777)¹⁰³⁶.

Ao ingressar no curso de Leis, D. Rodrigo de Sousa Coutinho teve a oportunidade de experimentar uma inovação que fora introduzida com a Reforma da Universidade de 1772: o estudo obrigatório da geometria e de outros elementos matemáticos para todos os estudantes durante um dos dois primeiros anos do curso independentemente da especialidade conforme Diniz Silva relata¹⁰³⁷. Pombal estava convencido das virtudes metodológicas do ensino da matemática e, assim, para além da formação que recebera em Lisboa no Colégio Real dos Nobres, ao mesmo tempo que recebia mais essa formação extra, ainda trava conhecimento e amizade com José Anastácio da Cunha (1744-1787), matemático, poeta e polemista. Convém lembrar que em 1801, por intervenção sua enquanto Ministro da Fazenda, os estudos de matemática na Universidade, sofrem um impulso significativo¹⁰³⁸.

José Anastácio da Cunha é uma figura muito interessante: trata-se de um personagem controverso sim, a quem a Inquisição não perdoa o espírito aberto, com grande formação literária e política, parte adquirida nos Oratorianos – declarados inimigos dos Jesuítas – parte como autodidacta, dominando várias línguas, e que se notabiliza como matemático como bem atesta a sua obra *Princípios Matemáticos*, editada em 1790. Toda a bibliografia sobre

¹⁰³⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰³⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰³⁷ SILVA, Andrée Mansuy Diniz – *Obra cit.*

¹⁰³⁸ GIRALDES, José Firmino da Silva – *Obra cit.*: 35.

Anastácio da Cunha é unânime em reconhecer estas características¹⁰³⁹. Não admira, pois, que fascinasse Rodrigo de Sousa Coutinho apesar de este estar habituado a grandes mestres como os que tinha tido no Colégio, entre os quais se destacam João António Dallabella ou Miguel Franzini.

O conhecimento com Anastácio da Cunha estabelece-se por intermédio de João Paulo Bezerra Seixas, amigo de infância com alguma relação familiar com Anastácio da Cunha. Porque é que mencionamos esta proximidade? Sem termos a pretensão de contribuir para o estudo biográfico de Rodrigo de Sousa Coutinho, aliás pormenorizadamente feito por Diniz Silva, não podemos deixar de referir esta relação porque é na biblioteca de Anastácio da Cunha que Rodrigo de Sousa Coutinho toma contacto com obras de Hobbes, Holbach, Helvetius, Voltaire ou D’Alembert, todas proibidas pela Mesa Censória. Na companhia de Anastácio da Cunha, “[...] il paraît évident qu’auprès de lui se renforce chez D. Rodrigo, non seulement le goût des mathématiques et des sciences, mais encore celui de la lecture et de la réflexion [...]”¹⁰⁴⁰. Esta síntese revela-se extremamente inspiradora. O despertar de Sousa Coutinho para a Europa das Luzes fica a dever-se a este contacto e, recorrendo de novo a Diniz Silva, diremos que

“José Anastácio da Cunha est sans l’ ombre d’ un doute celui qui contribua le plus a faire du jeune Rodrigo un cosmopolite avide d’ introduire dans son pays les progrès d’ une Europe bouillonnante de découvertes et d’ inventions, un amant du bien public [...]”¹⁰⁴¹.

Este gosto de Rodrigo de Sousa Coutinho pela matemática pode, no entanto, dar azo a compreender outros desenvolvimentos, primeiro os contactos que estabelece em Turim, depois a constante intervenção sobre a Real Biblioteca, para não mencionar toda a sua actuação política muito dirigida para a redefinição do sistema produtivo nacional¹⁰⁴².

D. Rodrigo aprofunda, portanto, uma formação rigorosa e um gosto pela matemática, fosse porque já se havia distinguido no Colégio Real fosse porque alargou um pouco mais os

¹⁰³⁹ Ver textos de REIS, Fernando em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p7.html> e de POMBO, Olga em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/acunha/vida.htm>. Consultas feitas em 8 de Janeiro 2013.

¹⁰⁴⁰ SILVA, Andrée Mansuy Diniz – *Obra cit.*, vol. 1: 59.

¹⁰⁴¹ Idem, *ibidem*, vol. 1: 60.

¹⁰⁴² CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico...* 1989.

seus conhecimentos mercê do novo currículo introduzido pela Reforma de 1772, fosse porque entrou no círculo de José Anastácio da Cunha. Depois, em Turim, adquire obras de matemáticos, interessa-se e acaba por não disfarçar esse interesse quando visita a Real Biblioteca a 26 de Novembro de 1801. Nesta ocasião, conclui que António Ribeiro dos Santos tem preparada uma história sobre os matemáticos portugueses, assunto que desenvolvemos mais adiante. Estas coincidências, o salto qualitativo relativamente às bibliotecas portuguesas protagonizado pela Real Biblioteca sob a orientação de Ribeiro dos Santos, obrigam a uma reflexão sobre o conhecimento de carácter científico a que ambos – Sousa Coutinho e Ribeiro dos Santos – eram sensíveis. Sobre este pendor científico que constatamos em Ribeiro dos Santos já nos pronunciámos anteriormente.

A análise da correspondência oficial enviada a partir de Turim para Lisboa, entre 1778-1796, ainda que intermitente devido às suas ausências, evidencia o tom objectivo, conciso, preocupado com a utilidade da informação que deveria chegar a Lisboa. A par da informação política sobre a Europa, comprovando como Turim estava bem no coração do território europeu, D. Rodrigo vai enviando memórias sobre as indústrias locais, a produção agrícola (por exemplo, a cultura do arroz), a produção e fabrico da seda. Reúnem-se, assim, duas facetas assinaladas por Ramada Curto¹⁰⁴³ que são, por um lado, as práticas de escrita (comprovadíssima através dos incontáveis relatórios que prepara e envia para a Corte de Lisboa) e os hábitos de leitura (testemunhados quer na correspondência que mantém com o Pai, com D. Mariana, ou carinhosamente a Mana Mariana, sua irmã mais velha ou com os amigos, nomeadamente com João Paulo Bezerra amigo dilecto desde Coimbra quer evidenciados pela sua vasta e actualizada biblioteca como desenvolveremos mais adiante) e, por outro, as oportunidades de viagem. Diz Ramada Curto:

“[...] a viagem, directamente relacionada com o exercício da diplomacia, acabava por ultrapassar os limites dos círculos cortesãos, permitindo a descoberta de esferas mais vastas de relações envolvendo intelectuais e homens esclarecidos”¹⁰⁴⁴.

¹⁰⁴³ CURTO, Diogo Ramada – “D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In *A Casa Literária do Arco do Cego* 1999: 15-49.

¹⁰⁴⁴ Idem, *ibidem*: 25.

Com uma insistência invulgar, sempre muito polido como convinha, não desarma, quer o ministro Aires de Sá e Melo ou, mais tarde, o ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho, seu primo¹⁰⁴⁵, apreciem ou não as suas sugestões e comentários. D. Rodrigo está atento a tudo quanto se passa, a tudo quanto ouve, envia gazetas locais, relata e tira conclusões. Directamente relacionada com a presente dissertação, importa reter os contactos com Bodoni, director da Imprensa Régia da corte de Parma, e a preocupação na reunião de modelos de máquinas, de artilharia ou industriais, que são enviados para D. José Francisco, Príncipe da Beira, antigo pupilo de Frei Manuel do Cenáculo, com quem D. Rodrigo convivera no final da década de 60, afim de lhe satisfazer a curiosidade intelectual¹⁰⁴⁶. O caso do *Moinho de Organsinar* (isto é, tecer), exemplifica primorosamente os seus cuidados: enviado para Lisboa a partir do porto de Génova, vem acompanhado de duas notas sobre a forma de o descarregar no Porto de Lisboa e os cuidados que são precisos no seu manuseio. No ofício de 1 de Setembro de 1784¹⁰⁴⁷ para Aires de Sá e Melo, sobre o Moinho, diz o seguinte:

“Tenho a honra de remeter a V. Ex^a as duas notas sobre o Moinho de Organsinar ou Filatório, expedido para o serviço de Sua Alteza Real o Príncipe Nosso S^r. que compreendem a explicação das partes, de que é composto e as precauções de que será necessário usar no seu desembarque.”

¹⁰⁴⁵ Importa deixar a seguinte nota: D. Luís Máximo Pinto de Sousa Coutinho, 1^o Visconde de Balsemão, primo direito de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ocupou vários cargos ministeriais e também foi diplomata em Londres. Não só constituiu uma biblioteca de carácter científico enquanto residiu em Londres como se mostrou interessado nas colecções naturalistas que, sob a orientação de Vandelli, se iam organizando em Lisboa, chegando mesmo a dispor do seu próprio gabinete de história natural (*Almanach de Lisboa para o anno de 1803*). Também sabemos que Luís Pinto de Sousa Coutinho é dos primeiros a manifestar interesse e curiosidade pela doação de Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte e, nesse sentido, agenda uma ida à RBPC expressamente para admirar as raridades constantes dessa doação, especialmente os mapas de Portugal que faziam parte da doação como consta da carta de Joaquim José da Costa e Sá para Cenáculo em 25 de Maio de 1797 (Ver **Anexo 2 – Epistolografia ...**, carta 20). Importa referir esta inclinação de Luís Pinto de Sousa Coutinho porque, enquanto Secretário de Estado para os Negócios do Reino, é com ele que D. Rodrigo se corresponde oficialmente a partir de Turim, partilhando ambos das mesmas preocupações com o conhecimento científico. Nesse mesmo sentido, se compreende a carta que, na ausência de Rodrigo de Sousa Coutinho, Joaquim José de Miranda Rebelo envia para Lisboa (3 de Abril de 1782) e onde ele refere as vantagens de uma Gabinete de História Natural e onde explica as práticas para conservação de aves, um apontamento de carácter científico muito interessante. Também se interessou pela actividade de pintor e gravador de Vieira Portuense, relação que deve ser sublinhada pela posterior aproximação de Vieira Portuense e D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Ver GOMES, Paulo Varela - *Vieira Portuense e a arte do seu tempo*. 1987.

¹⁰⁴⁶ Protótipos que eram o orgulho do Príncipe D. José Francisco. Ver BECKFORD, William – *Obra cit.*: carta XXV, 19 Out. 1787; Ver tb. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal ...* 1979. 271-272.

¹⁰⁴⁷ ANTT, MNE Correspondência da Legação de Portugal em Turim, Caixa 862.

D. Rodrigo mantém-se atento a todo o tipo de máquinas, de produções agrícolas e também industriais: a seda, o trigo, o cânhamo, o linho, vidros e cristais, a exploração do ferro (a propósito da qual revela a sua visão de conjunto para a economia portuguesa envolvendo os territórios portugueses em África e os interesses comerciais portugueses na Ásia) sobre o qual escreve em 19 de Outubro de 1785 para Aires de Sá e Melo com o seguinte comentário:

“[...] Se o meu zelo merecesse algum crédito junto da Nossa Augusta Soberana, há muito tempo que houvera pedido a Sua Majestade que chamasse este hábil oficial [o cavalheiro Napion sócio desta Academia das Ciências e moço cheio das maiores Luzes] para as minas de África e atrevo-me a segurar que ele faria ver a verdade com que se pode dizer que as minas de ferro de Angola poderiam ser para Sua Majestade de uma quase igual utilidade que o são as da Suécia àquele país onde este precioso metal serve a pagar a Balança de tudo o que se compra do estrangeiro podendo até servir de base ao nosso comércio com a Ásia [...]”¹⁰⁴⁸.

Também a arte da guerra lhe interessa arranjanado contactos e alguns livros (mantendo, por exemplo, contacto estreito com o próprio D’ Antoni um dos autores mais célebres em matéria de artilharia e fortificações e cujas obras virá a recomendar a António Ribeiro dos Santos para aquisição) e ainda modelos de máquinas de artilharia para o Príncipe. O interesse, portanto, seria duplo: por um lado, tratava-se de máquinas que tinham a ver com a instalação de indústrias (especificamente, a da seda) e, por outro lado, eram máquinas que sendo enviadas para o Reino satisfariam o gosto e curiosidade do Príncipe. O Marquês de Bombelles, embaixador de França em Portugal, comentava, assim, o Gabinete de Física:

“[...] nous nous sommes rendus à une heure après midi au Palais d’Ajuda. Nous y avons trouvé des gens du prince qui nous ont fait voir son cabinet de physique. Les machines moins nombreuses qu’à Coimbra y sont également bien rangées et faites avec le plus grand soin [...] [uma sala] remplie de reliefs de fortifications et des representations également en relief des procédés relatifs à tous les arts et metiers. Les modèles de fortifications sont tous venus de Turin...”¹⁰⁴⁹.

¹⁰⁴⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁴⁹ BOMBELLES, Marquis de – *Obra cit.* : 271.

Um genuíno interesse, pois, revelador do espírito científico das Luzes mas que não deixava de roçar o entretenimento¹⁰⁵⁰. Devemos deter-nos um pouco nesta alusão de Bombelles, que em parte diz directamente respeito a D. Rodrigo. Na verdade, durante cerca de quinze anos, D. Rodrigo adquiriu peças e instrumentos científicos para as colecções do Gabinete da Ajuda, por ordem directa de Miguel Franzini. Por outro lado, além do bem dotado gabinete científico do príncipe, existia desde a década de sessenta um extraordinário Jardim Botânico, no âmbito de um verdadeiro programa científico na Ajuda, cujo principal impulsor foi o paduano Domingos Vandelli, da escola de Lineu, com o qual aliás se correspondeu. Este jardim foi um dos focos científicos mais importantes do país. Em articulação directa com a constituição de grandes colecções de catálogos e listas e de animais, plantas rochas e minerais, continuamente acrescentados por doações e por viagens filosóficas de alunos de Vandelli na Índia, Moçambique e Brasil (esta a mais importante), chegou a ser um dos maiores gabinetes de história natural da Europa¹⁰⁵¹.

Não terá também sido alheia a influência de seu pai na escolha que Rodrigo de Sousa Coutinho fez pela carreira diplomática. Habitado às longas ausências paternas uma vez que o pai D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho tinha sido governador e Capitão-General dos reinos de Angola e Benguela, entre 1764-1774 e depois embaixador plenipotenciário de Portugal em Madrid de 1775 a 1781, onde acabou por falecer¹⁰⁵², tornando qualquer ausência para D. Rodrigo uma circunstância normal sobretudo se ao serviço da Coroa. A sua nomeação como ministro plenipotenciário junto da corte de Turim em 1778 é o primeiro momento de uma longa ausência, igualmente cortada por demoradas visitas a Lisboa, a qual se prolongará até 1796¹⁰⁵³. A partir desta altura, vamos encontrá-lo em funções junto do Príncipe Regente D. João quando ainda era Mordomo-Mor o Visconde de Vila Nova da Cerveira, futuro Marquês de Ponte de Lima¹⁰⁵⁴, conhecido e amigo de longa data de D. Francisco Inocêncio de Sousa

¹⁰⁵⁰ Como defende FERRO, João Pedro – *Um Príncipe iluminado português...*1989.

¹⁰⁵¹ Informações recolhidas nas comunicações de David Felismino, intitulada “*O Gabinete de Física da Ajuda (1777-1854)*”, e de Luís Ceríaco e João Brigola, intitulada “*O Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda*”, apresentada a *Ciência & Corte em Portugal (séc. XVI-XX)*, Seminário de apresentação de resultados do Projecto *On the Instruments’ Trail* PTDC/HIS-HCT/098970/2008, organizado pelo Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, 27-28 de Junho de 2013.

¹⁰⁵² FUNCHAL, 3º Marquês do – *O Conde de Linhares...*1908: 9.

¹⁰⁵³ A estadia em Turim desenrola-se por três períodos: 1778-1780; 1782-1792 e 1794-1796. Nos períodos intermédios, deslocou-se a Lisboa. Esta ausência intermitente permitiu-lhe manter o contacto com a realidade portuguesa ao mesmo tempo que reunia elementos para reflectir sobre ela.

¹⁰⁵⁴ D. Tomás Xavier de Lima, 14º Visconde Vila Nova da Cerveira (até 1788), depois 1º Marquês de Ponte de Lima (1788-1800).

Coutinho, seu pai, e que seria o primeiro Inspector Geral da Real Biblioteca. Rodrigo de Sousa Coutinho move-se, pois, no mesmo círculo, tornando improvável que ignorasse os negócios da Real Biblioteca (e sobre o rumo dos quais é lícito admitir que tivesse dúvidas até porque já tivera um choque com o Marquês de Ponte de Lima a propósito de uma nomeação pouco clara do filho deste, D. Lourenço de Lima, para Viena, entrando em conflito com os próprios interesses de Rodrigo de Sousa Coutinho). O trajecto de Lisboa para Turim, as suas impressões de viagem – que lembram em muito as descritas por Frei Joaquim de S. José no *Diário* (1750) e sobre o qual nos debruçámos¹⁰⁵⁵ –, os encontros que tem com D. João de Bragança (futuro 2º Duque de Lafões), com D’Alembert ou com Ribeiro Sanches, ou a visita à biblioteca pública de Genebra, todos estes momentos marcam profundamente o jovem Rodrigo de Sousa Coutinho, impressões a que irá somar a descoberta de Turim e da sua corte, o encanto do cruzamento de culturas, as notícias da corte, do convívio social com outros diplomatas. Turim à época funciona como placa giratória de encontro de culturas: das italianas de Veneza a Roma, passando pelo Piemonte, por Florença, Lombardia ou Nápoles, do Norte da Europa para Viena e Roma, de Paris e Londres para a Prússia, também para São Petersburgo e para o Império Otomano, e a Grécia ali tão perto.

“D. Rodrigo de Sousa Coutinho contava vinte e três anos de idade quando foi nomeado para a enviatura de Turim, que para ele apresentava não poucos atributos de sedução, bem como para todo o homem que como ele participasse dos gostos do estudo, porque enfim o Piemonte era por aquele tempo a passagem mais frequentada para a Itália, e em Turim se demoravam todas as pessoas notáveis que iam e vinham daquela península, ostentando então aquela capital grande número de homens insignes nas ciências e nas letras; dali a comunicação com todos os literatos da Europa era também muito fácil...D. Rodrigo de Sousa Coutinho podia dizer-se ter em tão pouca idade chegado a uma posição feliz”¹⁰⁵⁶.

Foi nesta conjuntura que D. Rodrigo refinou a sua preparação e mesmo com a formação cultural e académica que levava de Portugal a qual, em termos portugueses, era de

¹⁰⁵⁵ Concluimos pela analogia a partir da descrição de André Mansuy Diniz Silva e não directamente do próprio diário de viagem catalogado mas infelizmente não localizado no ANTT quando consultámos o Fundo *Arquivo da Casa Linhares* em Janeiro de 2013.

¹⁰⁵⁶ SORIANO, Simão José da Luz – *História da Guerra Civil*. 1866-1867, vol. 2: 180-181.

primeira água, só podemos imaginar o turbilhão em que mergulha o jovem diplomata. Recorremos à sábia síntese de Diniz Silva para melhor entender a evolução a que assistiremos:

“Sorti du milieu étroit d’une société portugaise encore marquée par le despotisme de Pombal, par la censure intellectuelle et l’intolérance religieuse, D. Rodrigo s’ouvrit avec avidité à un monde à tous points de vue différent”¹⁰⁵⁷.

Ainda sobre o tempo de aluno no Colégio Real dos Nobres, há um apontamento que devemos registar porque, acreditamos, trata-se de mais uma peça nesta complexa rede de influências sociais e políticas contribuindo, talvez, para esclarecer a intervenção futura de Rodrigo de Sousa Coutinho. A convite do próprio monarca, D. José, os irmãos Sousa Coutinho (Rodrigo e José António), ambos alunos do Colégio dos Nobres, frequentam a corte para conviver com D. José Francisco, Príncipe da Beira e do Brasil (1761-1788), neto de D. José I, sucessor directo à Coroa. Sobre este convívio, acrescenta José Firmino Giraldes:

“[...] e então foi nomeado com mais outros colegiais para assistir ao Senhor D. José Príncipe do Brasil que o amou ternamente pela grave educação e grandeza de talentos que nele divisou, grangeando por isso a estimação da Corte e dos Mestres do mesmo Príncipe, os insignes Fr. Manuel do Cenáculo, hoje Arcebispo de Évora e António Domingues”

convívio assim caracterizado: “Dom Rodrigo foi educado debaixo das vistas de Pombal que o destinava a ministro do Príncipe D. José”¹⁰⁵⁸.

Uma vez que o Príncipe D. João nasce em 1767, qualquer relacionamento entre Rodrigo de Sousa Coutinho e o futuro Rei D. João VI deve ter sido puramente casual (entre eles havia uma diferença de doze anos) mas o que, certamente, Rodrigo de Sousa Coutinho ganhou com a frequência da Corte foi um grande à vontade para se mover naqueles meandros o que, na prática, lhe terá sido muito útil no exercício das suas (inúmeras) futuras funções junto do Príncipe Regente D. João e por nomeação deste. Na época do Rei D. José, o Príncipe D. José Francisco tem como preceptor Frei Manuel do Cenáculo a quem o monarca concedeu plenos

¹⁰⁵⁷ SILVA, Andrée Mansuy Diniz – *Obra cit.*, vol. 1: 87.

¹⁰⁵⁸ *Apud* FUNCHAL, Marquês do – *Obra cit.*: 29.

poderes para educar o futuro soberano¹⁰⁵⁹. Frei Manuel do Cenáculo é o confessor do Príncipe e também está encarregado de superintender na sua formação; tratando-se do herdeiro real, a posição é muito relevante e a responsabilidade não é menor. Distinguir os Sousa Coutinho para conviver com o jovem Príncipe também não pode ser negligenciado; os irmãos Rodrigo e José de Sousa Coutinho só tinham a beneficiar deste contacto o qual, naturalmente, incluiria o Preceptor. É impensável imaginar que Frei Manuel do Cenáculo não estivesse por perto, não os acompanhasse e, eventualmente, não procurasse, ressalvadas as diferenças de idade e de posição, participar. Ou seja, para além da cuidada educação familiar¹⁰⁶⁰, seguida da melhor educação académica possível no Colégio dos Nobres, Rodrigo de Sousa Coutinho ainda tem a excelente oportunidade de se aproximar do grande responsável e executor da política cultural do Marquês de Pombal. Este relacionamento nunca foi tido em conta, nem sequer revelado, mas pensamos que tem lógica dar-lhe algum relevo atendendo à forma como será cobrado mais tarde quando o triângulo Cenáculo, Ribeiro dos Santos e Rodrigo de Sousa Coutinho se fecha em 1802 com a indigitação de Frei Manuel do Cenáculo para Arcebispo de Évora, assunto que aprofundámos anteriormente (Ver 6.2).

Ainda do ponto de vista da sua formação política, importa destacar os interesses multifacetados que Rodrigo de Sousa Coutinho vai revelando a partir da corte em Turim. Os seus múltiplos relatórios, propostas, reflexões são enviados para a corte portuguesa mas sem sucesso (percebe-se esse silêncio quer porque faltam os documentos oficiais provenientes de Lisboa que poderiam veicular qualquer reacção mas também porque ele se queixa). Poucas vezes a expressão “um silêncio ensurdecedor” terá sido tão apropriada! Nesses sucessivos documentos, opina e apresenta propostas em matéria de produção agrícola (a proposta para a cultura da amoreira assume grande relevo), de navegação, de comércio, de defesa (com propostas para a organização do exército e fortificações). Na mesma ordem de ideias, escreve a extensa *Relação histórica sobre a Sabóia*¹⁰⁶¹ na qual descreve com cuidado a situação económica e política, na Europa e na Itália, como ele a apreende a partir de Turim. Sempre o que lhe parecia mais útil ao progresso do país em consonância com o pensamento das Luzes. Uma convicção que fundamenta com frequentes menções à situação prussiana e ao seu

¹⁰⁵⁹ BPE, CXXIX/1-17, f. 231-237 *apud* FERRO, João Pedro – *Obra cit.*: 63.

¹⁰⁶⁰ O papel da avó D. Maria Antónia de São Boaventura e Meneses na sua educação e do seu primo direito D. José Sousa Botelho, futuro Morgado de Mateus, é muito realçada na bibliografia. Ver GALLUT, Anne – *Le Morgado de Mateus...* 1970 ; Ver tb. GIRALDES, José Firmino – *Obra cit.*

¹⁰⁶¹ BN COD 891 sobretudo f. 217-223 para aquilo que está em causa.

imperador, “o grande Frederico” como gosta de evocar, uma opção que se prende directamente com os pressupostos das Luzes mas também revelando um esforço notável no sentido de munir o país de estruturas que lhe permitissem a autonomia completa relativamente “à grandeza” de Espanha. Pensamos que o seu posterior interesse pela Real Biblioteca vem exactamente na mesma linha de orientação de toda a sua intervenção política e da sua intervenção activa em questões de natureza científica já aludidas: por um lado, pouco lhe interessava se o assunto lhe dizia respeito ou não porque o serviço real era sempre mais importante e, por outro lado, a Real Biblioteca deveria dispor de uma provisão bibliográfica ao encontro das necessidades do país, assegurando-lhe a necessária independência.

Fosse como fosse, a formação, primeiro em Portugal, muniu-o com um lastro teórico que lhe moldou um quadro mental mais apto à reflexão, enquanto a formação no estrangeiro teve um carácter mais prático que lhe permitiu, à distância, clarificar e equacionar sem preconceitos a situação portuguesa. Rodrigo de Sousa Coutinho nem se deslumbrou nem se acomodou às mordomias inerentes ao cargo. A inquietação como sinal de modernidade é uma constante no seu pensamento assim caracterizado por Diniz Silva:

“À la question de savoir comment et pourquoi D. Rodrigo en vint à proposer des structures de pouvoir et d’ administration si différentes de ce qui était établi au Portugal depuis la fondation de la monarchie, il y a plusieurs réponses, à commencer par son savoir juridique nourri par un enseignement universitaire rénové, imprégné des nouveaux acquis du droit naturel et du droit des gens, approfondi par la lecture des grands jurisconsultes et des auteurs de philosophie politique de son époque. Non seulement D. Rodrigo participait entièrement de cet esprit des Lumières dans lequel les reformes trouvaient leur source, mais il désirait que ses souverains comme ses concitoyens s’y associent, pleinement conscient que l’ordre établi ne convenait plus au progrès et à l’état de prospérité et de bonheur public vers lequel il fallait tendre. [...] Il ne s’agissait pas d’ une remise en question de la monarchie absolue, mais de donner au souverain les moyens d’exercer ses pouvoirs d’ une autre façon, en recevant systématiquement de tous les points de son territoire les informations nécessaires à son gouvernement , et en s’entourant des avis de ses ministres et autres fonctionnaires, certes, mais aussi des

répresentants des divers secteurs de la population et d'une élite intellectuelle apte à contribuer à l'élaboration de décisions de progrès"¹⁰⁶².

Por 1796, D. Rodrigo era um cosmopolita, adquirira sofisticação, escrevia de Turim para uma corte cujos horizontes geográficos eram definidos pelo Palácio-Convento de Mafra, pelo Santuário do Senhor Jesus da Pedra (Óbidos), quando muito pelas termas das Caldas da Rainha. Ou, como lembra Gorani, em Lisboa “mais facilmente se encontra um navio para Goa ou para o Brasil do que uma carruagem para Coimbra ou para Braga”¹⁰⁶³. Um contraste, certamente, muito difícil de gerir.

6.4.3 – Intervenções na esfera da instrução e da cultura – Entre Turim e Lisboa, as manifestações reveladoras das suas preocupações de ordem cultural são várias e a correspondência oficial está repleta de exemplos¹⁰⁶⁴. Consideraremos apenas o período temporal que se prolonga até ao fim do seu exercício como Secretário de Estado em 1803 exactamente a época que envolve a Real Biblioteca. Em Turim, podemos invocar duas situações distintas que caracterizam o seu ecletismo e o seu perfil nas vertentes que aqui nos prendem: a formação da sua própria biblioteca e a deslocação à oficina tipográfica de Bodoni em Parma. De forma semelhante, em Lisboa, analisaremos – mesmo que apenas a título exemplificativo – o seu envolvimento com a criação dos espaços museológicos¹⁰⁶⁵, as suas orientações bibliográficas para a Real Biblioteca e a sua responsabilidade no tocante à Casa Literária do Arco do Cego e à Imprensa Régia¹⁰⁶⁶.

Para um membro da nobreza, dispor de uma biblioteca não constituía uma novidade. O que pode implicar novidade é o próprio conteúdo da biblioteca, a sua utilização e a sua

¹⁰⁶² SILVA, André Mansuy Diniz – *Obra cit.*, vol. 1: 172-173.

¹⁰⁶³ A obra de Gorani não será muito fiável dadas as circunstâncias políticas que envolveram a sua estadia em Portugal mas a observação que transcrevemos não deixa de ser sugestiva. Ver GORANI, Giuseppe – *Portugal: a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. 1992: 137.

¹⁰⁶⁴ Ver ANTT, MNE Correspondência Legação de Turim, Caixas 860-873.

¹⁰⁶⁵ A sua actividade na criação e/ou modernização dos museus em Portugal foi absolutamente central e profunda tendo sido escarpada com rigor na tese de doutoramento de BRIGOLA, João – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. 2003, cuja consulta é indispensável para a compreensão da evolução dos museus em Portugal e contribui com muitas referências arquivísticas de interesse indiscutível mesmo para áreas afins.

¹⁰⁶⁶ D. Rodrigo de Sousa Coutinho também estará envolvido com a Imprensa Régia por inerência das suas próprias funções governativas mas a Imprensa Régia não é criação sua e, por isso, embora registemos o facto não nos debruçaremos sobre esse período. A Casa Literária do Arco do Cego terminará a sua actividade autónoma com a incorporação na Imprensa Régia quando esta é profundamente remodelada após a morte do seu director, o impressor Miguel Manescal da Costa em Novembro de 1801 (Alvará 7 Dezembro 1801).

dimensão. Ignoramos a utilização que Rodrigo de Sousa Coutinho deu à sua biblioteca, reunida durante a sua estadia em Turim, mas o conteúdo e a dimensão constituem elementos que, indiscutivelmente, fornecem matéria para reflexão. Isto é, quais as suas preferências literárias porque o seu percurso de vida profissional é bem um sinal da profunda formação filosófica, histórica, científica que adquiriu ao longo da vida, percurso muito interventivo que só se pode sustentar com muitas e variadas leituras. Pelo contrário, na falta de dados específicos sobre as suas leituras, dispomos de alguma informação sobre o conteúdo da biblioteca a partir da qual podemos, então, ambicionar presumir leituras e preferências.

Apesar da impressionante biblioteca como veremos, não foram apenas as leituras que enriqueceram o jovem diplomata. O factor que mais toca quando se observa de perto a evolução de D. Rodrigo, um misto de aprendizagem e amadurecimento, é a constatação de que ele absorvia tudo quanto o rodeava fosse do ponto de vista da actividade económica, fosse do lado das soluções políticas, fossem informações de natureza militar, científica ou cultural. Educado junto da Corte, tendo usufruído de educação esmerada, continuava a encontrar motivos à sua volta para se fascinar, tão grandes eram as diferenças. Daí os inúmeros relatórios, pareceres, sugestões que enviava para a Corte em Lisboa aos quais, uns após outros ao longo dos anos, não recebia nenhuma reacção, situação, aliás, que não o esmoreceu. A curiosidade científica fica bem atestada através das aquisições que vai fazendo para a sua biblioteca não podendo nós deixar de estabelecer uma relação directa entre a utilidade que Rodrigo de Sousa Coutinho encontrava nessas obras e o posterior interesse e intervenção na Real Biblioteca Pública. Adquiria obras enquanto apurava o gosto pelas características técnicas e estéticas da actividade gráfica e editorial como desenvolveremos em torno da relação Sousa Coutinho-Bodoni.

Entre os papéis do Arquivo da Casa de Linhares (hoje no ANTT), existe um códice que é o catálogo da biblioteca de D. Rodrigo. Com propriedade deveríamos chamar-lhe lista ou rol mais-que-perfeito por se tratar bem mais de uma listagem de títulos do que de um catálogo: aos títulos juntou informação sobre o formato mas não constam outros dados de carácter bibliográfico para ser catálogo. Trata-se, então, de um códice, com 72 páginas, incluindo cerca de 1250 títulos (o cálculo fizemo-lo a partir do número médio de referências bibliográficas por página). Não contém nenhum termo de abertura, portanto, desconhecemos quem organizou o catálogo, quando foi preparado e exactamente a que corresponde o catálogo. À primeira vista, parece corresponder exclusivamente à biblioteca que reuniu em Turim. Muitas perguntas sem

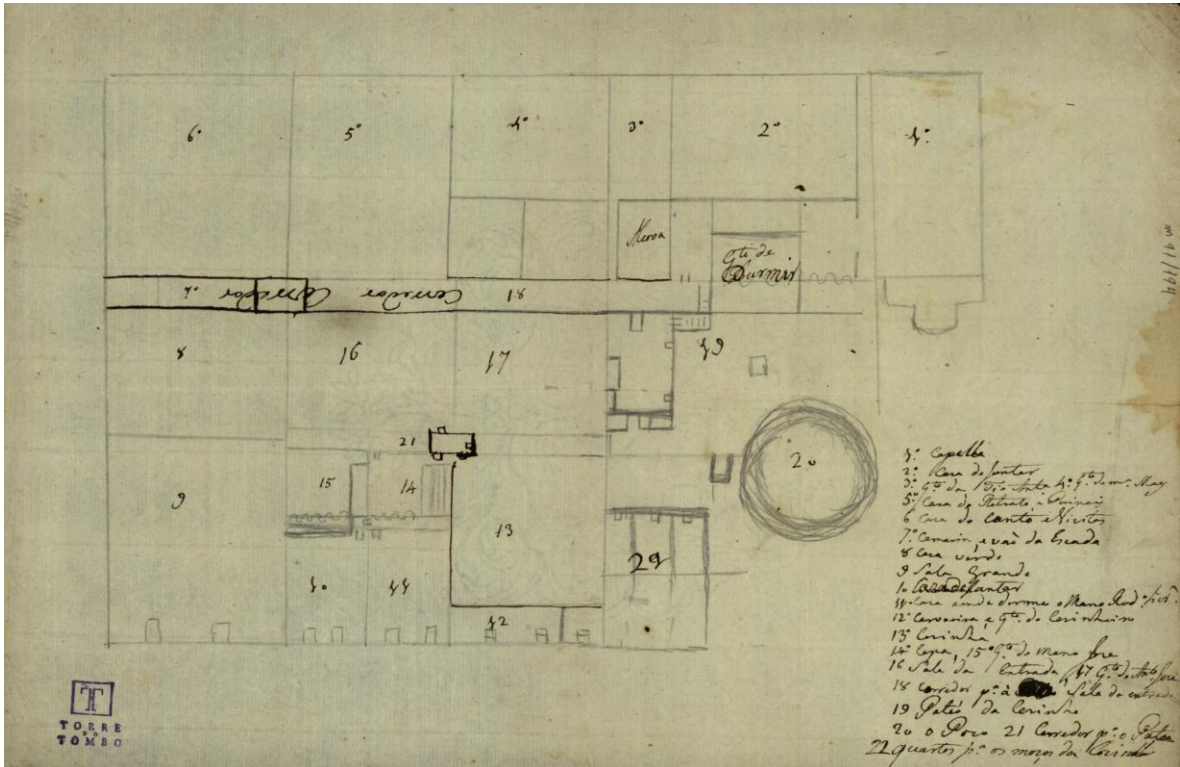


FIGURA 9

Planta da Casa de Arroios, Lisboa

Desenho a carvão de Mariana de Sousa Coutinho (presumivelmente), 16 x 25,5 cm.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Casa de Linhares, Maço 91, Doc. 194

- | | |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. Capela | 12. Carvoeira e quarto do Cozinheiro |
| 2. Casa de Jantar | 13. Cozinha |
| 3. Quarto da Tia Antónia (?) | 14. Copa |
| 4. Quarto de minha Mãe | 15. Quarto do mano José |
| 5. Casa do Retrato e Painéis | 16. Sala da Entrada |
| 6. Casa do Canto e Visitas | 17. Quarto de António José |
| 7. Camarim e vão da Escada | 18. Corredor para a Sala de entrada |
| 8. Casa verde | 19. Pátio da Cozinha |
| 9. Sala Grande | 20. o Poço |
| 10. Casa de Jantar | 21. Corredor para o Pátio |
| 11. Casa aonde dorme o Mano Rodrigo e Livraria | 22. Quartos para os moços da Cozinha |

resposta para uma certeza iniludível: a posse de tanta bibliografia actualizada testemunha quão grande era a estima de D. Rodrigo pela sua biblioteca, opinião também partilhada por André Mansuy Diniz Silva¹⁰⁶⁷. Com altíssima probabilidade de ser verdade, pode assumir-se que o catálogo foi feito em Turim, por um estrangeiro (isto é, não terá sido feito pelo seu braço direito Joaquim José de Miranda Rebelo a quem, durante anos, ficou a dever a cópia dos ofícios para Lisboa e na sua ausência a responsabilidade do despacho à frente da Legação) porque a língua “oficial” adoptada para a elaboração do catálogo (evidenciada nos encabeçamentos das secções) foi o francês e também porque um português, muito plausivelmente, não reuniria na mesma secção livros espanhóis e portugueses preferindo, naturalmente, separá-los¹⁰⁶⁸. Também fica por saber se D. Rodrigo possuiria manuscritos uma vez que não há referências neste catálogo¹⁰⁶⁹. E mais importante ainda, se a biblioteca de D. Rodrigo seria rica em periódicos. No catálogo em análise, mencionam-se alguns títulos¹⁰⁷⁰ mas posterior correspondência, de D. Rodrigo ao Bibliotecário-Mor António Ribeiro dos Santos em 1801, leva fundamentadamente a acreditar que ele sabia quais eram os periódicos relevantes na Europa e que importava adquirir (sobre a sua intervenção junto da Real Biblioteca Pública, Ver 6.4.4); se não tinha exemplares na sua biblioteca, como é que os conheceu, onde é que os consultou? São dúvidas que não conseguimos esclarecer na presente investigação, mas que não deixam de ser interessantes para eventual e posterior ponderação. O catálogo está organizado pela língua de edição das obras (o que não coincide obrigatoriamente com a origem do respectivo autor): em francês, inglês, italiano, latim, espanhol e português, alemão. Para cada língua, segue-se a organização por formato, in-folio, in-4º, in-8º e in-12º.

Mais interessante ainda, é constatar as preferências de D. Rodrigo as quais agrupámos tendo em consideração a língua, o conteúdo/tipo, a edição/data.

¹⁰⁶⁷ SILVA, André Mansuy Diniz – “La correspondance familière...”. 2001: 76.

¹⁰⁶⁸ Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 23 – 23.1.

¹⁰⁶⁹ É muito interessante notar que numa carta de 1839 enviada por D. Francisco, Bispo Conde de Coimbra ao Conde de Linhares – e só pode tratar-se de D. Vitorio Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, 2º Conde de Linhares (1790-1857) filho mais velho de D. Rodrigo – se refere a Livraria que está (à época) na Biblioteca da Ajuda, aconselhando-o a levantá-la ou, pelo menos, a levantar os manuscritos!

¹⁰⁷⁰ Para exemplificar, indicamos alguns dos títulos identificados de publicações periódicas no catálogo da biblioteca de D. Rodrigo de Sousa Coutinho: *Table des articles contenus dans les volumes de l'Academie Royale des Sciences a Paris depuis 1666 jusqu'en 1770*. Paris, 1776 (4 vol.); *Machines et inventions approuvées para l'Académie Royale des Sciences*. Paris, 1739-1777 (7 vol); *Mémoires de mathématique et de physique presentes à l'Académie Royale des Sciences par divers savans et lu dans les assemblées*. Paris, 1790; *Mémoires de l'Académie Royale des Sciences et Belles Lettres*; *Journal de Paris pour 1790*; *Journal Encyclopedique 1788-1789*; *Memorie della R. Societa Agrária*. Torino, 1789.

Quanto à língua, D. Rodrigo preferia, de acordo com uma supremacia afirmada nas Luzes, o francês: não só os autores franceses predominam como também adquiriu muitas traduções em francês de obras de autores alemães ou ingleses. A língua francesa está muito mais representada do que as outras línguas (com 743 títulos), seguida da italiana (157 títulos), latina (146 títulos), inglesa (132 títulos), espanhola e portuguesa (33 títulos) e, finalmente, a alemã (22 títulos). A soma destes títulos (1233) é ligeiramente inferior ao cálculo feito o que se fica a dever à existência de títulos sem data e que, no levantamento, não considerámos importante registar. Como a diferença é mínima, não altera em nada as conclusões a que o manuseio do rol nos conduziu. Uma conclusão que chamou a nossa atenção prende-se com o reduzido número de títulos em português o que encontrará, seguramente, uma explicação no conteúdo eminentemente científico que deu às suas compras, matérias que não encontraria em língua portuguesa.

Depois, o conteúdo: D. Rodrigo aplicou-se na aquisição de obra de carácter científico e na designada obra de referência. Trata-se verdadeiramente de uma biblioteca enciclopédica (no sentido de abrangente): são livros de matemática, geometria, canais e hidráulica, também sobre pobreza e mendicidade, questões militares incluindo arquitectura militar, moeda, história política, diplomática ou genealógica, comércio, agricultura e silvicultura, indústrias extractivas, astronomia, arte, botânica, zoologia, dicionários e enciclopédias. Como distracção, livros de viagem pelo Oriente e pelo Novo Mundo, os relatos de Cook ou de Bougainville mas também Montaigne, sempre um manancial informativo garantido. E um cuidado especial em garantir a presença dos clássicos greco-latinos (como o pai lhe recomendara!) fosse em latim ou versão traduzida: Homero, Virgílio, Séneca, Cícero, Aristóteles, Tucídides, Xenofonte, Hesíodo, Júlio César, Ovídio, Plínio, Plutarco, Tácito... Sobre esta biblioteca greco-latina, vale a pena citar José Firmino Giralde: “Era versadíssimo na lição dos melhores poetas latinos (...) como também era versadíssimo na lição dos melhores oradores gregos, e romanos que enriquecem a sua selecta biblioteca”¹⁰⁷¹. Regista-se a existência de um exemplar de uma *Bíblia* e um exemplar do *Corão* a evidenciar claramente que as suas maiores preocupações não seriam de carácter religioso. O que nos obriga a assinalar o forte pendor secular da sua colecção, orientação que se vai voltar a sentir nas suas opções de gestão para a Real Biblioteca Pública da Corte.

¹⁰⁷¹ GIRALDES, José Firmino – *Obra cit.*: 9.

Por fim, os autores. Seria difícil listar aqui os autores representados na sua biblioteca mas os grandes nomes da cultura ocidental, do Renascimento aos textos mais polémicos do século XVIII (sabemos que solicitou autorização ao Papa Pio VI para ter acesso a livros proibidos, a 30 Julho 1788¹⁰⁷²), incluindo as duas edições da *Encyclopédie* (embora nenhuma fosse a 1ª edição), estão todos alinhados, ao alcance das suas mãos embora esse não seja o elemento mais impressionante. De certa maneira, pode afirmar-se que D. Rodrigo manteve sempre muito presente os conselhos de seu Pai em matéria de aquisição de conhecimentos, como demonstrámos anteriormente. Apesar desta riqueza, parece-nos, no entanto, que o dado mais interessante se prende com as datas de edição das obras referenciadas.

De facto, a partir das datas de edição das obras – trate-se ou não de primeiras edições – facilmente se conclui que D. Rodrigo não deve ter levado consigo de Portugal nenhum livro, mesmo admitindo que possa haver algum exagero nesta afirmação. D. Rodrigo vai para Turim no final de 1778 depois de ter sido nomeado em Setembro¹⁰⁷³, e a esmagadora maioria dos livros constantes do catálogo são edições posteriores a 1775, logo, contemporâneas da sua presença em Turim. Mais especificamente, dois terços dos títulos são posteriores a 1775 (sem considerar se a edição é ou não a primeira), isto é, quando faz as escolhas e adquire os livros, são essas as edições que consegue porque é exactamente nessa altura que faz as encomendas e, portanto, as obras ainda estariam disponíveis no mercado. Em muitos casos, adquiria novidades, um princípio fundamental na organização de uma biblioteca revelando muito claramente a sua percepção do que é e para o que serve uma biblioteca. A biblioteca pode ter um carácter erudito, sim mas o objectivo é utilitário; para D. Rodrigo, a biblioteca não é mais um museu e esta nova perspectiva não se cansou ele de a transmitir a António Ribeiro dos Santos (Ver 6.4.4). Os títulos mais recentes (isto é, os últimos na nossa perspectiva) registados no catálogo são de 1796, ano em que deixa Turim. O catálogo cobrindo o período que se inicia com a sua chegada a Turim em 1778-79, testemunha vinte anos de intensa actividade editorial europeia bem registada na biblioteca de Rodrigo de Sousa Coutinho, altura em que o catálogo foi muito presumivelmente fechado, a biblioteca também, coincidindo com a sua saída de Turim e o regresso definitivo a Lisboa.

¹⁰⁷² ANTT Arquivo da Casa de Linhares, Maço 90, Doc. 40.

¹⁰⁷³ Conforme o texto da nomeação: “*Sua Majestade tendo consideração às qualidades de que a pessoa de V. Sª é revestida, houve por bem nomeá-lo Seu Ministro Plenipotenciário na Corte de El Rei de Sardenha o que participo a V.Sª de Ordem da Mesma Senhora, para que assim o tenha entendido, e possa dispor a sua jornada com a brevidade possível. Deus Guarde a V. Sª, Palácio de Queluz a 13 de Setembro de 1778, Aires de Sá e Melo*” (ass.). Ver ANTT Arquivo da Casa de Linhares, Maço 90, Doc. 60.

Mas para D. Rodrigo, o livro não é apenas um veículo, um suporte de informação. Tendo tido, naturalmente, a oportunidade de ver outras bibliotecas, a sua sensibilidade foi-se apurando e o livro adquire então, aos seus olhos, um valor intrínseco como objecto tridimensional, podendo chegar mesmo a ser considerado como obra de arte. Entre o conteúdo e o seu suporte, pode alcançar-se uma simbiose sublime, elevando o livro ao nível de obra-prima. Esta descoberta sobre o real valor e lugar do livro fica bem atestada na relação que estabelece com Bodoni e com Vieira Portuense¹⁰⁷⁴.

Numa deslocação a Parma, trava conhecimento com a actividade de impressor de Giambattista Bodoni (1740-1813). O trabalho tipográfico de Bodoni atingiu um tal primor técnico que o próprio o justificava pela utilização e pelo prazer que as gerações futuras retirariam do seu trabalho, talvez mesmo, defendia, mais do que a geração actual, acrescentando que a impressão de qualidade deveria satisfazer o olhar, o paladar e a fantasia conseguindo uma sensação idêntica àquela que um amante de arte tem quando olha um Rafael ou um Poussin¹⁰⁷⁵. A esta auto-declaração de princípios, junta a preocupação com a sistematização do saber (tipográfico) que Bodoni exprime no seu *Manual Tipografico* (1788) e essa aspiração a um saber superior revela o seu espírito em sintonia com as Luzes¹⁰⁷⁶ o que também deve ter fascinado Sousa Coutinho.

Este *Manual Tipográfico* serve, aliás, para ilustrar como a história dos livros se pode confundir com a própria história das instituições. Editado em 1788, ignoramos hoje o destino do exemplar que em 1802 existia na Real Biblioteca Pública e cujo empréstimo, “sem exemplo e por assim o exigir o Real Serviço”, como ficou exarado no despacho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Inspector Geral da Real Biblioteca, foi autorizado ao Professor Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818) em 15 de Dezembro de 1802¹⁰⁷⁷, já que os exemplares actualmente existentes na BNP são posteriores: o exemplar editado em 1788 foi adquirido em 1954 conforme identificação dos antigos possuidores, o outro porque foi editado em 1818¹⁰⁷⁸.

¹⁰⁷⁴ Sobre este relacionamento e as suas implicações na história da cultura portuguesa, Ver GOMES, Paulo Varela - *Vieira Portuense e a arte do seu tempo*. 1987.

¹⁰⁷⁵ No actual Museu Bodoniano em Parma, situado no Palácio Pilotta, a variedade de tipos, prensas, livros, exemplares vários explicam e revelam soberbamente a beleza e a perfeição das obras do prelo de Bodoni. Ver CIAVARELLA, Angelo - *Bodoni Museum*. 1988.

¹⁰⁷⁶ GATTI, Andrea – “Segno, significato, idea: Bodoni e i Lumi”. In *Bodoni ...* 2008: 79-112.

¹⁰⁷⁷ AHBN COD 10610, f. 14 v. *Tb.* AHBN COD 10612, f. 27-27 v. mas sem nota lateral.

¹⁰⁷⁸ O exemplar existente na BN não é o que foi comprado a Francisco Vieira. O *Manuale Tipografico* (ed. 1788) não inclui nenhum texto explicativo ou teórico. É composto de um único texto sempre impresso apenas na página ímpar sendo utilizados, em cada página, fonte e corpo diferentes. Começa com fonte e corpo muito pequenos e, à medida que se avança no *Manuale*, a fonte e o corpo vão aumentando, provocando a redução

Interessante ainda referir que à margem do despacho permitindo o empréstimo, foi averbada a seguinte nota: “Em 15 de Dezembro de 1802 se entregou ao Professor Joaquim Carneiro da Silva a obra mencionada neste Aviso, a qual ele restituiu em 16 de Fevereiro do presente ano cobrando o recibo que tinha passado. Lisboa 16 Fevereiro de 1803”. Todos estes cuidados e rigor apesar do nome de Carneiro da Silva que havia dirigido a oficina de gravura da Casa Literária do Arco do Cego entre 1799 e 1801¹⁰⁷⁹, logo, pessoa bem próxima de Sousa Coutinho.

Quanto ao empréstimo da obra, vem a propósito referir que Carneiro da Silva publicará em 1803 o *Breve tratado theorico das letras typograficas...*¹⁰⁸⁰ perseguindo objectivo idêntico ao que levara Bodoni a publicar o seu *Manual*, mas cuja elegância e qualidade do papel se encontram nos antípodas do título bodoniano, obra para a qual obtivera autorização de empréstimo. Na realidade, Carneiro da Silva, abridor de estampas e professor de gravura no Colégio Real dos Nobres, é gravador de renome¹⁰⁸¹ que “se algumas vezes é duro na execução, tem também estampas que nada ficam a dever à suavidade das de Bartolozzi, sobrelevando-o até na perfeição do delineamento e na justeza do equilíbrio”¹⁰⁸². O interesse de Carneiro da Silva pela caligrafia insere-se numa tendência que no século XVIII em Portugal tem outros seguidores porventura mais dedicados¹⁰⁸³. As preocupações de Carneiro da Silva prendem-se mais com o ensino da gravura¹⁰⁸⁴, não tanto com questões de execução tipográfica exímia. A gravura enquanto ornamento da impressão tinha como objectivo a exemplificação ou qualquer outro fim útil, tal como se prescrevia no texto fundador da Impressão Régia (1768). Princípio, aliás, idêntico ao de Frei Mariano Veloso na Casa Literária e a outros, tendo todos bebido na *Encyclopédie* este ensinamento¹⁰⁸⁵.

do texto. É um mostruário para uso nas próprias oficinas tipográficas que, através do exemplo, exhibe toda a ductilidade tipográfica. Já a edição de 1818, que não nos interessa porque é posterior ao período em apreço, contém um texto introdutório que serviu de ponto de partida para o trabalho de BICKER, João - *Manual tipográfico de Giambattista Bodoni*, 2001.

¹⁰⁷⁹ SILVA, André Mansuy Diniz - *Portrait d'un homme d'État...* 2002, vol. 2: 123.

¹⁰⁸⁰ SILVA, Joaquim Carneiro da - *Breve tratado theorico das letras typograficas ...* 1803.

¹⁰⁸¹ Já em 1781, Cenáculo havia feito uma encomenda a Joaquim Carneiro da Silva de uma gravura de Santo Ivo, encomenda mediada por Joaquim José da Costa e Sá que referiremos longamente em 6.2.6. São duas as cartas de Costa e Sá para Cenáculo a dar-lhe conta sobre o andamento da encomenda. Ver BPE CXXVIII 1-1, no. 67 (9 Julho 1781), nº 71 (28 Out 1781) e uma autógrafa de Carneiro da Silva, nº 82-3 D (17 Set 1781?).

¹⁰⁸² SOARES, Ernesto - *História da gravura artística em Portugal...* 1971, vol. 2: 577. Sobre a actividade de Carneiro da Silva na Casa Literária do Arco do Cego, Ver FARIA, Miguel Figueira de - “Da facilitação e da ornamentação...”. 1999: 107-137.

¹⁰⁸³ Sobre a história do desenho da escrita em Portugal, Ver REIS, Jorge dos - *Três movimentos da letra: o desenho da escrita em Portugal*. 2012.

¹⁰⁸⁴ FARIA, Miguel Figueira de - “Da facilitação e da ornamentação...” 1999.

¹⁰⁸⁵ FARIA, Miguel Figueira de - “L'influence de l'Encyclopédie sur l'édition illustrée au Portugal...”. 2002: 37-44.

As edições produzidas na Impressão Régia de Parma celebrizaram-se pela qualidade do suporte (papel ou velino), pelo rigor dos tipos, pelas proporções perfeitas, pela verticalidade dos caracteres. Sobre estes aspectos diz Carneiro da Silva: “Para a formação das letras, de que se usa nas impressões, não há nem pode haver regras, que tenham demonstração geométrica, por depender a sua forma do capricho, e vontade dos homens” introduzindo, certamente, um sentido de liberdade artística inerente a desenhadores e gravadores criando um espaço alternativo relativamente a Bodoni para quem o rigor geométrico era fundamental e absoluto.

Sobre Bodoni, e sobre a qualidade do trabalho produzido em Parma, escreveu Sousa Coutinho ao Ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho:

“Em terceiro lugar, referirei a V.Exa. que passando por Parma, o célebre e incomparável Tipógrafo Bodoni me comunicou o incluso catálogo das novas preciosas edições que publicou depois da minha partida de Itália, e os prospectos inclusos de apreciações que propõem para as belas edições dos quatro principais poetas clássicos italianos que também remeto a V.Exa. para que se digne levá-los à Real Presença do Príncipe N.S. acrescentando humildemente em meu nome que havendo-me Bodoni por amizade guardado e vendido o único exemplar que lhe restava em papel denominado pelos Franceses Velin ou semelhante a pergaminho das 25 cópias que tirou de Virgílio no mesmo gosto do Horácio que já ofereci a S.A.R. o Príncipe N.S. e que actualmente quase não tem preço, tomo a liberdade de oferecer também o Virgílio ao mesmo Senhor unindo igualmente ou bela edição do mesmo Bodoni que se imprimiu à custa de Mr. Trevor Ministro de Inglaterra de que ele me fez presente e que eu logo destinei para a Real Biblioteca do nosso Augusto Amo, e esta remessa que creio algum tanto preciosa e estimável partirá daqui logo que saiba livre de todo e qualquer bloqueio o porto de Génova, lisonjeando-me que possa ser agradável ao nosso Augusto Amo cujo real serviço ocupa sempre todos os meus pensamentos.

Não posso deixar de lembrar a V. Exa. que seria bem justo que S.A.R. o Príncipe N.S. enriquecesse a sua Real Biblioteca com as outras edições Bodoni, e que o mesmo Senhor honrasse este tão distinto artista como S. M. Católica já fez ou comprando-lhe alguns dos seus preciosos poinsons [sic] e matrizes ou podendo até encarregar-lhe uma bela edição do nosso Camões que faria época ao luminoso

governo do nosso Augusto Amo assim como vimos ilustrado o Reinado de Luís XIV pelos favores que o mesmo Grande Avô do Príncipe N.S. concedeu aos artistas e particularmente aos que mais se distinguiram em aperfeiçoar a Arte Tipográfica”¹⁰⁸⁶.

Esta carta sintetiza e exalta a qualidade das edições bodonianas, reconhece o seu valor, justifica a constante procura de que são alvo, mas o que nos parece indispensável sublinhar é a chamada de atenção de Rodrigo de Sousa Coutinho para a necessidade de ter exemplares daquelas edições na Biblioteca Real (à data de 1793, só pode estar a referir-se à própria biblioteca particular do rei). Aliás, num discurso proferido na Sociedade Marítima em sessão de 19 de Janeiro de 1802 perante o Príncipe Regente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho volta a exprimir o seu interesse e deslumbramento por estes aspectos da actividade editorial:

“[...] ressuscitou S. A. Real [...] a Impressão Régia que também deixa esperar (logo que os hábeis artistas hajam formado a quantidade necessária de ponções e matrizes e que haja bom papel nacional) de poder publicar impressões tipográficas e que possam rivalizar com os Baskervilles, Didot, Bodonis [...]”¹⁰⁸⁷.

Outro elemento de interesse que se colhe na carta enviada para Luís Pinto de Sousa Coutinho (supra referida) é a menção a uma eventual edição de Camões, assunto que será abordado em correspondência de D. Rodrigo quer com Bodoni quer com Francisco Vieira (de seu nome artístico Vieira Portuense, nasceu em 1765 no Porto e faleceu no Funchal em 1805).

O teor dessa correspondência denuncia sem margem para erro como D. Rodrigo se havia destacado e era conhecido pelas suas preocupações culturais, faceta que não escapava aos mais interessados, logicamente os artistas na procura de subsídios para a edição dos seus trabalhos. Mas as cartas também revelam a argumentação expedita de Bodoni em prol da Real

¹⁰⁸⁶ In Ofício de Turim de 24 Dezembro 1793 para Luís Pinto de Sousa Coutinho (ANTT MNE Correspondência da Legação de Turim, Caixa 866). Noutro ofício, Turim 15 Janeiro 1794, também para Luís Pinto de Sousa Coutinho, Rodrigo de Sousa Coutinho envia catálogos (que actualmente não se encontram junto com o ofício) “que o célebre tipógrafo Bodoni acaba de remeter-me e que creio serão agradáveis a V. Exa” e o prospecto *A Bibliofili* no qual se anuncia a edição de quatro autores clássicos: Dante, Petrarca, Ariosto, Tasso (ANTT, MNE Correspondência da Legação de Turim, Caixa 867).

¹⁰⁸⁷ *Apud* FUNCHAL, Marquês do, *obra cit.*: 133. Sobre a alta consideração em que Sousa Coutinho tinha Bodoni, é também sintomática a vontade que ele expressou de ver as obras de José Anastácio da Cunha impressas por Bodoni. *Apud* SILVA, Andrée Mansuy Diniz – “La correspondance familière...” 2001: 74. Ainda sobre esta relação, *Ver* PEIXOTO, Jorge – “Relações artísticas e de amizade entre o célebre impressor italiano Bodoni e Francisco Vieira Portuense”. 1973: 361-369.

Biblioteca (referia-se já à Real Biblioteca Pública da Corte) e a “oferta” de Francisco Vieira, para a Real Biblioteca (também a Real Biblioteca Pública da Corte), da colecção das edições de Bodoni que possuía. Acresce ainda, a partir da carta de Bodoni (de Parma, 20 Agosto 1796¹⁰⁸⁸), reconhecer como as notícias circulavam depressa na Europa confirmando o paradigma das Luzes sobre o espaço comum europeu, de Lisboa ao Báltico, e sobre a comunhão de interesses intelectuais, no sentido mais amplo do termo. Referimo-nos concretamente ao conhecimento que Bodoni revela ter sobre a criação da Real Biblioteca não se esquivando a tecer comentários sobre as vantagens que a RBPC teria, à semelhança de outras bibliotecas grandes e notáveis, se dispusesse das suas obras tão perduráveis quanto as obras de bronze ou de mármore! Aliás, o próprio Vieira Portuense também estava assaz determinado em vender a ideia de um negócio deste género à Real Biblioteca, negócio a respeito do qual envia uma carta a Ribeiro dos Santos:

Illmo S^r. Dez^{or} António Ribeiro dos Santos

Achando-me a dois anos estabelecido neste país por ordem de S. M. F. como pensionado na Arte da Pintura e que depois de tantos anos que estive na Itália e Alemanha formando o verdadeiro método dos clássicos mestres agora que este país facilita tantos meios de abridores pedi a S. M. F. me concedesse de aqui me demorar alguns anos para publicar em estampas muitos desenhos de obras que vi e conheci nas principais galerias da Europa; e neste tempo a combinação quis que aqui me associasse com o célebre abridor Bartolozzi primeiro artista da Europa e isto me facilita a vantagem e brevidade de efectuar as minhas abrições como já várias se acham abertas e uma agora vem de se acabar representando Viriato quando jura de ser contra os Romanos; com este convoyo [sic] serão expedidas as primeiras estampas para a Corte sendo dedicada a Regência de S.A.R. a quem ofereci o meu quadro original que aqui fiz; fi-la sendo a primeira estampa de facto português por subscrição de 1bro(?) cada estampa e de que tenho muitos nacionais subscreventes e conhecendo que todas as Livrarias Públicas procuram de ter uma

¹⁰⁸⁸ Carta de Bodoni para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Parma, 20 Agosto 1796. ANTT, Arquivo da Casa de Linhares, Maço 63, Doc. 91.

escolhida colecção de estampas em particular de tudo quanto respeita não só a história do país mas produções da mesma Nação pensei como o Sr. Bartolozzi de fazer saber a V. Sa. que se determinasse poderia fornecer a Livraria pública como nós aqui fornecemos tantas outras do continente e deste país e não só as últimas estampas acabadas mas aquilo que se chama provas que dos (?) progresso da abrição principiando da água forte da estampa para segunda e 3ª. Prova antes de se dar completa e esta colecção com os progressos das obras tiradas das minhas produções, me faria particular gosto vê-la completa na minha capital como também se V. Sª. desejasse estampas de Bartolozzi em qualquer sorte de género tanto em preto como em cores esta casa fornece toda a Europa e bibliotecas públicas e poderia lá neste caso formar um assortimento de cada coisa que em todo o tempo me fizesse gosto de ver quando voltasse à Pátria e certamente combinaria os preços mais arecuados possíveis em consideração à Pátria como daqui estou mandando caixas e caixas para Lisboa e todo o Portugal.

Eu espero que V. Sa. não tomará a mal a minha liberdade e só o desejo que em um lugar público se veja uma particular escolha como já creio haverá de estampas possam ter tanto uma colecção de Bartolozzi como de tantas e tantas obras que debaixo dos meus desenhos aqui se tem feito e muitas em edições de livros como um Virgílio com estampas em 2 volumes em 8º donde eu fui empregado em várias estampas e agora uma soberba edição de Horácio que aqui se vai a estampar eu sou encarregado de fazer os desenhos para as estampas; igualmente muitos livros de História poetas e outros clássicos aqui se tem publicado e continuamente aqui se publicam com muitas estampas de Bartolozzi e pelo comércio e dependência que esta casa tem poderei igualmente nesta parte executar quando as ordens de V. Sª. me quiser determinar alguma coisa .

Dirijo esta carta por via do Ill^{mo}. S^f. Dez^{or}. Bernardo Xavier Sachetti que me conhece muito bem e toda a minha casa eu fico esperando determinações de V. Sª. para ter a honra de protestar-me como sou

Londres 15 de Janeiro de 1800

PS a minha direcção neste País é

F. Vieira

De V. Sª.

o mais atento Ven^{or}. E criado

At F. Bartolozzi Esq^r.

Wallam Green

Northend London ¹⁰⁸⁹

Francisco Vieira

Vieira Portuense, grande amigo de Bodoni, mantém essa proximidade; em Londres faz conhecimento com Bartolozzi e este círculo mantém contactos com os diplomatas portugueses – Luís Pinto de Sousa Coutinho, D. Rodrigo e D. João de Almeida Melo e Castro – tentando vender obras ou procurar novas encomendas¹⁰⁹⁰.

Igualmente interessantes, noutra carta¹⁰⁹¹, os argumentos de Francisco Vieira a justificarem uma edição de luxo de Camões com gravuras dele, abertas pelos melhores “abridores” ingleses e com impressão do seu amigo Bodoni – cuja venda, e lucros, poderiam ser complementados com a venda avulso das estampas supranumerárias para decoração! Uma proposta inesperada mas uma iniciativa reveladora de um sentido prático e um espírito comercial que, indo ao encontro do próprio pensamento de D. Rodrigo, merecem ser assinalados:

Illmo. e Exllmo. Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Vou comunicar a V. Exa. depois que tive a honra de o ver em Parma na companhia de meu grande amigo Bodonbi logo passei à Alemanha [...] posso servir a introduzir alguma obra mais digna de fazer honra tanto a mim como à minha Pátria pensei de intrapreender e ilustrar o nosso grande poeta Camões com uma magnífica edição acompanhada em todos os 10 cantos de estampas dos factos mais célebres e honrosos da Nação abertos pelos mais famosos abridores deste País tanto na figura como na paisagem de que há aqui Ingleses muito célebres.

Eu não só me acho com todos os pensamentos já delineados e compostos mas já estou pintando o 3º Canto [...] eu não terei dificuldade de intrapreender à minha

¹⁰⁸⁹ Carta de Vieira Portuense para António Ribeiro dos Santos, Londres, 15 de Janeiro de 1800. BNP AHBN Ms. 63, nº 4, doc. 26.

¹⁰⁹⁰ Sobre as relações artísticas Vieira Portuense-Bodoni, para além do trabalho já referido de Paulo Varela Gomes, *Ver tb.* PEIXOTO, Jorge – “Relações artísticas e de amizade...”1973. Pena que não seja referida a localização das cartas citadas, localização que em vão procurámos. Sobre o relacionamento envolvendo o poder e a política de apoio às artes, *Ver GOMES, Paulo Varela – Vieira Portuense e a arte do seu tempo.* 1987.

¹⁰⁹¹ Carta de Vieira Portuense a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Londres, 17 Julho 1798. ANTT, Arquivo da Casa de Linhares, Maço 101, Doc. 37. Esta carta é particularmente extensa; para que a sequência do capítulo não fosse afectada, fizemos truncaturas significativas.

custa as 10 estampas, contentando-me e sendo assegurado que a Corte, ou V. Exa., me receba 100 cópias ou coisa semelhante pois do mesmo Bodoni receberia outro tal número ou mais cópias [...] tendo a certeza que a Corte me receba o dito número de cópias pois não tiraria mais que 300 em Português e depois publicaria igualmente in foglio o mesmo poema em inglês havendo aqui uma tão soberba tradução que já se acha em 4ª edição e que agora com as estampas faria furor neste País onde se estimam sobretudo as edições que unem estampas dos mais clássicos abridores como é Bartolozzi, Schiavonetti e outros mais [...] e depois me ficariam ainda estampas quais em Portugal teriam saída para ornamento das casas [...] No mesmo tempo tendo reconhecido a V. Exa. em todos os tempos tão propenso a proteger as Artes como as ciências devo comunicar-lhe sabendo que de algum tempo ali se acha uma Biblioteca pública de participar-lhe ter eu toda a colecção Bodoniana tão completa [...]porém confrontando a minha é mais rica de duas obras clássicas e muito raras além de 3 volumes de vários sonetos e pequenas coisas ambulantes que é difícil aparecer (?) por não ser indicados nos catálogos [...]

Entanto fico esperando as determinações de V. Exa para poder mostrar qual sou e serei sempre [...]

Londres 17 de Julho 1798

A proposta e a intenção não poderiam ser mais claras. E a referência à figura mecenática de D. Rodrigo é inquestionavelmente expressa.

A proposta de Vieira Portuense sobre uma edição de Camões é, aliás, claramente apoiada por ideia idêntica exposta numa carta de Bodoni, enviada de Parma para D. Rodrigo¹⁰⁹² nessa altura já em Lisboa e em funções ministeriais. Um assunto candente sobre o qual ainda vale a pena referir a carta de Bodoni para Sousa Coutinho em Agosto de 1796 (nota rodapé 1070 supra referida) na qual opina que, com as suas edições, D. Rodrigo poderá deixar uma “*memória eterna*”:

“[...] Ho letto recentemente su qualche foglio novellistico che il Regal Principe del Brasile ha dato ordine che si stabilisca in Lisbona una biblioteca reale a publico

¹⁰⁹² Carta de 29 de Março de 1796. In COSTA, Luiz Xavier da - *Documentos relativos aos alunos que de Portugal foram para o estrangeiro...* 1938: 50-52.

benefício. Io sarei dunque a supplicare fervidamente V.E. acciò a ciò che coll' autorevole sua mediazione mi procuri il mezzo onde far collocare nella detta libreria un esemplare di tutte le mie più eleganti edizioni che in oggi fanno l'ornamento più bello delle biblioteche Casanatense in Roma, Magliabechiana in Firenze, in Padova, in Pavia, Gottinga, Ginevra, Vienna, Dresda, Berlino, Pietroburgo, Londra, Edimburgo ed altre città rinomatissime; e mi sia permesso di aggiungere a V.E. che a nome del Direttorio di Parigi sono state richieste dal Commissario Salicetti a S.A.R. il (?) Infante nostro tutte le mie edizioni cominciando dalla più grande, sino alla più piccola, per ornar la loro biblioteca nazionale in Parigi. Molto mi giova sperare della efficace sua interposizione in questo affare; e lo stabilimento lodevole di detta biblioteca in Lisbona parmi debba aggiunger stimolo ed andare a V.E. decidersi a lasciare una memoria eterna e più durevole di bronzi e di marmi del suo amore per le lettere, e per la sua Nazione, facendomi eseguire una magnifica ristampa della *Lusiade* del rinomatissimo e non mai abbastanza encomiato epico Camoens [...]”.

A ideia de uma edição de luxo condigna com o valor literário da obra ficará a germinar a qual, apesar de ter tomado outros caminhos, verá a sua concretização, por iniciativa e responsabilidade de D. José Maria de Sousa, Morgado de Mateus, na designada Edição de Mateus de *Os Lusíadas*, primeira edição moderna da obra¹⁰⁹³.

¹⁰⁹³ É interessante seguir a relação entre os Sousa Coutinho e os percalços em torno da edição de luxo de *Os Lusíadas*. A Edição de Mateus é da iniciativa e responsabilidade de D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão (abreviadamente, D. José Maria de Sousa), Morgado de Mateus, primo direito de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e que Beckford considerava pouco interessante (Cf. Bibliografia). D. José e D. Rodrigo representarão Portugal nas cortes estrangeiras (Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim enquanto D. José em Paris, Bruxelas, Berlim) tendo ambos encontrado no Ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho, primo comum, um aliado e defensor. Os dois diplomatas preocupam-se profundamente com a situação marginal de Portugal e defendem que Portugal faz parte da Europa, não pode ser subjugado pela Espanha nem pode andar a reboque da Inglaterra. Juntos com D. Domingos de Sousa Coutinho, irmão mais novo de D. Rodrigo e diplomata em Londres, constituem o que se designa de “clã Coutinho”, anglófilo por oposição ao grupo francófilo chefiado por António de Araújo e Azevedo, Conde da Barca (1754-1817). D. José Maria de Sousa foi aluno do Colégio Real dos Nobres tendo feito parte do conjunto de alunos que estreou o Colégio (como Rodrigo de Sousa Coutinho) a 19 de Março de 1766 donde transita para a Universidade de Coimbra na qual se forma com 20 anos em matemática e ciências (e como Rodrigo de Sousa Coutinho, também se aproximou de José Anastácio da Cunha). A sua primeira missão diplomática é Londres (1791) seguindo-se uma estadia na Europa algo conturbada. O regresso a Portugal (1799) e as missões político-militares de que é encarregado não correm particularmente bem o que leva D. José de Sousa Botelho a decidir estabelecer-se em Paris e continuar a servir o seu país consagrando o seu tempo e o seu dinheiro à edição de Camões (1807). A publicação e distribuição de *Os Lusíadas* causou muita polémica. Nem todos que receberam um exemplar ficaram entusiasmados e foram muitos – particulares e institucionais – que se pronunciaram de forma muito comedida ou mesmo burocrática ou que pura e simplesmente não acusaram a recepção da obra. A obra foi amplamente oferecida na Europa, também na Índia e Brasil. Foi enviada para as bibliotecas

A convicção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o interesse que haveria em dispor das obras de Bodoni na Biblioteca Real é tão profunda que a aquisição das edições de Bodoni, na posse de Francisco Vieira, se concretiza precisamente durante o tempo em que a Real Biblioteca Pública está sob sua tutela. O Aviso enviado por Sousa Coutinho a Ribeiro dos Santos é claro:

“O Príncipe Regente Nosso Senhor Manda remeter a V. S^a a Nota inclusa das Edições Bodonianas que tendo sido vendidas por Francisco Vieira para uso da Real Biblioteca desde o tempo do meu antecessor só agora acabam de chegar; e é servido que V.S^a faça receber na mesma Biblioteca, à vista da Nota, todas as edições nela referidas afim de se verificar o resto do pagamento logo que tudo for entregue pelo mencionado Vieira. D.G^e a V.S^a Paço de Queluz 17 de Novembro de 1802”¹⁰⁹⁴.

Este episódio em torno da aquisição das edições bodonianas¹⁰⁹⁵ demonstra sem margem para dúvidas duas coisas: por um lado, a atenção e o acompanhamento que Sousa

reais, nacionais, para bibliotecas particulares e para as das ordens religiosas. O exemplar oferecido à Academia das Ciências de Lisboa originou um longo, amargo e apaixonado debate iniciado pelo *Relatório* demolidor assinado em Abril de 1818 por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, Director da Classe de Ciências Naturais da Academia. O debate que se estabeleceu fica sumariado na carta que Monsenhor Joaquim Ferreira Gordo envia a D. José Maria de Sousa Botelho: “Parece-me que ao apoiar-se sobre a autoridade da prática das nações mais cultas da Europa, Vossa Senhoria respondeu bem à primeira questão: deve ou não imprimir-se o texto dos *Lusíadas* com a ortografia antiga, que se calcula ser a de Camões, ou com a ortografia moderna. (...) Os nossos escritores antigos eram muito negligentes em matéria de ortografia., não seguem nenhum sistema, não tinham nenhuma uniformização. Talvez seja possível avançar uma sugestão: não há um escritor clássico da nossa língua que tenha sido reimpresso fielmente do ponto de vista da ortografia. Mais indulgente quanto a isto, fico satisfeito se os editores conservam as mesmas palavras – o que é essencial para compreender o escritor – e contento-me com uma ortografia uniforme qualquer que seja o sistema seguido. O leitor avisado reconhece aí facilmente a diversidade e o sentido e aquele que o não é negligencia a pesquisa. É o que Vossa Senhoria fez, e quanto a mim, não vos poderei culpar por o ter feito. É-me impossível alongar sobre isso porque se faz tarde. Mas, afirmo de novo, ninguém teria sido capaz, Senhor, de fazer o que vós haveis feito.” Na altura, já Monsenhor Joaquim Ferreira Gordo ocupava o lugar de Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública da Corte deixado vago pela saída de António Ribeiro dos Santos em 1816. Ver GALLUT, Anne – *Le Morgado de Mateus, Éditeur des Lusíadas*. 1970.

¹⁰⁹⁴ AHBN COD 10610, f. 14; também no AHBN COD 10612, f. 25 v.-26. António Ribeiro dos Santos acusa a recepção deste núcleo bibliográfico: “*Em virtude do Real Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que me foi dirigido em data de 17 de Novembro do presente ano recebi na Real Biblioteca da Corte uma colecção de edições de vários autores antigos e modernos feitas em Parma nas oficinas tipográficas Real e Bodoniana que o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido mandar comprar para a mesma Biblioteca e nela entregou o Snr. Francisco Vieira primeiro pintor da Câmara de Sua Alteza Real a quem ela foi comprada a qual consta de 297 volumes...*”. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 24.

¹⁰⁹⁵ A entrada das edições bodonianas na RBPC ficou assinalada por quatro documentos distintos: **1. *Catálogo da Collecção Bodoniana***. Trata-se de uma lista remetida a D. Lourenço de Lima para ser enviada ao Príncipe do Lichestestein e cópia para Lisboa. Neste Catálogo consta a referência ao *Il Manuale Bodoniano, o sia*

Coutinho dedicava aos assuntos da Real Biblioteca e, por outro lado, o seu conhecimento sobre livros e o valor editorial intrínseco aos próprios livros.

A intervenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, acima aludida, faz-se sentir com extraordinária energia e dinamismo entre 1796-1801 quando à frente do Ministério da Marinha e entre 1801-1803 quando Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Real Erário.

O interesse de Sousa Coutinho evidenciado através de uma tutela muito interventiva pode ser compreendida na junção de dois factores. De facto, durante a sua longa estada em Turim (1778-1796) sempre se interessou pelas produções agrícolas, pela sua eventual adaptação ao território nacional e o Jardim Botânico oferecia os meios indispensáveis a este experimentalismo eivado de uma nova perspectiva científica; simultaneamente, o sucesso destas iniciativas provariam a boa orientação do pensamento político e, como tal, constituíam uma contribuição para a construção do Estado moderno.

Depois da Ajuda, veio a arborização do Campo Grande e do Campo Pequeno, ambos em Lisboa, e também a proposta para um Jardim Botânico no Porto. A visão era ambiciosa, o dinheiro não faltava (Rodrigo de Sousa Coutinho era Presidente do Real Erário), a informação e o conhecimento existiam. A concretização prática desta orientação só poderia servir para reforçar o poder da Coroa enquanto se introduziam novos factores na sua caracterização.

Os contactos e conhecimentos adquiridos em Turim, como já se testemunhou, são também indissociáveis da responsabilidade que Rodrigo de Sousa Coutinho assume sobre a Casa Literária do Arco do Cego¹⁰⁹⁶. Consideraríamos esta relação a três níveis. D. Rodrigo

tuta la Racolta dei Carateri da lui creati...8º e também são assinaladas por um lado, as obras impressas na Imprensa Régia de Parma e da qual Bodoni era o Director, e, por outro, as obras impressas nos seus prelos particulares; 2. Collecção Bodoniana que entregou Francisco Vieira em 27 de Novembro de 1802 pela compra que della lhe fez S.A.R. para esta Real Bibliotheca; como declara o recibo lançado no fim da relação da refferida Collecção, catálogo que no final tem o seguinte título Livros que acrescerão a Collecção e que ofereceu gratuitamente à Bibliotheca (seguem-se quatro títulos, cinco volumes in 4º). E depois o averbamento autógrafo seguinte Fis entrega de toda esta collecção na Real Bibliotheca de Lisboa em virtude da compra que della me fez Sua Alteza Real o Príncipe Regente N. Senhor para a mesma Bibliotheca Lisboa 27 de Novembro de 1802. Francisco Vieira (ass.); 3. Catalogo alfabético dos livros impressos na Officina de João Baptista Bodoni no qual já constam as descrições bibliográficas completas; 4. Catalogo dos Livros Impressos em Parma Por João Baptista Bodoni que há na Real Bibliotheca da Corte dividido por temáticas. No fim tem uma secção que indica que As seguintes edições não são de Bodoni mas entrarão nesta Collecção em razão da sua perfeição na qual são mencionadas obras de Elpino Duriense – A lírica de Q. Horácio Flacco Poeta Romano trasladada literalmente em verso português. Lisboa: Impressão Régia, 1807. 2 vol. in 8º e Poesias. Lisboa: Impressão Régia, 1812. 2 vol. in 4º. Ver AHBN/AC/COM/03/Cx.01, Capilha 05.

¹⁰⁹⁶ A Casa Literária do Arco do Cego desenvolve-se no tempo simultaneamente com a Impressão Régia criada por Pombal pelo Alvará de 24 de Dezembro de 1768. Esta Impressão Régia floresce alicerçada sobre a tipografia de Miguel Manescal da Costa. Mais tarde, pelo Alvará de 7 de Dezembro de 1801, a Casa do Arco

regressara três anos antes de Turim, ocupava um lugar-chave no governo do Príncipe Regente D. João e tinha, claramente, uma visão global sobre o papel do Estado e sobre o exercício do poder. Dispor de uma casa editorial que pudesse estar ao serviço dos objectivos políticos e económicos do governo parece fazer todo o sentido. A Casa Literária do Arco do Cego, que centralizava várias funções ligadas às artes gráficas, juntou o seu grande objectivo editorial à disponibilidade e interesses de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) com as preocupações e objectivos de Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a necessidade de introduzir novas produções agrícolas em Portugal. As informações, relatórios, notas que Sousa Coutinho durante os anos em Turim vai enviando sobre as produções agrícolas que se poderiam introduzir em Portugal são muito frequentes e a Casa Literária acaba por desenvolver uma intensa, e maioritária, actividade editorial nesta área e com o objectivo de imprimir obra de divulgação científica com um sentido predominantemente prático. Se D. Rodrigo terá sido o mentor da iniciativa editorial¹⁰⁹⁷, Frei José Mariano Veloso, brasileiro, botânico e franciscano, rodeado de outros “brasileiros”, foi o executor ao dirigir a Casa Literária nomeado pelo então Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (entre 1796 e 1801), e acaba por cumprir aí um plano editorial que responde às preocupações do Secretário de Estado, D. Rodrigo, tanto no relacionado com a renovação agrícola de Portugal como do Brasil, preocupações que se prendem com a divulgação e promoção através de novas produções agrícolas (como a batata) mas também obras com um carácter científico-erudito. Para Cardoso¹⁰⁹⁸, a actividade editorial da Casa Literária do Arco do Cego constitui um “*prolongamento instrumental básico*” ao serviço do seu programa político reformador e centralizador.

Efectivamente, a Academia das Ciências assegurava um amplo programa editorial de carácter científico enquanto a Imprensa Régia, criada por Pombal em 24 Dezembro 1768,

do Cego é extinta e incorporada na Imprensa Régia. O desaparecimento da Casa do Arco do Cego é tão súbita como tinha sido o seu aparecimento sobre o qual, aliás, não se conhece o documento fundador. Para acompanhar a história da imprensa, é indispensável a obra de RIBEIRO, José Vitorino. 1912.

¹⁰⁹⁷ Em 1797, muito antes da criação da Casa Literária do Arco do Cego, já D. Rodrigo se imiscuia na área editorial ordenando ao Arsenal Real do Exército para disponibilizar abridores para colaborarem com Frei José Mariano da Conceição Veloso ou à Real Junta da Fazenda da Marinha para adquirir cobre e papel para servir Frei José Veloso e dava também instruções a Domingos Vandelli no sentido de colaborar com Frei José Veloso. *Apud* FARIA, Miguel Figueira de – “Da facilitação e da ornamentação...”. 1999: 107-137. Ou seja, a partir da sua posição central na governação como Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, homem da confiança do Príncipe Regente, D. Rodrigo coordena essa actividade editorial com o inequívoco objectivo de racionalizar os meios e os recursos.

¹⁰⁹⁸ CARDOSO, José Luís – “Nas malhas do Império...” 2001: 89-91.

possuía as infra-estruturas técnicas e os recursos humanos indispensáveis à produção editorial de qualidade; em teoria, não fora o projecto político de D. Rodrigo, e a criação de outra instituição, sobrepondo tarefas, era desprovida de sentido. Cardoso refere, também, a criação da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica como mais uma instituição ao serviço do projecto político de D. Rodrigo. Como se evidenciará mais adiante (Ver 6.4.4), a intervenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na Real Biblioteca Pública da Corte vem reforçar a interpretação sobre a visão centralizadora que D. Rodrigo tinha do Estado, ideia que executou tão eficazmente quanto conseguiu mesmo que isso o obrigasse a extravasar o âmbito das suas competências ou o levasse a recusar a rotina da gestão político-administrativa¹⁰⁹⁹. Esta é uma característica da intervenção de Sousa Coutinho: hiperactiva, temperamental e sempre fugaz. Sempre em nome do “Real Serviço”.

O período de actividade da Casa Literária do Arco do Cego foi muito curto (a falência declarada teria em grande parte resultado da má gestão editorial do próprio Frei Mariano Veloso), apenas entre 1799-1801, mas essa fugacidade parecia ser uma constante em D. Rodrigo. Curiosamente, num documento existente no Arquivo da Casa de Linhares, sem assinatura e sem data mas cujo estilo nos leva a remetê-lo para D. Rodrigo, lamenta-se a falta de continuidade das instituições portuguesas e das suas reformas como causa importante no atraso cultural e instrutivo de Portugal. Diz o referido documento:

“[...] entre nós foi reformada a Universidade de Coimbra e de novo instituídos vários estabelecimentos científicos que deverão ter melhorado muito a nossa sorte mas como para plantar a ciência é necessário primeiro preparar a terra, isto é, o povo e destruir pela raiz os prejuízos nacionais por um sistema coerente e não interrompido não é de admirar se vejam frustrados todos os trabalhos da Universidade, Colégio dos Nobres, Mesa Censória, Academia das Ciências, de Marinha e Fortificação, e Junta da Impressão Régia etc. [...]”¹¹⁰⁰.

D. Rodrigo estava genuinamente preocupado com o nível (ou a falta dele) de instrução em Portugal e, como acontecerá também com a Real Biblioteca e com os espaços

¹⁰⁹⁹ CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico em Portugal ...1989*: 127 e segs.

¹¹⁰⁰ *Que é necessária uma Sociedade Patriótica para a instrução do Reino nas Ciências Naturais*. ANTT Arquivo da Casa de Linhares, Maço 20, Doc. 11.

museológicos, tenta introduzir, sempre de forma acelerada, práticas que denunciam outra perspectiva sobre o valor do conhecimento científico, o espaço que este merece e o dinheiro que exige. Ao eleger a Casa Literária do Arco do Cego para veicular essas preocupações, D. Rodrigo está claramente a seleccionar esta instituição “como um dos elementos do processo de construção do Estado moderno”¹¹⁰¹. O plano editorial da Casa do Arco do Cego, projecto de Frei José Mariano Veloso com o beneplácito de Sousa Coutinho, aliás, reflecte bem esse objectivo instrutivo e também de entretenimento para o qual concorria a utilização da imagem que “facilitaria o conhecimento” segundo as palavras do próprio Frei José Veloso¹¹⁰². A análise da intervenção de Sousa Coutinho junto da Real Biblioteca demonstrará que, também aqui, o seu pensamento era norteado por idênticas preocupações.

A Casa do Arco do Cego colapsa devido a um desajustamento entre o plano editorial e a disponibilidade financeira, situação que não era estranha a D. Rodrigo e, portanto, o encerramento da Casa do Arco do Cego e sua incorporação em simultâneo na Imprensa Régia pode ter correspondido a uma necessidade de racionalização sentida pelo Presidente do Erário Régio que decide chamar a si a resolução dos problemas financeiros¹¹⁰³.

6.4.4 - A Real Biblioteca na construção do Estado moderno – A nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho como Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em Novembro de 1801, arrasta-o também para a tutela da Real Biblioteca Pública da Corte. Trata-se de uma entrada tumultuosa porque reflectirá o próprio carácter do Ministro, insatisfeito com a situação que encontra (no País), sentindo urgência naquilo que pretende realizar, sempre manifestando grande vontade, certamente difícil de concretizar a torrente de ideias e propostas. Foi assim no tocante aos espaços museológicos, não se alterou no relativo à Real Biblioteca Pública da Corte. O primeiro Inspector-Geral da Real Biblioteca tinha sido o Marquês de Ponte de Lima (1796-1800) sendo muito escassos os vestígios da sua intervenção e responsabilidade sobre a Real Biblioteca¹¹⁰⁴. O Doutor António Ribeiro dos Santos vai organizando a Real Biblioteca como entende e pode, as participações para a tutela têm a ver com nomeação de funcionários,

¹¹⁰¹ CURTO, Diogo Ramada – “D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. 1999: 49.

¹¹⁰² *Apud* FARIA, Miguel Figueira de – “Da facilitação e da ornamentação...”. 1999: 107-137.

¹¹⁰³ DOMINGOS, Manuela D. – “Mecenato político e economia de edição nas Oficinas do Arco do Cego”. 1999: 91-106.

¹¹⁰⁴ A documentação da sua responsabilidade existente no Arquivo Histórico da BNP prova à evidência como a sua intervenção nos negócios da Real Biblioteca eram de rotina, sem nenhum rasgo de orientação técnica ou estratégica.

penalizações, cumprimento das tarefas, licenças. Sem sobressaltos, a vida decorria tranquila na Real Biblioteca como calculamos deveria decorrer na maioria das instituições nacionais.

O primeiro despacho que identificámos de Sousa Coutinho no âmbito das suas novas competências, para o Doutor António Ribeiro dos Santos, é de 19 de Novembro de 1801. Poucos dias tinham decorrido e a 25 de Novembro manda a seguinte nota para o Bibliotecário-Mor: “Em cumprimento das Reais Ordens conto de ir no dia 26 do corrente pela manhã às nove horas visitar a Biblioteca Pública. O que participo a V. m^{ce} para ali se achar no mesmo dia e hora. D^s G^e a V. m^{ce} Paço em 25 de Novembro de 1801”¹¹⁰⁵. Marca o dia, a hora e, não fosse o Bibliotecário-Mor ter a veledade de se ausentar, clarifica sem ambiguidade que este se deve “ali achar no mesmo dia e hora”¹¹⁰⁶. Poderia pensar-se que este início não auguraria nada de bom, que a relação iria ser intempestiva mas os posteriores resultados positivos deixam perceber exactamente o contrário. Naquele dia 26 de Novembro iniciou-se uma relação profissional a todos os títulos muito positiva para a Real Biblioteca, relação que analisaremos.

D. Rodrigo passou à prática na linha do que o Alvará de constituição da Real Biblioteca (Fevereiro de 1796) lhe permitia. Somando a esta liberdade, a solidez da sua formação intelectual e o espírito aberto e irrequieto que o caracterizava, estão aí encontrados os ingredientes que fazem do período da sua tutela – 1801-1803 – um tempo muito frutuoso. A forma como Sousa Coutinho sempre encarou o âmbito das suas obrigações está sintetizada num ofício enviado de Turim para o Ministro Martinho de Melo e Castro em 7 de Dezembro de 1786:

“[...] Desculpe V. Ex^a ao meu zelo a liberdade que tomo de falar em matérias que são fora da minha pequena jurisdição mas nas quais não desminto nem o meu carácter, nem o amor pelo Real Serviço”¹¹⁰⁷.

Dedicação e empenho idênticos serão colocados na orientação que decide imprimir aos negócios da Real Biblioteca.

¹¹⁰⁵ AHBN CR/03/Cx 01/Doc. 02 (original, assinado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho) e também AHBN COD 10610, f. 8 v. (registro)

¹¹⁰⁶ Enquanto responsável máximo pelo Jardim Botânico, Rodrigo de Sousa Coutinho também usou este estratagema de visitas marcadas sem possibilidade de alteração, visitas que faria na companhia do Príncipe D. João. Ver BRIGOLA, João Carlos Pires - *Colecções, gabinetes e museus em Portugal...* 2003: 265.

¹¹⁰⁷ ANTT MNE Correspondência da Legação de Turim, Caixa 863, Doc. 51

O entusiasmo de Sousa Coutinho é indesmentível e o manuseio do *Livro de Registos da Real Biblioteca* bem revela a sua intervenção amiúde¹¹⁰⁸. A partir da data da sua nomeação, os avisos e despachos relativos à Real Biblioteca Pública sucedem-se a um ritmo frenético. É verdade, também, que alguns desses avisos constituíram a resposta às sugestões que António Ribeiro dos Santos avança. Estabeleceu-se, pois, uma total sinergia entre a iniciativa e conhecimento técnico de um (Ribeiro dos Santos) e o poder e vontade do outro (Sousa Coutinho).

Para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a noção de serviço e utilidade públicos, o “Real Serviço”, era indiscutível. Já abordámos essa questão enquanto desempenhou as suas funções de diplomata em Turim, procedimento que volta a usar em Lisboa e que repetirá ao longo da sua vida política (aliás, na carta para o Abade Garnier, ca. Setembro 1803, na sua saída do ministério, reitera a lealdade para com o Soberano). Como chamámos a atenção, a visita à Real Biblioteca é o primeiro sinal de que os negócios da Real Biblioteca são para levar a sério. O teor da carta que transcrevemos de seguida deixa perceber que o destinatário foi D. Rodrigo e ela constitui um bom testemunho da relação amistosa que se estabelece:

“Lembrando-me que ou não acharei, ou não poderei falar a V. Ex^a. tomo a liberdade que V. Ex^a. me concederá benignamente de deixar a V. Ex^a. por escrito uma nova protestação de minha obediência e servidão e de representar ao mesmo tempo a V. Ex^a. a satisfação e prazer com que eu e toda a oficialidade da Real Biblioteca da Corte ficamos pela muita mercê e honra que recebem de V. Ex^a. e pelos grandes bens com que esperamos ver aumentada e enriquecida aquela Casa debaixo da sábia e providentíssima Inspeção de V. Ex^a. contando todos o dia da posse e visitação de V. Ex^a. por um dos mais ledos e venturosos que ela pode assinalar nos seus anais”¹¹⁰⁹.

¹¹⁰⁸ Trata-se do BNP COD 10610 cujo Termo de Abertura, escrito e assinado pelo próprio António Ribeiro dos Santos, diz: “Este livro há-de servir para nele se registarem os Alvarás, Decretos, Avisos, e Ordens de Sua Majestade Fidelíssima relativas à Real Biblioteca Pública da Corte como também as Ordens, e Portarias do Illm^o e Exm^o Inspector Geral, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, pertencentes à mesma Biblioteca. Lisboa 18 de Abril de 1796”.

¹¹⁰⁹ BNP COD 4713, f. 45. Trata-se de cópia, sem destinatário nem data.

A 9 de Janeiro de 1802¹¹¹⁰, Ribeiro dos Santos sugere a D. Rodrigo que seja remetido, da Real Biblioteca da Ajuda para a RBPC, um exemplar da Bíblia Moguntina já que ali existem dois exemplares e também sugere permuta de “obras dobradas” entre as duas bibliotecas sugestão a que D. Rodrigo anui em 16 de Janeiro de 1802 determinando que “obras de igual estimação e valor” sejam permutadas. Noutra carta, também de 9 de Janeiro de 1802, Ribeiro dos Santos sugere que manuscritos e outros documentos sejam enviados para a RBPC “aonde pudessem ter mais uso, e serventia e estar mais resguardados dos contrastes do tempo, e do descuido ou descaminho que deles possa haver”¹¹¹¹, solicitação à qual o despacho de D. Rodrigo atende de forma muito clara determinando sem hesitação esse depósito logo no dia 20 de Janeiro de 1802¹¹¹².

A fronteira entre a noção de serviço público e o enriquecimento da Real Biblioteca não é fácil de distinguir uma vez que, em ambas as vertentes, o que está sempre em causa é a eficiência dos serviços e a utilidade dos mesmos. Quando se trata do enriquecimento patrimonial, nesse particular a intervenção do Secretário de Estado é determinante como bem prova a *Correspondência literária e bibliográfica*. Ora uma preocupação, ora outra, o que a correspondência trocada nos vai demonstrando é a cumplicidade e a sintonia que se estabelece entre as duas individualidades: estavam ambos genuinamente interessados no provimento da Real Biblioteca Pública e, partindo de interesses comuns, foram construindo uma relação de confiança mútua com evidentes benefícios de parte a parte.

A 26 de Novembro de 1801, o Secretário de Estado visita a Real Biblioteca e inteira-se da sua situação, manifesta curiosidade sobre os trabalhos que Ribeiro dos Santos prepara sobre a história da tipografia¹¹¹³ e também sobre os estudos da matemática em Portugal¹¹¹⁴,

¹¹¹⁰ AHBN/DGA/03/Doc. 19 (original) e também no BNP COD 10610, f. 10 (registo).

¹¹¹¹ AHBN/DGA/03/Doc. 20

¹¹¹² BNP COD 10610, f. 10 v. -11

¹¹¹³ Numa carta (cópia) sem destinatário nem data mas que pelo conteúdo aventamos ter sido enviada para a Academia das Ciências a 27 Novembro 1801, diz Ribeiro dos Santos: “Desejo sempre a V. Ex.^o. muitos bens. D. Rodrigo de Sousa Coutinho indo visitar ontem a Biblioteca Pública e tomar posse do lugar do cargo que ora tem de Inspector Geral entre outras coisas que tratou comigo falou-me na Origem de nossa Tipografia e nas edições antigas e raras de nossos prelos e nas traduções Bíblicas Portuguesas a que eu lhe respondi com o que ali me veio em lembrança e fiquei de lhe apresentar alguns apontamentos sobre estes assuntos. Sou portanto obrigado a pedir a V. Ex.^o. a mercê de me mandar os dois opúsculos da Origem da Tipografia Portuguesa e das Traduções e edições bíblicas que V. Ex.^o. pode depois ver mais de espaço se assim quiser”. In BNP COD 4713, f. 36. A 30 de Novembro de 1801, António Ribeiro dos Santos envia então uma carta para D. Rodrigo de Sousa Coutinho acompanhando uma *Memória sobre a Origem da Tipografia em Portugal* e nessa carta refere o relatório que está a preparar sobre edições estranhas do século XV e outra memória sobre o estado da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII, obra que não apresenta já por se encontrarem em borrão. AHBN/DGA/03/Cx03/Doc. 11. Sobre os trabalhos de Ribeiro dos Santos para a história da tipografia e

curiosidade satisfeita de imediato. Dois homens cultos que terão, inevitavelmente, trocado impressões sobre os interesses mútuos, os trabalhos a decorrer e também sobre as carências bibliográficas da Real Biblioteca. Na ausência de documentos comprovativos desta troca de ideias, dispomos de documentos reveladores da forma, e do calendário precoce, como foram levadas à prática um conjunto de medidas que o Bibliotecário-Mor deve ter aproveitado para transmitir à tutela por ocasião da visita deste.

Logo em Dezembro, inicia-se uma correspondência profissional manifestando as preocupações do Inspector-Geral relativamente à provisão da Real Biblioteca sendo que a atenção recai sobre a existência de periódicos. Não referiremos a correspondência trocada relativa à nomeação de pessoal por nos parecer menos interessante neste contexto embora registemos que ela existe, é abundante e trata de responder às necessidades institucionais que o Bibliotecário-Mor se encarregava de superiormente fazer sentir.

Nas duas cartas de Ribeiro dos Santos para Sousa Coutinho, respectivamente de 10 e 18 de Dezembro de 1801, é reportada a situação relativamente aos periódicos existentes na Real Biblioteca¹¹¹⁵. Ribeiro dos Santos sabia da sua importância como deixam perceber, indubitavelmente, todos os seus apontamentos, inumeráveis listas de títulos, apontamentos com vista a preparar encomendas, constantes dos códices que organizou, criteriosamente, ainda em vida e legou à Real Biblioteca ciente do seu genuíno interesse¹¹¹⁶. Mas D. Rodrigo queria saber mais, queria pormenores sobre os títulos e a sua origem. Obviamente D. Rodrigo vinha influenciado de Turim, reconhecia sem nenhuma hesitação que os periódicos – jornais científicos, anais ou memórias de sociedades científicas – transmitiam o que de mais actualizado havia para cada ramo do saber e, portanto, valoriza a sua aquisição. Entre as listas

do livro em Portugal, *ver tb.* BNP COD 4611, 4612, 4613, 4614, 4629 e 4630. Estes trabalhos de Ribeiro dos Santos foram publicados sob o título “Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no seculo XV”. *Memórias da Literatura Portuguesa*. Lisboa, T. 8, nº 1 (1812) 1-76 e “Memoria para a historia da Typografia Portugueza do seculo XVI”. *Memórias da Literatura Portuguesa*. Lisboa, T. 8, nº 1 (1812) 77-147.

¹¹¹⁴ Para saciar esta curiosidade de D. Rodrigo, António Ribeiro dos Santos faz-lhe um agrado: “A D. Rodrigo de Sousa Coutinho apresentando-lhe *Memórias acerca dos Matemáticos D. Francisco de Melo e Pedro Nunes*. Pois que V. Ex^a folgou de ver na Real Biblioteca de Lisboa o livro inédito do sábio matemático D. Francisco de Melo e mostrou desejar todas as notícias que pudesse haver do outro ilustre matemático Pedro Nunes; vou com todo o respeito apresentar a V.Ex^a segundo minha promessa o que tenho deles apontado em minhas *Memórias para a História Literária de Portugal*. Se isto puder servir de alguma coisa para os úteis projectos que V.Ex^a tem formado em honra e benefício comum da Literatura nacional, farei reformar e tirar a limpo uma cópia mais apurada e mais digna de se oferecer a V.Ex^a Deus gd^e a V.Ex^a m^{tos} anos. Lisboa, 24 de Dezembro de 1801. De V.Ex^a Reverente súbdito, e criado”. In BNP COD 4714, f. 12 (minuta).

¹¹¹⁵ Ver AHBN/DGA/03/Cx03/Doc. 13 e 13^a.

¹¹¹⁶ O BNP COD 565 é, todo ele, uma lista exaustiva de livros e periódicos a adquirir. Ver **Anexo 1 – Documentos reproduzidos**, nº 7 – 7.4.

de periódicos preparadas por António Ribeiro dos Santos – que tanto podem ser títulos para organizar como para encomendar – encontramos um apontamento interessante do punho do próprio Ribeiro dos Santos: “Adições que fez o Exm^o Snr D. Rodrigo de Sousa Coutinho à encomenda de obras periódicas”¹¹¹⁷, lista que contém informação sobre o valor das obras e ainda a observação de Ribeiro dos Santos “não entendo a nota do lapes [sic]”¹¹¹⁸. Ou o caso da Lista de obras periódicas que há na Real Bibliotheca de Lisboa, que ou ainda continuam ou de que podem faltar alguns volumes a fim de se prover das continuações, ou antigas ou modernas e actuais pelo D^{or} António Ribeiro [escrito pelo próprio António Ribeiro dos Santos] que referimos anteriormente¹¹¹⁹. Aliás, António Ribeiro dos Santos percebendo que depende de uma tutela atenta e interessada, também não a poupa, como bem denunciam as cartas enviadas para D. Rodrigo sobre a existência na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de manuscritos em árabe que haviam pertencido aos Jesuítas e que seriam mais úteis se fossem remetidos à Real Biblioteca para “aumentar com mais esta adição as colecções literárias da Biblioteca”¹¹²⁰.

Mais interessante do que qualquer outra medida é a tomada a 30 de Dezembro de 1801. Trata-se de instrução para que “se mande vir dos Reinos Estrangeiros todas as obras periódicas que neles houver” ao mesmo tempo que se destina uma verba anual para a sua aquisição como bem se expressa no Aviso de Sua Alteza Real:

“O Príncipe Regente N. Snr. Em resolução do que V. M^{ce} representou sobre a necessidade de se completarem, e acrescentarem as obras periódicas que existem nessa Real Biblioteca. É servido não só se continue a mandar vir as ditas obras mas também que V. M^{ce} faça encomendar e subscrever para todos os melhores anais e jornais literários e científicos que se publicam na Grã Bretanha, na França, na Alemanha, na Itália, e na Espanha procurando de acordo com a Direcção da Impressão Régia fazer publicar em Portugal um extracto de todos os mesmos jornais com as mais úteis descobertas que ali se encontrarem, para cujo fim é igualmente

¹¹¹⁷ Ver BNP COD 4631, f. 317-319.

¹¹¹⁸ Ver BNP COD 4615, f. 146.

¹¹¹⁹ Ver BNP COD 4631, f. 335.

¹¹²⁰ Ver AHBN/DGA/03/Cx03/Doc. 66. Este conjunto não está nem datado nem refere o destinatário. Assumimos que os documentos foram dirigidos ao Secretário de Estado porque, no códice organizado pelo próprio António Ribeiro dos Santos, estão inseridos no meio de outra correspondência para D. Rodrigo e também porque pelo teor da sugestão seria improvável ter sido dirigido a um ministro anterior, dado o generalizado desinteresse que a RBPC havia merecido antes do mandato de Rodrigo de Sousa Coutinho.

servido Sua Alteza Real mandar que do Cofre do Subsídio Literário se entreguem anualmente no Real Erário quatro mil cruzados destinados à compra dos livros e jornais de que a mesma Biblioteca fizer aquisição. O que participo a V. M^{ce} para que assim o fique entendendo e ponha em execução pela parte que lhe toca. D^s G^e a V. M. Paço de Queluz em 30 de Dezembro de 1801. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Snr. António Ribeiro dos Santos”¹¹²¹.

Este Aviso é, na verdade, particularmente significativo. A partir desta data, a situação da Real Biblioteca, em certa medida, altera-se com a atribuição de uma anuidade para aquisição de obras; o governo, através da intervenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, define e assume as responsabilidades que cabem ao Estado. Assiste-se a uma profissionalização dos negócios respeitantes à Real Biblioteca. Trata-se de uma contrapartida em resposta ao que se exige da Real Biblioteca: uma vez que a instituição cumpre o que lhe é pedido, então os reforços sucedem-se tornando a instituição um instrumento do poder central. Reconhecem-se as faltas, tomam-se medidas e todos parecem sintonizados. A lista de “agentes” ao serviço da Real Biblioteca, Europa fora, mobilizados para satisfazerem esta necessidade e cumprirem esta determinação é vasta e muito dinâmica (*Ver 6.3.7 - Epistolografia em prol da Real Biblioteca*).

A partir deste Aviso de Dezembro de 1801, será preparada toda a mecânica indispensável para executar a determinação. Nem sempre tão depressa quanto seria de esperar, sem dúvida, mas impunha-se assegurar o levantamento das existências, prosseguir com uma pesquisa bibliográfica exacta, cuidadosa e unívoca, indispensável para saber exactamente o que deveria ser comprado. Nos códices organizados por António Ribeiro dos Santos – os que ele legou à Real Biblioteca – há inumeráveis listas, apontamentos, sejam temáticas ou geográficas (a partir dos locais de edição), que elucidam à exaustão como o trabalho foi minucioso e, portanto, demorado. Algumas destas longas listas foram submetidas à consideração do Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda certamente porque assim o exigia a hierarquia, mas também porque D. Rodrigo de Sousa Coutinho se sentia com autoridade suficiente para opinar tendo em consideração os conhecimentos que ganhara em quase vinte anos de vida no estrangeiro, conhecimentos literários mas também conhecimentos sobre a modernização que urgia introduzir na sociedade portuguesa. O Bibliotecário manda-lhe catálogos sobre os quais Sousa

¹¹²¹ AHBN/CR/03/Cx01/Doc. 02 (original, assinado por RSC). Os respectivos registos constam nos BNP COD 10612, f. 14 v.-15 e BNP COD 10610, f. 9-9 v.

Coutinho faz observações ou, utilizando as suas próprias palavras, “com as notas em lápis que por hora me ocorrerão”, 3 de Agosto de 1802¹¹²².

A partir de 25 de Janeiro de 1803¹¹²³ e com os avisos de 30 de Março, 13 e 22 de Abril desse mesmo ano¹¹²⁴ estabelece-se “uma correspondência literária nas cortes estrangeiras” para aquisição de livros. D. Rodrigo sabia bem que este recurso a intermediários colocados nas diferentes cortes europeias era o meio mais expedito para solucionar o problema de uma provisão limitada, e a carta de 13 de Março de 1803¹¹²⁵, enviada por António Ribeiro dos Santos a acompanhar os catálogos metódicos de livros a comprar, contendo o registo dos livros comprados desde a criação da Real Biblioteca até ao último dia de Dezembro de 1801, mantinham-no alerta.

Para além dos róis ou catálogos de livros, correspondendo a uma prática anterior à tutela de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o que é mesmo mais interessante é a rede que se constitui a partir dos representantes políticos de Portugal nas cortes estrangeiras e também dos comerciantes ou outras personalidades. A correspondência mantida com todos eles revelava uma grande iniciativa, e esta é que é inovadora permitindo sair do estreito círculo de Lisboa, alargar o âmbito do comércio livreiro local, libertar-se das oferta dos livreiros locais e mergulhar nas exigências e oferta europeias. António Ribeiro dos Santos envia a todos os correspondentes o texto do despacho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para lhes assegurar, com certeza, de que não se tratava de uma iniciativa do Bibliotecário-Mor mas que era uma acção apadrinhada ao mais alto nível, logo credível, o que garantia aos potenciais compradores o pagamento da mercadoria. Podiam, pois, estar tranquilos; comprassem os “bons livros de que carecia prover-se a Real Biblioteca Pública de Lisboa” que esta pagaria. O destino desta iniciativa, que não teve um desfecho particularmente feliz, abordámo-lo em 6.3.7.

Durante o tempo que Sousa Coutinho tutelou a Real Biblioteca (Novembro 1801-Setembro 1803), concretizaram-se outras grandes aquisições, mormente o Monetário de Fontenelle ou as Edições de Bodoni e iniciaram-se as negociações para outras doações como foi o caso da feita por António Lourenço Caminha¹¹²⁶, iniciadas em 1802 e só terminadas em

¹¹²² BNP COD 10610, f. 13 (registo).

¹¹²³ BNP COD 10610, f. 15 (registo).

¹¹²⁴ BNP COD 10610, f. 31-32 (registos).

¹¹²⁵ AHBN/DGA/03/Cx.03/Doc.29 (cópia).

¹¹²⁶ Professor de Retórica e Poética, com algumas obras publicadas, nomeado Oficial da Real Biblioteca Pública em compensação pela doação feita à RBPC em 1818. In SILVA, Inocência Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. T. 1: 188-190; t. 8: 227.

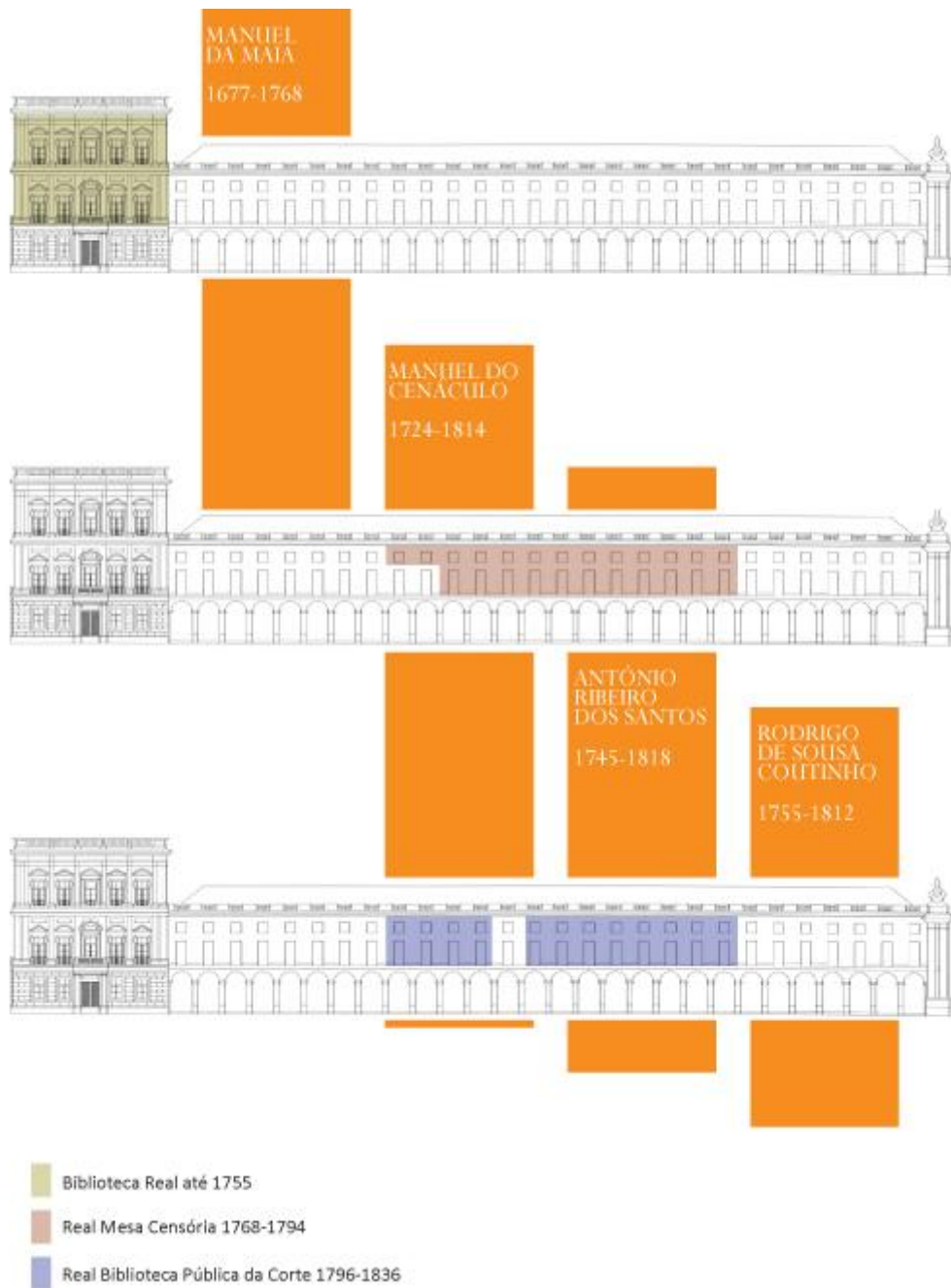


FIGURA 10

Real Biblioteca Pública da Corte, Lisboa
 Reconstituição dos vários espaços ocupados pela RBPC e seus primórdios,
 a partir da proposta de DIAS, Cristina, 2012. Cf. Bibliografia.

1818. Quando se trata de aquisições de livros a este nível, constituiria uma imprudência comparar umas aquisições com outras e considerar umas mais importantes que outras. Elas são todas importantes, porventura o que interessa mesmo ter presente é se o manancial informativo que cada uma delas traz, está ou não, em sintonia com a época, se esse recurso constitui em si mesmo uma força potenciadora de outras alterações ou se, pelo contrário, esse volume documental poderá ter esmagado com o seu ímpeto qualquer sinal de mudança e progresso. Ora, durante dois anos, a RBPC conheceu um impulso inusitado, interessou e envolveu a sociedade civil, construiu um novo perfil, soube tirar proveito da incorporação de todo aquele manancial bibliográfico. Definitivamente, nesse período a Real Biblioteca Pública da Corte parece ter mudado de paradigma.

PARTE IV – CONCLUSÕES

Todo o levantamento bibliográfico inicial que apresentámos em **2.2**, também em **2.2.1** e ainda em **2.2.2**, apontava para uma lacuna em termos teóricos, na bibliografia portuguesa, sobre a questão de bibliotecas patrimoniais, quer no tocante ao seu aparecimento como tal, quer no relativo à análise e reflexão sobre a missão das bibliotecas. Uma lacuna que não deixou de causar alguma perplexidade já que o percurso dos arquivos, institucionalmente parentes muito próximos das bibliotecas, desde cedo revelou como eles assumiram as responsabilidades patrimoniais que lhe eram cometidas e também como o poder régio compreendeu essa responsabilidade tendo depositado nos arquivos, desde o início do século XIV, a enorme e pesada responsabilidade de serem os guardiões da memória colectiva consubstanciada nos documentos produzidos quer pela Coroa quer por outras instâncias do poder.

Sem que esta responsabilidade fosse alguma vez posta em causa, no século XVIII, D. João V soube atribuir à Academia Real da História, quer através do alvará seu fundador como do Alvará de 1721, tarefas complementares àquelas que os arquivos sempre tinham desempenhado, num gesto prenunciador de novos tempos. Os trabalhos posteriores desta Academia, a dinâmica que provocam, são desenvolvimentos que testemunharemos na segunda metade de Setecentos. Não houve então ruptura? Se ruptura é sinónimo de corte abrupto e radical, diríamos que não; se ruptura admite uma modificação que se vai instalando num período de cinco ou dez anos, então, diremos que sim, que houve ruptura. E esta mutação processa-se ao nível da estruturação das instituições, na definição da respectiva missão e no horizonte intelectual de quem responde pelo seu desempenho. Foi assim com a Casa Literária do Arco do Cego, com a Academia das Ciências e foi-o com toda a clareza com a Real Biblioteca Pública da Corte. Ao longo da nossa investigação, tivemos a oportunidade de sentir como o pulsar das instituições – a “dinâmica interna” – se foi alterando e estamos a pensar num período que vai desde a década de 70 até ao final de Setecentos (mais precisamente, até à saída de D. Rodrigo de Sousa Coutinho do Ministério em 1803). A informação que coligimos, muita dela agora pela primeira vez revelada, demonstra como essa “dinâmica interna” está intimamente ligada ao desempenho de algumas personalidades.

Para que estas Conclusões fechem efectivamente o trabalho apresentado, julgamos pertinente fazer uma avaliação metodológica e histórica do percurso realizado.

Do ponto de vista metodológico, importa:

1º reconhecer que não respondemos a todas as questões colocadas de princípio e cujo objectivo era o de balizar a investigação mas também levá-la tão fundo quanto possível. Continuamos a pensar que o conjunto de questões que colocámos em **3.1 – Questões metodológicas** tem interesse mas foram demasiadas. O entusiasmo impediu-nos uma avaliação mais ponderada;

2º considerar que o mapeamento que realizámos no sentido de perceber a relação teórica entre arquivos e bibliotecas no tocante ao património documental resultou numa muito útil ferramenta. Admitindo que não é possível, para cada aspecto, estar constantemente a recuar na pretensão de tudo ver ou examinar, também sabemos que na ausência de estudos de carácter geral, então, torna-se indispensável realizar o próprio estudo. Um estudo desta natureza abre oportunidades de investigação;

3º admitir que ficam muitas questões por responder as quais, embora não afectando as nossas conclusões históricas, abrem a possibilidade de várias linhas de investigação. Isto acontece não por mérito nosso mas porque o campo das bibliotecas em Portugal continua a oferecer um espaço imenso para investigação;

4º reconhecer que fizemos a nossa abordagem a partir de dentro, isto é: muito para além da valorização que fazemos sobre a existência de livros e outros documentos gráficos, tentámos compreender a actuação de cada uma destas bibliotecas como instituição discriminando os procedimentos e avaliando-os.

Do ponto de vista da análise histórica, é inegável que:

1º as bibliotecas portuguesas têm o seu grande momento da viragem na segunda metade do século XVIII. A ideia concreta de património monumental (arqueológico e arquitectónico) com dimensão científica e disciplinar é do século XIX; o património arquivístico era objecto de atenções especiais desde o século XIV. As bibliotecas não estão nem com uns nem com outros; temos registos de bibliotecas desde sempre (a régia desde a 1ª Dinastia), mas o sentido de missão, a formulação de uma intenção é muito posterior e por tudo quanto consultámos, torna-se inevitável registar essa transformação no século XVIII. Em concreto, com a Real Biblioteca Pública da Corte em 1796;

2º durante a primeira metade do século XVIII, por iniciativa régia, surgem magníficas bibliotecas mas o seu modelo não se distingue daquele que vigorava até então. Referimos a Biblioteca da Universidade de Coimbra, a do Convento de Mafra, a dos Oratorianos e a Livraria

Real. Os cuidados e a atenção parecem concentrar-se na provisão desmedida de livros o que, nessas bibliotecas preciosas, se alcança mercê da generosidade régia. Sobre a Livraria Real, para além dos documentos que a enriqueciam de forma absolutamente ímpar, o que se sabe sobre a sua organização é que a dificuldade em acomodar as aquisições criava uma situação insustentável. Os critérios que acreditamos serem reveladores de uma atitude que coloque efectivamente as bibliotecas ao serviço do conhecimento nem sempre os reconhecemos nessas bibliotecas. Todas têm muitos livros, mas não lhes subjaz uma intenção na forma como adquirem livros, não têm um processo continuado e sistemático para aquisição de obras, não dispõem de um regimento, os catálogos estão mais próximo de serem listas de livros do que autênticos instrumentos de investigação. Não negaremos o interesse que tem a existência de muitos livros, certamente um bom começo para qualquer biblioteca, mas esses livros não eram adquiridos de acordo com uma ideia persistente e regular no sentido de constituir um recurso consistente e coerente que transformasse a biblioteca numa verdadeira infraestrutura de apoio ao desenvolvimento científico como as Luzes exigiam. O que hoje designamos por colecção. Por isso, os viajantes estrangeiros quando chegam a Coimbra, e também à Real Biblioteca, comentam a desactualização científica dos livros aí existentes. Que melhor prova se poderia encontrar da desadequação existente? Algumas destas bibliotecas têm catálogos mas, na generalidade, são bastante incipientes. Não conheciam o interesse do instrumento que um catálogo constitui? Claro que conheciam, mas a necessidade de um catálogo faz-se sentir na relação directa do uso que os livros têm; o contrário também é verdadeiro. Ou seja, se os livros têm muita procura, o catálogo é absolutamente indispensável e quanto mais informativo melhor; mas se não se preparam bons catálogos, a procura não acontece. E as bibliotecas até podem ter muitos livros e magníficos, mas dificilmente se lhes chega. Outro parâmetro importante para avaliar da intenção que presidia à organização dessas bibliotecas é a questão do regimento. Não pelo regimento em si, mas porque no regimento hão-de estar consignadas algumas normas estruturantes, por exemplo, do funcionamento e do acesso. A resposta a estas questões, a partir seja de que biblioteca for entre as mencionadas, é desconcertante. Por isso, a conclusão óbvia a retirar é que, para além dos acervos ricos, estas bibliotecas não exibem sinais de modernidade;

3º o Terramoto foi um acontecimento trágico e, no que toca às bibliotecas, fez desaparecer na zona de Lisboa o que de melhor existia em matéria de bibliotecas bem providas. Perante a lacuna absoluta, assiste-se a uma re-organização para a qual concorreram

muitos factores: o interesse do rei D. José na reconstrução de uma Biblioteca Real, a particular do rei, afirmando o poder régio; a sensibilidade proveniente de personalidades tão diferentes como Manuel da Maia e Cenáculo; a capacidade interventiva de certos órgãos do poder como sucedeu, por exemplo, com a Real Mesa Censória sob a direcção de Cenáculo; a capacidade de resposta de instituições religiosas, como foi o caso de o Convento de Jesus. Uma reorganização que demora décadas e que culminará no tempo de D. Maria I mas à qual se deve dar toda a atenção porque apenas aceitando que esta reorganização está em marcha se poderá compreender completamente o aparecimento da Real Biblioteca Pública da Corte. Reorganização que atinge outras instituições culturais como a Casa Literária do Arco do Cego, a Academia das Ciências e, ainda que a perder capacidade de intervenção, a Academia Real da História;

4º depois do Terramoto, a soberba Livraria Real desapareceu. D. José tenta colmatar a lacuna, compra bibliotecas a particulares, consegue contribuições várias mas o que ele está a preparar é ainda outra Livraria Real. O projecto de uma biblioteca pública para a cidade é sugerido, em primeira mão, por Manuel da Maia e, bem mais tarde, por Cenáculo. Com as transformações políticas, nada é concretizado e cabe a D. Maria a grande decisão. Foi preciso fazer quase tudo a partir do zero: a antiga biblioteca da Real Mesa Censória estava caótica, o espaço não era suficiente e requeria obras, não havia bibliotecário. Seria sensato criar uma Real Biblioteca em Lisboa? Em Coimbra, havia o espaço organizado especificamente para esse fim do tempo de D. João V, havia muitos livros e um bibliotecário afamado, António Ribeiro dos Santos. A rainha opta por trazer Ribeiro dos Santos para Lisboa e preparar o que fosse preciso para ter em Lisboa a Real Biblioteca Pública. A forma como a Real Biblioteca irá evoluir levam-nos a acreditar que houve uma intenção política na decisão régia, intenção que vai muito para além da preocupação cultural e do esplendor que uma biblioteca ricamente dotada poderia representar para a Coroa;

5º a Real Biblioteca foi cuidadosamente organizada por António Ribeiro dos Santos: dedicou igual atenção às questões administrativas e de gestão de pessoal; empenhou-se particularmente na organização dos livros que herdou provenientes sobretudo da Real Mesa Censória e na integração destes com os que iam chegando de doações várias a começar pela dos Teatinos; estabeleceu critérios de arrumação e de classificação; preparou a aquisição de títulos representativos dos progressos científicos da época, nas principais línguas europeias incluindo a alemã, editados nas paragens mais diversas; teve a visão que era imprescindível

adquirir livros e para isso fez contactos, estabeleceu uma rede de intermediários à escala europeia. Nas inúmeras listas de livros para aquisição o número de obras de carácter científico, literário, histórico ou geográfico são muito consideráveis e é seguro afirmar que a componente laica é muito marcante. A consulta dos seus códices, nos quais tudo está anotado, evidencia o testemunho de duas facetas muito importantes: o enorme cuidado em referenciar todas as eventuais aquisições de acordo com esquemas de classificação muito cuidadosos e o carácter laico das aquisições a fazer. Não eliminou as obras ligadas às questões teológicas e religiosas, mas introduziu uma componente de outra natureza abrindo decididamente a biblioteca a outro tipo de exigência intelectual. Nestas listas infindáveis de títulos a adquirir, inclui muitos periódicos e este é certamente um aspecto a reter pelo carácter inovador que essa opção reflecte: os periódicos veiculam a informação mais depressa que os livros e, portanto, ter esta percepção revela a preocupação de actualização que Ribeiro dos Santos introduz na Real Biblioteca;

6º Ribeiro dos Santos também se preocupou com o regulamento da nova casa e, em função dele, abriu ao público fazendo jus ao nome, a Real Biblioteca Pública da Corte. Portanto, por mão do seu primeiro Bibliotecário-Mor, a Real Biblioteca viu definida uma missão, ganhou uma estrutura e funcionários vários, tinha um orçamento. A Real Biblioteca erguia-se como verdadeira organização, junto da Corte, engrandecendo esta com o seu brilho e dando argumentos para que Portugal fosse visto como um Estado moderno;

7º entre todas as contribuições que a Real Biblioteca recebeu, sobressai a doação de livros e monetário feita por Cenáculo. Não se tratou de uma doação sem contrapartidas, mas o que importa reter é o envolvimento de várias personalidades neste negócio que do ponto de vista documental acrescenta seguramente muita informação à história dos primórdios da Real Biblioteca;

8º a acção de Ribeiro dos Santos em prol da Real Biblioteca nunca será suficientemente elogiada mas o seu trabalho teve um aliado inesperado e decisivo na pessoa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho quando assumiu a pasta da Fazenda à qual respeitava a tutela da Real Biblioteca. Estamos absolutamente convencidos pela análise da documentação que o entusiasmo e energia de Sousa Coutinho foram muito significativos no sucesso da intervenção de Ribeiro dos Santos. A sinergia que se criou entre os dois deu resultados positivos e a formação científica de Sousa Coutinho influenciou, certamente, as escolhas bibliográficas de Ribeiro dos Santos.

Concluindo,

- Havia em Portugal muitas bibliotecas, muitas delas superiormente munidas de livros mas em meados do século XVIII os seus procedimentos e organização não evidenciavam sinais de modernidade ou seja, de decisiva mutação de práticas sobretudo no tocante à preparação das colecções disponibilizando-as ao público;
- O aparecimento da Real Biblioteca Pública da Corte consubstancia um sentimento generalizado sobre a urgência em dispor de uma infraestrutura de outra dimensão e rigor de inquestionável interesse público;
- A organização, estrutura e missão da Real Biblioteca fazem dela uma instituição idêntica a outras instituições setecentistas e, como tal, também com a responsabilidade de participar na construção do Estado moderno;
- A Real Biblioteca ao reunir este conjunto de procedimentos, e sendo capaz de os passar à prática, distancia-se das outras bibliotecas e assume um novo paradigma;
- Para a concretização da RBPC e para um mais cabal conhecimento e compreensão do complexo processo que a ela levou, não pode considerar-se de forma isolada a importantíssima figura de Fr. Manuel do Cenáculo, tradicional e indiscutidamente considerada como o seu primeiro/máximo impulsionador. A ele têm de juntar-se num patamar idêntico, e em alguns aspectos mais avançado, as figuras do Doutor António Ribeiro dos Santos e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, como documentalmente demonstrámos.

Na verdade, esta transformação qualitativa é sobretudo obra do esforço comum de três personalidades as quais, cada uma à sua maneira, representam tempos e modos de pensar distintos: Frei Manuel do Cenáculo, erudito, que idealizou uma grande biblioteca pública onde não poderiam faltar as preciosidades bibliográficas; Doutor António Ribeiro dos Santos, organizador, profundo conhecedor de livros e bibliotecas, com grande sentido pragmático e larga experiência adquirida na Biblioteca da Universidade de Coimbra,

experiência que enriqueceu no contacto com as exigências do ensino, atento à bibliografia de carácter científico publicada na Europa e muito actualizada; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata e político, com grande conhecimento das exigências culturais e científicas nas capitais europeias, conhecedor das necessidades em matéria de desenvolvimento económico, convicto das vantagens de uma sólida formação científica.

Estamos, pois, perante uma mudança de paradigma: a Real Biblioteca Pública da Corte consubstancia essa alteração pela oportunidade nova que faculta à existência de muitos livros, comprados para servir o público, sim, enquanto contribuem para fortalecer a própria identidade de quem deles vai usufruir. Definitivamente a ideia de uma biblioteca-museu é ultrapassada pelo projecto de uma biblioteca considerada como equipamento científico indispensável para a modernização do país.

Lisboa, Agosto de 2013

PARTE V – FONTES & BIBLIOGRAFIA**CAPÍTULO 7 – FONTES****7.1 – Fontes manuscritas & iconográficas****ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO**

Fundos documentais consultados:

- Arquivo da Casa de Linhares
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Turim
- Ministério do Reino – Conselho da Guerra
– Real Mesa Censória

ARQUIVO DA CASA DE LINHARES	
Consultámos, para além dos maços indicados, o Vol. 14 que contém discursos e avisos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho enquanto Ministro do Reino.	
Maço	Documentos
4	1
12	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11
17	3
20	3, 11, 12, 16
26	12, 34
27	73
28	14, 18, 40, 58, 79, 90
29	30, 39
30	4
33	33
37	37
43	8
49	98
58	50, 54
60	27
61	1, 12
62	36, 41
63	33, 55, 71, 80, 91, 108, 112
64	19, 33, 65
70	80
86	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21
89	48
90	40, 60, 115, 116, 117

91	137, 194
93	51
101	1, 37
108	1, 2, 3

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
LEGAÇÃO DE PORTUGAL EM TURIM

Foram analisadas as Caixas 860-872 correspondendo ao período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve à frente da Legação (1779-1797). Os documentos que se individualizam são aqueles que foram especificamente utilizados.

Caixas	Documentos
863	4, 51
864	16
866	1, 3, 4
868	30
870	40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

MINISTÉRIO DO REINO
CONSELHO DA GUERRA

Maço 270 da remessa de 26 de Dezembro de 1891
001, 0013*Dissertação* de Manuel da Maia

MINISTÉRIO DO REINO
REAL MESA CENSÓRIA

Livro	Fólios
362	2-8, 14-14 v., 15 v., 25-26, 58-59 v., 80, 109-116 v., 122, 123, 141 v., 148-151 v., 153 v., 172-172 v., 175-176, 177 v., 179-179 v., 180-181, 180, 181-184, 184 v., 185, 189, 203, 210

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

MANUSCRITOS e CÓDICES	
Documento	Descrição
COD 261 V, f. 8-9	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261V, f. 11-12	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 13-14.	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 15-16 v.	Carta de Cenáculo para Joaquim José da Costa e Sá (JJCS)
COD 261 V, f. 19-22	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 23-24	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 25-26 v.	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 27-28.	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 31-32.	Carta de Cenáculo para RSC
COD 261 V, f. 33 -33 v.	Carta de Cenáculo para RSC
COD 261 V, f. 35-35 v.; <i>tb.</i> f. 39-40	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 37-37 v.	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 41 – 41 v.	Carta do Mordomo-Mor Marquês de Ponte de Lima para Cenáculo.
COD 261 V, f. 51-53	Carta de Cenáculo para ARS
COD 261 V, f. 61-64 v.	Carta de ARS para Cenáculo
COD 261 V, f. 67-68 v.	Carta de ARS para Cenáculo
COD 261 V, f. 69-70 v.	Carta de ARS para Cenáculo
COD 261 V, f. 71-74	Carta de ARS para Cenáculo
COD 261 V, f. 75-77	Carta de ARS para Cenáculo
COD 802 V	Carta de Cenáculo para Fr. Plácido Barroco
Ms. 121 V, f. 53-54v.	SALGADO, Vicente – <i>Escritos dos Padres da Terceira Ordem de S. Francisco de Portugal...1787</i>
Ms. 136 V	<i>Collecção de papéis ecclesiasticos, e civis do uso de Fr. Vicente Salgado da Congregação da Terceira Ordem de Portugal</i>
Ms. 136 V, f. 157-172	SALGADO, Vicente – Relação dos Factos que na sua simplicidade e verdade manifesta qualificam a boa administração da Província da Ordem Terceira da Penitência em os nove annos que decorreram desde Março de 1768 até Fevereiro de 1777. Papel feito pelo Sr. Bispo de Beja sobre as questões com seu irmão Fr. António Martins da Soledade.
Ms. 137 V, 156 f.	Cartas ao Ministro do Convento de S. Francisco de Arraiolos (Fr. Vicente Salgado) desde 1768 em diante (quase na totalidade de Fr. Manuel do Cenáculo)

Ms. 138 V, 184 f.	Cartas de Fr. Vicente Salgado incluindo do tempo como Ministro de Arraiolos, Viana e Évora (contém muitas de Frei Manuel do Cenáculo)
Ms. 172 V, 173 f.	Colecção de várias censuras assim latinas, como portuguesas; como também de várias cartas. Tudo composto pelo Ex ^{mo} . e R ^{mo} . Senhor Bispo de Beja sendo ainda Religioso desta Província da Terceira Ordem. Finalmente copiadas por Fr. Vicente Salgado Pregador Geral Bibliotecário, Cartorário, e Secretário do Conselho. Ano de 1771
Ms. 174 V, 98 f.	Sermões do R ^{mo} Fr. Joaquim de S. José e do Ex ^{mo} e R ^{mo} Snr. Bispo de Beja.
Ms. 178 V, 94 f.	Collecção de papéis avulsos do uso e estudo de Fr. Vicente Salgado Ex Geral, e chronista da Congregação da Terceira Ordem de Portugal. Anno 1798.
Ms. 505 V, 377 f., [5] f.	SALGADO, Vicente – <i>Catalogo Historico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem de Portugal</i> . Anno de 1787.
Ms. 694 V, f. 57-75	SALGADO, Vicente – <i>Elogios Históricos dos Exm^{os} e Rm^{os} Senhores Arcebispos, e Bispos Professos na Congregação da Terceira Ordem de Portugal e dos Religiosos Eleitos para esta Dignidade que ...[s.d.]</i> .

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Fundos e Colecções consultados:

- Iconografia
- Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional
- AHBN – Correspondência literária e bibliográfica
- Colecção de Manuscritos
- Colecção de Códices
- Colecção de Códices de António Ribeiro dos Santos

ICONOGRAFIA

GUARINI, Guarino – [*Convento da Divina Providência em Lisboa: alçado, corte e planta. Entre 1675 e 1683*]. Desenho a tinta da china e aguadas a amarelo.
BNP D. 123 A.

ARQUIVO HISTÓRICO DA BIBLIOTECA NACIONAL

Foram consultadas na íntegra as séries Constituição e Regulamentação; Direcção. Gestão Administrativa; Aquisição das Coleções. As restantes séries foram objecto de consulta pontual. Os documentos que abaixo se indicam foram os preferencialmente usados. Constituiu instrumento de pesquisa indispensável o *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)*. Cf. 8.2 – Dicionários, enciclopédias, catálogos e inventários.

Documento	Descrição
Livro 642, p. 2-8.	<i>Relatório do Dr. António Ribeiro dos Santos, 5 Jan. 1795.</i>
AC/COM/03/Cx.01, Capilha 5	Aquisição edições bodonianas
CR/01/Cx01/Doc.01	Alvará de fundação da Real Biblioteca Pública
CR/01/Cx01/Doc.05	<i>Estatutos da Real Bibliotheca Publica de Lisboa. 22 de Dezembro de 1797.</i>
CR/01/Cx01/Doc.06	<i>Resumo da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa</i>
CR/02/Cx01/Doc.01	Alvará 30 Julho 1795
CR/03/Cx01/Doc.01	<i>Avisos entre 1795 e 1798.</i>
CR/03/Cx01/Doc.01	Nomeação de António Ribeiro dos Santos
CR/03/Cx01/Doc.01	Sobre o pagamento da doação da Divina Providência
CR/03/Cx01/Doc.01	Sobre o Subsídio Literário
CR/03/Cx01/Doc.02	Nota de RSC para ARS
CR/03/Cx01/Doc.01, f. 5	Ofício de remessa da cópia autenticada do alvará de constituição da Real Biblioteca Pública
CR/03/Cx01/Doc.01, f. 9	Autorização para comprar livros
CR/03/Cx01/Doc.01, f. 11	Aviso para Manuel Manescal da Costa
CR/03/Cx01/Doc.02	Despacho de Sousa Coutinho para Ribeiro dos Santos
CR/03/Cx02/Maço 12	Aposentação de António Ribeiro dos Santos
CR/09/Lv02 – f. 6 v.	<i>Termo de Abertura, Portaria de 6 de Julho de 1798</i>
DGA/03/Cx01/Doc.01	Carta de Lourenço José da Mota Manso para Ribeiro dos Santos sobre a colecção dos Teatinos
DGA/03/Cx 01/Doc.02	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx01/Doc.03	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx.01/Doc.04	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx.01/Doc.05	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx.01/Doc.06	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx.01/Doc.08	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx.01/Doc.09	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx.01/Doc.13	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx.02/Doc.28	Carta de Cenáculo para ARS

DGA/03/Cx.02/Doc.53	Carta de Cenáculo para ARS
DGA/03/Cx02/Doc.68	Carta dos livreiros Borel & Borel (Lisboa) para ARS
DGA/03/Cx03/Doc.04	Sobre a situação dos funcionários da Mesa Censória
DGA/03/Cx03/Doc.11	Carta de Ribeiro dos Santos para Sousa Coutinho acompanhando uma <i>Memória sobre a Origem da Tipografia em Portugal</i>
DGA/03/Cx03/Doc.13 e 13 ^a	Cartas de Ribeiro dos Santos para Sousa Coutinho relativas aos periódicos existentes na Real Biblioteca
DGA/03/Cx03/Doc.53 e 54	Encomenda de estantes por questões de segurança das colecções
DGA/03/Cx03, Doc. 34	Sobre o Monetário de Josep Fontenelle
DGA/03/Cx03, Doc.66	SANTOS, António Ribeiro dos – <i>Sobre a arquitectura de uma casa de Biblioteca</i>
DGA/03/Cx03/Doc.66	Carta de ARS para RSC sobre distribuição de manuscritos árabes
DGA/03/Cx04, Doc.1	<i>Rol da despesa que por ordem do III^{mo} e Ex^{mo} Senhor Marques Mordomo Mor se tem feito nas obras das quatro primeiras salas da Real Biblioteca da Corte...</i>
DGA/03/Cx04/Doc.11	Sobre a impressão dos Catálogos da Biblioteca na Real Oficina Tipográfica
DGA/03/Doc.19	Informação de Ribeiro dos Santos para Sousa Coutinho sobre obras duplicadas
DGA/03/Doc.20	Informação de Ribeiro dos Santos para Sousa Coutinho sobre obras duplicadas
DGA/04/Liv. 01, p. 43-45	Carta de ARS para RSC

ARQUIVO HISTÓRICO DA BIBLIOTECA NACIONAL
CORRESPONDÊNCIA LITERÁRIA E BIBLIOGRÁFICA, 1802-1803

Cota	Local	De	Para
AC/COM/05/Cx.01	Lisboa	RSC	Hipólito José da Costa
DGA/03/Cx01, Doc. 14	Londres	Hipólito José da Costa	ARS
AC/COM/05/Cx.01	Estocolmo	José Anselmo Correa Henriques	RSC
AC/COM/05/Cx. 02	Copenhague	João Rademaker	RSC
AC/COM/05/Cx. 02	Nápoles	José de Sá Pereira	RSC
AC/COM/05/Cx.01	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	RSC
AC/COM/05/Cx.01	Roma	D. Alexandre de Souza e Holstein,	RSC
DGA/03/Cx01, Doc. 15	Paris	Pe Luís Rafael Soyé	
DGA/03/Cx01, Doc. 15	França	D. José Maria de Sousa	
DGA/03/Cx01, Doc. 16	Lisboa	ARS	José Agostinho de Sousa
DGA/03/Cx01, Doc. 18	Lisboa	ARS	João Vidal da Costa
DGA/03/Cx01, Doc. 19	Lisboa	ARS	D. Alexandre de Souza e Holstein

DGA/03/Cx01, Doc. 20		João de Magalhães Avelar	ARS
DGA/03/Cx01, Doc. 21	Lisboa	ARS	Silvestre Ribeiro Ferreira
DGA/03/Cx01, Doc. 22	Lisboa	ARS	Manuel Travassos da Silva Araújo
DGA/03/Cx01, Doc. 23	Lisboa	ARS	Pe Luís Rafael Soyé
DGA/03/Cx01, Doc. 24	Lisboa	ARS	José Anselmo Correa Henriques
DGA/03/Cx01, Doc. 25	Lisboa	ARS	André Dubatchewsky
DGA/03/Cx01, Doc. 26	Estocolmo	José Anselmo Correa Henriques	ARS
DGA/03/Cx01, Doc. 27	Londres	D. Domingos de Souza Coutinho	ARS
DGA/03/Cx01, Doc. 28	Roma	D. Alexandre de Sousa e Holstein	ARS
DGA/03/Cx01, Doc. 29	Haia	João Paulo Bezerra	ARS
AC/COM/05/Cx.01	Roma	Gerardo di Rossi	
DGA/03/Cx01, Doc. 30		Rossi	ARS
DGA/03/Cx01, Doc. 31	Estocolmo	José Anselmo Correa Henriques	ARS
DGA/03/Cx01, Doc. 32	Paris	D. José Maria de Sousa	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 1	Paris	Pe Luís Rafael Soyé	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 33	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 34	Madrid	Josef Fontenelle	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 35	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	ARS
AC/COM/05/Cx.01	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 36	Haia	João Paulo Bezerra	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 37	Nápoles	José de Sá Pereira	ARS
AC/COM/05/Cx.01	Madrid	Cipriano Ribeiro Freire Embaixador de Portugal	Lisboa
DGA/03/cx01, Doc. 38	Lisboa	ARS	Josef Fontenelle
DGA/03/cx01, Doc. 39	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 40	Haia	João Paulo Bezerra	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 41		João Rademaker	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 42	Estocolmo	José Anselmo Correa Henriques	ARS
AC/COM/05/Cx. 02	Trieste	António Calvet	Francisco Manuel Calvet
DGA/03/cx01, Doc. 43	Lisboa	ARS	Silvestre Pinheiro Ferreira
DGA/03/cx01, Doc. 44	Lisboa	ARS	João Paulo Bezerra
DGA/03/cx01, Doc. 45	Lisboa	ARS	José Anselmo Correia Henriques
DGA/03/cx01, Doc. 46	Lisboa	ARS	D. Alexandre de Sousa e Holstein
DGA/03/cx01, Doc. 47	Lisboa	ARS	João Gerardo de Rossi
DGA/03/cx01, Doc. 48	Lisboa	ARS	
DGA/03/cx01, Doc. 49	Lisboa	ARS	Pe Luís Rafael Soyé
DGA/03/cx01, Doc. 50	Lisboa	ARS	Cipriano Ribeiro Freire
DGA/03/cx01, Doc. 51	Lisboa	ARS	D. Gabriel de Sancha
DGA/03/cx01, Doc. 52	Estocolmo	José Anselmo Correa Henriques	ARS
DGA/03/cx01, Doc. 53	Madrid	Josef Fontenelle	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 2	Berlim	Silvestre Pinheiro Ferreira	ARS

DGA/03/Cx02, Doc. 3	Paris	D. José Maria de Sousa	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 4	Lisboa	ARS	João Rademaker, Copenhague
DGA/03/Cx02, Doc. 5	Paris	Luís Rafael Soyé	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 6	Paris	Luís Rafael Soyé	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 7	Roma	Gerard de Rossi	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 8	Lisboa	ARS	Joaquim José de Miranda Rebelo, Viena
DGA/03/Cx02, Doc. 9	Trieste	António Maria Calvet	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 10	Lisboa	ARS	José Anselmo Correa Henriques, Estocolmo
DGA/03/Cx02, Doc. 11	Haia	ARS	João Paulo Bezerra
DGA/03/Cx02, Doc. 12	Berlim	Silvestre Pinheiro Ferreira	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 13	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 22	Lisboa	ARS	João Vidal da Costa e Sousa
DGA/03/Cx02, Doc. 21	Lisboa	ARS	José Fontenelle, Madrid
DGA/03/Cx02, Doc. 14	Madrid	José Fontenelle	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 15	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 16	Viena	Joaquim José de Miranda Rebelo	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 17	Lisboa	ARS	José Anselmo Correia Henriques, Estocolmo
DGA/03/Cx02, Doc. 18	Paris	Luís Rafael Soyé	ARS
DGA/03/Cx02, Doc. 19	Hamburgo	João Schuback	ARS

COLECÇÃO DE MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

Manuscrito	Descrição
56, nº 17	Documentos vários relativos a ARS
63, nº 4, doc. 41 (original)	Carta de Joaquim José da Costa e Sá (JJCS) para ARS
63, nº 4, doc. 42 (original)	Carta de JJCS para ARS
63, nº 4, doc. 43 (original).	Carta de JJCS para ARS
63, nº 4, doc. 44 (original)	Carta de JJCS para ARS
63, nº 4, doc. 45 (original)	Carta de José Anastácio da Costa e Sá para ARS
160, nº 80 (original)	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 10-11	
160, nº 81 (original).	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 9-10	
160, nº 82 (original)	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 9	
160, nº 83 (original)	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 8-9	
160, nº 84 (original)	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 8.	
243, nº 19, f. 10-11; <i>tb.</i> f. 11-12	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 12	Carta de ARS para Cenáculo

243, nº 19, f. 12-13	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 13	Carta de ARS para Cenáculo
243, nº 19, f. 13-13 v.	Carta de ARS para Cenáculo
492	SÁ, Joaquim José da Costa e – <i>Efemérides literárias ou memórias da Bibliografia Portuguesa</i>

COLECÇÃO DE CÓDICES DA BIBLIOTECA NACIONAL

Códice	Descrição
565 (Purl 17261)	Listas de livros e periódicos a adquirir
891	COUTINHO, Rodrigo de Sousa – <i>Relação Histórica sobre a Sabóia</i>
6673, f. 1-1 v.	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 7 v.-8	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 8 v.-9 v.	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 10	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 3-3 v.	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 4- 4 v.	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 5-7	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 10 v.-11	Carta de Cenáculo para ARS
6673, f. 13-14	Carta de Cenáculo para ARS
6796	Cartas de Correia da Serra para ARS
7702, nº 14	Carta de Correia da Serra para ARS
8549, f. 162 v. - 163	Nomeação de João Pedro Ribeiro
8549, f. 178-180	Carta de ARS para Cenáculo
8549, f. 181-182	Carta de Cenáculo para ARS
8549, f. 188-191.	Carta de Cenáculo para ARS
10610, f. 14	Empréstimo Manual Tipográfico
10612, f. 27-27 v.	Idem, mas sem nota lateral
11233 ³⁷	Carta de Sousa Coutinho ao Abade Garnier
11522, f. 3-4 (original)	Carta de Cenáculo para o Príncipe Regente
11522 (Purl 6382)	Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797. Tom. I Que contém os Livros impressos de Historia, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Mathematica, Officios, e Artes, e Sciencias Civis, e Politicas. No anno de 1797. - [232] f., enc. ;
12935 – 12937	Catalogo methodico dos livros que a Comunidade dos Clerigos Regulares da Divina Providencia de Lisboa doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1796.

CÓDICES DE ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS

A colecção de códices de ARS é constituída pelos COD 4583-4732 e foi consultada na sua totalidade. Os COD 4604, 4615, 4616, 4617, 4622, 4623, 4625, 4626, 4627, 4628, 4629, 4630, 4631, 4676, 4683, 4708, 4712, 4714, 4716, 4726, 4732 são particularmente importantes para compreender o pensamento de ARS em matéria de bibliotecas. Os códices abaixo referidos foram especificamente utilizados no corpo da tese, tendo sido a partir deles feitos extractos ou citações.

Código	Descrição
4587 (Obras ARS 5)	Sobre o Monetário Josep Fontenelle
4588 (Obras ARS 6)	Sobre o Monetário Josep Fontenelle
4610 (Obras ARS 28)	Obras de D. Tomás Caetano de Bem
4611, 4612, 4613, 4614, 4629, 4630	Informações sobre a história da tipografia em Portugal
4615 (Obras ARS 33), f. 146	Listas para aquisições
4629 (Obras ARS 47)	Referência à 1ª edição de Naudé (1627)
4630 (Obras ARS 48)	<i>Tábua cronológica dos livros impressos no século XV que há na Real Biblioteca de S. Vicente de Fora</i>
4630 (Obras ARS 48) f. 107 e segs.	Tratados sobre livros e bibliotecas
4631(Obras ARS 49), f. 335, f. 317-319	Adições que fez o Exm ^o Snr D. Rodrigo de Sousa Coutinho à encomenda de obras periódicas
4657 (Obras ARS 75)	Referências literárias
4671 (Obras ARS 89)	<i>Fragmento de um livro que escrevi sobre as Leis e Usos de Portugal e se seguia ao outro da Espanha Árábica que com ela se me perdeu na mudança da minha livraria de Coimbra para Lisboa.</i>
4676 (Obras ARS 94), f. 189-204	<i>Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra. Consulta ou Apontamentos para o Regimento da Livraria da Universidade Pelo D^{or} António Ribeiro dos Santos Bibliotecário dela.</i>
4677 (Obras ARS 95)	<i>Resumo da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa.</i>
4681 (Obras 99), f. 29-47	<i>Juízo sobre a censura que o R^{do} D. Thomaz da Virgem fez ao Plano de Estudos para as Escolas de S. Vicente ... 1794.</i>
4683 (Obras ARS 101) f. 168-180 v.	<i>Distribuição metódica para se arranjam os livros e tratados de diversas classes na Real Biblioteca de Lisboa</i>
4702 (Obras ARS 120)	Comentários sobre revisão de provas
4705 (Obras ARS 123), f. 172-174 v.	<i>Carta sobre os Bibliógrafos Portugueses</i>

4707 (Obras ARS 125)	Referência a Fr. José do Coração de Jesus
4708 (Obras ARS 126), f. 141-145 v.	<i>Sobre as bibliotecas em Portugal.</i>
4708 (Obras ARS 126), f. 2 -2 v.	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 3-4; <i>tb.</i> f. 22-23 v.	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 4 v.-5 v. ; <i>tb.</i> f. 24-25	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 6-7; <i>tb.</i> f. 26-27 v.	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f.7 v.-8 v.; <i>tb.</i> f. 28-29	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 9-10; <i>tb.</i> f. 30-31v.	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 10 v.-11 v.; <i>tb.</i> f. 32-33	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 12-12 v. ; <i>tb.</i> f. 34-35	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 13-15	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 16-17	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 17 v.-18 v.	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 20 v. – 21 v.	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 28-29	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 35 v.	Carta de ARS para Cenáculo
4708 (Obras ARS 126), f. 153.	Carta de ARS para Cenáculo
4712 (Obras ARS 130) f. 93	<i>Carta familiar a F. sobre a imputação que me fizeram do Poema da Estupidez.</i>
4712 (Obras ARS 130), f. 181-182	Carta sobre as bibliotecas em Portugal.
4712 (Obras ARS 130), f. 195	Apreciação sobre o Marquês de Pombal.
4713 (Obras ARS 131), f. 45	Carta ARS para RSC
4713 (Obras ARS 131), f. 81	Carta de ARS para Correia da Serra.
4713 (Obras ARS 131), f. 77 -77 v. ; <i>tb.</i> f. 103-103 v.	Carta de ARS para Cenáculo
4713 (Obras ARS 131), f. 107-108	Carta de ARS para Cenáculo
4713 (Obras ARS 131) , f. 116-117 v.	Carta de ARS para Cenáculo

4714 (Obras ARS 132), f. 96-102 v.	<i>Relação da vida do D^{or} António Ribeiro dos Santos compilada por ele mesmo. Memórias de mim.</i>
4714 (Obras ARS 132), f. 12	Textos sobre matemáticos portugueses.
4716 (Obras ARS 144), f. 110 e segs.	<i>Plano para a distribuição metódica dos livros...</i>
4726 (Obras ARS 144), f. 51-54	<i>Notas ao Regimento da Casa e Oficiais da Livraria da Universidade escritas pelo D^r António Ribeiro por ordem do Ex^{mo} e R^{mo} Principal Castro Reformador, Reitor.</i> Também sobre o Monetário Josep Fontenelle
4732 (Obras ARS 150)	Minuta carta de ARS para RSC (?)

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

ICONOGRAFIA
RESERVADOS, GAV. 8, PASTA I, Nº 32, 34, 36 – Biblioteca Casanatense

COLECÇÃO DE CÓDICES DA MANIZOLA	
Código - documento	Descrição
57	Inventário dos bens de Cenáculo feito após a sua morte
34 - 1	Sobre a administração de Pombal
81 - 6	Pastoral de Cenáculo
30 - 2	Pastoral de Cenáculo
509 - 3	Sobre a inauguração da Estátua Equestre
477	Estatutos das Reais Escolas de S. Vicente de Fora
87 - 1	Elogio fúnebre de Cenáculo
111 - 1	Carta de Cenáculo
432 - 2	Exame physico e historico
75 - 19	Oração do Museu
77 - 23	Oração da Academia pelo nascimento da Princesa

COLECÇÃO DE CÓDICES DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA	
Código	Descrição
CV 1 – 10 d.	S. JOSÉ, Joaquim de – <i>Diário do R^{mo} P. M. D^{or} Fr. Joaq^m de S. José na jornada q^e fez ao Cap^o G^{al} de Roma em 1750</i>
CXII 2-9 fl. 1	<i>1^a Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa por Manuel da Maia Engenheiro Mor do Reino.</i>
CXXVII 1-1, Docs. 32-43	Cartas de Ambrósio Joaquim José dos Reis para Cenáculo
CXXVII 1-3, doc. 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44	Cartas de ARS para Cenáculo
CXXVII 1-3, doc. 36	Carta de ARS para RSC
CXXVII 1-6, 1 ^o vol., Docs. 1001-1004	Correspondência de Cenáculo com Jean François Borel
CXXVII 1-6, 1 ^o vol., Docs. 1081-1086	Correspondência de Cenáculo com Cláudio Dubeux
CXXVII 1-7, Doc. 1424	Carta de D. João Carlos de Bragança para Cenáculo
CXXVII 1-11, Doc. 63	Correspondência de Cenáculo com Jean Joseph Dubeux
CXXVII 2-3	Cartas de Correia da Serra para Cenáculo
CXXVII 2-10, f. 170	Carta do Marquês de Ponte de Lima para Cenáculo
CXXVIII 1-1, doc. 3, 43, 67, 71, 82-3D, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 105, 196, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117	Cartas de Joaquim José da Costa e Sá para Cenáculo
CXXVIII 1-8, f. 171	Carta de Mayans y Siscar para Cenáculo, Valença, 6 Nov. 1773
CXXVIII 2-5: f. 56-63	SALGADO, Vicente – <i>Relação dos Factos que na sua simplicidade e verdade manifesta qualificam a boa administração da Província da Ordem Terceira da Penitência... ca 1777</i>
CXXVIII 2-5, f. 312-313	<i>Faz-se indispensável... 4 Julho 1773.</i>
CXXVIII 2-9	Correspondência vária de Cenáculo até 1789
CXXVIII 2-10, f. 109-109 v., 113-114, 116-118, 120,	Carta de Cenáculo para ARS
CXXVIII 2-10, f. 109 v. - 110 (datado 11 Out), 113 (datado 7 Out), 116-116 v. (s.d.),	Carta de ARS para Cenáculo
CXXIX 1-17, f. 231-237	Nomeação de Cenáculo para preceptor do Príncipe D. José Francisco
CXXIX 1-17, 1-18, 1-19, 1-20	Diário de Cenáculo

7.2 – Fontes impressas

Academia celebrada pelos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa no dia da solemne inauguração da Estátua Equestre del Rey Dom José Primeiro Nosso Senhor. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1775. 170 p., pag. var.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS - *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia das Sciencias, com beneplácito de S. M.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1780. 14 p.

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA - *Colecção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa...* Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph António da Silva, 1721-1736. 16 vol.

ALCOCHETE, Nuno Daupias d'

Ver

DAUPIAS, Nuno

ANDRADA, Ernesto de Campos de – *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824 revistas e coordenadas por...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. 295 p.

BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d' Algarve.* Ed. fac-similada. Apresentação Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Coimbra: Faculdade de Economia, 2004. 2 vol.

BARETTI, José – *Cartas familiares (XV a XXXVIII). Portugal em 1760.* Trad. Alberto Teles. Lisboa: Typ. Barata & Sanches, 1896. 118 p.: il.

BARETTI, Joseph – *A journey from London to Genoa through England, Portugal, Spain and France.* London: Printed for T. Davies, 1790. 4 vol.

BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha.* 3ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. 230, [1] p. (Portugal e os Estrangeiros).

BEZERRA, Manuel Gomes de Lima – *Os estrangeiros no Lima ou conversações eruditas (...).* Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1785-1791. 2 vol.

BLANKETT, John – *Letters from Portugal on the late and present state of that Kingdom.* London: J. Almon, [1777]. 66 p.

BODONI, Giambattista - *Manuale tipografico.* [s.l.: s.n.], 1788. [154, 30] p.

BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*. Éd. Établie par Roger Kann. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian: PUF, 1979. 398 p.: 1 mapa desd.

BOURDON, Léon – *José Correa da Serra ambassadeur du Royaume Uni de Portugal et Brésil a Washington 1816-1820*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1975. 668 p. (Fontes Documentais Portuguesas; 7).

BOURGOING, J. Fr. – *Voyage du Duc du Chatelet en Portugal...* 2 ed. Paris: Chez F. Buisson, 1801. 2 vol.

CARACCIOLI, Marquês – *Elogio histórico de Benedicto XIV*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1794. 61 p.

CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Trad., pref. e notas Castelo Branco Chaves. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989. 198 p. (Série Portugal e os Estrangeiros).

CARVALHO, Bonifácio Gomes de – *Oração fúnebre pronunciada nas exéquias solemnes que fez ao Ex^{mo}. e R^{mo}. Senhor D. Fr. Manoel do Cenáculo Villas-Boas Arcebispo de Évora (...)*. Lisboa: Na Officina de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1815. 58 p.

CENÁCULO, Manuel do – *Cuidados literários do Prelado de Beja em graça do seu bispado*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791. [6], 552, [2] p.

CENÁCULO, Manuel do – *Da história da lógica*. Texto estabelecido, traduzido e anotado por João Pereira Gomes. Lisboa: Edições Brotéria, 1958. 63, [1] p.

CENÁCULO, Manuel do – *Disposições do Superior Provincial para a Observância regular, e literária da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes Reinos feitas em os annos de mil setecentos sessenta e nove, e setenta*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1776. pag. variada (T. 1).

CENÁCULO, Manuel do – *Dissertação theologica, histórica, critica sobre a definibilidade do Mystério da Conceição Immaculada de Maria Santíssima pelo Padre Fr. Manoel do Cenáculo Doutor Conimbricense, e Lente de Prima em o Collegio de S. Pedro da Ordem Terceira da mesma Universidade*. Lisboa: Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1758. [18], X, 248, [38] p.

CENÁCULO, Manuel do – *Elogio fúnebre do Padre Fr. Joaquim de S. Joseph, Doutor Theologo Conimbricense, Definidor Geral da Religião Franciscana, e Provincial da Terceira Ordem de Portugal, etc. dado à luz por Joaquim Rodrigues Pimenta*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1757. [12], 24 p.

CENÁCULO, Manuel do – “As letras na Ordem Terceira de S. Francisco de Portugal”. Organização de J. H. Rivara. *O Panorama*. S. 2, 3 (1844) 133-135, 143-144, 151-152, 159-160, 177-179.

CENÁCULO, Manuel do – *Memória descriptiva do assalto, entrada e saque da cidade de Évora pelos Francezes, em 1808, impressa a expensas do Município em gratidão e lembrança do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas*. Évora: Minerva Eborense, 1887. 38 p.

CENÁCULO, Manuel do – *Memorias históricas, e appendix segundo à disposição quarta da colecção das disposições do superior provincial para a observância, e estudos da congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. 1794. pag. variada (T. 2).

CENÁCULO, Manuel do – *Memórias históricas do Ministério do Púlpito por hum religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1776. pag. variada.

CENÁCULO, Manuel do – [Notícias secretas, inéditas, e muito curiosas, da Junta reformadora da Universidade de Coimbra, extrahidas do Diário de D. Fr. Manoel do Cenáculo]. *O Conimbricense*. Coimbra. A. 23, nº 2328, 2329, 2330, 2331 (Nov. 1869).

CENÁCULO, Manuel do – *Oratio pro Aperiendis, initiandisve Totius Ordinis Fratrum Minorum Generalibus Comitibus Habita Ad SS. In Regali Conventu Valentiae die 15 Maii 1768 A. R. Adm. S. Emmanuele a Caenaculo Lectore Jub. Lusitaniae Provinciae Tertii Ordinis Ministro Provinciali Totius Ordinis Generali Deffinitore*. Valentiae: Ex Typog. Benedicti Monfort, Anno 1768. In 4^o

COX, Thomas – *Relação do Reino de Portugal 1701*. SOUSA, Maria Leonor Machado de, coord. Lisboa: Biblioteca Nacional 2007. 355, [3] p.

CROKER, Richard – *Travels through several provinces of Spain and Portugal*. London: Printed for the Author, 1799. VIII, 316 p.

DAUPIAS, Nuno – *Humanismo e diplomacia. Correspondência literária de Francisco José Maria de Brito com Dom Frei Manuel do Cenáculo (1789-1804)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1976. XVI, 133 p., [23] il.

DE BURE, Guillaume-François – *Bibliographie instructive ou Traité de la Connoissance des livres rares et singuliers*. Paris: Chez De Bure, Le Jeune: 1763-1768. 7 vol.

ERICEIRA, 4^o Conde da - *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4^o Conde da Ericeira (1731-1733)*. Apresentado e anotado por Eduardo Brazão. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943. 215 p.

FARIA, António de Portugal de – *Portugal e Itália: ensaio de Dicionário Bibliographico*. Leorne: Typ. Raphael Giusti, 1898. 2 vol.

FARIA, Manuel Severim de – *Notícias de Portugal*. Introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço Vaz. Lisboa: Colibri: Escola Secundária Severim de Faria, 2003. 316 p.

FARINHA, Bento José de Sousa – *Colleçam das Antiquidades de Evora* escriptas por Andre de Resende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaço, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria. Lisboa : Na Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785.

FERRÃO, António – *O segundo Duque de Lafões e o Marquês de Pombal (subsídios para a biografia do fundador da Academia das Ciências)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1935. 186 p.

FIGUEIREDO, António Pereira de – *Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incendio de Lisboa*. De que foy testemunha ocular seu Autor António Pereira... Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, 1756. 29 p.

FIGUEIREDO, António Pereira de – *Parallelo de Augusto César e de Dom José o Magnânimo Rey de Portugal*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1775. 35, [1] p.

FIGUEIREDO, António Pereira de – *Portuguezes nos concílios geraes: isto he, relação dos embaixadores, prelados e doutores portuguezes que tem assistido nos concílios geraes do Occidente desde os primeiros lateranenses até o novíssimo tridentino*. Lisboa: Na officina de António Gomes, 1787. 134, [2], 10 p.

FIGUEIREDO, António Pereira de – *Princípios da história ecclesiastica...*Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, 1765. 2 t. em 1 vol.

GOETHE, Johann Wolfgang - *Viagem a Itália*. Trad. João Barrento. Lisboa: Relógio d'Água, cop. 2001. XXIX, 515, [4] p.: il.

GORANI, Giuseppe – *Portugal: a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. 321, [1] p.: il.

GORDO, Joaquim Ferreira – “Memórias do Doutor António Ribeiro dos Santos, lente que foi da Faculdade de Cânones, na Universidade de Coimbra, e Colegial do Real Colégio das Ordens Militares coligidas e relatadas por Joaquim Ferreira Gordo”. Códices 828 e 6794 da BN. Traslado e notas de João Palma Ferreira. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 1, nº 1 (1981), p. 159-173.

HOFFMANNSEGG, Conde de; LINK, Heinrich Friedrich - *Flore portugaise ou description de toutes les plantes qui croissent naturellement en Portugal avec figures colorées, cinq planches de terminologie et une carte*. À Berlin : De l'imprimerie de Charles Frédéric Amelang, 1809-1920. 2 vol. ([8], 458 p., 70 grav.) ([6], 128, grav. 71-80) : il., grav. color.

Instrucçoens para os professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rethorica, ordenadas, e mandadas por El Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas

novamente fundadas nestes Reinos, e seus Domínios. Lisboa: Na Offic. de Miguel Rodrigues, 1759. 17 p.

JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA - *Compendio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados.* Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1772. XX, [2], 503 p. (1ª ed. 1771)

JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, compil. - *Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei Dom José I Nosso Senhor pela Junta de Providência Literaria (...).* Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1772. 3 vol.

LE GALLOIS, Pierre – *Traité des plus belles bibliothèques de l'Europe (...).* A Paris: Chez Estienne Michallet, 1680. 210, [28] p.

LEMOS, Francisco de – *Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente em 2 de Fevereiro de 1811.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899. 68 p.

LEMOS, Francisco de – *Relação Geral do Estado da Universidade desde o Princípio da Nova Reformação até o Mez de Setembro de 1777 para ser presente à Rainha...* Ed. fac similada. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1980. 270 p.
Centenário da Reforma Pombalina, 2º.

LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha.* Trad., introd. e notas Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005. XXVIII, 304, [3] p., 1 mapa desd.

MASCARENHAS, José Freire de Monterroio – *Noticia abreviada da doença, morte e enterro de Nosso Santíssimo Padre o Papa Benedicto XIV de glorioza recordaçam...* Lisboa: Na Officina de Pedro Ferreira, 1758. 16 p.

MENESES, Francisco Xavier de, 4º Conde da Ericeira

Ver

ERICEIRA, 4º Conde da

MENESES, Inácio de Sousa e – *Memorias históricas do...Príncipe da Beira...* Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1745. 51 p.

MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – *Collecção systematica das leis e estatutos por que se tem governado a Academia das Sciencias de Lisboa, desde o seu estabelecimento até ao tempo presente. Mandado imprimir por Resolução da Assembleia Extraordinária de Effectivos de 13 de Junho de 1812, para ser distribuída por todos os Sócios; e segunda vez approvada e mandada publicar, do mesmo modo põe que foi compilada, por determinação da Assembleia de Conselho de 12 de Janeiro de 1815.* Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1822. 76 p.

MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – “Elogio histórico do Excellentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Manoel do Cenáculo Arcebispo de Évora”. *Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. T. 4, parte 1 (1815), p. LXIII – CVIII.

MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – *Memórias de...começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824*. Revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrada. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. 298 p.

MURATORI, Ludovico António - *Annali d' Itália dal principio dell' Era Volgare fino all' Anno MDCCL*. Compilati da Lodovico António Muratori Bibliotecário del Sereníssimo Duca di Modena (...). Reimpressão. Roma: Nella Stamperia degli Eredi Barbiellini, 1752-1754. 5 vol. (1ª ed. 1738, Milão)

MURATORI, Ludovico Antonio - *Relation des missions du Paraguai*. Traduite de l' Italien de M. Muratori. A Paris: Chez Bordelet, 1754. XXIV, 402 p.; 1 mapa desd.

MURPHY, James – *A general view of the state of Portugal, containing a topographical description thereof*. London: Printed for T. Cadell Jun., 1798. VI, [2], 272, IX-XI, [1] p.: 15 grav. e 1 mapa.

MURPHY, James – *Travels in Portugal through the provinces of Entre Douro e Minho in the years 1789 and 1790*. Illustrated with plates. London: Printed for A. Strahan and T. Cadell Jun and W. Davies, 1795. XII, 311 p.: il., 22 grav.

NAUDÉ, Gabriel – *Advis pour dresser une bibliotheque presenté à Monseigneur le President de Mesme*. Seconde edition reneué corrigée & augmentée. Paris: Rolet Le Duc, 1644. [8], 164 p. (1ª ed. 1627).

PADILHA, Pedro Norberto d'Aucourt e – *Memorias históricas geográficas e políticas observadas de Pariz a Lisboa*. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1746. [39], 323, [7] p.

PECCHIO, Joseph – *Six mois en Espagne. Lettres de ...*Trad. Léonard Gallois. Paris: Chez Alexandre Corréard, 1822. 189 p.

POMBAL, Marquês de - *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal Ministro e Secretario d' Estado d' El-Rei D. Joze I com o epítome da vida deste Ministro e ornado do seu retrato*. Lisboa: Na Typ. de Desiderio Marques Leão, 1823-1824. 3 vol. (Vol. 1 e 2, 2ª ed.).

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros. Trad., pref. e notas Castelo Branco Chaves. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989. 281, [12] p. (Série Portugal e os Estrangeiros).

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Alvará de 30 Julho 1795* [sobre a impressão de livros]. 23 p.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Alvará de 29 Fevereiro 1796* [sobre a criação da Real Biblioteca Pública da Corte].

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Alvará de 4 Fevereiro 1802* [sobre as funções supletivas da Real Biblioteca Pública da Corte em relação à Academia Real da História].

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - *Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o Feliz Reinado del Rei Fidelíssimo D. José o I.* Lisboa : Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797-[1808]. 8 vol.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Legislação sobre a remessa de um exemplar de todas as obras impressas... para a Bibliotheca Nacional de Lisboa. Alvará de 12 Setembro 1805.*

PRADO, Fr. João de S. José do – *Monumento sacro da fabrica, e solemnissima sagração da Santa Basílica do Real Convento, que junto à vila de Mafra dedicou a N. Senhora e Santo Antonio a Magestade Augusta do Maximo Rey D. João V escrito por (...) Religioso da Província de Arrábida, e primeiro Mestre das Cerimónias da dita Basílica.* Lisboa : Na Officina de Miguel Rodrigues, 1751. 152 p., 3 il. desd.

PUCCINELLI, Placido – *Raccolta d' opuscoli curiosi ed interessanti intorno gli affari presenti di Portogallo.* Lugano: Nella Stamperia Privilegiata della Suprema Superiorita Elvetica, 1760. 5 vol.

QUIRINI, Angelo Maria – *Liber singularis de optimorum scriptorum editionibus...* Lindangiae [Lindav]: Impensus Jacobi Ottonis, 1761. 266, [10] p.

REAL MESA CENSÓRIA - *Collecção dos editaes que se tem publicado pela Real Meza Censória, erecta por El Rey Fidelíssimo D. José I Nosso Senhor, pelos quaes prohibe vários livros. Desde 10 de Junho de 1768 até 6 de Março de 1775.* Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1775. [90] f.

RESENDE, André de – *Historia da antiguidade da cidade de Évora* facta per meestre Andree de Reesende. Terceira edição fielmente copiada da segunda, que se fez em Évora em 1576, a qual foy ainda emendada pelo mesmo autor. Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1783. [105] p.

RESENDE, Marquês de – *Elogio histórico de José de Seabra da Silva, antigo Ministro dos Negócios do Reino ...* Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1861. 72, [1] p.

RIBEIRO, João Pedro – “Cartas de J. P. Ribeiro ao Arcebispo Cenáculo”. *Boletim de Bibliografia Portuguesa.* Coimbra. Vol. 1, 1 (Jan 1879), p. 9-14; vol. 1, 2 (Fev 1879), p. 33-36; vol. 1, 4 (Abr 1879), p. 68-72; vol. 1, 5 (Maio 1879), p. 90-92; vol. 1, 6 (Jun 1879), p. 107-108; vol. 1, 7 (Jul 1879), p. 120-123; vol. 1, 8 (Ago 1879), p. 207-212.

RIBEIRO, João Pedro - *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo...* Lisboa: Na Impressão Regia, 1819. 179 p. (Contém Additamentos...28 p.).

RIBEIRO, João Pedro - *Observações históricas e criticas para servirem de memórias ao systema da diplomática portugueza ...Parte I.* Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1798. [12], 152, [1] p.

RIBEIRO, João Pedro – *Reflexões históricas.* Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1935-1936. 2 vol.

RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798-1802.* Trad. António Feijó; pref. e notas Castelo Branco Chaves. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981. 406 p. (Série Portugal e os Estrangeiros).

SALGADO, Vicente – *Compendio histórico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal.* Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793. 230 p.

SALGADO, Vicente – *Memorias ecclesiasticas do Reino do Algarve offerecidas ao Ex^{mo} e R^{mo} Senhor Bispo de Beja.* Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1786. [31], 316, [1] p.

SALGADO, Vicente – *Origem, e progresso das línguas orientaes na Congregação da Terceira Ordem de Portugal offerece ao Ex^{mo} e R^{mo} Senhor Bispo de Beja do Conselho de Sua Magestade.* Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1790. 93 p.

SANTA THERESA, Francisco Xavier de – *Elogio fúnebre, histórico, e chronologico, que nas exéquias do Excelentíssimo...Senhor Bispo do Porto D. Fr. Joseph Maria Ribeiro da Fonseca e Évora...*Lisboa: na Officina dos Herdeiros de António Pedrozo Galram, 1753. [10], 36 p.

SARAIVA, Cardeal – *Obras completas.* Introd. Marquez de Resende; ed. lit. António Correia Caldeira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1883. 10 vol.

SILVA, Joaquim Carneiro da – *Breve tratado theorico das letras typograficas, offerecido a Sua Alteza Real O Principe Regente Nosso Senhor.* Lisboa : Regia Officina Typografica. 1803[4], 18 p., [8] f. il. : il

SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da casa real portuguesa.* Nova ed. ver. Manuel Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1946-1955. 26 vol. (1ª ed. 1735-1749)

SOUSA, Frei Luís de – “História de S. Domingos”. Parte 1ª, Livro 6º, Cap. 12º. 1623. In SARAIVA, Cardeal - *Memoria histórica sobre as obras de Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria vulgarmente chamado da Batalha.* 1872 (Obras Completas; vol. 1: 271-342).

SOUTHEY, Robert – *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*. Bristol: Joseph Cottle, 1799. XX, 551 p.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo – “Elogio histórico de Fr. João de Sousa”. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. T. 4, parte 1 (1815), p. LIX-LXII.

TWISS, Richard – *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*. London: Printed for the Author, 1775. [8], 465, [6] p., [1] mapa: il.

VASCONCELOS, José Leite de – *Discurso da inauguração do Museu do Cenáculo em Beja em 1791: notícia extrahida de um manuscrito*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898. 7 p.
Sep. *Archeologo Portuguez*. Lisboa. Nº 4.

VELEZ, António José da Costa – *Elogio fúnebre do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Fr. Manoel do Cenáculo Villas-Boas, Arcebispo Metropolitano d’Evora pregado nas solemnes exéquias, celebradas na sua Igreja Cathedral, em 10 de Março de 1814*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1815. 38 p.

VERNEY, Luís António – *Verdadeiro método de estudar*. Org. António Salgado Júnior. Lisboa : Sá da Costa, imp. 1949-1953. 5 vol. (Clássicos Sá da Costa).

VILLAS BOAS, D. Frei Manuel do Cenáculo
Ver
CENÁCULO, Manuel do (tb. 7.1)

CAPÍTULO 8 – BIBLIOGRAFIA

8.1 – Obras de referência

AIRES, Cristóvão – *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. 544 p.

BARBOSA, Ignacio de Vilhena – “Bibliothecas. Sua origem e progressos em Portugal até ao fim do século XVIII”. In *Estudos históricos e archeologicos*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1874. T. 1, p. 85-117.

BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Lisboa : Typ. da Academia Real das Sciencias, 1892-1902. 4 t. (t. 3, 1898).

BRANDÃO, Mário; ALMEIDA, Manuel Lopes de – *A Universidade de Coimbra*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1937. 227, 134 p.: [19] est.

CASTELO BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo – *Estudos biographicos ou notícia das pessoas retratadas nos quadros históricos pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Na Loja do Editor F.A. da Silva, 1854. [4], LXXVI, 317, [12] p.

CASTILHO, Júlio de – *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. 3ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1956.

CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. 3 vol.

CONCEIÇÃO, Cláudio da – *Gabinete histórico que a Sua Magestade Fidelíssima o Senhor D. João VI em o dia de seus felicíssimos anos 13 de Maio de 1818 offerece...* Lisboa: Na Impressão Régia, 1818-1831. 17 vol.

FARIA, António de Portugal de – *Portugal e Itália. Ensaio de dictionario bibliographico*. Leorne: Typographia de Raphael Giusti, 1898-1926. 5 vol.

FERREIRA, João Palma – *Academias literárias dos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982. 160 p

JOLLY, Claude, dir. – *Les bibliothèques sous l’Ancien Régime 1530-1789*. Paris: Promodis-Éd. Cercle de la Librairie, 1988. 547, [3] p.: amplamente il. (Histoire des bibliothèques françaises).

RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton (...) sobre occurrencias do seu tempo em Portugal durante o lapso de sesenta e tres annos e meio alias de Maio de 1747 a Setembro de 1810 que rezidio em Lisboa acompanhadas de algumas reflexoens suas, para informaçoens de seus proprios filhos. Com documentos no fim*. Londres: Impresso por H. Bryer, 1813. 450, [12] p.

RESENDE, André de – *As antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário R. M. Rosado Fernandes. Estabelecimento do texto latino Sebastião Tavares de Pinho. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 502 p. (Portugaliae Monumenta Neolatina; 3).

RIBEIRO, José Silvestre – *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914. 170, [1] p. (Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal; 19 Inédito, org. Álvaro Neves).

RIBEIRO, José Silvestre - *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1872-1893. 18 vol.

RIBEIRO, José Vitorino – *A Imprensa Nacional de Lisboa*. Subsídios para a sua história 1768-1912. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912. 176, [3] p.

SORIANO, Simão José da Luz – *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política daeste reino desde 1777 até 1834*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1866-1890. 19 vol. (vol. 2).

8.2 – Dicionários, enciclopédias, catálogos e inventários

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Catálogo de manuscritos: série vermelha*. Lisboa: ACL, 1978-1986.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Catálogo de manuscritos: série azul*. Disponível *online*.

ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando B. Malheiro da – “Inventário do Fundo Monástico-Conventual do Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho”. *Itinerarium: Revista Quadrimestral de Cultura*. Braga. Vol. 31 (Jan-Ago 1985), p. 121-122.

AULETE, F. J. Caldas – *Diccionario contemporâneo da língua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. XXIII, [7], 1909 p.

AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. – *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. 4 vol.

BARATA, Paulo J. S., introd., catal. e índices – *Catálogo da Colecção de Códices: COD. 851-1500*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. 423 p.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA – *Fundo da Manizola*. [s. l.: s. n., s. d.].

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...* Coimbra : no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA. GILL – *350 títulos para a história do livro e da leitura em Portugal*. [Lisboa]: GILL, 1996. 13 p.
Policopiado.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina, 2008. 1287 p.

FERREIRA, Teresa A. S. Duarte, introd., catal. e índices – *Catálogo da Coleção de Códices: COD. 12888-13292*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999. 207 p.

FOUCHÉ, Pascal [et al.], dir. – *Dictionnaire encyclopédique du livre*. [Paris]: Cercle de la Librairie, 2002-2011. 3 vol.: il.

GARCIA, Maria Madalena A. de Moura Machado; MARTINS, Lígia de Azevedo, org. – *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1996. 445, [1] p. (Fundos da Biblioteca Nacional).

GHISALBERTI, Alberto, dir. – *Dizionario biografico degli italiani*. Roma: Istituto della Enciclopédia Italiana, 1960 - . 39 vol.

GONÇALVES, Paula; CURTO, Diogo Ramada, coord. – *Bibliografia da história do livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. 213 p. (Estudos BN).

GUSMÃO, Armando Nobre de, dir. – *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1944-1956. 6 vol.

HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Salles – *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003. 3 vol.

INOCÊNCIO Francisco da Silva

Ver

SILVA, Inocência Francisco da

LEMOS, Maria Luísa – *Secção de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Inventário sumário*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. 72 p.
Sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Vol. 31.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica*. Lisboa Occidental : na Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741-1759. 4 vol. : il.

MACHADO, Diogo Barbosa – “Fr. Joachim de S. Joze Pimenta”. In *Bibliotheca Lusitana*. Ed. facsimilada. Coimbra: Atlântida Editora, 1966, vol. 2, p. 554.

MACHADO, Diogo Barbosa – “P. Manoel de Azevedo”. In *Bibliotheca Lusitana*. Ed. facsimilada. Coimbra: Atlântida Editora, 1966, vol. 3, p. 185-186.

MARTINS, Lígia de Azevedo [et al.] – *Guia preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1994. 351 p.

MONIZ, José António, org. – *Inventário. Secção XIII – Manuscriptos (COD 1-739)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1896. [208] p.

MORAES SILVA, António de

Ver

SILVA, António de Moraes

MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – “Catálogo das obras do Senhor Arcebispo de Évora”. *Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. T. 4, parte 1 (1815), p. CIX- CXX.

PEREIRA, José Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*. Lisboa: João Romano Torres, 1915. 7 vol.: il.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, org. – *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1850-1871. 4 vol.

SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1968. 4 vol.: il.

SILVA, António de Moraes - *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa : na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 vol.

SILVA, Inocêncio Francisco da – “Antonio Ribeiro dos Sanctos”. In *Diccionario bibliographico portuguez. Estudos applicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1858, t. 1, p. 247-256.

SILVA, Inocêncio Francisco da – “Bento José de Sousa Farinha”. In *Diccionario bibliographico portuguez. Estudos applicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, t. 1, p. 346-349.

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez. Estudos applicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. 23 vol.

SILVA, Inocêncio Francisco da – “Frei Manuel do Cenáculo”. In *Diccionario bibliographico portuguez. Estudos applicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, t. 5, p. 389-396.

SILVA, Inocêncio Francisco da – “Resenha das obras nacionaes e estrangeiras (...)”. In *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de ... applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, t. 1, p. XXXV-LIII

“VILAS BOAS, D. Fr. Manuel do Cenáculo”. In PEREIRA, José Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*. Lisboa: João Romano Torres, 1915, Vol. 7, p. 618-620.

8.3 – Bibliografia geral

AIRES, Cristóvão – *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910. 60 p.

ALBUQUERQUE, Luís de – “*O Reino da estupidez*” e a reforma pombalina. Coimbra: Atlântida, 1975. 133 p. (Textos Vértice de Cultura Portuguesa).

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mousinho de – *Memória inédita acerca do edificio monumental da Batalha*. Lisboa: Tipografia Leiriense, 1854. 47 p.

ALMEIDA, Luís Ferrand de – “D. João V e a Biblioteca Real”. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Vol. 36 (1991), p. 413-430.

ALMEIDA, Manuel Lopes de – “A propósito de Bento José professor de Filosofia em Évora”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Vol. 17 (1947), p. 609-623.

ALMEIDA, Rodrigo Vicente de – “Subsídios para a história do professorado em Portugal: Bento José de Sousa Farinha e seus escriptos”. *Revista de Educação e Ensino: publicação mensal ilustrada*. Leça da Palmeira. A. 15, nº 11-12 (1900), p. 314-327.

AMADO, Tereza – “A ideia de saber na constituição da modernidade: os livros e a sua ordem.” *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 3, nº 2 (Out. 1997-Abr. 1998), p. 35-53.

AMADO, Tereza – *A Língua do Ver na Espanha dos Áustrias: criação de memória e fixação de ideais*. Évora: Universidade de Évora, 1997. 4 vol. : il.
Tese de Doutoramento.

AMARAL, Ilídio do – *As Bíblias e outras raridades das colecções de Frei Manuel do Cenáculo. Da sua existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Colibri, 2012. 83 p.; [3] il.

AMARAL, Teresa – “Os livros proibidos da Biblioteca do Convento de Mafra”. In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais. Actas do II e III Encontro Nacional*.

Moscavide: Secretariado Nacional para os Bns Culturais da Igreja, 2013, p. 156-161 (157).

ANDRADE, António Alberto Banha de – “Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII (no 3º centenário da morte de Descartes)”. *Brotéria*. Lisboa. Vol. 51, nº 5 (Nov. 1950) 22 p.

ANDRADE, António Alberto Banha de - “A filosofia das Escolas Menores Oficiais”. *Brotéria*. Lisboa. Vol. 45, nº 1 (1947), p. 19-37.

ANDRADE, António Alberto Banha de – “Pombal e os Oratorianos”. *Brotéria: revista contemporânea de cultura*. Lisboa. Vol. 77, nº 4 (1963), p. 294-306.

ANDRADE, António Alberto Banha de – “Processo pombalino contra os Oratorianos”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 1 (1969), p. 250-296.

ANDRADE, António Alberto Banha de – *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1966. 760 p. (Acta Universitatis Conimbrigensis).

ANDRADE, António Alberto Banha de – *Vernei e a filosofia portuguesa. No 2º Centenário do aparecimento do Verdadeiro Método de Estudar*. Braga: Livraria Cruz, 1946. 386, [1] p. (Critério. Estudos de História da Filosofia Portuguesa).

ANDRADE, António Alberto Banha de – *Verney e a projecção da sua obra*. Amadora: Livraria Bertrand, 1980. 114 p. (Biblioteca Breve; 49).

ANSELMO, Artur – *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997. 189, [2] p.

ANSELMO, Artur - “Fronteiras da história do livro”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa. S. 2, nº 9 (1997), p. 15-22.

ANSELMO, Artur – *Livros e mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002. 191, [1] p.: il.

ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina a propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 4, t. 2 (1982), p. 143-197.

ARAÚJO, Ana Cristina – “As ciências sagradas na cidadela da razão”. In ARAÚJO, Ana Cristina, coord. - *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 71- 93.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – « Cosmopolitisme et diffusion des Lumières au Portugal au dix-huitième siècle ». In *Philosophy, its expansion into society*. [s.l.: s.n., 1989], p. 568-571.

Separata.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 126 p. (Temas de História de Portugal).

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – “Livros de uma vida. Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 20 (1999), p. 149-185.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, coord. - *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. 315, [2] p.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de [et al.], org. – *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*. Lisboa: Horizonte, 2007. 495 p.

ARAÚJO, Hermínio – “A Família Franciscana em Portugal das origens ao início do século XXI”. *Brotéria*. Lisboa. Vol. 162 (2006), p. 83-91.

ARAÚJO, Joaquim de – “Leonor da Fonseca Pimentel e as suas relações com Portugal”. In FARIA, António de Portugal de – *Portugal e Itália: ensaio de Dicionário Bibliographico*. Leorne: Typ. Raphael Giusti, 1898. 2 vol.

ARRIAGA, José de – *A filosofia portuguesa 1720-1820. História da Revolução Portuguesa de 1820. Movimento intelectual*. Pref. e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 1980. 205 p.

ASKINS, Arthur; SOBRAL, Cristina; ALMEIDA, Isabel – *Examinar os manuscritos das livrarias particulares. Obra do Conde de Ericeira*. [Lisboa]: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012. 214 p.

AUGUSTO, Sara – “Peregrinações. Roma e Santiago de Compostela”. In CRISTÓVÃO, Fernando, coord. – *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Coimbra: Almedina: Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002, p. 83-125.

AZEVEDO, João Lúcio de – *O Marquez de Pombal e a sua época*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1909. 475, [2] p.

AZEVEDO, Pedro de – “Arquivo Nacional”. In A reorganização da Biblioteca Nacional de Lisboa de 18 de Março de 1911, p. 178-184. *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. S. 1, vol. 1 (1910-1914), p. 177-199.

BAIÃO, António - *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929. 36 p.

BAIÃO, António – *A infância da Academia (1788-1794). Visita aos arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*

Publicada e largamente prefaciada por António Baião. Lisboa: Academia das Ciências, 1934. 213 p.

BALAYÉ, Simone – “La naissance de la Bibliothèque du Roi 1490-1664”. In *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques sous l’Ancien Régime 1530-1789*. Paris : Promodis-Éd. Cercle de la Librairie, 1988, p. 77-83.

BARAJAS SALAS, Eduardo – “Cartas de Académicos de la Historia al Obispo de Beja, Frei Manuel do Cenáculo”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. Vol. 191 (Sep.-Dic. 1994), p. 517-561.

BARAS ESCOLÁ, Fernando – “Política e historia en la España del siglo XVIII: las concepciones historiográficas de Jovellanos”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. Vol. 191 (Mayo-Ago. 1994), p. 295-385.

BARATA, António Francisco – *Catálogo do Museu Archeológico da Cidade de Évora Anexo de sua Bibliotheca*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. 94 p.

BARATA, António Francisco – *Esboços chronologico-biographicos dos arcebispos da Igreja de Évora*. Coimbra : Imprensa Literaria, 1874. 86, [1] p.

BARATA, António Francisco – *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades com os esboços chronologico-biographicos dos bispos e arcebispos d’ella*. 2ª ed. correcta. Évora: Minerva Commercial, 1903. 144, [1] p.: 1 estampa.

BARATA, António Francisco – *Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principaes monumentos*. Segunda edição. Évora : Typographia Minerva, 1881. 37, [3] p.

BARATA, Paulo J. S. – “As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime.” *Análise Social*. Lisboa. Vol. 40, nº 174 (2005), p. 37-63.

BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. 413, [10] p. Tese de Mestrado, Universidade Aberta.

BARBIER, Frédéric – *Histoire du livre*. Reimpr. Paris: Armand Colin, 2001. 304 p

BARBIER, Frédéric – *Le rêve grec de Monsieur de Choiseul. Les voyages d’un Européen des Lumières*. Paris: Armand Colin, 2010. 302 p.: il.

BARBIER, Frédéric – “Vienne et la Grèce. Notes de lecture ». *Revue Française d’histoire du livre*. Bordeaux. Vol. 77, nº 98-99 (1998), p. 111-140.

BARBIER, Frédéric, dir. – *L’ Europe et le livre : réseaux et pratiques du négoce de librairie: XVI-XIX siècles*. Postface Roger Chartier. Paris: Klincksieck, 1996. 655 p.

BARBIER, Frédéric; MONOK, István, ed. – *Les bibliothèques centrales et la construction des identités collectives*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2005. 342 p.

BARBIER, Frédéric [et al.], ed. – *Le livre et l'historien. Études offertes en l'honneur du Professeur Henri-Jean Martin*. Paris: Droz, 1997. XII, 817, [10] p.

BARBOSA, David Sampaio Dias – “Nunciatura de Lisboa”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. – *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 310-318.

BARBOSA, Ignacio de Vilhena – “Introdução”. In SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *Noções elementares de archeologia (...)*. Lisboa: Lallemand Frères, 1878, [15] p.

BARGHAHN, Barbara von; JORDAN, Annemarie – “The Torreão of the Lisbon Palace and the Escorial Library: an artistic and iconographic interpretation”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 22 (1986), p. 25-114.

BARRET-KRIEGEL, Blandine – *Les académies de l'histoire*. Paris: PUF, 1988. 350, [1] p.

BARRET-KRIEGEL, Blandine – *La défaite de l'érudition*. Paris: PUF, 1988. 368, [3] p.

BELO, André – *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001. 139 p. (Estudos e Investigações; 21).

BELO, André – *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 113, [3] p.

BELO, André – *Nouvelles d'Ancien Regime. La Gazeta de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. Rennes: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005. 364 p.

Tese de Doutoramento, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Rennes.

BELO, André – “Nouvelles imprimées et nouvelles manuscrites dans le Portugal du XVIII^e siècle : le caractère social de l'information ». *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris. Vol. 49 (2005), p. 137-146.

BETHENCOURT, Cardozo de – “Advertência”. *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. 1^a Série, vol. 1 (1910-1914), p. XIX.

BETHENCOURT, Cardozo de – *A bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Nota summaria*. Pref. Christovam Ayres. Lisboa: Typographia da Academia, 1909. 31 p.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, org. – *A memória da nação. [Actas]*. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro 1987. Lisboa: Sá da Costa, 1991. 536 p.

BETHENCOURT, Francisco and EGMOND, Florike, ed. - *Correspondence and cultural exchange in Europe 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 374 p.: il. (Cultural Exchange in Early Modern Europe; vol. 3).

BIAGIOLI, Mário – *Galileu, cortesão. A prática da ciência na cultura do absolutismo*. Porto: Porto Editora, 2003. VI, [2], 423 p. ; il. (História e Filosofia da Ciência).

BICKER, João - *Manual tipográfico de Giambattista Bodoni*. Coimbra: Almedina, 2001. 144 p.: 1 estampa.

BIKER, Julio Firmino Judice – *O Marquez de Pombal. Alguns documentos inéditos*. Lisboa: Typographia Universal, 1882. 50 p.

BLOCH, Marc – *Introdução à história*. [Lisboa] : Publicações Europa-América, 1965. 179 p. (Saber : Secção VII – História, Geografia ; 59).

BONNANT, George – « L'imprimerie à Genève du XV au XVIII siècle et le commerce des libraires genevois avec le Portugal. » *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. A. 2, nº 5 (Jan.- Mar. 1956), p. 1-16.

BOURDON, Léon – « José Correa da Serra ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington 1816-1820 ». Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. XVIII, 668, [1] p. : il. (Fontes Documentais Portuguesas ; VII).

BOURDON, Léon – “Relations littéraires portugaises de Juan Bautista Muñoz (1784-1799) ». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 8 (1974), p. 405-536.

BOUZA ALVAREZ, Fernando J. - *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001. 359 p. (Historia Estúdios).

BOUZA ALVAREZ, Fernando J. – “Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. Nº 9-10 (Outono 2001-Primavera 2002), p. 63-95.

BRANDÃO, Maria de Fátima; FEIJÓ, Rui Graça – “O discurso reformador de Mouzinho da Silveira”. In REIS, Jaime; MÓNICA, Maria Filomena; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. - *O século XIX em Portugal: comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais Novembro 1979*. Lisboa: Presença: Gabinete de Investigações Sociais, 1981, p. 267-288.

BRAUDEL, Fernand – *Escritos sobre a História*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. 227 p.

BRAUDEL, Fernand – *As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível*. Lisboa: Teorema, 1979. 544, [4] p. (Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII; t. 1).

BRIGOLA, João Carlos Pires – “Coleccionismo e “anticomania” – a actividade museológica de Frei Manuel do Cenáculo (1750-1814)”. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. Évora. S. 2, nº 4 (2000), p. 249-263.

BRIGOLA, João Carlos Pires, introd. e coord. ed. – *Coleccionismo no século XVIII: textos e documentos*. Porto: Porto Editora, 2009. 117 p. (Ciência e Iluminismo; 4).

BRIGOLA, João Carlos Pires – “Colecções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900)”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. Nº 3 (Outono 1998), p. 153-164.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. 614 p. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

BRIGOLA, João Carlos Pires - “Frei Manuel do Cenáculo – semeador de bibliotecas e de museus. O conceito de biblioteca-museu na museologia setecentista”. In *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*. Coord. Francisco A. Lourenço Vaz e José António Calixto. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 47-55.

BRIGOLA, João Carlos Pires - “Um mecenas com projectos, um intelectual culto, informado e aberto ao mundo (Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) – uma figura inspiradora)”. *Diário do Sul*. Évora (29 Junho 2009), p. 6.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Os viajantes e o “livro dos museus”. As colecções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros (1700-1900)*. Porto: Dafne Editora: Chaia/Universidade de Évora, 2010. 228, [2] p.

BRITO, Gomes de – “Memória sobre o estado dos Estudos Menores em Portugal em 1799, pelo Prof. Francisco José dos Santos Marrocos”. *Revista de Educação e Ensino: publicação mensal ilustrada*. Leça da Palmeira. Vol. 7 (1892), p. 433-440.

BRITO, Joaquim Pais de – “Um museu desencadeia imaginários que podem ajudar-nos a melhor entender as coisas”. *Expresso-Actual*. Lisboa (23 Fev. 2013), p. 34-35.

BRITO, Joaquim Pais de - “O museu, entre o que guarda e o que mostra”. In SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira, coord. – *Museus, discursos e representações*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 149-161.

BRITO, Joaquim Pais de – “Museu, memória e projecto”. In PORTELA, José; CALDAS, João Castro, org. - *Portugal chã*. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 265-277.

BRITO, Joaquim Pais de - “Patrimónios e identidades. A difícil construção do presente”. In PERALTA, Elsa e ANICO, Marta, org. - *Património e identidades. Ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006, p. 43-51.

BUESCU, Ana Isabel – “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem”. In *Memória e poder. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, 29-48 (Cosmos História; 26).

BUESCU, Ana Isabel – *Memória e poder. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Cosmos, 2000. 180 p. (Cosmos História; 26).

BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – “O Norte e o Sul na Europa iluminista: um aspecto da geografia cultural no século XVIII”. *Revista de história económica e social*. Lisboa. Nº 19 (Jan. – Abr. 1987), p. 77-93.

BUESCU, Ana Isabel – “O Peregrino Instruído. Viagem e poder na Europa setecentista”. In *Memória e poder. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 109-133 (Cosmos História; 26).

BURKE, Peter – « Cadrer la Renaissance ». In *La Renaissance européenne*. Paris: Editions du Seuil, 2000, p. 9-27 (Histoire; 310).

BURKE, Peter, ed. - *Formas de hacer historia*. Version española de José Luis Gil Aristu. Reimpr. Madrid : Alianza Editorial, 1994. 313 p.

CABRAL, Maria Luísa – *Até Roma: uma viagem com devoção, longa e árdua. Diário de Frei Joaquim de S. José em 1750*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2011. 207 p., 1 mapa desd.: il.

CABRAL, Maria Luísa – “Uma jornada de Lisboa a Roma: leitura e interpretação de um manuscrito setecentista: a journey between Lisbon and Rome: reading and interpretation of an eighteenth century manuscript”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa. S. 2, vol. 28 (2011), p. 89-102.

CABRAL, Maria Luísa – “O valor intemporal de um manuscrito setecentista revisitado: o Diário de Frei Joaquim de S. José”. In *Actas do Colóquio Arte & Viagem*, Lisboa, FCSH/IHA, 15-16 Out. 2012. Lisboa: IHA, 2012, p. 63-75.

CAEIRO, Francisco da Gama – “Cenáculo”. In CIDADE, Hernâni, dir. – *Os grandes portugueses*. Lisboa : Arcádia, 1962, vol. 2, p. 189 – 199.
Tb. In *Dispersos*. Vol. 1 – *Cultura e filosofia portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 501-512 (Estudos Gerais. Série Universitária).

CAEIRO, Francisco da Gama – “Concepções da historiografia setecentista na obra de Frei Manuel do Cenáculo”. In *Dispersos*. Vol. 1 – *Cultura e filosofia portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 513-526 (Estudos Gerais. Série Universitária).

CAEIRO, Francisco da Gama – *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1959. XVI, 352 p.

Tb. In *Dispersos*. Vol. 1 – *Cultura e filosofia portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 333-499 (Estudos Gerais. Série Universitária).

CAEIRO, Francisco da Gama – “A obra do arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa”. In *Dispersos*. Vol. 1 – *Cultura e filosofia portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1998, p. 527-534 (Estudos Gerais. Série Universitária).

CAETANO, Joaquim Oliveira – “Os projectos do arquitecto Joaquim de Oliveira para as Bibliotecas - Museu de Frei Manuel do Cenáculo”. *Revista de História da Arte*. Lisboa. Nº 8 (2011), p. 49-69.

CAETANO, Joaquim – *Los restos de la humanidad – Cenáculo y la arqueología*. 6 p. Consultado em <http://joaquimcaetano.wordpress.com/amor-fama-e-virtude/los-restaurantes-de-la-humanidad> em 9.Fevereiro.2009

CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo - “Património integrado ou a alma dos monumentos”. *Património: estudos*. Lisboa. Nº 4 (2003), p. 5-15.

CALADO, Margarida – “Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII”. In *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu tempo, 26-28 Outubro 1994, Lisboa*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, p. 171-191.

CALAFATE, Pedro – *A ideia de natureza no séc. XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994. 174, [1] p. (Estudos Gerais – Série Universitária).

CALAFATE, Pedro, dir. – *As Luzes*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. 507 p. (História do Pensamento Filosófico Português; 3).

CALAFATE, Pedro – “A retórica eclesiástica na obra do Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo”. In *Actas, Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*. Évora: Instituto Superior de Teologia: Seminário Maior de Évora, 1994. vol. 1, p. 449-456.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, org. – *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999. 283 p.; il.

CANAVARRO, Pedro, [et al.] – *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975. 521 p. ; il. Vol. 1: 1768-1800.

CÂNCIO, Francisco – *O Paço de Queluz*. [s. l.: s. n.], 1950. 509 p.; il.

CANDAU, Joel – *Mémoire et identité*. Paris: Presses Universitaires de France, c. 1998. 225 p.

CARDIM, Pedro – “A análise cultural no campo historiográfico”. *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa. Nº 14 (1994), p. 179-200.

CARDOSO, António M. de Barros – *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995. 406 p.

CARDOSO, Arnaldo Pinto – *Presença portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal, 2001. 295 p.; amplamente ilustrado.

CARDOSO, Arnaldo Pinto – *O terrível Terramoto da cidade que foi Lisboa. Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (Arquivos Secretos do Vaticano)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013. 153 p.: il.

CARDOSO, José Luís – “D. Rodrigo de Souza Coutinho, a Casa Literária do Arco do Cego e a difusão técnica e científica em Portugal”. In *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Actas do Colóquio realizado pela Universidade Autónoma, Lisboa, 2000. [Lisboa]: Universidade Autónoma, 2000-2001, p. 193-201.

CARDOSO, José Luís – “Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In CARDOSO, José Luís, coord. – *A economia política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 63-109.

CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. 347 p.

CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula, introd. e coord. editorial – *Investigações botânicas: José Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2003. VI, 120 p.: il.

CARVALHO, José Adriano de Freitas, dir. – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998. 2 vol.

CARVALHO, José Alberto Seabra – “O retrato ao serviço da História”. In CRUZ, Mário Pinho da, coord. – *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos ministros das finanças, 1788-2006, uma iconografia*. [Lisboa]: Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006, p. 28-35.

CARVALHO, Rómulo de – *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1981. 174 p.
Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa.

CARVALHO, Rómulo de – *D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões, fundador da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987. 52 p.
Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa.

CARVALHO, Rómulo de – *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982. 96 p. (Biblioteca Breve; 63).

CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. 962, [5] p.

CARVALHO, Rómulo de – *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida, 1959. 202, [1] p.: il.

CARVALHO, Rómulo de – *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do professor italiano Iovanni António Dalla Bella (1790)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, [s.d.]. 724 p.: 79 il.

CARVALHO, Rómulo de – *O material didáctico dos séculos XVIII e XIX do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa*. [Lisboa]: Academia das Ciências, 1993. 62, [4] p.: [16] il.

CARVALHO, Rómulo de – *Portugal nas “Philosophical Transactions” nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Tip. Atlântida, 1956. 59 p.
Sep. *Revista Filosófica*. Coimbra. Nº 15-16.

CARVALHO, Rómulo de – “O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal”. In *O Marquês de Pombal e o seu tempo. Número especial no 2º Centenário da sua Morte*. T. 1. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 4 (1982-1983), p. 91-115.

CARVALHO, Rómulo de – *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. VIII, 274 p.

CASSIRER, Ernst – *The philosophy of the Enlightenment*. With a new foreword by Peter Gay. Princeton: Oxford University Press, 2009. 366 p.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira – “Robert Southey, o primeiro lusófilo inglês”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Lisboa. Nº 5 (1996), p. 59-119.

CASTILHO, António Feliciano de – *A primavera*. 2ª ed. Lisboa: Na Typografia de A.I.S. de Bulhões, 1837.

CASTILHO, José Feliciano de – *Relatório acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa e mais estabelecimentos anexos*. Lisboa: Typographia Lusitana, 1844-1845. 4 vol.

CASTILLO GOMEZ, Antonio, ed. – *Libro y lectura en la Península Ibérica y América (siglos XIII a XVIII)*. [Salamanca]: Junta de Castilla y León, 2003. 318, [3] p.

CASTRO, Zília Osório de – “Os caminhos da secularização política – o regalismo pombalino”. *Eborensia*. Évora. A. 18, nº 35 (2005), p. 29-47.

CASTRO, Zília Osório de – “Poder régio e os direitos da sociedade. O “absolutismo de compromisso” no reinado de D. Maria I”. *Ler História*. Lisboa, 23 (1992), p. 11-22.

CATROGA, Fernando - *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001. 72 p.

CAVARRA, Ângela Adriana – “Perfil storico.” In PIETRANGELI, Carlo, org. – *La Biblioteca Casanatense*. Firenze: Nardini Editore, 1993, p. 9-34.

CAVARRA, Angela Adriana, *a cura di – Giovanni Battista Audiffredi (1714-1794)*. Roma: Edizioni de Luca, 1994. 95 p.: il.

CAVAZZA, Marta – “The Institute of Science of Bologna and The Royal Society in the eighteenth century.” *Notes Rec. R. Soc. Lond.* 56 (2002), p. 3-25.

CECCOPIERI, Isabella; TORRONCELLI, Annamaria – “I manoscritti.” In PIETRANGELI, Carlo, org. – *La Biblioteca Casanatense*. Firenze: Nardini Editore, 1993, p. 37-122.

CEIA, Sara Bravo – *Os académicos teatinos no tempo de D. João V: construir saberes enunciando poder*. Lisboa: FCSH, 2010. 147, XLVIII p.
Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CENTRE D'ÉTUDES PORTUGAISES DE L'ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES et LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'HISTOIRE DU PORTUGAL – *Histoire du Portugal Histoire Européenne. Actes du Colloque, Paris, 22-23 Mai 1986*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987. 272 p.

CERÍACO, Luís Miguel Pires – *Frei Manuel do Cenáculo e o início dos estudos em História Natural em Évora: Do Gabinete particular à Escola Pública*. 24 p. (policopiado). Trabalho apresentado no âmbito do Curso de Doutoramento, não publicado. Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/66851/2009, financiada pelo POPH - QREN - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais M. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).

CERTEAU, Michel de – *L'écriture de l'histoire*. 3 ed. Paris: Gallimard, 1975. 527, [3] p. (Folio d'histoire; 115).

CHARTIER, Roger – *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, imp. 1988. 244, [1] p.

CHARTIER, Roger – “O homem de Letras”. In VOVELLE, Michel, dir. – *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 119-153.

CHARTIER, Roger – *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 1993. 316 p.

CHARTIER, Roger - *A ordem dos livros*. 1ª ed. Lisboa: Vega, 1997. 160, [1] p. (Passagens).

CHARTIER, Roger, dir. – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches*. Paris: IMEC Éd.: Éd. La Maison des Sciences de l'Homme, 1995. 316, [3] p. (In Octavo).

CHARTIER, Roger, dir. – *Pratiques de la lecture*. Paris: Payot, 1985. 309, [11] p. (Petite Bibliothèque Payot; 167).

CHAUNU, Pierre – *A civilização da Europa das Luzes*. Trad. Manuel João Gomes. Lisboa: Estampa, 1995. 2 vol. (Nova História; 22 e 23).

CHEVALIER, Laurence – “Trois bibliothèques d’architectes au Siècle des Lumières ». *Revue française d’histoire du livre*. Bordeaux. N. S., 126-127 (2005-2006), p. 159-176.

CHIOSI, Elvira – “Academicians and academies in eighteenth-century Naples.” *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 19, nº 11 (2007), p. 177-190.

CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2006. 245, [2] p.

CIAVARELLA, Angelo – *Bodoni Museum*. Parma: Artegrafica Silva, 1988. 13 p., [7] il.

CIDADE, Hernâni – *Ensaio sobre a crise cultural do século XVIII*. Lisboa: Presença, 2005. 173 p.

CLARA, Fernando – “Luzes e sombras”. In LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005, p. IX-XX.

COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo – *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de Quinhentos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990. 186, [1] p.

COELHO, Possidónio M. Laranjo – *Mousinho da Silveira*. Lisboa: Féris, 1918. 188, [3] p. (Grandes Vultos Portugueses; 6).

COLTMAN, Vicky – “Classicism in the English library. Reading classical culture in the late eighteenth and early nineteenth centuries”. *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 11, nº 1 (1999), p. 35-50.

CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. 2ª ed. trad. Oeiras: Celta Editora, 1999. 119 p.

CORDEIRO, Luciano – *Arte e literatura portuguesa d’hoje 1868-1869. Livro de crítica*. Porto: Typographia Lusitana Editora, 1869. 319 p.

CORDEIRO, Luciano – *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Arqueologia oferecidos à Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por um vogal da mesma Comissão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. 58 p.

CORDEIRO, Luciano – *As obras dos Jeronymos: parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais em Sessão de 7 de Novembro de 1895*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1895. 27 p. (p. 13-14, 17).

CORDEIRO, Luciano – *Relatorio dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino... para propor a reforma do ensino artistico e a organização do serviço dos museus, monumentos historicos e archeologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876. 2 pt. (Ofício nº 4).

CORDEIRO, Luciano – *Thesouros d'arte. Relances d'um viajante*. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1875. 80 p.

CORREIA, João David Pinto – “Deslumbramento, horror e fantasia: o olhar ingénuo na literatura de viagens”. In CRISTÓVÃO, Fernando, coord. – *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Coimbra: Almedina: Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002, 11-33.

CORREIA, José Eduardo Horta – “Manuel da Maia (1677-1768)”. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Dir. José Fernandes Pereira; coord. Paulo Pereira. Lisboa: Presença, 1989, p. 277-280.

CORREIA, Maximino – *A Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra e os Italianos*. Lisboa: Istituto Italiano di Cultura in Portogallo, 1954. 23 p. Sep. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa. Nº 13.

COSTA, Luiz Xavier da, col e publ. – *Documentos relativos aos alunos que de Portugal foram para o estrangeiro estudar Belas-Artes e Cirurgia com a protecção oficial, nos decénios finais do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 1938. pag. variada.

CRISTINO, Luciano – *A Biblioteca Mariana dos Oratorianos de Lisboa (século XVIII)*. Romae: Pontifícia Academia Mariana Internationalis, 1988. 128 p.

CRISTÓVÃO, Fernando – “Introdução. Para uma teoria da literatura de viagens”. In CRISTÓVÃO, Fernando, coord. – *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Coimbra: Almedina: Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002, p. 15-52.

CRUZ, António – *Bibliotecas e arquivos: três apontamentos*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968. 50 p.

CRUZ, António – *Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública*. Porto: Faculdade de Letras, 1972. 64, [1] p.

CRUZ, António – “A reforma pombalina e as ciências auxiliares da história”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 4, t. 2 (1982), p. 101-112.

CRUZ, Lígia – *Domingos Vandelli: alguns aspectos da sua actividade em Coimbra*. Coimbra: Ed. Autora, 1976. 100 p.
Sep. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*.

CUAZ, Marco – *Intellettuali, potere e circolazione delle idee nell’ Itália Moderna (1500-1700)*. Torino: Loescher Editore, 1982. 326 p. (Documenti della storia; 33).

CUNHA, Norberto Ferreira da – *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2001. 249, [4] p. (Temas Portugueses).

CUNHA, Xavier da – *António Ribeiro dos Santos bibliophilo*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1913. 28 p.
Sep. *Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado*. 1, p. 267-279.

CURTO, Diogo Ramada – *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, 2007. 438 p.

CURTO, Diogo Ramada – “D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, [et al.] org. – *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. Sem livros não há instrução*. Lisboa: Biblioteca Nacional: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 15-49.

CURTO, Diogo Ramada [et al.], org. – *As gentes do livro: Lisboa, séc. XVIII*. Lisboa: BN, 2007. 717, [2] p

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo – *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a I República: fundamentos e antecedentes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011. 887p.: il.
Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

D’ALCONZO, Paola – “Naples and the birth of a tradition of conservation. The restoration of wall paintings from the Vesuvian sites in the eighteenth century”. *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 19, nº 11 (2007), p. 203-214.

DAMIEN, Robert – *Bibliothèque et état: naissance d’une raison politique dans la France du XVII siècle*. Paris: PUF, 1995. 316, [1] p. (Questions).

DARNTON, Robert – “An early information society: news and the media in Eighteenth-century Paris”. Presidential Address to American Historical Association. *The American Historical Review*. Vol. 105, nº 1 (Feb. 2000).

<http://www.historycooperative.org/journals/ahr/105.1/ah000001.html>

Consultado em 31 Jan. 2009.

DARNTON, Robert – *The kiss of Lamourette: reflections in cultural history*. 1st. ed. Ontário: Penguin Books Canada, 1990. 293 p.

DARNTON, Robert – *Pour les Lumières : défense, illustration, méthode*. 1^e. reimpr. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2007. 131 p.

DARNTON, Robert – *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: A Companhia das Letras, 2009. 231 p.

DAVIS, Richard Beale – *O Abade Correia da Serra na América 1812-1820*. Pref. Onésimo Teotónio Almeida; introdução José Luís Cardoso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013. 329 p.

DE NIPOTI, Cláudio – “Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou quando os ingleses atiraram livros ao mar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 28, nº 56 (2008) 10 p.

DE NIPOTI, Cláudio – “Libraries and the book trade in Portugal – the papers of Marino Miguel Franzino”. e-*JPH*. Vol. 8, nº 1 (Summer 2010) 13 p.

DE NIPOTI, Cláudio – “O mundo organizado em um catálogo de biblioteca: conhecimento, livros e pensamento em Portugal no início do século XIX”. *Arquipélago-História*. Angra do Heroísmo. S. 2, nº 11-12 (2007-2008), p. 163-190.

DE PASQUALE, Andrea – “La formazione della Regia Biblioteca di Parma”. *Histoire et civilization du livre*. Vol. 5 (2009), p. 297-313.

DE PASQUALE, Andrea – *Il sapere per tutti. La politica bibliotecária a Torino tra XVII e XIX secolo*. Torino: L' Artistica Editrice, 2006. 139 p.

DEYON, Pierre – *L'Europe du XVIII siècle*. 2^{ed}. Paris: Hachette Supérieur, 2000. 159 p. (Les Fondamentaux. Histoire; 40).

DIAS, Cristina – “Real Praça do Comércio: momentos de construção e ocupação de D. José a D. João VI”. In FARIA, Miguel Figueira de, coord. – *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012, p. 271-298.

DIAS, José Sebastião da Silva – “Estrangeiros e estrangeirados”. In *Portugal e a cultura europeia* (séculos XVI a XVIII). Introd. e coord. Manuel Augusto Rodrigues. Reed. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 167–184.

DIAS, José Sebastião da Silva – “Pombalismo e projecto político”. *Cultura: História e Filosofia*. Lisboa. Vol. 2-3 (1984) 258 p.

DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e teoria política*. Lisboa: [s.n.], 1982, p. 45-114.

DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. Introd. e coord. Manuel Augusto Rodrigues. Reed. Porto: Campo das Letras, 2006. 351 p. (Cultura portuguesa; 11).

1ª ed. *Biblos*. Coimbra. Vol. 28 (1952), p. 20-498.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho – “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos.” *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. T. 14 (1974), p. 415-519.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho – *Inéditos de António Ribeiro dos Santos*. Coimbra: Universidade, 1976. 83 p.

Sep. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Vol. 33.

DIAS, Luís Fernando Carvalho – “O primeiro regulamento da Biblioteca Nacional”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. Vol. 1, nº 1 (1981), p. 174-183.

DI DIO, Kelley Helmstutler – “The chief and perhaps only antiquarian in Spain. Pompeo Leoni and His collection in Madrid”. *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 18, nº 2 (2006), p. 137-167.

DOMINGOS, Manuela D. – “A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795.” *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 2, vol. 5, nº 1 (Jan. – Jun. 1990), p. 139-160.

DOMINGOS, Manuela D. – “Acervos iniciais da Real Biblioteca Pública: a doação dos Teatinos.” *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 2, vol. 9, nº 2 (Jul. – Dez. 1994), p. 75-121.

DOMINGOS, Manuela D. – « Auteurs portugais du XVIII siècle en Europe: thèmes et stratégies de diffusion ». *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris. Vol. 47 (2004), p. 19-71.

DOMINGOS, Manuela D. – *Bertrand, uma livraria antes do Terramoto: Bertrand, une librairie avant le tremblement de terre*. Com o facsimile. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. 83 p.

DOMINGOS, Manuela D. – “Biblioteca de bibliotecas. A génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo”. In *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*. Coord. Francisco António Lourenço Vaz & José António Calixto. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 23-46.

DOMINGOS, Manuela D. – *Casa dos Livros de Beja. Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*. Apresentação de Jorge Couto. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006. 65, [4] p.

DOMINGOS, Manuela D. – “Colporteurs ou livreiros? Acerca do comércio livreiro em Lisboa, 1727-1754.” *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 2, vol. 6, nº 1 (Jan. – Jun. 1991), p. 109-142.

DOMINGOS, Manuela D. – “Contratos e sociedades de um livreiro de Setecentos: João Baptista Reyceud”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 2, vol. 10, nº 1-2 (Jan. – Dez. 1995), p. 195-219.

DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985. 191 p. (Temas de Cultura Portuguesa; 10).

DOMINGOS, Manuela D. – Frei Manuel do Cenáculo e a Biblioteca Pública: o mecenas. In “*Casa dos Livros de Beja*”. *Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte [Catálogo de Mostra Bibliográfica]*. Coord. Manuela D. Domingos. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2006, p. 11-23.

DOMINGOS, Manuela D. – “Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o erudito e o mecenas”. *Revista Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro. Nº 24 (2007), p. 43-66.

DOMINGOS, Manuela D. – *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do colecionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. 155, [4] p.: il.

DOMINGOS, Manuela D. – *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: BN, 2000. 228, [2] p.

DOMINGOS, Manuela D. – “Mecenato político e economia de edição nas Oficinas do Arco do Cego”. In CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, [et al.] org. - *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. Sem livros não há instrução*. Lisboa: Biblioteca Nacional: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 91-106.

DOMINGOS, Manuela D. – “Olhares de viajantes estrangeiros sobre a Real Biblioteca Pública da Corte (1796-1822).” *Cadernos BAD*. Lisboa. Nº 2 (1994), p. 105-113.

DOMINGOS, Manuela D. – “Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória.” *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 2, vol. 7, nº 1 (Jan. – Jun. 1992), p. 137-158.

DOMINGOS, Manuela D. – “A primeira Biblioteca Pública Portuguesa, 1775-1795. Planos, projectos e primeiros fundos.” *Cadernos BAD*. Lisboa. Nº 1 (1994), p. 59-70.

DOMINGOS, Manuela D. – *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995. 158, [1] p. (Estudos; 1).

DOMINGOS, Manuela D., coord. – *Estudos sobre história do livro e da leitura em Portugal 1995-2000*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. 31 p.

DOMINGUES, Francisco Contente – “Ilustração e catolicismo (1751-1800)”. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, org. – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Veja, [DL 1989], p. 62-69.

DOMINGUES, Francisco Contente – *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri, 1994. 188 p. (Colibri História; 6).

DOMPNIER, Bernard; FROESCHLÉ-CHOPARD, Marie-Hélène, dir. – *Les religieux et leurs livres à l'époque moderne*. Actes du Colloque de Marseille, EHESS, 2-3 Avril 1997. [s.l.]: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2000. 296 p.

DUBY, Georges – *L'histoire continue*. 2ª ed. Paris: Poches Odile Jacob, 2001. 220, [3] p.

DUBY, Georges – *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Terramar, c. 1971. 76, [1] p.

ECO, Umberto – *A biblioteca*. Lisboa: Difel, 1987. 46, [1] p.

ESPAGNE, Michel – “Winckelmann, l'Allemagne et la Grèce ». *Revue française d'histoire du livre*. Vol. 77, nº 98-99 (1998), p. 89-110.

ESPANCA, Túlio – “As antigas colecções de pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo e dos extintos conventos de Évora”. *A cidade de Évora*. Vol. 6, nº 17-18 (1949), p. 443-458.

ESPANCA, Túlio – “Diário da viagem do Bispo de Beja D. Manuel do Cenáculo a Vila Viçosa em 1785”_ *A cidade de Évora : Boletim da Câmara Municipal*. Évora. 63-64 (1981-1982), p. 163-193.

ESPANCA, Túlio – “Espólio artístico de Cenáculo”. *A cidade de Évora*. Vol. 12-13, nº 37-38 (1955-1956), p. 227-265.

ESPANCA, Túlio – *Évora: arte e história*. 1ª edição. Évora : Câmara Municipal de Évora, 1980. 104 p., [48] il., [2] mapas desdobráveis (2ª edição, 1987).

ESPANCA, Túlio – *Évora e o seu distrito*. 1ª ed. Évora : Livraria Nazareth, 1959. 156 p. ; profusamente il.

ESPANCA, Túlio – *Évora e o seu distrito*. 2ª ed. Évora : Livraria Nazareth, 1967. 108 p., [45] il., [2] mapas desdobráveis.

ESPANCA, Túlio – *Inventário artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1966. 454 p. (Concelho de Évora; v. 7).

ESPANCA, Túlio – “Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora”. *A cidade de Évora : Boletim da Câmara Municipal*. Évora. 37-38 (63-64) (1980-1981), p. 193-251.

ESPANCA, Túlio – “Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora (1804-1950)”. *A cidade de Évora*. Vol. 63-64 (1981-1982), p. 220-221.

FARIA, Miguel Figueira de – “Da facilitação e da ornamentação : a imagem nas edições do Arco do Cego”. In CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et al.], org. - *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. Sem livros não há instrução*. Lisboa: Biblioteca Nacional: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 107-137.

FARIA, Miguel Figueira de – “L’influence de l’Encyclopédie sur l’édition illustrée au Portugal: La Maison Littéraire de l’Arco do Cego (1799-1801)”. *Histoire d’art*. Paris. Vol. 50 (Juin 2002), p. 37-44.

FARIA, Miguel Figueira de, coord. – *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa: Imprensa-Nacional-Casa da Moeda, 2012. 327 p.: amplamente il.

FARINHA, Ramiro – *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da sua história*. Lisboa: [s.n.], 1969. 77 p.

FAUCHOIS, Yann – “Les Lumières, une école de l’homme”. In FAUCHOIS, Yann; GRILLET, Thierry et TODOROV, Tzvetan, dir. - *Lumières! Un héritage pour demain* [Catálogo de Exposição, Bibliothèque nationale de France, Paris, Março-Maio 2006]. Paris: BnF, 2006, p. 18-24.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean – *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 509 p.

FERNANDES, Álvaro Ferrand de Almeida – “A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. I – Alguns dados históricos”. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. A. 1, nº 3 (Jul.-Set. 1955), p. 225-229.

FERNANDES, Álvaro Ferrand de Almeida - “A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. II – Descrição topográfica”. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. A. 1, nº 4 (Out.-Dez. 1955), p. 287-292.

FERNANDES, Álvaro Ferrand de Almeida - “A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. III – Recheio e arrumação”. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. A. 2, nº 5 (Jan.-Mar. 1956), p. 39-49.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *A biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor do Agiológio Lusitano: Cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. 295 p.

FERNANDES, Rogério – *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: ICALP, 1992. 144, [5] p.

FERRÃO, António – *A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico, científico e económico da segunda metade do século XVIII. A fundação desse instituto e a primeira fase da sua existência*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923. 47 p.

FERRÃO, António – *Alguns serviços dos arquivos e bibliotecas do Estado*. Lisboa: Escola Tipográfica, 1932. 31 p.

FERRÃO, António – *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. [4], 331 p

FERRÃO, António – *A censura literária durante o governo pombalino*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. 115 p. (Estudos Pombalinos. S. 1, nº 3; Subsídios para a História do Pensamento em Portugal)
Sep. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*; 17.

FERRÃO, António – *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra...Coimbra*: Imprensa da Universidade, 1926. 122, [1] p.

FERRÃO, António – *O segundo Duque de Lafões e o Marquês de Pombal (subsídios para a biografia do fundador da Academia das Ciências)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1935. 186 p. (Portugueses ilustres)
Sep. *Boletim de Segunda Classe*. Lisboa. Vol. 19.

FERREIRA, Carlos Alberto – *A Livraria Real Portuguesa*. Lisboa: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958, 7-28.
Tb. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. 3ª série.

FERREIRA, Carlos Alberto – “As livrarias reais de D. João IV a D. João VI”. In *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: [s. n.], 1940, vol. 7, p. 589-606.

FERREIRA, Jorge Manuel Rodrigues - *De la organizacion de la Biblioteca Real de Mafra a la Documentacion. El Pensamiento biblioteconómico en Portugal (c. 1740-1926)*. Madrid: Universidad Complutense, 2008. 537 p.
Tese de Doutoramento, Universidad Complutense, Madrid.

FERRO, João Pedro – *Um príncipe iluminado português: D. José (1761-1788)*. Lisboa: Lúçifer Edições, 1989. 134 p.

FIGUEIREDO, Fidelino de – *Como dirigi a Bibliotheca Nacional (Fevereiro de 1918 a Fevereiro de 1919)*. Lisboa: Livraria Clássica, 1919. 127 p.

FIORAVANTI, Rita – “Gli strumenti scientifici.” In PIETRANGELI, Carlo, org. – *La Biblioteca Casanatense*. Firenze: Nardini Editore, 1993, p. 253-268.

FITTIPALDI, Arturo – “Museums, safeguarding and artistic heritage in Naples in the eighteenth century: some reflexions”. *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 19, nº 11 (2007), p. 191-202.

FONTAINE, Laurence – *Histoire du colportage en Europe (XV^e-XIX^e siècle)*. Paris: Albin Michel, 1993. 334, [2] p.

FOSKETT, D. J. – *The role of classification in the universe of information*. Documento fotocopiado do original manuscrito, não publicado, apresentado à Conferência *Enciclopédias e bibliotecas: uma reflexão em comum*, Biblioteca Nacional, Lisboa, Setembro de 1986.

FRANÇA, José-Augusto – “Lisboa Pombalina e a estética do Iluminismo”. In *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu tempo, Lisboa, 26-28 Outubro 1994*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, p. 11-22.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. 2^o ed. revista e aumentada. Lisboa: Bertrand, 1977. 389 p.: il.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. 1^a ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980. 133, [7] p. (Biblioteca Breve; 53).

FRANÇA, José-Augusto – *O retrato na arte portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981. 100, [12]p.: [64] p. il.

FRANCO, José Eduardo – “Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 22 (2001), p. 209-253.

FRÈCHES, Claude-Henri – “Voltaire, Malagrida et Pombal”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 1 (1969), p. 320-334.

FUNCHAL, 3^o Marquês do – *O Conde de Linhares Dom Rodrigo Domingos António de Sousa Coutinho*. Lisboa: Typographia Bayard, 1908. 366 p.: il.

GALLUT, Anne – *Le Morgado de Mateus, Éditeur des Lusíadas*. Paris: Klincksieck; Lisbonne: Bertrand, 1970. 399, [2] p.

GALLUT, Anne – “A propos de l’édition des Lusíadas du Morgado de Mateus. Documents inédits”. In *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 5^o*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. 20 p. Sep. *Actas*; vol. 3.

GANDRA, Manuel J. – *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. [Mafra]: Câmara Municipal de Mafra, 2003. 178, [1] p.; il.

GARBERSON, Eric – “Libraries, memory and the space of knowledge”. *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 18, nº 2 (2006), p. 105-136.

GASNAULT, Pierre – “De la Bibliothèque de Mazarin à la bibliothèque Mazarine”. In *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques sous l’Ancien Régime 1530-1789*. Paris : Promodis-Éd. Cercle de la Librairie, 1988, p. 135-145.

GATTI, Andrea – “Segno, significato, idea: Bodoni e i Lumi”. In *Bodoni, i Lumi, l’Arcadia*. Atti del Convegno, Parma 20 Ottobre 2006. A cura di Andrea Gatti, Caterina Silva. Parma: Museo Bodoniano, 2008, p. 79-112

GATTI, Andrea; SILVA, Caterina, org. – *Bodoni, i Lumi, l’Arcadia*. Atti del Convegno, Parma, 20 Ottobre 2006. Parma: Museo Bodoniano, 2006. 237 p.

GIL, Fernando; CABRAL, Manuel Villaverde – *Encyclopédies et bibliothèques : une réflexion en commun*. Lisboa : BN, 1986. 4 p.

Documento policopiado, não publicado, preparado para a organização da conferência com o mesmo nome realizada na Biblioteca Nacional, Lisboa, Setembro de 1986.

GIRALDES, José Firmino da Silva – *Panegyrico histórico ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, Conselheiro de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra, etc., etc., etc.* Lisboa: Na Impressão Regia, 1812. 50 p.

GIRODON, Jean – *Verney. Documents*. [Lisboa]: Livraria Bertrand, 1961. 92 p., [4] il.

GODECHOT, Jacques – “Le Portugal et la révolution (1789-1814)”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 7 (1973), p. 279-297.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971. 237, [9] p. (Biblioteca Arcádia de Bolso. Secção III – História e Geografia; 139).

GODINHO, Vitorino Magalhães – “Noções operatórias na abordagem global das sociedades”. In *Memoriam António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura: Junta de Investigações do Ultramar, 1974. 3 vol. (Vol. 1, p. 159-174).

GODINHO, Vitorino Magalhães – “Penser la science historiquement”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris. Vol. 34 (1995), p. 969-989.

GOMES, Joaquim Ferreira – “Pombal e a Reforma da Universidade”. *Brotéria*. Lisboa, 114, nº 5-6 (Maio-Jun 1982), p. 536-552.

GOMES, J. Pereira – “Últimas actividades filosóficas na Universidade de Évora”. *Brotéria*. Lisboa. Vol. 69, nº 5 (1959), p. 393-404.

GOMES, Paulo Varela – “As iniciativas arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698 (mais alguns elementos).” *Penélope*. Lisboa. 9-10 (1993), p. 73-82.

GOMES, Paulo Varela – *Vieira Portuense e a arte do seu tempo*. [Lisboa]: Universidade Nova de Lisboa, 1987. 2 vol.

Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

GOUVEIA, António Manuel de Almeida Camões – *Um viajante estrangeiro, um Diário, alguns apontamentos, dois livros, Lisboa, a corte e itinerários pelo reino*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006. 535, [3] p.

Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GUEDES, Fernando – *João Baptista Reyceud: ascensão e queda de um livreiro franco-piemontês. Duas viagens ao Delfinado em busca de memórias de antigos livreiros lisboetas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2000. 65, [2] p.

GUEDES, Fernando – *Os livreiros franceses em Portugal no séc. XVIII: tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1998. 103, [8] p.: il.

GUEDES, Fernando – *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história séculos XVIII-XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987. 308, [3] p.

GUILLAUME, Marc – *A política do património*. Com prefácio inédito do autor. Porto: Campo das Letras, 2003. 150 p.

GUSDORF, Georges – *L'avènement des sciences humaines au siècle des lumières*. Paris: Payot, 1973. 589, [2] p. (Les sciences humaines et la conscience occidentale; 6).

GUSDORF, Georges – *Introduction aux sciences humaines. Essai critique sur leurs origines et leur développement*. Paris: Éditions Ophrys, 1960. 522 p.

GUSDORF, Georges – « Introduction ». In MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat – *Lettres persanes*. Paris: Le Livre de Poche, 1984, p. VII-XVIII.

HAZARD, Paul – *Crise da consciência europeia (1680-1715)*. Trad. Óscar Lopes. Lisboa: Cosmos, 1948. 361, [5] p. (A Marcha da Humanidade. Série F: História Geral da Cultura; 1).

HAZARD, Paul – *O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1989. 429 p.

HERCULANO, Alexandre – “A Escola Politécnica e o monumento”. In *Opúsculos*. 2ª ed. Lisboa: Bertrand, 1843, Vol. 8, p. 195-286.

HERCULANO, Alexandre – “Monumentos pátrios”. In *Opúsculos*. 4ª ed. Lisboa: Bertrand, 1907, t. 2, p. 5-56.

HUBNER, Emílio – *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia, 1871. [2], 110, [3] p.: il.

IRIGOIN, Jean – “En guise d’introduction. Le livre grec et l’Europe (XV-XVIII siècles) ». *Revue Française d’Histoire du Livre*. Bordeaux. Vol. 98-99 (1998), p. 9-20.

JOLLY, Claude – “L’Avis, manifeste de la bibliothèque erudite”. In NAUDÉ, Gabriel – *Advis pour dresser une bibliothèque (...)*. Reproduction de l’édition de 1644 (...). Paris: Aux Amateurs de Livres, 1990. XXIV, [8], 164 p.

JOLLY, Claude – « Introduction ». In *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques sous l’Ancien Régime 1530-1789*. Paris: Promodis-Éd. Cercle de la Librairie, 1988, p. 3-7.

JOLLY, Claude - « Unité et diversité des collections religieuses ». In *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques sous l’Ancien Régime 1530-1789*. Paris: Promodis-Éd. Cercle de la Librairie, 1988, p. 11-27.

JOLLY, Claude, dir. – *Les bibliothèques sous l’ Ancien Regime 1530-1789*. Paris: Promodis-Éd. Cercle de la Librairie, 1988. 547, [3] p.: amplamente il. (Histoire des bibliothèques françaises).

JURATIC, Sabine – « Paris et le livre au siècle des Lumières ». *Histoire et civilisation du livre*. Vol. 5 (2009), p. 45-62.

KUBLER, George – *Portuguese plain architecture. Between spices and diamonds, 1521-1706*. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1972.

Trad. portuguesa de CORREIA, José Eduardo Horta e SILVA, Jorge Henrique Pais da – *A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*. Lisboa: Veja, 1988.

LABOURDETTE, Jean-François – *La nation française à Lisbonne de 1669 a 1790. Entre Colbertisme et Libéralisme*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1988. 726 p., [1] planta desdobr. : il. (Collection du Centre d’Etudes Portugaises; 2).

LANDI, Fiorenzo – *Storia económica del clero in Europa. Secoli XV-XIX*. Roma: Carocci Editore, 2005. 209 p. (Studi Superiori; 505. Studi Storici).

LEAL, José da Silva Mendes – *Elogio histórico do sócio efectivo da Academia Real das Sciencias e seu primeiro Presidente D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões proferido na Sessão Pública da mesma Academia no dia 20 de Fevereiro de 1859 pelo sócio efectivo...* Lisboa: Typographia da Academia, 1859. 12 p.

LEAL, José da Silva Mendes – *Monumentos nacionaes*. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa, 1868. 198 p.: 5 il.

LEÃO, Francisco G. Cunha – “A Biblioteca da Ajuda”. *Património: estudos*. Lisboa. Nº 6 (2004), p. 126-129.

LE GOFF, Jacques – “Documento/monumento”. In *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, c. 1984 (Enciclopédia Einaudi; vol. 1, p. 95-106).

LE GOFF, Jacques – *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. 2 vol. (O lugar da História; 57 e 58).

LE GOFF, Jacques – “Memória”. In *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, c. 1984 (Enciclopédia Einaudi; vol. 1, p. 11-50).

LE GOFF, Jacques – *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 1999. 112 p. (O Lugar da História; 19).

LE GOFF, Jacques [et al.] – *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1989. 89, [2] p. (O Lugar da História; 1).

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes – “Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia”. In CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et al.], org. - *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. Sem livros não há instrução*. Lisboa: Biblioteca Nacional: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 77-90.

LISBOA, João Luís – *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991. 237 p. (Cultura Moderna e Contemporânea; 7).

LISBOA, João Luís – “Leitura como laboratório (seguir as experiências europeias no século XVIII).” In *Bibliotecas e livro científico (séculos XV-XVIII). Objectos, espaços e ideias*. Workshop Internacional, 3º, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 26-27 Março 2013.

LISBOA, João Luís – “A leitura em Portugal: os finais do Antigo Regime”. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, org. – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Veja, [DL 1989], p. 78-81.

LISBOA, João Luís [et al.] – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Colibri: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora: Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 2002-2005. 2 vol.
Vol. 1: 1729-1731; Vol. 2: 1732-1734.

LÓPEZ-VIDRIERO, Maria Luísa, dir. – *Bibliofilia y nacionalismo: nueve ensayos sobre coleccionismo y artes contemporáneas del libro*. Salamanca: Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas, 2011. 337, [2] p. (Publicaciones del SEMYR: Inventario; 3).

LÓPEZ-VIDRIERO, Maria Luísa y CÁTEDRA, Pedro M., dir. – *Coleccionismo y bibliotecas (siglos XV-XVIII)*. Salamanca: UniVol. Salamanca; Patrimonio Nacional; Sociedad Española de Historia del Libro, 1998. 611, [2] p.

LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. [Porto]: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994. 198 p. (Col. Centro de Estudos...; 3).

LOUSADA, Maria Alexandre – *Espaços de sociabilidade em Lisboa : finais do século XVIII a 1834*. Lisboa: [s.n.], 1995. 2 vol.: il.

Tese de Doutoramento, Geografia Humana, Universidade de Lisboa.

LOUSADA, Maria Alexandre – “Novas formas: visa privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público”. In MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 424-456. (*História da vida privada em Portugal*. Direcção de José Mattoso).

MACEDO, Jorge Borges de – “O aparecimento em Portugal do conceito de programa político”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. Vol. 13 (1971), p. 375-423.

MACEDO, Jorge Borges de – “Estrangeirados”, um conceito a rever”. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. 28, nº 65-66 (1974), p. 8-30.

MACEDO, Jorge Borges de – *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982. 33 p.

MACHADO, José Alberto Gomes – *Um coleccionador português do século das Luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, Arcebispo de Évora*. Évora: Universidade de Évora, 1985. 113 p.: il.

McKENZIE, D. F. – *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 130 p.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – “Palavras prévias”. In BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d’ Algarve*. Ed. fac- similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Coimbra: Faculdade de Economia, 2004, vol. 1, p. 3-17.

MAGALHÃES SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de
Ver

AIRES, Cristóvão (tb. 8.1)

MAIA, Maria Helena – *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Colibri; Instituto de História de Arte – Estudos de Arte Contemporânea/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2007. 394, [1] p.

Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MAIA, Maria Helena – “Património e restauro no século XVIII português”. *Cadernos ESAP*. Porto. Nº 2-3 (Dez. 1997), p. 103-115.

MANUEL, Caetano Xavier de Almeida da Câmara – *Atravez a cidade de Évora ou apontamentos sobre a cidade de Évora e seus monumentos*. Évora : Minerva Commercial, 1900. 104, [3] p.; il.

MARCADÉ, Jacques – *Une comarque portugaise – Ourique – entre 1750 et 1800*. Paris: FCG/Centro Cultural Português, 1971. 202 p. (Série Histórica & Literária; 6).

MARCADÉ, Jacques – « D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas Provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain 1768-1777”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 3 (1971), p. 431-458.

MARCADÉ, Jacques – “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (quelques notes sur sa pédagogie)”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 8 (1974), p. 605-620.

MARCADÉ, Jacques – *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d' Évora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português, 1978. [14], 592, [1] p. (Cultura medieval e moderna; 12).

MARCADÉ, Jacques – “Les hommes et la vie dans l'Alentejo du XVIIIe. siècle ». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 10 (1976), p. 185-21.

MARCADÉ, Jacques – Pombal et l'enseignement: quelques notes sur la réforme des Estudos Menores”. In *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Número especial no 2º Centenário da sua Morte (T. 2). *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 4 (1982-1983), p. 7-23.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – *História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais*. 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. vol. 2 (558 p.: il).

MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional. Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963. 206, [3] p.
Sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*; 26.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos – *Cartas do Rio de Janeiro : 1811-1821*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. 564 p. (Fontes).

MARTIN, Henri-Jean – *Aux sources de la civilisation européenne*. Paris: Albin Michel, 2008. 698, [2] p. (Bibliothèque Albin Michel Idées).

MARTIN, Henri-Jean – *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Avec la collaboration de Bruno Delmas. 2 ed. Paris: Albin Michel, 1996. [8], XXI, 20-532, [9] p.

MARTIN, Henri-Jean – *Les métamorphoses du livre*. Entretiens avec Jean-Marc Chatelain et Christian Jacob. Paris: Albin Michel, 2004. 296, [3] p.

MARTIN, Henri-Jean ; CHARTIER, Roger, dir. - *Histoire de l'édition française*. [Paris] : Promodis, 1982-1986. 4 vol.: amplamente il.

MARTINS, José Vitorino de Pina – “Luís António Verney contra a Escolástica”. In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 15 (1980), p. 609-622.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan - *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005. 1104 p.

Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Organização e prefácio de Maria Teresa Payan Martins. 1ª ed. Verbo: Lisboa, 2011. 280, [3] p. (Inéditos da Censura).

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1995. 479 p.

Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – “Verdadeiro método de estudar”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa. Vol. 9 (1997), p. 221-248.

MATIAS, Elze M. H. Vonk – “A Academia dos Generosos. Uma academia ou uma sequência de academias?”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 2, nº 2 (1982), p. 223-241.

MATOS, Manuel Cadafaz de – *O Pe. António Pereira de Figueiredo (Mação 1725-Lisboa 1797) e alguns dos seus contributos à História da Edição em Portugal, na evocação do terramoto do 1º de Novembro de 1755*. Lisboa: Edições Távola Redonda, [s.d.]. 192, [1] p. (Centro de Estudos de História do Livro e da Edição; 13).

MATTOSO, José – *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1988. 212, [2] p.

MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1992-1993. 8 vol.: il.

MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal. A idade moderna*. Coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011. 493 p.: il.

MAXWELL, Kenneth R. – *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. 289 p. (Cambridge Latin American Studies; 16)

MAXWELL, Kenneth R. - *O Marquês de Pombal*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 2004. 247 p.: il.

MENDES, José Amado - “Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal : séculos XIX - XX*. [s.l.]: Temas e Debates, 1996. Vol. 1, p. 187-246.

MENDES, José Amado - *A história como ciência: fontes, metodologia e teorização*. 3ª ed. [Coimbra]: Coimbra Editora, 1993. XX, 266, [1] p.

MENESES, Francisco Xavier de, 4º Conde da Ericeira
Ver
ERICAIRA, 4º Conde da (7.2)

MESTRE, António – “Correspondência erudita entre Mayans y Muratori”. *Revista de Historia Moderna*. Valencia: Universidad de Valencia. Vol. 16 (1997), p. 11-50.

MILLER, Samuel J. – *Portugal and Rome c. 1749-1830. An aspect of the Catholic Enlightenment*. Roma: Università Gregoriana, 1978. 411 p.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis – « La dimension européenne de la pensée politique au Portugal: 1706-1777 ». *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris. Vol. 43 (2002), p. 199-207.

MONCADA, Luís Cabral de – *Um “Iluminista” português do Século XVIII: Luiz António Verney com um apêndice de novas cartas e documentos inéditos*. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1941. 216, [3] p.

MONCADA, Luís Cabral de – *Italia e Portogallo nel Settecento*. Conferenza tenuta a Roma in occasione dell’Esposizione del Libro Potoghese, Maggio 1949. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1949. 24 p.

MONCADA, Luís Cabral de – *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII. Uma página de história religiosa e política*. Coimbra: Casa do Castelo, 1952. [3] f., 98 p. Sep. *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra; 28.

MONCADA, Luís Cabral de – *Século XVIII – Iluminismo Católico. Verney: Muratori*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1950. XI, [5], 428 p. (Estudos de História do Direito; vol. 3. Acta Universitatis Conimbrigensis).

MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – “Tibães: a estante das Belas Letras na livraria beneditina”. *Invenire: revista de bens culturais da Igreja*. Moscavide. 4 (Jan. – Jun. 2012), p. 29-32.

MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – “Tibães: livros perdidos, elos encontrados”. *Forum*. Braga. 41 (Jan. – Jun. 2007), p. 71-99.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. 622 p.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007. 333 p.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José. Na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008. 384 p., [16] il.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores – *D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões: uma vida singular no Século das Luzes*. Lisboa: Edições Inapa, 2006. 167 p.: il.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores: Temas e Debates, 2011. 493 p; il.

MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva – *No alvorecer do “Iluminismo” em Portugal: D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira*. Coimbra: Universidade, 1965. 106 p.

Sep. *Revista de História Literária de Portugal*. Coimbra. A. 1 (1962).

MONTEIRO, Ofélia P. – “Sobre uma versão desconhecida de *O Reino da Estupidez*”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 4: 2 (1982), p. 199-253.

MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues – *Os livros e as bibliotecas do Espólio Bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814). Relatório final dos trabalhos realizados entre Janeiro e Dezembro de 2007*. 2008. 16 p.

Disponível em <http://www.projectos.uevora.pt/cenaculo/>

MOREIRA, Rafael – “O Torreão do Paço da Ribeira”. *Mundo da Arte: revista mensal de arte, arqueologia e etnografia*. Coimbra. 14 (1983), p. 43-48.

MOTA, Alfredo – *Frei Manuel do Cenáculo Capelão Mor da Armada*. Lisboa: Soc. Astória, 1965. 2 fl. : il.

Separata da *Revista Defesa Nacional*, p. 379-380.

MOTA, Isabel Ferreira da - *A Academia Real da História : os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003. 391, [6] p. (Minerva História; 22).

Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

MOTA, Isabel Ferreira da – *D. Maria I, a Piedosa (1777-1816)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; Matosinhos: Quidnovi, 2009. 93 p.: il. (Reis de Portugal).

MOTA, Isabel Ferreira da – “Os historiadores e o campo historiográfico na primeira metade do séc. XVIII.” *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 18 (1996), p. 167-186.

MOTA, Luís Carlos Martins de Almeida – “A *Minuta* para o *Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra* de António Ribeiro dos Santos. Algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural”. In *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade no 7º Centenário da sua Fundação, 5-9 Março 1990*. Coimbra: Gráfica Ediliber, 1991, vol. 2, p. 197-228.

MOTA, Luís – “A reforma da Universidade enquanto projecto pedagógico (e social) de formação de elites”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 22 (2001), p. 491-504.

MOURA, Maria Helena Castel-Branco Barata – *Os engenheiros em Lisboa, urbanismo e arquitectura (1850-1930)*. [Lisboa: UNL/FCSH], 1996. 2 vol.: il.
Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

NEVES, Álvaro - “Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus. Documentos para a sua história.” *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. S. 2, vol. 1, nº 2 (1911), p. 181-200, 695-703.

NORA, Pierre – “Entre mémoire et histoire”. In *Les lieux de mémoire*. Dir. Pierre Nora. Paris: Gallimard, c. 1984-1992. 7 t. : il.

NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto e
Ver
CASTILHO, José Feliciano de

OLIVEIRA, Cristóvão José Pinto Correia de – *O saber e o poder: o Colégio Real de S. Pedro da Universidade de Coimbra (1700-1834)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1996. 2 vol.
Tese de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Francisco Roque – “António Ribeiro dos Santos 1745-1818”. In *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal*. Coord. Francisco Roque de Oliveira. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2012, p. 27-41.

OLIVEIRA, Márcia Carolina Ferreira de – *A bibliofilia em Portugal no início da época contemporânea. O exemplo de D. Frei Manuel do Cenáculo*. [Évora]: Universidade de Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, 2012. 2 vol.

Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

OLIVEIRA, Maria Leonor Morgado Ferrão de – *Eugénio dos Santos e Carvalho, arquitecto e engenheiro militar /1711-1760): cultura e prática de arquitectura*. Lisboa: FCSH, 2007. 621 p.: il.

Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho – “O culto da arte em Portugal”. In *Arte portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1943, T. 1, p. 5-198. (1ª ed. 1896).

PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.

PAIVA, José Pedro – « Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino ». *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa. 25 (2001), p. 41-63.

PATROCÍNIO, Manuel Francisco Soares – “O registo das antiguidades lusitânicas do Sul no legado documental de D. Manuel do Cenáculo”. *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. A. 4, 4 (Nov. 2006), p. 17-36.

PATROCÍNIO, Manuel Francisco Soares – “O relato da viagem de Pérez Bayer (1782) e uma descrição setecentista de Évora”. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. Évora. S. 2, nº 4 (2000), p. 265-271.

PATROCÍNIO, Manuel Francisco Soares – “Tempos de Fenícios: o tema do orientalismo e suas descobertas nos documentos de D. Manuel do Cenáculo”. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. Évora. S. 2, nº 7 (2007-2008), p. 99-124.

PEIXOTO, Jorge – “Considerações sobre o regulamento da livraria da Universidade de Évora. Para um corpus do livro português no séc. XVI”. *A cidade de Évora*. A. 16, Nº 41-42 (Jan-Dez 1959), p. 127-153.

PEIXOTO, Jorge – “História do livro impresso em Portugal”. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. A. 10-12, nº 37- 48 (Jan-Dez 1964-66), p. 1-26.

PEIXOTO, Jorge – “Relações artísticas e de amizade entre o célebre impressor italiano Bodoni e Francisco Vieira Portuense”. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. 27, nº 64 (76) (1973), p. 361-369.

PEREIRA, Belmiro Fernandes – “A Livraria de Aquiles Estaço, Librorum Venator et Hellvo.” *Hvmanitas*. 45 (1993), p. 255-305.

PEREIRA, Fernando António Baptista – “Le rôle de l’Église dans la formation des premiers musées au Portugal à la fin du XVIIIe siècle ». In *Les Musées en Europe à la veille de l’ouverture du Louvre*. Paris: Klincksieck, 1995, p. 461-483.

PEREIRA, Gabriel – *À volta de Cenáculo*. Évora: Minerva Eborensis, 1894. 23 p. (Estudos Eborenses: História – Arte – Archeologia).

PEREIRA, Gabriel – “Bibliotheca Nacional de Lisboa (século XVIII-XIX)”. *Archivo de Ex Libris Portugueses*. Génova. Vol. 9 (Ago. 1902), p. 129-144.

PEREIRA, Gabriel – “Biblioteca pública”. *Estudos Eborenses : História e Arqueologia*. Évora. Vol. 1 (1947), p. 107-141.

PEREIRA, Gabriel – *Os festejos de Evora em 1729*. Évora: Minerva Eborensis, 1890. 23 p. (Estudos Eborenses).

PEREIRA, José Esteves – *Ética, estética e técnica no pensamento e na pedagogia de Manuel de Azevedo Fortes*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1991. 8 p.

PEREIRA, José Esteves – *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. 430, [7] p. (1ª ed. 1983).

PEREIRA, José Esteves – *Percursos de história das ideias*. Pref. António Braz Teixeira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. 424, [3] p.

PEREIRA, José Esteves – *Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública*. [s.l.: s.n., s.d.].

[Consultado na Internet a 16 Novembro 2009]

PEREIRA, José Esteves – “Ribeiro Santos, Cenáculo e a criação da Biblioteca Pública”. In VAZ, Francisco António Lourenço; CALIXTO, José António, coord. - *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 11-21.

PEREIRA, José Fernandes – “O barroco do século XVII: transição e mudança”. In PEREIRA, Paulo, dir. – *História da arte portuguesa*. Vol. 3 – *Do Barroco à contemporaneidade*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 11-49.

PEREIRA, Sara Marques – “A diáspora dos livros da antiga Universidade de Évora (1759-1806)”. In *Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa*. [s.l.]: Chiado Editora, 2012, p. 549-565.

PIETRANGELI, Carlo, org. – *La Biblioteca Casanatense*. Firenze: Nardini Editore, 1993. 331, [4] p.: il.

PIMENTEL, António Filipe – “A Biblioteca da Universidade e os seus espaços”. In AMARAL, A. E. Maia do, coord. – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 11-21.

PINTASSILGO, Joaquim – “O Absolutismo Esclarecido em Portugal: inovações polémicas e alinhamentos (final do século XVIII – início do século XIX)”. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, org. – *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Vega, [DL 1989], p. 22-31.

PIWNIK, Marie-Hélène – « La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects ». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 20 (1984), p. 233-311.

PIWNIK, Marie-Hélène – « La correspondance Mayans-Cenáculo. Principaux aspects ». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 22 (1986), p. 483-614.

PIWNIK, Marie-Hélène – “Les deux voyages de F. Pérez Bayer au Portugal : 1782, 1783 ». *Revista de Historia Moderna: Anales de la Universidad de Alicante*. (1983), p. 261-317.

PIWNIK, Marie-Hélène – *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Centre Culturel Portugais, 1987. 398, [1] p.

PIWNIK, Marie-Hélène – « Une entreprise lucrative : les traductions en espagnol du Père Teodoro de Almeida ». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 31 (1992), p. 199-206.

PIWNIK, Marie-Hélène – « Un épisode des relations intellectuelles entre l’Espagne et le Portugal au XVIII siècle : la correspondance adressée par les Frères Mohedanos... ». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 11 (1977), p. 213-254.

PIWNIK, Marie-Hélène – « Lectures des élites portugaises au XVIII siècle d’après les annonces de librairie ». In *Actes du Colloque Histoire du Portugal, Histoire Européenne*, Paris, 22-23 Mai 1986. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 163-173.

PIWNIK, Marie-Hélène – « Les membres portugais de la Royale Académie d’Histoire de Madrid au Siècle des Lumières ». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. Vol. 17 (1982), p. 115-157.

PIWNIK, Marie-Hélène – « Voyage au Portugal de quatre religieux espagnols du tiers-ordre de la pénitence (1773) ». *Bulletin des Études Portugaises et Brésilienues*. N. S., t. 39-40 (1978-1979).

POMBO, Olga – “Da classificação dos seres à classificação dos saberes”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 3, nº 2 (Out. 1997- Abr. 1998), p. 19-33.

POMBO, Olga – *Leibniz e o problema de uma língua universal*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. 320 p. (Filosofia; 3).

POMBO, Olga – *Unidade da ciência e configuração disciplinar dos saberes. Contributos para uma filosofia do ensino*. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa, 1997. 775 p., CV. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa.

POMIAN, Krzystof – “Colecção”. In *Memória-História*. Org. Jacques Le Goff. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, c. 1984 (Enciclopédia Einaudi; vol. 1, 51-86).

POMIAN, Krzystof – *Collectionneurs, amateurs et curieux. Paris, Venise : XVI-XVIII siècle*. Paris: Gallimard, 1987. 367 p. (Bibliothèque des Histoires).

POMMIER, Édouard – “Préface”. In *Les Musées en Europe à la veille de l’ouverture du Louvre*. Paris: Klincksieck, 1995, p. 13-31.

PRATES, Maria Cristina Costa Simões – “Biblioteca Nacional. Evolução de um conceito.” *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 2, vol. 1, 1 (1985), p. 251-264.

PROENÇA, Raúl – “Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. Vol. 3, nº 11 (Jul.-Set. 1922), p. 154-165.

PROENÇA, Raúl – “A Biblioteca Nacional. Breves noções históricas e descritivas”. *Publicações da Biblioteca Nacional*. Lisboa. Nº 1 (1920), p. 1-57.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van - *Manual de investigação em ciências sociais*. 4ª ed. Trad. Lisboa: Gradiva, 2005. 282 p. (Trajectos; 17)

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII (casos portugueses)*. Porto: Universidade do Porto, 1974. 14 p.
Sep. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Série História*. Porto. Vol. 4 (1973).

RAMOS, Luís António de Oliveira – *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. 328 p., [14 p.] il. (Reis de Portugal; 26).

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Franceses em Portugal nos fins do século XVIII (subsídios para um estudo)*. Porto: Instituto de Alta Cultura, 1968. 21 p.
Sep. *Studium Generale*. Porto. 11 (1966-1967).

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Um intelectual de Setecentos, D. Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984. [11] p.

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães*. Braga: Livraria Cruz, 1981. 15 p.
Sep. *Bracara Augusta*. Braga. 35 (Jan. – Dez. 1981).

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Para a história do ensino em Portugal: Frei Francisco de S. Luís, professor de Matemática*. [s.n. : s.d.], 1968. 22, [1] p.

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Para a história social e cultural (fins do século XVIII-Princípios do século XIX)*.
Sep. *Bracara Augusta*. Braga. T. 31, 71-72 (Jan. – Dez. 1977).

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Repercussões em Portugal da Independência dos Estados Unidos*. Braga: Livraria Cruz, 1978. 24 p.
Sep *Bracara Augusta*. Braga. 32 (Jan. – Dez. 1978).

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Sob o signo das “luzes”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. 221, [10] p. (Temas Portugueses).

RAMOS, Luís António de Oliveira – *Situações propostas de mudança em Portugal no final do antigo regime*. Braga: Livraria Cruz, 1980. 24 p.
Sep. *Bracara Augusta*. Braga. 34 (Jul. – Dez. 1980).

RAMOS, Raul Cordeiro – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1936. 130, [1] p.

RAMOS, Rui [et al.], coord. – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. 974 p.; il.

RAO, Anna Maria – “Antiquaries and politicians in eighteenth-century Naples”. *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 19, nº 11 (2007), p. 165-175.

RAPOSO, Luís – “Acerca da problemática subjacente à definição de tesouros nacionais”. *Museologia.pt*. Lisboa. Nº 1 (2007), p. 13-23.

RAU, Virgínia; NUNES, Eduardo Borges, ed., introd. - *Inventário post mortem Del Rei D. Pedro II*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. 16 p.

REIS, Jorge dos – *Três movimentos da letra: o desenho da escrita em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 3 vol.

REIS, Luís – *Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora*. Trabalho apresentado no Curso de Pós-Graduação e Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação do Departamento de história da Universidade de Évora em 2004.

Consultado http://www.triplov.com/letras/luis_reis/biblioteca_evora/index.htm_em_9.Fevereiro.2009

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. 2 vol.
Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

RIBEIRO, Fernanda - *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: Centro de Estudos das tecnologias, Artes e Ciências da Comunicação: Afrontamento, 2008. 302 p.

RIBEIRO, Fernanda - *O património documental: da memória das instituições à memória da nação*. Porto: [s.n.], 2000. 25 p.

Sep. *Bibliotheca Portucalensis*. Porto. S. 2, 13-14 (1998-1999).

RIBEIRO, José Silvestre – *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914. 170, [1] p. (Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal; 19 Inédito, org. Álvaro Neves).

RIO MAIOR, Marquês de – *O Real Colégio dos Nobres*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1942. 9 p.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *A biblioteca de António Nunes Ribeiro Sanches*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986. 25, [2] p. (Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra)

Sep. Actas das Congregações da Faculdade de Medicina; vol. 2.

RODRIGUES, Manuel Augusto – “Tendências regalistas e episcopalistas em bibliotecas de Coimbra do séc. XVIII”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 10 (1988), p. 319-326.

RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões - *Património, identidade e história : o valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1998. 2 vol.

Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto: [FLUP], 1995. 2 vol.

Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

ROSSA, Walter - *Além da Baixa : indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: IPPAR, 1998. XVIII, 204 p.: amplamente il.

SALDANHA, Sandra Costa – “O paradigma estético da Biblioteca Joanina: bibliotecas conventuais setecentistas”. In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais. Actas do II e III Encontro Nacional*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 99-117.

SÁNCHEZ-MOLERO, José Luís Gonzali – *La ‘Librería rica’ de Felipe II. Estudio histórico y catalogación*. Madrid: Ediciones Escorialenses, 1998. 879 p. (Colección del Instituto Escorialense de Investigaciones Históricas y Artísticas; 10).

SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. 311 p.

SANTOS, Maria de Lurdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. 356 p.

SANTOS, Mariana Amélia Machado dos – “Bento José, professor de filosofia em Évora”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. 17 (1947), p. 295-300.

SANTOS, Mariana Amélia Machado dos – “Bento José de Sousa Farinha e o ensino”. *Biblos*. Coimbra. Vol. 23, t. 1 (Jan-Abr 1947), p. 81-141.

SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá – *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. 102 p.: il.

SANTOS, Rui Manuel Leitão da Silva; DINIZ, Augusto Saraiva do Nascimento – “António Ribeiro dos Santos: uma abordagem epistemológica”. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa (1984), p. 103-125.

SANTOS, Zulmira da C. T. G. M. C.– *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007. 690 p. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas). Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS, Zulmira C. – “Cartas, elogios e silêncios: temas da amizade ilustrada de Gregório Mayans y Siscar (1699-1781) e Frei Manuel do Cenáculo, T.O.R. (1724-1814)”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. Porto. Nº 0 (2003), p. 369-380.

S. LUÍS, Francisco de
Ver

SARAIVA, Cardeal (8.1)

SAUGNIEUX, Joel – *Les mots et les livres: études d'histoire culturelle*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986. 239 p.

SCHNAPP, Alain – “Introduction: Neapolitan effervescence”. *Journal of the History of Collections*. Oxford. Vol. 19, nº 11 (2007), p. 161-164.

SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da Biblioteca dos Reis. Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 558 p.: amplamente ilustrado.

SÉRGIO, António – *A sketch of the History of Portugal*. Lisbon : Tipografia da Seara Nova, 1928. 204 p. : 45 il.

SERRA, José Francisco Correia da – *Investigações botânicas*. Introdução e coordenação editorial de Ana Carneiro, Ana Simões, Ana e Maria Paula Diogo. Porto: Porto Editora, 2003. VI, 120 p. (Ciência e Iluminismo; 3).

SERRA, José Francisco Correia da – *Itinerários histórico-naturais*. Pref. José V. de Pina Martins. Introdução e coordenação editorial de Ana Simões, Ana Carneiro, Ana e Maria Paula Diogo. Porto: Porto Editora, 2003. VII, 104 p. (Ciência e Iluminismo; 1).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Dom Frei Manuel do Cenáculo”. In *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. Vol. III – Século XVIII. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p. 202-204.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1978- 2000. 13 vol. (Vol. 6 – *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*). 5ª ed., 1996).

SILBERT, Albert – *Les invasions françaises et les origines du Libéralisme au Portugal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1980. 17 p.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz – “La correspondance familière de D. Rodrigo de Souza Coutinho ». *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris. Vol. 41 (2001), p. 71-81.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz – *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Lisbonne: Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian: Commission Nationale Pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 2002. 2 vol.

SILVA, António Martins da – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do séc. XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1989. XV, 627 p. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

SILVA, António Martins da – “A extinção das ordens religiosas, a dispersão do património artístico e o destino dos colégios universitários de Coimbra”. In *Actas do Colóquio A Universidade e a Arte 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1993, p. 353-392.

SILVA, António Martins da – “A venda dos bens nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835. III – Aspectos económico-geográficos. Os resultados estatísticos”. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, p. 155-221.

Sep. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. T. 20.

SILVA, Inocêncio Francisco da – “Luís António Verney”. *O Conimbricense*. Coimbra. A. 22, nº 2229 (5 Dez 1868), p. 3, col. 1-2.

SILVA, Joaquim Palminha – *Manuel Severim de Faria, o mais douto português do seu tempo. Ensaio biográfico*. Évora: A Defesa, 2003. 61, [2] p. : il.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *Noções elementares de archeologia...* Lisboa: Lallemand Frères, 1878.

SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da – *Ideário político de uma elite de Estado. Corpo diplomático (1777/1793)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para

a Ciência e a Tecnologia, 2002. 1150 p. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – D. João V. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. 318 p.: il. (Reis de Portugal).

SILVESTRE, João Paulo – *A língua iluminada. Antologia do Vocabulário de Rafael Bluteau*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013. 287, [3] p. (Fontes).

SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana – *Cidadão do mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006. V, [1], 185 p.: il. (História e Filosofia da Ciência; 10).

SIMÕES, Augusto Filipe – *Regulamento da Bibliotheca Publica de Évora*. Évora: Typographia da Folha do Sul, [1867]. [1] p.

SIMÕES, Augusto Filipe – *Relatório à cerca da renovação do Museu Cenaculo dirigido ao Exm^o. Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Camara Municipal de Évora*. Évora : Typographia da Folha do Sul, 1869. 38 p.

SIQUEIRA, António Jorge de – *Os Padres e a Teologia da Ilustração. Pernambuco 1817*. Recife: Editora Universitária, 2009. 266 p.

SOARES, Ernesto – *História da gravura artística em Portugal : os artistas e as suas obras*. Nova edição. Lisboa : Livraria Samcarlos, 1971. 2 vol.

SOTO PEREZ, José Luís – *Arabismo e ilustracion . Correspondência literária (1791-1803) de Fr. José António Banqueri com Don Frei Manuel del Cenáculo Vilas Boas Obispo de Beja y Arzobispo de Évora*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1985. 158 p. (Anejos del Boces XVIII; 3).

SOUSA, Maria Zulmira Bandarra de – “O relato de viagem de Costigan sobre Portugal”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Lisboa. 2 (1992), p. 79-104.

TEAGUE, Michael, compil. – *Abade José Correia da Serra: documentos do seu arquivo, 1751-1795. Catálogo do espólio*. Lisboa: FLAD, 1997. 99, [4] p.; il.

THOMASSERY, Christiane – “Livres et culture cléricale à Paris au XVIII^e siècle: quarante bibliothèques d’ecclésiastiques parisiens”. *Revue Française d’Histoire du Livre*. Bordeaux. N.S., t. 3, n^o 6 (1973), p. 281-299.

TODOROV, Tzvetan – *In defence of the Enlightenment*. London: Atlantic Books, 2010. 161 p.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal : séculos XIX - XX*. [s.l.] : Temas e Debates, 1998. 2 v. : il.

TORRES, Miguel Joaquim Marques – “António Ribeiro dos Santos”. *Panorama*. S. 2., 3 (1844), p. 285-286, 300-301 e 309-310.

TORRES, Rui de Abreu – “António Ribeiro dos Santos (1745-1818)”. In *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 3, p. 782-783.

URBANI, Paola – “I periodici.” In PIETRANGELI, Carlo, org. – *La Biblioteca Casanatense*. Firenze: Nardini Editore, 1993, p. 311- 314.

VALE, Teresa Leonor M. – *Diário de um embaixador português em Roma*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. 277, [2] p.: il. (Memórias de Portugal).

VAZ, Francisco António Lourenço – “A Biblioteca do Convento de Jesus (1755-1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo”. In SALDANHA, Sandra Costa, coord. – *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais*. Actas do II e III Encontro Nacional. Moscaide: Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 133-149.

VAZ, Francisco António Lourenço – “As bibliotecas e os livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. In *La Memoria de los libros : estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*. Salamanca: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, t. 2, p. 483-491.

VAZ, Francisco António Lourenço – “O catecismo no discurso da ilustração portuguesa do século XVIII”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa. 2ª série, vol. 10 (1998), p. 217-240.

VAZ, Francisco António Lourenço – “Ciência e técnica na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)”. In *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica, 22-27 Out. 2000 Évora*. Évora, Aveiro: Universidade de Évora, Universidade de Aveiro, DL 2001, p. 262-274.

VAZ, Francisco António Lourenço – “D. Frei Manuel do Cenáculo e o Ensino no Colégio do Espírito Santo”. *REVUE. Revista da Universidade de Évora*. Vol. 8 (2007), p. 30-37.

VAZ, Francisco António Lourenço – “O ensino no Colégio do Espírito Santo – de Pombal à fundação do Liceu (1750-1841)”. In *Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa*. [s.l.]: Chiado Editora, 2012, p. 513-530.

VAZ, Francisco António Lourenço – “A fundação da Biblioteca Pública de Évora”. In VAZ, Francisco António Lourenço; CALIXTO, José António, coord. - *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 57-89.

VAZ, Francisco António Lourenço – “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. In MEDEIROS, Filipa, coord., e outros – *Acervos patrimoniais: novas perspectivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2012, p. 78-96.

VAZ, Francisco António Lourenço – “A ideia de biblioteca pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX”. In *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano – Estudos de Homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Coord. Avelino de Freitas Meneses, João Paulo Oliveira Costa. Lisboa/Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, FCSH, UNL/Universidade dos Açores, 2007, vol. 1, p. 169-184.

VAZ, Francisco António Lourenço – *Instrução e economia. As ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Colibri, 2002. 484, [3] p.

VAZ, Francisco António Lourenço – “Jansenismo e regalismo no pensamento de D. Frei Manuel do Cenáculo”. *Eborensia*. Évora. A. 18, nº 35 (2005), p. 61-81.

VAZ, Francisco António Lourenço – *Piedade cristã e reformismo económico na acção pastoral de Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa : Terramar, 1999, 371-392 (*Separata Revista da Universidade Nova de Lisboa*, 1999).

VAZ, Francisco António Lourenço – “Registos no Diário de Frei Manuel do Cenáculo sobre um terramoto no Alentejo em 1791”. *Ibn Maruan: Revista Cultural do Concelho de Marvão*. Marvão. 9-10 (1999-2000), p. 71-82.

VAZ, Francisco António Lourenço – “O saque de Évora em 1808: o impacto do saque no património da cidade”. In *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste: Portugal 1807-1808. Actas, X Curso de Verão da Ericeira*. Ericeira: Mar de Letras, 2008, p. 101-122.

VAZ, Francisco António Lourenço, introd. e coord. ed. – *D. Manuel do Cenáculo: instruções pastorais, projectos de bibliotecas e Diário*. Porto: Porto Editora, 2009. 144 p. (Ciência e Iluminismo; 8).

VAZ, Francisco António Lourenço, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. 699 p.

VAZ, Francisco António Lourenço; CALIXTO, José António, coord. - *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006. 95 p.

VENTURI, Franco – *Settecento riformatore*. Torino: Einaudi, 1969. 3 vol.

VERNEY, Luís António – *Cartas italianas*. Pref., trad. e notas Ana Lúcia Curado; Manuel Curado Lisboa: Edições Sílabo, 2008. 207 p.: il.

VERNEY, Luís António – *Verdadeiro método de estudar (Cartas sobre retórica e poética)*. Introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires. Lisboa: Editorial Presença, 1991. 179 p.

VEYNE, Paul – *Comment on écrit l'histoire*. Texte intégral. Paris: Éditions du Seuil, 1978. 438, [1] p. (Points; H226).

Trad. portuguesa de MOREIRA, António José da Silva - *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987. 321, [7] p.

VILA MAIOR, 2º Visconde de – *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia historica d'este estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877. 527, [1] p.

VILLAS BOAS, D. Frei Manuel do Cenáculo

Ver

CENÁCULO, Manuel do (7.1 e 7.2)

VITERBO, Francisco de Sousa – *A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel*. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia, 1901. [4], 73 p.

Extracto da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Nova Série: Classe de Sciencias Moraes; t. 9, parte 1.

ZUCCOLI, Marina – “Quando il bibliotecário è un matematico”. In *Matematica, arte, tecnologia, cinema*. A cura di Michele Emmer, Mirella Manaresi. Milano: Springer